ARISTÓTELES

OBRAS COMPLETAS

INTRODUÇÃO GERAL

ANTÓNIO PEDRO MESQUITA

BIBLIOTECA DE AUTORES CLÁSSICOS

BIBLIOTECA DE AUTORES
CLÁSSICOS

Título: Introdução Geral
Autor: António Pedro Mesquita
Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
Concepção gráfica: Branca Vilallonga
(Departamento Editorial da INCM)
Revisão do texto: Levi Condinho
Tiragem: 800 exemplares
Data de impressão: Fevereiro de 2005
ISBN: 972-27-1371-X
Depósito legal: 221 446/05

OBRAS COMPLETAS DE ARISTÓTELES

COORDENAÇÃO DE ANTÓNIO PEDRO MESQUITA

VOLUME I

TOMO I

Projecto promovido e coordenado pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa em colaboração com o Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, o Instituto David Lopes de Estudos Árabes e Islâmicos e os Centros de Linguagem, Interpretação e Filosofia e de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
Este projecto foi subsidiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

ANTÓNIO PEDRO MESQUITA

INTRODUÇÃO GERAL

CENTRO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA
LISBOA
2005

APRESENTAÇÃO

A edição, que ora se inicia, das Obras Completas de Aristóteles *arranca de uma constatação: o número extremamente insuficiente de traduções portuguesas dos escritos aristotélicos (apenas seis publicadas até ao momento:* Categorias, Sobre a Alma, Política, Constituição dos Atenienses, Retórica *e* Poética) *e, em consequência, o fraco nível de interesse da comunidade filosófica portuguesa pelo autor e o muito deficitário grau de conhecimento do público em geral em relação à obra e ao pensamento deste grande filósofo.*

Em conformidade, o seu objectivo consiste em tornar acessível ao leitor português, tanto do ponto de vista da língua como do do esclarecimento do texto, a totalidade da colecção aristotélica, aí incluídos não só os cerca de trinta tratados completos que subsistiram até aos nossos dias, como também todos os outros textos que, de modo mais ou menos fragmentário e/ou fidedigno, foram transmitidos pela tradição sob o nome de Aristóteles.

Esta colecção engloba, portanto, para além dos escritos reunidos por Imanuel Bekker, em 1831, na primeira edição moderna da obra aristotélica (a qual inclui tanto tratados autênticos, como espúrios e duvidosos) e do texto posteriormente descoberto da Constituição dos Atenienses *(literalmente desenterrado em finais do século* XIX*), a totalidade dos fragmentos (uma vez mais, autênticos, suspeitos e pseudepígrafos) e ainda as sete obras apócrifas que circularam em época tardia sob o nome de*

Aristóteles, designadamente o Livro das Causas, *o* Segredo dos Segredos *ou a* Teologia.

Ao propor-se levar a cabo a tradução colectiva deste conjunto, as presentes Obras Completas *serão, assim, a nível internacional, as primeiras e, até ao momento, as únicas a englobar a integralidade do legado aristotélico, uma vez que nenhuma outra inclui estas últimas.*

Naturalmente, todas as traduções nelas dadas à estampa serão feitas directamente a partir do original.

*

Sendo este projecto movido pelo intento de garantir o acesso do leitor português ao pensamento e à obra de Aristóteles, assim contribuindo para a generalização do seu conhecimento entre nós, é compreensível que se tenha decidido reduzir ao mínimo todas as exigências técnicas, restringindo o aparato ao que simplesmente permita cumprir aqueles desideratos de modo compatível com a qualidade e o rigor das traduções.

Em consequência, as publicações incluídas nas Obras de Aristóteles *obedecerão a um modelo simples e regular: uma introdução com o enquadramento histórico e filosófico do texto traduzido; a tradução da obra; e aquelas notas de esclarecimento que permitam ao leitor seguir o pensamento de Aristóteles onde ele se torna mais difícil de apreender, ou que o tradutor, em abono da transparência da sua tarefa, entenda dever incluir para justificar as suas opções ou para alertar o leitor da existência de leituras alternativas que, por esta ou aquela razão, foram preteridas em favor da consagrada na tradução oferecida.*

Neste sentido, não temos a pretensão de esgotar de uma vez por todas a investigação em torno das obras aqui traduzidas, ou de ter a última palavra sobre complicadas decisões técnicas, linguísticas ou filosóficas, de interpretação.

Pelo contrário, o nosso intento é o de, ao disponibilizar ao público traduções competentes e fidedignas da obra integral de Aristóteles, feitas por investigadores de indiscutível autoridade científica nesta área, favorecer o interesse acerca do nosso autor, de modo que, em breve, floresçam muitas outras, eventualmente melhores do que as que agora lhe são entregues.

Por maioria de razão, é com absoluta abertura e humildade que aguardamos os reparos e as críticas. Só assim se poderá melhorar e progredir.

Estamos, neste caso, em situação semelhante à que se viveu com o já mencionado Imanuel Bekker, notável filólogo alemão que, no início do século XIX*, tomou a iniciativa pioneira de editar a totalidade dos tratados aristotélicos para a Academia de Berlim.*

Hoje, nenhuma das suas edições é considerada de referência e, portanto, nenhuma é utilizada a não ser por motivos arqueológicos.

Mas, se porventura ele não se tivesse lançado naquela iniciativa pioneira, nenhuma das edições subsequentes teriam sido possíveis — e o panorama dos estudos aristotélicos no limiar do século XXI *estaria dois séculos atrasado.*

Assim, se alguma coisa os promotores deste projecto podem almejar é que não tarde muito o momento em que todas as traduções que agora se começam a publicar tenham sido substituídas por outras, mais claras e incisivas no conteúdo, mais felizes e saborosas no vernáculo, mais ousadas nas interpretações assumidas ou avançadas. Isso quereria dizer que o nosso objectivo tinha sido plenamente atingido.

*

A iniciativa desta edição partiu do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, que assegura igualmente a sua promoção e coordenação.

Rapidamente, contudo, passou a contar com a colaboração institucional de outros institutos científicos nacionais, nomeadamente o Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, o Instituto David Lopes de Estudos Árabes e Islâmicos e os Centros de Linguagem, Interpretação e Filosofia e de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

Por esta razão, pode dizer-se que ele mobiliza agora praticamente todos os investigadores nacionais nas áreas da filosofia antiga, dos estudos clássicos e dos estudos árabes e islâmicos, que entusiasticamente se associaram ao projecto e nele estão já a trabalhar, de forma que o período de execução previsto, de doze anos, possa ser efectivamente utilizado na sua conclusão.

Todavia, é de elementar justiça que se frise que ele também não teria sido possível sem a elevada compreensão que os promotores encontraram na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a qual imediatamente entendeu a importância cultural deste projecto e não hesitou em apostar na concretização do programa editorial que ele envolve.

A todos é devida uma grande e sentida palavra de reconhecimento.

Ao Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, na pessoa do seu Director, Professor Doutor Carmo Ferreira, pela visão e pela coragem na assunção da iniciativa.

À Imprensa Nacional-Casa da Moeda, e em especial ao seu Presidente, Dr. Braz Teixeira, pela consciência que esta instituição continua a demonstrar da sua alta responsabilidade cultural.

A todos os colaboradores envolvidos, pelo esforço, pela entrega e pelo empenhamento da sua adesão.

Uma especial palavra de agradecimento é devida ainda, contudo, aos Professores Doutores José Ribeiro Ferreira e Mário Santiago de Carvalho, professores catedráticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pela disponibilidade manifestada para proceder à revisão científica de partes deste volume, sem que este agradecimento os comprometa de nenhum modo com qualquer erro ou lapso que porventura nele se continue a encontrar. Ainda também ao Dr. Pedro Braga Falcão, jovem investigador dos estudos clássicos, que assegurou a revisão do texto e a elaboração dos índices, coadjuvado, numa segunda fase, pelo Dr. José Luís Perez, estudante de mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, bem como a actualização da bibliografia fundamental, neste caso, com a colaboração da Dr.ª Mariana Matias, da Universidade de Coimbra, a quem, naturalmente, se estende este preito especial.

Lisboa, 31 de Março de 2004.

O Coordenador

SOBRE A EDIÇÃO

CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Estrutura da edição

A edição encetada no presente volume está dividida em quatro partes, agrupando respectivamente os tratados conservados de Aristóteles, as obras fragmentárias, os apócrifos e a bibliografia e índices.

As quatro partes subdividem-se em catorze volumes, cada um dos quais com um número variável de tomos, que totalizam, no conjunto, quarenta e três, de acordo com o esquema constante no próximo capítulo.

Na primeira fase, que terminará em 2005, publicar-se-ão, para além deste volume introdutório, os seguintes textos:

Vol. I, tomo IV: *Segundos Analíticos;*
Vol. I, tomo V: *Tópicos;*
Vol. II, tomo III: *Sobre a Geração e a Corrupção;*
Vol. VII, tomo II: *Os Económicos;*
Vol. VIII, tomo I: *Retórica;*
Vol. X, tomo I: *Fragmentos dos Diálogos e das Obras Exortativas*.

As restantes edições serão publicadas num período temporal que se estenderá entre 2006 e 2014, sendo todas elas preparadas expressamente para o projecto, tanto do ponto de vista da tradução como do do comentário de esclarecimento, pelos seus colaboradores científicos.

Excepção serão algumas traduções de grande qualidade recentemente publicadas, bem como aquelas que, dando todas as garantias de idoneidade científica, se encontram em fase de preparação ou de ultimação de modo independente deste projecto, que se procurará integrar no programa editorial mediante a autorização dos autores e a celebração de protocolos de articulação com as entidades editoras e/ou tutelares.

2. Colaboradores da edição

O eixo sobre o qual repousa o desenvolvimento do trabalho previsto neste projecto, dirigido por um coordenador, é constituído pelos seus investigadores, coadjuvados, sempre que tal se justifique, pelos consultores científicos.

O coordenador do projecto representa para todos os efeitos o Centro de Filosofia, enquanto sua entidade promotora, e compete-lhe programar e coordenar as actividades previstas, tendo em vista a sua adequada consecução, dentro das normas oportunamente estipuladas. Junto do coordenador funciona uma comissão de representantes dos demais institutos e centros que integram o projecto, de forma a garantir a articulação institucional entre eles.

Aos investigadores envolvidos compete traduzir, introduzir e anotar as obras que lhes foram distribuídas e que aceitaram trabalhar, com plena autonomia científica, ressalvadas as necessidades de uniformização decorrentes da unidade do projecto, a intervenção que possa ser solicitada aos consultores científicos e o trabalho de planeamento transversal que incumbe ao coordenador.

Aos consultores científicos cabe dar parecer, por solicitação dos investigadores e/ou do coordenador do projecto, em todos os casos de dúvida filosófica, histórica ou filológica, quando surjam diferentes versões, argumentos ou doutrinas em relação a um mesmo tópico e sempre que se verifiquem interpretações antagónicas que ponham em causa a unidade do projecto. O referido parecer será levado em devida conta pelo investigador ou investigadores envolvidos, que decidirão na matéria controvertida de harmonia com o coordenador.

3. Características da edição

Toda a investigação conducente à elaboração dos textos é da inteira responsabilidade dos colaboradores e pauta-se pela mais rigorosa autonomia científica.

Estes serão constituídos por introdução, tradução e notas, acompanhados de um glossário com os termos principais do texto traduzido, no original e na(s) tradução(ões) adoptada(s), um índice remissivo dos autores citados e uma bibliografia contendo todas as obras mencionadas, sem prejuízo da bibliografia fundamental que finaliza o presente volume e da bibliografia geral, actualizada e comentada, que constituirá o objecto do penúltimo tomo.

A introdução será sempre curta, clara e informativa, orientando-se fundamentalmente, de acordo com os objectivos que norteiam a edição, para o esclarecimento do texto traduzido e dos critérios seguidos na tradução.

Em conformidade, e de acordo com as características de cada texto, a introdução constará tipicamente de: um breve enquadramento histórico da obra traduzida; uma explicitação dos critérios seguidos na tradução; um esquema da estrutura do texto, uma apresentação geral dos seus conteúdos; e uma breve introdução filosófica.

Por seu lado, as traduções serão feitas a partir das edições de referência adiante indicadas, independentemente das demais edições e traduções compulsadas.

A divisão tradicional da obra em livros e capítulos é integralmente respeitada, tendo o tradutor a liberdade de lhes atribuir títulos, entre parêntesis rectos, desde que esta opção seja expressamente mencionada e justificada na introdução.

Algumas sugestões de uniformização geral dos critérios de tradução, no que toca aos conceitos centrais de Aristóteles, são apresentadas, discutidas e justificadas no último estudo incluído no presente volume.

Finalmente, ainda dentro do espírito que enforma o projecto, as notas de rodapé serão exclusivamente reservadas para: esclarecimento de nomes, citações, episódios históricos, etc., mencionados por Aristóteles; remissão para outras passagens da mesma obra ou para outra obra; identificação de expressões e conceitos introduzidos; esclarecimento de termos, formas e locuções; elucidação de passagens e argumentos pouco claros ou controvertidos; indicações bibliográficas complementares; curtas interpretações de conteúdos; sugestão de pistas de desenvolvimento.

Qualquer interpretação mais extensa será remetida, em nota, para um apêndice, a figurar no final do volume.

No que respeita às citações, com excepção daquelas feitas a partir do castelhano, do francês, do italiano ou do inglês, cujo domínio pode ser suposto no leitor, todas as efectuadas nas notas ou introduções virão acompanhadas, entre parêntesis curvos, pela respectiva tradução.

Por outro lado, quando, nas notas ou introduções, for necessário ou conveniente citar uma passagem em grego, esta será apresentada no referido alfabeto, seguida de tradução entre parêntesis curvos, como indicado acima.

No caso da referência de palavras isoladas, em que ambas as práticas têm sido adoptadas pela literatura, com bons fundamentos de um lado e de outro, ficará ao critério do tradutor o recurso ao original ou à transliteração em caracteres latinos, de acordo com as normas internacionais ou portuguesas aplicáveis. Em qualquer das circunstâncias, o termo assim introduzido será explicitado circunstancialmente ou remeterá para o glossário final, salvo quando ocorrer para indicar o original de uma expressão traduzida no texto ou se tratar de um termo de conhecimento corrente.

4. Sobre o presente volume

O presente volume é constituído por quatro secções.

A primeira, mais curta, trata da edição das *Obras Completas*. Após a caracterização geral, em que nos encontramos, segue-se a discriminação do programa editorial completo e quatro capítulos mais técnicos, abrangendo: o elenco das edições de referência utilizadas para efeitos de tradução; a fixação das siglas adoptadas na referência das obras de Aristóteles e de Platão; a indicação do modo de citação das fontes; e a explicitação da notação especial utilizada nos vários volumes.

A segunda parte corresponde a um breve conspecto da biografia aristotélica, onde se procura reunir a melhor informação disponível sobre este tópico e identificar algumas das dúvidas e enigmas que a este respeito ainda permanecem.

A terceira parte é preenchida por quatro estudos, que tratam sucessivamente da história, estrutura e natureza da colecção aristotélica, da evolução e linhas de força do seu pensamento, de certos problemas de datação das suas obras principais, e, finalmente,

das dificuldades provocadas pela tradução de alguns conceitos centrais, seguidas, em cada caso, de uma sugestão de versão em língua portuguesa.

Podem ser lidos quer pelo leitor descomprometido, apenas interessado nos tópicos neles focados e nas informações neles reunidas, quer pelos estudiosos e investigadores do pensamento antigo. No primeiro caso, recomenda-se que se ignorem as notas de rodapé.

O último estudo, relativo ao vocabulário aristotélico, é substancialmente mais complexo e presume, da parte do leitor, alguma formação específica prévia. Pode ser omitido sem perda por quem a não tenha.

De registar que as sugestões de tradução nele avançadas só comprometem o autor e devem ser entendidas como recomendações informadas e fundamentadas no sentido de uma uniformização do léxico conceptual aristotélico, não como directivas a serem automaticamente assumidas nas traduções. Quem o entenda de outro modo sentir-se-á inutilmente defraudado por aquelas ou por estas.

Como se compreenderá, algumas das normas acima mencionadas não serão observadas neste conjunto de estudos e, portanto, por razão de uniformidade, no conjunto do primeiro volume.

Tal deve-se ao carácter mais académico de que se revestem determinados desenvolvimentos dos *Estudos*, com os quais se pretendeu não apenas satisfazer a curiosidade do leitor interessado em informar-se sobre a obra, o pensamento e o vocabulário do nosso autor, como também fornecer pistas e elementos para a investigação dos estudantes da área e até avançar algumas interpretações inéditas em matéria polémica.

O único caso relevante de divergência é de natureza formal e não colide com nenhuma das regras atrás apontadas.

Ao contrário do que sucederá nos volumes dedicados à tradução das obras de Aristóteles, em que se adoptará o sistema bibliográfico autor-data (vulgo, «sistema anglo-saxónico»), o presente volume seguirá, incluindo na bibliografia fundamental com que termina, a regra continental.

Este desvio permite a citação extensiva dos títulos dos textos referidos nas notas, evitando que o leitor tenha de recorrer à bibliografia para obter toda a informação de que necessita. Esta a razão por que foi adoptado.

No final do volume, e como quarta e última secção, encontrar-se-á uma bibliografia seleccionada, onde são reunidas as fon-

tes e as obras auxiliares ou instrumentais utilizadas na elaboração das versões portuguesas, bem como a literatura secundária mais geral ou mais relevante sobre as obras traduzidas e os temas nelas abordados.

O conhecimento desta será pressuposto nos próximos volumes, pelo que os títulos aí referidos não serão novamente citados nas respectivas bibliografias, salvo se tiverem sido mencionados na sua introdução e/ou nas suas notas.

PLANO DA EDIÇÃO

Parte I: TRATADOS CONSERVADOS

Volume I: **Lógica**

Tomo I
Introdução Geral.

Tomo II
Categorias.
Da Interpretação.

Tomo III
Primeiros Analíticos.

Tomo IV
Segundos Analíticos.

Tomo V
Tópicos.

Tomo VI
Refutações Sofísticas.

Volume II: **Física**

Tomo I
Física.

Tomo II
Sobre o Céu.

Tomo III
Sobre a Geração e a Corrupção.

Tomo IV
Meteorológicos.

Volume III: **Psicologia**

Tomo I
Sobre a Alma.

Tomo II
Sobre a Sensação (= *Parva naturalia,* 1).
Sobre a Memória (= *Parva naturalia,* 2).
Sobre o Sono e a Vigília (= *Parva naturalia,* 3).
Sobre os Sonhos (= *Parva naturalia,* 4).
Sobre a Predição pelos Sonhos (= *Parva naturalia,* 5).
Sobre a Longevidade e a Brevidade da Vida (= *Parva naturalia,* 6).
Sobre a Juventude e a Velhice (= *Parva naturalia,* 7).
Sobre a Respiração (= *Parva naturalia,* 8).

Volume IV: **Biologia**

Tomo I
História dos Animais, I-VI.

Tomo II
História dos Animais, VII-X.

Tomo III
Partes dos Animais.

Tomo IV
Movimento dos Animais.
Progressão dos Animais.

Tomo V
Geração dos Animais.

Volume V: **Metafísica**

Tomo I
Metafísica, A-E.

Tomo II
Metafísica, Z-I.

Tomo III
Metafísica, K-N.

Volume VI: **Ética**

Tomo I
Ética a Nicómaco.

Tomo II
Grande Moral.

Tomo III
Ética a Eudemo.

Volume VII: **Política**

Tomo I
Política.

Tomo II
Os Económicos.

Tomo III
Constituição dos Atenienses.

Volume VIII: **Retórica e Poética**

Tomo I
Retórica.

Tomo II
Poética.

Volume IX: **Espúrios**

Tomo I
Sobre o Universo.
Sobre o Alento (= *Parva naturalia,* 9).

Tomo II
Sobre as Cores.
Sobre aquilo que se Ouve.
Fisiognomónicos.
Sobre as Plantas.
Sobre os Prodígios Escutados.

Tomo III
[Problemas] Mecânicos.

Tomo IV
Problemas [Físicos].

Tomo V
Sobre as Linhas Indivisíveis.
Sobre os Lugares e Nomes dos Ventos.
Sobre Melisso, Xenófanes e Górgias.
Virtudes e Vícios.
Retórica a Alexandre.

Parte II: OBRAS FRAGMENTÁRIAS

Volume X: **Autênticos**

Tomo I
Diálogos e Obras Exortativas.

Tomo II
Tratados, Monografias, Recolhas e Textos Privados.

Volume XI: **Espúrios e Duvidosos**

Tomo I
Medicina.
Apologia contra Eurimedonte a propósito da Acusação de Impiedade.
Agricultura.
Mágico.

Tomo II
Epítome da Arte *de Teodectes.*
Sobre a Filosofia de Arquitas.
Problemas Físicos em 38 (68) (78) livros.
Sobre as Cheias do Nilo.

Parte III: APÓCRIFOS

Volume XII: **Lógica, Física e Metafísica**

Tomo I
Divisões [Pseudo-]Aristotélicas.
Problemas Inéditos [de Medicina].
Sobre a Pedra.

Tomo II
Livro da Causa.
Livro da Maçã.

Volume XIII: **Teologia**

Tomo I
Segredo dos Segredos.

Tomo II
Teologia.

Parte IV: BIBLIOGRAFIA E ÍNDICES

Volume XIV

Tomo I
Bibliografia geral.

Tomo II
Índices.

EDIÇÕES DE REFERÊNCIA

Sem prejuízo das restantes edições consultadas, as utilizadas como de referência para efeitos de tradução são as seguintes:

Categoriae — L. Minio-Paluello (Oxford Classical Texts).
De interpretatione — L. Minio-Paluello (Oxford Classical Texts).
Analytica priora — W. D. Ross (Oxford Classical Texts).
Analytica posteriora — W. D. Ross (Oxford Classical Texts).
Topica, I-IV — J. Brunschwig (Belles Lettres).
Topica, V-VIII — W. D. Ross (Oxford Classical Texts).
Sophistici elenchi — W. D. Ross (Oxford Classical Texts).
Physica — W. D. Ross (Oxford Classical Texts).
De caelo — P. Moraux (Belles Lettres).
De generatione et corruptione — H. H. Joachim (Clarendon Press).
Meteorologica — F. H. Fobes (Harvard University Press).
(Ps. Arist.) *De mundo* — W. L. Lorimer (Belles Lettres).
De anima — W. D. Ross (Oxford Classical Texts).
Parva naturalia — W. D. Ross (Oxford Classical Texts).
(Ps. Arist.) *De spiritu* — W. W. Jaeger (Teubner).
Historia animalium, I-VI — L. Dittmeyer (Teubner).
Historia animalium, VII-X — D. M. Balme (Loeb Classical Library).
De partibus animalium — A. L. Peck (Loeb Classical Library).
De motu animalium — M. Nussbaum (Princeton University Press).
De incessu animalium — W. Jaeger (Teubner).
De generatione animalium — H. J. Drossaart Lulofs (Oxford Classical Texts).
(Ps. Arist.) *De coloribus* — C. Prantl (Teubner).
(Ps. Arist.) *De audibilibus* — C. Prantl (Teubner).
(Ps. Arist.) *Physiognomonica* — R. Förster (Teubner).
(Ps. Arist.) *De plantis* — U. C. Bussemaker (*Aristotelis. Opera omnia*, IV).
(Ps. Arist.) *De mirabilibus* — O. Apelt (Teubner).
(Ps. Arist.) *[Problemata] Mechanica* — O. Apelt (Teubner).

(Ps. Arist.) *Problemata [Physica]* — C. E. Ruelle-H. Knoellinger (Teubner).
(Ps. Arist.) *De lineis insecabilibus* — M. Timpanaro Cardini (Istituto Editoriale Cisalpino).
(Ps. Arist.) *Ventorum situs et cognomina* — O. Apelt (Teubner).
(Ps. Arist.) *De Melisso Xenophane Gorgia* — H. Diels (Academia Regia Borussica).
Metaphysica — W. D. Ross (Oxford University Press).
Ethica Nicomachea — I. Bywater (Oxford Classical Texts).
Magna Moralia — F. Susemihl (Teubner).
Ethica Eudemia — R. Walzer-J. Mingay (Oxford Classical Texts).
(Ps. Arist.) *De virtutibus et vitiis* — F. Susemihl (Teubner).
Politica — A. Dreisehnter (Wilhelm Fink).
Oeconomica — B. von Groningen-A. Wartelle (Belles Lettres).
Ars Rhetorica — R. Kassel (Walter de Gruyter).
(Ps. Arist.) *Rhetorica ad Alexandrum* — M. Fuhrmann (Teubner).
Poetica — R. Kassel (Oxford Classical Texts).
Atheniensium respublica — M. Chambers (Teubner).
Fragmenta (selecta) — Ross (Oxford Classical Texts).
Fragmenta (omnia) — Rose (Teubner).
(Ps. Arist.) *Divisiones Aristoteleae* — Mutschmann (Teubner).
(Ps. Arist.) *Problemata inedita* — Marenghi (Istituto Editoriale Italiano).
(Ps. Arist.) *De lapidibus* — Ruska (Carl Winter Universitätsverlag).
(Ps. Arist.) *Liber de causis* — Pattin (*TPh*, 28, 1966).
(Ps. Arist.) *Liber de pomo* — Margoliouth (*JRAS*, 24, 1892).
(Ps. Arist.) *Secretum secretorum* — Manzaloui (Oxford University Press).
(Ps. Arist.) *Theologia* — Dietrich (J. C. Hinrichs).

SIGLAS

I. ARISTÓTELES

1. Colecção aristotélica

APo. — *Analytica posteriora.*
APr. — *Analytica priora.*
Ath. — *Atheniensium respublica.*
Aud. — *De audibilibus* (pseudepígrafo).
Cael. — *De caelo.*
Cat. — *Categoriae.*
Col. — *De coloribus* (pseudepígrafo).
De an. — *De anima.*
DivSomn. — *De divinatione per somnia.*
EE — *Ethica Eudemia.*
EN — *Ethica Nicomachea.*
GA — *De generatione animalium.*
GC — *De generatione et corruptione.*
HA — *Historia animalium.*
IA — *De incessu animalium.*
Insomn. — *De insomniis.*
Int. — *De interpretatione.*
Juv. — *De juventute et senectute. De vita et morte.*
LI — *De lineis insecabilibus* (pseudepígrafo).
Long. — *De longaevitate et brevitate vitae.*
MA — *De motu animalium.*
Mech. — *Mechanica* (pseudepígrafo).
Mem. — *De memoria et reminiscentia.*
Metaph. — *Metaphysica.*
Mete. — *Meteorologica.*
Mir. — *De mirabilibus auscultationibus* (pseudepígrafo).

MM — *Magna Moralia.*
Mu. — *De mundo* (pseudepígrafo).
MXG — *De Melisso Xenophane Gorgia* (pseudepígrafo).
Oec. — *Oeconomica.*
PA — *De partibus animalium.*
Ph. — *Physica.*
Phgn. — *Physiognomonica* (pseudepígrafo).
Pl. — *De plantis* (pseudepígrafo).
Po. — *Poetica.*
Pol. — *Politica.*
Pr. — *Problemata* (pseudepígrafo).
Resp. — *De respiratione.*
Rh. — *Rhetorica.*
RhAl. — *Rhetorica ad Alexandrum* (pseudepígrafo).
SE — *Sophistici elenchi.*
Sens. — *De sensu et sensibilibus.*
SomnVig. — *De somno et vigilia.*
Spir. — *De spiritu* (pseudepígrafo).
Top. — *Topica.*
VV — *De virtutibus et vitiis* (pseudepígrafo).
Vent. — *Ventorum situs et cognomina* (pseudepígrafo).

2. *Juvenilia*

Alx. — *Alexander sive De colonis.*
Amt. — *Amatorius.*
Bn. — *De bono.*
Cv. — *Convivium.*
Dv. — *De divitiis.*
Eud. — *Eudemus sive De anima.*
Grl. — *De rhetorica sive Gryllus.*
Id. — *De ideis.*
Ins. — *De institutione.*
Iust. — *De iustitia.*
Mn. — *De monarchia.*
Mx. — *Menexenus.*
Nb. — *De nobilitate.*
Nrt. — *Nerinthus.*
Phil. — *De philosophia.*
Plt. — *Politicus.*
Prc. — *De precatione.*
Prt. — *Protrepticus.*
Pt. — *De poetis.*
Sph. — *Sophista.*
Vl. — *De voluptate.*

3. Apócrifos tardios

PrIn — *Problemata inedita* [*de medicina*].
LC — *Liber de causis.*
LP — *Liber de pomo.*
SS — *Secretum secretorum.*
Lap. — *De lapidibus.*
Th. — *Theologia.*

II. PLATÃO

Alc. I — *Alcibiades I.*
Ap. — *Apologia Socratis.*
Chrm. — *Charmides.*
Cra. — *Cratylus.*
Cri. — *Crito.*
Crt. — *Critias.*
Def. — *Definitiones.*
Ep. — *Epistulae.*
Euthd. — *Euthydemus.*
Euthphr. — *Euthyphro.*
Grg. — *Gorgias.*
HpMa. — *Hippias maior.*
HpMi. — *Hippias minor.*
La. — *Laches.*
Lg. — *Leges.*
Ly. — *Lysis.*
Men. — *Meno.*
Mx. — *Menexenus.*
Phd. — *Phaedo.*
Phdr. — *Phaedrus.*
Phlb. — *Philebus.*
Plt. — *Politicus.*
Prm. — *Parmenides.*
Prt. — *Protagoras.*
R. — *Res publica.*
Smp. — *Symposium.*
Sph. — *Sophista.*
Tht. — *Theaetetus.*
Ti. — *Timaeus.*

ABREVIATURAS UTILIZADAS

1. Séries

CAG — *Commentaria in Aristotelem graeca.*
CAG-SA — *Supplementum Aristotelicum.*
CLCAG — *Corpus Latinum Commentariorum in Aristotelem Graecorum.*
CLCAG-S — *Corpus Latinum Commentariorum in Aristotelem Graecorum. Supplementa.*
CSEL — *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum.*
FdV — *Die Fragmente der Vorsokratiker.*
PG — *Patrologiae Cursus Completus. Patres Graeci.*
PL — *Patrologiae Cursus Completus. Patres Latini.*
PL-S — *Patrologiae Cursus Completus a J.-P. Migne editus. Series Latina. Supplementum.*

2. Revistas e publicações periódicas

AC — *L'Antiquité Classique,* Louvain-la-Neuve.
AGPh — *Archiv für Geschichte der Philosophie,* Berlin.
AIV — *Atti dell'Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, Classe di Scienze morali e Lettere,* Venezia.
AJPh — *American Journal of Philology,* Baltimore.
ALMA — *Archivum Latinitatis Medii Aevi (Bulletin Du Cange),* Leiden.
AncPhil — *Ancient Philosophy,* Pittsburgh.
ANRW — *Ausstieg und Niedergang der römischen Welt. Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung,* Berlin.
APhF — *Acta philosophica Fennica,* Helsinki.
BAGB — *Bulletin de l'Association Guillaume Budé (Revue de Culture Générale),* Paris.

BALLC — *Bulletin of the Association for Literary and Linguistic Computing.*
BDPh — *Blätter für Deutsche Philosophie,* Berlin.
CF — *Classical Folia.*
C&M — *Classica et Mediaevalia. Revue Danoise d'Histoire et de Philologie publiée par la Société Danoise pour les Études Anciennes et Médiévales,* Köbenhavn.
CPh — *Classical Philology,* Chicago.
CQ — *Classical Quarterly,* Oxford.
CR — *Classical Review,* Oxford.
Eos — *Eos. Commentarii Societatis Philologae Polonorum,* Wroclaw.
Eranos — *Eranos. Acta Philologica Suecana,* Uppsala.
GHArss — *Göteborg Högskulas Arsskrift,* Göteborg.
GM — *Giornale di Metafisica,* Genova.
G&R — *Greece and Rome,* Oxford.
Hermes — *Hermes. Zeitschrift für Klassische Philologie,* Wiesbaden.
Historia — *Historia. Revue d'histoire ancienne,* Wiesbaden.
HSPh — *Harvard Studies in Classical Philology,* Cambridge (Mass.).
Inquiry — *Inquiry,* Oslo.
JHS — *Journal of Hellenic Studies,* London.
JPh — *Journal of Philosophy,* New York.
JPhil — *Journal of Philology,* London.
JRAS — *Journal of the Royal Asiatic Society,* London.
KantStud — *Kant-Studien. Philosophische Zeitschrift,* Berlin.
LEC — *Les études classiques. Revue trimestrielle de recherche et d'enseignement,* Namur.
LThPh — *Laval Théologique et Philosophique,* Québec.
Meander — *Meander. Revue de civilisation du monde antique,* Varsovie.
MH — *Museum Helveticum. Revue Suisse pour l'Étude de l'Antiquité Classique,* Bâle.
Mind — *Mind. A Quarterly Review of Psychology and Philosophy,* London.
Mnemosyne — *Mnemosyne. Bibliotheca Classica Batava,* Leiden.
Monist — *The Monist. An International Quarterly Journal of General Philosophical Inquiry,* La Salle.
NRS — *Nuova Rivista Storica,* Roma.
OSAPh — *Oxford Studies in Ancient Philosophy,* Oxford.
PBA — *Proceedings of the British Academy,* Oxford.
PCPhS — *Proceedings of the Cambridge Philological Society,* Cambridge.
Philologus — *Philologus. Zeitschrift für Klassische Philologie,* Berlin.
Philosophica — *Philosophica,* Lisboa.
PhilosQ — *The Philosophical Quarterly,* University of St. Andrews.
PhR — *Philosophical Review,* New York.
Phronesis — *Phronesis. A Journal for Ancient Philosophy,* Assen.
PhS — *Philosophical Studies,* Dublin.
Platon — Πλάτων. Δελτίον τῆς Ἑταιρείας Ἑλλήνων Φιλολόγων. Ἀθῆναι.
RCCM — *Rivista di Cultura Classica e Medioevale,* Roma.
RE — *Paulys Realencyclopädie der klassischen Altertumswissenschaft,* Stuttgart.
REG — *Revue des Études Grecques,* Paris.
RFIC — *Rivista di Filologia e di Istruzione Classica,* Torino.

RhM — *Rheinisches Museum,* Frankfurt am Main.
RM — *Review of Metaphysics,* Washington (D. C.).
RMM — *Revue de Métaphysique et de Morale,* Paris.
RNeosc — *Revue néoscholastique de philosophie,* Louvain.
RPhA — *Revue de Philosophie Ancienne,* Bruxelles.
RPhL — *Revue Philosophique de Louvain,* Louvain.
RSF — *Rivista critica di Storia della Filosofia,* Firenze.
RSPh — *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques,* Paris.
RThPh — *Revue de Théologie et de Philosophie,* Lausanne.
SAWW — *Sitzungsberichte der Österreichischen Akademie der Wissenschaften in Wien, Philosophisch-historische Klasse,* Wien.
SHM — *Studies in History of Medicine,* Tuglagabad.
SO — *Symbolae Osloenses, auspiciis Societatis Graeco-Latinae,* Oslo.
Sophia — *Sophia,* Napoli-Padova.
WS — *Wiener Studien. Zeitschrift für Klassische Philologie und Patristik,* Wien.

3. Livros de referência

Bekker — *Aristotelis Opera.*
Bonitz — *Index Aristotelicus.*
Liddell-Scott — *Greek-English Lexicon. Ninth Edition with a Revised Supplement.*

APARATO CRÍTICO

I. Citação dos tratados de Aristóteles

Sigla seguida do número correspondente ao livro (em numeração romana) [quando exista] seguida do número correspondente ao capítulo (em numeração árabe), página Bekker, coluna Bekker, linha(s) Bekker.

Por exemplo:

Cat. 5, 3a8;
Metaph. I 1, 983b25-28.

II. Citação dos fragmentos de Aristóteles

Sigla correspondente ao título, abreviatura do editor, número do fragmento na respectiva edição.

As abreviaturas dos editores são as seguintes:

R^2 = Rose, *Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta*, 1870;
R^3 = Rose, *Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta*, 1886;
W = Walzer, *Aristotelis dialogorum fragmenta*, 1934;
R = Ross, *Aristotelis Fragmenta Selecta*, 1955;
C = Chroust, *Aristotle's Protrepticus*, 1964;
D = Düring, *Der Protreptikos des Aristoteles*, 1969.

III. Citação de textos filosóficos pré-socráticos

Nome do filósofo, DK A/B/C, número do fragmento em Diels-Kranz, linhas ou versos.

Por exemplo:

Heraclito, DK B 50;
Parménides, DK B 2, vv. 5-8.

IV. Citação de textos de Platão

Sigla seguida do número correspondente ao livro (em numeração romana) [quando exista], página, coluna(s), linha(s).

Por exemplo:

Phd., 98a7;
R. IV, 436e-437a.

V. Citação dos comentaristas

Todos os comentadores gregos de Aristóteles serão citados a partir dos *Commentaria in Aristotelem graeca*. A citação dos outros comentadores será feita a partir da respectiva edição de referência.

A citação dos comentadores segue a seguinte regra:

Autor, *In (sigla correspondente à obra de Aristóteles)*, editor

Por exemplo:

Alexandre de Afrodísias, *In Metaph.* Hayduck;
Filópono, *In APo.* Wallies;
Boécio, *In Cat.* Migne.

Entre o título do comentário e o nome do editor figuram as páginas e linhas da edição (por exemplo, *In Metaph.* 439.4-440.17 Hayduck), ou as páginas e as colunas (por exemplo, *In Cat.* 169b-170a Migne), conforme as convenções habitualmente adoptadas.

A mesma regra é seguida para os prolegómenos à filosofia aristotélica e os comentários à *Isagoge* de Porfírio (que com os alexandrinos passaram a figurar como introdução ao comentário do *Organon*) e bem assim no caso dos comentadores de Platão.

VI. Citação de outros textos

Em todos os outros casos, a citação deverá ser feita a partir das edições de referência, seguindo-se, na citação, as convenções internacionalmente adoptadas.

Sempre que for necessário adoptar um modo de citação especial, este será claramente explicitado no início.

NOTAÇÃO ESPECIAL

1. Na silogística e na teoria da demonstração aristotélicas, adopta-se o hábito estabelecido de representar as proposições predicativas «S é P» ou «P pertence a S» pela forma *AB*, em que *A* e *B* podem ser substituídos por termos gerais.

2. Numa proposição de forma *AB*, segue-se a ordem tradicional («S é P») e não a aristotélica («P pertence a S»), pelo que *A* é o sujeito e *B* o predicado.

3. De acordo com os quatro tipos de proposição silogística, representados em geral por *AxB*,

i) a universal afirmativa é representada por *AaB* (com o significado «Todo o A é B»);
ii) a universal negativa é representada por *AeB* (com o significado «Nenhum A é B»);
iii) a particular afirmativa é representada por *AiB* (com o significado «Algum A é B»);
iv) a particular negativa é representada por *AoB* (com o significado «Algum A não é B»).

4. No quadro dos silogismos modais:

i) ^{n}AaB significa «É necessário que todo o A seja B» (respectivamente para ^{n}AeB, ^{n}AiB e ^{n}AoB);
ii) ^{c}AaB significa «É contingente que todo o A seja B» (respectivamente para ^{c}AeB, ^{c}AiB e ^{c}AoB);
iii) ^{p}AaB significa «É possível que todo o A seja B» (respectivamente para ^{p}AeB, ^{p}AiB e ^{p}AoB);
iv) quando a modalidade for associada a um termo, empregar-se-á, por analogia, *nA* para «necessariamente *A*», *cA* para «contingentemente *A*», e *pA* para «possivelmente *A*».

5. No contexto da demonstração, *AaB* tem sempre o valor de ${}^{n}AaB$, pelo que esta expressão é, neste caso, livremente substituída por aquela.

6. As três proposições e os três termos constitutivos do silogismo são respectivamente designados assim:

'PM' (premissa maior)	'Pm' (premissa menor)	'C' (conclusão)
'TM' (termo maior)	'Tm' (termo menor)	'M' (termo médio)

7. Na representação do silogismo, 'logo' é representado por '$\models$'.

8. Para os operadores da lógica elementar, adopta-se a notação unânime ou mais comummente utilizada, nomeadamente: '$\neg$' para a negação; '$\wedge$' para a conjunção; '$\vee$' para a disjunção inclusiva; '$\rightarrow$' para o condicional material; '$\leftrightarrow$' para o bicondicional; '$\forall$x' para o quantificador universal; '$\exists$x' para o quantificador existencial.

9. A estes acrescentam-se, como símbolos para os operadores modais, '$\Box$' para a necessidade e '$\Diamond$' para a possibilidade. A notação canónica da teoria de conjuntos será a adoptada.

10. Utiliza-se igualmente, de acordo com a notação genericamente perfilhada, '$\vdash$' como sinal de derivabilidade. A equivalência lógica, isto é, a derivabilidade recíproca de duas proposições, será introduzida pelo sinal '$\equiv$'.

11. No caso dos termos gregos, não se distingue a menção pela utilização de aspas.

12. Toda a notação introduzida de novo e não mencionada aqui será explicitada *ad loc*.

BREVE CONSPECTO DA BIOGRAFIA ARISTOTÉLICA

ἐσμὲν γάρ πως καὶ ἡμεῖς τέλος.

Ph. II 2, 194a35.

1

FONTES

I

ELEMENTOS BIOGRÁFICOS ANTIGOS

1
AS ANTIGAS *VITAE ARISTOTELIS*

O nosso conhecimento da biografia aristotélica repousa essencialmente no conteúdo das antigas *Vidas de Aristóteles* que chegaram até nós [1].

Doze notícias estão nessas circunstâncias:

1) A biografia de Aristóteles integrada no livro V da obra *Vida e Doutrinas dos Reputados em Filosofia* de Diógenes Laércio [DL] (século III) [2];
2) A *Vita Hesychii* [VH], assim designada porque a sua origem é atribuída ao verbete Ἀριστοτέλης do *Onoma-*

[1] Düring editou todas as gregas e latinas em *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, apresentando a tradução ou sumariando desenvolvidamente as siríacas e as árabes; o conteúdo das mesmas, bem como o dos testemunhos antigos de que daremos conta no próximo capítulo, poderá ser consultado directamente nesta obra. Para além destas, existem também diversas biografias medievais (que Düring enumera e caracteriza nas pp. 164-179); mas só as que a seguir se referem podem, pela sua origem, dizer-se rigorosamente «Vidas antigas».

[2] Deste momento em diante, acompanharemos a primeira ocorrência de cada uma das *Vidas* com a sigla identificativa que a partir dela passamos a adoptar, indicada entre parêntesis rectos. Para esclarecimento dos autores mencionados, deverá consultar-se o glossário constante do apêndice I, bem como, no que respeita aos comentadores de Aristóteles, os apêndices II e III.

tólogo de Hesíquio de Mileto (século VI) [3], reproduzida pela *Suda* (sem o catálogo) e editada modernamente pela primeira vez (com o catálogo) por Gilles Ménage em 1663, como apêndice à sua edição de Diógenes Laércio (razão pela qual é também habitualmente conhecida por *Vita Menagiana*);

3) A *Vita Marciana* (nome derivado do único manuscrito em que se encontra, *Marc. gr.* 257) [VM], obra colectiva da escola alexandrina, cuja data poderá remontar ao final do século V;
4) A *Vita Vulgata* [VV], também de origem neoplatónica, mas provavelmente um pouco mais tardia (meados do século VI) [4];
5) A *Vita Lascaris* (nome do autor que a acrescentou, em apêndice, a um manuscrito da *Vita Vulgata*) [VLasc.], que é um mero conjunto de excertos da *Vita Marciana* [5];
6) A *Vita Latina* [VL], correspondendo em grande medida a uma tradução, frequentemente *verbatim*, da *Vita Marciana* ou do seu original (feita provavelmente por volta do século XII);
7) Duas biografias siríacas [VSI e VSII], de data indeterminada, que repousam sobre o mesmo original das neoplatónicas;
8) Quatro biografias árabes, também derivadas da mesma fonte, a saber, a incluída no *Kitab al-Fihrist* de Ibn al-Nadim (século X) [6], a da *Selecta da Sabedoria e Belos Ditos* de al-Mubassir (século XI), a da *Crónica dos Sábios* de Ibn al-Qifti (século XIII) e a do *Livro de Fontes de Informação sobre as Escolas Médicas* de Ibn Abi Usaibia (século XIII) [7].

---

[3] Tese proposta pela primeira vez por Rose em *De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentatio*, pp. 48-50.

[4] Esta biografia é por vezes designada *Vita Ammoniana*, por ser atribuída ao círculo de Amónio Hermeu, fundador da escola neoplatónica de Alexandria.

[5] Respectivamente: VLasc 1 = VM 10; VLasc 2 = VM 9 e 25; VLasc 3 = VM 4.

[6] O *Kitab al-Fihrist* é uma biodoxografia em que se reúnem os mais ricos materiais para o conhecimento da tradição árabe de reflexão, comentário e tradução no período a que se refere. Esta e as restantes biografias árabes serão indicadas, de aqui em diante, pelo nome do autor.

[7] A estas é necessário acrescentar a versão inédita atribuída pelo manuscrito *Istambul Aya Sofya 4833* a Ptolemeu al-Garib e que poderá ser a versão integral da sua *Vita*.

As duas primeiras parecem corresponder a versões independentes da biografia de Aristóteles composta por Hermipo de Esmirna, autor menor do peripatetismo antigo, algures no século III a. C. [8]

Todas as restantes, a saber, os três epítomes greco-latinos, as duas versões siríacas e as quatro biografias árabes, provêm da obra perdida de um certo Ptolemeu [9], autor neoplatónico do século IV da nossa era, provavelmente oriundo da escola síria de Jâmblico [10].

As notícias de Diógenes e de Hesíquio mostram-se notavelmente isentas dos tiques e exageros hagiográficos que caracterizam o tratamento alexandrino dos materiais biográficos, o que reforça a conjectura de que corresponderão ao desenvolvimento independente de um antigo filão peripatético, designadamente radicando na obra, hoje perdida, de Hermipo.

Todas as outras denunciam uma forte influência neoplatónica.

Os epítomes gregos primitivos, aí incluído o original grego da *Vita Latina*, poderão ter sido redigidos ao longo do século V, inspirando-se directamente, se bem que de modo independente, na *Vida* perdida de Ptolemeu.

Está fora de dúvida que todos serviram o ensino oral da escola alexandrina desde o fundador, Amónio Hermeu, até aos dois escritores cristãos David e Elias, no século VI, passando por Simplício, João Filópono e Olimpiodoro, o que constitui um elemento decisivo em abono da data indicada como provável para a sua redacção, entre o original de Ptolemeu, algures no século IV, e o início da instrução regular de Amónio, no final do século V. Não é descabido pensar-se que os três epítomes tenham sido inclusive compostos na escola de Alexandria e que pelo menos o mais antigo tenha sido pessoalmente redigido pelo próprio Amónio.

As duas curtas notícias siríacas são provavelmente mais tardias, sendo possível que remontem aos séculos VII ou VIII da nossa era, seja por via da escola de Qennesrin, na qual, em meados do século VII, pontificava o bispo Severo Sebokht, seja através da escola de Edessa, onde, um século mais tarde, se destacava Tiago

---

[8] Para uma tentativa de reconstituição, veja-se o apêndice IV.

[9] Trata-se do célebre Ptolemeu al-Garib dos Árabes, cujo epíteto significa, sugestivamente, «o desconhecido». Voltaremos com mais detalhe a esta figura no cap. II do nosso primeiro estudo.

[10] Um ensaio de reconstituição encontra-se *infra*, no apêndice V.

de Edessa, metropolita desta cidade. Ambos são bons candidatos à autoria do original siríaco do epítome da *Vita* de Ptolemeu, embora as duas soluções também possam ser cumulativas, uma vez que as versões subsistentes denotam um percurso independente.

A apontar-se para uma data mais precoce, as únicas alternativas possíveis teriam de ser encontradas entre os autores siríacos primitivos, como Probo (século V) ou Sérgio de Resaina (séculos V-VI), a quem a tradição atribui traduções e/ou comentários dos primeiros tratados do *Organon*, os quais, na ordem pedagógica neoplatónica, confinavam com a exposição da vida e obra de Aristóteles e da *Isagoge* de Porfírio, o que justificaria um interesse particular por parte deles na divulgação da biografia aristotélica.

Ao contrário do que sucede com as tradições grega e siríaca, a tradição biográfica árabe corresponde a uma única linhagem, cuja origem se desconhece com segurança, mas cujo primeiro testemunho subsistente é o verbete do *Fihrist* de al-Nadim.

Com efeito, a *Vida* de al-Qifti é uma transcrição desta obra e as de Mubassir e de Usaibia correspondem a duas diferentes selectas dela retiradas.

Uma hipótese forte para a autoria do original árabe é que ele tenha sido composto por Hunayn Ibn Ishaq (século VIII), notável erudito cristão siríaco do tempo dos califas abássidas de Bagdade, que iniciou a tradução sistemática para o siríaco e para o árabe de diversas obras de Aristóteles, ou então que ele tenha tido origem na sua Escola, em que se distinguiu igualmente o filho, Ishaq Ibn Hunayn, também ele tradutor de diversos tratados do *Organon*, o que, pela razão atrás recordada, o torna um candidato natural para este efeito.

Curioso é o facto de os epítomes árabes serem muito mais ricos em detalhes do que os correspondentes gregos e siríacos, o que faz suspeitar que os seus autores terão tido acesso a uma versão mais completa da biografia ptolemaica, ou experimentado uma maior preocupação com a fidelidade ao texto, ou ainda, coisa que não pode ser completamente descartada, a despeito da reconhecida competência científica e probidade intelectual dos putativos autores do original, descoberto uma noção mais criativa do que seja o trabalho editorial [11].

---

[11] Para uma súmula das informações contidas nas antigas *Vidas de Aristóteles*, veja-se o apêndice VI.

2
OS PRIMEIROS TESTEMUNHOS

Para além dos importantes documentos indicados atrás, encontram-se avulsamente, por um largo período de tempo, numerosos testemunhos antigos sobre episódios da vida e características da personalidade de Aristóteles, em regra, mas não sempre, sob a forma de lendas, curiosidades e anedotas.

Os elementos certamente mais aliciantes à primeira vista, mas também mais decepcionantes à segunda, são os escritos privados do próprio Aristóteles, entre os quais se contam o testamento, de que adiante falaremos com mais detalhe, as cartas que podem ser reputadas como autênticas e os epigramas, hinos e poemas dedicados a determinadas personalidades da época, designadamente a Platão e a Hermias de Atarneu.

De resto, entre os escritos contemporâneos de Aristóteles, quase nada há de relevante neste domínio.

As únicas referências com algum valor biográfico são os fragmentos preservados do *Elogio a Hermias* de Calístenes de Olinto, sobrinho e colaborador de Aristóteles, e, eventualmente, se a interpretarmos como visando o nosso filósofo, o que está longe de ser seguro, a história contada por Aristóxeno de Tarento na sua *Vida* de Platão, de acordo com a qual certos discípulos teriam começado a ensinar na Academia (sem a sua autorização e contra a sua orientação, subentende-se) durante a ausência de Platão em Siracusa.

Há, no entanto, uma importante excepção.

Trata-se da polémica movida contra Aristóteles por um discípulo de Isócrates, Cefisodoro de Atenas, enquanto aquele era ainda membro da Academia, de que se conhecem abundantes pormenores, conservados por autores mais recentes, os quais permitem reconstituir alguns dados preciosos a respeito da obra já publicada pelo Estagirita, dos interesses que então o animavam e das tendências para que o seu pensamento se orientava, bem como inferir diversas informações colaterais, nomeadamente acerca de qual seria já, cerca de 360 a. C., o estatuto intelectual e a notoriedade pública do Estagirita como mestre e escritor académico.

Por outro lado, imediatamente a seguir à morte de Aristóteles, ou, ainda em vida, no lance em que ele se vê forçado a optar pela segunda e última vez pelo exílio, encontram-se importantes documentos, todos eles negativos, a respeito do filósofo.

Vemos então erguerem-se duas grandes correntes hostis ao Estagirita, as quais recorrem a todos os meios, legítimos ou ilegí-

timos, e lançam mão de todos os indícios e rumores, verídicos ou fictícios, para denegrir a sua imagem e destruir a sua credibilidade.

De um lado, motivada por antagonismo político, a grande plêiade de publicistas antimacedónios, que polarizam todo o seu ódio e ressentimento em Aristóteles, cuja ligação pessoal e afectiva à corte de Péla era bem conhecida, ainda que, do ponto de vista político, o não fosse mais do que a que vinculava as demais escolas atenienses, nomeadamente a isocrática e a platónica, ao projecto imperial de Filipe e Alexandre.

Foi o que sentiram alguns, assim que a notícia da morte de Alexandre chegou a Atenas e os cidadãos viram boa a ocasião para mostrar novamente o pundonor com que o eram.

Neste capítulo, coube a um desconhecido, de nome Eurimedonte, abrir as hostilidades, levando Aristóteles a tribunal por impiedade, com fundamento no hino por ele escrito em honra de Hermias. Parece que foi este processo que levou Aristóteles a escolher os caminhos da emigração, cansado, desiludido ou desgostado com o baixo nível a que a coisa tinha chegado.

Mais tarde, beneficiando de uma nova erupção do espírito autonomista, com a substituição de um governo pró por um governo antimacedónio, ocorrida na Primavera de 306 a. C., um outro desconhecido, de nome Demócares, dirige uma acção legal contra os filósofos, aí incluídos, com particular destaque, os peripatéticos, todos mais ou menos comprometidos com o «inimigo», a começar por Demétrio de Falera, membro da Escola então acabado de cair em desgraça depois de, por um largo período, ter governado Atenas em nome da Macedónia.

Aristóteles, pai espiritual dos discípulos do Liceu e, como tal, responsável por assim dizer genético por todos os seus actos, era um alvo fácil — por ter sido amigo pessoal de muitos dos detestados intervenientes no processo, por ter privado com os reis e governantes da Macedónia, por ter sido professor de muitos dos seus colaboradores, por estar a ser vítima, ao mesmo tempo, de outras acusações e, não menos, por estar morto, o que facilita sempre extraordinariamente as coisas.

O libelo que a este respeito Demócares redigiu incluía as insinuações suficientes para se tornar, de aí em diante, numa das fontes inesgotáveis dos tropos e mexericos que enxamearam a tradição difamatória.

Bem mais importantes do que qualquer dos anteriores, são, todavia, nem que seja pelos efeitos duradouros das suas interven-

ções, dois cidadãos de Quío (não por acaso um Estado reduzido pelas tropas de Filipe Magno), a quem se devem algumas das mais bem-sucedidas torpezas usadas contra a memória de Aristóteles, em especial a que lhe assacava o engenho de ter feito carreira como favorito de Hermias de Atarneu.

São eles Teócrito de Quío, escritor menor da época de Aristóteles, de que se sabe apenas ter sido um inimigo figadal da Macedónia e haver escrito um epigrama infamante sobre as alegadas relações do Estagirita com Hermias, e Teopompo de Quío, historiador grego da escola de Isócrates (o que não é aqui despiciendo), em cujas obras se abre espaço para as mesmas referências caluniosas.

Expressando discordâncias doutrinais, por vezes com uma vivacidade que roçava o insulto e, num caso, pelo menos, com o recurso sistemático a baixas invectivas pessoais, Aristóteles encontra, no entanto, nesta época, um outro conjunto poderoso de adversários tenazes.

É esse o caso de Lícon, um filósofo pitagórico contemporâneo do Estagirita, de que nada mais se sabe, mas que terá contribuído para alimentar as acusações de impiedade que, como vimos, desde então lhe foram feitas, com uma ligeireza no mínimo suspeita.

Mas as escolas filosóficas de onde, mais cedo e de modo mais consistente, partiram as críticas a Aristóteles foram a megárica, em que se destacaram Eubúlides de Mileto, o famoso autor de paradoxos, e Alexino de Élis, que parece ter sido um seu discípulo mais ou menos insignificante, a quem, segundo Diógenes Laércio, os contemporâneos preferiam chamar ἐλεγξῖνος («quezilento», num evidente trocadilho com o seu nome), e sobretudo a epicurista, onde logo os primeiros mestres, Epicuro e Metrodoro, se revelaram como os mais ferozes e violentos críticos do aristotelismo, não hesitando em utilizar nas suas diatribes as injúrias postas já a circular pelo partido antimacedónio e por alguns membros da escola isocrática.

Um pouco mais tarde, um discípulo de Epicuro, de nome Colotes, acorreu a salvá-lo desta mancha, preferindo a argumentação à calúnia na desmontagem mais penetrante e consistente até então efectuada do sistema aristotélico, e também do platónico, em alguns aspectos centrais em que ambos divergem do epicurista. Graças a Plutarco, a sua análise foi em grande parte preservada, o que nos permite ficar com uma ideia razoavelmente nítida das críticas que dirige a Aristóteles, bem como, o que não é de some-

nos, da imagem que um observador idóneo, mas inteligente, poderia ter à época do significado e do valor do aristotelismo [12].

Numa segunda geração, continua a verificar-se a tendência para um debate fortemente polarizado na, e envenenado pela, simpatia ou antipatia suscitadas nos escritores coevos por Aristóteles e o círculo peripatético.

De entre os autores hostis, destacam-se, em especial: Timeu de Tauroménio, um historiador siciliano radicado em Atenas após a deposição de seu pai do trono da sua cidade; Tímon de Fliunte, famoso sequaz do cepticismo pirrónico que optou por filosofar em versos satíricos contra as escolas dogmáticas; e Hermarco, epicurista da segunda geração, que parece ter escrito um panfleto, Πρὸς ᾿Αριστοτέλην, hoje perdido.

No entanto, é nesta época, com os ânimos um pouco mais serenados pela estabilização política que a civilização helenística sedimentará, finda a guerra dos Diádocos, que surgem também as primeiras reacções contra as simplificações, injustiças e exageros que haviam caracterizado a primeira fase da recepção de Aristóteles.

A primeira, no tempo e em importância, é protagonizada por Filócoro de Atenas, que, apesar de ferozmente antimacedónio, procedeu na sua *História da Ática* (de que subsistem numerosos fragmentos) a um estudo isento dos documentos, daí resultando a completa absolvição de Aristóteles e do Perípato das acusações de traição postas a circular contra eles, designadamente pelo libelo de Demócares, bem como a denúncia da falsidade de outras invectivas infundadas contra o Estagirita.

Neste contexto, Filócoro pode bem ser honrado como o mais antigo representante da linha de resistência e inflexão contra a maledicência lançada contra Aristóteles. A ele ficamos a dever, para além do mais, a cronologia da vida de Aristóteles que Apolodoro fixou e hoje conhecemos através de Dionísio de Halicarnasso e de Diógenes Laércio [13].

Outros nomes a reter neste período como primeiras figuras da reacção peripatética, agora acentuadamente apologética, são Eumelo, cuja obra praticamente se perdeu, Dicearco, peripatético

---

[12] Este ponto é importante para o estabelecimento do estado do *corpus* no momento em que o epicurismo antigo formula a sua crítica, como teremos ocasião de ver no nosso primeiro escrito.

[13] Pode ver-se uma transcrição no apêndice VII.

da segunda geração de quem se conservam alguns curtos fragmentos, e principalmente Aríston de Cós, escolarca do Liceu entre 225 e 190 a. C., que foi o verdadeiro fundador da história do Perípato e cujo trabalho, embora não possa hoje ser compulsado directamente, está decerto na base de muito do que a tradição subsequente, de Hermipo a Diógenes e Hesíquio, nos veio a transmitir.

Entre os detractores contumazes do peripatetismo e os adeptos incondicionais da Escola, as fontes idóneas mais antigas após Filócoro encontram-se nos doxógrafos descomprometidos do primeiro helenismo.

Duas figuras avultam especialmente no período: Antígono de Caristo, autor das *Vidas dos Filósofos*, obra de que Ateneu preserva diversos fragmentos; e o autor desconhecido do tratado *De elocutione*, onde se reúnem alguns testemunhos relevantes sobre a vida e a personalidade do Estagirita.

3
A LITERATURA BIOGRÁFICA HELENÍSTICA E NEO-HELENÍSTICA

Porém, agora estamos já em plena época florescente da literatura biográfica helenística.

Nela, distinguem-se os escritores de entretenimento, interessados sobretudo em compor obras ligeiras, recheadas de histórias variadas (ποικίλη ἱστορία) e polvilhadas de anedotas saborosas e pormenores picantes, e os autores dos μέγα βιβλία, livros mais sérios, de propósito erudito.

De entre os últimos, sobreleva, como especialmente importante para o caso de Aristóteles, o estudioso Hermipo de Esmirna, bibliotecário peripatético de Alexandria durante o século III a. C., que compôs a mais antiga biografia aristotélica conhecida, incluindo o texto do testamento e o inventário dos escritos, acervo pelo menos parcialmente conservado por Diógenes Laércio e Hesíquio de Mileto.

Outros nomes importantes no período são Apolodoro de Atenas (século II a. C.), gramático radicado em Alexandria, a quem se deve, com a de muitos outros, a fixação da cronologia da vida de Aristóteles, e Filodemo de Gádaros (século I a. C.), autor de *A Sucessão dos Filósofos* e do *Índice dos Filosóficos Académicos*, obras que conservam informações de qualidade transcritas a partir de fontes

mais antigas, designadamente no que respeita à polémica de Cefisodoro com Aristóteles, acerca da qual constitui uma das principais autoridades.

De entre os coleccionadores de ποικίλη ἱστορία, o mais antigo e influente nesta época é Jerónimo de Rodes, escritor peripatético do tempo de Lícon e de Aríston, que determinou, pelo conteúdo e pelo estilo, sucessivas gerações de literatos do período helenístico.

Dois séculos mais tarde, Dionísio de Halicarnasso virá a contribuir também, nas suas numerosas obras, para a preservação de muitos testemunhos antigos sobre a biografia aristotélica.

No século I a. C. abre-se, no entanto, uma nova fase na compreensão da figura de Aristóteles, bem como na recepção e transmissão do seu pensamento, dos seus escritos e também dos elementos que circulavam sobre a sua vida e a sua personalidade.

Trata-se do primeiro renascimento aristotélico, promovido pela redescoberta da colecção aristotélica, em que tomaram parte importante Apeliconte de Teo, bibliófilo grego que a terá resgatado no início do século, e Tirânio de Amiso, gramático romano, em cuja biblioteca virá a entrar algumas décadas mais tarde, e marcado pela primeira edição sistemática das obras de Aristóteles, empreendida em Roma por Andronico de Rodes.

A este incansável erudito se deve, para além da referida edição, a recuperação e a divulgação dos tratados acromáticos, que com a morte de Aristóteles haviam deixado de circular, e a fixação do cânone da obra aristotélica, dotando-a de uma estrutura muito aproximada da que conhecemos hoje.

O seu labor em prol do renascimento dos estudos aristotélicos foi continuado por colegas e discípulos, entre os quais cumpre referir Boécio de Sídon, Aríston de Alexandria, Eudoro, Xenarco, Atenodoro e, principalmente, Nicolau de Damasco. Outro membro da Escola em cujas obras se conservam testemunhos relevantes sobre a biografia aristotélica é o famoso geógrafo Estrabão.

Num domínio aparentado, é também por essa época que Ártemon de Cassandreia procede à edição da correspondência de Aristóteles, publicando uma extensa colecção de cartas dirigidas pelo filósofo a diversas personalidades, elemento de especial interesse biográfico.

Porém, preparatória do ambiente que havia de propiciar e acolher todo este intenso trabalho editorial é a emergência do eclectismo, introduzido na Academia por Fílon de Larissa, chefe da Escola no início do século I a. C., em substituição do céptico

Carnéades, de quem fora aluno, e continuado pelo seu discípulo e sucessor Antíoco de Ascalão, verdadeiro responsável pela consolidação do ideário filosófico que irá marcar toda a IV Academia.

Ambos favorecerão o interesse pelo pensamento aristotélico e determinarão indirectamente o favor exegético que a partir daí nunca mais lhe irá faltar.

Uma outra figura coeva do eclectismo emergente, este de influência predominantemente estóica, foi Possidónio de Apameia (séculos II-I a. C.), em cujos textos se encontram, aliás, alguns, poucos, testemunhos biográficos relevantes.

Beneficiando do convívio com todos estes homens, cujas lições escutou em Roma, Atenas e Rodes, o mais famoso epígono da viragem ecléctica, e, com ela, do retorno a Aristóteles, será Cícero, em cujas obras se encontram numerosas referências ao Estagirita, algumas com grande interesse histórico, em especial quando citam, descrevem ou comentam os escritos exotéricos, cujo conteúdo só conhecemos hoje pelas notícias que ele, e outros como ele, nos legaram.

Esta veia harmonizadora dos pensamentos platónico e aristotélico, por uma vez simpática à frequência dos escritos do nosso filósofo, será continuada, e até aprofundada, nos dois séculos seguintes, pelos autores do platonismo médio.

E é de facto a membros desta Escola, como Albino, Apuleio ou Máximo de Tiro, todos do século II d. C., que, no período, podemos ir buscar elementos informativos de recorte mais erudito com implicação directa ou indirecta sobre Aristóteles.

Já os seus contemporâneos e correligionários Calvino Tauro e Ático, sobretudo sensíveis às diferenças doutrinárias entre Platão e Aristóteles, procurarão antes contrariar a tendência ecléctica dominante na Academia, o que os tornará particularmente atreitos, em especial no último caso, a servir de veículo às reinvestidas da antiga tradição hostil.

Contudo, a grande figura deste período é, indiscutivelmente, Plutarco de Queroneia (séculos I-II), prolixo historiador e ensaísta grego, em cujas obras se encontra um autêntico manancial de detalhes sobre a vida e a obra do Estagirita, embora nem todos merecedores de uniforme audiência.

Ainda na época imperial, o filósofo neopitagórico Numénio de Apameia (século II) regista alguns dados de relevo sobre a biografia aristotélica, ao mesmo tempo que, com outro fôlego, o médico e filósofo céptico Sexto Empírico (século III) dedica, ora em contraponto à exposição do pirronismo, ora a propósito da refuta-

ção das correntes dogmáticas, algumas páginas extremamente importantes para o conhecimento das escolas filosóficas precedentes, entre as quais a de Aristóteles.

Todavia, no mesmo período, a literatura regressa também ao cultivo das ποικίλη ἱστορία (ou, agora, das *varia historia*), recriando uma espécie de neo-helenismo refinado e como que barroco.

É nela que vamos encontrar boa parte da informação disponibilizada na época a respeito do ponto que nos ocupa.

É certo que já antes, no primeiro século da nossa era, investigadores como Plínio, o *Antigo,* haviam contribuído para reter algumas referências importantes à biografia de Aristóteles.

Mas é sobretudo no período da segunda sofística que se descobrem os melhores exemplos deste género literário e também as mais substanciais informações conservadas pela tradição.

De entre os escritores de entretenimento com importância neste ponto, destacam-se: Élio Aristides (século II), célebre orador grego em cujos discursos são preservados alguns testemunhos importantes sobre o Estagirita; o escritor grego de origem síria Luciano, contemporâneo do anterior; o filósofo céptico Favorino, também da mesma época, que, para além dos outros contributos de carácter biográfico que avançou, parece ser a fonte directa de Diógenes Laércio no estabelecimento da cronologia de Aristóteles; o escritor ligeiro Aulo Gélio, ainda do século II, em cujas *Noites Áticas* são recolhidas diversas anedotas relativas a Aristóteles; um pouco mais tarde, o gramático e orador grego Ateneu de Náucratis, autor da monumental antologia dialogada que ficou conhecida pelos *Dipnosofistas*; e Cláudio Eliano, escritor e professor de retórica romano, cujas *Varia historia* preservam diversos testemunhos sobre a vida, a personalidade, os ditos e as obras de Aristóteles.

4
DO COMENTARISMO ÀS RECOLHAS BIODOXOGRÁFICAS TARDIAS

Eis, contudo, que intervém o momento grande do segundo renascimento aristotélico, ainda nos séculos II-III, marcado pelo início do comentarismo e centrado nos trabalhos pioneiros de Alexandre de Afrodísias, dos seus mestres Adrasto, Hermino, Sosígenes e sobretudo Arístocles de Messina, de alguns dos seus condiscípulos, como Galeno de Pérgamo, figura ímpar da medicina e da lógica ocidentais, e bem assim dos seus continuadores,

em que se destacará, século e meio mais tarde, Temístio de Constantinopla, último grande representante do comentário aristotélico fora da influência neoplatónica.

De entre todos, é indiscutivelmente Alexandre que sobreleva, quer pelo volume conservado dos comentários que dedicou às obras de Aristóteles, em especial nas áreas da lógica, da física, da psicologia e da metafísica, quer pelos enormes conhecimento e penetração analítica que eles revelam, até hoje não excedidos por nenhum comentário posterior.

Todavia, no domínio propriamente doxográfico, foi sobretudo o filósofo peripatético Arístocles de Messina que desenvolveu o trabalho mais interessante, procurando, na sua obra *De philosophia* (quase integralmente perdida), impugnar as informações e os argumentos transmitidos pela tradição hostil a Aristóteles.

Ainda na mesma época, assiste-se ao trabalho mais sistemático no domínio da história da filosofia antiga, quer do ponto de vista teórico, em que se destaca Sócion de Alexandria (século II), doxógrafo grego da escola peripatética, responsável pela introdução do método das sucessões, quer do ponto de vista historiográfico, em que o grande nome é indiscutivelmente Diógenes Laércio, em cujo livro *Vida e Doutrinas dos Reputados em Filosofia* são sucessiva e exaustivamente abordados todos os filósofos desde o princípio dos tempos (literalmente) até Epicuro, ao estilo neo-helenístico da narrativa anedótica.

A este último autor se deve parte muito significativa das informações de que hoje dispomos acerca da filosofia grega e das suas principais figuras, correntes, obras e feitos. No caso de Aristóteles, é através de Diógenes que acedemos às informações contidas na *Vida* de Hermipo, nas passagens atinentes das *Crónicas* de Apolodoro, ao texto do testamento de Aristóteles e ao catálogo peripatético antigo das suas obras, muito provavelmente derivado ultimamente de Aríston.

Nos primeiros séculos da nossa era, a civilização ocidental assistira, porém, a uma decisiva revolução cultural.

O cristianismo e, com ele, um componente importante da sensibilidade e da mentalidade judaica e oriental, havia penetrado nos espíritos, dominado os povos, influenciado as camadas ilustradas e, num primeiro momento, obrigado as mentes inclinadas à especulação a tomarem uma posição.

Com efeito, a atitude inicial da Patrística cristã fora marcada pela rejeição em bloco de todos os vestígios do paganismo, neles incluída, muito particularmente, a filosofia.

Como se está mesmo a ver, para assim rejeitar a filosofia, os que a queriam excluir tiveram de a conhecer e, o que é mais, de a praticar [14].

Os grandes padres apologetas dos século II-IV foram um bom exemplo desta inexorabilidade, convertendo-se involuntariamente em veículos de preservação de numerosos livros antigos ou muito técnicos, e, como tal, pouco apetecíveis, que, por praticamente fora de circulação, estavam, à época, em riscos de se perder, mas a que, para efeitos polémicos, precisavam de recorrer nos seus opúsculos e sermões, de modo a estigmatizar as doutrinas nefastas que continham ou, então, a demonstrar as operações misteriosas do Senhor patenteadas nas proximidades surpreendentes de certas intuições pagãs com a verdade revelada.

Por uma ironia do destino (mas o destino é fértil em ironias), os primeiros Padres da Igreja vêm, assim, a tornar-se nos grandes responsáveis pela conservação de um enorme volume de informação sobre o pensamento antigo, justamente aquele que desejavam contrariar, o que, aliás, atesta bem a sua honestidade científica e a sua lealdade intelectual.

No que a Aristóteles concerne, os nomes mais relevantes desta corrente são o de São Clemente de Alexandria (séculos II-III), incansável pregador cristão que preserva nas suas obras *Protréptico, Pedagogo* e *Miscelâneas* numerosos fragmentos e testemunhos antigos, o do seu discípulo Orígenes, para além do mais também um grande filósofo, em cujo livro polémico intitulado *Contra Celso* ficam registadas algumas referências biográficas a Aristóteles, o de Eusébio de Cesareia (século IV), a quem a filosofia antiga tem a agradecer as muitas páginas que lhe dedica na sua monumental *História Eclesiástica*, e, finalmente, o de São Gregório de Nazianzo (também do século IV), em cujos sermões são transcritas diversas informações relevantes sobre os autores antigos.

Todavia, já no final da Antiguidade, a filosofia pagã tem um último sopro de independência e de criatividade, tal o canto do cisne de que Platão fala no *Fédon* como guardando para a vizinhança da morte o seu mais belo cântico.

O neoplatonismo, fundado por Plotino, como corrente de pensamento, algures no século III d. C., mas só transformado em

---

[14] A acreditar em Elias, o próprio Aristóteles havia já intuído esta verdade segundo a qual, se «o que é de filosofar é de filosofar», «o que não é de filosofar também é de filosofar» (*In Porph.* 3.17-23 Busse = *Prt.* R 2, R^2 50, R^3 51, W 2).

movimento filosófico pelo seu discípulo Porfírio, terá uma palavra decisiva a dizer na divulgação e na transmissão do pensamento pregresso, com especial destaque para Platão e Aristóteles.

Para tal contribuiu não apenas a importância que avulta no neoplatonismo histórico do projecto de compatibilizar originariamente os pensamentos destes dois autores, como o facto de se haver institucionalizado em torno de uma escola que assegurou ininterruptamente, ao longo de três séculos, um modelo de ensino em que os dois filósofos constituíam parte essencial do currículo.

Ora, uma vez que possuímos informações directas e fidedignas a este respeito [15], sabemos que a apresentação do pensamento de Platão e de Aristóteles era invariavelmente precedida por uma exposição das respectivas biografias, para a qual contavam com um epítome previamente elaborado.

Ptolemeu «o desconhecido», autor, como veremos, de identificação muito controversa [16], será aqui o nome-chave, uma vez que lhe devemos a matriz de todas as *Vitae Aristotelis* subsistentes de feição neoplatónica, a saber, aquelas justamente com base nas quais era produzido o ensinamento dentro das escolas.

Sem ser desejável, para já, proceder a uma discussão acerca deste autor, é conveniente ficar a saber o pouco que, da Antiguidade, nos é transmitido sobre ele.

É sobretudo na tradição árabe, em que os trabalhos de Ptolemeu terão uma enorme utilização, que se encontram as parcas referências primárias ao biógrafo.

Assim, al-Nadim, no final da entrada sobre Aristóteles do *Fihrist*, introduz uma lista intitulada «Filósofos da natureza cuja data e sucessão não conhecemos», onde surge esta observação esclarecedora: «Ptolemeu al-Garib foi um adepto de Aristóteles e espalhou o conhecimento acerca dos seus méritos; é o autor do livro *Acerca da Vida de Aristóteles, a Sua Morte e a Classificação dos Seus Escritos*.» [17]

Já o verbete dedicado a Ptolemeu pela enciclopédia *Tabaqat al-hukama* de al-Qifti reza assim: «Este investigador foi durante

---

[15] Utilizá-las-emos mais amplamente no capítulo IV do nosso primeiro estudo.

[16] Voltaremos à questão na parte final do capítulo II do nosso estudo sobre «O *Corpus* Aristotélico».

[17] Traduzimos sempre a partir de Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*: aqui a pp. 194-195.

toda a sua vida um filósofo no país dos Gregos e não é o mesmo que o autor do *Almageste* [18]. […] Muitos tipos de investigadores são conhecidos pelo nome de Ptolemeu. Eram distinguidos uns dos outros pelo acrescento de um nome especial, para que pudessem ser conhecidos por esse nome. Com o intuito de mostrar a sua solicitude para com Aristóteles, este investigador escreveu um livro *Acerca da Vida de Aristóteles, a Sua Morte e a Classificação dos Seus Escritos*.» [19]

Finalmente, o artigo de Usaibia sobre Aristóteles começa do seguinte modo: «Assim fala Ptolemeu no seu livro dedicado a Galo sobre a vida e a história de Aristóteles, o seu testamento e a lista dos seus livros famosos.» [20]

De resto, encontram-se apenas mais duas referências, uma incompleta e outra equivocada, a Ptolemeu, ao longo de toda a tradição grega: uma passagem da *Vita Marciana* 13, em que ele surge mencionado apenas pelo nome (ao invés do que al-Qifti se afadigava em explicar); e um trecho de David [21], que o confunde com o imperador Ptolemeu Filadelfo, o que mostra, como Düring correctamente refere, que «a sua identidade já era desconhecida por volta de 500 d. C.» [22].

Não há nenhum outro testemunho antigo sobre Ptolemeu.

Esta situação rara e embaraçosa não autoriza grandes conjecturas, para além daquelas que Düring sumaria nos seguintes termos [23]:

> Em suma: a minha própria conclusão provisória, até que mais elementos emirjam, é que Ptolemeu era um neoplatónico alexandrino, influenciado pela, ou pertencendo à, escola de Jâmblico (século IV d. C.), e que o sobrenome «al-Garib» foi-lhe dado pelo escritor anónimo do sumário árabe (= Ishaq?) para o distinguir do famoso Ptolemeu, autor do *Almageste*.

---

18 O autor do *Almageste* é o astrónomo peripatético Cláudio Ptolemeu, contemporâneo mais velho de Alexandre de Afrodísias no Liceu.

19 *Op. cit.*, p. 209.

20 *Op. cit.*, p. 212.

21 *Olim* Elias, *In Cat.* 107.11 Busse.

22 *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 210.

23 *Op. cit.*, pp. 210-211.

Acerca das tendências e características da *Vita* de Ptolemeu, tal como elas resultam de um cotejo dos numerosos epítomes existentes, damos, uma vez mais, a palavra a Düring [24]:

> O carácter geral da biografia de Ptolemeu, como aqui descrita, implica que nunca se deve confiar nele. É preciso suspeitar sempre de que as suas afirmações são influenciadas por zelo apologético. Mas seria injusto ignorar a questão de que, por vezes, transmite factos que contêm acrescentos valiosos à tradição biográfica.

Isto, no que diz especificamente respeito à tradição biográfica.

Mas as escolas neoplatónicas fizeram muito mais do que simplesmente recolher a biografia aristotélica: dedicaram-se sobretudo ao comentário aturado e exigente dos seus escritos.

E, nos textos desta natureza, há também bastas referências com impacto no ponto em apreço: no período anterior a Ptolemeu, através do ensinamento e dos trabalhos didácticos, exegéticos e filosóficos de Porfírio e de Jâmblico; depois desse período, uma vez que os comentários de Proclo e Damáscio ao pensamento de Aristóteles se perderam, especialmente através dos produzidos pela Escola de Alexandria, fundada por Amónio Hermeu no final do século V e continuada por Simplício, Filópono, Asclépio, Olimpiodoro, David, Elias e Estêvão de Alexandria, todos eles, embora de modo desigual, autores não menos importantes do ponto de vista historiográfico do que do ponto de vista filosófico.

A nossa história termina com as recolhas doxográficas tardias, em que, nalguns casos, repousa boa parte da informação directa de que dispomos sobre o pensamento antigo e, no caso vertente, sobre a vida do Estagirita.

Contam-se especialmente neste lote: as *Éclogas* e o *Florilégio* de João Estobeu (séculos V-VI), onde se reúnem milhares de fragmentos de escritores antigos, alguns com referências biográficas importantes a Aristóteles; a *Nomenclatura*, ou dicionário biográfico, de Hesíquio de Mileto (século VI), cronista de Constantinopla sob Justiniano, cujo trabalho sobrevive nos verbetes da *Suda*, designadamente no que respeita à notícia sobre a vida e o catálogo antigo das obras de Aristóteles; a própria *Suda*, monumental

---

[24] *Op. cit.*, p. 472.

enciclopédia do pensamento antigo composta algures no século X por um lexicógrafo bizantino desconhecido; e, na tradição árabe, a mais influente das suas doxografias, o *Kitab al-Fihrist* de Ibn Abi Iacub al-Nadim, contemporâneo do autor da *Suda,* onde se inclui a primeira versão árabe da *Vita Aristotelis* de Ptolemeu, com transcrição do testamento.

II

ACIDENTES E VÍCIOS DE TRANSMISSÃO

1
TRADIÇÃO DIFAMATÓRIA, REACÇÃO PERIPATÉTICA E FONTES INDEPENDENTES

Como resultará decerto do percurso anterior, a historiografia, no que respeita a Aristóteles, raramente foi isenta.

Violentas paixões — ideológicas, políticas, filosóficas e, o que não é menos, o que hoje se chamaria «académicas» — agitaram por diversas vezes, embora com maior vivacidade na primeira fase da recepção do magistério aristotélico, os homens que se dedicaram a estudar Aristóteles, ou simplesmente a falar dele, e perturbaram a neutralidade e a isenção com que os factos, mormente os biográficos, que são, neste domínio, os factos por antonomásia, haviam de ter sido por eles tratados.

Como é evidente, esta circunstância aumenta drasticamente os riscos de contaminação, logo na origem, da documentação existente sobre o filósofo, uma vez que nela se misturam sem critério nem pejo informações fidedignas e notícias inventadas, factos autênticos e dados forjados, relatos inocentes e imparciais com repositórios caluniosos, mal-intencionados, ou feridos por indícios deliberadamente mal interpretados.

Vimos já que as primeiras motivações para a tradição biográfica hostil a Aristóteles radicaram no ódio político e no antagonismo doutrinal.

De entre os inspirados por ódio político, contam-se os diversos adversários da Macedónia que já referimos, mas a que convirá

acrescentar, ainda no século III a. C., Bríon de Quío, que, num opúsculo sobre o seu conterrâneo Teócrito, preservou o epigrama deste sobre as alegadas relações entre Aristóteles e Hermias, bem como, dois séculos volvidos, Dídimo, autor de um comentário sobre Demóstenes onde são conservados alguns trechos com o mesmo efeito.

Já os detractores movidos por antagonismo doutrinal parecem ter percorrido quase toda a gama de escolas disponível na época: isocráticos como Cefisodoro e Teopompo; pitagóricos como Lícon; megáricos como Eubúlides de Mileto e Alexino de Élis; cépticos como Tímon de Fliunte; especialmente epicuristas, como o próprio Epicuro e os seus colaboradores e discípulos Metrodoro, Colotes e Hermarco; e até um platónico tardio como Ático.

Com raras excepções, por exemplo Cefisodoro e Colotes, não é de modo algum aconselhável atender demasiadamente aos testemunhos transmitidos por semelhante via, uma vez que lhe falta a imparcialidade mínima que a tornasse credora de confiança.

O mesmo sucede, embora em sentido contrário, no caso dos representantes da tradição favorável.

Filócoro de Atenas é, como vimos, um autor fiável, até porque não escreve em favor de Aristóteles, mas sim no exercício do seu mister de historiador.

Mas já no que se refere aos peripatéticos de segunda e terceira gerações, como Eumelo, Dicearco e Aríston de Cós, ou aos apologetas tardios, como Arístocles de Messina, a prudência é, de novo, a atitude recomendável.

Dos restantes escritores favoráveis, os que poderiam garantir maior isenção, como os eclécticos (Fílon de Larissa, Antíoco de Ascalão, Possidónio de Apameia), os editores romanos (Andronico de Rodes, Boécio de Sídon, Nicolau de Damasco), um ou outro platónico (Albino e Apuleio, por exemplo) e o conjunto de responsáveis pelo segundo renascimento aristotélico (Adrasto, Hermino, Sosígenes e Alexandre de Afrodísias), nada ou quase nada adiantaram sobre a biografia aristotélica (uma inteligente reserva?). E os que o fizeram, como Plutarco ou Máximo de Tiro, são, a despeito da sobriedade das suas filiações filosóficas, sobretudo homens do helenismo, a quem a rejeição de qualquer notícia, ainda que eventualmente falsa, se tornaria insuportável.

Quanto aos neoplatónicos, sabemos já da tendência radicalmente hagiográfica que orientava a sua visão dos antigos Mestres, cegando-os para os aspectos mais humanos e impressionando-os sobretudo com tudo o que parecesse um sinal exterior de sublimidade ou um símbolo incarnado do divino manifestando-se.

Poucos, enfim, como Cícero ou Estrabão, ou, muito mais tarde, Temístio, embora claramente favoráveis a Aristóteles, mantiveram sempre algum distanciamento com os exageros apologéticos, o que torna os seus testemunhos essencialmente mais credíveis.

Finalmente, de entre as fontes independentes, a literatura de entretenimento do helenismo (Antígono Carístios, Jerónimo de Rodes, Demétrio, Dionísio de Halicarnasso) e da segunda sofística (Élio Aristides, Luciano, Aulo Gélio, Ateneu de Náucratis, Cláudio Eliano), bem como alguns autores eruditos que se deixaram contaminar pelos gostos e tendências da época, como Hermipo de Esmirna, no tempo daquele, ou talvez Favorino, no desta, exigem um cuidadoso manuseamento das suas declarações ou daquelas que lhes são atribuídas, por forma a controlar a fidedignidade delas.

Assim, ressalvados alguns casos excepcionais (Filodemo?), só os autores que estão de fora e nada têm que ver, nem com os conflitos dos outros, nem com o seu tipo de paladar, como sucede com os homens (e santos) da Patrística, dão alguma garantia antecipada de sobriedade própria, ainda quando o não possam fazer pela alheia, no que se refere às fontes que se viram confinados a utilizar.

2
UMA CONCLUSÃO E ALGUNS ENSINAMENTOS

Como se vê, os testemunhos biográficos antigos são de tal modo dependentes uns dos outros e estão de tal forma interligados entre si que, frequentemente, não é possível seleccionar os elementos sãos de entre os contaminados, nem tirar uma bissectriz de bom senso na massa de informações disponíveis.

As próprias fontes independentes não são, apenas por o serem, necessariamente mais fiáveis e isentas, visto que também elas são obrigadas a recorrer a testemunhos mais antigos, onde raramente imperou o equilíbrio e a sensatez.

Esta conclusão é particularmente aplicável no caso dos escritores de entretenimento dos dois helenismos, mesmo quando aparentemente vinculados a escolas idóneas e reputadas (o gosto pelas ποικίλη ἱστορία penetrou transversalmente, de Antígono a Plutarco e de Hermipo a Ateneu e Eliano, a literatura biográfica deste longo período), uma vez que a tentação para aproveitar to-

das as notícias e para rechear o mais possível a narrativa de pormenores interessantes falou quase sempre mais alto do que as obrigações de verificação.

É, pois, de elementar prudência retirar deste périplo mais uma prevenção do que uma lição: o alerta para que nenhum dado a respeito da biografia aristotélica seja admitido a não ser quando confirmado definitiva e inequivocamente diante do conjunto de elementos conhecidos.

Neste emaranhado perigoso e arriscado de informações em excesso e de indícios por vezes contraditórios, o ensaio de reconstituição biográfica que se segue é, pois, com recurso aos dados antigos mais seguros e às análises modernas mais sabedoras e equilibradas, uma tentativa de apreender o que de mais sólido se pode conjecturar, ou de mais frágil se deve duvidar, a respeito da vida e da personalidade de Aristóteles.

2

VIDA DE ARISTÓTELES

I

OS PRIMEIROS TEMPOS

1
NASCIMENTO

Aristóteles nasceu em Estagira (hoje Stavro), cidade do Norte da Grécia continental, junto à Trácia e à Macedónia [1], em 384 a. C., primeira metade do primeiro ano da nonagésima nona olimpíada [2], sob o arcontado de Diótrefes [3].

A cidade, situada na zona costeira leste da Calcídica, do lado oposto a Olinto, a metrópole mais poderosa da península, era uma antiga colónia, resultante das primeiras vagas de emigrantes jónicos que aí se haviam estabelecido em meados do primeiro milénio.

---

[1] Para a exacta localização geográfica, consulte-se a figura 1.

[2] De acordo com a cronologia de Apolodoro, ainda adoptada no que concerne a este e outros detalhes de datação (para os quais convirá ir cotejando os apêndices VII, VIII e XIII).

[3] Para uma narrativa mais detalhada da vida de Aristóteles, aconselhamos vivamente a leitura do livro de Pierre Louis, *Vie d'Aristote (384-322 avant Jésus-Christ)*, Paris, Hermann, 1990. O presente resumo deve-lhe, aliás, bastante da sua inspiração, em especial no que concerne à organização dos materiais. Importa, no entanto, sublinhar que, embora relativamente fidedigno quanto aos aspectos biobibliográficos, o seu relato é altamente romanceado, optando por um tom dogmático mesmo quando as informações são polémicas e assentam em pressupostos especulativos ou conjecturais. Mais erudita, mas também mais rigorosa e actualizada, é a notícia redigida por Bernardette Puech para o *Dictionnaire des philosophes antiques* (pp. 417-423), que reputamos como a melhor e mais fiável no seu género, pelo que nos foi igualmente muito útil no balanço de parte dos dados aqui apresentados.

Ao invés do que foi muito cedo posto a correr, nomeadamente pelos detractores de Aristóteles, Estagira era, à data do seu nascimento, uma cidade grega independente e não uma província da Macedónia. Só mais tarde, aquando da campanha de Filipe contra Olinto, a Calcídica passará para a dependência deste reino e Estagira, ao que parece destruída pelas tropas macedónias, será assimilada ao seu território (349-348).

Por uma curiosidade histórica, o famoso orador Demóstenes, o mais influente dos próceres áticos do partido antimacedónio e, nessa qualidade, natural opositor de Aristóteles, nasceu em Atenas nesse mesmo ano e virá a morrer, em circunstâncias trágicas, na mesma data que assistirá à agonia do filósofo.

2
FAMÍLIA

O pai de Aristóteles, Nicómaco de Estagira, era médico e pertencia a uma antiga família asclepíada, linhagem tradicionalmente destinada ao cultivo da arte clínica. As numerosas e profusas referências aristotélicas à medicina, nomeadamente como exemplo emblemático de conhecimento poiético [4], como modelo epistemológico para o método em ética [5], e como tipo de actividade que visa o individual [6], o facto de os testemunhos antigos lhe atribuírem seis tratados perdidos neste domínio [7] e não menos a centralidade com que o singular avulta na sua ontologia, na esteira do estímulo hipocrático para a atenção ao indivíduo, não dei-

---

[4] Cf. *Top.* V 7, 136b35-137a1; *Metaph.* Z 7, 1032b2-14; e *EE* I 5, 1216b10-19.

[5] Tópico particularmente bem estudado por W. Jaeger em «Aristotle's Use of Medicine as a Model of Method in his Ethics» (*JHS*, 77, 1957, pp. 54-61) e G. E. R. Lloyd em «The Role of Medical and Biological Analogies in Aristotle's Ethics» (*Phronesis*, 13, 1968, pp. 68-83). Mas ver também: J. Owens, «Aristotelian Ethics, Medicine, and the Changing Nature of Man», *Aristotle. The Collected Papers of J. Owens*, pp. 169-180; V. P. Vizgin, «Hippocratic Medicine as a Historical Source for Aristotle's Theory of *Dynameis*», *SHM*, 4, 1980, pp. 1-12; F. Wehrli, «Ethik und Medizin: zur Vorgeschichte der aristotelischen Mesonlehre», *MH*, 8, 1951, pp. 36-62.

[6] «A medicina trata o indivíduo»: ver, por exemplo, *Metaph.* A 1, 981a18--21, e *EN* I 4, 1097a11-14.

[7] Alguns deles inegavelmente espúrios, como os *Problemas Inéditos de Medicina*. Para esta questão, veja-se o conspecto geral da obra de Aristóteles, em apêndice ao nosso estudo «O *Corpus* Aristotélico».

xam dúvidas acerca da profunda influência que esta filiação teve sobre a sua orientação filosófica e do vestígio que ela gravou no seu pensamento.

Por seu lado, Féstis, sua mãe, nascera em Cálcis, na Eubeia [8], por coincidência (ou talvez não), terra de origem dos colonos que haviam de fundar a Calcídica na península recortada a nordeste do Monte Olimpo.

Pouco se sabe de resto acerca da sua família de nascimento.

Os testemunhos subsistentes e, em primeiro lugar, os indícios contidos no testamento de Aristóteles, cuja autenticidade é normalmente aceite, permitem-nos, no entanto, dar alguns dados por bem estabelecidos.

Em primeiro lugar, os aspectos mais seguros:

1) Aristóteles teve uma irmã mais velha, chamada Arimnesta, e um irmão, Arimnesto, que morreu sem descendência;
2) Arimnesta casou com um certo Próxeno de Atarneu, núpcias de que nasceu Nicanor [9].

A par destes, há, no entanto, algumas hesitações importantes a referir:

3) Apesar do que surge com alguma frequência na mais recente literatura de divulgação [10], nenhum testemunho antigo e nenhuma reconstituição moderna assinalam a existência de qualquer outra irmã mais velha de Aristóteles para além de Arimnesta;
4) Pelo contrário, a Arimnesta é que são atribuídos, para além do matrimónio com Próxeno, mais um ou mesmo dois casamentos, respectivamente anterior e posterior;
5) Assim, o malogrado historiador peripatético Calístenes de Olinto, cujo parentesco com Aristóteles está

---

[8] Ver a figura 2.

[9] Esta informação é sugerida, embora não afirmada, pela ordem dos três personagens, Nicanor, Próxeno e «a mãe de Nicanor», no testamento de Aristóteles, tal como consta em DL V 15. Ver a este respeito C. M. Mulvany, «Notes on the Legend of Aristotle», *CQ* 20, 1926, pp. 157-160, e A. H. Chroust, *Aristotle. A New Light on His Life and Some of His Lost Works*, I, pp. 77, 83, n. 7, 189, 195, 337, n. 5 e *passim*.

[10] É o caso, por exemplo, do livro de P. Louis já referido.

bem atestado, não seria filho de outra irmã de Aristóteles e seu sobrinho directo, como se lê por vezes, mas sim neto de Arimnesta, através de sua filha Hero, por sua vez nascida de um primeiro matrimónio daquela com um indivíduo desconhecido [11];

6) Para além deste, a tradição árabe estabelece ainda relações de parentesco entre Aristóteles e Teofrasto. Segundo os biógrafos árabes, Teofrasto seria sobrinho de Aristóteles por uma irmã ou uma cunhada, o que leva Chroust [12] a atribuí-lo a um terceiro casamento de Arimnesta, a saber, com Melanto de Ereso, que Diógenes Laércio menciona taxativamente como pai de Teofrasto [13].

Certamente que toda esta reconstituição genealógica [14] é largamente conjectural. No entanto, como sublinha Bernardette Puech, «não é gratuita e apoia-se em dados jurídicos excelentemente explorados por Chroust» [15].

3
INFÂNCIA

A primeira infância de Aristóteles foi passada na corte real da Macedónia, onde Nicómaco fora chamado a exercer as funções de médico da família de Amintas III [16], decerto apenas depois da

---

[11] Esta tese, embora hoje geralmente aceite, é em todo o caso moderna: cf. W. Kroll, «Kallisthenes», *RE* X 1, 1919, col. 1675; C. M. Mulvany e A. H. Chroust, *op.* e *loc. cit.* A tradição antiga afasta ainda mais os dois homens: segundo a *Suda*, Calístenes seria filho de um primo ou de uma prima de Aristóteles, que Plutarco (*Alex.* 55) identifica com Hero, prima de Aristóteles e mulher de um certo Demótimo ou Calístenes de Olinto.

[12] *Op. cit.*, pp. 77-78.

[13] Cf. DL V 36. Mas, para Düring, trata-se aqui de uma mera transferência da relação Espeusipo/Platão feita pelo compilador árabe: cf. *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 197.

[14] Para a qual, veja-se o apêndice IX.

[15] *Dictionnaire des philosophes antiques*, p. 421.

[16] Amintas III, pai de Filipe II e avô de Alexandre Magno, é noutras numerações também conhecido por Amintas II (ver, por exemplo, a *Encyclopedia Britannica*, bem como, para uma explicação possível, o quadro da dinastia macedónia constante no apêndice X).

segunda subida ao trono deste monarca, na sequência das violentas perturbações que agitaram o país neste período.

É provável que a sua intimidade com o futuro rei Filipe II, bem como com os seus dois irmãos mais velhos, Alexandre e Perdicas, que antes dele ocuparam efemeramente o trono, remonte a estes tempos, em que as relações mais fortes se estabelecem e as grandes amizades se sedimentam.

É também provável que tenha iniciado então a sua convivência com Antípatro, que virá a ser ministro de Filipe, regente da Macedónia aquando da expedição oriental de Alexandre e chefe do governo imediatamente após a morte do imperador.

Não por acaso, é à sua protecção que implicitamente entregará a família em caso de morte, nomeando-o executor testamentário, como é também com ele que, de acordo com os catálogos antigos, troca a correspondência mais vultuosa e, a crer nos fragmentos subsistentes, porventura a mais interessante.

Esta relação chegada com os príncipes da Macedónia e com altos dignatários da corte, a par da vinculação asclepíada e, mais tarde, da convivência com o ensinamento platónico, constitui um dos principais factores estruturantes da sua personalidade. Neste caso, todavia, a influência vai incidir sobretudo nas vicissitudes biográficas e menos na formação do seu pensamento, em que aqueles dois factores foram mais decisivos.

Com efeito, os dois exílios de Atenas deram-se sempre na sequência de chegadas ao poder do partido antimacedónio e foram, com forte verosimilhança, determinados ambos pela sua embaraçosa e suspeita proximidade com a monarquia macedónia.

Entretanto, em data desconhecida, dá-se uma reviravolta dolorosa na vida de Aristóteles.

Provavelmente ainda antes da adolescência, vê-se órfão de pai e mãe, tendo de acolher-se junto da irmã, Arimnesta, e do cunhado, Próxeno, em Atarneu.

Entra então em cena um outro personagem que exercerá um duradouro ascendente sobre a sua vida, tanto por boas como por más razões: Hermias de Atarneu, o antigo servidor de Eubulo que o tirano fará seu valido.

É junto dele que Aristóteles se acolherá quando tiver, pela primeira vez, de fugir de Atenas.

Como é também a ele que os autores hostis a Aristóteles recorrerão para imputar as calúnias mais infamantes, acusando o filósofo de manter com o «eunuco Hermias» algo mais do que

uma amizade (que de resto nada mais testemunha), graças a um epigrama verrinoso de Teócrito de Quío profusamente citado pela tradição.

Voltaremos, à frente, a ouvir falar dele.

Desta sua primeira estada em Atarneu, nada mais sabemos senão que terá durado até à ida para Atenas.

Podemos, no entanto, inferir com bastante segurança que a sua relação com Arimnesta e Próxeno foi muito próxima e certamente muito calorosa.

Um indício nesta direcção é a relação que Aristóteles por sua vez estabelecerá com o filho de ambos, Nicanor [17], a quem destina a sua própria filha em casamento [18] e que, a crer na tradição biográfica neoplatónica, terá mesmo chegado a adoptar [19].

---

17 A identificação deste com o general homónimo de Alexandre foi desacreditada por Düring (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 271).

18 Trata-se apenas de uma disposição testamentária, que não sabemos se chegou a ser cumprida, embora Sexto Empírico assevere que sim (*Adv. Math.* I 258). Ver *infra* o capítulo sobre o testamento.

19 Além dos testemunhos de VM 3, VV 2 e VL 3, esta lenda baseia-se numa inscrição de Éfeso, provavelmente datada de 318 a. C., em honra de «Nicanor de Estagira, filho de Aristóteles». Ver a este respeito R. Merkelbach, J. Nollé, H. Engelmann, B. Iplikcioglu, D. Knibbe (ed.), *Die Inschriften von Ephesos*, VI (2001-2958), Bonn, Habelt, 1980, n.º 2011, e R. Heberdey, «ΝΙΚΑΝΩΡ ᾿ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ ΣΤΑΓΕΙΡΙΤΗΣ», *Festschrift für Theodor Gomperz. Dargebracht zum Siebzigsten Geburtstage am 29. Maerz 1902. Von Schuelern Freunden Kollegen*, Wien, 1902, pp. 412-416. A lenda tem sido, no entanto, rejeitada por alguns autores, nomeadamente Mulvany («Notes on the Legend of Aristotle», *CQ* 20, 1926, p. 159), Düring (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 62-63) e Gottschalk («Notes on the Wills of the Peripatetic Scholars», *Hermes*, 100, 1972, p. 322). Para todos estes aspectos, veja-se ainda *infra* o capítulo sobre o testamento.

II

DE ESTUDANTE A PROFESSOR

1
A ACADEMIA

Chegado a Atenas, algures ao longo do ano de 367 a. C., é possível que Aristóteles tenha começado por frequentar os cursos ministrados na escola de Isócrates, célebre orador e professor de retórica ateniense, rodeado pelo enorme prestígio de uma longa carreira e pelos louros a que os seus mais de 60 anos de idade lhe davam direito.

Por essa época, a Escola e o seu chefe eram, para além do mais, simpáticos à causa macedónia, o que pode ter sido um elemento suplementar a favorecer esta primeira aproximação de Aristóteles aos institutos que então floresciam em Atenas.

Não deixa, todavia, de ser curioso que, da longa série de diatribes que, ao longo de toda a sua vida, lhe serão movidas, será a um membro da escola de Isócrates, com grande probabilidade em nome dela, que caberá a duvidosa honra de abrir as primeiras hostilidades, logo em 360 a. C., com uma polémica sobre a natureza da retórica.

O facto é que, se Aristóteles chegou a participar nos trabalhos desta escola, foi durante muito pouco tempo e, quiçá, num regime próximo ao que hoje chamaríamos um curso livre, de frequência aberta.

Por outro lado, na pressuposição de que Aristóteles viera para Atenas com a intenção já tomada de ingressar na Academia, o desvio pelo ensino isocrático, a ter existido, pode ter correspon-

dido ao interesse de se familiarizar directamente com uma área de estudo que manifestamente o interessava, num momento em que a escola platónica se encontrava temporariamente privada de alguns dos seus mestres mais célebres, em especial o próprio Platão, em viagem a Siracusa.

O certo parece ser que, à data da entrada de Aristóteles na Academia, após o «curso de Verão» isocrático, a Escola encontrava-se entregue a Eudoxo de Cnido, um dos mais heterodoxos colaboradores de Platão, em quem este havia delegado a direcção durante a sua ausência [1].

A influência deste filósofo sobre o Estagirita, não se sabe se herdada deste primeiro encontro, foi funda e profícua. A ela se deve, expressamente, parte fundamental do sistema cosmológico que exporá em *Sobre o Céu* e nos *Meteorológicos*, em matéria que, como é sabido, Platão, pelo menos por essa época, soberanamente menosprezava. As suas referências ao nome de Eudoxo são, além disso, sempre respeitosas e admirativas, o que é bem mais do que se pode dizer de outros autores, mesmo daqueles que com ele privaram no círculo íntimo da Academia.

Acerca do que terá aprendido, como terá aprendido e com quem terá aprendido ao longo dos quase vinte anos em que permaneceu na Academia, nada se sabe, porque nada, desde logo, se sabe sobre o modelo de ensino adoptado na Academia.

Existem, decerto, alguns exercícios pioneiros sobre este tópico, à cabeça o famoso ensaio de Gilbert Ryle sobre a evolução do pensamento platónico [2].

Mas a metodologia e os resultados são altamente conjecturais e especulativos, dispensando em esforço de imaginação e criatividade o que não gastam no recurso aos meios de prova habitualmente perfilhados.

Há, no entanto, uma intuição penetrante e valiosa de entre as hipóteses que Ryle pôs a circular, atenta a bizarra inconformidade entre as exposições aristotélicas e a doutrina de Platão, bem como a flagrante miopia exegética que se apossa de Aristóteles

---

[1] Esta tese baseia-se unicamente no depoimento de VM 11 e VL 11 (que a sustentam, por sua vez, na cronologia perdida de Filócoro), mas é hoje genericamente aceite.

[2] *Plato's Progress*, Cambridge, At the University Press, 1966. A par desta obra, Ryle dedicará ainda uma comunicação intitulada «Dialectic in the Academy», a que adiante nos referiremos, ao problema específico da relação do jovem Aristóteles com o ensino ministrado na Academia.

sempre que dá conta da ontologia platónica: é a de que Aristóteles não teria sido nunca discípulo directo de Platão, conhecendo apenas o seu pensamento, tal como nós, através dos diálogos, aqui ou acolá interpretados, acrescentamos agora, à luz da deriva pitagorizante que os escritos de Espeusipo e de Xenócrates, contemporâneos, condiscípulos e depois adversários de eleição de Aristóteles, impuseram ao destino do platonismo antigo.

Esta ideia, que não é nova [3], peca sem dúvida mais pela falta de indícios objectivos do que por inépcia ou dislate. E, neste sentido, com todas as cautelas que devem rodear uma explicação privada de elementos historiográficos atinentes, pode ser aceite como uma boa hipótese de trabalho, até que outra melhor, ou a emergência de tais elementos, venham decidir em contrário.

2
O LEITOR

Entretanto, a fazer fé no que a tradição tardia pôs a circular, parece que Platão teria em alto apreço as qualidades deste seu colaborador talentoso.

Nas antigas *Vidas* neoplatónicas, atribuem-se ao Mestre ateniense duas alcunhas saborosas que este costumaria atribuir ao discípulo.

A primeira, que de bom grado se compreende, seria «a inteligência» (ὁ Νοῦς), ou também, mais interpretativamente, «a inteligência da aula» ou «da disputa» (ὁ νοῦς τῆς διατριβῆς) [4].

A segunda tem mais forte ressonância cultural.

Ainda de acordo com os depoimentos de origem alexandrina, Platão chamaria a Aristóteles «o leitor» (ἀναγνώστης), repetindo frequentemente: «Vamos a casa do leitor.» [5]

O interesse desta tirada, a ser verdadeira, não reside tanto no apontamento de uma idiossincrasia do Estagirita, de um traço da

---

[3] Permeia de cabo a cabo a exigente investigação de H. Cherniss em *Aristotle's Criticism of Plato and the Academy*.

[4] Com uma notável constância nas versões, os testemunhos referem: «Platão chamava-lhe também 'a Inteligência', dizendo quando ele faltava à lição: 'a Inteligência está ausente, o auditório está surdo (κωφόν)'.» (VM 7, VL 7, VSI 5; Mubashir 12; al-Qifti; Usaibia 29).

[5] VM 6, VV 5, VL 6. Cf. Mubashir 38 e Usaibia 36.

sua personalidade ou de um seu costume absorvente, mas na apreensão de uma profunda alteração nos hábitos de leitura que o filósofo introduziu na cultura grega.

Com efeito, até Aristóteles, os livros não eram lidos, mas sim escutados [6].

O Grego coevo não lia seguindo ele próprio com os olhos as maísculas do texto, ou soletrando em surdina as letras que ia desenrolando no papiro, muito menos, como é evidente, folheando as páginas inexistentes dos volumosos cilindros.

Reclinava-se passivamente para saborear, como numa representação teatral, as frases que um servo educado recitava [7].

A novidade introduzida por Aristóteles foi a de acumular numa só pessoa a dupla função de recitador e de ouvinte, fazendo assim evoluir a noção arcaica de «leitor» como aquele que lê alto para outrem e fundando a partir dela a noção moderna de «leitor» como alguém que lê baixo, ou em pensamento, para si mesmo.

Neste sentido, chamar a Aristóteles «o leitor», como fazia Platão, significava assinalar, e quiçá estranhar, esta mudança, senão verberar ironicamente uma excentricidade de meteco.

Com efeito, no regime cultural em que cobra sentido o ἀναγνώστης, o leitor é um escravo e ler uma ocupação servil [8].

No epíteto de Platão, podia, pois, ir também insinuado um ferrete jocoso contra as preferências caprichosas do aluno, sendo certo que nele não soava, como imediatamente para nós, a ideia de um leitor curioso e diligente, mas a assimilação degradante a um serviço doméstico e menor.

---

[6] O *Teeteto* de Platão dá-nos um magnífico exemplo disso, comprovando, ao mesmo tempo, como este estilo era ainda o que se aplicava na Academia; para uma outra ocorrência platónica, cf. *Phd*. 97b. Antes de Aristóteles, Eurípides parece ter sido uma excepção: cf. fr. 910 Nauck.

[7] Este aspecto está bem documentado na Antiguidade. Diversos estudos modernos dão-lhe alguma atenção. Vejam-se, em especial: T. Birt, *Das antike Buchwesen in seinem Verhältniss zur Litteratur*, Berlin, Hertz, 1882; D. Diringer, *The Book Before Printing: Ancient, Medieval, and Oriental*, New York, Dover, 1982; D. C. Greetham, *Textual Scholarship*, New York-London, Garland, 19942; L. D. Reynolds e N. G. Wilson, *Scribes and Scholars*, Oxford, Clarendon Press, 19913; J. E. Sandys, *A History of Classical Scholarship. I: From the Sixth Century B. C. to the End of the Middle Ages*, Cambridge, Cambridge University Press, 19083; W. Schubart, *Das Buch bei den Griechen und Römern*, Berlin, G. Reimer, 19623.

[8] Mais uma vez, o *Teeteto* platónico é uma ilustração desta realidade.

Pergunta por isso Düring, com razão, se devemos interpretar estes apelidos platónicos «como expressões de aprovação ou como críticas humorísticas» [9].

E logo responde [10]:

> Vulgarmente, um apelido é atribuído para ridicularizar. Se assim é, estes apelidos deviam implicar que Platão desaprovava o apetite voraz de Aristóteles pela leitura e que o considerava demasiado ladino e impetuoso.

Se assim é ou não, pouco importa.

O que importa é que, a partir de Aristóteles, deparamo-nos com um modo inteiramente novo de investigar, de fazer ciência e de produzir cultura. E a anedota relativa ao dito platónico surpreende justamente esta revolução *in fieri* [11].

Há, pois, razão em declarar que [12]

> com Aristóteles, o mundo grego passou do ensino oral para o hábito de ler.

Ora, este lance produzirá toda uma catadupa de mudanças radicais na actividade científica.

Não é exagero dizer-se que, com ela, é a própria noção moderna de investigador que surge.

Em Aristóteles, a institucionalização de rotinas de pesquisa, a atenção à recolha de dados, o pendor para o coleccionismo histórico ou erudito [13], a criação da transmissão escolar e da prosa científica, o interesse sistemático pela tradição das disciplinas [14], são directamente devedores desta primeira inovação.

Não devemos esquecer que, num tratado de tanta relevância metodológica como o primeiro livro dos *Tópicos*, ele próprio reco-

---

[9] *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 109.

[10] *Ibid*.

[11] Por isso, acrescenta o mesmo Düring: «After him this became much more common, and to joke with this habit would then have been pointless. This is why I believe the story is true: the point is understandable only if the dictum was coined in the 360's.» (*Op. cit*., p. 108.)

[12] F. Kenyon, *Books and Readers in Ancient Greece and Rome*, Oxford, At the Clarendon Press, 1951, p. 25.

[13] Veremos alguns exemplos nos próximos capítulos.

[14] Para estes dois aspectos, acompanhe-se o nosso primeiro estudo.

menda a prática de sublinhar e anotar os manuscritos à margem, de os transcrever e de elaborar fichas de trabalho [15], rotinas indissociáveis da leitura directa dos textos e, ao mesmo tempo, condições indispensáveis daqueles feitos.

E há mesmo bons motivos para pensar que a enorme produção de Aristóteles, tanto em termos absolutos como comparativos [16], deriva desta nova facilidade no acesso aos livros e das técnicas que ela permite.

3
PRIMEIROS ESCRITOS

No que se refere ao período académico de Aristóteles, existe, contudo, um outro dado histórico importante, que nos permite lançar um pouco mais de luz sobre esta fase, de resto assaz sombria.

Trata-se da polémica com Cefisodoro, membro destacado da escola isocrática, iniciada por este provavelmente em resposta ao diálogo *Grilo*, cujas teses no domínio da retórica procuraria desmontar (à mistura com algumas invectivas pessoais acerca da alegada infidelidade de Aristóteles ao ideário da Academia), a que o Estagirita terá respondido com um novo diálogo, o *Político*.

Do texto inicial de Cefisodoro, de enorme relevância doxográfica, conserva-se um importante fragmento numa obra de Numénio de Apameia, filósofo neopitagórico do século II d. C.

Os dois diálogos de Aristóteles, bem atestados pela tradição, estão hoje quase integralmente perdidos, embora se possa perceber que a raiva dos isocráticos contra o *Grilo* era bem fundada, considerando o ataque que, à boa maneira platónica, aí se dirigia à retórica clássica, de matriz sofística.

Todavia, para o que a nós releva, o simples facto da existência da polémica é o bastante, pois mostra que, nesta data, Aristóteles já se havia distinguido como um académico reputado e, o que é mais, como um académico *representativo* do pensamento da Escola, o que presume que já então pertencia ao corpo docente da Academia e que tinha feito circular publicamente o seu pensamento, naturalmente em obra escrita.

---

[15] *Top.* I 14, 105b12-18.

[16] Para o que aconselhamos a leitura do capítulo VI do nosso primeiro estudo.

Podemos, portanto, dar como seguro que, cerca de sete anos após o seu ingresso na Escola, e presumivelmente até ao fim da sua primeira estada em Atenas, Aristóteles era professor na Academia (o que, em todo o caso, é comprovado por outros testemunhos independentes) e tinha publicado já algumas obras filosóficas importantes.

Não é difícil imaginar que obras teriam sido essas.

Fora de muros, certamente pequenos escritos de divulgação, agitação e exortação (diálogos, cartas abertas e, evidentemente, o *Protréptico*) [17]. Para circulação dentro da escola, talvez primeiros esboços dos tratados de retórica e de dialéctica, com alto grau de probabilidade estudos preparatórios de cosmologia, porventura também de ética e política [18], para lá de numerosos trabalhos originais, resenhas e compilações nos mais variados domínios, hoje perdidos, que os catálogos antigos amplamente testemunham [19], se não quisermos atribuir a esta época a invenção da silogística e toda a obra lógica, seguindo o argumento bem fundado de que as grandes descobertas nesta área são, em regra, feitos de juventude.

Pelo menos de entre os diálogos, alguns, com referência a episódios e personagens históricas, como Grilo, filho de Xenofonte abatido no quadro da batalha de Mantineia (362 a. C.), ou Eudemo de Chipre, discípulo platónico que morreu em Siracusa, em 354 a. C., na expedição de Díon contra Dionísio II, podem ser datados com segurança desta época.

Com toda a verosimilhança, a colecção de provérbios cuja autoria a tradição lhe atribui data também desta altura, uma vez que Cefisodoro se lhe refere [20].

---

[17] A respeito das obras de juventude de Aristóteles, veja-se o capítulo VIII do nosso primeiro estudo.

[18] Voltaremos a abordar rapidamente esta questão *infra*, no estudo dedicado a «Problemas de Cronologia».

[19] Remetemos o leitor para o capítulo II do nosso primeiro estudo.

[20] A importância conferida por Aristóteles aos provérbios está bem atestada ao longo da sua obra: cf. Bonitz, *Index*, *s. v.* παροιμίαι, 569b60-570b57. Muitos outros peripatéticos coligiram também colecções de provérbios, como é o caso de Teofrasto (DL V 45), Clearco (frs. 63-83 Wehrli) e Dicearco (frs. 100-103 Wehrli). Para outros exemplos do vezo coleccionista do filósofo, veja-se o próximo capítulo.

III

A ÉPOCA DAS VIAGENS

1
LONGE DE ATENAS

Em 347 a. C., o partido antimacedónio toma o poder em Atenas.

Atento a este importante detalhe histórico, Ingemar Düring, remando contra uma tendência tenaz, considera que é neste momento e por esta razão que Aristóteles se vê forçado a abandonar Atenas, preocupado, como ele próprio escreverá a Antípatro aquando do seu derradeiro exílio, em evitar que a cidade cometesse «um segundo crime contra a filosofia» [1].

A ser assim, Aristóteles parte de Atenas e retira-se para Atarneu pouco *antes* de Platão morrer, tendo sido conduzido a esta decisão não por causa do falecimento deste, que só ocorrerá alguns meses mais tarde, mas pelo ambiente muito tenso que se instalara na cidade [2].

---

[1] VM 41, VV 19, VL 43; cf. VSII 3, Mubashir 21, Usaibia 8.

[2] Cf. Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 276, e *Aristoteles*, p. 10. No mesmo sentido vai Chroust em «Aristotle and Athens: Some Comments on Aristotle's Sojourns in Athens», pp. 188-189, e em «Aristotle Leaves the Academy». Moraux, sem defender a mesma tese, faz sugestivamente a seguinte observação: «Par une coïncidence trop régulière pour être absolument fortuite, quasi tous les déplacements de notre philosophe se trouvent être, à partir de 348-347, contemporains des tournants importants dans l'orientation des rapports entre Athènes et la Macédoine.» (*Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, p. 338.)

Por razões menos bem explicadas nesta presunção, o seu condiscípulo Xenócrates de Calcedónia, que nada tinha a temer pelo seu alinhamento político, mas talvez sim pela mais que provável ascensão do rival Espeusipo à liderança da Escola, deixa com ele a Academia.

Começa assim o périplo mediterrâneo de Aristóteles, cuja primeira paragem conhecida será Atarneu, na Ásia Menor [3].

Ao que parece, esta retirada estratégica para a Jónia não foi precipitadamente tomada, mas surge em resposta a um convite oportuno do próprio Hermias.

Nesta época, Hermias de Atarneu, por morte de Eubulo (351 a. C.), de quem se diz que fora escravo e depois favorito [4], havia já ascendido ao governo da cidade e reinava como senhor absoluto.

Seguindo um padrão em voga nessa época (atente-se nos exemplos de Arquitas de Tarento ou dos dois Dionísios de Siracusa), Hermias fazia gosto em ornamentar a sua grandeza com a proximidade de intelectuais e acarinhava a vaidade de se fazer aconselhar por filósofos, no caso recrutados entre o círculo platónico [5].

Com efeito, havia já algum tempo que dois discípulos de Platão, Corisco e Erasto, tinham estabelecido uma escola em Cépsis (vila vizinha de Atarneu), de onde eram originários, beneficiando para o efeito da protecção de Hermias.

A ambos dirige Platão a famosa *Carta VI*, recomendando-lhes vivamente as virtudes do tirano, a quem conviria manter devidamente orientado.

Ora, para além do conhecimento antigo com Hermias e do plausível convívio precedente com os dois académicos, a amizade entre Aristóteles e Corisco está bem atestada no *corpus*, se se atender ao impressionante número de vezes em que ele é dado como exemplo de ἄνθρωπός τις.

---

[3] Para uma panorâmica das viagens de Aristóteles neste período, convirá acompanhar este capítulo com a figura 2.

[4] A tese de que Hermias fora escravo (por vezes também eunuco) é um tropo insistente nos escritos hostis a Aristóteles. Pelo contrário, a tradição favorável antiga sempre negou estas alegações, que poderão ter sido inventadas por Teopompo de Quío: cf. Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 276.

[5] Para cortar o travo um pouco acre destas observações, deve acrescentar-se que Hermias é dado em certos registos como tendo sido, ele próprio, membro da Academia.

Por outro lado, a circunstância de, mais tarde, Neleu, filho de Corisco, ter sido, por sua vez, discípulo de Aristóteles no Liceu aponta também nesta direcção [6].

Neste quadro, é bem provável que, aproveitando um tão imbricado entrecruzamento de relações, Aristóteles tenha começado por procurar acolhimento junto da escola dos seus antigos condiscípulos.

Certo é que, algum tempo depois, vemo-lo instalado em Asso, cidade recentemente anexada a Atarneu, onde se pôde entregar, com alguma continuidade, aos seus estudos.

É mais discutível que Aristóteles tenha chegado a criar, ele próprio, uma escola nesta cidade [7]. Nada impede, todavia, que tenha começado então a reunir o núcleo originário dos seus colaboradores, designadamente Teofrasto, que, sendo natural de Ereso, na ilha de Lesbos, era quase vizinho do Estado governado por Hermias.

E é de facto para Lesbos, mais precisamente para Mitilene, na zona meridional da ilha, que Aristóteles acaba por se deslocar, três anos volvidos.

A crer na tese aliciante, e neste momento virtualmente consensual, segundo a qual foi neste período de cinco anos que, beneficiando da riqueza e da variedade zoológica daquelas paragens, Aristóteles desenvolveu a parte mais substancial das investigações que haviam de dar origem aos seus escritos biológicos [8], talvez esta nova mudança visasse criar melhor condições para o prosseguimento dos estudos em curso, ou para a indagação de novas espécies.

No entanto, a sua permanência nestas paragens foi subitamente interrompida por um apelo mais forte.

---

[6] Foi a este Neleu de Cépsis que, segundo a lenda, Teofrasto teria legado a sua «biblioteca» e a de Aristóteles, tornando-se assim, involuntariamente, responsável pelo desaparecimento dos escritos aristotélicos durante perto de dois séculos. Voltaremos a esta questão a abrir o nosso primeiro estudo.

[7] Cf. Düring, p. 276: «I think we should resist the temptation to speak of an organized school in Assos.»

[8] Tese sustentada pela primeira vez por D'Arcy Thompson na sua tradução da *História dos Animais*. O ensaio de H. D. P. Lee, «Place-Names and the Date of Aristotle's Biological Works», deu-lhe um novo e definitivo impulso. Voltaremos a este tópico no terceiro estudo.

2
PRECEPTOR DE ALEXANDRE

É por meados dos anos 40 que Filipe da Macedónia, preocupado com a conclusão dos estudos de seu filho Alexandre, então no início da adolescência e, portanto, a entrar na idade da instrução superior, em particular no que respeita às humanidades, começa a pensar em recrutar um mentor adequado para o primogénito entre os pedagogos reputados de Atenas.

Parece que o cargo foi muito ambicionado, principalmente nas escolas que mantinham já com a corte (e a política) macedónia uma relação privilegiada, como era o caso da platónica e da isocrática.

O velho orador, já com mais de 90 anos, publica por essa época alguns escritos que denotam um indisfarçável apetite pela função, para si próprio ou para os seus discípulos.

Nas gerações mais jovens, os isocráticos Teopompo de Quío (que em breve, talvez por causa disso, se tornará um dos mais encarniçados detractores do Estagirita) e Isócrates de Apolónia, bem como o platónico Antípatro de Magnésia, académico sob Espeusipo (senão porventura o próprio Espeusipo) perfilam-se sucessivamente de entre os candidatos autopropostos [9].

Pode ser que o conhecimento antigo entre Filipe e Aristóteles tenha falado mais alto, mas o incontroverso é que foi sobre ele que recaiu a escolha, de tal modo que na Primavera de 343 o encontramos já em Péla, capital da Macedónia [10].

À sua volta, é provável que se tenham juntado alguns coadjutores, nomeadamente Teofrasto de Ereso e Calístenes de Olinto, o sobrinho e colaborador de Aristóteles que, quinze anos passados, haveria de perecer ingloriamente às mãos de Alexandre.

É no palácio real de Mieza, longe da influência de Olímpia, mãe de Alexandre, que a actividade tutorial de Aristóteles se desenvolverá [11].

---

[9] Cf. Glotz e Cohen, *Histoire grecque*, III, p. 322.

[10] Isolado a este respeito, Chroust sustentou que Aristóteles nunca foi professor de Alexandre, tratando-se esta de uma atoarda posta a circular pela tradição desfavorável com vista a responsabilizar o filósofo pela educação do homem que viria a assassinar Calístenes. Cf. «Was Aristotle Actually the Chief Preceptor of Alexander the Great?», *CF*, 18, 1966, pp. 26-33.

[11] Para a localização provável de Mieza e do palácio real, veja-se a figura 3.

O que Aristóteles terá ensinado a Alexandre, ou este aprendido com Aristóteles, é o que seria temerário tentar adivinhar.

Em todo o caso, embora, uma vez mais, nada possa ser seguramente afirmado, é provável que Aristóteles tenha aproveitado a ocasião para desenvolver alguns dos trabalhos eruditos que a tradição lhe atribui, nomeadamente a revisão da *Ilíada* e o tratado sobre as *Dificuldades Homéricas*, para compor as *Reclamações Legais* (δικαιώματα ou δικαιώματα τῶν πόλεων), verdadeiro manual de jurisprudência nas relações entre os Estados, que figura a justo título como primeiro tratado de direito internacional [12], para compilar as listas dos vencedores olímpicos e dos vencedores píticos, cuja co-autoria com Calístenes está bem estabelecida [13], e para redigir o diálogo *Sobre os Poetas*, que poderá ter sido um primeiro esboço da *Poética*, bem como, eventualmente, um escrito dedicado directamente a Alexandre, *Sobre a Realeza* [14].

É bem possível que date igualmente dessa altura o início da famosa recolha das constituições gregas, trabalho que ocupará Aristóteles praticamente até à morte.

---

[12] Segundo a *Vita Marciana*, as δικαιώματα teriam sido compiladas a pedido de Filipe, tendo em vista arbitrar as contendas entre as cidades gregas nas suas reivindicações territoriais recíprocas, o que tornaria a colecção um pouco mais recente (338).

Alguns autores (por exemplo, Von Wilamowitz, *Aristoteles und Athen*, I, p. 305) inclinam-se para datas ainda mais tardias, com base nas referências históricas contidas nos fragmentos subsistentes.

[13] De acordo com uma inscrição descoberta em 1895, sabemos que o conselho anfictiónico de Delfos condecorou Aristóteles e Calístenes por este feito (estas honras foram-lhe retiradas em 323, na sequência da agitação política provocada pela morte de Alexandre). Pela mesma inscrição, sabemos também que a lista remontaria ao arcontado de Gílidas.

[14] Para Düring, a notícia segundo a qual Aristóteles teria escrito este tratado para Alexandre é uma invenção de Ptolemeu (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 110).

Posição diversa têm Jaeger (*Aristoteles*, pp. 271-272) e Moraux (*Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, pp. 340-341), a que acresce o argumento de Bignone (*L'Aristotele perduto*, II, p. 541, n. 1) segundo o qual Epicuro, no diálogo homónimo, condenava a educação literária dos príncipes e os filósofos que aceitavam viver junto dos soberanos, o que parece ser uma alusão à origem, conteúdo e finalidade do diálogo aristotélico.

3
CASAMENTO

Em 341, dá-se uma brutal reviravolta na política de Atarneu.

Hermias, o amigo de Aristóteles e aliado de Filipe da Macedónia, é derrotado e morto pelo imperador persa Artaxerxes III, que ocupa o que restava de reminiscência grega em terras da Ásia.

O rei da Macedónia, impedido de intervir a tempo, consegue ainda tomar a seu cargo a filha adoptiva de Hermias, Pitíade, que recebe em Péla [15].

É esta jovem, decerto cerca de vinte anos mais nova do que Aristóteles, que ele tomará como sua mulher. Do casamento virá a nascer uma filha, também de nome Pitíade, algures nos primeiros anos do matrimónio.

É provável que o casal se tenha estabelecido em Mieza durante o curto espaço de tempo em que Aristóteles manteve ainda o cargo de preceptor de Alexandre.

Com efeito, nesse mesmo ano, Filipe II parte para Bizâncio, deixando Alexandre como regente, e não é crível que o senhor absoluto da Macedónia continuasse a precisar de tutor.

[15] Filha adoptiva é a fórmula habitualmente adoptada para acomodar a hipótese de Hermias ser eunuco. Outras tradições dão-na como sua irmã ou sobrinha, embora sempre também como sua pupila.

IV

OBSCURIDADES E PROBLEMAS DE CRONOLOGIA

1
O REGRESSO A ESTAGIRA

O período que medeia o início da regência de Alexandre, em 340-339, e a reentrada de Aristóteles em Atenas, em 335-334, está envolto em mistério.

A maioria dos estudiosos procura preencher este período à luz das mais diversas interpretações, entre as quais a de um hipotético regresso a Estagira.

Milita contra esta solução o facto de Estagira ter sido ocupada e muito provavelmente destruída em 349 a. C. pelas tropas de Filipe.

Por outro lado, não há nenhuma indicação nas notícias e testemunhos biográficos antigos que apontem no sentido de que Aristóteles tenha regressado à sua cidade natal depois da estada em Péla.

No entanto, a lenda que o dá como tendo reedificado Estagira e elaborado as suas leis [1] pode pressupor este intervalo [2].

Mas outras alternativas são também possíveis.

---

[1] DL V 4; VM 17; VV 17; VL 17; al-Nadim 13; Mubashir 27; al-Qifti; Usaibia 25.

[2] Alguns autores modernos, pelo contrário, contestam a história relativa à restauração de Estagira, negando que a cidade tenha sido sequer destruída: cf. Mulvany, «Notes on the Legend of Aristotle», *CQ*, 20, 1926, p. 160, e Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 59.

A mais simples será supor que Aristóteles tenha permanecido em Péla, por exemplo como conselheiro ou assessor de Alexandre, até ao assassinato de Filipe, em 336 a. C. [3]

2
A MORTE DE PITÍADE

Um outro problema historiográfico de alguma complexidade neste período é o da data em que deve ser situado o falecimento da mulher de Aristóteles, Pitíade I.

Um dos mais recentes biógrafos do filósofo, Pierre Louis, sustenta que o facto terá ocorrido pouco depois de celebrado o casamento, por 339 a. C. [4], o que implicaria situar o nascimento de Pitíade II muito próximo da data do matrimónio.

Embora esta datação não seja infirmada por nenhuma fonte antiga nem por nenhum trabalho moderno, há uma dificuldade grave na teoria.

É que, se o casamento com Pitíade se realizou depois da morte de Hermias e antes do abandono de Mieza, só pode ter tido lugar em 341-340 [5]. Ora como, por outro lado, Pitíade terá morrido «por 339», a filha tem de ter nascido em 340-339.

Significa isto, portanto, que Pitíade II teria no mínimo 16 anos aquando da morte do pai, em 323-322, o que torna incompreensível que Aristóteles a destinasse testamentariamente a Nicanor «quando chegasse à idade», uma vez que *essa* idade, qualquer que ela fosse, já ela tinha [6].

Um tão desagradável ajuntamento de pressupostos só pode ser compatibilizado, com sacrifício de um deles, à luz de uma das seguintes três hipóteses:

1) Ou o testamento foi redigido por Aristóteles bastante antes da sua morte, quando Pitíade II era ainda uma criança [7];

---

[3] É o que P. Moraux, um defensor da hipótese de Estagira, honestamente reconhece: cf. *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, p. 134.

[4] Cf. *Vie d'Aristote*, p. 81.

[5] E é de facto neste ano que P. Louis coloca o evento.

[6] De aqui em diante, torna-se conveniente uma leitura do resumo do testamento de Aristóteles, como o constante no apêndice XI.

[7] Mas em todo o caso já depois do nascimento de Nicómaco, que, como veremos, é expressamente referido no testamento.

2) Ou o casamento com Pitíade foi bastante posterior em relação ao indicado por P. Louis, isto é, 341-340 a. C.;
3) Ou a data da sua morte ocorreu bastante depois do proposto ano de 339.

Ora, considerando (1) o facto de, à data da morte de Aristóteles, Pitíade II ser consensualmente dada como muito jovem, (2) o testemunho de Ptolemeu sobre o momento da redacção do testamento [8], (3) a circunstância de, segundo a própria letra deste, Aristóteles estar a viver na casa de Cálcis à data da sua redacção, o que o situa inequivocamente em 323-322, e, em sentido inverso, (4) a ausência de referências fidedignas à data do casamento com Pitíade I e ao ano da morte desta, a segunda e a terceira hipóteses levam indiscutivelmente a palma à primeira.

No entanto, a acreditar nos testemunhos, Apeliconte [9] terá afirmado que Aristóteles tinha casado com Pitíade pouco tempo depois da captura de Hermias, o que confere alguma força à convicção geral a este respeito.

Se se aceitar, portanto, a veracidade da versão de Apeliconte, não seria a data do casamento de Aristóteles que teríamos de rejeitar, mas sim a data proposta para a morte de Pitíade I.

De modo puramente tentativo, podemos avançar, assim, com as datas de 334 e de 327 a. C. respectivamente para o nascimento da filha e para a morte da primeira mulher de Aristóteles [10].

Esta cronologia tem o mérito de acomodar o que sabemos acerca das datas do casamento e da redacção do testamento de Aristóteles com a preservação de uma idade conveniente a Pitíade II por alturas da morte do pai, bem como com alguns factos nebulosos que afectam outros membros da família ainda não introduzidos e com que de imediato nos ocuparemos.

---

[8] O início da versão de Usaibia reza assim: «Ptolemeu diz no seu livro a Galo sobre a vida de Aristóteles: 'quando Aristóteles estava prestes a morrer, escreveu o testamento que agora comunicamos…'»

[9] *Apud* Aristocles *apud* Eusébio XV 15 = T58l Düring.

[10] Note-se que Düring, para quem Nicómaco era filho de Pitíade, considera que este teria 4 ou 5 anos à data da morte de Aristóteles (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 64), o que coloca implicitamente a data da morte desta por volta de 327 a. C. Com diferentes pressupostos, a sua análise corrobora, pois, a nossa hipótese.

3
HERPÍLIS

Após a morte de Pitíade, Aristóteles ligou-se sentimentalmente a uma jovem de Estagira chamada Herpílis, a que o testamento faz abundante referência.

Estabelecido que está o facto de que entre ambos existiu algum tipo de união, o problema está em decidir qual o estatuto exacto de tal união.

Este um ponto sobre o qual não existe qualquer consenso. A tradição antiga divide-se a tal respeito.

Emblematicamente, para Timeu de Tauroménio, autor hostil a Aristóteles, Herpílis era uma simples concubina de Aristóteles. Para o peripatético Arístocles, pelo contrário, seria sua esposa legítima.

O mesmo se passa com as autoridades modernas. Aqui, todavia, com a agravante de que, se os antigos optavam por simpatias ou antipatias para com Aristóteles e as suas causas, os modernos deixam-se ainda influenciar por preconceitos morais, ideológicos e religiosos, ou, o que é pior, por noções deslocadas de pudor e do que seja o respeito e a veneração devidos aos nossos maiores.

As soluções são as mais variadas.

Düring defende que Herpílis foi governanta de Aristóteles após a morte de Pitíade, mas não sua mulher e muito menos sua amante [11].

Gottschalk, na esteira de Arístocles, concebe Herpílis como uma parenta de Aristóteles que teria vindo de Estagira para se ocupar da casa do filósofo, muito ao gosto vitoriano da viragem do século [12].

A autora da entrada para o *Dictionnaire des philosophes antiques*, mais cautelosamente, alega o modo de tratamento que o testamento reserva a Herpílis e o que acerca dela dispõe para sugerir que ela não deveria ser «uma simples criada» [13].

Menos dado a recatos, Chroust considera que Herpílis seria uma empregada de Aristóteles, tornada sua amante após a morte de Pitíade [14].

---

[11] Cf. *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 63, 264, 269-270.

[12] Cf. «Notes on the Wills of the Peripatetic Scholars», *Hermes*, 100, 1972, pp. 324-328.

[13] *Dictionnaire des philosophes antiques*, p. 420.

[14] Cf. «The Genealogy and Family of Aristotle», *Aristotle. A New Light on His Life and Some of His Lost Works*, I, London 1973, pp. 73-82, e «Aristotle's Last

Pelo contrário, Gauthier sustenta, uma vez mais baseando-se em Arístocles, que Herpílis era mulher legítima de Aristóteles [15], posição que P. Louis também adopta [16].

Perante tão desencontradas opiniões e tão escassos documentos, o sensato será reservar uma prudente suspensão do juízo.

4
NICÓMACO

Os dados acerca de Nicómaco, filho varão de Aristóteles, crismado com o nome do avô, a quem uma tradição atribuiu a autoria da edição da mais famosa das três *Éticas*, são ainda menos seguros do que os relativos a Herpílis.

Há a este respeito três grandes hipóteses:

1) O mesmo Timeu de Tauroménio, seguido por diversos autores modernos [17], dá-o como filho da «concubina» Herpílis;
2) Já para outros estudiosos, a mãe de Nicómaco seria Pitíade e não Herpílis, pelo que o rapaz seria (*a*) filho legítimo de Aristóteles, (*b*) do seu casamento com Pitíade e (*c*) herdeiro legal dos seus bens [18];
3) Ainda para outros, Nicómaco seria filho legítimo de Aristóteles, mas da relação deste com Herpílis. Gauthier, o campeão moderno desta solução, avança com

---

Will and Testament», *op. cit.*, pp. 183-220. Na mesma linha deste último autor, veja-se Ross (*Aristotle*, p. 3: «He entered into a permanent and affectionate though unlegalised union with a native of Stagira, Herpyllis») e Allan (*The Philosophy of Aristotle*, p. 6: «Later, he formed some kind of domestic union with a lady named Hepyllis, by whom he had a son, Nichomacus.»). Mais dubitativamente, mas no mesmo sentido, cf. Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, p. 45.

[15] Cf. «Introduction», *L'Éthique à Nicomaque*, I, 1, p. 42.

[16] Cf. *Vie d'Aristote*, p. 82.

[17] Em especial, Chroust, Ross, Allan e Guthrie, nas obras e locais acima referidos.

[18] Cf. Mulvany, «Notes on the Legend of Aristotle», *CQ*, 20, 1926, p. 158; Gottschalk, «Notes on the Wills of the Peripatetic Scholars», *Hermes*, 100, 1972, p. 324; Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 239, 269-270, *Aristoteles*, p. 14, n. 76, «Aristoteles», *RESuppl.* 11, 1968, cols. 180-181; Plezia, *Aristotelis Epistularum Fragmenta*, pp. 156-157.

duas alternativas para o enquadramento legal da situação: ou Nicómaco seria fruto do casamento de Aristóteles com Herpílis, como ele próprio sustenta; ou a legitimidade de Nicómaco, tal qual decorre do testamento, não deveria ser entendida no quadro da lei ateniense (perante a qual os filhos fora do casamento eram ilegítimos e não podiam herdar), mas sim no quadro da lei de Estagira (nacionalidade do testamentário) ou de Cálcis (local em que o testamento foi feito) [19], expediente tanto mais feliz quanto pouco conhecemos da legislação destas cidades.

Uma ajuda nesta intrincada questão poderá vir de uma análise mais próxima do testamento de Aristóteles no que concerne ao ponto em que a legitimidade ou ilegitimidade da filiação se tornam decisivas, isto é, o destino da herança [20].

Com efeito, sendo as fontes antigas tão desencontradas a este propósito, mantendo a versão do testamento em Diógenes Laércio um tão completo silêncio a respeito de Nicómaco contra a mera declaração da sua filiação nas versões árabes e mostrando-se, enfim, os comentários modernos tão pouco dispostos a ajudar o leitor confundido e aflito, é nesta questão que porventura se joga um aclaramento da situação familiar e legal do filho de Aristóteles.

Apresentamos aqui um apanhado do problema [21]:

1) O testamento de Aristóteles não menciona explicitamente nenhum herdeiro;
2) Aparentemente, a explicação jurídica é simples: Aristóteles tinha, de direito, um herdeiro legítimo e universal e nenhuma disposição testamentária podia contrariar este direito natural;
3) À primeira vista, poder-se-ia identificar esse herdeiro com Nicómaco, o qual, como criança que era na altura da morte de Aristóteles, tinha de ser protegido pelo conjunto de disposições que, no testamento, pro-

---

[19] «Introduction», *L'Éthique à Nicomaque*, n. 104, pp. 42-43.

[20] Uma vez mais aconselhamos o cotejo do apêndice XI.

[21] Apoiado ampla e proximamente no *Dictionnaire des philosophes antiques*, cujo resumo é exemplar (cf. pp. 418-420).

curam assegurar a tutela dos filhos de Aristóteles até à maioridade legal [22];

4) Todavia, observa justificadamente a autora do *Dictionnaire*: «As estipulações muito detalhadas em relação ao casamento de Pitíade e os poderes concedidos a Nicanor neste contexto ultrapassam largamente o quadro de uma simples tutela.» E acrescenta: «Por que insiste tanto Aristóteles para que Nicanor case com Pitíade quando ela chegar à idade? É sobretudo significativo um detalhe: Aristóteles encara o caso em que Nicanor possa morrer sem ter casado com Pitíade ou depois de a ter desposado, mas sem ter tido nenhum filho dela. Nesse caso, as disposições que ele tivesse tomado em testamento relativamente às duas crianças deveriam ser respeitadas.» O que parece implicar «que a responsabilidade detida por Nicanor está de algum modo condicionada pelos filhos que possa vir a ter». Ora, conclui ela: «Percebe-se mal que um direito de tutela seja assim condicionado por tais factores. A menos que não se trate apenas de tutela, *mas sim de herança e de sucessão*» [23];

5) A opção será então a de «interpretar o testamento no quadro da legislação sobre as filhas eplicleras», isto é, daquelas que, sendo herdeiras universais, deviam casar com o parente mais próximo de modo a manter os bens na família. A interpretação encaixa bem na situação e dá boa razão das largas atribuições que Aristóteles confere a Nicanor: pois, como primo direito e familiar mais chegado de Pitíade, cabia-lhe contrair matrimónio com ela, tornando-se, por casamento, no herdeiro universal de Aristóteles. Só que, para isso ser verdade e Pitíade ser filha ἐπίκληρος de Aristóteles, Nicómaco não poderia ser herdeiro legítimo de seu pai. Ora, pergunta Bernardette Puech: «Que obstáculo poderia impedir Nicómaco de ser seu

[22] Nos termos do *Dictionnaire*, «ce qui est exigé de Nicanor relève du droit de tutelle et ressemble fort aux responsabilités confiées aux *épimélètes* jusqu'à son retour ou après sa mort éventuelle».

[23] Sublinhado nosso.

herdeiro legítimo?» E não hesita em concluir: «Eis um direito que dificilmente se lhe poderia contestar se ele fosse filho de Pitíade.»

O ponto para onde tudo isto nos inclina é evidente: se os tópicos anteriores são concludentes, Nicómaco não podia ser filho de Pitíade, nem tão-pouco fruto de um casamento legítimo com Herpílis, mas apenas o produto, reconhecido ou não por Aristóteles, de uma ligação não legalizada com esta.

Com efeito, se Nicómaco fosse filho legítimo de Aristóteles (seja do casamento com Pitíade, seja do casamento com Herpílis), teria direito natural à totalidade da herança, pelo que as disposições referentes ao casamento de Nicanor com Pitíade II e os poderes que a este são conferidos pelo testamento careceriam de justificação.

Mas se, pelo contrário, Nicómaco fosse filho natural de Aristóteles, ainda que por ele reconhecido, teria direito ao usufruto da herança durante a sua vida, mas não à sucessão, de modo que caberia a Nicanor, por casamento com Pitíade, transmiti-la aos filhos de ambos, como legítimos descendentes de Aristóteles [24].

Por outro lado, se Nicómaco fosse filho natural e não perfilhado de Aristóteles, a irmã, Pitíade II, seria herdeira universal, facto que justificaria as disposições relativas ao casamento com Nicanor, como parente mais próximo de Aristóteles [25].

Uma última hipótese seria a de que, sendo Nicómaco filho ilegítimo e tendo Nicanor sido de facto adoptado por Aristóteles, como já vimos que a tradição biográfica neoplatónica sustentou, o herdeiro universal que o testamento deixa em suspenso fosse o próprio Nicanor.

Esta hipótese é, contudo, um tanto frágil, quer porque a adopção não está assegurada, quer sobretudo porque, nesse caso, não se compreendem igualmente as disposições relativas ao casamento com Pitíade, estando ele em condições de tomar de imediato posse da herança, sem qualquer requisito ou constrangimento [26].

---

[24] É esta precisamente a tese de Chroust em «The Genealogy and Family of Aristotle» (*Aristotle. A New Light on His Life and Some of His Lost Works*, I, London 1973, pp. 73-82) e em «Aristotle's Last Will and Testament» (*idem*, pp. 183-220).

[25] E aliás também, como confirmação do parentesco com Teofrasto, as contidas no testamento a respeito do casamento com este, em caso de morte de Nicanor.

[26] Poder-se-iam compreender ainda assim essas disposições segundo dois pontos de vista: ou para assegurar que Pitíade não seria deixada à margem da

Em todo o caso, seguindo a lógica inicial, de acordo com a qual os únicos dados seguros do testamento são o facto de ele não mencionar nenhum herdeiro e de tal implicar a existência de um herdeiro natural, as complicadas disposições a respeito de Nicanor e dos dois filhos menores rejeitam Nicómaco como candidato a tal lugar e, portanto, excluem a possibilidade de ele ser filho legítimo de Aristóteles, seja do seu casamento com Pitíade, seja de um eventual matrimónio posterior com Herpílis.

O herdeiro universal subterrâneo do testamento seria assim Nicanor, ou como marido destinado à ἐπίκληρος de Aristóteles ou enquanto seu filho adoptivo.

Sem querer ter a pretensão de resolver o problema, vale a pena alertar ainda para um pormenor que aponta na mesma direcção e que, aparentemente, tem sido entendido no sentido contrário ao desejável.

Na parte final da versão do testamento em Usaibia, e sem paralelo na versão grega, lê-se assim:

> Quanto à minha propriedade e ao meu filho, não é necessário preocupar-me com disposições testamentárias.

Comenta Düring, com razão, que esta cláusula contém a discrepância mais significativa entre as traduções árabes e a versão de Diógenes Laércio, onde a referência a Nicómaco como filho de Aristóteles está completamente ausente.

Com efeito, diz ele, se esta passagem for autêntica [27], o jovem Nicómaco torna-se filho legítimo de Aristóteles, fruto do seu casamento com Pitíade, e, portanto, herdeiro legal dos seus bens.

Daí que se esforce em excluir que ela possa resultar de uma interpolação tardia [28].

---

herança; ou para prever todas as eventualidades, dado o facto de Nicanor se encontrar longe e poder não regressar são e salvo, estipulando as regras de transmissão da herança em caso da sua morte, enquanto herdeiro universal.

[27] O que muitos contestam. Gottschalk, por exemplo, apoda-a de «certainly spurious» («Notes on the Wills of the Peripatetic Scholars», *Hermes*, 100, 1972, p. 325).

[28] «I find it unlikely that this is an interpolation, but I cannot offer any reasonable explanation of the loss of this important sentence in Diogenes.» (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 239.) Em abono de uma explicação possível, adianta, no entanto, que a versão de Diógenes passara através de numerosos intermediários, enquanto a de Ptolemeu, pelo contrário, teria sido

O argumento fundamental de Düring para a genuinidade da frase merece reparo.

Diz ele (parafraseamos):

> Se a frase se devesse a uma interpolação tardia de alguém desejoso em clarificar o texto do testamento, especificando expressamente que Nicómaco era filho legítimo de Aristóteles do seu casamento com Pitíade e seu principal herdeiro, dificilmente a teria inserido neste local, mas tê-lo-ia feito no princípio do testamento.

A observação é pertinente, mas conduz a uma questão: se a frase é de facto genuína, por que a inseriu *o próprio* Aristóteles neste local, que é manifestamente tão pouco razoável? Por que a não colocou Aristóteles «no princípio do testamento», como se esperaria?

O argumento contra o interpolador vale manifestamente também para Aristóteles.

Só parece haver duas hipóteses de resposta a esta pergunta:

1) A frase não é genuína e foi inserida toscamente, como tantas vezes acontece, por um interpolador inábil, desejoso de tornar mais claro o texto do testamento de acordo com a sua própria interpretação pessoal dele (que não sabemos qual era, precisamente pelo local em que foi inserida, mas que podia bem ser a de Düring);
2) A frase é genuína e, portanto, há uma razão para a sua introdução neste local aparentemente tão pouco razoável.

Mas qual essa razão?

Se a frase for genuína, a resposta parece óbvia.

Düring imagina que «a afirmação, se genuína, implica necessariamente que o jovem Nicómaco era filho legítimo de Aristóteles, do seu casamento com Pitíade».

A verdade, porém, é que não se vê por que é que havia de implicar tal.

---

haurida directamente em Andronico, que, por sua vez, a poderia ter descoberto no legado de Cépsis. Mas, ainda assim, não deixa de reconhecer: «I offer these conjectures for what they are worth.» (*Ibid.*)

Pelo contrário, o local em que foi inserida indica *rigorosamente o invés*.

Repare-se: a frase relativa a Nicómaco surge, na tradução árabe, (*a*) imediatamente a seguir às disposições relativas a Herpílis, (*b*) imediatamente antes das disposições relativas aos escravos e (*c*) bastante distanciada das disposições relativas a Pitíade (onde, no entanto, Nicómaco já surge mencionado).

Nesta medida, a afirmação, «se genuína», só pode significar uma coisa: que Nicómaco era filho de Herpílis (criada ou concubina de Aristóteles), pelo que, perfilhado ou não, os seus direitos legais estavam claramente estatuídos e não podiam ser alterados em desfavor da herdeira ἐπίκληρος (cuja sucessão havia sido, aliás, o objecto das cuidadosas disposições iniciais), bastando, para o defender, as salvaguardas que faz nas mesmas disposições, colocando-o sob a protecção de Nicanor ou de quem, por morte deste, fizesse as suas vezes.

Daí que Aristóteles possa acrescentar que, «quanto ao seu filho», não precisa de preocupar-se «com disposições testamentárias»: não porque os seus direitos estejam claramente garantidos pela sua legitimidade, como quer Düring, mas, justamente ao contrário, porque a falta dela lhe não assegurava nenhuns outros para além dos especificados no início.

Será assim?

A dúvida — e com ela a discussão — permanece.

V

O REGRESSO A ATENAS

1
A FUNDAÇÃO DA ESCOLA

Em 336 a. C., Filipe da Macedónia é assassinado e Alexandre assume o poder. Logo acusa de conspiração o desgraçado Amintas IV, seu primo direito e titular do direito ao trono na ordem da primogenitura [1], mandando-o executar. Ascende assim formalmente ao trono, passando a reinar como Alexandre III.

Seguindo a política expansionista de atracção e submissão das cidades gregas prosseguida pelo pai, consegue, no ano seguinte, fazer-se proclamar generalíssimo dos exércitos gregos, virtualmente protector supremo da Hélade.

O ambiente está agora de feição para os amigos da Macedónia e Aristóteles, quase quinze anos após a sua saída forçada de Atenas, regressa tranquilamente à capital, algures entre o Outono de 335 e a Primavera de 334.

No gigantesco ginásio de há muito conhecido como o Liceu [2], dedicado a Apolo [3], situado fora de portas a leste de Atenas, em

---

[1] Cf. apêndice X.

[2] Os «ginásios» de Atenas eram, verdadeiramente, grandes passeios públicos fortemente arborizados e rodeados de imóveis de natureza vária, nomeadamente templos, estátuas, edifícios habitacionais e instalações desportivas propriamente ditas. O Liceu, um dos mais famosos desses ginásios, era, pelo menos desde os tempos de Sócrates e dos sofistas, um local de eleição para as aulas e as reuniões das escolas atenienses. Platão e Aristóteles referem-se-lhe frequentemente, pelo que sabemos do apreço muito particular que Sócrates votava a este espaço.

[3] O Apolo *Liceu* que aí se comemorava deve o epíteto a uma de três origens possíveis, a que correspondem três distintos sentidos da designação: *lupino*,

local que hoje em dia não se conhece com exactidão, estabelece o seu quartel-general.

Uma interpretação persistente, embora tardia, tomou este facto como indício de que Aristóteles teria então «fundado uma escola no Liceu», ou, mais simplesmente, «fundado o Liceu», o que faz supor a constituição e institucionalização de uma escola, no sentido moderno, com uma sede própria, instalações, equipamentos, materiais, currículo, metodologias, recursos, professores, alunos e, principalmente, continuidade pedagógica assegurada.

Düring exclui taxativamente o bem fundado desta tradição, baseando-se numa análise exaustiva das evidências textuais.

Para ele, pelo contrário, medindo os passos de outros investigadores modernos [4], Aristóteles não fundou qualquer escola em Atenas, no sentido institucional do termo, nem, como meteco que era, poderia ter sobre ela qualquer direito de propriedade.

O Liceu era simplesmente um grande espaço público, utilizado tradicionalmente pelos sofistas e filósofos para as suas lições, que Aristóteles, seus companheiros e discípulos, escolheram igualmente para realizar os seus encontros.

Com efeito [5],

> não existe qualquer indício antigo para a presunção geral de que «Aristóteles fundou uma escola no Liceu».

Ao invés [6],

> as primeiras fontes, baseadas em Filócoro, dizem correctamente que ele «ensinou no Liceu», ἐσχόλαζεν ἐν Λυκείῳ, não que fundou aí uma escola própria (no sentido material).

Assim, a história segundo a qual «Aristóteles fundou uma escola no Liceu» deve ser entendida apenas como uma lenda, fundada nos acessos grandiloquentes dos primeiros apologetas da

---

ou caçador dos lobos, proveniente de λύκος («lobo»); *liciano*, ou deus da Lícia, província da Ásia Menor, retirado do toponímico Λυκία; ou ainda *luminoso*, se derivar da forma conjectural *λύκη, «luz».

[4] Em especial K. O. Brink, «Peripatos», *RE*, 7 (Supp.), 1940, cols. 899-949.

[5] Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 361.

[6] *Op. cit.*, p. 250.

tradição favorável, à mistura com algumas confusões supervenientes da lavra dos escritores estimáveis, mas pouco criteriosos, que então a cultivavam.

De acordo com Düring, ela deriva das palavras ambíguas de Hermipo «tomou para si uma escola no Liceu…» [7], as quais se devem, por sua vez, a uma interpretação apressada do passo da *Vida de Platão* em que Aristóxeno declara que o Estagirita, «sendo estrangeiro, estabeleceu uma escola» em Atenas [8] e na qual, segundo o erudito, «estabelecer uma escola» (ἀντοικοδομεῖν περίπατον) tem apenas o valor metafórico de «começar a ensinar».

É igualmente provável que o trecho do filósofo tarentino sobre certos académicos que começaram a ensinar na Academia durante a ausência de Platão, que já Aristides refere como uma transferência de Heraclides para Aristóteles [9], esteja na origem da lenda.

Neste quadro, a primeira alusão expressa e indesmentível à fundação do Liceu por parte de Aristóteles, no sentido da lenda, ocorre muito tardiamente, em Clemente de Alexandria (séculos I-II) [10], sendo que, «na época helenística, ele é apenas referido como 'o fundador da filosofia peripatética'» [11].

A crer nesta leitura, que tem tido valorosos adeptos [12], Aristóteles fundou deveras uma escola no Liceu, se por tal se entender um círculo de investigadores motivados por interesses comuns, entretidos em indagações idênticas, cruzadas ou paralelas e relacionados pela permuta recíproca de experiências, ideias e conclusões, que naquele local se reuniam para apreciar e discutir

---

[7] DL V 2: ἑλέσθαι περίπατον τὸν ἐν Λυκείῳ. A expressão περίπατον pode ter aqui ainda o sentido primitivo de «passeio público», ou então significar já «escola», como, de acordo com Lyddell-Scott *(ad loc.)*, parece ser o caso desde os primeiros académicos. Em todo o caso, atenta a já referida preferência dos filósofos por este tipo de locais, a evolução semântica da palavra nem sequer carece de justificação.

[8] Fr. 64 Wehrli: ἀντοικοδομεῖν αὐτῷ τινας περίπατον ξένους ὄντας.

[9] Cf. Élio Aristides, *Or.* XLVI 249.10, II 324 Dindorf = Düring T61a.

[10] *Strom.* I XIV 63.4: Παρὰ Πλάτωνι ʹΑριστοτέλης φιλοσοφίας μετελφὼν εἰς τὸ Λύκειων ξτίζει τὴν Περιπατητικὴν αἵρεσιν.

[11] Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 260.

[12] Na mesma linha de Düring, veja-se Chroust, «Werner Jaeger and the Reconstruction of Aristotle's Lost Works», p. 429, n. 3, e, mais desenvolvidamente, «Did Aristotle Own a School in Athens?», *RhM*, 115, 1972, pp. 310-318. Mas, *a contrario sensu*, Gauthier vem defender a posição tradicional, também com argumentos assaz persuasivos: cf. «Introduction», *L'Éthique à Nicomaque*, I, n. 107, pp. 43-44.

os resultados das suas pesquisas, ou porventura também para escutar as exposições dos mais velhos e mais reputados, de acordo com um regime, uma regularidade e uma rotina que só muito tentativamente podemos hoje suspeitar.

Verdadeiramente, só a partir de Teofrasto é criado o Liceu, ou Perípato (ou ainda, nos termos da tradição, é «fundada a escola peripatética no Liceu») e se estabelece a tradição institucional do Liceu como estabelecimento de ensino e sucessão material e espiritual, bem como a linhagem, aliás curta, dos escolarcas que, *tant bien que mal*, asseguraram ambos [13].

2
O PERÍPATO

Há numerosos testemunhos antigos, ainda que quase sempre tardios, acerca do tipo de ensino praticado pelo Perípato nos tempos de Aristóteles.

Abundância que, como é bom de ver, não traz qualidade nem garante exactidão.

Seguindo um dos mais substanciais desses grossos filões, Pierre Louis descreve assim, emblematicamente, os cursos de Aristóteles no Liceu [14]:

> Da parte da tarde, como de manhã, Aristóteles ministrava frequentemente o seu ensino caminhando de cá para lá ao longo das alas do parque, razão pela qual se atribui aos seus discípulos o nome de «peripatéticos». Segundo Aulo Gélio, Aristóteles chamava à sua primeira lição «o passeio da manhã» e à outra «o passeio da tarde».

Há, desde logo, boas razões para suspeitar desta explicação, a que Düring chama «etimológica», da designação que veio a celebrizar a escola, de acordo com a qual os nomes «perípato» (περίπατος) e «peripatético» (περιπατητικός) proviriam de um alegado costume aristotélico de dar as lições passeando (περιπατεῖν).

---

[13] Para a qual, veja-se o apêndice XII. Faremos algumas referências ao destino da Escola no capítulo I do primeiro estudo.

[14] *Vie d'Aristote*, p. 90 e n. 1. Alterámos ligeiramente a ordem do texto, que, no original, surge parcialmente em nota.

Com efeito, como já vimos, na origem e durante o período de, pelo menos, cento e poucos anos, o Perípato era simplesmente, e sem maiúscula, um vulgar passeio público (é isso apenas que significa περίπατος), no qual Aristóteles, na esteira de muitos mestres antes dele, desenvolveu ensino regular com membros da sua Escola.

Melhor dizendo, o Liceu, local de Atenas que Aristóteles elegeu como ponto de encontro com os seus discípulos, é que ficava num vulgar perípato, ou passeio público (περίπατος), elevado, *apesar disso*, à fama, em virtude da ilustração dos que o frequentaram.

Foi só a partir de Teofrasto, na sequência, e por causa, da longa permanência e continuidade no mesmo espaço, que os membros da Escola passaram a ser apelidados, por antonomásia, como οἱ περιπατητικόι, «os peripatéticos» [15].

É o que Düring correctamente sublinha no seu comentário ao texto atinente do testamento de Teofrasto [16]:

> A casa que Teofrasto construiu para a escola era um vulgar περίπατος, mas, graças à grande popularidade de que esta escola gozava, o apelido tornou-se um nome próprio, ὁ Περίπατος, tal como a escola de Epicuro se tornou conhecida como «O Jardim».
>
> A explicação correcta do nome encontra-se na *Vita Hesychii* 5 (= Suda 3929): διὰ τὸ ἐν περιπάτῳ ἤτοι κήπῳ διδάξαι [«passou a ensinar no jardim de um passeio público»] e está implícita na primeira alternativa dada por Hermipo em DL V 2. [«Segundo Hermipo, estando ausente na corte de Filipe como enviado ateniense na altura da eleição de Xenócrates como chefe da Academia, escolheu, ao regressar, um passeio público (περίπατον) no Liceu para andar de cá para lá a filosofar com os discípulos (τοῖς μαθηταῖς συμφιλοσοφεῖν) ao longo do dia, donde vem o nome 'Peripatético' (Περιπατητικούς).»]

Na passagem de Diógenes Laércio surpreende-se bem a passagem da explicação histórica, comum a Hesíquio, de acordo com

---

[15] Os primeiros usos conhecidos da expressão ocorrem em: Filócoro *apud* Filodemo, *Ind*. 6.28, p. 37 Mekler = *FHG* 328 F. 224 = Düring T3; Antígono Carístios *apud* Ateneu XII 547d; Colotes *apud* Plutarco *Adv. Colot.* 14, 1115a = Düring T40b.

[16] Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 405.

a qual o nome da escola provém da permanência num local preciso, a saber, um «perípato», à explicação etimológica, talvez originada em Hermipo, que é aqui expressamente a fonte do doxógrafo, que a atribui ao putativo hábito de «peripatetizar» dos mestres do Liceu.

Todavia, a hesitação que ela demonstra é um sinal de que a primeira era bem conhecida, correspondendo porventura a segunda a um desejo irreprimível de embelezar e de criar relações sugestivas, como era vezo compulsivo da prosa helenística.

Nesta medida, se, de facto, Aristóteles caminhava ou não de um lado para o outro no decurso das suas lições é o que não vem verdadeiramente ao caso — embora também não se veja que outra coisa poderia ele fazer num passeio público.

O que importa é que não foi por causa disso que o Perípato passou à história como tal.

E aliás, o que é uma outra acha para a mesma fogueira, o hábito de «peripatetizar», isto é, de andar de cá para lá durante as aulas (monomania que ainda se detecta entre as preferências docentes), era já atribuído, antes de Aristóteles, a outros professores atingidos por esse mesmo frenesim, nomeadamente a Platão nas lições que dava na Academia [17].

Devido à melhor documentação subsistente, já é mais plausível a distinção invocada por Aulo Gélio entre lições matutinas e vespertinas [18].

De facto, segundo o que se sabe a este respeito, Aristóteles dedicava as lições matinais a tópicos científicos, mais complexos e de teor predominantemente técnico, reservadas, por isso mesmo, aos discípulos do Liceu (eram as sessões acroamáticas, *escutadas* pelos alunos), ao passo que à tarde e à noite se sucediam conferências «exotéricas», isto é, abertas ao grande público e abordando matérias mais leves e acessíveis, ou então de interesse mais geral.

Não havia nenhuma sugestão de secretismo ou de mistério nas sessões «esotéricas» (a expressão é, aliás, tardia) [19], como não havia nenhum desejo de ocultação no seu carácter fechado. Nem na distinção entre os dois tipos de aulas ia insinuada qualquer

---

[17] Para as referências, v. Liddell-Scott, *s. v.* περιπατέω, p. 1382.

[18] Embora Düring considere que, nestes termos, ela deve ter sido inventada por Andronico (cf. *op. cit.*, pp. 432-433).

[19] Encontramo-la pela primeira vez em Clemente de Alexandria, *Strom.* V, IX, 58.

discriminação valorativa sobre o estatuto dos temas introduzidos ou a qualidade dos públicos visados [20].

Tratava-se, tão-só, de um modo cómodo de rentabilizar o trabalho docente, bem como de acomodar a finalidade científica da Escola com a sua missão cultural e até com a sua indispensável necessidade de recrutar alunos e de alargar mercado.

Contudo, como lembra Pierre Louis,

> os cursos magistrais eram apenas um aspecto dos trabalhos efectuados na escola de Aristóteles. Numerosos colaboradores participavam com o mestre no ensino e na investigação. Aristóxeno estudava a música, Ménon a medicina, Eudemo de Rodes a história das matemáticas; o velho amigo e fiel discípulo, Teofrasto, continuava a interessar-se pelas plantas. Outros tratavam da história das sociedades humanas, ou ainda aprofundavam a matemática, a cosmologia, a anatomia.

O Liceu do tempo de Aristóteles, e até do de Teofrasto, deve ter sido deveras um viveiro de interesses e de indagações, concorrentes, cruzadas ou contrastantes, e um constante fervilhar de actividade científica, a ajuizar pelo número extraordinário de autores peripatéticos cujos estudos, nos mais diversos e desencontrados assuntos, se notabilizaram nessa época.

Um outro indício disso é o que os próprios tratados de Aristóteles deixam adivinhar do trabalho de campo e da actividade laboratorial realizados no Liceu [21].

Globos, mapas, esquemas diversos, representações humanas e animais faziam parte dos instrumentos constantemente à mão do professor.

O recurso a diagramas escritos (διαγραφαί ou ὑπογραφαί) num quadro branco (λεύκωμα) era uma metodologia regularmente adoptada [22].

---

[20] Tentaremos mostrá-lo, no que se refere à distinção paralela entre os escritos de Aristóteles, no capítulo V do nosso primeiro estudo.

[21] Esse levantamento foi feito por H. Jackson, no interessantíssimo ensaio «Aristotle's Lecture Room», *JPhil*, 35, 1920, pp. 191-200. Cf. Também as referências de Dirlmeier à *Schulpraxis* na sua edição da *Ética Nicomaqueia* (pp. 312-313).

[22] Registam-se, por exemplo, os esquemas anatómicos (*HA* III 1, 510a30), bem como as διαγραφαί de certas proposições lógicas (*Int*. 13, 22a22); de espécies animais e vegetais (*PA* I 2, 642b12); e das virtudes e vícios (*EN* II 7, 1107a33, e

Nos estudos biológicos, as dissecções [23] e vivissecções animais [24] e a observação directa foram sempre privilegiadas.

Por outro lado, se não colhe hoje a teoria, dominante na viragem do século XIX para o século XX [25], segundo a qual a totalidade dos tratados escolares teria sido redigida no segundo período ateniense e dentro do quadro propiciado pelo ensino no Liceu [26], os investigadores encaminham-se hoje para um largo consenso no sentido de situar parte significativa da produção científica de Aristóteles neste período [27].

Sucede assim especialmente com os grandes tratados de psicologia, de metafísica, de ética, eventualmente de política, que preenchem bastas e importantes colunas da colecção subsistente.

Inegável parece ser que Aristóteles continuou sempre a dar largas ao seu vezo coleccionista e, em particular, a trabalhar na sua recolha de constituições, podendo estar inclusive entre mãos com o único exemplar que actualmente possuímos, a *Constituição dos Atenienses*, quando, por amarga ironia do destino, foi obrigado a deixar Atenas.

EE II 3, 1220b37). Note-se que os τόποι dialécticos, enquanto esquemas de argumentação que permitem ora estabelecer uma proposição de certo tipo, ora refutá-la, ora estabelecê-la e refutá-la consoante se está a interrogar ou a responder, cuja dívida aos procedimentos mnemotécnicos introduzidos pelos sofistas está bem estabelecida (pela primeira vez por Solmsen, em *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, pp. 170-174), relevam igualmente da mesma sistemática. É curioso o modo como R. Smith a expõe no seu comentário a *Top*. VIII 14, 163b17-33: «These systems appear to have been based on the memorization of a series of images of actual locations (e. g., houses along a street) in a fixed order; items to be memorized were then superimposed on these images, making it possible to recall them in sequence, in reverse sequence, or directly by position in the series. The term *topos* itself may be intended to recall just such a technique.»

[23] Cf. *HA* IV 8, 533a3-15.

[24] Cf. *HA* IV 4, 529a29.

[25] Ver, por exemplo: Bernays, *Die Dialoge des Aristoteles in ihrem Verhältnisse zu seinen übrige Werken*, p. 128; Grant, *The Ethics of Aristotle*, I, pp. 2-3; Zeller, *Die Philosophie der Griechen in ihrer geschichtlichen Entwicklung*, II.2, pp. 154-160; Hamelin, *Le système d'Aristote*, pp. 72-73. Mas a teoria ainda tem adeptos: cf. M. Grene, *A Portrait of Aristotle*, pp. 32-33.

[26] Voltaremos a esta questão no capítulo I do nosso segundo estudo.

[27] Ver a este respeito o nosso terceiro estudo e, para uma panorâmica geral, o conjunto de cronologias propostas para os escritos aristotélicos que constitui o objecto do respectivo apêndice II.

VI

A FUGA E A MORTE

1
O IMPÉRIO DE ALEXANDRE

Na dilacerante polémica acerca da Macedónia que, durante dezenas de anos, dividiu os atenienses em *pró* e *anti*, as razões estavam bem distribuídas.

Verdadeiramente, entre os amigos, como eram em geral os filósofos, e os adversários, recrutados sobretudo no partido popular, não havia diferença quanto aos fins, mas sim quanto aos meios. Para ambos, como em geral para todos os Gregos, o grande, o verdadeiro, o único inimigo estratégico da Hélade era o império persa, em que se corporizava uma secular história sangrenta de contendas e guerras e, principalmente, em que residia, à época, a única ameaça real e consistente (parecia então) ao modo de vida grego. Os Persas eram os bárbaros — e eram bárbaros perigosos. E por «bárbaros» entendiam eles: seres inferiores, naturalmente feitos para serem escravos, porque a ignorância culposa da sua humanidade os fazia sofrer sem remorso nem vergonha a indignidade de servirem um amo onde os Gregos obedeciam à neutralidade objectiva da lei e de entregarem a um só a soberania que era originariamente de todos.

Mais do que a estranheza da língua, que relevava sobretudo do simbólico, o que distinguia os Gregos dos bárbaros era, para eles, um *modus vivendi*, tanto político como espiritual, que os fazia crer acima e antes de tudo no império da lei, na soberania do cidadão e na autonomia da cidade e, portanto, deplorar a visão sotur-

na, para oriente, de extensos territórios lavrados por servos ao ritmo do chicote de um sátrapa, representante corrupto e venal do imperador todo-poderoso, qual *deus absconditus* no seu casulo distante.

Pelo contrário, os Macedónios eram apenas uma espécie de gregos degenerados, diminuídos da sua condição natural de homens livres à degradante situação de súbditos de um soberano absoluto, «à maneira oriental».

Ora, o que dividia pró-macedónios e antimacedónios era uma questão táctica, não uma questão estratégica: a percepção que cada um deles respectivamente tinha do «inimigo principal», isto é, daquele que, na circunstância, estava em condições de fazer pior e provocar um dano mais profundo e prolongado ao *modus vivendi* helénico.

Para os primeiros, entre os quais se encontrava Aristóteles, a Macedónia, como nação grega, e nação grega *poderosa* — de facto, a única potência grega regional que sobrevivera à hecatombe das lutas fratricidas do século anterior —, era uma prevenção contra os apetites da Pérsia.

Ser pró-macedónio era, portanto, escolher o mal menor, preferindo tolerar as grosserias marciais dos boiardos do Norte, na expectativa de as poder polir pelo convívio, de modo a preservar o que mais importava, a saber, as liberdades e prerrogativas do homem grego, o autogoverno das Cidades e a estrutura criativa da πόλις, de onde havia surgido e em que se condensava toda a grandeza e originalidade, não só material, mas sobretudo espiritual, do génio grego.

Mas os antimacedónios viam mais longe.

Pressentindo que a cobiça indisfarçável dos reis da Macedónia era o sinal de um espírito ele próprio oriental, desconfiaram, com razão, de que o que os animava não era a simples ambição de manter um ascendente, uma predominância ou mesmo um protectorado sobre as cidades gregas, mas sim a volúpia de mandar sobre elas como senhores absolutos.

Para eles, portanto, diante de uma Pérsia decadente, enfraquecida e sonolenta, a Macedónia era, agora, o verdadeiro perigo.

Mais do que isso, no domínio dos fantasmas nocturnos, como, em breve, no das duras *realidades* da vigília, a Pérsia *era* agora a Macedónia.

Este um difícil aprendizado que alguns dos ingénuos e bem-intencionados aliados da Macedónia haveriam de fazer dolorosamente à sua custa, como Calístenes de Olinto, mandado executar por Alexandre em 327, por se ter recusado a prostrar-se a seus pés como perante um soberano asiático.

É que os homens como Calístenes haviam-se alistado na causa de Alexandre, não por causa de Alexandre, mas por causa da Grécia. Não tinham aderido ao seu sonho oriental para expandir qualquer território ou para criar qualquer império, mas para destruir um, e com ele a ameaça permanente que pendia sobre as cidades gregas. Não tinham percorrido desertos sem fim até ao fim do mundo conhecido por desejos de conquista, que nunca tinha movido alma grega nenhuma, mas para conservar as suas próprias intactas e incólumes.

Pelo contrário, Alexandre, é lícito pensá-lo, era para si mesmo a sua própria causa e o seu próprio sonho.

Os antimacedónios tinham tido razão: na loucura divina do imperador estava o germe daninho da escravidão oriental. E os Gregos não mais se livrariam dela, até bem próximo dos nossos dias.

É possível que o próprio Aristóteles se tenha dado conta disso, pelo menos após a execução do seu sobrinho e colaborador, com o qual parece ter mantido um permanente contacto, recebendo dele notas, observações e amostras para as investigações comuns, se é certo que na carta a Alexandre intitulada *Sobre as Colónias*, escrita provavelmente por essa altura, criticava o projecto oriental do rei, especialmente no que toca à sua política de miscigenação.

Mas era tarde.

Alexandre tinha de ir até ao fundo do seu destino histórico, ou, o que vinha a ser o mesmo, tinha de ir até ao fundo do Universo.

Por isso, continuava, implacável e imparavelmente, a conquistá-lo.

À data da sua morte precoce, havia construído a pulso, e num tempo recorde, o maior império que a Antiguidade tinha conhecido, estendendo-se do Norte da Grécia à margem do Ganges [1].

Foi aí que a sua hora chegou, vítima de malária ou de «mão amiga».

Morreu de febres a 13 de Junho de 323 a. C., com 33 anos incompletos. Alexandre fizera um império — e fizera nascer novos impérios.

Volvidos cinquenta anos, uma nova época de estabilidade se abria, desenhada com sangue pelas espadas dos seus generais.

O que ele criara — uma realidade imperial de matriz grega — e o que eles criaram — os grandes impérios helenísticos — decidiram a sorte da civilização grega clássica.

---

[1] Ver a figura 4.

A sua morte foi a morte da πόλις.

Para lá dele, começara a era da globalização.

Era o helenismo, tempo de uma civilização e de uma cultura em que homens como Aristóteles estavam a mais.

2
O SEGUNDO EXÍLIO

É neste quadro que a vida de Aristóteles sofre um derradeiro abalo.

Em 323 a. C., vítima indirecta do desaparecimento do seu antigo pupilo, uma vez mais a sua existência se revela à mercê das vicissitudes políticas e geoestratégicas que distinguem este período e, em particular, dos ciclos que regulavam a relação, sempre frágil e ambivalente, entre as grandes cidades gregas independentes e a corte da Macedónia.

É provável que, nessa altura, já se encontrasse muito doente, dada a natureza da afecção que o vitimou.

Não foi poupado, todavia, às atribulações de um homizio forçado e precipitado.

Com efeito, mal a notícia da morte de Alexandre chega a Atenas, provavelmente no mês seguinte ao evento, a cidade declara guerra à Macedónia e prepara-se para expulsar do seu território as tropas estrangeiras que aí permaneciam.

Ao mesmo tempo, como sempre é o caso quando o clima está de feição a dar-lhes livre curso, as invejas e querelas mesquinhas aproveitam para cumprir o seu destino.

Ouvem-se então, em surdina ou em voz alta, as mais terríveis calúnias: que, aquando da morte de Hermias, Aristóteles havia escrito um hino honrando-o como a um deus, pecado por que é inclusive arrastado para tribunal por um tal Eurimedonte, acusado de impiedade (atoarda típica contra os filósofos); que tinha sido amante do tirano, para depois o atraiçoar com Filipe; que Calístenes, sobrinho, discípulo e colaborador de Aristóteles, tinha sido por ele instigado a alistar-se nos exércitos de Alexandre; que, ao mesmo tempo, por haver sido professor do imperador, o filósofo havia sido indirectamente responsável pela morte de Calístenes; que, no Outono de 324, tinha sido outro seu sobrinho, Nicanor, então oficial dos exércitos de Alexandre, a exigir aos gregos reunidos em Olímpia a concessão de honras divinas, coisa repugnante ao paladar grego, que o próprio Calístenes rejeitara; e etc.

Perante um ambiente tão turvo, Aristóteles não hesita e deixa Atenas pela segunda vez.

Não foi mais longe do que Cálcis, na Eubeia, terra de origem de sua mãe [2].

É certo que, logo em Setembro de 323, Antípatro e seu filho Cassandro, que continuavam a governar a Macedónia em nome de Filipe III, irmão de Alexandre [3], obtêm a submissão de Atenas, devolvendo-a assim ao seu controlo.

Mas era muito tarde para Aristóteles regressar: estava exausto, compreensivelmente desiludido, sobretudo irremediavelmente doente.

A história dá-o como tendo ocupado o período do segundo exílio na continuação do trabalho de recolha e análise das constituições, ainda inacabado no lance em que a morte o surpreende.

3
ÚLTIMOS MOMENTOS

Vítima de uma neoplasia gástrica, Aristóteles morre na sua casa de Cálcis, no terceiro trimestre do ano de 322 a. C., com 63 anos de idade, pouco antes de Demóstenes, perseguido por Antípatro, cometer suicídio no santuário de Posídon, na ilha de Celáuria (Outubro) [4].

Nada se sabe sobre os seus últimos dias.

Em todo o caso, Aulo Gélio conserva uma lenda sugestiva sobre a sucessão de Aristóteles à cabeça do Liceu [5], que Pierre Louis resume assim [6]:

> Uma tarde, vários discípulos, entre os quais Menedemo [de Rodes] [7] e Teofrasto [de Ereso, na ilha Lesbos],

---

[2] Relembre-se a figura 2.

[3] Cf. apêndice X.

[4] Diz-se que, após submeter Atenas e pacificar de novo a Hélade, Antípatro terá trasladado o corpo de Aristóteles para um mausoléu mandado construir em Atenas.

[5] *NA* XIII 5.

[6] *Vie d'Aristote*, pp. 104-105.

[7] Inexplicavelmente, P. Louis identifica este personagem, de que nada mais se sabe, com Menedemo de Eritreia, o fundador da escola com o mesmo nome, a quem nenhum testemunho atribui qualquer proximidade com o peripatetismo.

> estavam reunidos à volta do filósofo. Este, adivinhando o fim próximo, declarou que o vinho que lhe estavam a servir não convinha à sua saúde, por áspero e malsão. Pediu que lhe trouxessem vinho do ultramar, de Rodes e de Lesbos, acrescentando que beberia o que lhe fizesse melhor. «Vão-se apressadamente buscar os vasos, que se lhe apresentam. Então, Aristóteles tomou o vinho de Rodes e provou-o. 'Este vinho', disse ele, 'é muito agradável.' Veio depois a vez do vinho de Lesbos. Após tê-lo provado, disse: 'Ambos são de excelente qualidade. Mas o de Lesbos é mais doce.' Perante estas palavras, todos compreenderam que ele tinha, através deste expediente engenhoso e delicado, designado o seu sucessor.» Seria Teofrasto de Lesbos. Este homem tinha, com efeito, acrescenta Aulo Gélio, «tanto na palavra como nos costumes, uma infinita doçura».

Frequentemente repetida e glosada, esta história, apesar de bonita, é de duvidosa autenticidade.

Com efeito, como tivemos ocasião de ver, o Liceu era ainda, na época de Aristóteles, uma entidade volátil, sem estrutura institucional rígida nem realidade jurídica própria, sobre a qual Aristóteles não possuía senão os direitos provenientes do seu ascendente natural sobre discípulos e colaboradores.

Nesta presunção, qualquer acto de sucessão formal estaria fora de tom.

A ascensão de Teofrasto à direcção do Liceu, como seu primeiro escolarca oficial, deve ser concebida como tendo ocorrido naturalmente, ao longo do lento processo de institucionalização progressiva da Escola, se é que, como querem alguns, não foi o próprio Teofrasto quem tomou, pela primeira vez, a iniciativa de proceder a tal institucionalização, adquirindo os terrenos e os imóveis para a sua instalação e dotando-a de currículos e métodos específicos [8].

Entretanto, se o testemunho de Aulo Gélio pode ser repudiado como uma piedosa invenção helenística, já é mais difícil fazer o mesmo com a tradição que atribui a elaboração do testamento a uma iniciativa de última hora.

---

[8] É essa a tese de Brink e Düring, nos estudos citados.

É certo que, como tivemos oportunidade de ver, o testamento pode datar também de alguns anos antes da morte de Aristóteles, nomeadamente porque os testemunhos antigos não sustentam expressamente o contrário e, em particular, a única transcrição grega subsistente, a biografia de Diógenes Laércio, não faz qualquer referência ao momento em que Aristóteles teria escrito o testamento.

Por outro lado, todos os elementos do próprio testamento que têm sido normalmente alegados em favor da interpretação tradicional podem ser igualmente acomodados com uma datação mais recuada.

Assim, a ausência de Nicanor à data da redacção do testamento não implica que este tenha sido redigido pouco antes da morte de Aristóteles, como se tem dito, porque, com grande probabilidade, Nicanor estava já ao serviço de Antípatro entre 334 e 332 a. C.

E o facto de Teofrasto ser indicado como garante da execução do testamento em último lugar (e apenas «se puder e quiser») não implica necessariamente que ele se encontrava longe de Aristóteles no momento da redacção do testamento (a saber, em Atenas, durante a estada de Aristóteles em Cálcis), mas simplesmente que Teofrasto, ao contrário dos outros desconhecidos mencionados, tinha uma vida atribulada que o poderia impedir de exercer as funções requeridas.

No entanto, a evidência em abono da datação tradicional é razoável, para além de que, como já sabemos, Usaibia inclui na sua versão do testamento, atribuindo-a expressamente a Ptolemeu, a seguinte frase esclarecedora: «quando Aristóteles estava prestes a morrer, escreveu o testamento que agora comunicamos».

É, por isso, crível que Aristóteles, doente, exilado e justificadamente apoquentado com o futuro, tenha dedicado o seu último esforço à redacção do testamento.

Do texto original, conhecem-se quatro versões, uma grega e três árabes [9], estas praticamente idênticas entre si.

Não há grandes discrepâncias no essencial [10], salvo a respeito das relações parentais entre os vários intervenientes mencionados, a que, em momento próprio, já nos referimos extensamente [11].

---

[9] DL V 11-16; al-Nadim 17; al-Qifti (= *Fihrist*); Usaibia I.

[10] Ver um resumo das duas grandes tradições, grega (via Hermipo) e árabe (via Ptolemeu), no apêndice XI, onde são simultaneamente discutidos alguns elementos divergentes.

[11] Cf. *supra*, capítulo IV.

Em ambas as tradições, Antípatro é declarado executor testamentário e a tutela dos bens durante a menoridade dos filhos («a rapariga» e um elemento masculino que a tradição árabe identifica com Nicómaco) entregue a Nicanor, sobrinho de Aristóteles, então fora da Grécia. O exercício transitório da tutela é, portanto, conferida a alguns familiares e amigos, de resto desconhecidos, bem como, «se puder e quiser», a Teofrasto.

Seguem-se as disposições relativas à herança e aos filhos.

Na versão de Diógenes, mais curta, «a rapariga» (ἡ παῖς) é entregue em casamento a Nicanor, cuja ausência justifica a introdução de algumas precauções adicionais, quer em caso de morte de Nicanor antes do casamento, quer em caso de morte antes do nascimento de filhos do casal, quer ainda em caso de morte sem testamento. A substituição das funções impostas a Nicanor é também prevista e, uma vez mais, atribuída a Teofrasto, «se assim o quiser».

A versão árabe é muito mais detalhada e explícita [12].

Em relação aos filhos, estabelece-se que Nicanor administrará os seus bens e tomará conta de ambos e de tudo o que lhes diz respeito «como se fosse seu pai e seu irmão», assumindo as mesmas obrigações perante Nicómaco se a filha morrer antes de casar ou de ter um filho.

Em seguida, vêm as disposições em caso de morte de Nicanor antes do casamento de Pitíade, ou antes do nascimento de filhos desta, em que prevalecerão as decisões testamentárias de Nicanor; e as disposições em caso de morte de Nicanor antes do casamento, ou antes do nascimento de filhos dele, sem testamento, em que será substituído por Teofrasto, se este o consentir e quiser tomar o seu lugar.

Regressa a uniformidade das duas versões nas cláusulas relativas a Herpílis (que, entre os Árabes, é apelidada de «criada»). Estabelece-se uma doação em dinheiro e em escravos, bem como o uso de qualquer das duas casas de Cálcis ou Estagira, «com todo o mobiliário necessário», e apela-se à protecção por parte dos tutores e do executor testamentário, nomeadamente provendo a que ela se case com alguém «que não seja indigno», se se quiser casar.

A versão árabe termina com as disposições relativas aos escravos, comuns ao testamento de Diógenes.

---

[12] Embora, provavelmente, equivocada: vejam-se as notas a este clausulado no apêndice XI.

Neste, todavia, acrescentam-se quatro cláusulas: que deverão ser erigidas estátuas a Nicanor, Próxeno e à «mãe de Nicanor», bem como à mãe de Aristóteles; que deverá ser dedicado um busto a Arimnesto; que e como deverá ser feita a trasladação do corpo de Pitíade I; que e como deverá ser comemorado o regresso de Nicanor.

Aparentemente, as disposições testamentárias foram cumpridas.

Sexto Empírico testemunha o casamento de Nicanor com Pitíade [13]. Todavia, parece que o sobrinho de Aristóteles lhe sobreviveu pouco tempo, pelo que Pitíade terá contraído matrimónio com um tal Procles de Esparta e depois, por morte deste, com o médico Metrodoro.

De acordo com o testamento de Teofrasto, foi ele quem veio a tomar conta de Nicómaco, como previsto nas disposições de Aristóteles.

O mesmo testamento permite-nos saber que um filho do segundo casamento de Pitíade, Demáreto de Esparta, era membro do Liceu à data da morte de Teofrasto e que Aristóteles II, meio-irmão deste e neto do filósofo por Metrodoro, era muito novo para frequentar a Escola, mas já bem-vindo para a integrar no tempo conveniente [14].

---

[13] *Adv. Math.* I 258 (= Düring, T11b).

[14] Para todas estas conexões familiares, reveja-se o apêndice IX.

VII

PERSONALIDADE E APARÊNCIA PESSOAL

1
ASPECTO FÍSICO E CARACTERÍSTICAS PESSOAIS

O rosto de Aristóteles é conhecido a partir das réplicas da estátua que Alexandre mandou erigir em sua honra e de que subsistem hoje catorze exemplares [1].

Dessas, o busto existente no Wiener Kunsthistorisches Museum é habitualmente considerado como sendo uma cópia directa da estátua original, feita nos tempos de Cláudio [2].

A crer na descrição gráfica, descobre-se o rosto de um homem maduro, ligeiramente nutrido, de feições regulares e traços correctos, mas vulgares e incaracterísticos, fronte larga, nariz e boca com volume, cabelo e barba curta, de expressão benevolente e bonomia no olhar.

Os testemunhos antigos são um pouco mais minuciosos.

Uma tradição notavelmente uniforme, o que permite reputá-la como bem sedimentada, insiste em três características: olhos pequenos (μικρόμματος), pernas delgadas (ἰσχνοσκελής), aspecto sempre cuidado e elegante, que o tornava notado pelo porte, pelo desenho do cabelo e pelo vestuário [3].

---

[1] Cf. F. Studniczka, *Ein Bildniss des Aristoteles*, e K. Schefold, *Die Bildnisse der antiken Dichter, Redner und Denker*, p. 96.

[2] Ver a figura 5.

[3] Cf. DL V 1. Na tradição neoplatónica, ver VM 31; VV 24; VL 33; Mubashir 38; al-Qifti; Usaibia 26 e 36.

Também uniforme é a indicação de que gaguejava (τραυλὸς τὴν φωνήν) [4].

Quanto ao carácter de Aristóteles, o seu próprio texto dá-nos algumas indicações preciosas.

Para além das grandes características transversais do seu pensamento, a que daremos atenção noutro local e aqui não anteciparemos [5], podemos reconduzir a cinco as principais informações que, a este respeito, os escritos nos fornecem: o horror às generalizações sem contrapartida na experiência [6]; a atenção aos detalhes [7]; o rigor na observância dos procedimentos metodológicos; o optimismo e a confiança no progresso do conhecimento [8]; a tolerância para com a fragilidade humana e a complacência perante o fracasso [9].

A tradição antiga nem sempre é tão caridosa.

Numerosos testemunhos dão-no como inclinado para o abuso do sarcasmo (μωκία) [10], o que, aliás, é confirmado por algumas anedotas [11] e por alguns apotegmas conservados [12], bem como por diversos passos da sua obra [13].

Outros traços teriam sido o gosto pela solidão (μονώτης) [14], a autoconfiança e a ambição [15], bem como a capacidade de persuasão [16].

---

[4] Cf. DL V 1 e VH 1. Düring, sempre cioso de resgatar o filósofo das calúnias, suspeita que haja aqui uma transferência de Aristóteles de Cirene (Heródoto IV 155).

[5] Cf. *infra*, capítulo IX do estudo «Evolução e linhas de força do pensamento de Aristóteles».

[6] *Prt*. W 13; *APr*. I 30, 46a17; *Top*. I 11, 105a7; *GA* III 10, 760b27-33; *EN* X 1, 1172b3; X 8, 1179a16; *Rh*. I 1, 1355a16. E ainda: *Ph*. VIII 1, 252a23; *Cael*. I 10, 279b18; II 13, 293a25; IV 2, 308b13; *GC* I 2, 316a5; I 8, 325a18.

[7] O vezo coleccionista de Aristóteles é o seu grande resultado neste domínio. Cf. *Top*. I 14, 105b12; *GA* III 10, 761a10; *Rh*. II 21, 1394a19-26.

[8] Cf. *Top*. VI 14, 151b12; *SE* 34, 183b17; *Cael*. I 3, 270b19; *Mete*. I 3, 339b29; I 14, 351b25; *Metaph*. A 2, 983a30-b4; Λ 8, 1074b10; *EN* I 7, 1098a23-25; *Pol*. II 2, 1264a3; VII 10, 1329b25.

[9] Por exemplo, em *EN* II 9, 1109a35, ou III 1, 1110a24; cf. também *Prt*. W 9.

[10] As referências são extensivamente auscultadas no capítulo atinente de Düring, *op. cit.*, pp. 349-352.

[11] Cf. DL V 17-21.

[12] Por exemplo, Estobeu IV 87 (= T67f) e Elias *In Porph*. 43.27 Busse (= T67g).

[13] Düring realça *GA* III 5, 756b6; *EN* VIII 8, 1158a24; *Pol*. VIII 6, 1340b30; *Rh*. III 2, 1405b24-28.

[14] Cf. Demétrio, *De eloc*. 144 (= R^3 668).

[15] Cf. Plutarco, *De tranq*. III 472e (= R^3 664 = T30c).

[16] Cf. Plutarco, *Vita Alc*. IXII, 234d.

Mais no sentido dos textos vão a temperança e a moderação consigo mesmo (μετριότης) [17], a dignidade e a firmeza na doença [18], quiçá mesmo a resignação (ἀγαπητόν) [19].

2
CALÚNIAS E DIFAMAÇÕES VÁRIAS

A par destas indicações, que podemos considerar relativamente seguras, a tradição foi pródiga em mimosear Aristóteles com as mais variadas acusações, algumas das quais tivemos, de quando em vez, ocasião de ir acompanhando.

De entre as mais repetidas [20], contam-se, por exemplo, a de que seria estrangeiro ou «semigrego», arrogante, tagarela [21], retardado (ou pedante: ὀψιμαθής), glutão [22], efeminado [23], lúbrico, debochado (ἄσωτος), por fim, mas não por último, dado a prazeres ímpios e infamantes com diversos homens [24].

Esta alegação de que Aristóteles se teria entregue como παιδικός foi especialmente utilizada com Hermias de Atarneu, alvo preferencial das setas venenosas dos autores hostis a Aristóteles, seja pela sua proximidade com a Macedónia, entre os movidos por motivação política, seja pelo estatuto do visado, entre os impelidos por inveja.

A infâmia estava essencialmente no facto de, na Grécia, um παιδικός ser um jovem protegido que trocava favores por influência com um homem mais velho, o que sugeria, da parte de Aristóteles, a falta de carácter suficiente para se submeter a um tal tratamento apenas na mira de subir na vida.

---

17 VM 31.

18 Censorino, *De die natali* 14.

19 Düring recenseia cinco ocorrências do vocábulo na *Ética a Nicómaco*, uma na *Geração dos Animais* e uma na *Metafísica* M, considerando-o exclusivo das últimas obras.

20 Para as referências completas, mais uma vez remetemos para Düring, na obra e local citados.

21 Com o sentido forte de «incontinente verbal»: ἄκαιρος στωμυλία λαλοῦντος, «proferia tagarelices impróprias» (Eliano, *Var. hist.* III 19 = T36).

22 Mais literalmente: «bom garfo» (ὀψοφάγος).

23 Formas mistas, e abertamente caluniosas, das acusações (do tipo «cozinheiro arrogante e glutão», ou «comilão efeminado») são mais vulgares.

24 Παιδικὰ Ἑρμίου, παιδικὰ Θεοδέτου, παιδικὰ Αἰσχρίωνος, παιδικὰ Παλαιφάτου,...

Claro que, no caso de Hermias, a ideia era tanto mais maldosa quanto os mesmos que acusavam Aristóteles de ter sido παιδικά Ἑρμίου consideravam que o tirano era eunuco, o que colide um tanto com o que os acusadores podiam pensar que se deveria fazer com um παιδικά.

Há, por isso, boas razões para concluir que, na prosa acusatória original, o objectivo não era tanto o de convencer o leitor da veracidade das acusações, mas apenas o de ferir, achincalhar e ofender.

A causa estava ganha no simples facto de se utilizar uma prosa suja e injuriosa, assumidamente difamatória, como escape para o ódio e o despeito, sem ser essencial que, de resto, o auditório ficasse persuadido com ela.

Num certo sentido, as pseudo-acusações destes homens cumpriam a mesma função que as caracterizações exageradas numa comédia grega ou os chistes brejeiros numa ópera bufa.

O fundo verídico que eventualmente haja nelas é, pois, totalmente irrelevante.

VIII

TO ARISTON TELOS

É uma extraordinária coincidência que o homem que assistiu, de algum modo como co-responsável, ao fim da idade clássica dos Gregos e representa o último grande sopro da filosofia helénica clássica, tenha sido crismado com um nome que significa — «o melhor fim» (τὸ ἄριστον τέλος).

Se quisermos dar algum valor premonitório, ou, ao menos, simbólico, à coincidência, podemos perguntar: que é um *melhor fim?*

Que é, na ordem e na hierarquia axiológica dos fins, um fim *melhor?*

Pensando no nosso caso, o caso do homem que finda, o *melhor fim* é certamente um fim tardio. Ou talvez, reflectindo melhor, seja um fim indolor. Ou ainda, um fim digno. Outros dirão: um fim auto-infligido, a eutanásia como direito à morte sem concessões.

Tudo isso, com maior ou menor adequação, foi Aristóteles na cultura grega e para o grande período criativo e original da filosofia helénica.

Os apologetas de Aristóteles dirão talvez: tudo isso e ainda mais. Porque o melhor fim é o fim mais notável, o apogeu ou *acme* dos Gregos, e foi isso precisamente que Aristóteles representou na filosofia grega.

Nós preferiríamos dizer: Aristóteles foi decerto o melhor fim; mas o melhor fim é *um fim que não finda*, um fim que não termina nunca.

É nesse sentido que Aristóteles é τὸ ἄριστον τέλος, o melhor fim.

Ao criar a sua filosofia, prolongou-a pela história inteira do Ocidente e de algum modo fundou-a e fundou-o.

Nenhuma peroração seria aqui vantajosa para cumprir o desígnio fútil de comprovar uma tão audaciosa quanto hiperbólica declaração.

Basta lembrar o que algures tivemos ocasião de avançar, ao sugerir que o aristotelismo constitui a «ontologia natural do Ocidente».

Com efeito [1], para nós, ocidentais, é intuitivo que o mundo é constituído por «coisas», isto é, por objectos físicos dotados de determinada identidade nuclear (aquilo a que o vocabulário aristotélico chama «essência») e de um conjunto variável de características mais ou menos conjunturais («acidentes», na mesma nomenclatura).

Por menos comprometida filosoficamente, talvez seja preferível dizer que, para nós, as coisas ou objectos físicos são naturalmente *sujeitos de predicados* (quer dizer, entidades particulares susceptíveis de assumir certas qualidades com um grau maior ou menor de contingência), sendo que a tessitura fundamental do mundo é constituída por realidades deste tipo.

Ora esta concepção do mundo, embora dominante na cultura ocidental moderna, não é única nem exclusiva.

Ela nasce no Ocidente com Aristóteles, a partir do qual surge pela primeira vez o esquema sujeito/predicado ou substância/acidente e, com ele, a convicção de que o mundo é melhor compreendido se o supusermos constituído por *sujeitos* ou *substâncias* e melhor descrito quando enunciamos as generalidades mais próximas sob as quais tais sujeitos caem.

Desde então, porventura por influxo convergente do individualismo cosmopolita do helenismo, do pragmatismo da mundividência latina e, certamente, da conquista da Europa pelo criacionismo e pelo personalismo cristãos, este esquema impôs-se naturalmente como um *a priori* mental, como um *habitus* entranhado, como uma segunda natureza na nossa relação com o mundo e connosco próprios.

E assim vivemos hoje entre sujeitos-de-predicados, num mundo de coisas singulares e irredutíveis, e é sob o signo da cosmovisão aristotélica que o vivemos.

---

[1] Aproveitamos a partir deste ponto cinco parágrafos que escrevemos algures e que temos a veleidade de crer que saíram bem.

Por isso, é o aristotelismo a ontologia natural do Ocidente — e, por isso, é ele também um fim que não finda, isto é, *o melhor fim*.

Este destino dá que pensar.

Teria Aristóteles pressentido que, enquanto Alexandre estava a construir um império, ele andava construindo uma civilização para ele?

Ninguém decerto o saberá jamais — o que, evidentemente, é nesta matéria de importância alguma.

APÊNDICES

I

GLOSSÁRIO DAS PRINCIPAIS FONTES BIOGRÁFICAS ANTIGAS E DE OUTROS AUTORES CORRELACIONADOS [1]

Adrasto de Afrodísias (século II): Mestre de Alexandre *[V.]*, poderá ser seu o comentário anónimo aos livros II-V da *Ética a Nicómaco*.

Albino (*fl. c.* 130): Figura proeminente do platonismo médio, ainda protagoniza a tendência ecléctica [2] característica dos pensadores platónicos desde a IV Academia, no seu caso temperado sobretudo de elementos peripatéticos e estóicos [3]. Deve-se-lhe um epítome de filosofia plató-

---

[1] Em relação ao presente apêndice, como em relação aos seguintes, frisamos que os factos e os sucessos históricos mencionados admitem diferentes versões e que as respectivas datas são frequentemente aproximativas ou conjecturais. Limitamo-nos, por isso, a seguir em geral aquela que nos pareça a melhor lição.

[2] A expressão «eclectismo» provém de ἐκλέγειν, «escolher», e aplica-se para designar a selecção de elementos doutrinários de diferentes filosofias e a sua fusão numa síntese geral. São conhecidas diversas correntes eclécticas na Antiguidade helenística e tardia, nomeadamente o eclectismo estóico, o eclectismo platónico e o eclectismo aristotélico. O segundo, testemunhado especialmente pela IV Academia e pelo platonismo médio, caracteriza-se pela inclusão de elementos de origem estóica numa doutrina matricialmente platónica.

[3] Corrente filosófica da Antiguidade, mas de grande repercussão ao longo da história da filosofia. O estoicismo antigo foi fundado por Zenão de Cítia, pertencendo igualmente à Escola os filósofos Cleantes (304-232 a. C.) e Crísipo (280--206 a. C.). Como todas as escolas helenísticas, a sua preocupação filosófica é predominantemente moral e visa a aquisição da felicidade, identificada pelos estóicos, na esteira do pensamento cínico, com a virtude. No entanto, o estoicismo encarava o conhecimento como um instrumento fundamental deste desiderato, pelo que a sua filosofia incluía, a par da ética, a lógica e a física (num sentido muito amplo, que albergava a ontologia, a teologia, a psicologia e a cosmologia propriamente dita), áreas em que foi profundamente inovadora.

nica, em que denota forte influência de Aristóteles, esclarecedora para a compreensão da classificação dos escritos aristotélicos e da sua evolução histórica [4].

Al-Dimasqi (*m.* 920): Abu Utman al-Dimasqi, tradutor árabe de Aristóteles, dedicou-se sobretudo à obra lógica (com destaque para os *Tópicos*), bem como aos comentários gregos da mesma.

Alexandre de Afrodísias (*fl. c.* 200): O mais famoso comentador peripatético de Aristóteles, ocupou desde 195 d. C. a cátedra de estudos aristotélicos criada pelo imperador Marco Aurélio *[V.]*, escrevendo diversos comentários às obras de Aristóteles, alguns deles perdidos. Subsistem, no entanto, comentários parciais aos *Primeiros Analíticos*, *Tópicos*, *Metafísica* I-V, *Meteorológicos*, *Sobre a Alma* e *Sobre a Sensação*, que revelam enorme conhecimento e penetração analítica, o que os torna, ainda hoje, indispensáveis ao estudo aprofundado do pensamento aristotélico.

Alexino de Élis (século IV a. C.): Filósofo megárico [5], parece ter sido discípulo de Eubúlides de Mileto *[V.]*. Diógenes Laércio *[V.]* atribui-lhe a alcunha de ἐλεγξῖνος, em virtude da sua inclinação para a polémica e a diatribe. Distinguiu-se pelos seus ataques a Aristóteles e aos estóicos.

Al-Hasan Ibn Suwar (943-1020): Erudito árabe, comentou as *Categorias* e reviu e editou a tradução árabe dos tratados do *Organon* tal como ela consta no importante manuscrito *Parisinus ar. 2346*, que é hoje o nosso melhor testemunho deste notável trabalho editorial.

Al-Marwazi (séculos IX-X): Abu Yahya al-Marwazi parece ter sido mestre de Abu Bisr Matta *[V.]*, tendo escrito, segundo al-Nadim *[V.]*, um comentário aos *Segundos Analíticos*.

Al-Nadim (m. 995): Ibn Abul-Faraj al-Nadim foi o autor da mais influente doxografia árabe, o *Kitab al-Fihrist*, base fundamental para o conhecimento da tradição árabe de reflexão, comentário e tradução no período a que se refere. A sua obra incluía a primeira versão árabe da *Vita Aristotelis* de Ptolemeu *[V.]*, com transcrição do testamento.

Al-Qifti (1172-1248): Al-Qifti Gamaladdin al-Qadi al Akram, o *Gemaleddinus* da tradição latina, foi um bibliógrafo tardio, autor da *Tabaqat*

---

[4] Trataremos deste tema no capítulo V do primeiro estudo.

[5] Os megáricos foram um escola socrática «menor», fundada por Euclides de Mégara. Aliando o ensinamento socrático a uma ontologia e a uma lógica de raiz eleática, o pensamento megárico vai acentuar a vertente intelectualista de ambos, negando toda a validade ao conhecimento sensível, e prolongar o monismo característico desta última, aplicando-o nomeadamente à caracterização dos «universais» visados pela definição socrática. Destas duas vertentes da sua filosofia decorre a absoluta exclusão da multiplicidade e do devir, que os megáricos procuravam demonstrar, na esteira de Zenão de Eleia, por redução ao absurdo, procedimento em que se notabilizaram Eubúlides de Mileto, Diodoro Crono e Estílpon de Mégara (todos do século IV a. C.), aos quais se deve a formulação dos célebres paradoxos que celebrizaram a Escola.

al-hukama (*Crónica dos Sábios*). Aí se integra a reprodução da versão árabe de al-Nadim *[V.]* da *Vita* de Ptolemeu, com o testamento e o catálogo das obras.

Amónio Hermeu (*c.* 435-520): Filho de Hermias *[V.]*, fundador da escola neoplatónica [6] de Alexandria, e genro de Siriano *[V.]*, introdutor da escola em Atenas, herdou do pai a direcção daquela, à qual imprimiu um cunho muito próprio. Muitos dos seus discípulos (Filópono, Simplício, Asclépio, Olimpiodoro, Damáscio) *[V.]* figuram entre as figuras mais relevantes do comentário neoplatónico subsequente. Devem-se-lhe diversos comentários aos tratados lógicos de Aristóteles, ora escritos por ele próprio, ora recolhidos pelos discípulos a partir das suas lições.

Amónio Sacas (175-242): Figura enigmática a que se atribui a fundação da escola neoplatónica e de que pouco mais se sabe para além de que teria ensinado filosofia em Alexandria, vindo aí a ser mestre de Plotino *[V.]* desde 232 e até à data da sua morte.

Andronico de Rodes (século I a. C.): Primeiro editor da obra aristotélica, nasceu e estudou em Rodes, «velho centro de estudos aristotélicos», no dizer de Düring [7]. Em data indeterminada (provavelmente entre 50 e 40 a. C.), partiu para Roma, onde estudou com o gramático e bibliógrafo Tirânio *[V.]* de Amiso (proprietário, ao que parece, de uma biblioteca com cerca de 30 000 rolos), onde foi condiscípulo de Estrabão *[V.]* e de Boécio de Sídon *[V.]*. A tradição dá-o como o undécimo escolarca do Liceu, seguindo uma referência tardia de David *[V.]* [8], que Düring desvaloriza «como inteiramente desprovido de fidedignidade». Coube-lhe empreender a edição sistemática das obras de Aristóteles e a divulgação dos seus tratados acroamáticos, que logo após a morte do filósofo haviam deixado de circular, sendo em grande medida o responsável pelo estabelecimento do cânone das obras de Aristóteles. Atendendo aos mais antigos testemunhos sobre a edição romana dos escritos aristotélicos, em passagens de Dionísio de Halicarnasso *[V.]*, que datam de antes de 30 a. C., o mesmo Düring situa cautelosamente a obra de Andronico en-

---

[6] Corrente filosófica fundada lendariamente por Amónio Sacas, mas criada de facto pelo seu discípulo Plotino. Tem uma longa história na Antiguidade, onde pontificam os nomes de Porfírio, Jâmblico e Proclo, mas as suas teses essenciais fixam-se na filosofia do Mestre. O neoplatonismo adopta o espírito geral da ontologia platónica, mas confere-lhe uma sistematização mais rígida, acentuando duas tendências originalmente não desenvolvidas: a recondução da pluralidade das essências ou *ideias* a uma unidade suprema (o Uno de Plotino, identificado com o Bem da *República*); e a caracterização dessa unidade como pura transcendência (de acordo também com uma sugestão do mesmo diálogo). Daqui decorre um rigoroso esquema processional, pelo qual do Uno se deduz, por sucessivos graus ontológicos, o conjunto das coisas sensíveis.

[7] *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 420.

[8] *In Cat.* 117.22 Busse.

tre 40 e 20 a. C.[9] Entre os que continuaram o seu trabalho de revivescência do aristotelismo, contam-se Boécio de Sídon *[V.]*, Aríston de Alexandria, Eudoro, Xenarco, Atenodoro e sobretudo Nicolau de Damasco *[V.]*. O seu esforço, bem sucedido, de edição e divulgação esteve decerto na origem da tradição exegética que culminou nos comentários de Alexandre de Afrodísias *[V.]*.

Antígono Carístios (século III a. C.): Escritor grego, natural de Caristo, na Eubeia, estudou em Atenas, após o que se fixou na corte de Pérgamo. A sua obra mais importante é *Vidas dos Filósofos*, de que Ateneu *[V.]* preserva numerosos fragmentos.

Antíoco de Ascalão (130-68 a. C.): Sucessor de Fílon de Larissa *[V.]* à frente da Academia, foi responsável pelo abandono definitivo do cepticismo[10] que aquele iniciara e pela consolidação do eclectismo, de influência especialmente estóica, que irá caracterizar toda a IV Academia. Começa com ele o primeiro grande renascimento de Aristóteles, de que resultará, a breve trecho, a edição romana das obras de Aristóteles.

Antístenes de Atenas (445-360 a. C.): Filósofo grego, discípulo de Górgias *[V.]* e depois de Sócrates *[V.]*, foi o fundador da escola cínica[11], uma das três principais escolas socráticas ditas «menores». Platão *[V.]*, cujas doutrinas e magistério ele publicamente atacava, refere-se-lhe uma única vez, no *Fédon*, como um dos assistentes à morte de Sócrates (59b). Todavia, é provável que o seu ideário nominalista, consubstanciado na radical exclusão dos universais e na consequente inviabilização da definição, seja o alvo das alusões irónicas do *Eutidemo*, do *Crátilo*, do *Sofista*

---

[9] Acerca da edição androniciana, veja-se o nosso estudo sobre «O *Corpus* Aristotélico», em especial os capítulos IV e V.

[10] Em sentido próprio, o cepticismo refere uma corrente filosófica do helenismo, iniciada por Pírron de Élis, que se prolongou, com vários matizes, por toda a Antiguidade. Caracterizam-na a suspensão do juízo, baseada na consciência da inapreensibilidade da natureza das coisas, e, consequentemente, a indiferença perante todas elas, de onde decorre a verdadeira felicidade, entendida como independência em relação aos desejos e às inclinações (ἀταραξία). O cepticismo das II e III Academias abriu uma forma ontológica e epistemológica, também chamado «probabilismo», desta corrente.

[11] Escola socrática dirigida por Antístenes, seu fundador, e especialmente por Diógenes de Sínope (morto, já muito velho, cerca de 322 a. C.), que, pelo seu ensinamento e pela sua vida, de carácter ostensivamente frugal, configurou o modelo lendário do filósofo cínico e justificou o próprio nome atribuído à escola (que provém de κύον, «cão»), significando o ideal de retorno à natureza que a norteia. Embora de índole predominantemente ética (onde avulta a sua identificação da felicidade, encarada como fim do homem, com a virtude, por estrita oposição com o prazer), a filosofia cínica contém também uma ontognosiologia, que claramente se opõe à platónica, pela sua postulação exclusiva do individual e do corpóreo e pela sua completa denegação dos universais.

e de outros diálogos tardios. A escola cínica veio a prolongar a sua influência ao longo da época helenística, designadamente através do estoicismo, com que mantém evidentes consonâncias e até uma relação histórica, se, como quer a tradição, é certo que o fundador do estoicismo, Zenão de Cítia *[V.]*, foi discípulo do filósofo cínico Crates de Tebas [12].

Apeliconte de Teo (século I a. C.): Bibliófilo e coleccionador grego, a lenda atribui-lhe o resgate da colecção aristotélica perdida, que, segundo as narrativas subsistentes, teria comprado aos herdeiros de Neleu [13] e depois recuperado e reproduzido. Terá sido deste modo que os rolos chegaram às mãos de Sila, o qual, após a conquista de Atenas, os trouxe para Roma, onde deram entrada na biblioteca de Tirânio *[V.]* [14].

Apolodoro de Atenas (século II a. C.): Gramático ateniense radicado em Alexandria, publicou uma obra em versos jâmbicos intitulada *Crónicas*, onde se estipulava a cronologia dos filósofos que lhe foram anteriores a partir da determinação da data do seu apogeu (a *acme*), que se fazia coincidir com os 40 anos de idade. O trecho relativo à cronologia de Aristóteles, provavelmente haurido em Filócoro *[V.]*, foi preservado por Dionísio de Halicarnasso *[V.]* e Diógenes Laércio *[V.]* [15].

Apuleio (124-180): Escritor e filósofo latino, nascido no Norte de África, donde passou a Atenas, foi uma figura influente do platonismo médio. Produziu diversas obras de vária natureza, entre as quais se inclui uma sobre a vida e o pensamento de Platão *[V.]*.

Arcesilau de Pítane (315-241 a. C.): Foi discípulo de Pólemon, Crantor e Crates de Atenas *[V.]* (que substituiu como escolarca da Academia), tendo decerto também acompanhado o ensino de Pírron *[V.]*. A sua ascensão à direcção da Escola, em 264, marca a fundação da Academia Média e a introdução de um cepticismo fundamental ou *probabilismo* como sua doutrina oficial, o qual, justificando-se na esteira da condenação platónica da fiabilidade dos sentidos, representava principalmente uma reacção ao dogmatismo protagonizado pelo pensamento estóico coevo. Pouco se sabe acerca do seu ensinamento, uma vez que nada escreveu.

Aristipo de Cirene (435-365 a. C.): Filósofo grego, terá deixado a sua cidade natal cerca de 416 para se tornar discípulo de Protágoras *[V.]* e, mais tarde, de Sócrates. Atribui-se-lhe a fundação da escola cire-

---

12 Não confundir com Crates de Atenas, que foi escolarca da Academia. O pensador em causa foi discípulo de Diógenes de Sínope (ver n. anterior) e o último grande representante do cinismo antigo. Plutarco escreveu um livro sobre ele, que, infelizmente, se perdeu.

13 Neleu de Cépsis foi o discípulo de Aristóteles a quem, de acordo com a mesma lenda, Teofrasto terá deixado em testamento a biblioteca de ambos. Era filho de Corisco, companheiro de Aristóteles na Academia e depois na Tróade, durante a permanência do filósofo nesta região.

14 Trataremos deste tema no capítulo I do primeiro estudo.

15 Ver o apêndice VII.

naica [16], uma das principais escolas socráticas «menores». A única referência explícita que Platão lhe faz é a menção à sua ausência no momento da morte de Sócrates (*Fédon*, 59c), embora não seja claro que as críticas ao relativismo de matriz heraclitiana, no *Protágoras*, no *Teeteto*, ou mesmo no *Crátilo*, não lhe sejam dirigidas.

Arístocles de Messina (século II): Filósofo peripatético, conhece-se-lhe, como facto mais relevante, o de ter sido professor de Alexandre de Afrodísias *[V.]*. Na sua obra *De philosophia* (que se perdeu quase integralmente), terá pretendido contestar a tradição difamatória contra Aristóteles posta a circular pelos membros da escola isocrática, pelos megáricos e pelos primeiros epicuristas [17], desacreditando-o pela sua parcialidade e pondo a nu as suas motivações ideológicas. O valor principal dos fragmentos preservados por Eusébio de Cesareia *[V.]* reside na síntese que oferece desta mesma tradição hostil.

Aríston de Cós (séculos III-II a. C.): Quinto escolarca do Liceu, na ordem tradicional, parece ter consagrado grande atenção à história do Perípato, tarefa que lhe era facilitada pelo livre acesso à biblioteca e aos arquivos, bem como pela convivência continuada com a tradição oral em que fora formado. Atribui-se-lhe a recolha dos testamentos dos seus quatro antecessores no cargo, preservados por Diógenes Laércio *[V.]*, bem como uma obra sobre Aristóteles, incluindo uma nota biográfica e um catálogo dos escritos, de que nenhum fragmento subsiste, embora se conheça através das versões de Diógenes e de Hesíquio *[V.]* [18].

---

[16] Caracteriza esta escola, como as demais originadas no ensinamento socrático, com excepção da platónica, o predomínio da reflexão ética sobre a reflexão metafísica, lógica ou cosmológica. Neste domínio, a especificidade da filosofia cirenaica revela-se pela afirmação do primado da sensação e no apontamento do prazer como fim da acção humana, entendendo-o, no entanto, como o prazer do instante, o qual só é possível pela libertação de todas as emoções e inclinações provenientes das expectativas e dos cálculos de futuro. A influência que exerceu sobre o epicurismo é evidente.

[17] O epicurismo é, a par do estoicismo e do cepticismo (pirrónico), uma das três grandes correntes filosóficas que surgem com a cultura helenística e que a vão marcar até ao final da Antiguidade. Se o estoicismo foi profundamente influenciado pela escola cínica, fundada em Atenas pelo discípulo socrático Antístenes, já o epicurismo denota uma evidente relação com a escola cirenaica, também derivada do socratismo, através de Aristipo de Cirene. Todavia, esta última influência verifica-se predominantemente no domínio da ética, em que ambas as escolas adoptam uma solução hedonista para o problema do bem supremo, de acordo com a qual a felicidade reside no prazer (ou, mais precisamente, na ausência de dor), através do abandono de todos os desejos, temores e expectativas. Ao invés, em metafísica, o epicurismo optará por uma ontologia materialista baseada no atomismo de Leucipo e Demócrito e por uma epistemologia empirista, para a qual o conhecimento verdadeiro repousa sobre os sentidos.

[18] A autoria do catálogo de escritos aristotélicos permanece polémica. Voltaremos à questão no capítulo II do primeiro estudo.

Aristóxeno de Tarento (século IV a. C.): Discípulo de Aristóteles, notabilizou-se especialmente pelos seus estudos no domínio da harmonia. Coligiu as biografias de diversos filósofos, entre os quais Pitágoras, Arquitas e Platão *[V.]*, tornando-se involuntariamente a origem de uma invectiva posta a circular sobre Aristóteles, a saber, que este teria começado a ensinar na Academia, sem a autorização de Platão, durante a sua ausência em Siracusa, história em que parece ter querido atingir Heraclides Pôntico *[V.]*, mas que, em virtude da ambiguidade da expressão, acabou por ser transferida para o Estagirita pela tradição desfavorável.

Arquitas de Tarento (séculos V-IV a. C.): Estadista e general tarentino, cuja cidade governou longamente, foi também notável matemático e filósofo. Como matemático, são-lhe atribuídas numerosas descobertas e progressos nos domínios da geometria, da harmonia e da mecânica. Como filósofo, terá prolongado a perspectiva tipicamente pitagórica de que os números são a chave da realidade, não só natural, como moral. Platão, que foi seu amigo e hóspede, refere-se-lhe unicamente nas *Cartas,* nomeadamente na *VII*, e dirige-lhe duas delas (a *IX* e a *XII*), de autenticidade suspeita. Aristóteles e o seu compatriota Aristóxeno *[V.]* escreveram obras sobre ele.

Ártemon de Cassandreia (século I a. C.): Editor da correspondência de Aristóteles, publicou uma colecção de cartas em oito livros, testemunhada na Antiguidade, a qual deve coincidir com o conteúdo da entrada do catálogo de Diógenes Laércio *[V.]* em que se discriminam trinta cartas dirigidas a diversos destinatários.

Asclépio (século VI): Filósofo neoplatónico, foi discípulo de Amónio Hermeu *[V.]* e membro da escola alexandrina. Escreveu um comentário aos livros I-VII da *Metafísica*, que, segundo Westerink [19], seria um epítome das lições de Amónio sobre a matéria, tese que não é habitualmente aceite.

Aspásio (século II): Autor peripatético, redigiu o mais antigo comentário subsistente à *Ética Nicomaqueia*.

Atanásio de Balad (m. 696): Autor de uma tradução siríaca da *Isagoge* e de um compêndio de lógica aristotélica. Poderá ter composto também uma versão dos *Primeiros Analíticos*, bem como uma tradução dos *Segundos*. Ibn Suwar *[V.]*, que editou o *Organon* árabe, credita-o ainda com uma tradução siríaca das *Refutações Sofísticas*.

Ateneu de Náucratis (*fl. c.* 200): Gramático e orador grego, deve-se-lhe, sob o título *Dipnosofistas*, uma monumental antologia, em estilo dialogado, sobre os mais variados tópicos (a comida, o sexo, a música, o humor, etc.). Encontra-se nela, entre outras, uma referência ao episódio de desaparecimento da colecção aristotélica, em desacordo parcial com a versão divulgada por Estrabão *[V.]*.

---

[19] «The Alexandrian Commentators and the Introductions to Their Commentaries», pp. 326-328.

Ático (*fl. c.* 175): Em oposição à tendência ecléctica então dominante entre os platónicos, a cujo círculo pertencia, procurou, na esteira de Calvino Tauro *[V.]*, insistir nos contrastes entre as filosofias de Platão *[V.]* e de Aristóteles. A inclinação para o ataque pessoal que o caracterizava tornou-o particularmente permeável à difusão das calúnias postas a circular contra Aristóteles pela tradição hostil, de que deveio, ele próprio, um instrumento.

Aulo Gélio (130-175): Como escritor, Aulo Gélio é um típico produto do helenismo greco-romano tardio, cultivando predominantemente a recolha de histórias divertidas e picantes, pontuadas por observações espirituosas e oportunas, e procurando agradar e entreter, mais do que instruir e informar. Nas suas *Noites Áticas*, recolhe, no entanto, diversas anedotas relativas a Aristóteles, algumas com importância para a fixação da biografia aristotélica.

Bisr Matta (m. 940): Abu Bisr Matta foi o mais famoso erudito da escola cristã de Bagdade. Compôs um comentário integral, de grande importância, aos *Primeiros Analíticos* (hoje perdido) e produziu a versão árabe de referência dos *Segundos Analíticos*, elaborada, segundo al-Nadim *[V.]*, sobre a versão siríaca de Hunayn Ibn Ishaq *[V.]*, bem como o respectivo comentário. São-lhe ainda atribuídos numerosos outros trabalhos do género.

Boécio (*c.* 480-524): Anício Mânlio Torquato Severino Boécio, político, poeta e erudito romano, foi igualmente um pensador cristão de forte influência neoplatónica. Distinguiu-se no domínio editorial, tendo traduzido para latim a totalidade das obras lógicas de Aristóteles e ajudando a criar um léxico filosófico latino recortado a partir do aristotélico [20]. Escreveu ainda dois comentários à *Isagoge*, um comentário às *Categorias* e um comentário a *Da Interpretação*.

Boécio de Sídon (século I a. C.): Discípulo, em Roma, do gramático Tirânio, veio a ser um dos principais colaboradores e continuadores do trabalho editorial de Andronico de Rodes.

Bríon de Quío (século IV-III a. C.): A sua importância para o estabelecimento da biografia aristotélica resume-se ao facto de, num opúsculo sobre o seu conterrâneo Teócrito *[V.]*, ter preservado o epigrama escrito por este sobre as alegadas relações condenáveis entre Aristóteles e Hermias de Atarneu *[V.]*.

Bríson de Heracleia (século IV a. C.): Matemático e geómetra grego, conhecido sobretudo pelas referências que lhe faz Aristóteles, dando-o como filho de Heródoto de Heracleia. Contudo, a *Suda* [21] *[V.]* identifica-o com um filósofo megárico, discípulo e filho de Estílpon de Mégara *[V.]*. Deve-se-lhe um novo método de proceder à quadratura do círculo, que parece ter constituído um elemento importante no sentido da solução que

---

[20] Ver a este respeito o nosso quarto estudo.

[21] Na entrada 829, 31-36.

lhe dará Arquimedes. Conhecemo-lo pelas exposições constantes nos comentários dos escritos aristotélicos de Alexandre de Afrodísias *[V.]*, Temístio *[V.]*, João Filópono *[V.]* e Simplício *[V.]*, bem como, alguns séculos mais tarde, de Miguel Efésio *[V.]*. É considerado o mestre de Pírron de Élis *[V.]*.

Calímaco de Cirene (*c.* 310-240 a. C.): Poeta elegíaco e gramático alexandrino, foi o mais célebre director da Biblioteca de Alexandria. Compilou um gigantesco catálogo *raisonné* da Biblioteca, exercendo sobre esta área do saber uma enorme e duradoura influência. Entre os seus discípulos, conta-se o seu conterrâneo Eratóstenes de Cirene *[V.]*.

Calístenes de Olinto (365-327 a. C.): Sobrinho, discípulo e colaborador de Aristóteles, notabilizou-se como historiador, tendo redigido uma *História da Grécia* em dez livros e um relato de *A Guerra Sagrada*. Acompanhou Alexandre na sua expedição ao Oriente, ocasião que aproveitou para recolher informações e observações destinadas ao Liceu. Em 327, tendo-se recusado com outros jovens gregos a prosternar-se perante Alexandre «à maneira oriental», foi acusado de traição e executado.

Calvino Tauro (*fl. c.* 145): Filósofo platónico, deve-se-lhe um ensaio com o esclarecedor título Περὶ τῆς τῶν δογμάτων διαφορᾶς Πλάτωμος καὶ ᾿Αριστοτέλους, onde procura expor as diferenças doutrinárias entre Platão e Aristóteles e assim contrariar, pela primeira vez, a tendência ecléctica então dominante na Academia. Ático *[V.]* continuará esta senda.

Carnéades de Cirene (214-129 a. C.): Foi o fundador da Nova Academia, a que presidiu desde 156 a. C. Prolongou o cepticismo introduzido por Arcesilau *[V.]*, ainda por oposição ao estoicismo, cujas doutrinas constituíam o alvo preferencial da sua crítica. Na linha tradicional do cepticismo antigo, só tardiamente quebrada, nada escreveu.

Cefisodoro (século IV a. C.): Discípulo de Isócrates *[V.]*. Enquanto Aristóteles era ainda membro da Academia, escreveu contra ele uma obra em quatro livros, provavelmente cerca de 360 a. C., contestando as suas posições em dialéctica e em retórica (talvez em resposta ao *Grilo*), bem como algumas doutrinas centrais do platonismo. A despeito do tom genericamente sóbrio do ensaio, encerrava algumas invectivas pessoais, o que faz dele o primeiro na longa linha de antagonistas contumazes do aristotelismo.

Cícero (106-43 a. C.): Famoso escritor, orador e político romano, frequentou as diversas escolas filosóficas do seu tempo, nomeadamente a estóica e a epicurista, mas em especial a Academia platónica, tendo sido discípulo, em Roma, de Fílon de Larissa *[V.]*, e, em Atenas, de Antíoco de Ascalão *[V.]*. Escreveu diversas obras filosóficas, muitas delas em forma de diálogo, introduzindo e divulgando a filosofia grega entre os seus compatriotas. Os escritos de Cícero demonstram grande interesse por Aristóteles, fazendo, em diversos escritos, referência às obras exotéricas, que parece ter conhecido bem. A ele se deve igualmente um contributo decisivo para a fixação em latim do léxico aristotélico [22].

---

[22] Para um exemplo, veja-se o nosso quarto estudo.

Clemente de Alexandria (*c.* 150-215): São Clemente de Alexandria, um dos primeiros Padres da Igreja, nasceu, com o nome Tito Flávio Clemente, em Atenas, de pais pagãos. Ao que parece, terá sido convertido ao cristianismo por Panteno, um antigo estóico, que orientava então a escola catequética de Alexandria, em que o virá a suceder. No campo teológico, distinguiu-se como fundador da interpretação alegórica das Escrituras. Do ponto de vista historiográfico, os seus *Protréptico* e *Pedagogo,* bem como as suas *Miscelâneas*, em oito livros, contêm informações preciosas sobre autores mais antigos, bem como extensas citações de textos doxográficos entretanto perdidos, designadamente com impacte no nosso conhecimento de Aristóteles. Orígenes *[V.]* foi um dos seus discípulos.

Colotes (século IV a. C.): Discípulo de Epicuro *[V.]*, coube-lhe desferir o ataque mais profundo e consistente dirigido, na época, à Academia e a Aristóteles, embora notavelmente isento de calúnia. A sua crítica foi em grande parte preservada por Plutarco *[V.]*, através de quem conhecemos a argumentação.

Crates de Atenas (século III a. C.): Último escolarca da Academia Antiga, praticamente nada se conhece do seu pensamento.

Damáscio (*c.* 456-540): Filósofo neoplatónico, discípulo de Amónio Hermeu *[V.]*, veio a tornar-se o último chefe da escola ateniense. Após o encerramento da Academia pelo imperador Justiniano (529), retirou-se com Simplício *[V.]* para a Pérsia. Os seus comentários à obra de Aristóteles não subsistiram.

David (*fl. c.* 575): Escritor cristão alexandrino, nascido na Arménia, foi cognominado *O Invencível*. Pertenceu provavelmente à escola originada em Olimpiodoro. Só se lhe conhece um comentário à *Isagoge* e outro às *Categorias*, que Busse editou sob o nome de Elias [23].

Demétrio: Nome convencional do erudito, provavelmente de filiação peripatética, a quem é atribuída a autoria do influente tratado *De elocutione*. Nada de seguro se sabe sobre ele, nem sequer a época em que terá vivido, para a qual têm sido propostas as mais desencontradas datas, entre os séculos III e I a. C. A sua obra contém alguns testemunhos interessantes a respeito da vida e da personalidade do Estagirita.

Demétrio de Falera (*c.* 360-280 a. C.): Filósofo peripatético, discípulo directo de Aristóteles e membro do Liceu sob a direcção de Teofrasto *[V.]* e de Estratão *[V.]*, foi também um influente estadista pró-macedónio

[23] O tema permanece polémico. Westerink (cf. «The Alexandrian Commentators and the Introductions to Their Commentaries», p. 339) sustenta que o David arménio e o comentador alexandrino com o mesmo nome são pessoas diferentes, uma vez que o primeiro é dado como tendo vivido no século V e o segundo viveu reconhecidamente no final do século VI (a menos que o primeiro seja uma mera ficção). Daí que continue a adoptar a lição de Busse a respeito da autoria do comentário às *Categorias*.

em Atenas no período subsequente à morte de Alexandre Magno e de Antípatro (318-317 a. C.). Entre os trabalhos editoriais que terá efectuado, conta-se a mais completa colecção conhecida dos apotegmas dos Sete Sábios, subsistindo, no entanto, diversos outros fragmentos de estudos seus sobre matéria literária e retórica.

Demócares (século IV a. C.): Em ambiente de reacção antimacedónia, após a queda do governo de Demétrio de Falera, coube-lhe dirigir a acção tomada na Primavera de 306 a. C. contra os filósofos, de acordo com o decreto de Sófocles nesse sentido, e de proferir contra eles um libelo intitulado Ὑπὲρ Σοφοκλέα πρὸς Φίλωνα. Aristóteles, bem conhecido pelo seu alinhamento político, foi, naturalmente, um dos visados. O discurso de Demócares tornou-se assim, pelo campo antimacedónio, uma das principais fontes antigas da tradição difamatória contra o aristotelismo.

Demócrito de Abdera (*c.* 460-370 a. C.): Filósofo grego, discípulo de Leucipo de Mileto (*fl. c.* 440 a. C.), foi o grande fundador do atomismo antigo. O seu pensamento distribuiu-se predominantemente pela cosmologia, onde aquela doutrina tem lugar, e por uma ética de teor mitigadamente hedonista. Subsistem numerosos fragmentos da sua vasta obra, considerada pelos doxógrafos antigos como uma das mais prolixas e influentes da Antiguidade, o que fazia que, até ao neoplatonismo, o seu nome rivalizasse com os de Platão e de Aristóteles no panteão das três grandes figuras da história da filosofia. O Estagirita dá a devida atenção ao pensamento deste autor, em especial nos tratados físicos, embora tenha sido sobretudo o epicurismo a assegurar a penetração e a perenidade da sua influência.

Dexipo (século IV): Discípulo de Jâmblico, escreveu um importante comentário em estilo catequético às *Categorias*.

Dicearco (séculos IV-III a. C.): Peripatético da segunda geração, Plutarco *[V.]* e outros representantes da tradição favorável tardia preservam alguns curtos fragmentos com o seu nome em abono de Aristóteles e do Liceu.

Dídimo (século I a. C.): Autor de um comentário sobre Demóstenes, onde são preservados alguns trechos provenientes de Hermipo *[V.]* sobre a alegada relação entre Aristóteles e Hermias de Atarneu *[V.]*.

Diodoro Crono (século IV a. C.): Filósofo megárico de que pouco se sabe, sequer, com segurança, sobre a origem do apelido por que ficou conhecido. Parece que se terá notabilizado pelos trabalhos no domínio da modalidade.

Diógenes de Sínope (412-323 a. C.): Figura emblemática da escola cínica, que celebrizou, foi discípulo de Antístenes de Atenas *[V.]*. Cultivando um estilo de vida austero, de um ascetismo algo excêntrico e ostensivo, e uma veia cáustica e acerba, que ainda sobrevive em numerosos ditos que lhe são atribuídos, terá viajado por diversas cidades da Antiguidade, nomeadamente Atenas e Corinto, onde se estabeleceu. Aí, a tradição dá-o como vivendo num barril, forma escolhida para publicitar

o seu desprendimento em relação a todos os laços e obrigações sociais. O nome da escola pode provir deste hábito e do epíteto κύων («cão»), que a si próprio dava. Parece ter sido ele a introduzir o neologismo «cosmopolita» (à letra: «cidadão do mundo»), no qual se expressa exemplarmente a nova cosmovisão que o helenismo obsediantemente consagrará. Com efeito, antes dele, os Gregos não concebiam uma relação directa do homem com o Cosmo, uma vez que entre um e outro colocavam uma realidade incontornável — a realidade incontornável da Cidade, da comunidade politicamente organizada. Assim, os homens do tempo de Péricles ou de Sócrates *[V.]*, não se sentiam «cidadãos do mundo», nem este conceito teria para eles o menor sentido. O que eles eram, e o que eles se sentiam ser, era atenienses, ou espartanos, ou tebanos, quando muito membros da Hélade, descendentes de Ulisses ou de Zeus. Por isso mesmo, a relação com o Universo também não os afligia, porque eles não a sentiam como tal, a não ser analiticamente, isto é, enquanto investigadores científicos de um objecto particular, no caso o Cosmo, entendido na sua origem e nas suas regras de funcionamento. O problema da relação com o Universo só surge quando a πόλις implode, com a entrada no helenismo, empurrado pelas legiões de Alexandre Magno. Então, o homem começa deveras a ter razões para se sentir minúsculo perante a enormidade do Cosmo, porque já nada há entre ele e o Universo que sirva de mediação e de anteparo. Agora — é ele ou eu. Pior ainda — é ele e eu. É a sensibilidade que, vinte séculos mais tarde, Pascal expressará com o grito: *Le silence éternel de ces espaces infinis m'effraie*. Ora é esta nova sensibilidade (prolongada filosoficamente pela obsessão com a felicidade, identificada com a imperturbabilidade, e a demanda da salvação individual) que surge insinuada na expressão «cosmopolita». Pois entre a cidadania do mundo e o recolher nocturno ao barril há, subterraneamente, uma subtil solidariedade que espreita: a solidariedade entre a dissolução dos deveres e interesses sociais e a instauração de uma relação directa com o Universo, assim convertido numa espécie de baço firmamento azulíneo. Neste sentido, seguindo o exemplo de Sócrates na deambulação pelos espaços públicos à procura de quem converter ou castigar, que parece ter cultivado, Diógenes torna-se propriamente o exemplo de uma outra mundividência, inteiramente diversa e já helenística. Sobrevivem diversos testemunhos e fragmentos de Diógenes, que autorizam uma reconstituição relativamente fiável, embora decerto limitada e parcial, da sua filosofia.

Diógenes Laércio (século III): O mais famoso doxógrafo grego, de cuja biografia se sabe surpreendentemente pouco, para além de que terá vivido no século III d. C. Escreveu uma única obra em dez livros, abordando todos os filósofos até Epicuro *[V.]*, segundo a disposição tradicional em duas linhagens ou *sucessões*, uma jónica e outra itálica. A ele se deve parte substancial do nosso conhecimento dos filósofos anteriores, não só no que respeita às doutrinas, como no que toca à vida e à obra. No caso de Aristóteles, é através dele que podemos aceder hoje à biogra-

fia de Hermipo *[V.]*, à cronologia de Apolodoro *[V.]*, ao testamento e ao catálogo antigo das obras, de origem peripatética, talvez originado em Aríston *[V.]* [24].

Díon de Siracusa (*c.* 410-354 a. C.): Aristocrata siciliano, cunhado e genro de Dionísio I *[V.]* e tio de Dionísio II *[V.]*, foi por este exilado em 366, tendo regressado nove anos depois para tomar o poder pela força. Após algumas vicissitudes políticas, veio a ser assassinado por Calipo de Atenas. As suas relações com Platão, de quem foi amigo e discípulo, estão amplamente testemunhadas na *Carta VII* e noutras cartas (a *IV* é-lhe dirigida).

Dionísio I (431-367 a. C.): Também chamado Dionísio, *o Velho,* foi tirano de Siracusa entre 405 a. C. e a data da sua morte. Envolvendo-se em múltiplas batalhas com os seus vizinhos cartagineses e nas numerosas guerras que distinguiram a convivência entre os Gregos nesta época, contribuiu para o engrandecimento da sua pátria, embora internamente a sua governação se distinguisse por um carácter brutal e impiedoso. Foi a seu convite que Platão fez a primeira visita a Siracusa, a qual terminou proverbialmente mal, com a sua venda como escravo em Egina, circunstância melindrosa de que vem a ser pouco depois desembaraçado por um discípulo de Aristipo *[V.]* chamado Aniceride de Cirene.

Dionísio II (século IV a. C.): Também chamado Dionísio, *o Moço,* sucedeu a seu pai no governo de Siracusa até à sua deposição por Díon *[V.]* em 357 a. C. Retomou o poder em 346, mas veio a ser definitivamente afastado três anos mais tarde, por intervenção dos exércitos de Corinto. Platão *[V.]* fez duas viagens a Siracusa durante o seu consulado, alimentado pela fútil expectativa de poder inspirar directamente um Estado governado por um rei-filósofo. Foi durante a primeira dessas viagens que Aristóteles ingressou na Academia. A natureza da personalidade e da governação de Dionísio é apreciada por Platão em diversas cartas, nomeadamente na *Carta VII,* sendo-lhe especialmente endereçadas a *I*, *II*, *III* e *XIII*.

Dionísio de Halicarnasso (século I a. C.): Escritor, historiador e professor de retórica em Roma durante o tempo de Augusto. As suas *Cartas a Amaio* constituem uma das principais fontes para o estabelecimento da cronologia da vida de Aristóteles, a qual terá sido colhida, através de uma fonte intermédia, em Apolodoro *[V.]* e por este em Filócoro *[V.]*. Todavia, muitas das suas outras obras encerram fragmentos de testemunhos ainda mais antigos sobre a biografia aristotélica.

Écio (século II): Autor desconhecido dos *Vetusta Placida*, designação modernamente atribuída a uma antologia de *Opiniões dos Filósofos*, perdida no original, mas conservada em dois epítomes tardios, onde se reúne parte muito substancial da nossa informação sobre a filosofia antiga.

---

[24] Procederemos a uma análise deste catálogo no capítulo II do primeiro estudo.

Eliano (m. 222): Cláudio Eliano [25], escritor e professor de retórica romano, redigia igualmente bem em grego e em latim. Nas suas *Varia historia*, preserva diversas anedotas sobre autores antigos, designadamente Aristóteles, sendo especialmente importantes os testemunhos sobre a vida, a personalidade, os ditos e as obras do filósofo.

Elias (*fl. c.* 540): Escritor cristão alexandrino, comentou predominantemente os aspectos introdutórios da lógica, nomeadamente a *Isagoge* de Porfírio [26], embora subsistam também alguns escólios sobre o *Da Interpretação* e o princípio de um comentário aos *Primeiros Analíticos*. Dada a proximidade entre os seus textos e os de Olimpiodoro, pensa-se que Elias poderá ter sido seu discípulo.

Élio Aristides (117-181): Célebre orador grego da segunda sofística, fez a sua formação no Egipto e em Atenas, deslocando-se depois para Roma, onde permaneceu prolongadamente. Nos seus discursos, preserva alguns testemunhos importantes sobre o Estagirita, em particular a história de Aristóxeno *[V.]* em que se baseia a lenda segundo a qual Aristóteles teria aproveitado a ausência de Platão para começar a ensinar na Academia.

Empédocles de Agrigento (*c.* 495-435 a. C.): Médico, político e filósofo grego, natural da Sicília, escreveu, entre outras obras, duas de natureza filosófica, *Da Natureza* e *Purificações*, a primeira dedicada à exposição de uma cosmologia de índole neojónica, onde o Universo é descrito como a contínua unificação e separação de quatro substâncias principais ou *raízes* (os quatro elementos da tradição grega), mercê da acção oposta do Amor e da Discórdia, e a segunda constituindo uma escatologia de carácter pitagorizante, em que avulta a transmigração das almas e a sua salvação através da purificação. Aristóteles atribui-lhe a fundação da retórica.

Epicuro (341-271 a. C.): Nasceu em Samos, à época colónia ateniense, de onde partiu para Atenas aos 18 anos. Chega a esta cidade no mesmo ano em que Aristóteles é forçado a partir pela segunda vez (323). Feita a sua formação, fundou as suas primeiras escolas em Mitilene e em Lâmpsaco, só se estabelecendo definitivamente em Atenas em 306. Epicuro e a sua escola (em especial o seu fiel companheiro Metrodoro *[V.]*) foram os mais ferozes e violentos críticos do aristotelismo, alimentando uma polémica frequentemente pessoal contra os escolarcas do Liceu e

---

[25] Por vezes confundido, erradamente, com Eliano Táctico, escritor militar grego, mas residente em Roma, que floresceu durante o século II d. C.

[26] Certos autores modernos, como por exemplo Westerink (cf. *op. cit.*, p. 336), continuam a atribuir-lhe o comentário às *Categorias* que Busse editou sob o seu nome. Todavia, parece hoje estabelecido que «le Commentaire édité par Busse sous le nom d'Élias est de David selon la tradition grecque et arménienne unanime» (*Dictionnaire des Philosophes Antiques*, I, p. 438; para as autoridades, cf. *ibid.*).

contra o seu fundador, e usando para esse efeito as injúrias postas já a circular pelo partido antimacedónio e, em parte, pelos membros da escola isocrática. A imagem de Aristóteles como um «libertino» (ἄσωτος), por exemplo, fez história, como uma das principais e mais repetidas acusações lançadas pelos primeiros epicuristas [27].

Eratóstenes de Cirene (*c.* 275-195 a. C.): Notável geómetra e astrónomo grego. Por convite de Ptolemeu Evérgeta, foi nomeado director da Biblioteca de Alexandria em substituição de Calímaco *[V.]*, que fora seu mestre. A sua erudição era vastíssima, assim como os seus interesses. Entre eles, contam-se os estudos em cronologia, em que foi o mais consistente antecessor de Apolodoro *[V.]*.

Espeusipo de Atenas (*c.* 395-339 a. C.): Filósofo grego, sobrinho e discípulo de Platão *[V.]*. Tendo entrado para a Academia em 387, veio a suceder a seu tio na direcção da Escola em 347. Escreveu diversas obras, nomeadamente em diálogo, de que hoje apenas subsistem fragmentos, pelo que só temos conhecimento indirecto das suas doutrinas, designadamente através das críticas que Aristóteles lhe dirigiu. Parece que terá prolongado o ensinamento platónico, acentuando, no entanto, a sua vertente pitagórica, patente em especial na interpretação dos números como princípios ontológicos.

Estêvão de Alexandria (séculos VI-VII): Autor tardio da escola de Alexandria, foi nomeado para a cátedra de Filosofia em Constantinopla por volta de 610. Comentou o *Da Interpretação* e o terceiro livro do *Sobre a Alma*, editado por Hayduck sob o nome de Filópono *[V.]*. Compôs ainda um curso de aritmética, como ele próprio refere [28], e um tratado de astronomia, parcialmente editado. A sua identidade com o professor de medicina Estêvão de Atenas permanece por decidir [29].

Estílpon de Mégara (século IV a. C.): Filósofo megárico do tempo de Crates *[V.]*, na Academia, e de Teofrasto *[V.]*, no Liceu, parece ter sido o primeiro representante da Escola a não ter convivido directamente com Euclides *[V.]*. A sua filosofia, de que não restaram fragmentos, terá contribuído para a convergência do megarismo com o cinismo, cuja ética exigente e ascética adoptou. A tradição dá-o como professor de Zenão de Cítia *[V.]* e Menedemo de Eritreia *[V.]*, bem como, por interposição, de Pírron de Élis *[V.]*.

Estrabão (*c.* 63 a. C.-24 d. C.): Célebre geógrafo grego de matriz peripatética, nasceu no Ponto, mas fixou-se em Roma. Aí escutou as lições de Tirânio *[V.]* e frequentou o seu círculo, tendo mantido relações pessoais com Andronico *[V.]* e Boécio de Sídon *[V.]*. As suas obras pre-

---

27 A este respeito, veja-se Bignone, *L'Aristotele perduto*, II, pp. 57-58, 228-230. Para um conspecto doutrinário, ver *supra*, n. 17.

28 *In De an.* 457.24-25 Hayduck.

29 Cf. Westerink, *op. cit.*, p. 341, n. 92.

servam alguns testemunhos importantes sobre a biografia de Aristóteles, entre os quais aquele que parece ser o relato em primeira mão do desaparecimento e redescoberta da colecção aristotélica.

Estratão de Lâmpsaco (335-269 a. C.): Foi o último escolarca do Liceu a ter convivido directamente com o ensinamento de Aristóteles e de Teofrasto *[V.]*. Considera-se que a sua liderança poderá ter contribuído para o progressivo abandono da genuína matriz aristotélica que até aí caracterizava a Escola e que o seu desaparecimento marcou a conversão definitiva do Perípato às investigações exclusivamente centradas na dialéctica e na retórica. As palavras que redige no testamento transcrito por Diógenes Laércio *[V.]* surpreendem bem a sua percepção deste destino: «Deixo a escola a Lícon, porque os restantes ou estão demasiado velhos ou demasiado ocupados com outras coisas.» [30]

Eubúlides de Mileto (século IV a. C.): Filósofo megárico contemporâneo de Aristóteles, foi uma das principais figuras da Escola, atribuindo-se-lhe a autoria do célebre paradoxo do mentiroso [31]. O ambiente apaixonado que se vivia na época pode justificar o livro que escreveu contra Aristóteles e onde se reúne um verdadeiro repositório de acusações infamantes, depois repetidamente glosadas pela tradição hostil ao Estagirita.

Euclides de Mégara (*c.* 450-380 a. C.): Filósofo grego, foi discípulo de Sócrates *[V.]* e fundador de uma das escolas socráticas «menores», a escola megárica. Terá sido anfitrião de Platão *[V.]* após a morte do mestre comum e o Ateniense parece querer celebrar a amizade que os unia ao entregar-lhe a narração do *Teeteto.* De resto, Platão só o refere uma vez, no *Fédon,* mencionando a sua presença no dia da morte de Sócrates, embora seja plausível que algumas passagens críticas do *Sofista* visassem a sua doutrina, bem como que a metodologia erística ridicularizada no *Eutidemo* fosse a sua ou a dos seus discípulos. O antagonismo entre a escola megárica, já após o seu desaparecimento, e o Perípato foi fortíssimo, chegando a atingir o nível do agravo pessoal gratuito.

Eudoxo de Cnido (*c.* 408-355 a. C.): Célebre cientista grego, foi discípulo de Platão, tendo estudado também com Arquitas de Tarento *[V.]*. Notabilizou-se especialmente como matemático e astrónomo, embora tenha estendido a sua actividade à geografia, à medicina e à filosofia, domínio em que terá procedido a uma revisão da teoria das ideias. Parece que seria ele o escolarca da Academia aquando do ingresso de Aristóteles. Certa é a sua influência sobre diversos aspectos do pensamento aristotélico, designadamente em cosmologia.

---

[30] Diógenes Laércio V III 7.

[31] O paradoxo consiste em afirmar: «Esta afirmação não é verdadeira.» Se a afirmação for verdadeira, então não é verdadeira. Se não for verdadeira, então é verdadeira. Trata-se de uma reformulação eficaz do paradoxo de Epiménides.

Eumelo (séculos IV-III a. C.): Autor contemporâneo de Filócoro *[V.]*, parece ter escrito uma obra apologética sobre Aristóteles, de que, todavia, só subsiste um curto fragmento.

Eusébio de Cesareia (263-339): Estudou com Panfílio (*c.* 240-309), presbítero da Igreja de Cesareia (Palestina), de que vem a ser feito bispo (*c.* 313). Dedicou-se à história eclesiástica, daí resultando uma monumental *História Eclesiástica*, onde se encontram preservados, tal como em outras obras suas, inúmeros testemunhos (e, especialmente, citações directas) de autores antigos, que, nalguns casos, só através delas se conhecem.

Eustrácio (*c.* 1050-1120): Metropolita de Niceia e membro da Academia de Constantinopla, foi uma das principais figuras do círculo de eruditos que rodearam a princesa Ana Comena durante o século XII, dedicando-se ao comentário de tratados aristotélicos até aí negligenciados, nomeadamente a *Ética a Nicómaco*, que terá empreendido em conjunto com Miguel de Éfeso *[V.]* e outros. Deve-se-lhe também um comentário aos *Segundos Analíticos*.

Eutóquio de Alexandria (séculos V-VI): Matemático alexandrino, foi ele, de acordo com Westerink [32], quem sucedeu a Amónio Hermeu *[V.]* na chefia da Escola. Terá redigido um curso sobre o *Organon* e um comentário à *Isagoge* de Porfírio *[V.]*.

Favorino (século II): Filósofo céptico e hábil dialecta na época da segunda sofística, representa bem a diversidade cultural do império romano nos tempos de Trajano e Adriano: gaulês de origem, era cidadão romano e usava o grego para escrever e ensinar. Foi amigo pessoal de Plutarco *[V.]* e parece ter construído uma obra pelo menos tão vasta como a dele, de que, no entanto, só subsistem alguns fragmentos, preservados por Aulo Gélio *[V.]*, Filóstrato de Lemnos (*c.* 170-249) e Diógenes Laércio *[V.]*, para além de outros mais tardios. Diógenes Laércio cita-o repetidamente como sua fonte no estabelecimento da biografia, e sobretudo da cronologia, de Aristóteles.

Fédon de Élis (séculos V-IV a. C.): Filósofo grego, contemporâneo mais novo de Platão *[V.]*, foi, como ele, discípulo de Sócrates *[V.]* e escritor de diálogos socráticos. Dos cinco que lhe foram atribuídos, só dois, *Simão* e *Zopiro*, eram desde a Antiguidade considerados autênticos. Fundou uma escola na sua pátria, cujo ensinamento, provavelmente semelhante ao megárico, não é hoje conhecido. O seu seguidor Menedemo de Eritreia *[V.]* transferiu-a para esta cidade, assim determinando a designação histórica que a veio a identificar definitivamente. Platão refere-se a Fédon apenas no diálogo que tem o seu nome e onde ele é simultaneamente narrador, personagem e, episodicamente, interveniente.

---

[32] «The Alexandrian Commentators and the Introductions to Their Commentaries», p. 328.

Filócoro de Atenas (340-262 a. C.): Historiador da Ática, a sua obra, embora perdida, subsiste num número apreciável de fragmentos. A probidade científica de Filócoro deixa-se medir pelo facto de, apesar de ferozmente antimacedónio (atitude que, aliás, o viria a vitimar), ter contribuído para ilibar Aristóteles e o Perípato das acusações de traição postas a circular contra eles, designadamente pelo libelo de Demócares *[V.]*, bem como para desmontar outras calúnias lançadas sobre o Estagirita. Neste sentido, pode ser considerado o responsável pela mais antiga reacção contra o espírito cegamente anti-aristotélico que começou a dominar a cultura ateniense logo após a morte do filósofo. Por outro lado, a cronologia da vida de Aristóteles que chegou até nós através de Dionísio de Halicarnasso *[V.]* e de Diógenes Laércio *[V.]* também é ultimamente derivada de Filócoro.

Filodemo de Gádaros (*c.* 110-28 a. C.): Escritor, poeta e filósofo epicurista grego, redigiu uma obra de cariz biodoxográfico intitulada *A Sucessão dos Filósofos* e um *Índice dos Filosóficos Académicos*, ambos contendo informações importantes retiradas de fontes fidedignas mais antigas. Embora partilhando a animosidade do epicurismo contra Aristóteles, cujos lugares-comuns ainda reflecte, revela maior isenção do que os mestres da primeira geração, Epicuro *[V.]* e Metrodoro *[V.]*. Os seus textos são especialmente relevantes no que toca à polémica entre Aristóteles e a escola isocrática após 360 a. C., aquando da redacção do diálogo *Grilo*, constituindo uma das fontes fundamentais para o conhecimento das críticas dirigidas por esta àquele.

Fílon de Larissa (século I a. C.): Filósofo académico, foi discípulo de Carnéades *[V.]*. Por influxo da filosofia estóica, rompeu com a tendência céptica que caracterizava a Nova Academia, abrindo caminho ao eclectismo platónico da IV Academia, que fundou, ao tornar-se seu escolarca.

Galeno de Pérgamo (129-179): Filósofo peripatético, contemporâneo de Alexandre de Afrodísias *[V.]* no Liceu, embora mais velho, notabilizou-se pelos estudos de lógica e sobretudo de medicina, em que pode ser considerado o segundo fundador da medicina hipocrática no Ocidente e a figura mais influente na história desta ciência até praticamente aos nossos dias. As suas numerosas obras contêm alguns testemunhos importantes sobre a vida e a obra de Aristóteles, nomeadamente uma das primeiras referências ao seu alegado ensino «esotérico», que tanto irá influenciar o comentário do neoplatonismo alexandrino [33].

Górgias de Leontinos (*c.* 485-380 a. C.): Célebre orador grego, originário da Sicília, foi uma das figuras mais relevantes da sofística na época de Sócrates *[V.]*. Discípulo de Empédocles *[V.]* e mestre de Isócrates *[V.]*, dedicou-se ao ensino da retórica, disciplina que decisivamente influenciou. Do ponto de vista filosófico, o seu pensamento tipifica as duas

---

[33] Referir-nos-emos de novo à questão no capítulo V do primeiro estudo.

principais tendências da sofística, o relativismo (nele particularmente patente pelo primado atribuído à verosimilhança sobre a verdade) e o seu corolário, o cepticismo, que implicitamente estabelece no seu *Tratado do Não-Ser*. Platão refere-se-lhe inúmeras vezes e é o seu magistério que especialmente visa quando caricatura ou condena os sofistas.

Gregório de Nazianzo (*c.* 329-390): São Gregório, filho do bispo de Nazianzo, onde nasceu, foi bispo de Constantinopla e um dos três padres capadócios que empunharam a defesa da teologia ortodoxa contra o arianismo no período entre os concílios ecuménicos de Niceia (325) e de Constantinopla (381). Neste último, em que participou e a que temporariamente presidiu, na qualidade de patriarca, contribuiu para a definição do símbolo de Niceia, cuja doutrina havia, de resto, ajudado a formar. Curiosamente, parece que terá sido professor, em Atenas, do futuro imperador Juliano, *o Apóstata*. Nos seus sermões, são preservadas algumas informações relevantes sobre autores antigos.

Heraclides Pôntico (*c.* 390-310 a. C.): Filósofo grego, foi, com Espêusipo *[V.]*, Xenócrates *[V.]* e Aristóteles, um dos mais importantes discípulos de Platão. Terá ingressado na Academia por volta de 365 a. C., vindo, segundo a tradição, a assumir transitoriamente a direcção da Escola aquando da terceira visita a Siracusa, viagem que Espeusipo *[V.]* e Xenócrates *[V.]* acompanharam. Abandonou a Academia após a morte de Espêusipo (339 a. C.), ao que parece por não ter sido eleito para lhe suceder, fundando então uma escola na sua pátria, Heracleia, no Ponto. A sua filosofia, expressa em mais de quarenta diálogos que se perderam, abordaria especialmente a cosmologia, a psicologia e a teologia, embora sem grande originalidade.

Hermarco (século III a. C.): Epicurista da segunda geração, parece ter sido ele a herdar a casa e o jardim onde funcionava a Escola. De acordo com Diógenes Laércio *[V.]*, terá sido autor de um panfleto Πρὸς Ἀριστοτέλην, de que se não conhecem fragmentos.

Hermias de Alexandria (século V): Discípulo de Siriano *[V.]* e colega de Proclo *[V.]*, estabeleceu-se em Alexandria, onde fundou a mais influente escola neoplatónica de comentário de Aristóteles, conhecida sobretudo pelo trabalho desenvolvido por seu filho Amónio *[V.]* e seus continuadores.

Hermias de Atarneu (século IV a. C.): Governante de Asso e Atarneu, na Ásia Menor, sucedeu a Eubulo (451 a. C.), de quem terá sido escravo (a tradição desfavorável dava-o mesmo como eunuco). Exerceu o poder durante cerca de dez anos, altura em que foi deposto e condenado à morte pelo rei Artaxerxes III da Pérsia. Durante o seu governo foi aconselhado por dois discípulos de Platão, Corisco e Erasto, como a *Carta VI*, que lhes endereça, testemunha. Mais tarde, recebeu Aristóteles e Xenócrates *[V.]*, estabelecendo com aquele relações de parentesco.

Hermino (século II): Autor peripatético, foi mestre de Alexandre de Afrodísias *[V.]*. Apesar de não lhe ser atribuído nenhum comentário, os seus pontos de vista são frequentemente citados pelos autores posteriores.

Hermipo de Esmirna (século III a. C.): Bibliotecário de Alexandria pertencente ao círculo peripatético, compôs a mais antiga biografia de Aristóteles conhecida. Esta foi preservada, pelo menos em parte, pelas notícias de Diógenes Laércio *[V.]* e de Hesíquio de Mileto *[V.]*. Poderá também dever-se-lhe o catálogo peripatético das obras de Aristóteles que chegou aos nossos dias através das duas versões preservadas por estes dois autores.

Hesíquio de Mileto (século VI): Biógrafo e cronista grego, desenvolveu a sua actividade em Constantinopla, no tempo de Justiniano. Atribui-se-lhe um compêndio de história e um dicionário biográfico, ambos perdidos, embora este último sobreviva nos verbetes da *Suda [V.]*, que parecem ter sido retirados, pelo menos em parte, da *Nomenclatura* de Hesíquio. Sucede assim, em particular, com a notícia sobre Aristóteles, que se pensa ser reproduzida da biografia hesiquiana. Contudo, o contributo mais relevante deste autor é a inclusão de uma versão do catálogo antigo das obras de Aristóteles (ausente da *Suda*, mas editada por Ménage em 1663), tanto mais importante quanto não confere inteiramente nem com a de Diógenes *[V.]*, nem com a de Ptolemeu *[V.]* [34].

Hipólito (século III): Teólogo romano, procurou demonstrar na sua *Refutação de Todas as Heresias* que estas não são mais do que a revivescência de doutrinas pagãs, preconceito graças ao qual o conhecimento ficou a dever a preservação de numerosas e extensas citações de autores antigos, de outro modo perdidos.

Hunayn Ibn Ishaq (m. 877): Principal figura da escola de tradutores cristãos de língua siríaca que, sob o domínio dos califas abássidas de Bagdade, empreendeu a tradução sistemática, em regra do grego para o siríaco e deste para o árabe, mas nalguns casos directamente do grego para o árabe, das obras de Aristóteles e de outros pensadores antigos. Terá traduzido para siríaco, entre outros tratados de Aristóteles, as *Categorias* (segundo os antigos biobibliógrafos também para árabe), o *Da Interpretação* e parte dos *Analíticos Anteriores* e *Posteriores* (traduções que não se conservam). É possível que tenha sido redigido na sua escola o original da tradução árabe da *Vita* de Ptolemeu, depois transcrita por al--Nadim *[V.]*, seja pelo próprio Hunayn, seja pelo seu filho, também ele brilhante tradutor, uma vez que ambos parecem ter subordinado o programa de traduções à ordem escolar neoplatónica, que começava com a biografia de Aristóteles.

Ishaq Ibn Hunayn (m. 910): Filho de Hunayn Ibn Ishaq *[V.]* e um dos principais tradutores da sua escola. Completou a tradução dos *Primeiros Analíticos* de grego para siríaco que o pai tinha iniciado, verteu para siríaco o texto dos *Segundos* (ou completou a versão começada por Hu-

---

[34] Para uma análise do catálogo de Hesíquio, em si mesmo e por contraste com as duas outras versões subsistentes, veja-se o capítulo II do primeiro estudo.

nayn ibn Ishaq) e dos *Tópicos*, fornecendo as traduções que terão servido de base às versões árabes de referência destes dois tratados, respectivamente de Abu Bisr Matta *[V.]* e de Yahya Ibn Adi *[V.]*. Traduziu ainda do siríaco para árabe, provavelmente a partir das versões siríacas do pai, as *Categorias* e o *Da Interpretação* (tradução que parece ser a preservada nos lemas do *Grande Comentário* de Alfarabi). Uma tradução, não se sabe se para siríaco ou se para árabe, das *Refutações Sofísticas* já estava perdida no tempo de Yahya Ibn Adi. Segundo al-Nadim *[V.]* e Averróis, deve-se-lhe também a tradução de diversos livros da *Metafísica*.

Isócrates de Atenas (436-338 a. C.): Figura proeminente da cultura grega, com uma longevidade fora do vulgar, distinguiu-se como escritor, pedagogo, teórico e professor de retórica. Acompanhou em actividade toda a carreira filosófica de Aristóteles, desde a fase de formação, que este terá começado na escola isocrática, até à fundação da escola rival, no Liceu. Partidário da união das cidades gregas sob uma autoridade forte, foi levado a favorecer o poder da Macedónia. Diz-se que terá alimentado a ilusão de poder exercer as funções de preceptor de Alexandre, ou então de influenciar a escolha, fazendo-a pender para um membro do seu círculo (menciona-se, em particular, Teopompo de Quío *[V.]*, Isócrates de Apolónia e Antípatro de Magnésia). Foi no interior da sua escola que surgiram as manifestações mais precoces de anti-aristotelismo, preconizadas pelo seu discípulo Cefisodoro *[V.]* e inspiradas sobretudo por rivalidades de escola (Aristóteles era ainda membro da Academia) e por distintas concepções da retórica e do seu ensino.

Jâmblico (*c.* 240-325): Grande vulto do neoplatonismo, nasceu em Cálcis e foi discípulo de Porfírio *[V.]*. Fundou a escola síria, que conferiu à filosofia neoplatónica um sentido mais teológico, com grande influência no pensamento posterior, designadamente em Proclo *[V.]*. Escreveu também comentários a diversos tratados de Aristóteles, hoje perdidos.

Jerónimo de Rodes (século III a. C.): Escritor peripatético do tempo de Lícon *[V.]* e de Aríston *[V.]*, compilou uma obra hipomnemática muito ao gosto do helenismo, em que os doxógrafos posteriores se inspiraram abundantemente.

João Estobeu (*fl. c.* 500): Escritor grego, originário de Estobos, na Macedónia. A vasta e rica colectânea de autores antigos que publicou, dividida posteriormente em dois livros, *Éclogas* e *Florilégio*, contém fragmentos de mais de quinhentos poetas e prosadores antigos, alguns dos quais preservam referências biográficas importantes sobre Aristóteles.

João Filópono (*c.* 490-575): Escritor cristão, discípulo de Amónio *[V.]* e membro da escola neoplatónica alexandrina, compôs diversos comentários de Aristóteles. Segundo Westerink [35], os oito comentários de

[35] «The Alexandrian Commentators and the Introductions to Their Commentaries», pp. 326-328.

Filópono são, com algumas adições pessoais, meras recolhas de notas das aulas de Amónio, que seria assim o seu verdadeiro autor, opinião que não parece ter tido valimento.

Jonas, *o Monge* (Yunan al-Rahib): Autor desconhecido a quem al-Hasan Ibn Suwar *[V.]* atribui uma tradução siríaca das *Categorias*, porventura correspondente à versão anónima conservada.

Jorge das Nações Árabes (m. 724): Bispo das Nações Árabes, é decerto a figura mais eminente da cultura siríaca da época e, nela, da escola de Qennesrin. Traduziu e comentou os três primeiros tratados do *Organon* e parece que terá vertido para siríaco o texto das *Refutações Sofísticas*.

Lícon Peripatético (século III a. C.): Filósofo aristotélico, sucedeu a Estratão *[V.]* como escolarca do Liceu, cargo em que parece ter contribuído para acentuar a tendência de declínio e apagamento da tradição peripatética de Aristóteles e Teofrasto *[V.]*.

Lícon Pitagórico (século IV a. C.): Filósofo menor da época de Aristóteles, pôs a circular uma história a respeito das alegadas honras funerárias que este teria prestado a Pitíade, com base na qual se alimentaram as acusações de impiedade desde então assacadas ao Estagirita.

Luciano (*c.* 120-*c.* 200 a. C.): Notável escritor grego da época da segunda sofística, nasceu em Samósatos, na Síria. Autor de numerosos escritos, nomeadamente diálogos, alguns com referência a Aristóteles, encontramos nele uma das primeiras referências à doutrina aristotélica «esotérica» constante nos tratados escolares, por oposição à doutrina exotérica dos diálogos, que será acolhida com entusiasmo pelo neoplatonismo da escola de Amónio *[V.]* [36].

Marco Aurélio (121-180): Imperador e filósofo romano, condensou no pequeno volume dos seus *Pensamentos* um sistema moral de recorte marcadamente estóico, de onde não estão ausentes algumas referências à especulação precedente.

Máximo de Tiro (século II): Orador e filósofo ecléctico grego, pertenceu à Academia sob a influência do platonismo médio, que absorveu. Subsistem do seu punho algumas dezenas de discursos e ensaios, predominantemente de natureza teológica e moral, que contêm diversas alusões a filósofos mais antigos.

Menedemo de Eritreia (*c.* 350-*c.* 275): Filósofo socrático, discípulo de Estílpon de Mégara *[V.]* e de Fédon de Élis *[V.]*, transferiu para a sua cidade, na Eubeia, a escola deste último, tornando-se assim no fundador da Escola Eritreia, de cujas doutrinas e ensino praticamente nada se sabe.

Metrodoro (*c.* 331-278 a. C.): Filósofo epicurista da primeira geração e companheiro do fundador até ao final da sua actividade, atribui-se-

[36] Referir-nos-emos de novo à questão no capítulo V do primeiro estudo.

-lhe a responsabilidade pelas críticas mais verrinosas dirigidas pela Escola à figura de Aristóteles e ao círculo peripatético, assim nutrindo um dos ramos mais tenazes e persistentes da tradição hostil ao Estagirita.

Miguel de Éfeso (*fl. c.* 1130): O mais influente autor da tradição peripatética bizantina, foi arcebispo de Éfeso e membro da Academia de Constantinopla. Dedicou-se especialmente ao comentário das obras biológicas de Aristóteles, embora tenha também escrito um comentário às *Refutações Sofísticas* e colaborado no comentário conjunto à *Ética a Nicómaco*.

Mubassir Ibn Fatik (século XI): Médico e erudito alexandrino, foi autor do *Kitab mukhtar al-hikam wa-mahasin al-kilam* (*Selecta da Sabedoria e Belos Ditos*), onde se integra uma das três versões árabes subsistentes da *Vita Aristotelis* de Ptolemeu.

Nicolau de Damasco (64 a. C.-*c.* 14 d. C.): Historiador e erudito grego, formado na escola de Andronico de Rodes *[V.]*. Além de diversos comentários e obras literárias, escreveu uma história do mundo em 144 volumes, bem como uma autobiografia e um panegírico de Augusto, de quem era íntimo. Os estudos peripatéticos devem-lhe uma série de resultados pioneiros, nomeadamente a fixação do cânone definitivo da *Metafísica*, pela agregação do livro α aos treze tratados anteriormente reunidos, e a descoberta da autoria da *Metafísica* de Teofrasto *[V.]* [37], bem como várias iniciativas editoriais no domínio das obras físicas e biológicas de Aristóteles.

Numénio de Apameia (*c.* 160-200): Filósofo neopitagórico tardio, foi muito influente na sua época, embora hoje pouco se conheça da sua reflexão original. Na obra Περὶ τῆς τῶν Ἀκαδημιακῶν πρὸς Πλάτωνα διαστάσεως, encontra-se um fragmento esclarecedor acerca da polémica movida por Cefisodoro *[V.]* contra Aristóteles.

Olimpiodoro (*c.* 505-*c.* 565): Membro da escola neoplatónica de Alexandria, devem-se-lhe três comentários a Platão *[V.]* e dois a Aristóteles (*Categorias* e *Meteorológicos*). Foi um dos últimos representantes pagãos do neoplatonismo.

Orígenes (184-254): Uma das figuras cimeiras da primeira Patrística cristã, celebrizou-se pela defesa militante da Igreja martirizada, para a qual toda a cultura pagã, aí incluída a filosofia, deveria ser rejeitada em bloco. Isto não o impediu de legar uma reflexão filosófica própria e de nela incorporar diversos elementos clássicos, designadamente platónicos e estóicos. O resultado foi um sistema heterodoxo, que aprofunda drasticamente a tendência alegórica do estilo exegético vulgarizado pelo seu mestre Clemente de Alexandria *[V.]*. Na sua obra polémica e crítica maior, o *Contra Celso*, existem algumas referências biográficas a Aristóteles.

---

[37] Ver a este propósito: Drossaart Lulofs, *Nicolaus Damascenus on the Philosophy of Aristotle*, pp. 30 e 38; P. Huby «The Transmission of Aristotle's Writings and the Places where Copies of his Works Existed», pp. 243-244.

Paulo, *o Persa* (*fl. c.* 570): Figura eminente do comentarismo aristotélico do período, redigiu em persa um comentário ao *Da Interpretação* (que permanece inédito), bem como um epítome de lógica, consagrado especialmente à silogística. Estes textos terão sido traduzidos para siríaco por Severo Sebokht *[V.]*.

Pírron de Élis (*c.* 360-275 a. C.): Filósofo grego, fundador do cepticismo antigo, parece ter chegado à filosofia por intermédio da leitura de Demócrito *[V.]* e da convivência com Bríson *[V.]*, discípulo (e filho?) de Estílpon de Mégara *[V.]*. Acompanhou as tropas de Alexandre na sua expansão para leste, onde parece que terá contactado com as doutrinas e as práticas dos magos, na Pérsia, e dos gimnosofistas, na Índia. Regressado à Grécia, estabeleceu-se em Atenas, criando uma escola de cunho eminentemente existencial e prático, fundada na acatalepsia (ἀκαταληψία), ou convicção da impossibilidade de alcançar a certeza em qualquer matéria. Nada escreveu, pelo que o seu pensamento só é conhecido através do seu discípulo Tímon *[V.]*.

Plínio, *o Antigo* (32-79): Célebre naturalista romano, escreveu uma monumental *História Natural* em 37 livros, em jeito de enciclopédia especializada. Esta obra contém algumas referências importantes à biografia de Aristóteles, em especial no que se refere às investigações biológicas desenvolvidas durante o período do primeiro exílio.

Plotino (204-270): Nasceu no Egipto, estudou em Alexandria com o enigmático Amónio Sacas *[V.]*, dirigindo-se depois para Roma, onde se dedicou ao ensino da filosofia, beneficiando do apoio do imperador Galiano e de sua mulher. Foi o fundador do neoplatonismo. Amélio e Porfírio *[V.]* foram os seus principais discípulos directos. Embora a sua filosofia tenda para uma fusão entre o platonismo e o aristotelismo, que claramente conhecia bem, faz uma única citação directa de Aristóteles [38].

Plutarco de Queroneia (45-125): Notável e prolixo historiador e ensaísta grego, foi a figura cimeira do platonismo médio, compartilhando a sua intenção ecléctica e, em particular, a sua tendência para aproximar Platão *[V.]* e Aristóteles. As numerosas obras publicadas, nomeadamente as *Vidas Paralelas* e os diversos diálogos e tratados, fornecem um manancial inesgotável de referências à vida, à obra e ao pensamento do Estagirita, embora nem sempre seja fácil decidir da fidedignidade das informações transmitidas.

Porfírio (232-*c.* 309): Discípulo de Plotino *[V.]*, cuja obra editou, foi simultaneamente o mais relevante dos primeiros comentadores de Aristóteles, tentando reconciliar o seu pensamento com o de Platão *[V.]* e dando assim o mote para a exegese que os neoplatónicos posteriores continuarão. Os seus comentários (de que subsiste apenas um tratado incompleto em estilo catequético sobre as *Categorias* e uma introdução, ou

[38] *Enéadas* I iv.

isagoge, à lógica aristotélica), eles próprios muito comentados durante a Antiguidade, influenciaram decisivamente as gerações subsequentes, tanto no Oriente, através de Jâmblico *[V.]*, Proclo *[V.]* e Amónio *[V.]*, como no Ocidente, através de Boécio *[V.]*.

Possidónio de Apameia (*c.* 135-*c.* 51 a. C.): Historiador e filósofo grego, originário da Síria, foi o máximo representante, na sua época, do eclectismo estóico [39]. Professor em Rodes e em Roma, teve, naquela cidade, Cícero *[V.]* por aluno. Embora a sua obra não seja fértil em referências à biografia aristotélica, é sobre a sua autoridade que repousa o relato de Ateneu *[V.]*, e porventura o de Estrabão *[V.]*, relativo à perda e à redescoberta do *corpus* aristotélico.

Probo (séculos v ou vi): Arcediago de Antioquia, foi um dos primeiros tradutores e comentadores siríacos de Aristóteles. Comentou e provavelmente traduziu o *Da Interpretação*, sendo-lhe também atribuída a autoria da versão siríaca anónima dos *Primeiros Analíticos* e um comentário aos primeiros capítulos do tratado (até I 7).

Proclo (410-485): Discípulo de Siriano *[V.]* e uma das principais figuras da escola neoplatónica de Atenas, de que foi escolarca, redigiu diversas obras filosóficas e comentários a diálogos de Platão *[V.]*. Lamentavelmente, os seus comentários aos tratados de Aristóteles não chegaram até aos nossos dias.

Protágoras de Abdera (*c.* 490-420 a. C.): Um dos mais célebres membros da sofística grega, parece ter-se celebrizado como professor de dialéctica entre os jovens aristocratas e oligarcas das grandes cidades helénicas. No diálogo homónimo, Platão *[V.]* tipifica nele as características emblemáticas do Sofista. Filosoficamente, passou à história como pioneiro do relativismo humanista, de que é expressão o dito famoso «O homem é a medida de todas as coisas».

Ptolemeu Al-Garib: Autor desconhecido e de identificação muito discutida, terá sido um neoplatónico alexandrino do século iv d. C., talvez pertencente à escola de Jâmblico *[V.]*, a quem devemos uma biografia e um catálogo das obras de Aristóteles, que nos chegou por via árabe. A biografia, de que subsistem nove epítomes (três gregas, duas siríacas e quatro árabes), serviu de base, na tradição grega, ao ensinamento oral da escola de Amónio *[V.]* e seus continuadores, funcionando como introdução às edições escolares do *Organon*. A tendência da *Vita* de Ptolemeu é claramente apologética ou mesmo hagiográfica, muito ao gosto neoplatónico.

Quintiliano (*c.* 35-*c.* 97): Escritor e orador romano de origem espanhola, alcançou notoriedade como advogado e como professor de eloquência, tendo sido o primeiro, de que há conhecimento, a ser avançado pelo Estado para exercer esta função, sob o imperador Vespasiano.

[39] Cf. *supra*, n. 2.

Foi sobretudo pela sua notável obra como teórico da retórica, consubstanciada nos doze volumes do *De institutione oratoria*, que garantiu a perenidade da sua reputação. Em passagens desta obra, encontram-se ecos relativos à fixação da língua filosófica grega, nomeadamente aristotélica, na literatura latina [40].

Séneca (4 a. C.-65 d. C.): Lúcio Aneu Séneca nasceu em Córdova (cidade da Espanha romana), filho do professor de retórica Marco Aneu Séneca (*c.* 55 a. C.-39 d. C.). Mestre do futuro imperador Nero, que o viria a obrigar ao suicídio, distinguiu-se como filósofo de obediência estóica e como escritor de temas científicos e morais, de que são testemunho, respectivamente, as *Questões Naturais* e as *Cartas a Lucílio*, além dos numerosos diálogos e tratados sobre tópicos éticos particulares, como a ira, a clemência, etc. Também ele contribuiu para a passagem do grego filosófico, com incidência no de Aristóteles, ao latim.

Sérgio de Resaina (m. 536): Autor de dois comentários siríacos das *Categorias*, mas não, ao que parece, da tradução anónima, dirigiu o primeiro, em sete livros, a Teodoro, bispo de Merv. O segundo, que permanece inédito e poderá ser um resumo daquele, é dedicado a um certo Filóteo.

Severo Sebokht (m. 666-667): Bispo de Qennesrin, parece ter traduzido para siríaco o comentário de Paulo, *o Persa [V.]*, ao *Da Interpretação*, sendo-lhe também atribuído um tratado inédito sobre os silogismos nos *Primeiros Analíticos*. Tem sido aventada a hipótese de o original siríaco dos epítomes subsistentes da *Vita* de Ptolemeu ser da sua autoria.

Sexto Empírico (século III): Médico e filósofo céptico, dedicou-se à exposição das doutrinas da Escola, nas *Hipotiposes Pirrónicas*, e à refutação das correntes dogmáticas, em *Contra os Matemáticos*. Esta última obra contém abundante material doxográfico sobre Aristóteles e outros filósofos antigos.

Simplício (*fl. c.* 532): Discípulo de Amónio *[V.]*, em Alexandria, e depois de Damáscio *[V.]*, em Atenas, aí se estabeleceu até ao encerramento da Escola. Acompanhou este último no exílio para a Pérsia, de onde regressou passados alguns anos, tendo-se dedicado então ao comentário de Aristóteles. A análise à *Física* constitui um dos seus contributos mais relevantes, tanto do ponto de vista filosófico, como do ponto de vista historiográfico, em virtude das extensas citações que faz de autores mais antigos. Apesar da sua ligação à escola ateniense, o seu pensamento permanece sobretudo vinculado ao ensinamento neoplatónico de Alexandria.

Siriano (*c.* 375-437): Membro influente da escola neoplatónica de Atenas, comentou diversas obras de Aristóteles, trabalho de que só subsistem hoje os comentários aos livros Β, Γ, Μ e Ν da *Metafísica*. O seu testemunho é especialmente importante no reconhecimento de algumas idiossincrasias da abordagem neoplatónica de Aristóteles.

---

40 Veja-se a este propósito o nosso quarto estudo.

Sócion de Alexandria (século II): Doxógrafo grego da escola peripatética, notabilizou-se pela invenção do método das sucessões, que consistia em distribuir os vultos da história da filosofia precedente por duas grandes famílias de pensamento, uma de radicação jónica, mais virada para o estudo dos fenómenos naturais, e outra de vinculação itálica (ou pitagórica), inclinada sobretudo para as questões de índole teológica, antropológica e ética. A influência deste método foi enorme, encontrando-se, por exemplo, em Diógenes Laércio *[V.]*.

Sofonias (séculos XIII-XIV): Comentador aristotélico da tradição bizantina tardia, foi-lhe atribuída a autoria de uma paráfrase ao *Sobre a Alma*, bem como um estudo sobre os *Parva naturalia*, que hoje se sabe ser de Temístio *[V.]*.

Sosígenes (século II): Mestre menos conhecido de Alexandre de Afrodísias *[V.]*, é citado e discutido longamente no comentário de Dexipo *[V.]* às *Categorias*.

Suda (século X): A maior, mais importante e mais influente enciclopédia tardia do pensamento antigo, composta na Alta Idade Média por um lexicógrafo desconhecido de língua grega. As suas entradas são transcritas directamente de autores precedentes, o que só acresce o seu valor documental. É o que sucede com o verbete relativo a Aristóteles, cuja biografia foi retirada (como, aliás, sucede com as demais) do *Onomatólogo* de Hesíquio de Mileto *[V.]*.

Temístio (*c.* 317-*c.* 388): Escritor e orador grego, oriundo da Paflagónia, na Ásia Menor, trabalhou como professor em Constantinopla. Subsistem diversos dos seus discursos, com bastas e importantes referências à vida e à obra do Estagirita. Foi, além disso, o último representante do comentário aristotélico fora da influência neoplatónica, como o comprovam os trabalhos conservados sobre os *Segundos Analíticos*, a *Física*, o *Sobre o Céu* e o *Sobre a Alma*.

Teócrito de Quío (século IV a. C.): Escritor menor da época de Aristóteles, de que quase nada se sabe, parece ter sido um inimigo figadal da Macedónia. Diógenes Laércio *[V.]* preserva na sua biografia de Aristóteles um epigrama insultuoso sobre este e sobre Hermias *[V.]*. Citado e glosado inúmeras vezes pela literatura contemporânea e subsequente, serviu de alimento à tradição difamatória do Estagirita. Düring supõe que ele poderá ter sido escrito no rescaldo da ocupação macedónica de Quío (332), mas certamente em vida de Aristóteles e após Platão ter morrido [41]. Parece que Teócrito terá sido condenado à morte por Antígono Monoftalmo, antigo general de Alexandre que governava a Grécia desde 307, algures no final do seu consulado, entre 303 e 301 a. C.

Teofrasto de Ereso (372-287 a. C.): Filósofo peripatético, foi o mais antigo e fiel discípulo de Aristóteles, bem com o seu herdeiro à frente do

---

41 *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 391-392.

Liceu, cuja direcção assegurou até à morte. Apesar de as suas obras (quase integralmente perdidas) versarem uma grande variedade de problemas, distinguiu-se sobretudo nas áreas da física e, em especial, da botânica. No domínio da historiografia, expandiu e sistematizou a metodologia aristotélica de análise dos precursores, fundando a doxografia, com a sua vasta obra intitulada *Opiniões dos Físicos* (de que só subsistem, quase integralmente, o primeiro e o último livros). É possível que alguns dos espúrios mais antigos incluídos na colecção aristotélica sejam do seu punho, ou de um dos seus discípulos. Por outro lado, o testamento preservado por Diógenes Laércio *[V.]* tem alguma importância para o estabelecimento de alguns aspectos mais obscuros da biografia de Aristóteles.

Teopompo de Quío (*c.* 378-*c.* 300 a. C.): Historiador grego, discípulo de Isócrates *[V.]*, escreveu uma *História da Grécia*, em 12 livros, e as *Filípicas*, em 58, de que subsistem fragmentos. Também neles se dá vazão às referências caluniosas à alegada relação entre Aristóteles e Hermias de Atarneu *[V.]*. O motivo para o ressentimento de Teopompo pode residir nas interferências de Hermias em Quío e na posterior ocupação macedónica, como quer Düring, ou então no facto, se verdadeiro, de ter sido preterido por Filipe como preceptor de Alexandre [42].

Tiago de Edessa (m. 708): Bispo de Edessa, é creditado com a autoria do primeiro tratado sistemático de gramática siríaca. Num manuscrito, surge também como autor de uma versão siríaca das *Categorias* [43]. É possível que tenha redigido a tradução siríaca da *Vita* de Ptolemeu *[V.]*, hoje subsistente em dois epítomes.

Timeu de Tauroménio (*c.* 345-*c.* 250 a. C.): Historiador grego, de origem siciliana. Exilado após a morte do pai, tirano de Tauroménio, foi para Atenas, onde passou a maior parte da vida. Aí, redigiu uma *História da Sicília*, em 38 (ou 33) volumes, de que se conservam alguns fragmentos. Esta, muito criticada pelos antigos pela sua parcialidade e pela falta de rigor, teve, no entanto, alguns defensores, nomeadamente Cícero *[V.]*. Constitui um dos elos antigos da transmissão da tradição hostil a Aristóteles, em particular de origem isocrática e epicurista.

Tímon de Fliunte (*c.* 325-253 a. C.): Poeta satírico e filósofo céptico grego, foi aluno, em Atenas, de Estílpon de Mégara *[V.]* e de Pírron de Élis *[V.]*, cujas doutrinas divulgou. Escreveu diversas obras, das quais as mais célebres são os σίλλοι, poemas em versos hexâmetros em que caricatura e vergasta os filósofos dogmáticos seus predecessores ou contemporâneos.

Tirânio de Amiso (século I a. C.): Notável gramático romano, foi mestre de Andronico de Rodes *[V.]* e de Boécio de Sídon *[V.]*. A crer na

---

[42] Ver *supra* a notícia sobre Isócrates.

[43] Por esta razão, a sua identidade com Tiago, *o Eremita* (Yaqub al-Zahid), a quem é igualmente atribuída uma tradução das *Categorias*, tem sido defendida.

lenda, foi aos seus cuidados que Sila entregou os rolos com a colecção aristotélica redescoberta por Apeliconte *[V.]*, tendo sido decerto no círculo em que pontificava que se constituiu a primeira edição antiga da obra de Aristóteles.

Usaibia (m. 1270): Ibn Abi Usaibia, médico e escritor, redigiu o *Kitab 'uyun al-anba' fi tabaqat al-atibba* (*Livro de fontes de informação sobre as escolas médicas*). Esta obra compreende a mais recente versão árabe da *Vita Aristotelis* de Ptolemeu *[V.]*, incluindo o testamento e o catálogo das obras.

Xenócrates de Calcedónia (*c.* 395-314 a. C.): Filósofo grego, foi, com Espêusipo *[V.]*, Heraclides *[V.]* e Aristóteles, um dos mais importantes discípulos de Platão *[V.]*, que, aliás, acompanhou na terceira deslocação a Siracusa. Com a morte de Platão e a ascensão de Espeusipo *[V.]* à direcção da Escola, abandonou a Academia. Todavia, alguns anos mais tarde, regressou a Atenas, por instâncias de Espeusipo. Após a morte deste, veio a suceder-lhe no cargo, por eleição dos pares, que parecem ter preterido Heraclides *[V.]* por curta margem. Prolongou o pendor pitagorizante e matematizante que havia sido impresso por Espeusipo ao platonismo, o que o tornou um dos principais alvos da crítica de Aristóteles, designadamente quando este se encontrava à frente do Liceu e ambos asseguravam contemporaneamente a liderança das duas mais importantes escolas filosóficas de Atenas.

Yahya Ibn Adi (*m.* 973): Escritor cristão e discípulo de Abu Bisr Matta *[V.]*, elaborou a partir da tradução siríaca de Ishaq Ibn Hunayn *[V.]* a versão árabe de referência dos *Tópicos*, que em simultâneo comentou extensamente. É possível que tenha vertido também para árabe, a partir do siríaco, alguns outros tratados de lógica, bem como parte, ou mesmo a totalidade, da *Metafísica*.

Zenão de Cítia (334-261 a. C.): Filósofo cipriota de origem fenícia, deixou a sua cidade natal para ir para Atenas cerca de 315. Aí, terá frequentado as lições de Estílpon de Mégara *[V.]* e assistido às lições de Pólemon na Academia, até que um mais profundo e duradouro discipulado o ligou ao filósofo cínico Crates de Tebas [44]. No final do século, fundou uma escola própria no Pórtico (Στόα), de onde deriva a designação da corrente que animou — o estoicismo. A sua vasta obra perdeu-se por completo, salvo alguns poucos fragmentos conhecidos através da tradição doxográfica [45].

---

[44] Cf. *supra*, n. 12.

[45] Para um conspecto doutrinário, ver *supra*, n. 3.

II

COMENTÁRIOS GREGOS DE ARISTÓTELES

1. EDITADOS MODERNAMENTE [1]

Obra comentada	Comentador	Âmbito do comentário	Editor moderno	Volume da edição
Categorias	Porfírio Comentário	Isagoge	Busse	IV, 1
	Dexipo		Busse	IV, 2
	Amónio	Sobre a Isagoge Comentário	Busse Busse	IV, 3 IV, 4
	Simplício		Kalbfleisch	VIII
	Olimpiodoro	Prolegómenos Comentário	Busse	XII, 1

[1] Referem-se apenas os comentários incluídos na série *CAG* (*Commentaria in Aristotelem graeca, edita consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae*, I-XXIII, ed. M. Hayduck, M. Wallies, P. Wendland, A. Busse, H. Schenkl, R. Heinze, S. Landauer, G. Kroll, I. L. Heiberg, K. Kalbfleisch, H. Diels, G. Stüve, H. Vitelli, G. Heylbut, H. Rabe, Berlin, G. Reimer, 1882-1907). Para além destes, existem alguns pequenos tratados editados em: *Supplementum Aristotelicum, edita consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae*, I-III, ed. S. P. Lambros, I. Bywater, I. Bruns, H. Diels, F. G. Kenyon, Berlin, G. Reimer, 1885-1903. As traduções latinas medievais destes comentários encontram-se igualmente editados em: *Corpus Latinum Commentariorum in Aristotelem Graecorum*, I-VII, ed. G. Verbeke, A. Smet, A. Pattin, H. Mercken, S. Ebbesen, Paris, Éditions Béatrice--Nauwelaerts, 1957-1981; e nos respectivos *Supplementa*, I-II, ed. G. Verbeke, J. Moncho, A. Glibert-Thirry, Paris, Éditions Béatrice-Nauwelaerts, 1975, 1977.

Obra comentada	Comentador	Âmbito do comentário	Editor moderno	Volume da edição
Categorias	Filópono [2]		Busse	XIII, 1
	Elias	Sobre a Isagoge	Busse	XVIII, 1
	David	Prolegómenos Sobre a Isagoge Comentário [3]	Busse Busse	XVIII, 2 XVIII, 1
	Paráfrase anónima [4]		Hayduck	XXIII, 2
Da Interpretação [5]	Amónio		Busse	IV, 5
	Estêvão de Alexandria		Hayduck	XVIII, 3
Primeiros Analíticos	Alexandre de Afrodísias	Livro I	Wallies	II, 1
	Amónio	Livro I	Wallies	IV, 6
	Filópono		Wallies	XIII, 2
	Temístio	Paráfrase de I	Wallies	XXIII, 3
Segundos Analíticos [6]	Temístio	Paráfrase	Wallies	V, 1
	Filópono		Wallies	XIII, 3
	Anónimo	Livro II	Wallies	XIII, 3
	Eustrácio	Livro II	Hayduck	XXI, 1
	Anónimo	Livro I (extracto)		

---

[2] Outrora atribuído a Amónio.

[3] Atribuído por Busse a Elias. Todavia, «le Commentaire édité par Busse sous le nom d'Élias est de David selon la tradition grecque et arménienne unanime» (*Dictionnaire des philosophes antiques*, p. 438; para as autoridades, cf. *ibid.*).

[4] Cf. T. Szlezák (ed.), *Pseudo-Archytas über die Kategorien. Texte zur grieschichen Aristoteles-Exegese*, Berlin-New York, De Gruyter, 1972.

[5] Para além dos referidos, veja-se: L. Tarán (ed.), *Anonymous Commentary on Aristotle's De interpretatione (Codex Parisinus graecus 2064)*, Meinsenheim am Glan, A. Hain, 1978. De notar ainda que «la tradition arménienne a conservé un commentaire d''Amilaxos' au *De Interpretatione*, auquel sont attribués les deux premiers chapitres sur les *Catégories* transmis par le ms. arménien de Vienne n.º 112.» (*Dictionnaire des philosophes antiques*, p. 438.)

[6] Veja-se também, para além destes: P. Moraux (ed.), *Le commentaire d'Alexandre d'Aphrodise aux 'Seconds analytiques' d'Aristote*, Berlin-New York, De Gruyter, 1979.

Obra comentada	Comentador	Âmbito do comentário	Editor moderno	Volume da edição
Tópicos	Alexandre de Afrodísias		Wallies	II, 2
Refutações Sofísticas [7]	Alexandre de Afrodísias		Wallies	II, 3
	Paráfrase anónima		Hayduck	XXIII, 4
Física	Temístio	Paráfrase	Schenkl	V, 2
	Simplício	Livros I-IV Livros V-VIII	Diels Diels	IX X
	Filópono	Livros I-III Livros IV-VIII	Vitelli Vitelli	XVI XVII
Sobre o Céu	Temístio	Paráfrase (latim e hebraica)	Landauer	V, 4
	Simplício		Heiberg	VII
Sobre a Geração e a Corrupção	Filópono		Vitelli	XIV, 2
Meteorológicos	Alexandre de Afrodísias [8]		Hayduck	III, 2
	Filópono	Livro I	Hayduck	XIV, 1
	Olimpiodoro		Stüve	XII, 2
Sobre a Alma	Temístio	Paráfrase	Heinze	V, 3
	Simplício		Hayduck	XI
	Filópono [9]		Hayduck	XV
	Sofonias	Paráfrase	Hayduck	XXIII, 1

[7] Cf. ainda: S. Ebbesen, *Commentators and Commentaries on Aristotle's Sophistici Elenchi. A Study of Post-Aristotelian Ancient and Medieval Writings on Fallacies. I: The Greek Tradition. II: Greek Texts and Fragments of the Latin Translation of 'Alexander's Comentary'. III: Appendices, Danish summary, Indices*, Leiden, Brill, 1981.

[8] Cf. V. C. B. Coutant, *Alexander of Aphrodisias' Commentary on book IV of Aristotle's Meteorologica*, New York, 1936 (dissertação).

[9] O comentário do Livro III é de Estêvão de Alexandria: cf. M. De Corte, *Le commentaire de Jean Philopon sur le troisième livre du 'Traité de l'âme' d'Aristote*, Liège-Paris, Faculté de philosophie et lettres — E. Droz, 1934. A versão latina medieval editada por De Corte poderá provir do texto autêntico de Filópono.

Obra comentada	Comentador	Âmbito do comentário	Editor moderno	Volume da edição
Sobre a Alma	Alexandre de Afrodísias		Bruns	Suppl. Ar. II, 1
Parva naturalia	Temístio [10]	Paráfrase	Wendland	V, 6
	Miguel de Éfeso		Wendland	XXII, 1
Sobre a Sensação	Alexandre de Afrodísias		Wendland	III, 1
Partes dos Animais	Miguel de Éfeso		Hayduck	XXII, 2
Progressão dos Animais	Miguel de Éfeso		Hayduck	XXII, 2
Movimento dos Animais	Miguel de Éfeso		Hayduck	XXII, 2
Geração dos Animais	Filópono [11]		Hayduck	XIV, 3
Metafísica	Alexandre de Afrodísias	Livros I-V	Hayduck	I
	Temístio	Paráfrase (latim e hebraica) de Λ	Landauer	V, 5
	Siriano		Kroll	VI, 1
	Asclépio	Livros I-VII	Hayduck	VI, 2
Ética a Nicómaco	Aspásio		Heylbut	XIX, 1
	Pseudo--Heliodoro	Paráfrase	Heylbut	XIX, 2
	Eustrácio	Livro I	Heylbut	XX
	Anónimo	Livros II-V	Heylbut	XX
	Eustrácio	Livro VI	Heylbut	XX
	Anónimo	Livro VII	Heylbut	XX

[10] Atribuído outrora a Sofonias.

[11] Atribuído por Rose a Miguel de Éfeso, na sua edição de 1854. I. Hadot («La division néo-platonicienne des écrits d'Aristote», p. 276, n. 105) partilha esta atribuição.

Obra comentada	Comentador	Âmbito do comentário	Editor moderno	Volume da edição
Ética a Nicómaco	Miguel de Éfeso	Livros IX-X Livro V	Heylbut Hayduck	XX XXII, 3
Retórica	Anónimo		Rabe	XXI, 2
	Estefânio		Rabe	XXI, 2
	Fragmento de um comentário	Livro III	Rabe	XXI, 2
	Fragmento de uma paráfrase	Livro III	Rabe	XXI, 2

2. OUTROS COMENTÁRIOS GREGOS CONHECIDOS ATRAVÉS DAS TRADIÇÕES SIRÍACA E ÁRABE

2.1. *Categorias*

Subsistem os seguintes textos:

- fragmentos em siríaco de um (Pseudo-)Olimpiodoro de Alexandria;
- o texto siríaco de um comentário derivado de Porfírio;
- um comentário em siríaco atribuído a Eusébio de Alexandria.

Conservam-se ainda fragmentos em siríaco do comentário de Amónio.

Entre os Árabes, era referida a existência de um comentário de Jâmblico às *Categorias*.

2.2. *Sobre a Interpretação*

Um pequeno trecho do comentário perdido de Alexandre de Afrodísias subsiste em versão árabe e foi editado modernamente.

Al-Nadim faz ainda referência a comentários de Teofrasto, Alexandre de Afrodísias, Galeno, Porfírio, Jâmblico, Filópono e Estefânio, mencionando os de Alexandre e de Galeno como perdidos.

2.3. *Primeiros Analíticos*

Conservam-se as versões árabes de dois tratados de que se perdeu o original grego:

- um tratado independente de Alexandre de Afrodísias *Sobre a Conversão das Proposições*, traduzido por Abu Utman al--Dimasqi, e vinculado à análise de *APr*. I 2-3;
- um *Tratado de Temístio em Resposta a Máximo a propósito da Redução da Segunda e da Terceira Figuras à Primeira*, também traduzido por al-Dimasqi.

Ambos foram editados modernamente.

Al-Nadim menciona os três comentadores de que se possuem os originais gregos, embora alterando a extensão do espólio.

2.4. *Segundos Analíticos*

A paráfrase de Temístio, traduzida pelo célebre erudito da escola cristã de Bagdade Abu Bisr Matta, existe numa tradução árabo-latina de Gerardo de Cremona (m. 1187).

Al-Nadim refere ainda:

- um comentário completo de Temístio;
- um comentário de Filópono;
- um comentário de Alexandre.

O primeiro é referido literalmente por Averróis no primeiro livro do seu *Grande Comentário*.

O segundo é citado, através de uma referência de Abu Yahya al--Marwazi, mestre de Abu Bisr Matta, nas notas marginais de um manuscrito, mencionando-se aí a sua utilização por al-Hasan Ibn Suwar.

O terceiro parece ser citado pelos autores árabes apenas através de Filópono e a única referência que Averróis lhe faz no *Grande Comentário* provém de Temístio. No entanto, o escritor cristão da escola de Bisr Matta e tradutor árabe Yahya Ibn Adi também se lhe refere e parece ter tido conhecimento directo dele. Note-se que, ao contrário dos outros dois, não subsiste neste caso nenhum original grego.

2.5. *Tópicos*

Há uma citação literal do comentário de Alexandre no *Kitab al-baht* (*Livro da Investigação*), que integra o *corpus* jabiriano.

Al-Nadim menciona directamente um comentário de Temístio aos «lugares» (*Top*. II-VII?), de que Averróis parece ter também disposto, citando-o textualmente no seu *Comentário Médio*.

Indirectamente, refere:

- uma parte do comentário ao Livro I e o comentário aos Livros V-VIII de Alexandre de Afrodísias [12] que Yahya ibn Adi terá utilizado no seu próprio comentário aos *Tópicos*;
- um comentário de Amónio aos Livros I-IV, usado pelo mesmo autor, ambos traduzidos em siríaco por Ishaq e de siríaco para árabe por al-Dimasqi.

[12] Hoje subsistente em versão original.

III

ESCOLAS NEOPLATÓNICAS DE COMENTÁRIO

AMÓNIO SACAS (175-242)

Plotino
(n. 204 Alexandria, m. 270 Roma)

PORFÍRIO (232-*c.* 309)

JÂMBLICO (240-325)

DEXIPO (séc. IV)

SIRIANO (*c.* 375-437)

PROCLO (410-485)

Hermias

AMÓNIO (*c.* 435-520)

DAMÁSCIO (*c.* 456-540)

SIMPLÍCIO (*fl. c.* 532)

ASCLÉPIO (séc. VI)

JOÃO FILÓPONO (*c.* 490-575)

OLIMPIODORO (*c.* 505-*c.* 565)

ELIAS (*fl. c.* 540)
DAVID (*fl. c.* 575)

ESTÊVÃO (sécs. VI-VII)

ESCOLA SÍRIA | ESCOLA DE ATENAS | ESCOLA DE ALEXANDRIA

IV

RECONSTITUIÇÃO DA *VITA* DE HERMIPO [1]

(1)	Ascendência e família.	DL 1
	Discípulo mais autêntico de Platão.	DL 1
	Aparência pessoal.	DL 1; T49b
	Nicómaco era filho de Aristóteles e Herpílis.	T9bd; T12c
(2)	Aristóteles abandonou a Academia enquanto Platão ainda era vivo.	DL 2; T37ab
	Anedota «ele rejeitou-me, como os jovens potros fazem às mães».	DL 2; T37ab
	Ingratidão de Aristóteles (de origem incerta).	T35, T37a, T58j
(3)	Espeusipo sucessor de Platão.	T3
(4)	Xenócrates eleito chefe da Academia enquanto A. estava na Macedónia.	DL 2; T71a
	Fundação de escola no Liceu.	DL 2
	«Lições matutinas»; explicação do nome da escola.	DL 2; T71a, T76f
	«Lições vespertinas»; início pela retórica.	DL 2; n. a T32
	Rivalidade com Isócrates.	DL 3; T32a
(5)	Ida para Atarneu.	DL 4
	Amizade com Hermias e estada em Assos.	T15cdf, T16
	Morte de Hermias.	T15ei
	Encómio de Calístenes a Hermias.	T15e
	Epigrama de Aristóteles.	DL 6; T15g
	Hino a Hermias.	DL 7; T15f, T17

[1] De acordo com Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 464-467. O sinal «T» seguido de número e/ou letras remete para a edição das fontes compiladas nesta obra.

(6)	Passagem para a Macedónia como preceptor de Alexandre.	DL 4
	Reconstrução de Estagira.	DL 4; T27
	Legiferação de Estagira.	DL 4; T27i
(7)	Regresso a Atenas, deixando Calístenes na Macedónia como seu sucessor.	DL 4-5; T28a
	Doze anos de permanência em Atenas como chefe da escola.	DL 5
(8)	Acusado por Eurimedonte, passa para Cálcis.	DL 5
	Dito ao abandonar Atenas «é difícil não ser um cidadão…»	Filócoro *apud* VM 12, 41-42; T1f, T44
(9)	Diferentes opiniões acerca da causa da morte:	
	de acordo com Eumelo, morreu como Sócrates por ter bebido cicuta;	DL 5-6; T46a
	a assistir às correntes do rio;	T48
	de uma doença do estômago.	T50c
	Atingiu a idade de 63 anos e tinha 17 quando se juntou a Platão.	DL 9-10, VM 9-12
	Cronologia da sua vida.	n. a T1e.
(10)	História acerca da selecção de um sucessor.	T47
(11)	Epigrama de Teócrito de Quío.	DL 11, T15h, T58k, T65
(12)	Testamento.	DL, T12c
(13)	Anedotas de Lícon.	DL 16; T58i, T64
(14)	*Index librorum*.	DL

V

RECONSTITUIÇÃO DA *VITA* DE PTOLEMEU [1]

(1) Ascendência e família (todas as fontes de acordo). O epigrama é novo em relação a Hermipo e a Diógenes.
(2) Tutelado por Próxeno (VM, VV, VL, Usaibia 3).
(3) Juventude de Aristóteles (VM, VV, VL). Curiosa elaboração em Mubashir 3-4; ἐλευθέρων παιδεία VM 4, VV, VL; ἐγκύκλιος παιδεία Mubashir 4.
(4) Entrada em Atenas aos 17 anos (VM, VV, VL, VSII, Mubashir 9).
Oráculo de Delfos (VM, VV, VL, VS I 4, *Fihrist* 4, Usaibia 4).
Juntou-se à Academia quando Eudoxo era escolarca (VM 11, VL).
Encontro com Platão aos 20 anos (todas as fontes).
(5) Amizade com Platão (VM 6-7, VV, VL, Mubashir 10).
Ditos platónicos: ἀναγνώστης (VM 6, VV, VL); νοῦς τῆς διατριβῆς (VM 7, VL, VSI 5, Mubashir 11, Usaibia 29).
Aristóteles substitui Platão durante a sua segunda visita à Sicília (*Fihrist* 5, Mubashir 13, Usaibia 4; cf. VSII 5).
(6) Cronologia da vida de Aristóteles, haurida ultimamente em Filócoro (VM; parcialmente VV, VL).
(7) Caluniadores (VM 11, VL).
Ὀψιμαθής (VSI 6, *Fihrist* 6, Usaibia 12).
Epicuro e Lícon (Mubashir 5, transcrito por Usaibia).
(8) Espeusipo sucessor de Platão (VM, VV, VL, VSII 4); omitido por Amónio e Olimpiodoro no seu ensino oral; não se encontra em VSI e na tradição árabe.

---

[1] Segundo Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 472-474. Para completa compreensão desta reconstrução, recomenda-se a leitura do apêndice subsequente e, tanto quanto possível, a das próprias *Vitae* compulsadas por Düring.

(9) Aristóteles estava na Macedónia e não pôde ser eleito (VM 14, VV, VL).
(10) Honrado por Filipe com uma estátua. Usou a filosofia como um instrumento (VM 15 e 46, VV, VL).
(11) Benfeitor em relação aos particulares (VM 15-16, VV, VL, *Fihrist* 12, Mubashir 26, Usaibia 24; elaborado na tradição árabe).
(12) Benfeitor em relação às cidades: reedificação de Estagira (VM 17, VV, VL, *Fihrist* 13, Mubashir 27, Usaibia 25; mês Σταγειρίτης, festival Ἀριστοτέλεια (VM 17, VV, VL); legiferação de Estagira (não surge nas *Vitae* gregas, mas sim em DL 4, proveniente de Hermipo; VSI 7, Mubashir 27, Usaibia 14).
(13) Transporte das suas cinzas de Cálcis para Estagira (VM 18, VL, VSI 10, Mubashir 29, Usaibia 13, 30-31).
Local chamado Ἀριστοτέλειον (VM 18, VL, VSI 10, Mubashir 29-30, Usaibia 13).
(14) Ereso salva (VM 19, VV, VL).
(15) Benfeitor dos Atenienses (VM 20, VL; muito desenvolvido em Usaibia 17-20, com referência à estátua na Acrópole, inscrição, decreto de Próxeno, Himereu e Estêvão).
(16) Benfeitor da humanidade (VM 21, VV, VL, *Fihrist* 12, Mubashir 25-26, Usaibia 16 e 24).
Livro para Alexandre *Sobre a Realeza* (VM 21, VL, VV 22; *Fihrist* 9 é uma elaboração disto).
(17) Depois da morte de Platão, Aristóteles foi ter com Hermias (Mubashir 17, Usaibia 5; nem as *Vitae* gregas nem os *Prolegómenos* neoplatónicos contêm uma palavra sobre Hermias).
(18) Chamado por Filipe para preceptor de Alexandre (VM 14, VV, VL, Mubashir 18, Usaibia 6).
(19) Tradição árabe: quando Alexandre se tornou rei, Aristóteles regressou a Atenas (*Fihrist* 10, Mubashir 19 e 24, Usaibia 6 e 23); deixou Calístenes como seu sucessor (Mubashir 19; de Hermipo ou da κοινὴ ἱστορία).
A tradição grega é diferente: Aristóteles acompanhou Alexandre à Pérsia (VM 23, VL, VV 23); dissuadiu Alexandre de atacar a Pérsia (só em VM 23); depois da guerra regressou a Atenas (VM, VV, VL).
(20) Aristóteles era tido em alta estima por reis e príncipes (VM 23, VL, VV 21, *Fihrist* 8, Mubashir 28, Usaibia 15).
(21) Aristóteles e Xenócrates sucederam a Espeusipo, respectivamente no Liceu e na Academia (VM, VV, VL; a tradição árabe diz apenas que Aristóteles fundou a sua própria escola no Liceu, omitindo Espeusipo e Xenócrates: VSII 5, *Fihrist* 11, Mubashir 14 e 25, Usaibia 4 e 23).
Explicação do nome «peripatético» (VS II 5, *Fihrist* 11, Mubashir 14, Usaibia 23; não se encontra nas *Vitae* gregas, mas sim, muito elaboradamente, nos prolegómenos neoplatónicos).
(22) Aristóteles e Platão, o altar com a inscrição (VM 26, VV, VL). Pode ser que Ptolemeu tenha citado o fragmento da elegia preservada por Olimpiodoro, sendo a passagem das *Vitae* gregas um resumo confuso; a tradição siríaca e árabe não lhe faz qualquer referência.
(23) Louvores de Aristóteles a Platão nas suas cartas (só em VM 27).

Cartas de apresentação (VM 16, VV, VL).
Correspondência com Alexandre (*Fihrist* 9; cf. Mubashir 37).

(24) É duvidoso que a biografia de Ptolemeu contivesse algo semelhante a uma doxografia. As doxografias nas *Vitae* gregas derivam todas da instrução oral nas escolas neoplatónicas. Possíveis traços de uma doxografia original em Mubashir 6-9, Usaibia 28.

(25) A μετριότης de Aristóteles (VM 31, VV, VL, Usaibia 26). O γνησιώτατος μαθητής de Platão, o maior de todos os filósofos gregos, ὑπερβέβηκεν ἀνθρώπινα μέτρα (VL 41, VV 25, *Fihrist* 7).

(26) Revolta em Atenas contra Aristóteles, acusado de impiedade por Eurimedonte (VM 40, VV, VL, Mubashir 29, Usaibia 7-9).
Retirada para Cálcis (VM, VV, VL, Mubashir 20, Usaibia 8).
«Assustado pelo destino de Sócrates» (VV 19, VVII 3, Mubashir 20).
Dito ao abandonar Atenas (VM, VV, VL): «é difícil ser um estrangeiro em Atenas» (VM 42).
Não é verdade que tenha escrito uma apologia (Usaibia 10).

(27) Morte em Cálcis (VM, VV, VL, VSII 7, Mubashir 23, Usaibia 11).
«Contemplando o rio» (VSII 7, Mubashir 22).
«Durante o reinado de Ptolemeu, filho de Lago» (*Fihrist* 15).
«Um enxame de abelhas» (só em VSI 9).

(28) Aparência pessoal (Mubashir 38, Usaibia 36; quase tudo elaboração árabe).

(29) Testamento (VM, VV, VL, VSI 11, Mubashir 33-34; *Fihrist*, texto completo, transcrito por al-Qifti; Usaibia, texto completo).

(30) Filhos e discípulos (VM, VL, VSII 6, Mubashir 31-32, transcrito por Usaibia 33-34).
Teofrasto sucessor de Aristóteles (Mubashir 32, Usaibia 34, cf. *Fihrist* 16).

(31) Número dos seus escritos (VM, VL). *Index librorum* (al-Qifti e Usaibia; a descrição de Mubashir baseia-se nos prolegómenos).

VI

INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS ANTIGAS *VITAE* DE ARISTÓTELES [1]

PAIS	*DL V 1*; *VH 1*; *VM 1*; *VV 1*; *VL 1* (nome da mãe incorrecto); *VSI 3* (*idem*); *VSII 1* (só o pai); *al-Nadim 2* (pai), *3* (mãe); *Mubashir 2*; *Usaibia A* (pai: erradamente Nicómaco al-Gerasi = Nicómaco de Gerasa), *1* (mãe).
NASCIMENTO EM ESTAGIRA	*DL V 1*; *VH 1*; *VM 1*; *VV 1*; *VL 1*; *VSI 2*; *VS II 1* (do pai); *al-Nadim 3*; *Mubashir 2*; *Usaibia 1.*
perto de Olinto e Metone	*VM 1*; *VL 1*; *VSI 2* (só Olinto); *Usaibia 1.*
na Trácia	*VH1*; *VL 1*; *VSI 2*; *Mubashir 2*; *Usaibia 1.*
na Macedónia	*VV1*; *VL 1*; *VSII 1* (do pai).
PAI MÉDICO DE AMINTAS III	*DL V 1*; *VV 1*; *Mubashir 2*; *Usaibia 2.*
de Filipe	*al-Nadim 3.*
ASCENDÊNCIA ASCLEPÍADA	*DL V 1*; *VH 1*; *VM 1*; *VV 1*; *VL 1*; *VSI 3*; *al-Nadim 2* (pai), *3* (mãe); *Mubashir 2*; *Usaibia 2.*
referência a Macáon	*DL V 1*; *VH 1*; *VM 1*; *VV 1*; *VL 1*; *al-Nadim 2* (mas Macáon é tomado como pai de Nicómaco); *Mubashir 2* (Macáon pai de Nicómaco); *Usaibia 2.*
dupla ascendência	*VM 1*; *VV 1*; *VL 1*; *al-Nadim 2, 3*; *Mubashir 2*; *Usaibia 2.*
herança do interesse pela medicina e pela filosofia natural	*VM 2*; *VL 2.*

[1] Estas informações devem ser complementadas com as dos fragmentos da tradição biográfica antiga, reunidos e comentados por Düring em *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*.

APARÊNCIA PESSOAL	*DL V 1*; *Mubashir 38*; *al-Qifti*; *Usaibia 36*.
GAGUEZ	*DL V 1*;*VH 1*.
QUALIDADES MORAIS	*Mubashir 38*; *al-Qifti*; *Usaibia 26* (cf. *VM 31*; *VV 24*; *VL 33*).
IRMÃOS	*DL V* (só no testamento, a irmã sem nome); *VH 2*; *VM 2*; *VL 2*.
NICÓMACO filho da concubina Herpílis	*DL V 1*; *VH 4*; *VM 2, 44*; *VV 1*; *VL 2, 47*; *VSI 11*; *Mubashir 33*; *Usaibia 35*. *DL V 1*; *VH 4*.
PITÍADE II	*DL V 1* (só no testamento, sem nome); *VH 2-3*; *VM 44*; *VL 47*; *VSI 11* (sem nome); *Mubashir 33* (sem nome); *Usaibia 35* (sem nome).
EDUCADO POR PRÓXENO	*DL V 1* (só no testamento); *VM 3*; *VV 2*; *VL 3*; *Usaibia 3*.
NICANOR adopção	*DL V 1* (só no testamento); *VM 3*; *VV 2*; *VL 3*. *VM 3*; *VV 2*; *VL 3*.
ESTUDO COM ISÓCRATES	*Mubashir 3-5* («escola de poetas, oradores e professores»); *Usaibia 27-28* (transcrição do anterior).
ENTRADA NA ACADEMIA antes aluno de Sócrates oráculo da Pitonisa aos 30 anos aos 40 anos ensinado pelo próprio Platão permanência na Academia	*DL V 9*; *VM 5*; *VV 4*; *VL 5*; *VS I 4*; *VSII 2*; *al-Nadim 4*; *Mubashir 9*; *Usaibia 3, 28*; menção lacónica em *VH 1*. *VM 5*; *VV 4, 30*; *VL 5, 45* (noutro sentido, cf. *VSI 3*). *VM 5*; *VV 4*; *VL 5*; *VSI 4*; *al-Nadim 4*; *Usaibia 3* («alguns relatam»). *al-Nadim 6* («diz-se que»); *DL V 6* (negado); *VSI 6* (negado); *Usaibia 12* (negação atribuída ao próprio Ptolemeu). *VM 11* (negado); *VL 11* (negado). *Mubashir 10*. *DL V 9*; *VM 5*; *VV 4*; *VL 5*; *VSI 4*; *al-Nadim 4*; *Mubashir 10*; *al-Qifti*; *Usaibia 3* (todos vinte anos).
DITOS DE PLATÃO o «Leitor» a «Inteligência»	 *VM 6*; *VV 5*; *VL 6* (cf. *Mubashir 38* e *Usaibia 36*). *VM 7*; *VL 7*; *VSI 5*; *Mubashir 12*; *al-Qifti*; *Usaibia 29*.
SUBSTITUTO DE PLATÃO	*al-Nadim 5*; *Mubashir 13*; *Usaibia 4*.
SAÍDA DA ACADEMIA em vida de Platão depois da morte de Platão	 *DL V 2* (*VH 5* implicitamente?). *VM 9-12, 25*; *VV 6*; *VL 9-12, 25*.
DIVERGÊNCIAS COM PLATÃO	*VV 7-11*; *VL 26-30*.
POLÉMICAS COM EPICURO E LÍCON PITAGÓRICO	*Mubashir 6-8*.

ESPEUSIPO ESCOLARCA	*VM 13*; *VV 13*; *VL 13*; *VSII 4*.
A. SUCEDE NA ACADEMIA a Espeusipo (com Xenócrates) directamente a Platão (com Xenócrates) Espeusipo convida-o em vida	 *VM 24*; *VV 18*; *VL 24*. *Mubashir 14-16*. *VSII 4*.
RELAÇÃO COM HERMIAS	*DL V 3-4*; *VH 4*; *Mubashir 17*; *Usaibia 5*.
IDA PARA A MACEDÓNIA professor de Alexandre companheiro das viagens de Alexandre	*DL V 4*; *VM 8, 14*; *VV 14*; *VL 8, 14*; *Mubashir 18*; *Usaibia 6*. *DL V 4*; *VM 8, 14*; *VV 14*; *VL 8, 14*; *Mubashir 18*; *al-Qifti*; *Usaibia 6*. *VM 8*, *VL 8*.
FEITOS reconstrução de Estagira legislação de Estagira intercessão por Ereso orientação dos reis «benefício dos homens e de toda a comunidade»	 *DL V 4*; *VM 17*; *VV 17*; *VL 17*; *al-Nadim 13*; *Mubashir 27*; *al-Qifti*; *Usaibia 25*. *DL V 4*; *VSI 7*; *Mubashir 27*; *Usaibia 14* (cf. *VM 16*, *VL 17*). *VM 19*; *VV 17*; *VL 18*. *VM 15-16, 46*; *VL 15-16, 49*; *al-Nadim 8* (cf. *VV 21*). *VM 15*; *VL 15*; *al-Nadim 12*; *Mubashir 25-26*; *al-Qifti*; *Usaibia 16, 24*.
INTIMIDADE COM OS REIS E HONRAS PRESTADAS	*VM 15-16*; *VV 15-16, 21*; *VL 15-16*; *al-Nadim 9*; *Mubashir 28*; *Usaibia 15*.
REGRESSO A ATENAS substituído por Calístenes	*DL V 4-6*: *al-Nadim 10*; *Mubashir 19* (cf. 24) ; *al-Qifti*; *Usaibia 6, 22-23*. *DL V 4*; *Mubashir 19*; *Usaibia 6*.
FUNDAÇÃO DO LICEU	*DL V 2, 5-6*; *VSII 5* (a seguir à alegada liderança da Academia); *al-Nadim 11* (sem ref. ao nome); *Mubashir 14* (cf. 25); *Usaibia 4, 23*.
PERIPATÉTICOS explicação histórica: a escola ficava num passeio público (περίπατος) explicação etimológica: o nome Περίπατος provém do hábito aristotélico de dar as lições passeando (περιπατεῖν) [2] outras	*DL V 2*; *VH 5*; *VS II 5*; *Mubashir 14-15*; *Usaibia 4, 23*. *VH 5*: διὰ τὸ ἐν περιπάτῳ ἤτοι κήπῳ διδάξαι. *DL V 2*: ἑλέσθαι περίπατον τὸν ἐν Λυκείῳ καὶ μέχρι μὲν ἀλείμματος ἀνακάμπτοντα τοῖς μαθηταῖς συμφιλοσοφεῖν, ὅθεν Περιπατητικοὺς προσαγορευθῆναι. *VSII 5*; *al-Nadim 11* (implícita); *Mubashir 14-15* (com complicada vinculação à doutrina platónica); *Usaibia 4, 23* (implícita). *DL V 2* (doença de Alexandre).

[2] É a explicação tradicional, talvez originada em Hermipo, modernamente posta em causa por Brink («Peripatos», cols. 900-902) e Düring (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 404-411).

ACUSAÇÃO DE IMPIEDADE apologia	*DL V 5*; *Mubashir 20*; *Usaibia 7*. *DL V 9*; *Usaibia 10* (enfaticamente negado).
PARTIDA PARA CÁLCIS para estudar o golfo dito sobre Sócrates carta a Antípatro	*DL V 5*; *VM 41*; *VV 19*; *VL 43*; *VSII 3* (para perto de Helesponto), *8* (Cálcis); *Mubashir 21* (erradamente «Calcídica»); *Usaibia 8-9* (erradamente «Calcídica»). *Mubashir 22* (cf. *VSII 8*). *VM 41*; *VV 19*; *VL 43* (cf. *VSII 3*: «assustado…»; *Mubashir 21*: «com medo de que lhe acontecesse…»); *Usaibia 8*: «porque não queria…»). *VM 42*; *VV 20*; *VL 44* (*Usaibia 7* ?).
MORTE EM CÁLCIS aos 63 anos aos 66 anos aos 67 anos aos 68 anos aos 70 anos suicídio com veneno enxame de abelhas	*DL V 6*; *VH 6*; *VM 43*; *VL 46*; *VSI 8*; *VSII 7*; *Mubashir 23* (Calcídica); *Usaibia 11* (Calcídica). *DL V 6*; *VM 10*; *VV 30*; *VL 10, 45*. *al-Nadim 15*. *VSI 8*. *VS II 8*; *Mubashir 23, 39*; *al-Qifti*; *Usaibia 11*. *DL V 6* (negado); *VH 6* (afirmado). *DL V 6*; *VH 6*. *VSI 9*.
INFLUÊNCIA	*al-Nadim 7*; *Usaibia 15*.
HONRAS PÚBLICAS monumento dos Estagiritas inscrição dos Atenienses	 *VM 18*; *VL 19*; *VSI 10*; *Mubashir 29-30* (muito desenvolvido); *al-Qifti*; *Usaibia 13, 30-31*. *VM 20*; *VL 20*; *Usaibia 17-21* (cf. palavras de Hermipo em DL V 2: πρεσβεύοντος αὐτοῦ ὑπὲρ Ἀθηναίων).
TESTAMENTO referências ao testamento	*DL V 11-16*; *al-Nadim 17*; *al-Qifti*; *Usaibia I*. *VM 3, 43*; *VL 3, 46*; *VSII 11*; *Mubashir 34*.
CRONOLOGIAS	*DL V 9-10*; *VH 6* (só nascimento); *VM 5* (entrada e permanência na Academia), *10-11* (geral); *VV 4* (entrada e permanência na Academia), *12* (permanência na Academia), *30* (geral); *VL 5* (adesão e permanência com Sócrates e Platão), *10-11, 45* (geral).
APOTEGMAS	*DL V 17-21*; *Usaibia J-K*.
DOUTRINAS	*DL V 28-34*; *VM 27-40, 47-50*; *VV 24-29*; *VL 31-39, 41-42*.
OBRAS número de livros testemunhos sobre títulos classificações catálogos	 *VH 8*; *VM 45*; *VL 48*; *Mubashir 35*. *VM 4, 21-23*; *VV 3, 22-23*; *VL 4, 21-23, 40*; *Usaibia M* (apócrifos). *al-Nadim 18*; *Mubashir 35-36*; *al-Qifti*; *Usaibia H*. *DL V 22-27*; *VH 10*; *al-Qifti*; *Usaibia L*.

SUCESSOR: TEOFRASTO sobrinho de Aristóteles	*al-Nadim 16*; *Mubashir 32*; *al-Qifti*; *Usaibia 34*. *al-Nadim 16*; *Mubashir 32*; *Usaibia 34*.
DISCÍPULOS	*VM 44*; *VL 47*; *VSII 6*; *Mubashir 31*; *al-Qifti*; *Usaibia 33* (cf. lista dos escolarcas *VH 9*).
REFERÊNCIAS DIVERSAS origem do dito *Amicus quidam Plato [Socrates], sed magis amica veritas* doença riqueza	 *VM 28*, *VV 9*, *VL 28* (cf. *EN* I 4, 1096a14-17) *DL V 16* (implicitamente: objectos encontrados). *DL V 16* (implicitamente: objectos encontrados); *VSI 11*; *Mubashir 33*; *Usaibia 35*.

VII

DATAS DE APOLODORO DE ATENAS DE ACORDO COM DIONÍSIO DE HALICARNASSO E DIÓGENES LAÉRCIO [1]

Olimpíada	Arconte	Data	Vida de Aristóteles
99,1	Diótrefes	384-383	Nascimento (384, primeira metade do ano olímpico).
103,1	Nausígenes	368-367	Morte de Dionísio I (Primavera de 367). Chegada à Academia (VM 10), aos 17 anos (versão DL).
103,2	Polizelo	367-366	Chegada a Atenas, com 18 anos, e, dois anos depois, com 20, chegada à Academia (versão DH).
106,1	Elpines	357-356	Nascimento de Alexandre.
108,1	Teófilo	348-347	Morte de Platão (provavelmente Maio de 347). Aristóteles abandona Atenas e vai para Atarneu na Primavera de 347. Estada com Hermias (em Assos), durante os três anos seguintes.
108,4	Eubulo	345-344	Permanência em Mitilene (e depois em Estagira).

[1] As datas de Apolodoro são conservadas em DH, *Carta a Amaio* 3-5, e em DL V 9-10. Segundo Düring, devem-se a Filócoro, historiador ateniense do fim do século IV a. C. Para o presente quadro, seguimos Bernardette Puech (*Dictionnaire des philosophes antiques*, I, p. 417), em cotejo com Düring (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 249-250).

Olimpíada	Arconte	Data	Vida de Aristóteles
109,2	Pitodoro	343-342	Estada com Filipe da Macedónia (em Mieza), durante oito anos. Educação de Alexandre. Morte de Filipe.
111,2	Evéneto	335-334	Regresso a Atenas (provavelmente na Primavera de 334). Ensino no Liceu, durante doze (DH) ou treze anos (DL).
114,1	—	324-323	Morte de Alexandre (Junho de 323).
114,2	Cefisodoro	323-322	Exílio em Cálcis (na viragem do ano 323-322, antes do início da Primavera de 322).
114,3	Fílocles	322-321	Morte, aos 63 anos (provavelmente incompletos, isto é, durante o 63.º terceiro ano de vida, se se aceitar, como é consensual, que terá morrido no mesmo ano de Demóstenes, o qual, segundo Plutarco [*Demóstenes* XXX 5], se suicidou em 14 de Outubro de 322).

VIII

CRONOLOGIA DE DÜRING [1]

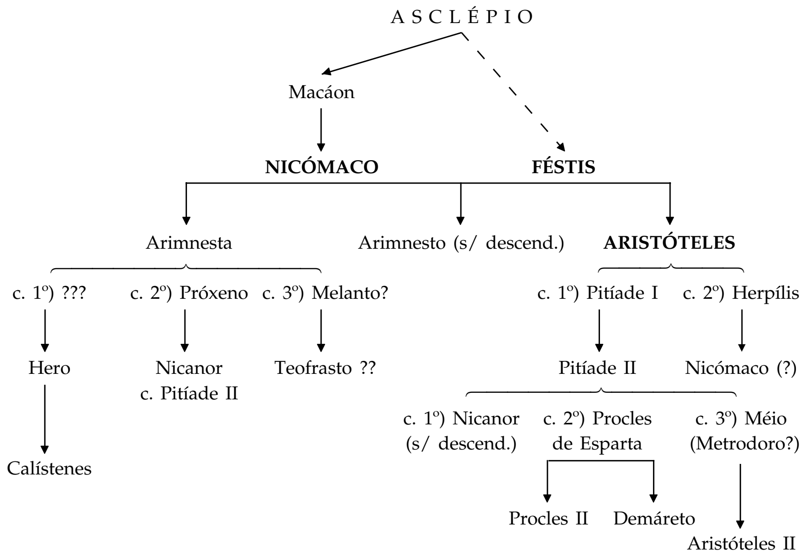
Olimpíada	Arconte	Data	Vida de Aristóteles
99,1	Diótrefes	384-383	Nascimento (em 384, primeira metade do ano olímpico).
103,1	Nausígenes	368-367	Morte de Dionísio I (Primavera de 367).
103,2	Polizelo	367-366	Platão parte para a Sicília em Maio ou Junho de 367 e está ausente de Atenas até 103,4, ou seja, pelo menos dois anos completos; na sua ausência, Eudoxo é o escolarca. Aristóteles chega a Atenas, com 17 anos. (Platão parece ter permanecido em Atenas cerca de três anos entre as suas duas visitas à Sicília.)
104,3	Mólon	Primavera de 361	Terceira visita de Platão à Sicília, acompanhado de Espêusipo, Xenócrates e Eudoxo. Heraclides fica como escolarca. Regresso na segunda metade de 360.

[1] Este quadro (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 249-250) é um resultado da análise efectuada por Düring aos testemunhos antigos acerca da cronologia da vida aristotélica, e não uma esquematização das diversas cronologias subsistentes. Daí as divergências em relação às datas de Apolodoro de Atenas, apresentadas no apêndice II, as quais estão baseadas nas cronologias de Diógenes Laércio e de Dionísio de Halicarnasso. As diferenças em relação ao quadro cronológico proposto no apêndice XI ou em relação ao habitualmente admitido são assinaladas a negro.

Olimpíada	Arconte	Data	Vida de Aristóteles
108,1	Teófilo	348-347	Queda de Olinto em Agosto/Setembro de 348. Demóstenes e o partido antimacedónio chegam ao poder no início de 347. Aristóteles deixa Atenas e vai para Atarneu na Primavera de 347. Platão morre, provavelmente em Maio de 347.
108,4	Eubulo	345-344	Aristóteles parte para Mitilene **(não sabemos em que data passou para Estagira).**
109,2	Pitodoro	343-342	Aristóteles vai para Mieza como preceptor de Alexandre.
109,4	—	341-340	Hermias é traído por Mentor e executado.
110,1	Teofrasto	340-339	Filipe parte para Bizâncio, deixando Alexandre como regente.
110,2	Lisimáquides	339-338	Morte de Espeusipo. **Aristóteles indigitado escolarca da Academia, mas Xenócrates ganha a eleição (Primavera de 338).**
111,1	Pitodemo	336-335	Filipe é assassinado. Alexandre sucede-lhe, aos 22 anos, em meados de Julho de 336.
111,2	Evéneto	335-334	Tebas é destruída por Alexandre. Aristóteles regressa a Atenas e começa a ensinar no Liceu **(provavelmente na Primavera de 334).**
114,2	Cefisodoro	323-322	Morte de Alexandre, em Junho de 323. Epicuro vem para Atenas, com 18 anos. **Na passagem do ano 323-322, mas não depois do princípio da Primavera de 322,** Aristóteles parte para Cálcis.
114,3	Fílocles	322-321	Uma guarnição macedónia entra em Muníquion em Setembro de 322. Demóstenes morre na ilha de Caláuria, em Outubro de 322. Morte de Aristóteles, ligeiramente antes de Demóstenes, na sua casa de Cálcis, aos 63 anos.

IX

ÁRVORE GENEALÓGICA DE ARISTÓTELES



X

DINASTIA MACEDÓNIA

PERDICAS I
(fundador da dinastia macedónia, *c*. 700 a. C.)
…
AMINTAS I (540-498 a. C.)
↓
ALEXANDRE I (498-454 a. C.)
↓
PERDICAS II (454-413 a. C.)

- ARQUELAU I (413-399 a. C.)
  ↓
  AMINTAS II (369 a. C.)
- Filipe
  ↓
  AMINTAS III (*c*. 393-396 a. C.)
  - ALEXANDRE II (369-368 a. C.)
  - PERDICAS III (365-359 a. C.)
    ↓
    AMINTAS IV (359-356) (despojado do trono por Filipe II, até aí regente, foi mandado matar por Alexandre em 336)
  - **FILIPE II, *o Grande*** (n.º 382, regente 359, rei 356-336 a. C.)
    - **ALEXANDRE III, *o Grande*** (n.º 356, rei 336-323 a. C.)
      ↓
      ALEXANDRE IV (n.º 323, rei 317-310 a. C.)
    - FILIPE III (n.º *c*. 358, rei 323-317 a. C.)

Nota. — Entre Arquelau I e Amintas II há uma série de usurpadores (Crateu, assassino daquele; Orestes, seu filho; Eropo, guarda do anterior), tal como entre Amintas II e Amintas III (Derdas, príncipe de Elimiótide e assassino de Amintas II, e Pausânias, filho de Eropo). Após a morte de Alexandre II e antes do advento de Perdicas III, o poder foi ocupado por Ptolemeu I (368-365 a. C.).

XI

TESTAMENTO DE ARISTÓTELES

1
INTRODUÇÃO

O testamento de Aristóteles é referido em: VM 3, 43; VL 3, 46; VS II 11; Mubashir 34, e integralmente transcrito em: DL V 11-16; al-Nadim 17; al-Qifti (= *Fihrist*); Usaibia I.

De acordo com Düring, a transcrição de Diógenes deve ter chegado ao seu conhecimento a partir de Hermipo («possivelmente através de Favorino como fonte intermediária»), o qual teria obtido os testamentos de Aristóteles, Teofrasto, Estratão e Lícon na *Colectânea* de Aríston de Cós [1].

Ainda de acordo com o erudito sueco, as versões árabes do testamento (praticamente idênticas entre si) provêm de Ptolemeu al-Garib, que o teria colhido no livro de Andronico [2].

Apresentamos a seguir as duas versões que Düring edita ou traduz (DL V 11-16 e Usaibia I), resumindo o texto e os comentários directamente a partir da sua obra.

2
VERSÃO DE DIÓGENES LAÉRCIO [3]

- Antípatro é declarado executor testamentário.
- A tutela dos bens na menoridade dos filhos é entregue a Nicanor, sobrinho de Aristóteles. Na ausência deste, ficam a substituí-lo Aris-

---

[1] Düring (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 61) baseia-se em Ateneu XIII 589c, bem como na observação inserida por Diógenes Laércio no final da transcrição do testamento de Estratão (DL V 64).

[2] Cf. *op.* e *loc. cit*. Düring escora-se, neste caso, na autoridade da *Vita Marciana* 43 e em David (*olim* Elias), *In Cat*. 113.17 Busse.

[3] Düring, pp. 61-66.

tómenes, Timarco, Hiparco, Dióteles (de resto desconhecidos) [4] e, «se puder e quiser», Teofrasto.

- Disposições relativas à herança e aos filhos:

  1. Disposições relativas ao casamento de Nicanor com «a rapariga» (ἡ παῖς);
  2. Disposições em caso de morte de Nicanor antes do casamento, ou antes do nascimento de filhos do casal, ou em caso de morte sem testamento;
  3. Retorno à autoridade do executor, se, em caso de morte de Nicanor, Teofrasto não o quiser substituir.

- Disposições relativas a Herpílis: incluem a protecção por parte dos tutores e do executor testamentário, nomeadamente provendo a que ela se case com alguém «que não seja indigno», se se quiser casar; a doação de dinheiro e de escravos; e ainda o uso de qualquer das duas casas de Cálcis ou Estagira à sua escolha, com todo o mobiliário necessário.
- Disposições relativas aos escravos.
- Disposições relativas às estátuas de Nicanor, Próxeno e da «mãe de Nicanor», bem como da mãe de Aristóteles. Dedicatória de um busto a Arimnesto.
- Disposições relativas à trasladação de Pitíade I.
- Disposições relativas à comemoração do regresso de Nicanor.

3
VERSÃO DE USAIBIA [5]

- Antípatro executor testamentário.
- Tutela da família e dos bens entregue a Nicanor. Substitutos de Nicanor na sua ausência: Aristómenes, Timarco, Hiparco e Dióteles. Compete-lhes tomar todas as providências relativas aos bens, à criada Herpílis [6], aos outros criados e à propriedade. Teofrasto, se o quiser e estiver em condições de o fazer, poderá também associar-se.
- Disposições relativas aos filhos:

  1. Nicanor administrará os seus negócios;
  2. Se a filha morrer antes de casar ou de ter um filho, Nicanor administrará a propriedade e a propriedade de «meu filho» Nicómaco.

---

[4] Düring considera-os «provavelmente familiares chegados» (p. 63) e sublinha que dois deles (Aristómenes e Dióteles) têm nomes que indicam parentesco.

[5] Düring, pp. 219-220.

[6] Esta referência a Herpílis como «criada» de Aristóteles só ocorre na versão árabe do testamento. Nenhum outro testemunho antigo a corrobora.

Por seu lado, Nicanor deverá tomar conta de ambos e de tudo o que lhes respeita «como se fosse seu pai e seu irmão» [7].

- Disposições em caso de morte de Nicanor antes do casamento de Pitíade [8], ou antes do nascimento de filhos desta: prevalecerão as decisões testamentárias de Nicanor, as quais deverão ser acatadas.
- Disposições em caso de morte de Nicanor antes do casamento, ou antes do nascimento de filhos, e sem testamento: Teofrasto substituí-lo-á, se o consentir e quiser tomar o seu lugar; em caso contrário, a autoridade retornará ao executor.
- Disposições relativas a Herpílis: incluem a protecção por parte dos tutores e do executor testamentário, nomeadamente provendo a que ela se case com alguém «que não seja indigno», se se quiser casar; a doação de dinheiro e de escravos; e ainda o uso de qualquer das duas casas de Cálcis ou Estagira à sua escolha, com todo o mobiliário necessário.
- «Quanto à minha propriedade e ao meu filho, não é necessário preocupar-me com disposições testamentárias.»
- Disposições relativas aos escravos [9].

---

[7] Segundo Düring (p. 238), o tradutor árabe deixou-se equivocar pelo verbo ἐκδόσθαι, entendendo-o no sentido de «ser confiado a» e não percebendo que ele encerrava a disposição do casamento de Pitíade com Nicanor, a respeito da qual a transcrição é omissa. Note-se, todavia, que só conhecemos esta disposição através do texto de Diógenes; e que, não conhecendo o original grego das versões árabes, não podemos garantir que aquele verbo, por figurar em Diógenes, figuraria também nele. É certo que existe o testemunho de Sexto Empírico (*Adv. Math.* I 258) de acordo com o qual Pitíade e Nicanor teriam realmente casado. Mas nada impede que esta seja uma elaboração tardia baseada precisamente na versão original do testamento de Diógenes, ou que tenha sido este, ou a sua fonte, a introduzir criativamente tal disposição para concordar com o que, de modo independente, se sabia do destino destes dois familiares de Aristóteles.

[8] Na linha da disparidade referida na n. anterior, Usaibia diz «antes que a rapariga *se* case», enquanto Diógenes diz «antes que *ele* [Nicanor] se case com a rapariga».

[9] O resto do testamento, tal como transcrito em DL, não consta na tradição árabe.

XII

ESCOLARCAS DO LICEU

Ordem tradic.	Data	Escolarcas	Outras figuras
1.º	335-322	(Aristóteles)	Teofrasto de Ereso, Eudemo de Rodes, Aristóxeno de Tarento, Demétrio de Falera, Ménon, Estratão de Lâmpsaco.
2.º	322-287	Teofrasto de Eraso	Eudemo de Rodes, Aristóxeno de Tarento, Demétrio de Falera, Ménon, Estratão de Lâmpsaco, Dicearco, Fânias, Clearco.
3.º	287-269	Estratão de Lâmpsaco	Demétrio de Falera.
4.º	269-225	Lícon	Jerónimo de Rodes.
5.º	225-190	Aríston de Cós	Hermipo?
6.º	190-155	Critolau	Fórmion, Sócion.
7.º	*fl. c.* 140	Diodoro	
8.º	*fl. c.* 110	Erimeneu	
9.º-10.º	???	???	
11.º	*fl. c.* 40	Andronico de Rodes	Boécio de Sídon, Nicolau de Damasco, Aríston de Alexandria, Estáseas, Cratipo, Xenarco, Sosígenes.

XIII

QUADRO-RESUMO DA VIDA DE ARISTÓTELES COM PARALELO HISTÓRICO-CULTURAL

Data	História	Vida de Aristóteles	Outros autores
445			Morte de Parménides. Nascimento de Xenofonte.
436			Nascimento de Isócrates.
435			Morte de Empédocles.
431	Início da Guerra do Peloponeso.		
429	Morte de Péricles.		
428			Morte de Anaxágoras.
427			Nascimento de Platão.
425		Nascimento do pai de Aristóteles, Nicómaco de Estagira.	
421	Paz de Nícias.		
418	Batalha de Mantineia.		
408			Nascimento de Eudoxo de Cnido.

407			Encontro de Platão com Sócrates.
405	Dionísio I toma o poder em Siracusa.		
404	Fim da Guerra do Peloponeso. Tirania dos Trinta imposta por Esparta a Atenas.		
403	Restauração da democracia em Atenas.		
399			Morte de Sócrates. Fuga de Platão para Mégara.
396			Viagens de Platão a Cirene, Itália e Egipto.
395			Nascimento de Espeusipo. Nascimento de Xenócrates.
394	Batalha de Corinto.		
393	Ascensão ao poder de Amintas III da Macedónia.		
390			Nascimento de Heraclides Pôntico.
388-387			Primeira viagem de Platão a Siracusa.
387	Exílio de Amintas III.		Platão funda a Academia.
385	Regresso de Amintas III ao trono da Macedónia.	Nicómaco médico de Amintas.	
384		**Nascimento de Aristóteles.**	Nascimento de Demóstenes.
382	Nascimento de Filipe II da Macedónia.		
380			Morte de Górgias de Leontinos. Morte de Euclides de Mégara.

Data	História	Vida de Aristóteles	Outros autores
c. 374-372		Morte dos pais de Aristóteles. Aristóteles parte para junto de Arimnesta e Próxeno (sua irmã e seu cunhado), em Atarneu.	
372			Nascimento de Teofrasto.
371	Batalha de Leuctros.		
370			Morte de Demócrito de Abdera.
369	Morte de Amintas III da Macedónia e ascensão de Alexandre II.		
368	Morte de Alexandre II da Macedónia e tomada do poder por Ptolemeu I.		
367	Morte de Dionísio I de Siracusa (Primavera) e ascensão de Dionísio II.	Chegada de Aristóteles a Atenas. Passagem pela escola de Isócrates (?). Ingresso na Academia.	Segunda viagem de Platão a Siracusa. Durante a sua ausência (367-365), Eudoxo é o escolarca.
365	Perdicas III, filho de Amintas III, toma o poder na Macedónia. Nascimento de Calístenes de Olinto.		Morte de Aristipo de Cirene.
365-361	Batalha de Mantineia (362).	Início da actividade como professor na Academia (362 ?).	
361			Primavera: terceira viagem de Platão a Siracusa, acompanhado de Espeusipo, Eudoxo e Xenócrates. Heraclides Pôntico permanece como escolarca.

360			Morte de Antístenes de Atenas. Nascimento de Pírron de Élis. Platão regressa a Atenas (segunda metade do ano).
359	Morte de Perdicas III da Macedónia e ascensão de Amintas IV. Filipe fica como regente.		
357	Conquista de Anfípolis por Filipe. Governo de Díon em Siracusa.	Redacção do diálogo *Grilo* (?).	
356	Tomada do poder por Filipe II da Macedónia. Nascimento de Alexandre Magno.		
355			Morte de Xenofonte. Morte de Eudoxo de Cnido.
354	Assassinato de Díon de Siracusa.		Chegada de Teofrasto a Atenas.
351	Hermias torna-se tirano de Atarneu. Niseu toma o poder em Siracusa.		*Primeira Filípica* de Demóstenes.
350-349		Primeiros esboços dos *Tópicos* e da *Retórica* (?).	
349	Destruição de Estagira pelas tropas de Filipe da Macedónia. Aliança de Atenas com Olinto.		
348	Filipe toma Olinto.		
347	Demóstenes e o partido antimacedónico tomam o poder em Atenas.	Abandono da Academia, juntamente com Xenócrates (na Primavera, pouco antes da morte de Platão). Partida para Atarneu. Estabelecimento em Asso.	Morte de Platão (provavelmente em Maio). Espeusipo sucede a Platão como escolarca da Academia.

Data	História	Vida de Aristóteles	Outros autores
346	Paz de Filócrates. Segunda tirania de Dionísio II em Siracusa.		
345		Passagem para Mitilene, na ilha de Lesbos.	
344			*Segunda Filípica* de Demóstenes.
343		Partida para Péla, a convite de Filipe, *o Grande*. Início das funções como preceptor de Alexandre.	
343-341		Revisão do texto da *Ilíada* (?). Redacção das *Dificuldades Homéricas* e do diálogo *Sobre os Poetas* (?). Redacção de *Sobre a Realeza* (?).	
341	Morte de Hermias de Atarneu. Filipe II da Macedónia parte para Bizâncio e deixa Alexandre como regente.	Redacção dos *Dikaiomata* e início da recolha das Constituições gregas (?). Abandono das funções docentes e breve estadia em Péla.	Nascimento de Epicuro.
340		Regresso a Estagira (?). Compilação da *História dos Jogos Píticos* em parceria com Calístenes (?).	Nascimento do megárico Diodoro Crono.
339	Cerco de Perinto.	Casamento com Pitíade (?).	Morte de Espeusipo.
338	Batalha de Queroneia.		Xenócrates escolarca (Primavera). Morte de Isócrates.
336	Assassinato de Filipe II da Macedónia. Ascensão de Alexandre III (*c.* Julho). Amintas IV é acusado de conspiração e mandado matar por Alexandre.		

335	Alexandre declarado generalíssimo das tropas gregas. Ascensão de Dário III, imperador dos Persas.	Regresso a Atenas e início do ensino no Liceu.	Nascimento de Estratão de Lâmpsaco.
334	Início da campanha de Alexandre contra os Persas (Calístenes parte com as tropas macedónicas). Antípatro é deixado como regente da Macedónia.	Nascimento da filha, Pitíade II (?).	Nascimento de Zenão de Cítia.
331	Fundação de Alexandria.		Nascimento do epicurista Metrodoro.
330	Assassinato de Dario III da Pérsia.	Redacção de *Sobre as Cheias do Nilo* (?).	
327	Alexandre casa com Roxana, filha de Oxiartes de Báctria. Revolta dos pajens. Calístenes acusado de conspiração e executado.	Morte da mulher, Pitíade I, de parto (?).	
326	Alexandre atinge o Ganges.	União com Herpílis (?).	
324	Alexandre casa com Barsine (ou Estatira), filha mais velha de Dario III.	Redacção de *Alexandre ou sobre a Colonização* (?). Nascimento de Nicómaco (?).	
323	Morte de Alexandre (Junho). Perdicas, um dos generais de Alexandre, sucede-lhe no império. Começa a guerra dos Diádocos. Filipe III ascende ao trono da Macedónia, com Antípatro e seu filho Cassandro no poder. Revolta das cidades gregas.	Acusação do hierofanta Eurimedonte contra Aristóteles. Partida para Cálcis (na mudança do ano 323-322, não depois da Primavera de 322).	Epicuro vem para Atenas (18 anos).

Data	História	Vida de Aristóteles	Outros autores
323-322	Submissão de Atenas (Setembro). Ptolemeu, outro dos generais de Alexandre, torna-se sátrapa do Egipto, formalmente subordinado aos reis da Macedónia.		Morte de Diógenes de Sínope (*o cínico*).
322	Suicídio de Demóstenes (Outubro).	**Morte de Aristóteles** (ligeiramente antes de Demóstenes).	Teofrasto torna-se oficialmente o primeiro escolarca do Liceu.
321	Perdicas é assassinado.		
319	Morte de Antípatro.		
318-317	Olímpia, mãe de Alexandre, invade a Macedónia e executa Filipe III. Cassandro foge. Demétrio de Falera assume o governo em Atenas.		
316	Cassandro toma de novo o poder na Macedónia, derrotando e mandando matar Olímpia.		
315			Nascimento dos cépticos Arcesilau (Academia Média) e Tímon (pirrónico).
314			Morte de Xenócrates. Pólemon escolarca da Academia.
311-304	Seleuco (também general de Alexandre) impõe-se progressivamente na Ásia Menor.		

310	Cassandro executa Roxana e seu filho Alexandre IV.		Morte de Heraclides Pôntico.
307-306	Antígono (outro dos generais de Alexandre) e seu filho Demétrio Poliorcetes tomam conta da Grécia. Fim do governo de Demétrio Falero em Atenas.		Ptolemeu cria a Biblioteca de Alexandria. Epicuro funda a sua escola em Atenas.
305-304	Ptolemeu I é proclamado rei do Egipto, fundando a dinastia lágida. Lisímaco, antigo general de Alexandre, torna-se rei da Trácia.		Nascimento do estóico Cleantes (304).
301	Derrota e morte de Antígono I Monoftalmo.		
299-297	Morte de Cassandro (297). Com a morte do seu filho mais velho, Filipe IV, os dois mais novos, Antípatro II e Alexandre V, ficam a reinar em conjunto na Macedónia. Lisímaco, rei da Trácia, apodera-se da Macedónia.		Nascimento de Lícon (299).
294	Demétrio Poliorcetes, filho de Antígono I, toma Atenas e logo depois a Macedónia, sendo proclamado rei.		
287	Demétrio I é expulso da Macedónia. Pirro do Epiro é declarado rei.		Morte de Teofrasto. Estratão sucede a Teofrasto.
285	Lisímaco toma de novo o controlo da Macedónia. Demétrio I é capturado por Seleuco.		
283	Morte de Demétrio Poliorcetes na prisão.		

Data	História	Vida de Aristóteles	Outros autores
282	Morte de Ptolemeu I (Soter) do Egipto. Ptolemeu II (Filadelfo), segundo filho de Soter, sobe ao trono do Egipto.		
281	Batalha de Curupédio. Seleuco vence Lisímaco e acrescenta toda a Macedónia e a Grécia ao império selêucida, mas é assassinado por Ptolemeu Cerauno, filho mais velho de Soter. O trono selêucida recai sobre o fillho do fundador, Antíoco I. Ptolemeu Cerauno toma conta da Macedónia, reinando como Ptolemeu II.		
280	Morte de Demétrio de Falera.		Nasce o estóico Crísipo de Tarso.
279-276	Ptolemeu Cerauno morre em batalha (279). Reina a anarquia, até que Antígono Gónatas (neto do diádoco do mesmo nome e filho de Demétrio I) se apodera do poder e funda a última dinastia real da Macedónia (276). A civilização helenística estabiliza-se em três grandes áreas de influência (Grécia, Egipto e Ásia Menor).		Morte de Metrodoro (278).
275			Morte de Pírron de Élis.
271			Morte de Epicuro.
270			Morte de Pólemon. Crates escolarca da Academia.

269			Morte de Estratão de Lâmpsaco. Lícon Peripatético torna-se escolarca do Liceu.
264	Primeira Guerra Púnica.		Morte de Crates. Arcesilau inicia a Academia Média.
262	Pérgamo separa-se do império selêucida, sob Êumenes.		
261	Morte de Antíoco I, rei da Babilónia. Sucede-lhe o filho, Antíoco II.		Morte de Zenão de Cítia.
246	Morte de Ptolemeu II do Egipto e de Antíoco II da Babilónia. Sucedem-lhes os filhos, Ptolemeu III (Evérgeta) e Seleuco II (Calinico).		
241	Átalo I torna-se rei de Pérgamo.		Morte de Arcesilau. Sucede-lhe Lacides.
239	Demétrio II sucede a Antígono II (Gónatas) como rei da Macedónia.		
232			Morte de Cleantes estóico.
229	Por morte de Demétrio II, Antígono Dóson, sobrinho de Gónatas, assegura a regência da Macedónia.		
225	Na Babilónia, Seleuco III sucede a Seleuco II.		Morte de Lícon. Aríston de Cós escolarca do Liceu. Morte de Tímon de Fliunte.
223	Seleuco III da Babilónia é assassinado. Sobe ao trono seu irmão, Antíoco III, *o Grande*.		

Data	História	Vida de Aristóteles	Outros autores
222	Morte de Ptolemeu III do Egipto. Sucede-lhe o filho, Ptolemeu IV *(Filopator)*.		
221	Morte de Antígono III (Dóson) da Macedónia. Filipe V ascende ao trono da Macedónia.		
218-202	Segunda Guerra Púnica.		
214	Início das Guerras Macedónicas e do domínio romano sobre a península grega.		Nascimento de Carnéades de Cirene, futuro fundador da Nova Academia.

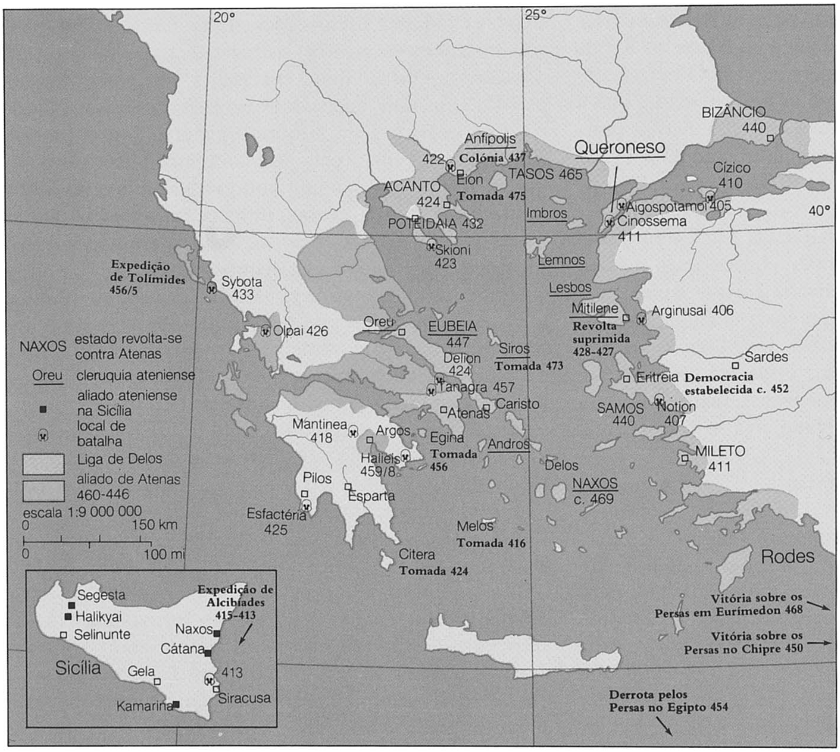


Fig. 1 — A Grécia no seu apogeu

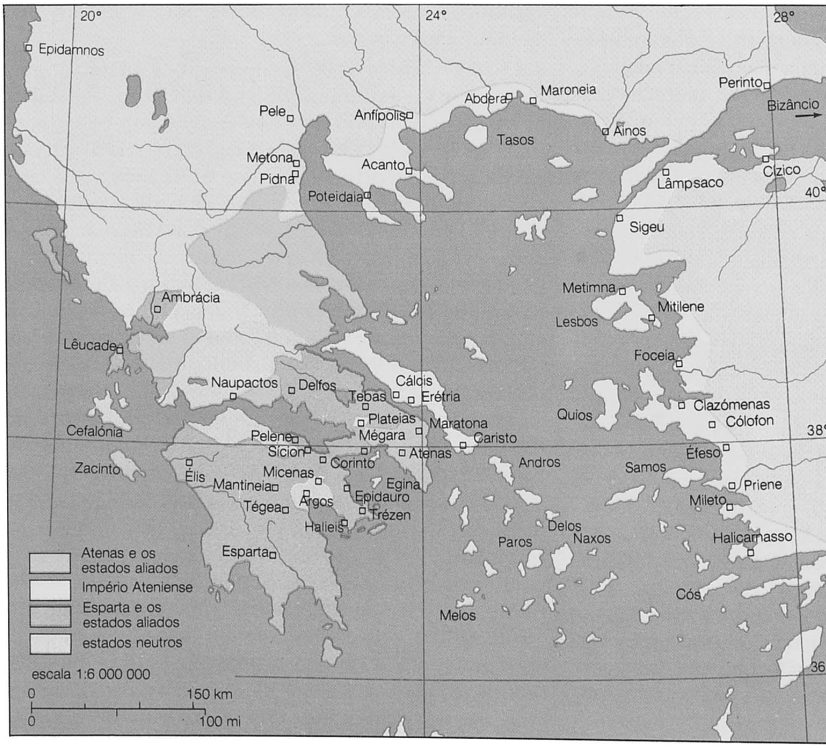


Fig. 2 — A Grécia continental no tempo de Aristóteles

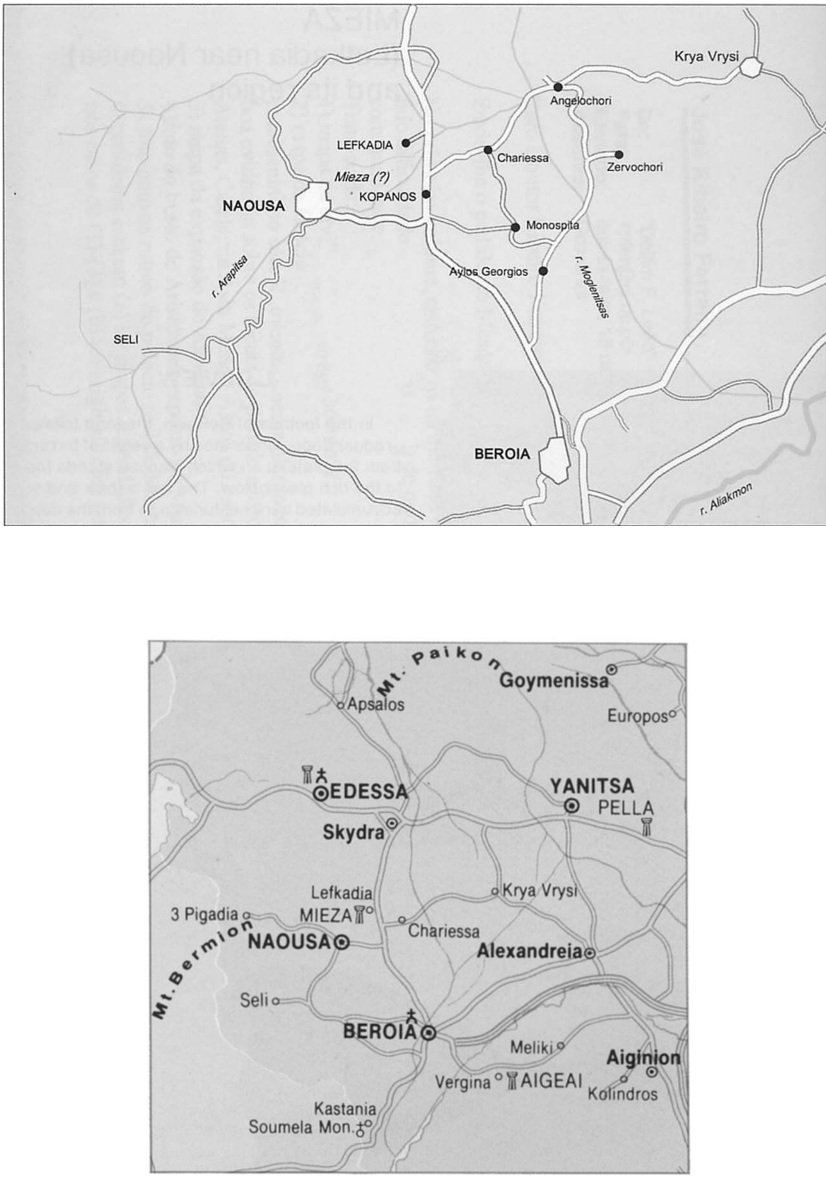


Fig. 3 — Região de Mieza e localização possível do palácio real

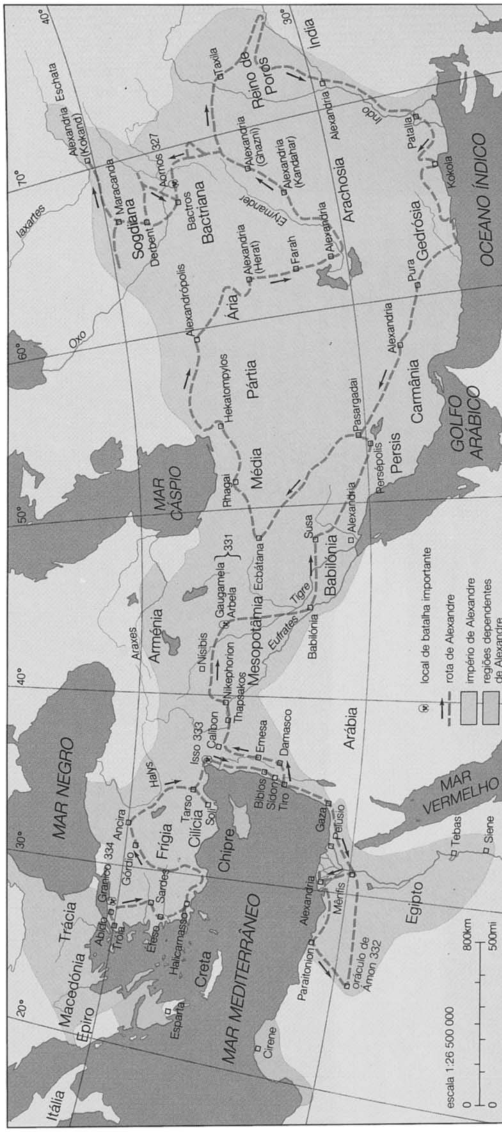


Fig. 4 — O Império de Alexandre

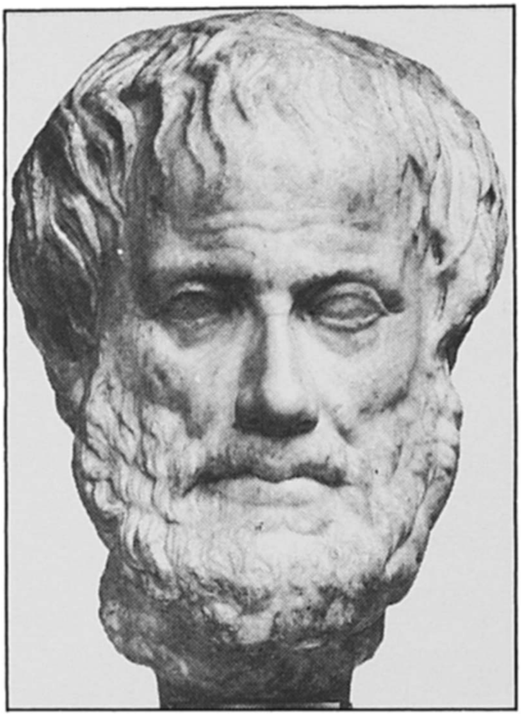


Fig. 5 — Busto de Aristóteles no Wiener Kunsthistorisches Museum

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS

ALLAN, D. J., *The Philosophy of Aristotle*, Oxford-London-New York, Oxford University Press, 1970².

BARNES, J. (ed.), *The Cambridge Companion to Aristotle*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

BERNAYS, J., *Die Dialoge des Aristoteles in ihrem Verhältnisse zu seinen übrige Werken*, Berlin-London, Wilhelm Hertz-Williams and Norgate, 1863.

BERTI, E., *Profilo di Aristotele*, Roma, Studium, 1979.

BIGNONE, E., *L'Aristoteles perduto e la formazione filosofica di Epicuro*, I-II, Firenze, La Nuova Italia, 1936.

BIRT, T., *Das antike Buchwesen in seinem Verhältniss zur Litteratur*, Berlin, Hertz, 1882.

BONITZ, H., *Index Aristotelicus*, *Aristotelis Opera. Editio altera*, ed. I. Bekker, revis. O. Gigon, V, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1961.

CHERNISS, H., *Aristotle's Criticism of Plato and the Academy. I*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1944.

——, *Aristotle's Criticism of Presocratic Philosophy*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1935 (reedição: New York, Octagon Books, 1976³).

——, *The Riddle of the Early Academy*, New York, Russell & Russell, 1962.

CHROUST, A.-H., *Aristotle. A New Light on His Life and Some of His Lost Works. I: Some Novel Interpretations of the Man and His life. II: Observations on Some of Aristotle's Lost Works*, Notre Dame (Ind.), London, University of Notre Dame Press, Routledge & Kegan Paul, 1973.

DIRINGER, D., *The Book Before Printing: Ancient, Medieval, and Oriental*, New York, Dover, 1982.

DÜRING, I., *Aristoteles. Darstellung und Interpretation seines Denkens*, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1966.

——, I., *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, Göteborg-Stockholm, Almqvist & Wiksell, 1957.

ENGELMANN, H., WANKEL, H., MERKELBACH, R., *Die Inschriften von Ephesos*, I-VI, Bonn, Habelt, 1979-1984 (= *Inschriften griechischer Städte aus Kleinasien*, Bd. 11--17).

GAUTHIER, R. A., JOLIF, J.-Y. (trad.), *L'Éthique à Nicomaque*, I-II, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain — Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1970².
GLOTZ, G., COHEN, R., ROUSSEL, P., *Histoire grecque*, I-IV, Paris, Presses Universitaires de France, 1925-1938.
GOULET, R. (direc.), *Dictionnaire des philosophes antiques*, I, Paris, CNRS, 1989.
GRANT, A. (ed.), *The Ethics of Aristotle Illustrated with Essays and Notes*, I-II, London, Longmans, Green and Co., 1866².
GREETHAM, D. C., *Textual Scholarship*, New York-London, Garland, 1994².
GRENE, M., *A Portrait of Aristotle*, London, Faber and Faber, 1963.
GUTHRIE, W. K. C., *A History of Greek Philosophy. VI*: *Aristotle, An Encounter*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
HAMELIN, O., *Le système d'Aristote*, ed. L. Robin, Paris, Félix Alcan, 1920.
JAEGER, W., *Aristoteles. Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*, Berlin, Weidmann, 1923 (trad. castelhana: *Aristóteles. Bases para la historia de su desarollo intelectual*, trad. J. Gaos, Mexico-Madrid-Buenos Aires, FCE, 1983).
KENYON, F., *Books and Readers in Ancient Greece and Rome*, Oxford, At the Clarendon Press, 1951.
LEVI, P., *Grécia: Berço do Ocidente,* trad. A. Berhan da Costa, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.
LIDDELL, H. G., SCOTT, R., *Greek-English Lexicon. Ninth Edition with a Revised Supplement*, revis. H. S. Jones, Oxford, Clarendon Press, 1996.
LOUIS, P., *Vie d'Aristote (384-322 avant Jésus-Christ)*, Paris, Hermann, 1990.
MERLAN, P., *Kleine philosophischer Schriften*, ed. F. Merlan, New York, G. Olms, 1976.
MORAUX, P., *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1951.
NATALI, C., *Bios theoretikos. La vita di Aristotele e l'organizzazione della sua scuola*, Bologna, Il Mulino, 1991.
OWEN, G. E. L. (ed.), *Aristotle on Dialectic: the Topics. Proceedings of the Third Symposium Aristotelicum*, Oxford, Clarendon Press, 1968.
OWENS, J., *Aristotle. The Collected Papers of J. Owens*, ed. J. R. Catan, Albany, State University of New York Press, 1981.
PLEZIA, M. (ed.), *Aristotelis epistularum fragmenta cum testamento*, Warszawa, Panstwowe Wydawnictwo Naukowe, 1961.
—— (ed.), *Aristotelis privatorum scriptorum fragmenta*, Leipzig, Teubner, 1977.
REYNOLDS, L. D., WILSON, N. G., *Scribes and Scholars*, Oxford, Clarendon Press, 1991³.
ROSE, V., *De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentatio*, Berolini, Georgii Reimeri, 1854.
ROSS, W. D., *Aristotle*, London, Methuen, 1949⁵.
RYLE, G., *Plato's Progress*, Cambridge, At the University Press, 1966.
SANDYS, J. E., *A History of Classical Scholarship. I: From the Sixth Century B. C. to the End of the Middle Ages*, Cambridge, Cambridge University Press, 1908³.
SCHEFOLD, K., *Die Bildnisse der antiken Dichter, Redner und Denker*, Basel, Schwabe, 1943.
SCHUBART, W., *Das Buch bei den Griechen und Römern*, Berlin, G. Reimer, 1962³.
SINACEUR, M. A. (direc.), *Penser avec Aristote*, Toulouse, Érès, 1991.
SOLMSEN, F., *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, Berlin, Weidmann, 1929.
STUDNICZKA, F., *Das Bildniss des Aristoteles*, Leipzig, A. Edelmann, 1908.

THOMPSON, d'A. W., (trad.), *The Works of Aristotle Translated into English*, IV, Oxford, Clarendon Press, 1910.

TOURATSOGLOU, I., *Macedonia. History, Monuments, Museums,* Athens, Ekdotike Athenon, 1995.

VON WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U., *Aristoteles und Athen*, I-II, Berlin, Weidmann, 1893.

ZELLER, E., *Die Philosophie der Griechen in ihrer geschichtlichen Entwicklung. I: Allgemeine Einleitung. Vorsokratische Philosophie, II, 1: Sokrates und die Sokratiker. Plato und die alte Akademie. II, 2: Aristotelen und die alten Peripatetiker. III: Die nacharistotelische Philosophie*, Leipzig, Fue's Verlag, 1879[3].

ARTIGOS

BARNES, J., «Life and Work», *The Cambridge Companion to Aristotle*, pp. 1-26.

BODÉÜS, R., «Aristote et Platon. L'enjeu philosophique du témoignage des biographes anciens», *RPhA*, 4, 1986, pp. 107-144.

BOWRA, C. M., «Aristotle's Hymn to Virtue», *CQ*, 32, 1938, pp. 182-189.

BRINK, K. O., «Peripatos», *RE*, 7 (Supp.), 1940, cols. 899-949.

BRUNSCHWIG, J., «Le liseur», *Penser avec Aristote*, pp. 415-417.

CARDONA, G., «Ricerche sulla biografia aristotelica», *NRS*, 50, 1966, pp. 87-115.

CHROUST, A.-H., «Aristotle and Athens: Some Comments on Aristotle's Sojourns in Athens», *LThPh*, 22, 1966, pp. 186-196 (reeditado sob o título «Aristotle, Athens and the Foreign Policy of Macedonia», em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 155-176).

——, «Aristotle and Callisthenes of Olynthus», *CF*, 20, 1966, pp. 32-41 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 83-91).

——, «Aristotle Leaves the Academy», *G&R*, 14, 1967, pp. 39-43 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 117-124).

——, «Aristotle's Earliest 'Course of Lectures on Rhetoric'», *AC*, 33, 1964, pp. 58--72 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 105-116).

——, «Aristotle's Flight from Athens in the Year 323 B. C.», *Historia*, 15, 1966, pp. 185-191 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 145-154).

——, «Aristotle's Last Will and Testament», *WS*, 80, 1967, pp. 90-114 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 183-220).

——, «Aristotle's Return to Athens in the Year 335-34 B. C.», *LThPh*, 23, 1967, pp. 244-254 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 133-144).

——, «Aristotle's 'Self-Portrayal'», *LThPh*, 21, 1965, pp. 161-174 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 232-248).

——, «Aristotle's Sojourn in Assos», *Historia*, 21, 1972, pp. 170-176.

——, «Did Aristotle Own a School in Athens?», *RhM*, 115, 1972, pp. 310-318.

——, «The Genealogy and Family of Aristotle», *CF*, 19, 1965, pp. 139-146 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 73-82).

——, «Was Aristotle Actually the Chief Preceptor of Alexander the Great?», *CF*, 18, 1966, pp. 26-33 (reeditado em: *Aristotle. I: Some Novel Interpretations of the Man and His Life*, pp. 125-132).

DÜRING, I., «Aristoteles», *RE*, 11 (Supp.), 1968, cols. 159-336.

——, «Aristotle the Scholar», *APhF*, 1, 1954, pp. 61-77.
GAUTHIER, R. A., «Introduction», *L'Éthique à Nicomaque*, pp. 10-62.
GIGON, O., «Interpretationen zu den antiken Aristoteles Viten», *MH*, 15, 1958, pp. 147-193.
GOTTSCHALK, H. B., «Notes on the Wills of the Peripatetic Scholars», *Hermes*, 100, 1972, pp. 314-342.
HEBERDEY, R., «ΝΙΚΑΝΩΡ ᾿ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΟΥΣ ΣΤΑΓΕΙΡΙΤΗΣ», *Festschrift für Theodor Gomperz. Dargebracht zum Siebzigsten Geburtstage am 29. Maerz 1902. Von Schuelern Freunden Kollegen*, Wien, 1902, pp. 412-416.
JACKSON, H., «Aristotle's Lecture Room», *JPhil*, 35, 1920, pp. 191-200.
JAEGER W., «Aristotle's Use of Medicine as a Model of Method in his Ethics», *JHS*, 77, 1957, pp. 54-61.
——, «Aristotle's Verses in Praise of Plato», *CQ*, 21, 1927, pp. 13-17.
KROLL, W., «Kallisthenes», *RE* X 1, 1919, col. 1675.
LEE, H. D. P., «Place-Names and the Date of Aristotle's Biological Works», *CQ*, 42, 1948, pp. 61-67 (reeditado em: *Die Naturphilosophie des Aristoteles*, pp. 79-92).
LLOYD, G. E. R., «The Role of Medical and Biological Analogies in Aristotle's Ethics», *Phronesis*, 13, 1968, pp. 68-83.
MERLAN, P., «Isocrates, Aristotle and Alexander the Great», *Historia*, 3, 1954, pp. 60-81 (reeditado em: *Kleine philosophischer Schriften*, pp. 167-188).
——, «The Successor of Speusippus», *TAPhA*, 77, 1946, pp. 103-111 (reeditado em: *Kleine philosophischer Schriften*, pp. 144-152).
MULVANY, C. M., «Notes on the Legend of Aristotle», *CQ* 20, 1926, pp. 157-160.
NATALI, C., «Aristotele professore?», *Phronesis*, 36, 1991, pp. 61-73.
OWENS, J., «Aristotelian Ethics, Medicine, and the Changing Nature of Man», *Aristotle. The Collected Papers of J. Owens*, pp. 169-180.
PLEZIA, M., «De Aristotelis biographis», *Meander*, 36, 1981, pp. 481-493.
——, «The Human Face of Aristotle», *C&M*, 22, 1961, pp. 16-31.
——, «Supplementary Remarks on Aristotle in the Biographical Tradition», *Eos*, 50, 1951, pp. 241-249.
ROMEYER-DHERBEY, G., «Le statut social d'Aristote à Athènes», *RMM*, 91, 1986, pp. 365-378.
RYLE, G., «Dialectic in the Academy», *Aristotle on Dialectic*, pp. 69-79.
SOLLENBERGER, M. G., «The Lives of the Peripatetics: An Analysis of the Contents and Structure of Diogenes Laertius' *Vitae Philosophorum* Book 5», *ANRW*, II, 36. 6, pp. 3793-3879.
VIZGIN, V. P., «Hippocratic Medicine as a Historical Source for Aristotle's Theory of *Dynameis*», *SHM*, 4, 1980, pp. 1-12.
WEHRLI, F., «Ethik und Medizin: zur Vorgeschichte der aristotelischen Mesonlehre», *MH*, 8, 1951, pp. 36-62.
WHITEHEAD, D., «Aristotle the Metic», *PCPhS*, 21, 1975, pp. 94-99.
WILPERT, P., «Die wissenschaftliche Persönlichkeit des Aristoteles», *BDPh*, 12, 1938, pp. 293-303.

ESTUDOS SOBRE O TEXTO E A LÍNGUA FILOSÓFICA DE ARISTÓTELES

Scholarly orthodoxies are ephemeral things; and on many issues in the interpretation of Aristotle's philosophy, it is not plain where the orthodoxy lies.

J. Barnes, *The Cambridge Companion to Aristotle*, p. xi.

1

O CORPUS *ARISTOTÉLICO*

I

HISTÓRIA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: O DESTINO DAS OBRAS DE ARISTÓTELES SEGUNDO A NARRATIVA TRADICIONAL

A história do *corpus* aristotélico está indissociavelmente ligada a um relato, narrado em primeira mão por Estrabão, mas repetido no essencial por Plutarco e em parte por Ateneu [1], onde se descrevem as inacreditáveis vicissitudes por que passaram os escritos de Aristóteles durante perto de trezentos anos após o seu desaparecimento.

De acordo com esse relato, após a sua morte, ocorrida em 287 a. C., Teofrasto, o mais célebre dos discípulos de Aristóteles e seu continuador à frente da escola [2], teria deixado em testamento os seus livros e os de Aristóteles (ou, nas primeiras linhas de

---

[1] Para todos estes textos, seguimos a edição de Düring em *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*. Assim: Estrabão XIII I 54, 608 = Düring T 66b; Plutarco, *Sull*. 26, 468a = Düring T 66c; Ateneu V 53, 214de = Düring T 66a. Acerca destes autores, veja-se o glossário em apêndice ao conspecto da biografia aristotélica.

[2] Verdadeiramente, Teofrasto foi sempre, do ponto de vista legal, o director do Liceu, uma vez que Aristóteles, sendo estrangeiro em Atenas, não podia assumir oficialmente este cargo; ver a este respeito Brink, «Peripatos», col. 925. Outros autores vão mesmo mais longe, sustentando que o Liceu, como instituição regular de ensino, só foi fundado após a morte de Aristóteles: cf. Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 346, 460-461; Chroust, «Did Aristotle Own a School in Athens?» (e «Werner Jaeger and the Reconstruction of Aristotle's Lost Works», p. 429, n. 3). No sentido da versão tradicional, veja-se Gauthier, «Introduction», *L'Éthique à Nicomaque*.

Estrabão, a «biblioteca» de ambos) a um discípulo comum, Neleu de Cépsis, o qual, deixando na sequência o Liceu, teria levado consigo o legado para a sua terra natal, na Tróade [3].

Posteriormente, os descendentes de Neleu teriam encerrado os preciosos rolos numa cave (para evitar que eles caíssem na posse dos ávidos reis de Pérgamo), onde, com o tempo, vieram a ficar placidamente à mercê dos vermes, que se encarregaram de os apodrecer.

Por uma feliz circunstância, o tesouro veio todavia a ser descoberto, já no século I a. C., por um aristotélico, Apeliconte de Teo (φιλόβιβλος μᾶλλον ἢ φιλόσοφος, «mais amigo dos livros do que da sabedoria», como o caracteriza maldosamente Estrabão) [4], o qual, após ter comprado os manuscritos aos descendentes de Neleu, os levou para Atenas, onde empreendeu a difícil tarefa de os recuperar e mandar copiar.

Deste modo vieram parar às mãos de Sila, quando este conquistou Atenas, em 86 a. C., que os trouxe consigo para Roma, a título de despojos de guerra.

Em Roma, Sila entregou-os a Tirânio de Amiso, um famoso gramático e φιλαριστοτέλης (no sugestivo dizer de Estrabão), para que ele os copiasse e editasse. Virá a ser contudo Andronico de Rodes, discípulo de Tirânio, a completar a segunda tarefa, efectuando a projectada edição das obras redescobertas de Aristóteles [5].

---

[3] Neleu de Cépsis era, segundo Estrabão (no local citado), filho de Corisco, um dos discípulos platónicos que, juntamente com o compatriota Erasto, se deslocou para Atarneu aquando da tomada do poder por Hermias, para aí fundar uma escola e orientar o tirano nas difíceis vias do governo filosófico dos povos. Após o primeiro abandono de Atenas (347 a. C.), é também em Atarneu que Aristóteles se irá provisoriamente instalar. Reatando relações estreitas com Corisco e Erasto, é provável que se tenha juntado então à sua escola. O filho de Corisco, Neleu, torna-se depois discípulo de Aristóteles, ou ainda em Asso, ou na longa permanência na Ásia Menor (em que Teofrasto se juntará ao círculo), ou só no Liceu, tal como Erasto e Corisco tinham sido discípulos de Aristóteles na Academia. Eis a caracterização que dele faz Düring: «This Neleus, son of Coriscus, was the last survivor of the small circle of Aristotle's close friends, and not very much younger than Theophrastus; as v. Arnim aptly said, he was to Theophrastus what Speusippus had been to Plato. But unlike Speusippus, he was not elected head of the Peripatos, and like Aristotle and Menedemus on similar occasions, he departed from the school.» («Aríston or Hermippus», pp. 12-13.)

[4] A sua pertença à escola peripatética é, no entanto, apontada no relato paralelo de Ateneu.

[5] Estranhamente, esta referência, que está bem atestada na Antiguidade, não se encontra em Estrabão, mas apenas em Plutarco.

Assim se explica, como os autores não se esquecem de sublinhar, o rápido declínio, bem atestado, que se apossa do Perípato pouco após o evento inicial do relato (mais exactamente, após a morte de Estratão de Lâmpsaco, o último escolarca do Liceu a ter convivido com Aristóteles e Teofrasto), uma vez que, com a doação a Neleu, o Liceu teria ficado privado das principais obras dos seus dois fundadores.

A despeito das aparências, há à partida bons motivos para apostar na fidedignidade do relato.

O primeiro desses motivos é o próprio autor do relato. Estrabão foi testemunha directa de alguns dos acontecimentos que narra e conviveu de perto com os seus últimos intervenientes. Foi aluno de Tirânio e colega de Andronico e de Boécio de Sídon em Roma e decerto o mestre não deixaria de contar aos discípulos as circunstâncias pouco vulgares de tão importante achado, ou estes de assistir às suas atribulações para pôr ordem no caos que lhe havia sido confiado. Por outro lado, o episódio de Apeliconte antecede apenas cerca de cinquenta anos a época em que Estrabão escreve: e cinquenta anos não são suficientes para apagar da memória um episódio tão singular, e principalmente tão revolucionário para o mundo da cultura, como a descoberta de um conjunto de obras, até aí julgadas perdidas, de um filósofo ilustre do passado. Finalmente, ainda que o conhecimento de Estrabão fosse apenas indirecto, a sua fonte seria naturalmente Possidónio, de quem ele se serve habitualmente, e este autor estóico, que foi contemporâneo de Apeliconte, endossa expressamente toda a parte do relato que se refere a este último [6].

Um outro motivo é a circunstância da alegada doação. Após a queda de Demétrio de Falera, também ele eminente discípulo de Aristóteles, como governante de Atenas (307 a. C.), no contexto muito confuso que sucedeu à morte de Alexandre Magno e à partilha do poder pelos seu generais, a situação política, extremamente turbulenta, voltou a virar-se contra os peripatéticos, sempre conotados com a causa macedónica, antes, durante e depois da ascensão de Alexandre [7]. Faz portanto sentido que Teofrasto

---

[6] É na autoridade de Possidónio que repousa o testemunho de Ateneu acima referido.

[7] Como referido, o próprio Demétrio, que governou Atenas por imposição da Macedónia entre 318 e 307 a. C., era um destacado membro da escola. Deve-se-lhe, entre outros, o mais completo repositório dos ditos lendários dos Sete Sábios da Grécia: cf. Estobeu III I 172 = DK A 3.

tivesse querido pôr a bom recato os textos principais de Aristóteles e os seus próprios, impedindo que eventuais desacatos contra a escola pudessem pôr em perigo esse espólio. Nada mais indicado, portanto, que entregá-lo a alguém que iria em breve sair do centro do turbilhão e enterrar-se numa zona pacata da Grécia, para mais sob a influência directa de sucessores de Alexandre.

Assim, se nada houvesse em contrário, o primeiro motivo garantir-nos-ia a fidedignidade do testemunho de Apeliconte «para baixo» e o segundo a fidedignidade do testemunho de Neleu «para cima». Acerca das circunstâncias em que teria decorrido a subsistência dos manuscritos entre a entrega a Neleu e a descoberta de Apeliconte não teríamos nenhum outro elemento para além do próprio relato, mas tais circunstâncias são manifestamente de menor importância.

Acontece todavia que a situação não é tão simples como parece.

Com efeito, existem motivos igualmente ponderosos para pôr em causa, no todo ou em parte, o relato de Estrabão.

O primeiro é o facto de o mesmo Ateneu, que o subscreve parcialmente, no texto já indicado, evocar, noutro local da sua obra, uma versão diferente e incompatível dos acontecimentos.

Nessa outra versão [8], Neleu é igualmente o herdeiro do espólio literário dos dois filósofos, mas, em vez de o levar consigo para a Tróade, vende-o integralmente a Ptolemeu Filadelfo, segundo rei lágida do Egipto (285-247 a. C.), que o entrega à guarda da Biblioteca de Alexandria. Esta versão é consistente com o facto conhecido de o referido monarca estar empenhado no engrandecimento da Biblioteca através de um programa massivo de aquisição de livrarias particulares, bem como com as relações privilegiadas da corte lágida com o Liceu, de que é testemunho o acolhimento prestado a Demétrio quando este caiu em desgraça [9] e até a notícia de um convite dirigido ao próprio Teofrasto para passar a residir em Alexandria [10].

Evidentemente, a despeito de o desenvolvimento posterior da história ser diferente, Ateneu confirma o relato de Estrabão em dois aspectos: (1) que Neleu ficou com os livros de Aristóteles; (2) que estes deixaram de estar na posse do Liceu.

---

[8] Ateneu I 4, 3ab = Düring T 42d.

[9] Cf. Estrabão IX I 20 e Diógenes Laércio V 78-79.

[10] Cf. Diógenes Laércio V 37.

Em todo o caso, há uma óbvia contradição entre os dois relatos, uma vez que os escritos não podem ter sido *todos* vendidos a Ptolemeu e ao mesmo tempo *alguns* terem ido para Cépsis. Por outro lado, se os efeitos sobre o destino posterior do Liceu, que Estrabão e Plutarco tanto enfatizam, poderiam continuar a ser alegados, estariam com esta versão consideravelmente atenuados, uma vez que a Biblioteca de Alexandria era um espaço aberto à circulação dos investigadores e, portanto, nada impedia que os discípulos do Perípato aí se deslocassem para tomar contacto directo com a doutrina dos seus primeiros mestres.

Um outro motivo é o seguinte. Se acerca dos escritos de Aristóteles há motivos independentes para conjecturar que eles terão de facto ficado, pelo menos parcialmente, ignorados durante os quase três séculos em que, segundo o relato, jazeram em Cépsis, os textos de Teofrasto sempre foram conhecidos na Antiguidade. Ora, como a putativa doação a Neleu envolveu as obras dos dois autores, ou a doação foi apenas dos autógrafos ou de um conjunto de cópias (mas nesse caso a história não serve para explicar o declínio do Liceu, como esperavam Estrabão e Plutarco), ou foi deveras seguida pela entrada do espólio na Biblioteca de Alexandria, a qual, como espaço público, já justificaria o conhecimento continuado das obras de Teofrasto (mas então também justificaria o das de Aristóteles). Em qualquer caso, a história original não se sustenta.

Finalmente, há um motivo que é em parte psicológico e em parte dirigido à segunda alegação que acima se invocou em favor do relato de Estrabão. Dissemos antes que, perante as delicadas condições políticas que se viviam na viragem do século IV, era natural que Teofrasto tivesse querido preservar os escritos fundamentais da escola, entregando-os a Neleu. Mas é evidente que a mesma motivação justificaria igualmente bem (ou provavelmente melhor, dadas as circunstâncias previsíveis em que a «preservação» dos materiais inevitavelmente se faria numa casa particular) a venda do espólio a Ptolemeu Filadelfo, ou por parte de Neleu, ou directamente por parte de Teofrasto [11]. E, em qualquer caso, bastava para o efeito desejado entregar uma cópia, guardando o original, ou o original, guardando uma cópia; pois, como já foi

---

[11] Cf., no mesmo sentido, Lord, «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», p. 142.

observado, é pouco crível que Teofrasto se dispusesse a privar a escola da coluna vertebral do seu ensino [12].

Ao que antecede, acresce um aspecto particularmente enigmático de todos estes testemunhos, num sentido ou noutro. É que, a despeito de todos eles falarem profusamente de «os livros» de Aristóteles, a própria natureza do legado não é neles inteiramente clara. E é justamente neste ponto que muito da discussão contemporânea se tem polarizado.

Note-se que Estrabão começa por falar da *biblioteca* dos dois filósofos e só depois dos seus *livros*. Ora essa «biblioteca» deve ser entendida como as próprias obras dos filósofos, ou como os livros que eles haviam adquirido e tinham em seu poder (a sua biblioteca pessoal, no sentido comum do termo)?

E, no primeiro caso, que é aquele para o qual os testemunhos parecem unanimemente orientar-se, envolveria o legado envolvia a totalidade das obras ou apenas uma parte?

E, num caso ou noutro, tratava-se de todas as cópias existentes no Liceu, de cópias únicas, de um conjunto de cópias, ou apenas dos autógrafos?

A simples indicação das dificuldades torna claro que ninguém de bom senso gostaria de ter de tomar uma posição definitiva nesta matéria ou de apostar no sentido da verdade ou inverdade do relato tradicional [13].

---

[12] É um ponto que Shute enfaticamente acentua: «Was it likely that Theophrastus, the successor of Aristotle and the inheritor of the glory of his school, should leave that school entirely bereft of the instruments by which alone it could maintain its position, nay rather its bare existence? Moreover, if real books of Aristotle existed, would not the successors of Theophrastus, Straton, or Eudemus have taken care to produce copies of these books before they parted with them? If the books were already in any sense published, there would have been no difficulty about this; if they were not, we must remember that Neleus himself was a Peripatetic, and is hardly likely to have refused to his fellow-disciples so simple a boon as the right to copy these precious volumes, a boon which involved no loss to himself, but an inestimable advantage to those to whom it was granted.» (*History of the Aristotelian Writings*, pp. 29-30.)

[13] Embora muitos autores o tenham feito *ex officio*, sempre todavia de um modo compreensivelmente cauteloso. Aceitam genericamente a genuinidade do relato: Zeller, *Die Philosophie der Griechen*, II.2, pp. 138-154; Grant, *The Ethics of Aristotle*, I, pp. 7-8; Regenbogen, «Theophrastos», cols. 1374-1380; Grayeff, «The Problem of the Genesis of Aristotle's Text», pp. 105-122; Düring, «Aristoteles», cols. 190-200; Lloyd, *Aristotle*, pp. 13-14; Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 59-65; Barnes, «Life and Work», p. 10. Pelo contrário, contestam a sua fidedignidade: Robin, *Aristote*, p. 11 ; Chroust, «The Miraculous Disappearance and

Todavia, o ponto fundamental também não está em determinar se o relato é verdadeiro ou falso, mas sim em discutir o aspecto que lhe confere importância e que justifica que se lhe conceda mais do que um instante de atenção, a saber, aquele aspecto que, *se fosse verdadeiro,* ele permitiria resolver: o esquecimento (relativo, mas incontestável) dos tratados escolares de Aristóteles em detrimento dos seus diálogos publicados e demais obras populares ou «exotéricas», precisamente durante o período em que o relato *diz* que os primeiros (os únicos não editados em vida de Aristóteles e portanto susceptíveis de serem ignorados) estavam em Cépsis.

É certo que, como tem sido reiteradamente lembrado, esse esquecimento não foi tão absoluto como se poderia esperar se a totalidade da obra de Aristóteles se tivesse pura e simplesmente eclipsado durante cerca de trezentos anos.

Desde logo, é seguramente durante este período que se elabora a mais antiga lista das obras de Aristóteles, de que falaremos com detalhe no próximo capítulo. Com efeito, quem quer que tenha sido o seu autor, é no século III a. C. que se situa a data da sua composição. Ora, embora seja evidente que este facto não implica que os livros estivessem efectivamente disponíveis, em Alexandria, no primeiro caso, ou em Atenas, no segundo, visto que uma lista pode limitar-se a inventariar itens perdidos ou entregues a outrem [14], o que é certo é que a sua existência atesta um certo nível de familiaridade com a obra aristotélica, ou pelo menos com os títulos nela constantes.

Por outro lado, os paralelismos entre a física aristotélica e a física estóica, bem como o grande desenvolvimento técnico atingido pela lógica estóica (a despeito de esta ser uma lógica de frases e não uma lógica de termos, como a aristotélica), faz supor que os mestres do estoicismo antigo tiveram acesso aos tratados relevantes de Aristóteles [15].

Recovery of the Corpus Aristotelicum»; Gottschalk, «Notes on the Wills of the Peripatetic Scholars», pp. 335-342; Gauthier, «Introduction», *L'Éthique à Nicomaque,* I.1, pp. 87-89. Para uma exposição geral do problema, veja-se Moraux, *Der Aristotelismus bei den Griechen*, I, pp. 3-58, bem como as pequenas súmulas de Flashar, *Die Philosophie der Antike*. 2, p. 194, n. 32, e Goulet, *Dictionnaire des philosophes antiques*, I, pp. 434-435.

[14] Para Lord, por exemplo, essa lista corresponde precisamente a um inventário dos livros legados a Neleu: cf. «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», pp. 140-141, 143-145.

[15] Cf. Moraux, *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, pp. 4-5.

Finalmente, Cícero, que era amigo de Tirânio, não dá conta de nenhuma descoberta revolucionária como a que certamente teria sido experimentada perante a chegada de Sila com os rolos contendo a obra completa de Aristóteles. E, embora tenha morrido ainda antes de a edição de Andronico ter sido iniciada, ou pelo menos tornada pública nos círculos filosóficos [16], mostra conhecer, directa ou indirectamente, alguns dos tratados escolares de Aristóteles [17].

No entanto, para uma leitura menos extrema do relato, nenhuma destas alegações é determinante. Pois o facto é que, durante o período em causa, os sinais são predominantemente no sentido de uma opacidade progressiva que desce sobre as obras escolares de Aristóteles.

A partir da ascensão de Lícon à direcção do Liceu, por morte do seu segundo escolarca formal, Estratão de Lâmpsaco (269 a. C.) [18],

---

[16] A edição foi provavelmente levada a cabo entre 40 e 20 a. C., mas nunca encetada antes de 50 a. C., que é a data mais antiga em que Andronico pode ter chegado a Roma. Cf. Düring, «Notes on the History of the Transmission of Aristotle's Writings», pp. 64-68, e *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, p. 421, bem como Huby, «The Transmission of Aristotle's Writings and the Places where Copies of his Works Existed», p. 242.

[17] Destes considerandos retiram alguns autores a conclusão de que todos ou quase todos os textos aristotélicos foram conhecidos durante o período de Cépsis. Assim, Grant (*The Ethics of Aristotle*, I, pp. 7-8), Shute (*History of the Aristotelian Writings*, pp. 33-36) e mais recentemente Lloyd (*Aristotle*, pp. 13-14), que, embora não contestando o relato, considera-o «an astonishing, indeed barely credible, story» (p. 13) e insiste que, a ser verdadeiro, não põe em causa a circulação dos tratados escolares de Aristóteles durante o período de Cépsis. Sob este aspecto, é contudo Shute o mais incisivo: «It is to be noticed that far too much is made of the silence as to Aristotle in the two centuries immediately succeeding his death. As a matter of fact, almost all the books in which he would be at all likely to be mentioned are lost. The silence is not that of authors who pass over Aristotle, but the absolute silence of a vast desert of thought, beneath whose sands we know not what may lie buried.» (*Op. cit.*, p. 43.)

[18] Conhece-se com alguma fidedignidade a sucessão dos escolarcas até ao final do século II a. C. É a seguinte: Teofrasto de Ereso (322-287 a. C.); Estratão de Lâmpsaco (287-269 a. C.); Lícon (269-225 a. C.); Aríston de Cós (225-190 a. C.); Critolau (190-155 a. C.); Diodoro (*fl. c.* 140); Erimeneu (*fl. c.* 110). Há depois uma falha até Andronico de Rodes (*fl. c.* 40 a. C.), que a história, com razão ou sem ela, aponta como undécimo director do Liceu. Todavia, o testemunho mais recente nesta direcção é o de David (*In Cat.* 117.22 Busse), fundado na autoridade de Amónio, o que faz dela uma tradição assaz tardia. F. Littig, autor de uma celebrada biografia de Andronico (*Andronikos von Rhodos. I: Das Leben des Andronikos und seine Anordnung der aristotelischen Schriften*, München, 1890), pô-la modernamente em circulação, mas Düring contribuiu bastante para a desacreditar (cf. «Notes on the History of the Transmission of Aristotle's Writings», pp. 35-70).

os próprios peripatéticos deixam de recorrer ao ensinamento de Aristóteles desenvolvido nos tratados escolares, o que lança a suspeita de que os não possuem ou não conhecem já.

Como observa Moraux [19],

> A própria escola peripatética parece ter ignorado durante muito tempo as obras escolares de Aristóteles. Estratão foi sem dúvida o último a utilizá-las, para as combater; e porventura já nem sequer as lia, ou só conhecia as suas doutrinas por intermédio do ensino de Teofrasto. Depois de Estratão, o Liceu declina. Lícon é apenas um bom orador; a eloquência interessa-lhe mais do que a filosofia. Aríston passa também por ter sido um orador cheio de elegância e um filósofo sem profundidade. Jerónimo e Diodoro, os moralistas da escola, procuram a sua inspiração nos cirenaicos, nos epicuristas e nos estóicos. Quanto a Critolau, o único peripatético coevo com alguma importância como filósofo, usa manifestamente os diálogos de Aristóteles e não os seus tratados esotéricos.

Também nas escolas filosóficas rivais, os tratados de Aristóteles são ignorados, uma vez que não é concebível que, sendo conhecidos, não fossem citados ou referidos.

Os epicuristas, que desde cedo encetam uma ofensiva extremamente violenta contra o aristotelismo, mencionam apenas os escritos exotéricos e não as obras escolares que cobrem genericamente o mesmo objecto (por exemplo, o *Eudemo* e não o *De anima*, o *De philosophia* e não a *Metafísica*, etc.), parecendo não se dar conta dos aspectos em que estas se afastam daqueles, o que, excluída a hipótese de má-fé, só é explicável se as segundas lhes fossem desconhecidas.

Isto acontece desde logo com Epicuro, que é praticamente contemporâneo de Aristóteles em Atenas (chega à cidade no mesmo ano em que Aristóteles é forçado a abandoná-la, para ir morrer a Cálcis). E o seu ensino regular na cidade, a partir da última década do século IV a. C., está tão próximo ainda da presença física de Aristóteles que não é razoável supor que os tratados esti-

---

[19] *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, pp. 1-2.

vessem disponíveis, ou muitos deles fossem sequer nominalmente conhecidos fora da escola, durante a vida do Estagirita.

Mas se isto se passa na esfera imediata da irradiação do magistério aristotélico, o mesmo sucede, por outros motivos, no outro extremo do período «sombrio», já próximo do renascimento peripatético provocado pela edição androniciana. Quando Cícero se refere a Aristóteles, são em regra as obras exotéricas e só muito raramente as acroamáticas que tem em mente. E os únicos tratados que directa ou indirectamente menciona, como os *Tópicos*, a *Física*, a *Ética* em cinco livros ou a *Retórica*, pertencem todos a um núcleo muito especial da obra aristotélica no período em apreço. Resta saber, para lá de tudo, até que ponto Cícero os tinha realmente lido, ou se limitava a ter notícia deles [20].

Que núcleo especial é esse e o que é que o caracteriza?

É o núcleo constituído pelos volumes privilegiados que integram os catálogos mais antigos das obras de Aristóteles. Ora esses catálogos, como em seguida teremos ocasião de amplamente mostrar, transparecem um estádio extremamente lacunar do *corpus* e sugerem, precisamente por isso, que houve um momento da sua história em que a colecção aristotélica esteve amputada de algumas das suas parcelas fundamentais.

É isto também que explica a influência aristotélica sobre a física e a lógica estóicas, que há pouco se alegou em abono de uma linha de continuidade no conhecimento das obras escolares de Aristóteles. A verdade é que os tratados relevantes para o efeito, designadamente a *Física* e os *Primeiros Analíticos*, estão presentes, embora com apresentações diversas das actuais, nos catálogos mais antigos das obras de Aristóteles, o que significa que são partes integrantes de um estrato primitivo do *corpus*; e foi decerto nessas versões que os estóicos tiveram acesso a ambas. Mas, simultaneamente, desse estrato primitivo é também constituitiva a ausência de grande número de outras obras, como a quase totalidade dos tratados de física, de psicologia e de biologia.

Ora o facto é que, a partir de determinado momento, que podemos situar temporalmente com precisão, os escritos esqueci-

---

[20] A segunda hipótese é a mais plausível. Por exemplo, a referência aos *Tópicos* a que Shute dá tanta atenção (*History of the Aristotelian Writings*, pp. 35--36), longe de substanciar um conhecimento directo do tratado, parece excluí-lo liminarmente: pois só quem não leu a obra pode referir-se-lhe falando em *incredibili quadam cum copia tum etiam suavitate* (*Top*. I 3).

dos e ignorados voltam a entrar em circulação, os textos negligenciados pela generalidade dos filósofos tornam-se universalmente conhecidos e a totalidade da obra aristotélica tal como a conhecemos hoje volta a ser acessível ao público filosófico. Esse momento, que coincide com o que no relato tradicional marca o resgate da colecção de Cépsis, é o da edição romana da obra de Aristóteles, no final do primeiro século antes da nossa era.

Estas observações permitem-nos fazer, para já, um primeiro balanço.

Manifestamente, algumas obras de Aristóteles sempre estiveram ao dispor dos estudiosos, a saber, aquelas que os catálogos mais antigos reconhecem (em breve veremos quais são). Sucede simplesmente que, pelo seu alto grau de tecnicidade, algumas não interessavam à maior parte das escolas helenísticas, como sucede com os tratados de física e de lógica, que só aproveitaram aos estóicos, de longe os menos afectados pela obsessão limitativa com o Sumo Bem. Outras, por esse mesmo índice de tecnicidade, acrescido pelo carácter puramente especulativo do seu objecto, como a *Metafísica*, pura e simplesmente não interessavam a nenhuma, nem mesmo aos peripatéticos decadentes da terceira geração.

Ao mesmo tempo, todavia, algumas obras deixaram *de facto* de se encontrar disponíveis, mesmo dentro do Liceu. O *De anima* e a *Ética a Nicómaco*, por exemplo, que não figuram nos catálogos mais antigos, estão decerto nessa categoria; e daí o recurso que o epicurismo fará aos diálogos correspondentes, como se neles estivesse contida a doutrina aristotélica última e autorizada. Mas há um grande número de outras obras, nomeadamente a quase totalidade dos tratados de física e a quase totalidade dos tratados de biologia, que pura e simplesmente parecem ter estado perdidos neste entretanto [21].

A esta luz, teríamos de concluir que o *corpus* nunca esteve inteiramente perdido, mas que o esteve em parte.

Como é que isto joga com o relato tradicional?

---

[21] Lord vai também por esse caminho: «Certainly, the idea that all of Aristotle's school treatises were unknown in the Hellenistic period can no longer be sustained. Yet it seems quite possible, considering the surprisingly slight influence exercised by Aristotle in certain of the major area of his activity throughout this period, that some of these writings did indeed remain completely unknown.» («On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», pp. 140-141.)

A ajuizar pelo desaparecimento e reaparecimento de certos tratados, dois dados são pelo menos seguros: num momento essas obras saíram de circulação; noutro voltaram a entrar em circulação.

Ora, na falta de uma explicação alternativa, estes factos tornam manifestamente credível o relato de Estrabão no que ele tem de essencial, a saber: *(i)* a saída do Liceu de uma parte das obras de Aristóteles (a herança de Neleu); *(ii)* a permanência desses escritos fora dos circuitos acessíveis (as caves de Cépsis ou qualquer outro lugar equivalente): *(iii)* a redescoberta e posterior divulgação, sob uma nova forma, das obras perdidas (a aquisição por parte de Apeliconte, com a subsequente passagem para Roma até chegar às mãos de Andronico) [22].

Evidentemente, este conspecto impõe a pergunta: como se justifica que só determinadas obras, e não todas, tenham desaparecido por completo de circulação?

Não há para este tipo de perguntas respostas absolutas ou definitivas.

A mais provável consiste, todavia, em supor que o que Teofrasto entregou a Neleu foi o *seu* conjunto de manuscritos de Aristóteles, no qual se integravam diversos autógrafos com cópias na biblioteca do Liceu e em outras sedes, *mas também diversos exemplares únicos*. E daí a disparidade de destinos de uns e de outros: aqueles permaneceram disponíveis, embora, em graus diversos, negligenciados; estes ficaram confinados ao local mais ou menos remoto para onde foram enviados.

A pressão dos acontecimentos, a precipitação com que a doação foi decidida ou simplesmente uma desilusão com os vindouros (muito habitual em quem, como Teofrasto, governa uma instituição durante perto de quarenta anos) podem ter determinado a entrega do espólio sem verificação da existência de cópias no Liceu ou pesado mais do que a sua atestada inexistência, justificando assim a atitude que, como vimos, parecia a alguns autores inconcebível poder ter sido assumida pelo sucessor de Aristóteles [23].

---

[22] Não serve aqui de objecção o silêncio atrás mencionado de Cícero em relação à descoberta dos escritos aristotélicos. Com efeito, é muito provável que a real importância dessa descoberta só se tenha tornado manifesta com a própria edição de Andronico, à qual, como vimos, Cícero já não assiste.

[23] Note-se que esta hipótese permite simultaneamente resolver a objecção ao relato tradicional segundo a qual a ida dos volumes para a Tróade deveria ter

Mas — perguntar-se-á ainda — como se explica então o silêncio praticamente generalizado sobre o conjunto dos tratados escolares de Aristóteles como um todo, se uma boa parte esteve sempre disponível?

Para esta pergunta, a resposta é mais fácil. Diferentes explicações têm sido avançadas.

Moraux propõe duas [24].

A primeira prende-se com a própria natureza dos tratados escolares de Aristóteles. Ao contrário dos diálogos, que desde o momento da concepção visavam o público cultivado em geral, os tratados foram redigidos para uso exclusivo da escola e aí sempre se conservaram. Nesta medida, os tratados nunca foram *publicados*, mesmo no sentido limitado que esta expressão obtém num regime de literatura manuscrita; foram divulgados, total ou parcialmente, em aulas e conferências, mas sem nunca sair desse círculo restrito, onde, dado o número necessariamente muito limitado de cópias, nem sequer podiam ser distribuídos, mas apenas resumidos por escrito pelo auditor. É natural portanto que, tirando os poucos privilegiados que possuíam uma cópia, ou os discípulos que a fabricavam sob a forma de epítome, ninguém pudesse ter acesso aos tratados, a menos que conseguisse encontrar alguém nessas condições (o que se foi tornando cada vez mais raro) a quem pedir um exemplar de empréstimo [25].

A segunda explicação foi já há pouco antecipada. Trata-se do menosprezo, característico de todas as escolas helenísticas com excepção da estóica (mas incluindo a peripatética a partir de Lícon), pelo tipo de investigação praticada por Aristóteles e pelos problemas em torno dos quais ela se articulava, o qual tornava pouco apetecidos e ainda menos frequentados os escritos em que

---

também privado os contemporâneos do acesso às obras de Teofrasto, o que não aconteceu. Pois, como é agora evidente, nada impede que na biblioteca do Liceu existissem cópias de todas ou quase todas as obras de Teofrasto, ao invés do que sucedia com as de Aristóteles.

[24] *Les listes anciennes*, p. 4.

[25] Essa provavelmente a razão pela qual os estóicos, que sempre mantiveram relações estreitas com o Perípato, beneficiavam de livre acesso aos tratados disponíveis, facilidade que os seus adversários confessos decerto não se atreviam a reclamar. Daí as dificuldades experimentadas por certo epicurista que procurava em vão uma cópia da *Física* e dos *Analíticos* (cf. Bignone, *L'Aristotele perduto*, I, p. 41, n. 3, e II, p. 108), obras que, como já sabemos, existiam na biblioteca do Liceu.

tal investigação era levada a efeito. Assim, para além da dificuldade no acesso às cópias, a própria falta de interesse e empenho em obtê-las constituiu um factor para o progressivo esquecimento dos tratados escolares de Aristóteles, mesmo daqueles que, na época, se encontravam ainda disponíveis.

No que toca ao caso particular do desinteresse manifestado pelo Perípato após a morte de Estratão em relação aos tratados de Aristóteles e, com ele, ao desconhecimento em que estes foram caindo, Shute acrescenta ainda uma terceira explicação.

Diz ele [26]:

> Toda a escola filosófica, se quiser preservar um corpo razoável de aderentes, tem de tomar parte nas disputas filosóficas do seu tempo, de tal modo que os seus temas de ensino são condicionados em grande medida pelos das associações educativas coevas, especialmente quando essas provocaram a atenção do público em geral. Foi esse precisamente o caso do conjunto de professores do Liceu. Nunca conseguiram constituir uma escola muito popular e decerto as dificuldades eram muitas para manter o número de membros perante as atracções literárias das três Academias, o espírito cáustico de alguns mestres pirrónicos (Tímon, etc.) e o valor prático do ensino estóico. Nesta medida, não lhes cabia escolher o seu campo de batalha e foram forçados a aceitar aquele que os seus rivais determinaram. Lógica analítica, procedimento científico, filosofia primeira, psicologia no seu sentido mais nobre — tudo isso teve de ser deixado de lado; e os mestres peripatéticos foram obrigados a empreender uma luta desigual em controvérsias intermináveis sobre o *Summum Bonum* e o critério de verdade.

Esta observação de bom senso sobre as condicionantes objectivas do ensino e a economia subjacente à prática filosófica encerra provavelmente uma grande parte da verdade.

Mas há porventura uma quarta razão que não deve ser negligenciada. Trata-se das próprias características literárias dos tratados aristotélicos. Numa época em que se privilegiava sobretudo

---

[26] *History of the Aristotelian Writings*, p. 38.

a forma, em que o estilo sobrepujava o conteúdo, em que a elegância da frase era mais importante que o rigor do argumento, em que a dialéctica e a retórica nas suas versões mais escolares se impunham como únicas bitolas de avaliação formal de uma tese ou de uma doutrina, em que progressivamente o puro gosto pelo coleccionismo, convertido em recolha de factos espectaculares e extravagantes e em selecção de anedotas e ditos aprazíveis, secavam à sua volta todos os genuínos interesses intelectuais [27], como foi característico do período helenístico após o desaparecimento da geração de fundadores das grandes escolas, é perfeitamente compreensível que a prosa árdua dos tratados aristotélicos afugentasse os raros que dela se conseguissem aproximar e sobre ela demorassem alguns instantes de uma atenção rapidamente desvanecida [28].

Uma última questão carece contudo de resposta.

Admitindo que os factos dão razão ao relato tradicional e que é possível reconstituir os episódios que ele narra de um modo tal que o resultado é coerente em si mesmo e consistente com o que a história nos permite razoavelmente apurar sobre o destino da obra aristotélica durante o período «sombrio», como conciliar a narrativa de Estrabão com a versão de Ateneu?

Com efeito, não basta dizer, por exemplo, que Neleu vendeu a Ptolemeu cópias de todos os livros, levando os originais para Cépsis (ou vice-versa). Pois então todos os que estavam em Cépsis estavam também em Alexandria e, como tal, disponíveis aos leitores cultos, o que é contraditório com aquilo que o relato tradicional pretende justamente explicar, a saber, o esquecimento das obras escolares de Aristóteles durante o referido período.

---

27 Coleccionismo que, na sua forma científica ou erudita, teve em Aristóteles e nos seus imediatos continuadores os primeiros iniciadores.

28 Note-se que o outro grande período em que, já na posse da totalidade da obra, Aristóteles é relativamente esquecido, a saber, a época que medeia a edição de Andronico e o segundo renascimento aristotélico, com o início do comentarismo, impulsionado pelos mestres de Alexandre de Afrodísias, como Arístocles, Adrasto, Hermino e Sosígenes (século II d. C.), é igualmente caracterizado por um grande culto da forma e por um regresso ao coleccionismo, numa espécie de repetição atenuada dos tiques mais característicos do helenismo. Aqui, no entanto, o silêncio não foi tão completo nem o esquecimento tão opaco. Grandes figuras do estoicismo, do epicurismo, do cepticismo, do platonismo médio e, evidentemente, do próprio peripatetismo, interessaram-se pela obra de Aristóteles e fizeram bom uso dela.

A alternativa consiste em corrigir, ou melhor, em *qualificar*, o relato de Ateneu num único ponto.

Não foram *todos* os livros, mas apenas uma parte, que Neleu entregou a Ptolemeu Filadelfo.

Mas então — perguntar-se-á justificadamente — como admitir que Ptolemeu se contentou com algo menos do que a totalidade dos livros, sendo conhecido o seu interesse em reunir as colecções completas dos autores?

É aqui precisamente que bate o ponto: a saber, no sentido que poderia ter, na época, a expressão «todos os livros».

O que são, com efeito, todos os livros de Platão? São todas as suas obras acabadas e publicadas, seja sob o modo formal de uma primeira audição em público, no caso dos diálogos, seja sob a forma do envio aos destinatários, no caso das cartas, seja ainda sob a forma da consequente reprodução em cópias para distribuição particular ou entrada no circuito comercial, no caso de todas.

É provável, portanto, que, na época, dado o carácter visivelmente tentativo e inacabado dos tratados e demais escritos escolares de Aristóteles e a sua circulação exclusivamente interna, sem paralelo conhecido em nenhum filósofo anterior, estes escritos não fossem considerados *livros*. E, neste sentido, é também provável que por «todos os livros de Aristóteles» se entendesse todos os livros por ele *publicados*, isto é, os diálogos e as obras exotéricas.

Desta perspectiva, o que poderia interessar a Ptolemeu seriam estes, não aqueles. Não, evidentemente, um conjunto qualquer de cópias dos exotéricos, que ele poderia com facilidade adquirir junto de qualquer vendedor, se é que o não possuía já, mas o conjunto dos *autógrafos* dessas obras.

A esta luz, do seu próprio ponto de vista, Ptolemeu adquiriu deveras *todos* os livros de Aristóteles, exactamente no sentido em que teria adquirido todos os livros de Platão ou todos os livros de Demócrito. Os restantes escritos do espólio de Neleu não eram *livros*, isto é, obras publicadas; eram uma série ininteligível de notas, esboços e projectos, porventura de algum interesse filosófico, mas sem nenhum interesse bibliográfico [29].

---

[29] Esta é também *grosso modo* a solução proposta por Shute em *History of the Aristotelian Writings*, pp. 31-33. Lord oferece um outro ensaio, bastante mais rebuscado e menos eficaz, de compatibilização das duas histórias, cf. «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», pp. 144-145.

Se a conciliação entre os dois relatos segue genericamente estas linhas, as consequências são óbvias: durante o período «sombrio», as obras exotéricas permaneceram em circulação e os respectivos originais ficaram à guarda da Biblioteca de Alexandria; os tratados e demais obras escolares foram integralmente levados para a Tróade, onde permaneceram até à descoberta de Apeliconte, dois séculos mais tarde; destes, conservaram-se contudo exemplares de um número significativo de escritos, a saber, daqueles de que já existia cópia na biblioteca do Liceu (e de que os catálogos mais antigos da obra de Aristóteles representam o inventário); a dificuldade de acesso a estes por estudiosos externos à Escola, a desafeição crescente pelos problemas e pelo estilo de investigação da filosofia aristotélica, a evolução da própria Escola no sentido de uma predominância da dialéctica e da retórica sobre os interesses especulativos, motivada pela inclinação filosófica das sucessivas lideranças do Liceu e/ou pela necessidade de este se manter sintonizado com a sua época, impondo o abandono das pesquisas no domínio da filosofia natural (que ainda preocupam Estratão) e a investigação em lógica e em metafísica, bem como eventualmente as próprias dificuldades intrínsecas do texto aristotélico e o seu aspecto literariamente pouco convidativo, determinaram a diminuição drástica do convívio com os tratados subsistentes e a redução do estudo do pensamento aristotélico aos diálogos.

Assim, ignorados uns pela força das circunstâncias e negligenciados outros pelos hábitos e gostos intelectuais da época, os tratados escolares de Aristóteles estiveram de facto esquecidos durante os trezentos anos que se seguiram à sua morte.

Durante esse longo período, só os diálogos e demais obras publicadas permaneceram em circulação, só eles foram citados, comentados, combatidos e louvados, e só eles, numa palavra, constituíram a medida de Aristóteles como filósofo. Durante três séculos, Aristóteles foi, portanto, simplesmente um escritor de diálogos de estilo platónico.

É apenas chegado o primeiro século antes da nossa era, isto é, precisamente no momento em que o relato tradicional situa o resgate por Apeliconte das obras perdidas, que se assiste a uma alteração desta situação.

A chegada de novos volumes, há muito esquecidos, ao círculo de Tirânio, como quer que ela se tenha historicamente verificado, e a subsequente edição da colecção integral dos escritos aristotélicos por parte de Andronico foram os agentes dessa alteração.

É que a edição androniciana fez muito mais do que simplesmente restaurar o *corpus*, pela integração dos escritos perdidos. Ao recuperar os perdidos, chamou também a atenção para os negligenciados, desviou o foco de interesse dos exotéricos para os acroamáticos e, incidentalmente, determinou também o destino subsequente daqueles.

Aristóteles deixa de ser simplesmente um escritor de diálogos e com essa mudança de estatuto cultural os próprios diálogos começam a ser progressivamente esquecidos, até que, por irónica inversão do destino, são eles que ficam reduzidos à condição de *librorum deperditorum fragmenta,* que é aquela em que (na melhor das hipóteses) os temos hoje.

A edição de Andronico, bem atestada pelos testemunhos antigos, muito para além do que acerca dele diz Plutarco na sua versão do relato tradicional [30], marca assim um momento de viragem fundamental na história dos escritos aristotélicos [31].

Todavia, do ponto de vista da evolução do *corpus*, ela representa mais do que um momento de viragem: ela é o ponto terminal de um processo que se inicia com o estado em que Aristóteles deixa os seus escritos, antes de as vicissitudes de que o relato tradicional guarda lembrança os terem tortuosamente feito penar no esquecimento.

É esse processo evolutivo do estado original do *corpus* até à fixação definitiva do cânone, com a edição androniciana, que temos agora de acompanhar.

Mas, para o fazer, é fundamental começar por conhecer melhor os dois pólos do processo e o que verdadeiramente os diferencia. E, para esse efeito, um contacto mais próximo com os catálogos antigos das obras de Aristóteles torna-se obrigatório.

---

[30] Düring edita todos esses testemunhos sob T 75a-q de *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*. De entre os mais importantes, veja-se: Estrabão XIV II 13 e XVI II 24; Aulo Gélio, *NA* XX 5; Porfírio, *Plot*. 24; Dexipo, *In Cat*. 21.18 Busse; Amónio, *In Int*. 5.24 Busse e *In APr*. 31.11 Wallies; Simplício, *In Ph*. 923.7 Diels; Filópono, *Prol.* 5.16 Busse e *In De an*. 27.21 Hayduck; Olimpiodoro, *Prol*. 6.12 Busse; David, *In Cat*. 113.17 Busse.

[31] Para uma apresentação objectiva e textualmente bem fundada da obra (perdida) de Andronico e das características da sua edição, veja-se Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 413-425. Para uma panorâmica mais desenvolvida, ver também Moraux, *Der Aristotelismus bei den Griechen*, I, pp. 45-142.

II

HISTÓRIA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: O TESTEMUNHO DOS CATÁLOGOS ANTIGOS

Subsistem três listas antigas das obras de Aristóteles.

Todas elas são parte constitutiva das doze *Vitae Aristotelis* que chegaram até nós e de que falámos no local próprio.

Ora, quatro destas *Vitae*, a saber, a laerciana e a hesiquiana (de origem peripatética) e as de al-Qifti e de Usaibia (de inspiração neoplatónica, por mediação da biografia perdida de Ptolemeu), incluem uma lista das obras aristotélicas. Nos dois últimos casos, a lista é a mesma, com pequenas variantes. Nos dois primeiros, é diferente e com características bem definidas.

Obtemos assim os três catálogos das obras aristotélicas: o catálogo de Diógenes [1]; o catálogo de Hesíquio [2], dito vulgarmente «anónimo» (hábito que adoptamos daqui para diante), porque a sua origem hesiquiana não está absolutamente apurada [3]; e o ca-

---

[1] Diógenes Laércio V 22-27 (a partir de agora apenas DL, seguido do número de série relativo ao título mencionado). O catálogo foi editado modernamente por Rose, sucessivamente em *Aristoteles Pseudepigraphus* (pp. 11-18), no quinto volume da edição original da Academia (pp. 1463-1466) e em *Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta* (pp. 3-9), por Heitz em *Fragmenta Aristotelis* (*Aristotelis Opera Omnia*, IV 2, pp. 1-5) e por Düring em *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition* (pp. 41-50).

[2] Edições modernas: Rose, *Aristoteles Pseudepigraphus*, pp. 18-20, *Aristotelis Opera*, V, pp. 1466-1469, *Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta*, pp. 9-18 (com a *Vita Marciana*); Heitz, *Fragmenta Aristotelis*, pp. 5-9; Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 83-89.

[3] Cf. Moraux, *Les listes anciennes*, p. 195 e nn.

tálogo de Ptolemeu, conhecido apenas por retroversão das versões árabes [4], que, no entanto, o atribuem expressamente, no início e no fim das transcrições, ao referido autor.

Vejamos agora esquematicamente o conteúdo de cada um dos catálogos, do ponto de vista daquilo que através dele se pode apurar para a compreensão da evolução do *corpus* aristotélico [5].

O catálogo de Diógenes é constituído por 146 títulos, na sua maioria desconhecidos e à primeira vista inventariados sem qualquer ordem [6].

Os textos correspondem maioritariamente a diálogos, exortações e estudos platónicos (com que o catálogo abre: DL 1-24), a um número impressionante de tratados, recolhas, pequenos estudos, manuais e cadernos de exercícios de lógica (DL 25-73) [7], na sua maior parte sem paralelo no *corpus* conservado [8], bem como a recolhas documentais e compilações (DL 117-143) [9], a que se juntam alguns, poucos, tratados [10].

O catálogo está recheado de títulos curiosos como *Acerca dos Animais Mitológicos* (DL 106), *Sinais de Tempestade* (DL 112) e *Con-*

---

4 Para as respectivas edições, veja-se Düring, pp. 208 e 213.

5 A apresentação integral dos três catálogos consta do quadro que constitui a primeira secção do apêndice I, para o qual, em todas as questões de detalhe, remetemos o leitor.

6 Como veremos adiante, Moraux demonstrou que a desordem é apenas aparente e que muitos títulos «bizarros» correspondem de facto a escritos ou partes de escritos bem conhecidos, e em grande parte subsistentes, da colecção aristotélica.

7 Com títulos tão sugestivos como: *Silogismos*, *Proposições*, *Definições*, *Divisões*, *Objecções*, *Acerca da Pergunta e da Resposta*, *Sobre os Epiquiremas*, *Memorandos Epiquiremáticos*, *Teses Epiquiremáticas*, *Sobre a Erística*, *Proposições Erísticas*, *Soluções Erísticas*, *Divisões Sofísticas*, ou ainda *Sobre as Espécies e os Géneros*, *Sobre as Propriedades*, *Sobre os Elementos*, *Sobre a Ciência*, *Sobre o Princípio*, *Sobre os Problemas*.

8 As excepções são as *Categorias*, o *Da Interpretação*, os *Primeiros Analíticos* (apresentados com nove livros), os *Segundos Analíticos* e os *Tópicos* (II-VIII), respectivamente em DL 49, DL 50, DL 55, DL 141 e DL 142.

9 De que nenhuma subsistiu a não ser o espúrio *Problemas Mecânicos* (DL 123) e a pequena parte das *Constituições* (DL 143) que corresponde à Ἀθηναίων Πολιτεία, redescoberta no final do século XIX.

10 Designadamente: os *Fisiognomónicos* (DL 109); a *História dos Animais* IX (DL 102) e X (sob o título *Acerca da Esterilidade*: DL 107); a *Ética a Eudemo* (DL 38); a *Política* (apresentada sob o inesperado título de *Curso de Política como o de Teofrasto*: DL 75); os *Económicos* (DL 23); a *Retórica* (com os dois primeiros livros, sob o título Τέχνης ῥητορικῆς, ainda separados do terceiro, que surge como Περὶ λέξεως: respectivamente DL 78 e 87); e a *Poética*, em dois livros (DL 83).

junções Astrais (DL 126), ou enigmáticos como *Outra Arte* (DL 80), *Miscelâneas* (DL 127) e *Explicações por Ordem de Assunto* (DL 128). Mas, tirando os referidos nas notas, absolutamente nenhum outro tratado do *corpus* moderno se encontra nele, o que afecta nomeadamente a *Física* (em versão completa), o *Sobre o Céu*, o *Sobre a Geração e a Corrupção*, os *Meteorológicos*, o *Sobre a Alma*, a totalidade dos tratados biológicos (com excepção da *História dos Animais*), a *Metafísica* e a *Ética a Nicómaco*, para citar apenas as ausências mais significativas.

Veremos mais à frente o trabalho que Moraux fez no sentido de recuperar a ordenação que está subjacente ao catálogo laerciano [11]. Por agora, importa sobretudo sublinhar os resultados da sua investigação notável no que toca à identificação dos títulos que nele se incluem.

Assim, o estudo aturado do catálogo permitiu-lhe mostrar que, se diversos títulos são de facto desconhecidos e correspondem a obras provavelmente perdidas, referindo-se outros a escritos cuja memória ou algum excerto ainda persistem, muitos deles correspondem, na realidade, a partes de tratados publicados em estado independente [12] ou então a obras conhecidas sob outra designação [13] e que *o que é verdadeiramente distintivo do catálogo* é precisamente esta proliferação de títulos alternativos e de edições parciais de tratados bem identificados do *corpus* e de há muito consolidados pela tradição.

A par deste adquirido, é necessário, contudo, reconhecer um aspecto a que Moraux se mostra menos sensível: a saber, o facto incontestável de a reconstituição do inventário deixar ainda assim um número muito apreciável de ausências significativas.

Com efeito, se a soma das edições independentes permite reconstituir os *Tópicos* (que aliás figuram em edição integral no

---

[11] Cf. *infra*, capítulos IV-V.

[12] Assim, DL 31, 32, 39, 44, 53, 57, 58, 59, 60 correspondem a livros ou secções dos *Tópicos*; DL 41, 45, 90, 91, 115 abrangem livros ou grupos de livros da *Física*; DL 26 e 40 correspondem provavelmente a livros ou partes de livros da *Metafísica*; e o título 36, Περὶ τῶν ποσαχῶς λεγομένων ἢ κατὰ πρόσθεσιν («acerca do que se diz de vários modos ou por adição»), constitui manifestamente uma publicação independente da *Metafísica* Δ.

[13] É o que sucede com os *Tópicos* em oito livros, que surgem sob o título Μεθοδικά em DL 52 (esta identificação é polémica: voltaremos a falar dela no apêndice I, n. 25), ou com as *Refutações Sofísticas*, que figuram em DL 27 com a designação Περὶ ἐριστικῶν. (Para a identificação sistemática dos títulos dos três catálogos, veja-se a primeira secção do apêndice I.)

catálogo) ou a *Física* (que o catálogo desconhece como tal, mas contempla em diversas edições parciais), títulos tão relevantes como os acima apontados (e que, no conjunto, equivalem a bem mais de um terço do *corpus* conservado) são pura e simplesmente ignorados pelo inventário.

A única ausência importante que Moraux explica é a da *Metafísica* (ou de uma primeira versão do tratado, ainda sem os livros α, Δ, K e Λ) [14], que acidentes de transmissão poderão ter feito cair do original de que Diógenes se serviu [15].

Mas as restantes lacunas não há como explicá-las, por mais acidentes de transmissão que tenham ocorrido. Pura e simplesmente elas não constavam da lista original em que o catálogo se baseou.

Ora, se olharmos para o catálogo anónimo, ou, mais precisamente, para a sua primeira parte, exactamente a mesmas conclusões se impõem.

Este divide-se em duas secções bem distintas: a primeira, que constitui o catálogo propriamente dito, agrupa cento e trinta e nove títulos; a segunda, o Apêndice anónimo, de que falaremos adiante, reúne cinquenta e seis títulos, alguns repetidos da primeira parte, outros completamente novos, dos quais os últimos dez são reconhecidamente espúrios.

A primeira parte é, com alguns acrescentos, omissões e variantes, praticamente sobreponível à lista de Diógenes. A diferença mais relevante é o surgimento da *Metafísica* em dez livros (A 111). Em todo o caso, a dar crédito à explicação atrás mencionada para a ausência deste tratado no catálogo de Diógenes, tal diferença pode ser menos significativa do que parece à primeira vista.

Esta afinidade entre as duas listas, a saber, o catálogo de Diógenes e a primeira parte do catálogo anónimo, sugere, sem grande margem para dúvidas, que ambas derivam de uma fonte comum. E acerca deste ponto existe absoluto consenso entre os estudiosos.

Agora, aquilo acerca de que não existe consenso diz respeito à identificação exacta dessa fonte.

---

14 De acordo com a reconstituição de Jaeger em *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, pp. 177-180; cf. Shute, *History of the Aristotelian Writings*, pp. 137-140, e Lord, «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», p. 150. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

15 Cf. *Les listes anciennes*, pp. 184-190, 206-209, 314-315.

Historicamente, foram propostas duas hipóteses: Hermipo, bibliotecário alexandrino do século III a. C. [16]; e Andronico, o editor bem conhecido da obra aristotélica [17].

A hipótese de Andronico, sempre menos sufragada pelos eruditos, é essencialmente pouco credível, dado que a ele se deve a restituição do *corpus* numa forma que os dois inventários manifestamente desconhecem. E daí que essa hipótese tenha sido praticamente abandonada desde a viragem do século XIX para o século XX [18].

Pelo contrário, a hipótese Hermipo começava a tornar-se consensual no momento em que o estudo de Moraux entrou em cena.

Com efeito, contra as duas interpretações precedentes, que detalhadamente discute [19], Moraux vem propor uma terceira: é a um escolarca do Liceu, Aríston de Cós [20], que deve ser atribuída a autoria do original das duas listas [21].

---

[16] Numerosos autores perfilharam esta interpretação. Vejam-se especialmente: Brandis, «Über die Schicksale der aristotelischen Bücher und einige Kriterien ihrer Echtheit», pp. 248-249; Heitz, *Die verlorenen Schriften des Aristoteles*, pp. 41--47; Zeller, *Die Philosophie der Griechen in ihrer geschichtlichen Entwicklung*, II.2, pp. 50-53; Diels, *Doxographi Graeci*, p. 151; Von Christ, *Geschichte der griechischen Literatur*, I, pp. 722-723; Jaeger, *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, pp. 119, 149, 152; Ross, *Aristotle*, pp. 7-8, n. 3, e 15; Robin, *La pensée grecque et les origines de l'esprit scientifique*, p. 292; Überweg, *Grundriß der Geschichte der Philosophie*, I 12, p. 354; Brink, «Peripatos», col. 925. Para referências mais exaustivas, veja-se Moraux, *Les listes anciennes*, pp. 211-216.

[17] Ver, neste sentido: Rose, *De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentario*, pp. 31-32; Bernays, *Die Dialoge des Aristoteles in ihrem Verhältnisse zu seinen übrige Werken*, pp. 133-134; e Diels, «Zu Aristoteles' *Protreptikos* und Ciceros *Hortensius*», *AGPh*, 1, 1888, pp. 477-497.

[18] Bidez, em 1943, foi provavelmente o último autor relevante a preconizar esta solução (cf. *Un singulier naufrage littéraire dans l'Antiquité*, p. 25).

[19] Cf. *Les listes anciennes*, pp. 221-237.

[20] Aríston, que sucedeu a Lícon na chefia do Liceu, dirigiu a escola entre 225 e 190 a. C.

[21] A polémica está desde então instalada. Logo em 1956, Düring procura num incisivo artigo («Aríston or Hermippus?») refutar a tese de Moraux e sustentar a posição tradicional em favor de Hermipo. Um autorizado e valioso apoio àquela veio, no entanto, de J. J. Keaney em «Two Notes on the Transmission of Aristotle's Writings», *AGPh*, 84, 1963, pp. 52-63. Na actualidade, a tendência dominante parece pender em favor da posição de Moraux: veja-se, por exemplo, Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, p. 62, n. 1, e Lord, «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», p. 145. Para um resumo da controvérsia até à data da saída da obra (1973), veja-se Moraux, *Der Aristotelismus bei den Griechen*, I, pp. 4-5, n. 2.

Os argumentos de Moraux são poderosos e, no conjunto, bastante persuasivos [22].

Limitamo-nos aqui a resumi-los:

1) A arrumação que preside às duas listas obedece a critérios temáticos, distintos dos seguidos pelas grandes bibliotecas da Antiguidade na inventariação das colecções individuais, que adoptavam uma ordenação alfabética dos títulos;
2) Em geral, os princípios que regem a constituição do catálogo são de ordem científica e não meramente pinacográfica;
3) O inventário original em que as duas listas repousam é de uma grande antiguidade, anterior ao estabelecimento definitivo dos títulos e ao agrupamento dos livros em tratados, aproximando-se sob este ponto de vista da consciência que o próprio Aristóteles reflecte sobre o *corpus*, ao utilizar livremente diferentes designações para uma mesma obra e ao referir-se, como obras distintas, a secções de tratados hoje tradicionalmente consolidados. A mesma antiguidade é corroborada pelo reduzido número de pseudepígrafos que as listas incluem;
4) O autor do catálogo original revela um conhecimento muito íntimo da filosofia aristotélica, nomeadamente no que toca às grandes divisões sistemáticas sob as quais Aristóteles classifica as ciências, as quais são respeitadas pelas listas, apesar dos efeitos que os erros de cópia e demais acidentes de transmissão lhes foram comunicando.

De 3) resulta que o autor da lista original precede a época androniciana. E de 1) e 2) resulta que ele não era um simples bibliotecário, mesmo com vagos interesses filosóficos. Era, como 2) sugere, alguém profissionalmente ligado à filosofia e, como 4) indicia, alguém situado «na órbita da escola peripatética» ou mesmo um membro do Liceu. Excluída, como única hipótese alternativa, que se tratasse de um estóico [23], resta que fosse um ele-

---

[22] Cf. *Les listes anciennes*, pp. 237-247.

[23] O motivo prende-se com os critérios seguidos na ordenação do catálogo, de que falaremos adiante (capítulo IV), e que incluem opções incompatíveis com a concepção estóica do lugar sistemático de certas disciplinas, como a retórica, que (ao contrário do peripatetismo) o estoicismo integrava na lógica.

mento do Perípato. Esta conclusão é reforçada por aquilo que sabemos das características da escola após Estratão: a importância conferida à dialéctica e à retórica em detrimento da filosofia natural está bem reflectida na proporção relativa dos títulos de umas e outra no interior das listas; e a contaminação platónica que, como veremos, estas revelam é consistente com a tendência para o eclectismo que caracterizou o Liceu durante a época helenística.

Mas porquê precisamente Aríston, de entre os vários vultos da escola peripatética no período referido?

Elementos de diversa ordem, marginalmente insinuados nas biografias dos peripatéticos compiladas por Diógenes Laércio, inclinam, pelo menos, nessa direcção. Desde logo, Aríston estava empenhado numa pesquisa da história do Liceu e, em particular, dos seus fundadores. A ele se deve justamente a transmissão dos testamentos dos quatro primeiros escolarcas do Perípato que Diógenes transcreve. Ora, a recolha dos testamentos estava integrada num projecto mais vasto de compilação e divulgação dos aspectos mais salientes da actividade das figuras cimeiras do Liceu, incluindo um apontamento acerca da vida de cada uma e um inventário dos seus escritos, de acordo com o modelo tradicional que os biógrafos aristotélicos posteriores até Ptolemeu fielmente seguirão. Finalmente, a circunstância de Diógenes Laércio só contemplar os peripatéticos até Lícon, que foi o imediato antecessor de Aríston, faz suspeitar que a investigação produzida por este constituiu a base de que ele, ou as suas fontes, se serviu para obter as informações de que necessitava e que é justamente por esse motivo que as biografias do próprio Aríston e dos seus sucessores não figuram no rol.

Tudo pesado, parece razoável considerar a tese de Moraux suficientemente estabelecida no que toca aos seguintes aspectos:

1) O autor da lista original não era um bibliotecário, nem um compilador, nem um simples curioso, mas um autor envolvido num projecto científico, dotado de um bom conhecimento da filosofia aristotélica e preocupado em constituir o inventário de acordo com os princípios desta;
2) O autor da lista original pertencia ao Perípato e era seguramente um membro categorizado da escola, o que lhe facultou o acesso a informações em primeira mão sobre as obras de Aristóteles, tal como elas existiam ou eram conhecidas na época;

3) O autor da lista original é contemporâneo da fase de decadência do Liceu, materialmente privado de parte significativa da obra do seu fundador, como a própria lista testemunha, e (decerto também em consequência disso) filosoficamente empobrecido e desnaturado.

Se esse autor é ou não Aríston é mais discutível. Mas, dadas as conclusões alinhadas, trata-se sem dúvida de um forte candidato.

Temos assim elementos para situar a origem das duas listas que estivemos a acompanhar em meados do século III a. C., já depois do evento que afectou a integridade do *corpus*, mas ainda numa época em que os textos correspondem genericamente ao modo como o próprio Aristóteles se lhes refere.

Dado que a caracterização geral do seu autor nos permite conjecturar com bastante segurança que a lista original procurava reunir o conhecimento mais abalizado possível sobre a obra de Aristóteles na época em que foi elaborada, e que um tal conhecimento, nomeadamente no que se refere aos escritos escolares, não poderia ser melhor adquirido do que na biblioteca do Liceu (a que, como já vimos, o autor pertencia), não parece abusivo concluir que a lista constituía um inventário das obras de Aristóteles depositadas nessa biblioteca, entendidas, justificadamente, como o conjunto integral das obras subsistentes de Aristóteles.

Com efeito, o próprio facto de a lista ser tão lacunar reforça a suspeita de que correspondia a um catálogo das obras existentes no Liceu. Pois, a tão curta distância da morte de Aristóteles e menos ainda da doação a Neleu, não é de crer que o pinacógrafo não obtivesse, se o desejasse, uma informação mais completa sobre os escritos aristotélicos entretanto desaparecidos de circulação.

Era, pois, um inventário das obras *subsistentes* que o autor pretendia elaborar. E esse inventário contemplava os escritos que se encontravam então no Perípato, isto é, a totalidade dos escritos deixados por Aristóteles *minus* os exemplares únicos de Teofrasto que Neleu levou para Cépsis.

Nesta medida, o catálogo de Diógenes e a primeira parte do catálogo anónimo dão-nos uma panorâmica do *corpus* na época particular em que ele se viu provisoriamente truncado e bem assim, por inferência, uma visão do estado original do *corpus*, tal como Aristóteles o legou aos vindouros.

Em breve regressaremos a esta questão.

Por agora, importa antes percorrer brevemente os outros dois documentos que falta considerar, a saber, o Apêndice do catálogo anónimo e o catálogo de Ptolemeu. Ora, se o que precede pode ser admitido, é para um momento completamente distinto do *corpus* que nos abre o Apêndice do catálogo anónimo [24].

Com efeito, esta lista, composta numa época muito posterior à da fonte do próprio catálogo, foi manifestamente introduzida para colmatar algumas das suas omissões mais gritantes e para corrigir menções desactualizadas do mesmo, acrescentando a obras já referidas num determinado estado de apresentação o título da mesma obra numa versão mais moderna. No entanto, encontram-se nele também algumas repetições puras e simples.

Vejamo-lo um pouco mais de perto.

De entre os acrescentos relevantes, avulta desde logo o reaparecimento de todos os tratados significativos que nas duas listas anteriores, e em particular no catálogo anónimo, estavam ausentes. Assim, encontramos nele os grandes tratados de física, todos na sua forma actual: a *Física* em oito livros (A 148); o *De generatione et corruptione* em dois livros (A 149); os *Meteorologica* em quatro livros (A 150); o *De caelo* em quatro livros (A 151); o *De anima* em três livros (A 152).

Ao mesmo tempo, o *corpus* biológico é quase inteiramente restituído, embora, neste caso, nenhum dos tratados apresente a sua forma actual: em A 156, surge o *Movimento dos Animais* em três livros (um apenas no estado moderno); em A 157, as *Partes dos Animais* em três livros (quatro na versão recebida); em A 158, a *Geração dos Animais* em três livros (cinco na sua presente forma). Só o pequeno opúsculo sobre a *Progressão dos Animais* e a totalidade dos *Parva naturalia* continuam persistentemente a faltar [25].

Finalmente, aos títulos de filosofia prática, bem representados nas duas listas precedentes, acrescenta-se formalmente a *Ética a Nicómaco*, já com esse nome (A 174).

---

[24] A partir de agora apenas A, seguido do número de série relativo ao título mencionado.

[25] Reaparecerão, quase integralmente, no catálogo de Ptolemeu (referido de ora em diante apenas por P, seguido do número de série relativo ao título mencionado). Assim, com o *De incessu animalium* (P 52), o *De sensu* (P 45), o *De memoria* e o *De somno et vigilia* (juntos em P 46), o *De longaevitate* (P 53), o *De juventute* (P 54) e até com o pseudepígrafo *De spiritu*, curiosamente distanciado dos outros títulos e fora da secção reservada à filosofia natural (P 23).

Neste capítulo, os espúrios adicionados, de entre aqueles que ainda pertencem ao *corpus*, são relativamente poucos: apenas a *Rhetorica ad Alexandrum* (A 175-177), o *De mirabilibus auscultationibus* (A 179) e talvez o *De mundo* (A 185).

Todavia, o Apêndice procede também a algumas actualizações em relação ao estado em que eram apresentados certos textos já constantes nos catálogos anteriores. Está nesse caso a *História dos Animais* em dez livros (A 155), que substitui a menção separada a *Sobre os Animais* em A 91 (= *HA* I-IX) e a *Acerca da Esterilidade* em A 90 (= *HA* X), bem como a *Metafísica* em catorze livros (A 154), que toma o lugar da edição prévia com apenas dez (A 111) [26].

Um aspecto curioso é o facto de, em A 160, aparecer o título Περὶ τῆς ἐν τοῖς μαθήμασιν οὐσίας («Sobre a substância nos entes matemáticos»), que corresponde com toda a verosimilhança a *Metafísica* M-N, o que mostra bem que, na altura da elaboração do original do Apêndice, subsistiam ainda edições parciais dos tratados a par de edições completas dos mesmos.

A lista termina com a indicação de dez títulos (A 188-197) já na época consensualmente reconhecidos como pseudepígrafos, mas tradicionalmente associados à colecção aristotélica.

Uma rápida consideração dos títulos acrescentados pelo Apêndice não deixa dúvidas de que o seu autor (ou, pelo menos, o autor da parte do Apêndice que integra os textos em causa) [27] beneficiou da edição androniciana e portanto lhe é posterior. A sua identificação ou sequer a data da sua intervenção não pode ser determinada.

É, contudo, no catálogo de Ptolemeu que mais cabalmente se pode apreciar a obra editorial de Andronico.

Este catálogo segue uma ordem relativamente rígida, no essencial idêntica àquela que Moraux mostrou presidir igualmente ao catálogo de Diógenes e ao catálogo anónimo.

---

[26] Este último caso implica uma restituição complexa dos títulos A 153-154, de que daremos conta no apêndice I, n. 63. Outras situações de actualização poderão verificar-se nos títulos A 144 em relação a A 115 (nova designação), A 147 em relação a A 106 (número de *volumina*), A 167 em relação a A 98 (número de livros) e A 168 em relação a A 110 (versão desenvolvida). De entre as correcções a títulos mal referidos na primeira parte do catálogo, o caso mais manifesto é o do título 143, Ἀπορήματα Ἡσιόδου ἐν α', que constitui claramente uma correcção de A 107, onde aparecia Ἀπορημάτων θείων α'. Simples repetições ocorrem em A 169 (*Peplo* = A 105), A 171 (*Sobre a Realeza* = A 16), A 172 (*Sobre a Educação* = A 18) e A 183 (*Sobre a Nobreza* = A 11).

[27] Correspondente à secção A 148-158, que Moraux distingue como *A2*.

A lista começa pela indicação de um número já muito restringido de obras exotéricas (P 1-8), a que se segue uma secção, bastante interpolada, de estudos sobre outros autores (P 9-28). Surge então o rico departamento sintagmático, que obedece a uma ordem bem definida: lógica (P 29-34); ética, política, retórica e poética (P 35-39); física, psicologia e biologia (P 40-55); metafísica (P 56). As duas divisões seguintes englobam os escritos hipomnemáticos (P 57-85) [28], para onde são despedidas várias edições parciais, nomeadamente dos *Tópicos*, que as listas de origem mais antiga incluíam nas respectivas secções temáticas, e as colectâneas e compilações (P 86-91). Por fim são enumerados os escritos privados e alguns memorandos (P 92-97).

Com a excepção da deslocação das edições parciais, é, portanto, perante uma ordem semelhante à dos catálogos anteriores que de facto nos encontramos.

Todavia, quando descemos à consideração individual dos títulos, a diferença torna-se colossal. Pois, aqui, é praticamente todo o *corpus* conservado, e em regra na sua arrumação clássica, que descobrimos na secção reservada aos tratados.

A secção começa logo com o *Organon* completo (P 29-34), pela seguinte ordem: *Categorias*, *Sobre a Interpretação*, *Tópicos*, *Primeiros Analíticos*, *Segundos Analíticos*, *Refutações Sofísticas*. Em seguida vêm os tratados correspondentes às ciências práticas e poiéticas: *Grande Moral* (P 35); *Ética a Eudemo* (P 36) [29]; *Política* (P 37); *Poética* (P 38, repetido de P 21); *Retórica* (39). Depois os títulos de filosofia natural: *Física* (P 40); *Sobre o Céu* (P 41); *Sobre a Geração e a Corrupção* (P 42); *Meteorológicos* (P 43); *Sobre a Alma* (P 44); *Sobre a Sensação* (P 45); *Sobre a Memória* e *Sobre o Sono e a Vigília* (P 46); *Movimento dos Animais* (P 47); *História dos Animais* (P 49); *Partes dos Animais* (P 50); *Geração dos Animais* (P 51); *Progressão dos Animais* (P 52); *Sobre a Longevidade* (P 53); *Sobre a Juventude* (P 54). Finalmente, surge a *Metafísica* em catorze livros (P 56) [30].

---

[28] Esta classificação será esclarecida nos capítulos IV-V, *infra*.

[29] Consta no catálogo com oito livros, o que significa que engloba os livros comuns à *Ética a Nicómaco*. Talvez isto explique a ausência deste último tratado, o qual, como vimos, integrava seguramente o πίναξ de Andronico, uma vez que surge no Apêndice do catálogo anónimo (A 174).

[30] As listas árabes falam expressamente em treze livros. Mas como Moraux sugere (cf. *infra*, apêndice I, n. 63), é possível que tal se fique a dever a uma má compreensão do algarismo ιγ′, interpretado como número de livros e não como número de ordem.

Os pseudepígrafos do cânone Bekker aqui acrescentados são apenas o *Sobre as Linhas Indivisíveis* (P 11) e o *Sobre o Alento* (P 23). Curiosamente, nenhum se encontra arrumado na secção sintagmática, que está completamente livre de espúrios.

Nas outras secções figuram diversos títulos repetidos das listas anteriores e alguns novos, mas não vale a pena determo-nos na sua consideração.

Com efeito, o que importa registar é que, no seu núcleo essencial, o catálogo de Ptolemeu restitui, com algumas omissões, o nosso *corpus*.

Nesta medida, tal como o Apêndice anónimo, também o catálogo de Ptolemeu revela um estado pós-androniciano da colecção aristotélica. Só que, neste caso, não é apenas perante a adição de alguns títulos reveladores da edição moderna que nos encontramos, mas perante uma apresentação praticamente completa do *corpus aristotelicum*, exposta segundo uma ordem temática inspirada directamente nos princípios da filosofia aristotélica.

O seu autor é, portanto, alguém que vive em pleno num ambiente em que o cânone de Andronico foi perfeitamente assimilado. E é justamente esse cânone que em grande medida ele se limita a transcrever.

Aqui, todavia, possuímos também o nome do autor.

Com efeito, tanto a lista de al-Qifti como a de Usaibia remetem expressamente para um tal Ptolemeu como o autor do πίναξ.

Trata-se do tão célebre como misterioso Ptolemeu al-Garib da tradição árabe [31].

O problema reside em saber quem é exactamente este autor de que não restou mais notícia.

Sob este aspecto, o epíteto *al-Garib* é imediatamente sugestivo: é que *al-Garib* significa «desconhecido», o que mostra que Ptolemeu (o Desconhecido) era já tão enigmático para os autores árabes como o é para nós.

Várias sugestões de identificação têm sido avançadas.

---

[31] Al-Nadim fala dele (incluído numa nota sugestivamente intitulada: «Filósofos da natureza cuja data e sucessão não conhecemos») como de um aristotélico que elaborou uma biografia e um catálogo dos escritos de Aristóteles (*Fihrist* 19). Também al-Qifti lhe dedica uma entrada da sua *Crónica dos Sábios*, onde se faz uma referência análoga à contida no *Fihrist*, mas acrescentando que o filósofo em causa é diferente do autor do *Almageste*.

Historicamente, a que maior sucesso granjeou foi a sua identificação com Ptolemeu Cenos, escritor do século I d. C., mencionado pela *Suda*, mas de que mais nada se sabe (a ignorância é todavia, neste caso, um argumento favorável) [32].

Uma segunda sugestão, menos feliz nos apoios recolhidos, é a de que o autor do catálogo seria um pitagórico de que falam Sexto Empírico [33] e um escoliasta anónimo [34].

Rose veio abrir uma terceira hipótese [35]: o inventário seria obra de um neoplatónico, de que se conhecem referências de Jâmblico e de Proclo, esta em primeira mão [36].

Mais recentemente, Plezia [37] veio defender que Ptolemeu seria um professor de filosofia aristotélica não anterior ao século IV (a que chamou «Ptolemeu pinacógrafo»), tendo a composição da biografia e do catálogo sido levada a efeito em Antioquia entre 351 e 354. Mas não há nada que substancie esta conjectura, nem qualquer referência na Antiguidade a tão enigmática figura, o que dá toda a impressão de uma criação não só *ex machina* como *ex nihilo*.

Dado o teor e o conteúdo da *Vita* compilada por Ptolemeu, tal como a podemos conhecer pelos seus epítomes gregos, latinos, siríacos e árabes, e cujo fundo neoplatónico é indesmentível, a melhor interpretação é sem dúvida a de Rose, renovada com sólidos argumentos textuais por Düring [38].

A esta luz, Ptolemeu al-Garib seria um neoplatónico alexandrino do século IV, provavelmente membro da escola de Jâmblico. E o epíteto *al-Garib*, desconhecido entre os Gregos [39], ter-lhe-ia sido aposto pelo tradutor árabe da *Vita*, de forma a distingui-lo do astrónomo e geógrafo Cláudio Ptolemeu, com quem já vimos que os Árabes (justificadamente) temiam que ele fosse confundido.

---

[32] A identificação foi proposta pela primeira vez por von Christ em *Geschichte der griechischen Literatur*, I, p. 723, n. 4, e secundada por numerosos autores até aos nossos dias.

[33] Cf. *Math.* I LX 72.

[34] A identificação foi proposta por Zeller, *Die Philosophie der Griechen*, II.2, p. 54, n. 2.

[35] *De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentatio*, p. 45.

[36] *In Ti.* I XX 7 Diehl.

[37] Em «De Ptolemaeo pinacographo» (seguido por Gutas, «The Spurious and the Authentic in the Arabic Lives of Aristotle»).

[38] Cf. *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 115-119, 195-196, 209--211, 469-476.

[39] Cf. *ibid.*, pp. 115 e 210.

Mais importante, todavia, do que identificar o autor do catálogo, é examinar a relação que o próprio catálogo mantém com a sua fonte.

Ora o curioso é que, se a biografia ptolemaica está fortemente tingida de neoplatonismo, o mesmo não acontece com o catálogo, que retém todos os traços de uma arrumação peripatética, precisamente nos pontos em que a diferença se poderia fazer sentir (ordem teofrástica descendente contra a ordem porfiriana ascendente; separação da retórica e da poética em relação à lógica contra a integração neoplatónica daquelas nesta, etc.) [40].

Isto mostra, evidentemente, que Ptolemeu foi absolutamente fiel à sua fonte (que já sabemos ser Andronico), cujo índice com muito probabilidade se limitou a transcrever.

Com efeito, como Moraux bem observa [41], só há um ponto em que podemos suspeitar de uma divergência entre ambos, a saber, a inclusão no cânone da lógica aristotélica do *De interpretatione*, obra que, segundo o testemunho unânime dos comentadores antigos [42], Andronico havia considerado espúria.

Ora, esta fidelidade autoriza-nos a utilizar o catálogo de Ptolemeu como um instrumento seguro para comparar a lista mais antiga (por comodidade, a lista de Aríston) com a lista de Andronico, bem como os estados do *corpus* que cada uma documenta, de forma que possamos finalmente apreender as principais diferenças entre o estado original do *corpus*, isto é, o modo como ele foi presumivelmente deixado por Aristóteles, e a sua transfiguração androniciana, com a qual adquiriu estruturalmente a sua feição definitiva.

Vimos já (e em breve teremos ocasião de confirmar com mais detalhe) que não é ao nível da arrumação dos títulos que se verifica uma divergência assinalável entre as duas listas. Ambas dispõem as obras segundo um mesmo modelo, que é matricialmente aristotélico.

É, pelo contrário, ao nível do conteúdo que as diferenças se tornam patentes. E ao nível do conteúdo em dois sentidos: no sentido em que as obras contempladas numa e noutra são diferentes; e no sentido em que a apresentação das *mesmas* obras em cada uma é também frequentemente distinta.

---

[40] Falaremos mais circunstanciadamente dessas diferenças no capítulo IV.

[41] *Les listes anciennes*, p. 309.

[42] Alexandre, *In APr*. 160.31-161.1 Wallies; Amónio, *In Int*., 5.28-6.4 Busse; Filópono, *In An*. 27.21-27 Hayduck; Boécio, *In Int*., 397b-c, 398a Migne.

Sob a primeira rubrica caem, evidentemente, os muitos títulos ausentes da lista de Aríston e que hoje reconhecemos como parte integrante da colecção aristotélica autêntica, designadamente uma parte muitíssimo significativa, em quantidade e qualidade, dos tratados escolares, os quais reaparecem na sua quase integralidade na lista de Andronico.

Mas também quanto à forma assumida pelas obras comuns às duas listas a diferença não é menos notável.

Se compararmos a lista de Aríston com o *corpus* conservado, essas diferenças são imediatamente evidentes: na lista, verifica-se uma proliferação de edições parciais que o *corpus* conservado não reconhece como tais; inversamente, no *corpus* conservado encontra-se uma série de obras de grande ou média dimensão que a lista também não reconhece como tais; além disso, o número de *volumina* atribuído a uma obra reconhecida por ambos é por vezes distinto; finalmente, a variedade de títulos que a lista admite para uma mesma obra é contrariada, no *corpus* conservado, por uma designação rígida para cada obra.

Ora, essas diferenças, *foi em boa parte a edição romana que as introduziu*. E, portanto, se comparamos agora a lista que dela resulta com a primeira, percebemos quais as divergências que, ao nível da apresentação das obras, existem entre ambas: as edições parciais que enxameiam a lista de Aríston são eliminadas ou assimiladas pelos hipomnemáticos; concomitantemente, os textos correspondentes a essas edições parciais são, na sua maior parte, fundidos em grandes tratados (quando o não estavam já); a divisão dos novos e velhos tratados em livros é reconduzida a um cânone, sempre mais próximo daquele que o *corpus* actual conserva, e os títulos alternativos têm tendência para desaparecer.

Na passagem do estádio representado pela lista de Aríston para o estádio representado pela lista de Andronico, verifica-se assim uma quádrupla evolução do *corpus:*

1) Uma progressão no sentido da redução de edições parciais e/ou alternativas;
2) Uma progressão no sentido da subordinação de obras tematicamente conexas a grandes unidades sintagmáticas, em obediência, aliás, a uma tendência que se pressente já no estado original;
3) Uma progressão no sentido da fixação definitiva das divisões internas desses mesmos tratados;
4) Uma progressão no sentido da estabilização dos títulos.

Podemos agora concluir.

A lista de origem peripatética em que se basearam o catálogo de Diógenes e o catálogo anónimo corresponde a um inventário das obras em poder do Liceu depois da doação a Neleu e revela o estado lacunar do *corpus* no período de Cépsis, mas também os grandes traços estruturais da sua configuração original, antes dessa mesma doação.

O Apêndice e principalmente o catálogo de Ptolemeu, que nos restituem o cânone moderno, revelam a intervenção da edição romana sobre o *corpus*. Essa intervenção envolve o acrescento de muitas obras que até aí não se encontravam disponíveis e uma reordenação profunda da estrutura de todas, nos diversos níveis que acabámos de resumir.

Cotejando as duas fases, podemos reconstituir genericamente o estado original do *corpus* tal como Aristóteles o legou e bem assim a sua diferença em relação ao cânone androniciano.

No seu estado original, se bem que o *corpus* fosse, evidentemente, constituído pela totalidade das obras autênticas que o catálogo ptolemaico lhe atribui, a apresentação dessas mesmas obras era caracteristicamente diferente, sob os índices já indicados, daquela com que as conhecemos hoje.

Quais então as alterações que a edição romana veio trazer?

Em relação ao período de Cépsis, as alterações são óbvias: antes de mais, esta edição veio restituir ao *corpus* uma série de obras que tinham permanecido perdidas e provavelmente ignoradas durante perto de três séculos [43].

Todavia, em relação ao estado original do *corpus*, a diferença não é evidentemente essa.

Descontados os espúrios, as obras são as mesmas. *Foi unicamente a sua forma que mudou.*

E a transformação mais patente e decisiva é a conversão da multiplicidade de pequenos tratados independentes em grandes unidades sistemáticas, em boa parte iniciada já por Aristóteles ou por ele sugerida, ou a sua agregação àquelas que já existiam.

Porfírio alude a esta transformação quando declara que Andronico reuniu por temas as obras aristotélicas e dividiu o todo «em tratados» (εἰς πραγματείαις) [44].

---

[43] Decerto à mistura com alguns espúrios que se insinuaram na época imediata à morte de Aristóteles por obra da geração de discípulos directos do Estagirita e que, por isso mesmo, foram envolvidos também no legado de Neleu e «restituídos» com a sua recuperação.

[44] Cf. *Plot.* 24, 28.9-11 Bréhier.

O facto em si é absolutamente seguro.

Como vimos, entre Aristóteles e o início da nossa era, o *corpus* sofreu uma intervenção no sentido da constituição de um cânone, intervenção essa que passou sobretudo pela organização dos escritos que Aristóteles havia deixado em estado disperso.

Mas em que sentido precisamente foi produzida uma tal organização?

Essa a questão que vamos tratar em seguida.

III

HISTÓRIA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: DO ESTADO ORIGINAL DO *CORPUS* À FIXAÇÃO DEFINITIVA DO CÂNONE

Qual o sentido da intervenção de Andronico sobre o *corpus* no que toca à organização em πραγματεῖαι?

Produziu-se ela ao nível dos próprios tratados, que o editor teria assim originalmente composto, ou cingiu-se antes a uma operação *on the macro-level*, como lhe chama um estudo recente [1], quer dizer, no que toca à constituição de grandes sequências de tratados, paradigmaticamente exemplificadas pelo *Organon?*

Os catálogos de origem mais antiga permitem-nos responder a esta pergunta com alguma segurança, indicando que a intervenção foi sobretudo *macro* [2].

Com efeito, se é verdade que tais catálogos reconhecem edições separadas de partes de tratados mais vastos, é igualmente verdade que alguns desses tratados também já figuram como tal.

Os *Tópicos* dão-nos um bom exemplo disso: a par de, pelo menos, nove edições parciais da obra [3], o próprio tratado comple-

---

[1] Rist, *The Mind of Aristotle*, pp. XIV-XV.

[2] É essa também a posição dominante na literatura: veja-se Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 422-423; Huby, «The Transmission of Aristotle's Writings and the Places where Copies of his Works Existed», p. 242; Lord, «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», pp. 158-161; Rist, *The Mind of Aristotle*, pp. XIV-XV. Uma excepção é Barnes, «Life and Work», pp. 11, 14-15.

[3] DL 31; DL 32 (= A 28); DL 39 (= A 35); DL 44 (= A 43); DL 53 (= A 50); DL 57 (= A 55); DL 58 (= A 56); DL 59 (= A 57); DL 60 (= A 59).

to é também mencionado, provavelmente sob duas designações distintas [4].

Por outro lado, certas obras aparecem desde o início como grandes tratados e sem edições parciais concomitantes (a *História dos Animais*, a *Ética a Eudemo*, a *Política*, a *Retórica* ou a *Poética*) e algumas delas, como a *Ética a Eudemo*, a *Política* e a *Poética*, na forma que hoje têm ou na versão completa que sabemos terem tido.

Os escritos então desaparecidos apresentam uma dificuldade óbvia, visto que não conhecemos o estado em que se encontravam quando foram desintegrados do *corpus*. Em todo o caso, no que toca pelo menos aos tratados biológicos, o exemplo da *História dos Animais* e outros elementos que adiante referiremos levam a crer que existiriam já sob a forma de tratados.

Neste quadro, é apenas num número extremamente reduzido de casos que nos deparamos com obras que poderão ter existido no tempo de Aristóteles exclusivamente sob edições parciais.

Temos assim de distinguir no estado original do *corpus* quatro situações possíveis: 1) certas obras já existiam como tratados; 2) outras existiam como tratados, mas numa forma diferente da que conhecemos hoje; 3) outras ainda existiam como tratados *e* sob a forma de edições parciais; 4) outras, finalmente, existiam apenas em edições parciais.

Correlativamente, a intervenção de Andronico ter-se-á adaptado a cada uma destas situações, a saber, ora (1) respeitando os tratados já existentes, ora (2) fundindo outros com pequenos textos de tema aparentado (assim, ligando o *Sobre os Animais* com o *Acerca da Esterilidade* para constituir a nossa *História dos Animais*, juntando pequenos opúsculos dispersos à edição original da *Metafísica* para lhe dar a forma actual em catorze volumes, ligando a *Retórica* em dois livros com o *Sobre a Dicção*, etc.), ora (3) conservando os tratados e rejeitando as edições parciais, ora ainda, em certos casos extremamente esporádicos, (4) constituindo ele próprio os tratados.

Os resultados do seu trabalho podem ser portanto assim sistematizados:

1) Eliminação drástica de grande parte das edições parciais, acompanhada, nos raros casos em que não existia um tratado, da constituição do mesmo;

---

[4] Respectivamente em DL 52 (= A 49) e em DL 55 (cf. A 51-52). O mesmo se passa, de modo mais limitado, com a *Metafísica*, que aparece como um tratado em dez livros em A 111, ao lado do livro Δ independente (DL 36, A 37), de uma provável primeira versão de Γ (DL 40) e de excertos de E ou K (DL 26, A 25).

2) Fusão de tratados já existentes com opúsculos conexos;
3) Respeito pelo estado do *corpus* sempre que ele já se encontrava sintagmaticamente organizado.

Neste sentido, a intervenção de Andronico não se cifrou tanto em compor os próprios tratados (a maior parte dos quais, como vimos, já existiam enquanto tal), mas sim em rejeitar as duplicações e as repetições e em decidir as melhores lições de entre as várias edições parciais e integrais existentes, assim contribuindo para a depuração do *corpus*, bem como em prolongar e porventura acentuar uma tendência inerente ao próprio *corpus* original no sentido de uma organização sintagmática cada vez mais vasta.

A este nível se integra a outra intervenção importante que podemos seguramente atribuir a Andronico: a sequenciação rigorosa dos tratados (que em certos casos ainda persiste na ordem canónica), dentro de grupos disciplinares definidos de acordo com a doutrina aristotélica e por vezes subordinada a uma unidade mais abrangente (o *Organon* é o único caso atestado em que esse processo foi levado até ao fim) [5].

A esta luz, as πραγματείαι que Porfírio refere são decerto estas unidades mais abrangentes, como o *Organon* ou talvez os *Parva naturalia*, e bem assim a ordenação sistemática resultante da reunião em sequência rígida dos tratados de física, dos escritos biológicos, das obras de filosofia prática, etc.

Evidentemente, a *Metafísica*, cuja organização tal como a conhecemos se deve muito provavelmente a Andronico [6], conta tam-

---

[5] Na verdade, Andronico fez provavelmente mais do que simplesmente conceber o *Organon*: destinou-lhe o primeiro lugar entre as obras aristotélicas, se é certo que considerava, como o sabemos por testemunhos independentes (cf. Filópono, *In Cat*. 5.18-23 Busse, e David, *In Cat*. 117. 22-24 Busse), que o estudo de Aristóteles devia começar pela lógica.

[6] O trabalho de Drossaart Lulofs sobre Nicolau de Damasco veio lançar dúvidas sobre esta questão, que se julgava decidida deste Jaeger (cf. *Studien*, pp. 177-180), no que toca a um ponto particular. Com efeito, a sua análise leva-o a considerar que foi talvez a este autor que se ficou a dever a integração do livro α na *Metafísica* (cf. *Nicolaus Damascenus on the Philosophy of Aristotle*, p. 30). Esta hipótese é consistente com o facto, já nosso conhecido, de os catálogos árabes só atribuírem treze livros à *Metafísica* (ver *supra*, capítulo II, n. 61), a qual teria sido, assim, editada por Andronico sem aquele opúsculo. Mas o ponto é reconhecidamente menor, além de que Nicolau Damasceno é um imediato continuador de Andronico, pelo que os seus contributos podem ser englobados na obra mais geral da edição romana de Aristóteles.

bém como uma πραγματεία neste sentido, dado o carácter heteróclito das secções que a compõem e a sua própria duplicidade, por um lado como domínio disciplinar, por outro como tratado particular.

Todavia — e esta questão é bem mais importante —, a organização εἰς πραγματείαις foi levada a cabo livremente por Andronico, ou obedeceu a um critério inspirado no estado do *corpus* que lhe foi confiado, senão mesmo em indicações expressas de Aristóteles?

Podemos responder com razoável segurança que a segunda hipótese é a correcta.

Tudo o que antecede mostra à saciedade que o *corpus* estava já animado de uma tendência para a integração progressiva dos opúsculos em tratados.

Mas não é apenas o estado original do *corpus* que nos permite afirmá-lo, senão determinadas declarações taxativas de Aristóteles quanto ao modo de encarar a articulação de alguns dos seus estudos.

Relembremos os factos.

Todos os tratados do *Organon* já existiam como tal. Contudo, não só os tratados existiam como tal, como o próprio Aristóteles mostra ter plena consciência da unidade constituída pelos tratados de lógica, isto é, nos seus termos, de analítica (*Primeiro* e *Segundo Analíticos*) e de dialéctica (*Tópicos*, com o seu anexo sobre a erística, hoje conhecido por *Refutações Sofísticas*), reivindicando a fundação da área disciplinar correspondente como sua descoberta original [7].

A constituição de um *Organon*, isto é, de uma πραγματεία englobando a totalidade da obra lógica, estava assim já prevista, pelo menos na ordem natural de desenvolvimento do *corpus*. Só faltava o acrescento inicial das *Categorias* e, para os continuadores de Andronico não comprometidos com a atétese, a incómoda adição do *De interpretatione* (num local que de resto se manteve du-

---

[7] Cf. *SE* 34, 183b15-184b8. Esta passagem é frequentemente interpretada como abrangendo apenas a dialéctica. Mas isso é contraditório com o facto de este tratado (cf. 2, 165a38-b11), bem como aliás a última versão dos *Tópicos* (cf. I 1, 100a25-101a24), reconhecer expressamente a integração das várias secção da lógica tal como Aristóteles a concebe. A ciência que na passagem Aristóteles se orgulha de ter descoberto é, portanto, a lógica como um todo e não apenas a dialéctica.

rante muito tempo flutuante) para que a πραγματεία de Aristóteles fosse coincidente com a nossa [8].

A *História dos Animais* também já era um tratado no estado original do *corpus*. A junção, como seu último livro, do escrito independente *Acerca da Esterilidade*, sobre cuja autenticidade, aliás, subsistem ainda hoje muitas dúvidas [9], constituiu um decisão, porventura inábil, motivada pelo projecto global de Andronico de eliminar o mais possível os pequenos opúsculos separados e reconduzir os dispersos a grandes unidades.

Uma versão da *Metafísica* em dez livros também já estava compilada.

Só os livros α, Δ, K e Λ, se todos autênticos [10], subsistiam, a crer em Jaeger [11], em estado independente.

---

[8] A fixação definitiva da ordem do *Organon*, tal como hoje a conhecemos, e que é aquela que se encontra já em todos os manuscritos subsistentes, deve-se aos comentadores neoplatónicos, fruto de um longo e acidentado processo antecedente. Para a atribuição da ordem definitiva aos neoplatónicos, veja-se Solmsen, «Boethius and the History of the *Organon*» (encontram-se alguns dados complementares em I. Hadot, «La division néo-platonicienne des écrits d'Aristote», pp. 272-273). Para uma sinopse extremamente clara dos diversos momentos por que passou a ordenação interna do *Organon*, veja-se Brunschwig, *Dictionnaires des philosophes antiques*, I, pp. 486-487.

[9] O livro foi pela primeira vez formalmente posto em causa por A.-G. Camus na sua edição da *Historia animalium* e, em consequência, atetizado por quase todas as edições e traduções subsequentes. A discussão da autenticidade ainda se mantém. De entre os estudiosos categorizados da biologia aristotélica que se pronunciaram sobre o problema, P. Louis (*Histoire des Animaux*, I, pp. XXXI--XXXII), Düring (*Aristoteles*, pp. 506-509) e G. E. R. Lloyd (*Aristotle*, p. 16) rejeitam--na; Balme (*History of Animals Books VII-X*, pp. 26-30, e «Aristotle *Historia Animalium* Book Ten») defende-a.

[10] A dúvida persiste em relação a α e a K. O primeiro foi atribuído na Antiguidade a Pásicles de Rodes, sobrinho de Eudemo. Os autores modernos dividem-se quanto à sua autenticidade (ver o estado da questão em Owens, «The Present Status of Alpha Elatton in the Aristotelian *Metaphysics*», *AGPh*, 66, 1984, pp. 148-169). A estilometria sugere fortemente o seu carácter espúrio: cf. Kenny, «A Stylometric Comparison Between Five Disputed Works and the Remainder of Aristotelian Corpus» e «A Stylometric Study of Aristotle's *Metaphysics*», p. 14. A situação da *Metafísica* K é mais confortável. Também aqui não existe consenso entre os estudiosos; um bom exemplo é dado pelas posições contrastantes assumidas no mesmo *Symposium Aristotelicum* por Aubenque, em «Sur l'inauthenticité du livre K de la *Métaphysique*», e por Décarie, em «L'authenticité du livre K de la *Métaphysique*». No entanto, a estilometria aponta fortemente para a genuinidade: veja-se Kenny, «A Stylometric Comparison», e Rutten, «La stylométrie et la question de 'Métaphysique' K».

[11] *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, p. 180.

A existência do livro Δ como um escrito independente é, como vimos, atestada pelos próprios catálogos [12]; e o seu carácter de dicionário filosófico justifica que assim tenha sucedido.

O livro α é claramente um pequeno opúsculo independente, porventura inacabado, concebido para introdução global a uma grande colecção de tratados de física. A sua existência como tratado autónomo, que os catálogos não parecem documentar, é, portanto, claramente consistente com a sua natureza e conteúdo.

O livro K é bem mais complexo. Compõem-no manifestamente duas partes completamente distintas: a primeira (1-8, 1065a26) constitui um sumário de B-Γ-E (de que poderá ter sido um primeiro esboço ou então um resumo); a segunda (1065a26 até ao fim) é uma colecção muito heteróclita de excertos e súmulas da *Física*. Ambas, se de facto redigidas por Aristóteles, seriam decerto, no estado original da colecção, *dois* livros independentes que o próprio Andronico ou algum dos seus antecessores assaz desastradamente juntaram.

No todo, a existência de α, Δ e K (1 e 2) em estado independente é não só perfeitamente provável como até perfeitamente justificada. A sua junção à *Metafísica*, em absoluto dispensável, é que se compreende apenas pelo afã de Andronico em reduzir e unificar, o que nem sempre fez com igual felicidade.

O caso do livro Λ é totalmente diferente. Jaeger encara-o como um dos livros excluídos do tratado original em dez livros. Mas isso é pouco provável, porque o objecto fundamental do livro Λ, a saber, a substância não-sensível, é parte integrante do projecto da *Metafísica* [13], tal como ele é anunciado desde os estratos (que o próprio Jaeger virá a considerar) mais antigos do tratado [14], e decerto tão integrante como o é a investigação sobre a natureza dos objectos matemáticos na sua relação com a substância [15]. Ora, se é concebível que a *Metafísica* Λ tenha começado por existir em estado independente [16], *não é concebível* que, uma vez constituído o tratado aristotélico original de que a lista mais antiga dá testemunho, o livro Λ não estivesse nela incluído.

---

[12] Cf. DL 36, A 37, e *supra*, capítulo II, n. 43.

[13] Veja-se o apêndice II, onde propomos um conspecto estrutural da *Metafísica*.

[14] Cf. *Metaph.* B 1, 995b14-18, e B 2, 997a34-998a19.

[15] Que Aristóteles anuncia igualmente em *Metaph.* B 1, 996a12-15, e B 5, 1001b26-1002b11, e levará a cabo nos livros M e N.

[16] Como muito provavelmente M-N também existiram em estado independente: relembre-se o título Περὶ τῆς ἐν τοῖς μαθήμασιν οὐσίας em A 160.

Não temos explicação para o facto de a edição primitiva da *Metafísica* só contar dez livros [17] e de dela fazerem certamente parte Α, Β, Γ, Ε, Ζ, Η, Θ, Ι, Μ e Ν, o que já perfaz o número indicado. A única hipótese que podemos provisoriamente avançar (e que é reconhecidamente pobre) é que Μ e Ν tivessem sido então incluídos como um único livro, caso em que a *Urmetaphysik* seria Α, Β, Γ, Ε, Ζ, Η, Θ, Ι, Λ, Μ-Ν.

Feita esta referência, necessariamente mais longa, à situação da *Metafísica* no estado original do *corpus*, completemos rapidamente o périplo: a *Ética a Eudemo* e a *Política* existiam ambas como tratados; a *Retórica* era um tratado em dois livros, a que Andronico acrescentou o estudo *Sobre a Dicção*, como seu livro terceiro; a *Poética* completa, de que nos sobrou apenas o livro sobre a tragédia, também existia como um tratado.

Em suma: na sua generalidade, as obras de Aristóteles, mesmo aquelas de que subsistiam paralelamente edições parciais, já tinham atingido a condição sintagmática no estado original do *corpus*.

Até a *Física*, que, a ajuizar pelos catálogos que nela se inspiraram, não surge como tal na lista de Aríston, era já decerto um tratado no tempo de Aristóteles [18].

Os únicos casos que não podemos afirmar com segurança que existissem sob a forma de tratados são aqueles que envolvem obras de que o *corpus* esteve justamente privado até à época de Andronico.

Contudo, dada a inexistência de qualquer exemplo relevante em contrário, seguramente o ónus da prova pertence a quem pretenda negá-lo.

---

[17] Não compartilhamos a tese de Lord («On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», pp. 146, 149-151) segundo a qual, em A 111, κ´ deve ser lido como o número de livros (vinte) e não como o algarismo correspondente ao último volume (décimo). Não só não se vê que textos dos catálogos chegariam para preencher uma tal *Metafísica* em vinte livros (os catorze da actual são já porventura de mais), como principalmente é contra a lógica da lista mais antiga, que é essencialmente dispersiva, conter uma obra cuja constituição teria necessariamente envolvido sucessivos estratos de adição. É que não se trataria aqui de uma mera compilação, de problemas (como em DL 120, A 110, P 76), de reclamações legais (DL 129, A 120) ou de Constituições (DL 143, A 135, P 86). Tratar-se-ia da composição de um novo *tratado* a partir de edições parciais mais antigas. Ora esse exercício, efectuado em grande escala, só se verifica com Andronico.

[18] As referências do próprio Aristóteles em *Ph.* VIII 5, 257a34-b1, e em *Metaph.* Λ 8, 1073a32, visam manifestamente a *Física* como um todo.

Obtemos assim a confirmação da resposta anteriormente dada: a organização εἰς πραγματείαις não foi levada a cabo livremente por Andronico; esta organização obedeceu a um critério inspirado no estado original do *corpus*, a saber, a própria disposição em tratados da obra subsistente de Aristóteles.

Mas há mais — e mais importante.

É que não só a edição androniciana seguiu o exemplo que lhe era fornecido pelo *corpus*, como, para a própria organização dos tratados em unidades sequenciais mais vastas e, portanto, para a constituição das incipientes πραγματείαι em que efectivamente o deixou dividido, foi em grande medida em expressas indicações aristotélicas que se inspirou.

Para o perceber, comecemos por acompanhar o modo, particularmente instrutivo, como a *Física* é composta a partir dos seus estratos originais.

Os comentadores contêm diversas referências a esse respeito. Assim, Simplício dá conta por diversas vezes da divisão original da *Física* em dois blocos, o primeiro intitulado τά περὶ ἀρχῶν ou τά φυσικά e correspondendo aos livros I-V, o segundo intitulado τά περὶ κινήσεως e correspondendo aos livros VI-VIII [19]. Em favor desta lição, o neoplatónico reivindica o testemunho de Damas, discípulo de Eudemo e portanto muito próximo ainda de Aristóteles, que teria mencionado um tratado περὶ κινήσεως em três livros [20], bem como o de Andronico, que teria editado a *Física* de acordo com aquela divisão [21], e ainda o de Adrasto de Afrodísias [22] e de Porfírio [23], que se lhe teriam referido. Haveria assim uma tradição constante e ininterrupta desde o século III a. C., com Damas, até ao século III d. C., com Porfírio, passando pelos dois grandes momentos de renascimento do aristotelismo na Antiguidade, a edição de Andronico (século I a. C.) e o início do comentarismo (século II d. C.), no sentido da divisão original da *Física* nos dois grandes blocos referidos.

No entanto, Filópono [24] e, antes dele, o próprio Porfírio [25], embora reconhecendo na *Física* uma divisão em dois grupos com

---

[19] Cf. *In Ph.* 801.13-16, 923.10, 923.16 Diels; *In Cael.* 226.19 Heiberg.

[20] *In Ph.* 924.14 Diels.

[21] *Ibid.* 923.9.

[22] *Ibid.* 924.14.

[23] *Ibid.* 802.9.

[24] *In Ph.* 2.16 Vitelli.

[25] *Apud* Simplício, *In Ph.* 802.7-13 Diels.

a natureza indicada, anexavam antes o livro V a τά περὶ κινήσεως, distribuindo assim o tratado pelos livros I-IV (= τά φυσικά) e pelos livros V-VIII (= τά περὶ κινήσεως).

Aristóteles, por seu lado, refere-se por vezes à totalidade da *Física* sob o título de τά φυσικά [26]. Mas também lhe acontece remeter para certas secções com a expressão ἐν τοῖς φυσικοῖς [27] ou ἐν τοῖς περὶ τὰς ἀρχάς [28] e para outras com a expressão ἐν τοῖς περὶ κινήσεως ou ἐν τοῖς περὶ κινήσεως λόγοι [29]. Em qualquer dos casos, só parece seguro que os livros II e III eram incluídos no primeiro bloco e o livro VI no segundo; acerca dos restantes não existem referências claras.

Ross, que estuda magistralmente esta questão na sua edição do tratado [30], analisa o conteúdo dos diversos livros de forma a propor uma solução capaz de conciliar os diversos testemunhos aparentemente contrastantes, justificando ao mesmo tempo as referências do próprio Aristóteles e dos peripatéticos mais antigos. Os resultados desse estudo permitem mostrar que a *Física* constitui de facto a fusão de dois blocos temáticos diferentes, cada um visando o objecto que tradicionalmente lhes era assinalado, mas correspondendo no actual tratado a unidades distintas daquelas que Filópono, por um lado, e Simplício, por outro, lhes atribuíam. Assim, os livros I-IV correspondem ao tratado τά περὶ ἀρχῶν ou τά φυσικά, ao passo que os livros V, VI e VIII correspondem ao tratado τά περὶ κινήσεως; o livro VII deve ter permanecido, com toda a segurança, um livro independente durante um largo período [31].

A esta luz, as referências de Aristóteles são respeitadas, o testemunho de Damas acerca de um tratado περὶ κινήσεως em três livros é justificada, a intuição de Porfírio e Filópono segundo a

---

26 Ver, por exemplo, *Ph.* VIII 5, 257a34-b1, e *Metaph.* Λ 8, 1073a32.

27 Cf. ἐν τοῖς φυσικοῖς πρότερον em *Ph.* VIII 1, 251a8-9, que remete seguramente para III 1; assim também ἐν τοῖς φυσικοῖς em *Ph.* VIII 3, 253b8, que remete para II 1; e ainda πρότερον ἐν τοῖς φυσικοῖς em *Ph.* VIII 10, 267b21-22, que remete para III 5.

28 Assim em *Cael.* I 7, 274a21-22: a referência é aparentemente para *Ph.* III 4-8.

29 Cf. *Cael.* I 5, 272a30-31, que remete para *Ph.* VI 2 e 7; *Cael.* VIII 1, 299a10, que remete para *Ph.* VI 1; e *Cael.* III 4, 303a23-24 (ἐν τοῖς περὶ χρόνου καὶ κινήσεως), que refere muito provavelmente IV 11-12 ou VI 1-2.

30 Cf. *Aristotle's Physics*, pp. 1-11.

31 Os sinais que o indiciam são recenseados por Ross a pp. 15-19 da obra referida. Mas cf. também Bostock, «Introduction», *Physics*, pp. LXIX-LXX.

qual o livro V forma uma unidade natural como o livro VI e não com aqueles que o precedem no actual tratado é vindicada, e só graças à natureza peculiar do livro VII os comentadores neoplatónicos fracassam na correcta restituição da obra «sobre o movimento» (tal como, em consequência da sua desatenção ao conteúdo do livro quinto, Simplício fracassa na restituição da obra «sobre os princípios»).

Esta solução permite a Ross sugerir a identificação de diversos títulos constantes nos três catálogos antigos de Aristóteles [32] e, a esta luz, traçar a composição da *Física* [33] e a sua cronologia interna [34].

De acordo com a sua análise dos títulos dos catálogos, teríamos então:

DL 41, A 21 = *Ph.* I;
DL 45, A 40 = versão de *Ph.* VII a par de DL 115 e A 102 ou *Ph.* III1-3;
DL 90 = *Ph.* II-IV;
DL 91, A 82 = *Ph.* II (isolado);
DL 115, A 102 = versão de *Ph.* VII (a par ou não de DL 45 e A 40);
A 81 = *Ph.* II (isolado);
A 170, P 91 = *Ph.* IV 10-14 como tratado separado;
A 148 [35] = *Ph.* (8) + *Cael.* (4) + *GC* (2) + *Mete.* (4);
P 19 = *Ph.* I-VIII (?);
P 40 = *Ph.* I-VIII.

As identificações de Ross são extremamente penetrantes e na maior parte dos casos podem ser acolhidas.

Por motivos que se tornarão claros oportunamente [36], é, no entanto, conveniente introduzir algumas alterações.

Assim:

DL 41, A 21 = *Ph.* I (= Ross);
DL 45, A 40 = *Ph.* V-VI;

---

32 *Op. cit.*, pp. 5-6.
33 *Ibid.*, p. 6.
34 *Ibid.*, pp. 6-11.
35 Φυσικῆς ἀχροάσεως ιη᾽ (*Curso de Física em 18 livros*).
36 Cf. a identificação dos respectivos títulos no apêndice I.

DL 90 = *Ph.* II-IV (= Ross);
DL 91, A 82 = *Ph.* VII como tratado independente;
DL 115, A 102 = versão separada de *Ph.* VIII;
A 81 = *Ph.* II (isolado) (= Ross);
A 170, P 91 = *Ph.* IV 10-14 como tratado separado (= Ross);
A 148 = *Ph.* + *Cael.* + *GC* + *Mete.* (= Ross);
P 19 = *Ph.* V, VI, VIII com corrupção do algarismo (η′ em vez de γ′) [37];
P 40 = *Ph.* I-VIII (= Ross).

A aceitar esta última restituição dos títulos, os escritos catalogados nas listas atestariam os seguintes estratos na evolução do tratado:

1) Fase independente ou de circulação autónoma (evidentemente, não concomitante) de *Ph.* I, *Ph.* II, *Ph.* IV 10-14, *Ph.* VII e *Ph.* VIII;
2) *Ph.* II-IV e *Ph.* V-VI como edições parciais;
3) Formação do bloco *Ph.* V-VI-VIII como uma das duas grandes secções (a par de *Ph.* I-IV, que, no entanto, não é documentada pelos catálogos) em que o tratado se encontrou dividido, uma «sobre o movimento», outra «sobre os princípios»;
4) Composição do tratado completo *Ph.* I-VIII;
5) Instituição do cânone dos tratados físicos (*Física*, *Sobre o Céu*, *Sobre a Geração e a Corrupção*, *Meteorológicos*).

Como vimos, as fases 1)-4) podem ser todas situadas com segurança no período de vida de Aristóteles, seja com base no testemunho dos catálogos, seja com base nas referências do próprio filósofo.

---

[37] Note-se que os títulos catalogados em P 1-28 correspondem, com raríssimas excepções (assim com os espúrios P 11 e P 23), a edições pré-andronicianas, ou conservadas no πίναξ de Andronico, ou (o que é menos provável) retiradas por Ptolemeu de listas mais antigas e necessariamente muito truncadas; daí que praticamente todas se encontrem nos outros catálogos. A importância desta observação não se prende directamente com a identificação do título, mas com as consequências que dela se retiram para a compreensão da composição da *Física*.

Só no caso de 5), pelo contrário, não se encontra nos dados em presença nada que a vincule ao estado original do *corpus*.

Ora 5), que é um óbvio exemplo de πραγματεία no sentido que conferimos à expressão, só aparece no Apêndice anónimo, o qual, como sabemos, reflecte a fase pós-androniciana do *corpus* e não o seu estado primitivo.

Quererá isto dizer que estamos enfim perante uma πραγματεία androniciana bem documentada pela tradição, para além do clássico exemplo do *Organon*?

É possível. Mas, se assim for, a precedência cabe nesse caso a Aristóteles.

É que a referida πραγματεία encontra-se expressamente antecipada num texto aristotélico (cuja autenticidade nunca foi posta em causa) [38], onde se prescreve a ordem lógica de abordagem dos grandes objectos da física [39].

Ora essa ordem admite uma correlação *exacta* com uma determinada sequência dos tratados físicos, a saber, aquela que se encontra presumivelmente subjacente ao título 148 do Apêndice anónimo e portanto à πραγματεία de Andronico (e que aliás ainda hoje encontramos presente no cânone).

Com efeito, se reduzirmos a esquema as indicações contidas no local indicado, obtemos a seguinte correspondência:

1.	Princípios gerais da natureza.	*Física*.
2.	Constituição do mundo sideral.	*De caelo* I-II.
3.	Constituição do mundo sublunar (a partir dos quatro elementos).	*De caelo* III-IV. *De generatione et corruptione.*
4.	Fenómenos que ocorrem «entre a Terra e o Céu».	*Meteorologica* (I-III).
5.	Animais e plantas.	Tratados biológicos.

Todavia, esta situação está longe de ser caso único no *corpus*.

[38] *Mete.* I 1, 338a20-339a9.

[39] É nela certamente que se inspira a ordenação peripatética clássica («descendente»): princípios (ἀρχαί), deus (θεός), universo (κόσμος), fenómenos meteorológicos (μετέωρα), alma (ψυχή), natureza (φύσις), fisiologia (φυσιολογία).

Também em relação aos tratados biológicos nos deparamos com a indicação precisa de uma determinada sequência (no caso, nem seguida por Andronico, a ajuizar pelo catálogo de Ptolemeu, nem adoptada pelo cânone moderno), a qual obedece a uma ordem projectada do tratamento dos diversos tópicos [40].

Essa sequência encontra-se expressamente indicada no início do *De partibus animalium* [41] e é sistematicamente recordada no início e no final de cada um dos tratados [42].

---

[40] Escusado será dizer que essa ordem, tal como a dos tratados físicos *stricto sensu*, nada tem a ver com a cronologia relativa dos tratados biológicos, mas apenas com o projecto global das investigações naturais, tal como Aristóteles o concebeu expressamente a partir do momento em que aqueles se encontravam todos redigidos, ou, pelo menos, projectados.

[41] I 1, 639a1-642b4.

[42] Assim, na *História dos Animais* esclarece-se que o seu objectivo é expor os factos quanto às diferenças dos animais e não expor as causas dessas diferenças, o que é considerado uma tarefa posterior (cf. *HA* I 6, 491a9-11).

Tanto no *De partibus animalium* (II 1, 646a8-12; cf. I 1, 640a13-15; I 5, 645b1--3) como no *De incessu animalium* (1, 704a5-10) procede-se a uma apresentação do seu objectivo em expressa distinção com o da *Historia animalium* (factos *vs.* causas).

O final do *De incessu animalium* faz explicitamente a ponte com o *De anima* (cf. *IA* 19, 714b20-23).

O *De anima* contém diversas referências aos *Parva naturalia* para questões de detalhe e repousa sobre os tratados zoológicos no que toca às grandes teses biológicas que assume.

O início do *De sensu*, que constitui uma introdução geral aos *Parva naturalia*, situa o objecto desses tratados como as «funções comuns ao corpo e à alma» (cf. *Sens.* 1, 436a1-b7) e anuncia extensivamente cada um deles.

Por sua vez, o final de cada um destes e o início do subsequente remetem--se em regra mutuamente.

No final do *De motu animalium* faz-se uma recapitulação dos tratados anteriores e anuncia-se o *De generatione animalium* (cf. *MA* 11, 704a3-b3).

No início deste empreende-se uma retrospectiva geral de toda a investigação anterior e estabelece-se o campo ainda em aberto para análise (cf. *GA* I 1, 715a1-17). O final deste tratado, pelo contrário, não remete para mais nada.

Há contudo uma excepção: o final do *De partibus animalium* remete para o *De generatione animalium* (cf. *PA* IV 13, 697b27-30).

A sequência é a seguinte [43]:

1.	*Historia animalium*	Recolha dos factos [44].
2.	*De partibus animalium* *De incessu animalium*	Causa material dos animais (isto é, as suas partes [45], homeómeras e anomeómeras [46], com excepção das partes reprodutivas), do ponto de vista da sua adequação à execução das suas funções e fins próprios.
3.	*De anima*	Causa formal dos animais (a alma, suas partes e funções).
4.	*Parva naturalia* *De motu animalium*	Funções comuns à alma e ao corpo, com excepção da reprodução [47].
	De generatione animalium	Partes usadas na reprodução e funções reprodutivas (que também são comuns à alma e ao corpo).

[43] Para a estrutura do quadro e algumas das descrições nele contidas, seguimos a excelente lição de Peck, *Generation of Animals*, p. VII (e cf. *Parts of Animals*, pp. 9-10).

[44] A *História dos Animais* tem por objectivo expresso expor os factos quanto às diferenças dos animais, nos diversos domínios em que ela se manifesta (morfologia, reprodução, ecologia, psicologia), como tarefa prévia à investigação das causas dessas diferenças (investigação do ὅτι ou de «o quê»): cf. *HA* I 6, 491a9-11. Pelo contrário, os tratados sequentes têm por objectivo estabelecer as causas desses factos (investigação do διότι ou do «porquê»), o que é reiteradamente lembrado no início de cada um deles: ver *PA* II 1, 646a8-12 (e cf. I 1, 640a13-15; I 5, 645b1-3); *MA* 1, 698a1-7; *IA* 1, 704a5-10; *GA* I 1, 715a1-18. A distinção aristotélica entre investigação do ὅτι e investigação do διότι é canonicamente exposta em *APo.* II 1-10; mas importa ver também: *APo.* I 13, 78a22-79a16; *Metaph.* A 1, 981a12-b13; *EN* I 2, 1095a30-b8; outros locais com interesse são: *APr.* II 2, 53b4-10; *APo.* I 9, 76a9-13; I 14, 79a17-24; I 27, 87a31-37; I 31, 87b33-88a11; II 16, 98b19-21.

[45] Cf. *GA* I 1, 715a9-11: «As partes são *a matéria dos animais*: do próprio animal como um todo, as anomeómeras; das anomeómeras as homeómeras; e destas os chamados elementos dos corpos.»

[46] Para a distinção entre partes homeómeras e anomeómeras, veja-se especialmente: *HA* I 1, 486a6-487a29; *PA* II 1, 646a13-647b9; *PA* II 2, 647b10-648a19; *GA* I 1, 715a9-11.

[47] A sequência (2)-(4) é particularmente evidente em *MA* 6, 700b4-11. Esta passagem traça com clareza o objectivo do tratado no quadro mais geral do *corpus* biológico: as condições materiais para o movimento dos animais foram já investigadas no *De incessu animalium*; a sua causa formal, a alma, foi também já analisada, mas apenas em si mesma, no *De anima*; falta agora indagar o modo como a alma age enquanto princípio do movimento animal. Neste sentido, a inclusão do *De motu animalium* no conjunto de tratados que investigam as «funções comuns ao corpo e à alma» encontra-se amplamente justificada.

Que conclusões retirar?

Manifestamente, e sem subtrair nenhum mérito editorial ao trabalho de Andronico (antes pelo contrário, somando-lhe o escrúpulo na observância das instruções do autor), as πραγματεῖαι andronicianas seguem, ora de um modo mais solto e distante (no que toca aos tratados biológicos, em que só o conteúdo, mas não a ordem, é respeitado), ora de um modo mais estrito (no que toca aos tratados físicos, em que conteúdo e ordem são respeitados) as indicações deixadas por Aristóteles.

A sua edição consistiu, pois, fundamentalmente, na decifração das orientações de Aristóteles quanto aos grupos disciplinares em que subordinar os tratados e quanto à sequência a dar-lhes, na inventariação por essa ordem dos tratados já constituídos e no subsequente trabalho de texto, que hoje só podemos tentar adivinhar, no que respeita à eliminação dos espúrios que conseguiu detectar, à eliminação das redundâncias, à decisão dos títulos e do número de livros (se não estavam já estabelecidos) e à conservação dos melhores manuscritos.

Em qualquer caso, o que é certo é que Aristóteles teve uma muito maior intervenção na fixação definitiva do cânone, e portanto no estado actual do *corpus*, do que aquele que por vezes lhe é reconhecido [48]. Não simplesmente deixou os tratados já constituídos, como ainda as indicações segundo as quais futuras πραγματεῖαι mais vastas poderiam vir a ser constituídas a partir deles.

A esta luz, o carácter um tanto caótico que os catálogos mais antigos revelam explica-se pelo facto de eles reproduzirem (já com muitas falhas e interpolações) um inventário das publicações que Aristóteles deixou à data da morte [49] e que se encontravam disponíveis no Liceu após a doação de Teofrasto, mas não um índice das obras completas de Aristóteles, tal como ele teria sido feito sob a sua orientação ou simplesmente de acordo com as instruções implicitamente contidas nas suas obras (tarefa que Andronico levou, de algum modo, a cabo).

---

[48] Lord aponta também neste sentido: cf. «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», pp. 158-159.

[49] Relembre-se que Aristóteles saiu precipitadamente de Atenas um ano antes de morrer, o que o impediu, mesmo que fosse seu desejo, de ordenar convenientemente os «dispersos».

IV

SISTEMÁTICA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: AS FRACTURAS PINACOGRÁFICAS DA OBRA ARISTOTÉLICA

Feito este conspecto da história do *corpus* aristotélico, importa agora descortinar a sua estrutura original, isto é, as grandes secções temáticas por que se distribuíam as obras de Aristóteles.

O esforço vale a pena porque, se o cânone das obras conservadas retém aspectos importantes dessa estrutura, restringe-se no entanto, como veremos dentro em breve [1], a uma parte muito limitada, se bem que extremamente significativa, da obra aristotélica, pelo que não é suficiente para abranger em toda a sua latitude a forma original do *corpus*.

Também aqui os catálogos antigos constituem uma fonte de informação preciosa. E também aqui o contributo de Moraux (que ainda não foi superado, nem sequer seriamente ameaçado ou contestado, excepto em questões de pormenor) constitui um instrumento de orientação fundamental para a sua interpretação e, em especial, para a elucidação do enredo aparentemente ininteligível que o catálogo de Diógenes e o catálogo anónimo oferecem, trabalho que, com notável sucesso, empreendeu sistematicamente pela primeira vez.

Se olharmos para o catálogo de Diógenes como um todo [2], perceberemos de imediato que os títulos se dispõem em grandes

---

[1] Cf. *infra*, capítulo VI.

[2] O que pode ser feito percorrendo o quadro que ocupa a primeira secção do apêndice I.

grupos, estilística ou tematicamente diferenciados, dentro dos quais é possível reconhecer, com maior ou menor facilidade, várias subdivisões, algumas bem familiares para quem já tenha privado com o *corpus* moderno.

Ora é ainda essa organização que preside ao catálogo de Ptolemeu, o que mostra que, de um ponto de vista estrutural, o *corpus* não sofreu nenhuma alteração de vulto ao longo das vicissitudes por que passou e que os diversos autores que o trabalharam durante a Antiguidade, de Aríston a Andronico, dos comentadores peripatéticos aos alexandrinos, se ajeitaram uniformemente a um padrão que se lhes havia imposto desde o início.

Moraux mostrou sem margem para dúvidas [3] que tal padrão, desde o primeiro momento em que temos dele um testemunho, isto é, desde a lista de Aríston tal como ela pode ser reconstituída a partir do catálogo de Diógenes e do catálogo anónimo, corresponde, em versão invertida, às classificações neoplatónicas dos escritos de Aristóteles.

Claramente, dado que o padrão pode ser reconhecido desde o século III a. C., foram os comentadores neoplatónicos que se inspiraram nele e não eles próprios que o formularam.

E ainda que não seja possível precisar o autor e a data exacta da sua composição (ou melhor, o autor e a data exacta da sua constituição *formal*, uma vez que seguramente ele traduz um longo trabalho precedente), dois pontos são pelo menos seguros:

1) A sua origem, tal como a da lista que pela primeira vez o documenta, é peripatética;
2) Os princípios fundamentais que lhe presidem, salvo porventura os de ordem puramente pinacográfica, podem ser descobertos na doutrina e na prática do próprio Aristóteles.

É neste sentido que a restituição do referido padrão é simultaneamente uma restituição da estrutura original do *corpus*. Não, evidentemente, porque ele tenha sido assim fisicamente ordenado por Aristóteles ou porque constem nos seus textos instruções precisas para uma tal ordenação: mas porque o conjunto da obra

[3] O que não implica evidentemente que a sua interpretação seja consensual: decerto nenhum dos autores referidos na próxima nota, para além dele próprio, a subscreveria.

legada por Aristóteles pode ser reconduzida a uma malha estrutural, cuja codificação se deve ao trabalho colectivo dos primeiros peripatéticos e cujos princípios basilares são directamente inspirados em Aristóteles.

Para reconstituir essa malha é, no entanto, indispensável começar por ver o testemunho onde ela surge mais claramente evocada, a saber, as classificações neoplatónicas.

É por aí, portanto, que vamos começar [4].

A última versão do curso aristotélico ministrado pelos alexandrinos incluía cinco grandes capítulos introdutórios (os célebres Prolegómenos à filosofia aristotélica).

Esses capítulos eram os seguintes:

1) Uma introdução à filosofia em geral [5];
2) Uma introdução à *Isagoge* de Porfírio;
3) Uma curta biografia de Aristóteles (seguramente, um dos epítomes da *Vita* de Ptolemeu);
4) Uma introdução geral à filosofia de Aristóteles em dez pontos [6];

---

[4] O resumo que se segue beneficiou especialmente das informações contidas nos seguintes estudos: Moraux, *Les listes anciennes*, pp. 145-185; Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 444-450; I. Hadot, «La division néo-platonicienne des écrits d'Aristote», «Aristote dans l'enseignement philosophique néo-platonicien» e «Les introductions aux commentaires exégétiques chez les auteurs néo-platoniciens et les auteurs chrétiens»; Westerink, «The Alexandrian Commentators and the Introductions to Their Commentaries».

[5] Com quatro pontos típicos: se a filosofia existe (εἰ ἔστι); o que é a filosofia (τί ἐστι); de que tipo é a filosofia (ὁποῖόν τί ἐστι), a saber, uma ciência ou uma técnica; por que é a filosofia (διὰ τί ἐστι), isto é, qual a razão de ser do filosofar.

[6] Os dez pontos, absolutamente invariáveis tanto na apresentação da filosofia de Aristóteles como na de Platão, foram provavelmente fixados na sua versão definitiva por Proclo (cf. David, *In Cat.* 107.24-26 Busse; ver também Hadot, «Les introductions aux commentaires exégétiques chez les auteurs néo-platoniciens et les auteurs chrétiens», pp. 99 e 102, bem como «Aristote dans l'enseignement philosophique néo-platonicien», p. 409 e n. 8). Eis o seu teor no que toca aos prolegómenos aristotélicos: 1) segundo que princípios foram nomeadas as escolas filosóficas (κατὰ πόσους τρόπους ὀνομάζονται αἱ τῶν φιλοσόφων αἱρέσεις); 2) qual a classificação dos tratados de Aristóteles (περὶ τῆς διαιρέσεως τῶν Ἀριστοτελικῶν συγγραμμάτων); 3) por onde deve começar o estudo dos tratados de Aristóteles (πόθεν ἀρκτέον τῶν Ἀριστοτελικῶν συγγραμμάτων); 4) qual a finalidade da filosofia de Aristóteles (τί τὸ τέλος τῆς Ἀριστοτελικῆς φιλοσοφίας); 5) qual o caminho que conduz a esse fim (τίς ἡ ὁδὸς ἐπὶ τὸ τέλος ἄγουσα); 6) qual o estilo expositivo de Aristóteles (τί τὸ εἶδος τῆς Ἀριστοτελικῆς ἀπαγγεκίας);

5) Finalmente, uma introdução específica a cada um dos tratados de acordo com os aspectos seleccionados no último ponto da introdução geral, dos quais sete deveriam ser constantes [7], seguida, em cada caso, do respectivo comentário. A análise começava invariavelmente pelo *Organon* e, neste, invariavelmente pelas *Categorias* [8].

---

7) por que razão Aristóteles cultivou a obscuridade (διὰ τί τὴν ἀσάφειαν ἐπετήδευσεν); 8) que características deve ter o expositor (ποῖον δεῖ εἶναι τὸν ἀκροατήν); 9) que características deve ter o auditor (ποῖον δεῖ εἶναι τὸν ἐξηγούμενον); 10) que aspectos fundamentais devem ser examinados antes de cada tratado de Aristóteles (πόσα δεῖ προλέγειν ἑκάστγς ᾿Αριστοτελικῆς πραγματείας κεφάκαια).

[7] Cf. Amónio, *In Porph.* 21.6-11 Busse. Os aspectos constantes referem-se [1] à finalidade do tratado (ὁ σκοπός), [2] à sua utilidade (τὸ χρήσιμον), [3] à sua autenticidade (τὸ γνήσιον), [4] ao seu lugar na ordem de leitura (ἡ ταξις τῆς ἀναγνώσεως), [5] à justificação do seu título (ἡ αἰτία τῆς ἐπιγραφῆς), [6] à indicação da parte da filosofia a que o tratado pertence (εἰς ποῖον μέρος φιλοσοφίας ἀνάγεται) e [7] à sua divisão em capítulos (ἡ εἰς κεφάλαια διαίρεσις). Estes sete pontos são abordados por todos os comentadores gregos da *Isagoge*; no entanto, no que toca à introdução às obras lógicas de Aristóteles, só seis permanecem, porque o sexto é unanimemente eliminado. Boécio, por seu lado, retém este e ignora o último (cf. *In Cat.* I 159a7-162d6 Migne.). Elias (*In Porph.* 35.7 Busse; cf. 3-10) e David (*In Porph.* 80.13 Busse; cf. 5-14) acrescentam ainda um oitavo ponto nos suas introduções à obra de Porfírio, a saber, a forma de ensino que o tratado adopta (ὁ τρόπος τῆς διδασκαλίας). De acordo com Hadot, «certains points des schémas en six points introduisant aux différents traités d'Aristote ou aux diverses dialogues de Platon apparaissent déjà au IIIe siècle chez Origène qui a dû s'inspirer des commentaires platoniciens de son temps» («Les introductions aux commentaires exégétiques chez les auteurs néo-platoniciens et les auteurs chrétiens», p. 99).

[8] A codificação definitiva deste esquema, fruto de numerosos contributos anteriores, deve-se seguramente a Amónio Hermeu (*c.* 435-520), que foi o verdadeiro fundador da Escola Alexandrina. Subsistem as seguintes introduções gerais à filosofia: Amónio, *In Porph.* 1-24 Busse; Simplício, *In Cat.* 1-3 Kalbfleisch; Olimpiodoro, *In Cat.* 14-18 Busse; David (*olim* Elias), *In Cat.* 1-34 Busse, *Prol.* 1-79 Busse. E as seguintes introduções à filosofia aristotélica: Amónio, *In Cat.* 1-8 Busse; Simplício, *In Cat.* 3-9 Kalbfleisch; Filópono, *In Cat.* 1-6 Busse; Olimpiodoro, *Prol.* e *In Cat.* 1-14 Busse; David (*olim* Elias), *In Cat.* 107-129 Busse. E ainda as seguintes introduções às *Categorias* (onde o esquema de abordagem em seis pontos é aplicado): Amónio 8-15 Busse; Simplício 9-20 Kalbfleisch; Filópono 7-13 Busse; Olimpiodoro 18-25 Busse; David (*olim* Elias) 129-134 Busse. Uma palavra acerca da atribuição a David do comentário às *Categorias* que Busse editou sob o nome de Elias (*CAG* XVIII.1). Parece hoje relativamente consensual que a atribuição correcta é aquela que temos perfilhado. No entanto, algumas vozes autorizadas continuam a fazer-se ouvir no sentido contrário; assim com Westerink, em «The Alexandrian Commentators and the Introductions to Their Commentaries», pp. 336-339. Nesta medida, a referida atribuição, que continuaremos a adoptar, deve considerar-se apenas provável.

Ora, na parte relativa à introdução geral à filosofia de Aristóteles, o segundo ponto abrangia, como vimos, a classificação das obras aristotélicas [9].

Para ela devemos voltar agora a nossa atenção.

A classificação, apesar de complexa na sua disposição, é de desmontagem bastante simples.

À partida, encontra-se dividida em três grandes compartimentos, contemplando sucessivamente as obras particulares (τὰ μερικά), as obras intermédias (τὰ μεταξύ) e as obras gerais (τὰ καθόλου).

As obras particulares abrangem os escritos privados, isto é, aqueles que, por um lado, abordam questões por sua própria natureza particulares e, por outro, têm em regra um único destinatário. Os exemplos óbvios são as cartas (apontadas por todos os comentadores), a que Filópono acrescenta o *Sobre a Realeza* e o *Sobre as Colónias*, espécie de cartas abertas que Aristóteles terá dirigido a Alexandre.

As obras intermédias correspondem às compilações e, em geral, às obras predominantemente descritivas (como é o caso, de acordo com os comentadores, das *Constituições* e dos estudos de zoologia e de botânica), as quais constituem um momento intermédio ou instrumental na elaboração de tratados sistemáticos e, enquanto tais, visam apenas um público restrito e especializado. Moraux aplica adequadamente ao seu conjunto a designação de «colecções documentais».

Por fim, as obras gerais são caracteristicamente as obras dedicadas à discussão de um único grande tópico. Os exemplos canónicos, para os alexandrinos, são os seguintes: *Física* (Filópono, David); *Sobre o Céu* (Amónio, David); *Sobre a Geração e a Corrupção* (Amónio, Filópono, David); *Meteorológicos* e *Sobre o Universo* (David); *Sobre a Alma* (Amónio, Filópono).

Todavia, o grupo das obras gerais possui uma disposição interna mais complexa.

Desde logo, a classificação distingue os conjuntos de notas preliminares tendentes à elaboração de uma obra (τὰ ὑπομνηματικά ou memorandos) das próprias obras acabadas (τὰ συνταγματικά ou tratados).

---

[9] Exposta em: Amónio, *In Cat.* 3.20-5.30 Busse; Simplício, *In Cat.* 4.10--5.2 Kalbfleish; Olimpiodoro, *In Cat.* 6.9-8.28 Busse; David, *In Cat.* 113.17-117.14 Busse.

De entre os primeiros, só tardiamente vieram a distinguir-se duas secções (Amónio ainda não as refere), a saber, a dos hipomnemáticos μονοειδῆ e a dos hipomnemáticos ποικίλα. A distinção é no entanto especiosa e de todo em todo irrelevante.

É nos tratados [10] que se descobrem subdivisões com significação filosófica e correspondência na obra aristotélica. Aqui, a classificação neoplatónica começa por separar os diálogos, obras em que o autor se apaga perante a multiplicidade dos intervenientes, das obras redigidas em nome próprio (τὰ αὐτοπρόσωπα), assimilando os primeiros aos escritos populares (τὰ ἐξωτερικά) e as segundas aos escritos escolares ou científicos (τὰ ἀκροαματικά) [11].

Estes últimos, que são os tratados propriamente ditos, encontram-se divididos em três grupos: os teóricos (τὰ θεωρητικά), os práticos (τὰ πρατικά) e os lógicos ou instrumentais (τὰ λογικά ἢ ὀργανικά).

Dentro de cada um destes grupos, abre-se uma última tríade temática. Assim, as obras teóricas agrupam os tratados físicos (τὰ φυσιολογικά) [12], os tratados matemáticos (τὰ μαθηματικά) e os tratados teológicos (τὰ θεολογικά) [13]. As obras práticas englobam as de ética [14], as de economia [15] e as de política [16]. Finalmente, as

---

[10] Note-se que aqui «tratados» tem um sentido mais abrangente do que aquele com que temos usado a expressão (e que é o seu sentido comum), a saber, equivalendo às obras escolares que definem um determinado espaço disciplinar.

[11] Amónio chama-lhes «doutrinais» (ἀξιωματικά). Mas a designação ἀκροαματικά (primitivamente ἀκροατικά: ver e. g., Plutarco, *Alex*. 7, e Aulo Gélio, *NA* XX 5) estava já bem estabelecida na tradição, pelo menos desde Andronico e muito provavelmente desde Antíoco de Ascalão (cf. Cícero, *Ad Att*. IV XVI 2, *Fin*. V IV 10).

[12] Exemplos típicos: *Física* (Simplício, Filópono, Olimpiodoro, David); *De caelo* (Olimpiodoro); *De generatione et corruptione* (Filópono, Olimpiodoro, David); *Meteorologica* e *De anima* (Olimpiodoro, David). Registe-se a completa ausência dos tratados biológicos, que os alexandrinos catalogavam entre os escritos intermédios; só David voltará a mencioná-los sob a presente categoria.

[13] A *Metafísica* é o único exemplo em Simplício, Filópono, Olimpiodoro e David. Para além destes três grupos de obras teóricas, Simplício acrescenta em certo momento um quarto (*In Ph*. 1.21 Diels), fruto da fusão entre os escritos de matemática e os escritos de psicologia, cujos objectos não podem ser considerados nem completamente imanentes nem completamente transcendentes.

[14] Tratados mencionados: *Ética a Nicómaco* (Simplício, Olimpiodoro); *Ética a Eudemo* (Simplício, Olimpiodoro, David); *Magna Moralia* (Simplício).

[15] Os *Oeconomica* (Simplício, Olimpiodoro, David).

[16] A saber, a *Política* (Simplício, David), a que Olimpiodoro acrescenta o diálogo *Político*.

obras lógicas distribuem-se pelas que visam «o que precede o método demonstrativo» (τὰ πρὸ τῆς ἀποδείξεως ἤτοι μεθόδου) [17], as que visam o próprio método [18] e as que visam o que se insinua sob o método (τὰ περὶ τῶν τὴν ἀπόδειξιν ὑποδυομένων), quer dizer, o que aparenta ser, mas não é, uma demonstração [19].

Em quadro geral, podemos, portanto, reter a classificação neoplatónica do seguinte modo:

- I. Τὰ μερικά
- II. Τὰ μεταξύ
- III. Τὰ καθόλου
  - A. Τὰ ὑπομνηματικά
    - a. μονοειδῆ
    - b. ποικίλα
  - B. Τὰ συνταγματικά
    - a. Τὰ διαλογικὰ ἢ ἐξωτερικά
    - b. Τὰ αὐτοπρόσωπα ἢ ἀκροαματικά
      - 1. Τὰ θεωρητικὰ
        - α. Τὰ φυσιολογικά
        - β. Τὰ μαθηματικά
        - γ. Τὰ θεολογικά
      - 2. Τὰ πρατικά
        - α. Τὰ ἠθικά
        - β. Τὰ οἰκονομικά
        - γ. Τὰ πολιτικά
      - 3. Τὰ λογικά ἢ ὀργανικά
        - α. Τὰ πρὸ τῆς ἀποδείξεως ἤτοι μεθόδου
        - β. Τὰ εἰς αὐτὴν ἀπόδειξιν
        - γ. Τὰ περὶ τῶν τὴν ἀπόδειξιν ὑποδυομένων

Temos assim cinco grandes divisões na obra aristotélica, sucessivamente encaixadas umas nas outras: a primeira, entre obras particulares, intermédias e gerais; no interior das obras gerais, entre os escritos hipomnemáticos e os «tratados»; dentro destes

---

[17] Assim, as *Categorias* (Amónio, Filópono), o *De interpretatione* (Amónio, Simplício, Filópono, Olimpiodoro, David) e os *Primeiros Analíticos* (Amónio).

[18] Os *Segundos Analíticos* (Amónio, Simplício, Filópono, David).

[19] Estavam nesse caso (unanimemente para Simplício, Filópono, Olimpiodoro e David) as obras sobre dialéctica *(Tópicos)*, sobre erística *(Refutações Sofísticas)*, sobre retórica *(Retórica)* e sobre poética *(Poética)*.

últimos, entre as obras exotéricas e as acroamáticas; dentro das acromáticas, entre as teóricas, as práticas e as lógicas; finalmente, dentro de cada uma destas, entre as últimas tríades em que a classificação desemboca.

Como I. Hadot observa [20], no contexto do ensino alexandrino esta classificação estava longe de ser filosoficamente inocente. Pelo contrário, toda ela estava imbuída do espírito e dos princípios da metafísica neoplatónica.

Desde logo, tal sucede com a primeira grande divisão, a qual não era entendida pelos comentadores como uma simples comodidade pinacográfica, mas possuía, nos termos da referida autora, «uma conotação ontológica muito marcada» [21].

Assim, nas suas palavras, para os alexandrinos [22]

> os escritos particulares são aqueles que dizem apenas respeito ao que é particular em sentido ontológico: sobretudo as *Cartas*, que se dirigem a particulares e falam de situações particulares. Os escritos gerais, pelo contrário, só tratam de princípios, de leis universais, de objectos que pertencem a um nível ontológico elevado; e só eles têm alcance filosófico. Os escritos intermediários englobam tratados que estudam fenómenos particulares e sensíveis, como os animais, mas que «não dizem totalmente respeito a coisas particulares, uma vez que visam espécies», como declara Simplício [23]. Situam-se portanto a meio caminho entre os escritos particulares e os escritos gerais e não se contam entre os tratados filosóficos. Este estatuto extrafilosófico ma-

---

[20] Cf. «Aristote dans l'enseignement philosophique néo-platonicien, pp. 411--413. Mas ver também «La division néo-platonicienne des écrits d'Aristote», pp. 283-285, e «Les introductions aux commentaires exégétiques chez les auteurs néo-platoniciens et les auteurs chrétiens», p. 104.

[21] Art. cit., p. 412. Vale a pena ver a passagem toda: «La traduction moderne des termes μερικά, μέσα et καθόλου cache malheureusement le vrai sens de ces trois subdivisions. Les termes 'écrits particuliers', 'écrits intermédiaires' et 'écrits généraux' ont en effet une connotation ontologique très marquée. Il faut en fait se rappeler que pour les néoplatoniciens, comme pour Platon, le degré de participation de chaque chose à l'être correspond au degré de généralité qu'elle possède.»

[22] *Ibid.*

[23] *In Cat.* 4.12-13 Kalbfleish. Cf. Filópono, *In Cat.* 3.26-28 Busse.

nifesta-se também, segundo os neoplatónicos, pelo seu estilo bastante claro, oposto ao estilo obscuro dos escritos filosóficos. [24]

Evidentemente, daqui não se retira, como quer a autora, que a divisão entre obras gerais, intermédias e particulares seja «típica e exclusivamente neoplatónica» [25].

O que se infere é que os alexandrinos *a interpretaram* dessa forma «típica e exclusivamente neoplatónica».

Com efeito, longe de a elaborada interpretação alexandrina ser um sinal seguro da natureza originalmente neoplatónica da distinção, o que ela demonstra é o esforço que os comentadores

---

[24] E continua: «Ce qui est particulièrement intéressant dans ce classement et illustre bien, encore une fois, l'esprit platonicien de l'interprétation d'Aristote que pratiquent tous nos commentateurs, c'est le fait que sont exclues de la subdivision physique des écrits théorétiques et rejetées dans la catégorie des écrits intermédiaires toutes les recherches d'Aristote sur les animaux. La subdivision physique des écrits théorétiques ne contient effectivement que ceux des écrits aristotéliciens sur la nature qui ont pour sujet la recherche des causes, des principes généraux qui la régissent; il s'agit donc de la *Physique*, des traités *Du ciel*, *De la génération et de la corruption*, *De l'âme* et des *Météorologiques*. Les *Météorologiques* sont, comme dit Olympiodore dans son commentaire sur ce traité [*In Mete*. 9.19-25 Stüve], le dernier traité physique qui soit une enquête sur les causes. Mais ce dernier traité est déjà considéré comme portant en partie sur des sujets qui ne sont pas proprement philosophiques, et ce serait pour cette raison que le style employé dans ce traité est clair [cf. *Prol*. 11.19-24 Busse; *In Mete*. 4.16--27 Stüve]. Cette division en deux classes des écrits physiques d'Aristote, qui n'est nullement conforme aux vues des péripatéticiens, correspond tout à fait au jugement que Proclus porte sur l'ensemble de l'oeuvre d'Aristote se rapportant à la nature [Proclo, *In Ti*. I 6.21-7.16 Diehl]. Il constate que, dans les traités de la *Physique*, *Du ciel*, *De la génération et de la corruption*, Aristote a imité Platon et qu'il est resté en plein accord avec celui-ci, mais que, d'une part, dans ses *Météorologiques*, il a déjà 'distendu l'enseignement au-delà de la juste mesure' et que, d'autre part, dans les recherches sur les animaux, 'tout ce qui, chez Platon, avait été clairement articulé selon toutes les sortes de causes, celles qui ont valeur de fins et celles qui ne sont qu'accessoires, tout cela chez Aristote n'a été qu'à peine et rarement considéré du point de vue de l'espèce: car, le plus souvent, il s'arrête à la matière et ne va pas plus loin, c'est par elle qu'il explique les phénomènes physiques, et il nous manifeste ainsi combien il reste en arrière de l'exposé de son maître'. Sur ce point aussi Proclus l'Athénien apparaît donc comme le père spirituel des commentateurs alexandrins. Je pense d'ailleurs, comme je l'ai déjà dit, que les deux schémas d'introduction qu'utilisent nos cinq commentateurs, les alexandrins comme l'athénien Simplicius, ont pour source commune le traité Συναναγνωσις de Proclus.» (*art. cit*., pp. 412-413)

[25] Cf. «La division néo-platonicienne des écrits d'Aristote», pp. 284-285.

fizeram para conferir um sentido metafísico (e propriamente neoplatónico) a uma distinção cuja natureza original é puramente pinacográfica. E a prova mais cabal de que assim é reside no facto de, a despeito dessa roupagem metafísica, a classificação neoplatónica subordinar a tal distinção exactamente os mesmos itens que qualquer classificação desprovida dela incluiria: assim as cartas, no caso das obras particulares; as *Constituições*, no caso das obras intermédias; ou os tratados escolares, no caso das obras gerais.

A única especificidade da classificação neoplatónica neste ponto consiste na arrumação dos tratados biológicos sob a classe dos escritos intermédios: mas isso é reconhecidamente uma singularidade *sua*, fundada, como a própria autora confirma, num determinado *a priori* filosófico sobre o estatuto e o valor das pesquisas empíricas, o qual não é legitimado nem pela tradição peripatética [26] nem por aquilo que se pode razoavelmente conceber que uma classificação técnica seria livremente levada a fazer.

Ora, se a distinção entre escritos gerais, intermediários e particulares fosse desprovida de sentido pinacográfico, se não tivesse correspondência na obra aristotélica e se, finalmente, a classe dos intermediários não fosse ocupada senão pelos tratados biológicos, poder-se-ia pensar que a própria distinção, ou pelo menos a classe dos intermediários, teria sido inventada expressamente para resolver o embaraço criado pela catalogação daqueles. Mas, como vimos, não é isso que acontece. Mais natural é portanto supor que foi, exactamente ao invés, a conveniência criada pela existência da distinção que permitiu aos alexandrinos retirar para a classe dos intermediários (e assim privar de dignidade filosófica) um conjunto numeroso de investigações que lhes não eram simpáticas, decisão que conferiu *eo ipso* à própria distinção um sentido metafísico que ela originalmente não tinha [27].

A esta luz, não foi a ontologia neoplatónica que criou a distinção para poder lidar com os tratados biológicos de Aristóteles;

---

[26] Vimos já, no parágrafo anterior, qual o lugar sistemático que Aristóteles atribui aos escritos biológicos no interior da sua obra, a saber, entre os tratados físicos. Mas o próprio Simplício conhece bem a posição peripatética a este respeito, uma vez que a descreve no seu comentário: cf. *In Ph.* I, 2.8-3.12 Diels.

[27] De resto, a artificialidade desta decisão está bem patente no facto de um dos comentadores mais tardios (David), embora seguindo a tradição no que toca à menção dos tratados biológicos sob os escritos intermediários, vir mais à frente recuperá-los quando enumera τὰ φυσιολογικά: cf. Hadot, «La division néo-platonicienne des écrits d'Aristote», p. 253.

foram os tratados biológicos de Aristóteles que obrigaram a ontologia neoplatónica a envolver-se como tal numa distinção que em si mesma lhe era completamente alheia.

Esta ilação é confirmada por dados mais objectivos.

Com efeito, como Moraux mostrou [28], a distinção em causa (com excepção, é certo, dos escritos intermédios) fazia parte dos cânones habituais da biblioteconomia clássica e vemo-la igualmente aplicada na catalogação dos escritos de Platão e de diversos filósofos desde a época helenística, muito antes de os neoplatónicos terem começado a intervir no processo. Não é exacto, portanto, que os alexandrinos a tenham «descoberto» ou «inventado». E convenhamos que a divisão é, em si mesma, de tal modo intuitiva que ainda hoje as edições de obras completas continuam a respeitá-la, quando distinguem os escritos do autor enquanto filósofo, cientista, etc., dos seus escritos privados (obras gerais e particulares), aduzindo se necessário uma secção relativa aos «escritos de circunstância» (ou análoga), onde os escritos «intermédios» na sua crua natureza pinacográfica se vê reflectida.

A melhor prova consiste, contudo, na própria presença da divisão na lista original em que a classificação neoplatónica ultimamente radica.

Passando para a sua consideração, poderemos, portanto, não só tirar definitivamente a limpo esta questão como principalmente generalizar a discussão e ver até que ponto o contributo alexandrino foi diminuto (excepto no que toca aos pressupostos filosóficos que nela investiu para a adaptar aos seus próprios interesses) para a constituição da classificação em apreço.

Aqui, uma vez mais, o mérito cabe integralmente a Moraux.

Tomando especificamente o catálogo de Diógenes como caso de estudo, o autor mostrou que, com três excepções, a classificação do catálogo e a classificação neoplatónica são exactamente idênticas.

Para o perceber, basta *inverter* a classificação neoplatónica e é imediatamente o catálogo de Diógenes que se obtém [29]. A única discrepância que se mantém é que no catálogo as obras exotéricas

---

[28] Cf. *Les listes anciennes*, pp. 152-153.

[29] Ver *infra* o quadro comparativo. A dar-se o devido valor a esta analogia, a inversão foi decerto produzida pelos comentadores alexandrinos para conferir às obras, que, no catálogo peripatético, eram arrumadas segundo a ordem primitiva «descendente», a tradicional ordenação neoplatónica «ascendente».

precedem as acroamáticas, enquanto na classificação neoplatónica invertida estas precedem aquelas. Mas a divergência é reconhecidamente menor.

As excepções têm também uma relevância muito variável. A primeira é que, ao contrário do que sucede na classificação neoplatónica, onde se prevê, justificadamente, um lugar para os tratados «teológicos» entre as obras teóricas de Aristóteles, no catálogo de Diógenes não figura o único título que, segundo o consenso unânime dos comentadores, deveria ocupar a secção, isto é, a *Metafísica*. Todavia, já sabemos que essa ausência se ficou provavelmente a dever a um simples acidente de transmissão, uma vez que no catálogo anónimo, que constitui uma outra versão da mesma lista original, a obra aparece mencionada. Por outro lado, a mesma razão é suficiente para assegurar que nessa lista original, que é aquela cuja estrutura ultimamente nos interessa restituir, o título figurava e, portanto, a secção «teológica» se encontrava devidamente preenchida.

Uma segunda excepção, de importância ligeiramente maior, é o facto de o departamento relativo à lógica do catálogo de Diógenes se apresentar de um modo assaz desordenado e mesmo incompleto [30], o que não confere com a organização rigorosa que, na classificação neoplatónica, é reservada ao mesmo departamento.

A terceira excepção, a que voltaremos, é a única verdadeiramente importante: no catálogo de Diógenes, os escritos de retórica e poética constituem uma secção a par das dos tratados teóricos, práticos e lógicos, enquanto na classificação neoplatónica tais escritos são englobados na secção lógica.

Em tudo o mais, o catálogo de Diógenes e a classificação neoplatónica (invertida) são rigorosamente sobreponíveis. De entre as obras gerais, as divisões dos tratados são as mesmas, com as excepções indicadas; os hipomnemáticos estão bem representados pelas diversas compilações de problemas, à mistura com outras colectâneas mais obscuras (DL 117-128); os escritos intermédios correspondem às colecções (de reclamações legais, de vencedores em torneios, de provérbios, de leis, de costumes, culminando nas *Constituições*); finalmente, os escritos particulares

---

[30] As *Categorias* e o *Sobre a Interpretação* só aparecem, a contra-senso, entre as colecções (ou, na nossa nova linguagem, entre os «escritos intermédios»), o que é um indício seguro de interpolação tardia.

são, como seria de prever, preenchidos pelas cartas (DL 144), bem como pelos poemas (DL 145-146), que a classificação alexandrina não inclui.

Na nomenclatura da classificação neoplatónica, o catálogo de Diógenes pode ser portanto reconduzido ao seguinte quadro [31]:

- Τὰ καθόλου (1-128)
  - Τὰ συνταγματιλά (1-116)
    - Τὰ διαλογικά ἢ ἐξωτερικά (1-24)
    - Τὰ αὐτοπρόσωπα ἢ ἀκροαματικά (25-116)
      - Τὰ ὀργανικά (25-73)
      - Τὰ πρατικά (74-76)
      - Τὰ ποιητικά (77-89)
      - Τὰ θεωρητικά (90-116)
        - Τὰ φυσιολογικά (90-110)
        - Τὰ μαθηματικά (111-116)
  - Τὰ ὑπομνηματικά (117-128)
- Τὰ μεταξύ (129-143)
- Τὰ μερικά (144-146)

A analogia (invertida) com a classificação neoplatónica é flagrante:

Ordem do catálogo	Classificação neoplatónica
Τὰ καθόλου	Τὰ μερικά
Τὰ συνταγματικά	Τὰ μεταξύ
Τὰ διαλογικὰ ἢ ἐξωτερικά	Τὰ καθόλου
Τὰ αὐτοπρόσωτα ἢ ἀκροαματικά	Τὰ ὑπομνηματικά
Τὰ ὀργανικά	Τὰ συνταγματικά
Τὰ πρατικά	Τὰ διαλογικά ἢ ἐξωτερικά
-------	Τὰ αὐτοπρόσωπα ἢ ἀκροαματικά
-------	Τὰ θεωρητικά
-------	Τὰ θεολογικά
Τὰ ποιητικά	Τὰ μαθηματικά
Τὰ θεωρητικά	Τὰ φυσιολογικά
Τὰ φυσιολογικά	-------
Τὰ μαθηματικά	Τὰ πρατικά
-------	Τὰ ἠθικά
Τὰ ὑπομνηματικά	Τὰ οἰκονομικά
Τὰ μεταξύ	Τὰ πολιτικά
Τὰ μερικά	Τὰ ὀργανικά

[31] Moraux, *Les listes anciennes*, p. 149.

A consequência impõe-se imediatamente: os dois inventários têm a mesma matriz e remontam portanto a uma fonte comum. A única excepção não justificável por acidentes de transmissão ou por peculiaridades menores das listas, a saber, a que respeita à inclusão da retórica e da poética na lógica, no quadro da classificação neoplatónica, deve-se naturalmente a uma interferência *posterior* a essa fonte, a qual se reflectiu no intermediário em que a classificação neoplatónica a colheu, mas não naquela em que Diógenes se baseou para a constituição do seu πίναξ.

Podemos clarificar desde já a natureza dessa interferência.

A inclusão da retórica na lógica é um traço bem conhecido do estoicismo [32].

Todavia, não foi seguramente por influência directa do estoicismo antigo que a alteração foi introduzida, porque este antecede a fonte do catálogo de Diógenes e da classificação neoplatónica e portanto, a ter-se verificado tal influência directa, não se teria produzido a divergência que agora se trata precisamente de justificar.

Ora, foi de há muito mostrado que a ponte entre o estoicismo e a classificação neoplatónica a este respeito deve ser procurada bem mais tarde, entre os principais vultos do platonismo médio: a saber, na divisão da filosofia de Albino (século II d. C.) [33].

Nessa divisão, cujas influências aristotélicas e estóicas são evidentes, Albino distingue três grandes secções na filosofia (teórica, prática e dialéctica) [34], na última das quais a parte relativa ao silogismo prevê expressamente, a par da demonstração (ou silogismo apodíctico), do epiquirema (ou silogismo dialéctico) e do sofisma (ou silogismo erístico), *o entimema ou silogismo retórico* [35].

---

[32] Cf. II 48 Arnim (= Diógenes Laércio VII 41; ver, em geral, 41-48).

[33] Cf. Moraux, *Les listes anciennes*, pp. 177-183; Hadot, «La division néo-platonicienne des écrits d'Aristote», pp. 267-270; Brunschwig, *Dictionnaire des philosophes antiques*, I, pp. 485-486.

[34] A utilização de «dialéctica» por «lógica», comum em diversos momentos da história da filosofia mais ou menos dominados pelo aristotelismo, pode parecer aberrante perante a utilização paralela da primeira expressão para a disciplina particular que, com outras, ocupa em Aristóteles o grande espaço da lógica. A verdade é que uma tal utilização tem a sua raiz no próprio Aristóteles, o qual utiliza em regra os termos λογικός e διαλεκτικός como sinónimos: cf. Waitz, *Aristotelis Organon graece*, II, p. 353. O motivo é que Aristóteles não emprega o termo λογικός para a lógica em geral, nem esta parece sequer merecer-lhe a preocupação de uma designação comum.

[35] Cf. *Épitomé*, III, pp. 9-10. A distinção entre silogismos demonstrativos, dialécticos e erísticos é retintamente aristotélica: ver as passagens canónicas de

Esta classificação não inaugura, evidentemente, a integração da retórica na lógica, que remonta pelo menos ao estoicismo antigo: mas inaugura a integração da retórica na lógica *concebida em termos estritamente aristotélicos*.

Ora, é esta última, não a primeira, que faz sentir a sua influência no neoplatonismo.

A entrada da poética, sempre tradicionalmente ligada à retórica, veio porventura por arrastamento, essa sim já na época alexandrina [36].

De resto, tal integração, embora recusada pelos peripatéticos, como o próprio catálogo de Diógenes permite inferir, não repugna em princípio à boa doutrina aristotélica. Pelo contrário, a decisão de Albino repousa, na nomenclatura que utiliza (toda ela aristotélica), na classificação que faz dos silogismos e na própria aproximação da retórica à lógica, em indicações textuais de Aristóteles e constitui um prolongamento legítimo da possibilidade por elas aberta.

A esta questão voltaremos no final do próximo capítulo.

Por ora, resta apurar qual a natureza da fonte comum que vimos estar na base do catálogo de Diógenes e da classificação neoplatónica e, em especial, qual a sua dependência em relação aos princípios de organização inerentes à própria obra aristotélica, de forma a fazer transparecer na classificação assim elucidada a estrutura original do *corpus*.

Top. I 1, 100a25-101a24, e *SE* 2, 165a38-b11; mas Aristóteles fala também em silogismos retóricos nos tratados de lógica (cf. *APr*. II 27 e *APo*. I 1, 71a10-11), para além, naturalmente, de na *Retórica* (I 2, 1356a34-b11).

[36] Cf. Amónio, *In APr*. 11.22-38 Wallies.

V

SISTEMÁTICA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: A ESTRUTURA ORIGINAL DO *CORPUS*

Poder-se-á dizer que, feita esta depuração da interferência que fez divergir a classificação neoplatónica do original do catálogo de Diógenes no único ponto relevante em que estruturalmente diferem, o que sobra corresponde à estrutura original do *corpus?*

Ainda não.

Se por estrutura original do *corpus* se entende o que até aqui temos entendido, a saber, o padrão de organização do *corpus* na sua dependência em relação a princípios aristotélicos, então um outro ponto, este comum ao catálogo de Diógenes e à classificação neoplatónica, e talvez por isso mesmo mais decisivo ainda que o anterior, permanece por explicar.

Trata-se do estatuto da lógica no interior das obras acroamáticas.

Como vimos, a classificação neoplatónica distribui os tratados escolares por três categorias: teóricos, práticos e lógicos. Por seu lado, o catálogo de Diógenes distribui-os por quatro categorias: teóricos, práticos, poiéticos e lógicos. Descartada a diferença motivada pela ausência da secção poiética na classificação neoplatónica, que acabámos de justificar, os dois inventários concordam portanto num aspecto fundamental, a saber, a consagração de uma secção lógica a par das restantes em que dividem as obras acroamáticas.

Ora este aspecto merece consideração, porque na divisão aristotélica clássica das ciências o que encontramos não é a sua distribuição em teóricas, práticas e lógicas, nem tão-pouco, à maneira do original de Diógenes, em teóricas, práticas, poiéticas e lógicas.

A divisão aristotélica das ciências é outra.

Com notável constância ao longo do *corpus*, Aristóteles distingue entre as ciências teóricas, as ciências práticas e as ciências produtivas [1].

Ora esta distinção está longe de ser meramente convencional: ela é uma distinção permanente, doutrinariamente fundada e estruturante do pensamento aristotélico.

É uma distinção permanente, porque pervaga a totalidade da obra aristotélica e é nela reiteradamente invocada ou aludida, qualquer que seja o tópico concreto em análise [2].

É uma distinção doutrinariamente fundada porque decorre de uma determinada concepção do conhecimento e das modalidades que ele pode assumir do ponto de vista da sua relação com os respectivos fins. Assim, o conhecimento ora tem o fim em si mesmo (caso em que o conhecimento é teórico), ora tem o fim fora de si; e, se tem o fim fora de si, ora visa a acção (e então o conhecimento é prático), ora visa a produção de um resultado distinto da acção (e então o conhecimento é poiético) [3].

---

[1] Ver *Prt*. R6 (= W6, D59-70, C55-66); *Top*. VI 6, 145a15-16; VIII 1, 157a10--11; *Metaph*. E 1, 1025b25; E 1, 1026b5; K 7, 1064a16-17; *EN* VI 2, 1139a27-31; X 8, 1178b20-21. Uma alternativa excepcional à tripartição clássica ocorre ao longo da *Ética a Eudemo*, que usa consistentemente a expressão «ciências produtivas» para todas as ciências não teóricas; mas trata-se de uma simples bizarria terminológica, motivada pelo desejo de distinguir em geral as ciências cujo único fim é o conhecimento (as teóricas) daquelas que «produzem» um fim distinto do conhecimento (as práticas e as produtivas).

[2] Para além das ocorrências completas da tríade canónica, que acabámos de mencionar, são inúmeras as referências parciais ou isoladas que a supõem. Assim, as ciências teóricas são distinguidas das práticas em *Metaph*. α 1, 993b20-23, e *EN* X 7, 1177b1-4 (mas cf., implicitamente, *EN* I 3, 1095a5-6; II 2, 1103b27-29; VI 13, 1143b28-33; X 10, 1179a35-b2; *EE* I 5, 1216b21-25); as ciências teóricas são distinguidas das produtivas, expressa ou tacitamente, em: *Metaph*. A 1, 982a1; Θ 8, 1050a23-b6; Λ 9, 1074b38-1075a5; *EE* II 1, 1219a13-18; finalmente, as ciências práticas são distinguidas das produtivas em: *EN* I 1, 1094a3-6; VI 2, 1139b1-4; VI 4, 1140a1-20; VI 5, 1140a31-b7; *MM* I 34,1197a3-13. Ocorrências parciais das ciências teóricas como tais verificam-se em *Top*. VI 11, 149a14-28, e *De an*. III 4, 430a2-5; das ciências práticas em *EN* I 8, 1098b18-22; e das ciências produtivas em *Top*. V 7, 136b35-137a1, *Cael*. III 7, 306a16-17, e *Metaph*. Z 7, 1032b2-14.

[3] Esta lição está presente, no todo ou em parte, em: *Prt*. R6; *Cael*. III 7, 306a16-17; *De an*. III 4, 430a2-5; *Metaph*. A 2, 981b14-16; α 1, 993b20-23; Θ 8, 1050a23-b6; Λ 9, 1074b38-1075a5; *EN* I 1, 1094a3-6; I 8, 1098b18-22; VI 2, 1139b1-4; *EN* VI 5, 1140a31-b7; X 7, 1177b1-4; *MM* I 34,1197a3-13; *EE* I 5, 1216b10-19; II 1, 1219a13-18.

Finalmente, é uma distinção estruturante porque dela dependem diversos aspectos vitais da arquitectónica aristotélica das ciências, como é o caso, entre outros [4], da dedução exaustiva das ciências teóricas, a saber, a matemática, a física e a filosofia primeira [5], e portanto também do estabelecimento da necessidade da própria filosofia primeira [6].

À partida, pois, tanto o catálogo de Diógenes como a classificação neoplatónica parecem ser infiéis à lição aristotélica neste ponto fundamental. O que significa que *a fonte comum o é também;* e, portanto, que o padrão tradicional de inventariação da obra aristotélica não coincide com a estrutura que o próprio aristotelismo lhe imporia no que respeita a um aspecto tão fundamental quanto o da arrumação dos tratados escolares.

Como se justifica este afastamento tão significativo da fonte comum, que já vimos ter de ser extremamente antiga (pelo menos contemporânea à lista de Aríston) e portanto muito próxima ainda de Aristóteles e dos primeiros peripatéticos, em relação à doutrina aristotélica?

A classificação heterodoxa em tratados teóricos, práticos e lógicos, vimo-lo já, surge em termos praticamente análogos na divisão da filosofia de Albino. Mas Albino é um autor muito

---

[4] Nomeadamente, a subordinação sistemática da ética à política, no domínio das ciências práticas: cf. *EN* I 1, 1094a18-b11.

[5] O local canónico onde esta dedução é feita é a *Metaph.* E 1, 1025b18--1026a22 (repetida quase integralmente em K 7, 1064a28-b6); mas veja-se no mesmo sentido *De an.* I 1, 403b10-16, e *EN* VI 9, 1142a16-20. Mais frequentemente, a distinção entre as três ciências teóricas é feita pela relação de cada uma delas com a investigação do ente, a saber, *qua ens* no caso da filosofia primeira, *qua talis ens* no caso da matemática e da física; assim em *Metaph.* Γ 1, 1003a21-32; Γ 2, 1003b19--22; Γ 2, 1004a2-9; Γ 3, 1005a29-b2; E 1, 1025b3-18; K 4, 1061b17-33; K 7, 1063b36--1064a10.

[6] Que decorre da dedução das três ciências teóricas em *Metaph.* E 1, 1026a22-32 (cf. K 7, 1064b6-14). Note-se que, em relação à filosofia primeira, a nomenclatura é mais fluida do que em relação às outras duas ciências teóricas, o que não é senão natural, dado que Aristóteles é o fundador da disciplina, ao passo que aquelas duas estavam já bem sedimentadas na tradição. Assim, a designação «filosofia primeira» ocorre em *De an.* I 1, 403b10-16; *MA* 6, 700b6-11; *Metaph.* E 1, 1026a22-32; K 4, 1061b17-33 (cf. *Cael.* III 1, 298b19-20, e *GC* I 3, 318a5-8). Alternativamente, a *Metafísica* utiliza a expressão «teologia» em E 1, 1026a18-32, e K 7, 1064a28-b14. «Sabedoria» é a designação predominante em *Metaph.* A 1-2, B, K 1-8 e *EN* VI. Episodicamente, surge também a expressão «ciência da verdade» (*Metaph.* α 1, 993b20) ou expressões aparentadas (cf. *Metaph.* A 3, 983b2-3; α 1, 993b17; B 4, 1001a4-5; e ainda: *Cael.* I 5, 271b5-6; III 1, 298b12-13).

tardio e é cinco séculos antes que devemos procurar a resposta: é nas suas raízes filosóficas que é preciso indagar.

Ora, sem grande esforço, deparamo-nos com elas. A influência estóica sobre o platonismo médio em geral, e sobre Albino em particular, é unanimemente reconhecida. E o estoicismo, desde os seus primeiros mestres, Zenão de Cítia e Crísipo, dividia a filosofia em lógica, física e ética [7], o que corresponde *grosso modo* à classificação dos acroamáticos aristotélicos nos dois inventários.

Neste caso, sem dúvida, a época confere. Mas a discrepância que ainda assim subsiste entre a divisão estóica e a classificação dos inventários causa algum embaraço. Dificilmente a física e a ética cobrem a área dos escritos teóricos e dos escritos práticos de Aristóteles; de um ponto de vista aristotélico, aquelas constituem antes ciências particulares dentro do campo disciplinar mais vasto que estes percorrem. É certo que a física estóica abrange não apenas a cosmologia como a teologia; mas nem assim o elenco aristotélico das ciência teóricas, ou sequer porventura o campo problemático da «teologia» aristotélica, fica devidamente coberto [8].

Por outro lado, as ciências «lógicas», no sentido estóico do termo, não correspondem à lógica em sentido moderno, nem tão-pouco ao campo de investigação praticado nas obras lógicas de Aristóteles, o qual engloba fundamentalmente a lógica formal (analítica), a teoria da ciência (apodíctica) e a teoria da argumentação (dialéctica). A sua noção era mais lata e incluía, para além da lógica formal e da teoria da ciência, a psicologia e a ontologia; estava portanto mais próxima da dialéctica em sentido platónico, a qual abrange, aristotelicamente, a lógica, a psicologia *e a filosofia primeira*.

É este último ponto que nos dá a chave para circunscrever a verdadeira origem da divergência dos inventários em relação a Aristóteles.

A divergência não ocorreu por influência do estoicismo, senão que tanto ela *como o próprio estoicismo* sofreram a influência de uma matriz comum, a saber, *o platonismo*.

Ora nós possuímos um indício seguro nessa direcção, que constitui o elo de ligação entre o pensamento platónico, onde ne-

---

[7] Cf. II 35-44 Arnim. Mas ver também a passagem completa em Diógenes Laércio VII 39-41.

[8] Só em Cleantes (contemporâneo e companheiro de Zenão) encontramos uma classificação mais completa, mas nem por isso exaustiva: para ele, a filosofia divide-se em dialéctica, retórica, ética, política, física e teologia (cf. I 482 Arnim).

nhuma «classificação das ciências» é tecnicamente proposta (a preocupação com tal matéria é tipicamente aristotélica, na medida em que presume a constituição disciplinar das ciências, que só ocorre a partir de Aristóteles) e a classificação dos inventários e do estoicismo.

Trata-se da divisão da filosofia proposta por Xenócrates, um académico já imbuído de muita da problemática e do vocabulário conceptual aristotélico, seja pelo prolongado contacto directo entre ambos os filósofos no interior da Academia, seja mercê das polémicas que os opuseram a partir da maturidade filosófica [9].

É, com efeito, em Xenócrates que encontramos pela primeira vez a divisão dita «estóica» da filosofia em lógica, física e ética [10].

Foi pois provavelmente por contaminação académica que a secção lógica se viu integrada na classificação original.

E, assim, a nova aquisição chegou, por uma via, ao catálogo de Diógenes e, por outra, ao inventário neoplatónico.

Este facto constitui um dado importante para clarificar a natureza da fonte comum.

Com efeito, a própria adopção de elementos académicos, e ultimamente platónicos, que caracterizou o Perípato depois de Estratão, constitui um argumento para supor que essa fonte é peripatética.

Não é, evidentemente, fundamental determinar com exactidão que fonte vem a ser essa. Mas, se a lista original do catálogo de Diógenes e do catálogo anónimo for de facto peripatética, como parece ser, é natural concluir, nem que seja por um princípio de economia (que evidentemente não tem valor histórico, mas apenas hermenêutico), que a fonte comum do catálogo de Diógenes e da classificação neoplatónica, antes de a interferência de Albino se ter insinuado, é *a própria lista original* em que Diógenes se baseou. E se, como parece sustentado em dados substantivos, essa lista for obra de Aríston, então a fonte comum será Aríston.

Revertamos agora ao ponto.

---

[9] Lembre-se que um e outro foram simultaneamente chefes das duas escolas filosóficas mais influentes de Atenas: Aristóteles do Liceu entre 335 e 323 a. C., Xenócrates da Academia entre 339 e 314 a. C.

[10] Cf. fr. 1 Heinze. Cícero remonta esta divisão ao próprio Platão (*Ac.* I v 19); mas Sexto Empírico, mais prudente, declara que ela se encontra em Platão apenas δυνάμει e que só com Xenócrates, os estóicos e os peripatéticos ela foi adoptada expressamente (*Math.* VII 16).

Vimos já que a fonte comum, isto é, a lista original do catálogo de Diógenes, procede à divisão dos tratados escolares de acordo com a classificação aristotélica das ciências, a saber, distribuindo-os por três secções, teórica, prática e poiética, mas que, em certo momento, esse labor surge perturbado por uma interferência académica, a qual faz surgir uma quarta secção lógica a par das restantes.

Agora, a questão que se coloca é a seguinte: será que isso faz realmente diferença?

Quer dizer: em termos da estrutura original do *corpus*, que é o que unicamente nos interessa, será que a intervenção académica tem alguma repercussão relevante?

Comecemos desde logo por estabelecer um ponto.

Na classificação neoplatónica, a divisão aristotélica clássica em obras teóricas, práticas e poiéticas é *substituída* pela divisão diferente em obras teóricas, práticas e lógicas, que já vimos provir ultimamente de Xenócrates.

Aqui, trata-se, portanto, bem de uma contaminação, mas ela é motivada pela intervenção suplementar de Albino no sentido da inclusão dos obras poiéticas no conjunto das lógicas.

No catálogo de Diógenes, pelo contrário, em que essa intervenção suplementar não se deu, o que temos não é uma substituição, mas um mero *acrescento*: ao conjunto aristotélico canónico das obras teóricas, práticas e poiéticas é simplesmente aduzida uma nova secção, a das obras lógicas.

Ora, na lista original do catálogo de Diógenes, e, portanto, na fonte comum a este catálogo e à classificação neoplatónica, a interferência de Albino obviamente também não se deu, porque não é historicamente possível que se tivesse dado.

O que temos nessa lista é, pois, tal como em Diógenes, uma divisão tetrádica das obras acroamáticas em teóricas, práticas, poiéticas e lógicas. Estas últimas não surgem, portanto, por substituição de uma classificação por outra, mas por acrescento de uma rubrica a uma única classificação já constituída. Que esse acrescento tenha sido facilitado pelo contacto com classificações diversas, nomeadamente a de Xenócrates, é o que de bom grado se compreende, nem que seja pela influência reconhecida que a Academia exerceu a partir de determinado momento sobre o Peripato; mas isso não chega a fazer uma contaminação [11].

---

[11] Moraux interpreta-a como uma contaminação (platónica), porque considera que a secção lógica do catálogo de Diógenes inclui também títulos de

Aliás, que a interferência académica e estóica na integração da secção lógica foi pouco relevante, senão despicienda, é o que se confirma no facto de não ser acompanhada pela inclusão da retórica nesta secção, como decerto aconteceria se ela se tivesse produzido por influxo doutrinário daquelas escolas.

E, por outro lado, a lista não adopta a nomenclatura limitativa das ciências «físicas» e «éticas», mas usa a classificação aristotélica «teóricas» e «práticas», o que é uma outra indicação em idêntico sentido [12].

Todavia, se assim é, a questão naturalmente emerge: até que ponto esse acrescento afecta a estrutura original do *corpus* e até que ponto, pelo contrário, ele não é indissociavelmente solidário dessa estrutura original?

Dois motivos nos levam a responder no sentido do segundo membro da alternativa, isto é, que o acrescento da secção lógica, longe de afectar a estrutura original do *corpus*, é dele solidário.

O primeiro motivo prende-se com a própria posição de Aristóteles a respeito deste problema.

---

ontologia a par de títulos de lógica em sentido aristotélico, o que seria justamente um indício de platonismo (cf. *Les listes anciennes*, p. 177). Mas nada no catálogo confirma tal inclusão. A presença de certos títulos «sobre as ciências» ou «sobre os princípios» (DL 26, 40, 41) justifica-se pelo facto de a lógica em sentido aristotélico incluir a teoria da ciência; e, neste quadro, só o título Περὶ τῆς ἰδέας α′ (DL 54), se de facto idêntico com o *De ideis*, destoa no conjunto das quase cinquenta entradas de lógica. Acresce que, a aceitar a tese de Moraux, tal seria contraditório com a que ele sustenta no mesmo local, segundo a qual o pinacógrafo poderia ter reunido a lógica com a ontologia sem deixar de «reservar um lugar à teologia nas ciências especulativas». É pelo contrário evidente que, uma vez adoptado o sincretismo «platónico» entre lógica e ontologia, o pinacógrafo *já não podia* «reservar um lugar à teologia nas ciências especulativas», porque o conceito de «ciências especulativas» é precisamente o que fica arruinado pela divisão «platónica» da filosofia em lógica, física e ética. Nesta medida, «a ausência de escritos teológicos no catálogo», a que Moraux se refere ainda como não estando necessariamente ligada àquela decisão «platonizante», constituiria manifestamente um sinal de que o pinacógrafo ignorava a divisão aristotélica em favor da «platónica» ou pelo menos que integrava uma na outra; e assim, todo o esforço de Moraux para mostrar que a omissão da *Metafísica* se deve a uma lacuna estaria votado ao fracasso, porque um tratado desta natureza não teria, pelas razões aduzidas, qualquer sentido no contexto da divisão da filosofia adoptada.

[12] A presença desta mesma nomenclatura e não da primeira na classificação neoplatónica é obviamente explicada pela intercessão de Albino, que mantém a divisão aristotélica como matriz.

Reconhecidamente, o estatuto da lógica no contexto da divisão aristotélica das ciências constitui um embaraço.

Tanto quanto podemos reconstituir, Aristóteles poderá ter ponderado em certo momento adoptar uma divisão semelhante à de Xenócrates [13]. O factor evidente da existência de uma classe autónoma de disciplinas produtivas, de que Aristóteles mostra ter consciência desde muito cedo [14], terá decerto contribuído para não acolher esta classificação.

Mas por que razão não optou ele então por uma distinção tetrádica, como a testemunhada pelo catálogo de Diógenes, colocando as ciências lógicas, a que aliás ele faz excepcionalmente alusão [15], a par das teóricas, práticas e produtivas?

---

[13] É o que parece resultar de uma ocorrência sem paralelo estrito no *corpus*, onde Aristóteles afirma: «De modo esquemático, existem três tipos de premissas e de problemas: com efeito, de entre as premissas umas são éticas, outras são físicas e outras são lógicas [αἱ μὲν γὰρ ἠθικαὶ προτάσεις εἰσίν, αἱ δὲ γυσικαί, αἱ δὲ λογικαί]. As éticas são, por exemplo, se, em caso de divergência, devemos mais obediência aos pais do que às leis; as lógicas, se é a mesma ciência que estuda os contrários ou não; as físicas, se o mundo é eterno ou não. O mesmo é também válido para os problemas.» (*Top.* I 14, 105b19-25.) Note-se que λογικός guarda aqui o sentido aristotélico habitual de «genérico»: as premissas «lógicas» são as que não abordam especificamente nenhuma das áreas anteriores, mas atravessam transversalmente as ciências (como acontece justamente no exemplo «se é a mesma ciência que estuda os contrários ou não»), o que as torna objecto por excelência da dialéctica; as premissas «lógicas» são portanto aqui propriamente premissas *dialécticas*. Alexandre de Afrodísias (*In Top.* 74.11-33 Wallies) e, na sua esteira, o uníssono dos comentadores antigos associaram esta passagem a uma outra do mesmo livro dos *Tópicos*, onde se declara: «O problema dialéctico é uma questão para análise que visa ora a escolha e a rejeição [τὸ συντεῖνον ἢ πρὸς αἵρεσιν καὶ φυγήν], ora a verdade e o conhecimento [ἢ πρὸς ἀλήθειαν καὶ γνῶσιν], seja em si mesmo, seja como auxiliar para o tratamento de outra questão [ἢ αὐτὸ ἤ ὡς συνεργὸν πρός τι ἕτερον τῶν τοιούτων], e acerca da qual ou não existe opinião mais num sentido do que noutro, ou a maioria opõe-se aos sábios, ou os sábios à maioria, ou ainda em cada um destes grupos a opinião está dividida.» (*Top.* I 11, 104b1-5; ver também o desenvolvimento em 104b5-19.) Desta aproximação retiraram eles a evidência de um campo de indagação lógica, catalogada neste último passo como «auxiliar» ou «instrumental», a par da investigação prática (que visa «a escolha e a rejeição») e da investigação teórica (que visa «a verdade e o conhecimento»). Em abono da aproximação, registe-se que os exemplos das duas primeiras categorias em 104b5-7 e 104b7-8 são rigorosamente os mesmos que os oferecidos para as premissas «éticas» e «físicas» em I 14, 105b21-23 e 24-25, respectivamente.

[14] Cf. *Prt.* R6; *Top.* V 7, 136b35-137a1; VI 6, 145a13-18; *Cael.* III 7, 306a16-17.

[15] Só detectámos uma única referência explícita em todo o *corpus*, a saber, a alusão de *Metaph.* K 1, 1059b18-20, à ciência que estuda a demonstração e a ciên-

A razão é manifestamente esta: é que, como Andronico e, na sua esteira, os comentadores antigos bem discerniram, as ciências lógicas têm para Aristóteles um estatuto especial, que as impede de serem catalogadas pura e simplesmente a par das restantes.

Essa especificidade pode ser cruamente enunciada deste modo: todas as ciências da classificação canónica (teóricas, práticas e poiéticas) visam um determinado fim e distinguem-se no interior dessa classificação pela relação que mantêm com tal fim. Mas a lógica não visa nenhum fim no sentido assinalado às restantes: ela é estruturalmente *um meio* para a prossecução dos fins por estas visados.

Quer dizer, a finalidade do conhecimento lógico não pode ser descrito nem como residindo no próprio conhecimento nem como residindo na realização de algo exterior a esse conhecimento, porque reside inteiramente no suporte metodológico que presta à concretização das finalidades das outras áreas do conhecimento. As ciências lógicas são portanto puramente *instrumentais* para o desenvolvimento das restantes ciências [16].

Por esta razão, não faz sentido para Aristóteles catalogar as ciências lógicas com as restantes nem tão-pouco incluí-las, a par das teóricas, práticas e poiéticas, numa classificação tetrádica. Não

---

cia (τῆς σκοπούσης περὶ ἀποδείξεώς τε καὶ ἐπιστήμης). Naturalmente, remissões para os tópicos estudados nos *Analíticos* ou nas obras sobre a dialéctica, ou referências gerais à analítica, à apodíctica, à dialéctica, à erística, são mais frequentes.

[16] O termo evidentemente não surge em Aristóteles. Mas a noção é indesmentível não só por aquilo que se acabou de dizer, como por algumas declarações de Aristóteles quanto ao carácter puramente metodológico e propedêutico da lógica, ora identificado expressamente com o objecto dos *Analíticos* (assim na *Metaph.* Γ 3, 1005b2-5, e Γ 4, 1006a5-7), ora aludido como um requisito genérico a que chama παιδεία (cf. *PA* I 1, 639a1-6, e *EN* I 4, 1094b23-27). É naturalmente no mesmo sentido que deve ser entendida a referência de Aristóteles aos problemas «auxiliares» em *Top.* I 11, 104b1-19, se admitida a aproximação com *Top.* I 14, 105b19-25, proposta por Alexandre. Foi decerto nestas sugestões que Andronico se inspirou para reunir os tratados de lógica num *Organon*, opção que os comentadores antigos unanimemente sufragam no que toca à própria concepção das ciências cultivadas nesses tratados: ver em especial Alexandre, *In APr.* 1.3-4.29 Wallies, Amónio, *In APr.* 8.15-11.21 Wallies, e Filópono, *In APr.*, 6.19-9.20 Wallies. E é obviamente também esta concepção que está presente na catalogação dos escritos de lógica da classificação neoplatónica sob o título de λογικὰ ἢ ὀργανικά: cf. Amónio, *In Cat.*, 4.30-5.4 Busse; Simplício, *In Cat.* 4. 23 Kalbfleisch; Filópono, *In Cat.* 4.27-36 Busse; Olimpiodoro, *In Cat.* 7.26-28 Busse; David, *In Cat.* 117. 9-13 Busse.

porque elas não sejam ciências; mas porque a classificação aristotélica é estruturada por um critério (a relação aos fins) que as elimina *ab initio*.

Dito de outro modo, a «classificação das ciências» de Aristóteles é apenas uma classificação das ciências que visam directamente um fim, o que exclui aquelas que constituem unicamente uma mediação para o fim visado por outras; e é esse justamente o caso das ciências lógicas.

Nesta medida, a lógica existe como ciência e é como tal reconhecida por Aristóteles, mas, dada a sua natureza especial, deve manter-se à margem da classificação canónica.

Todavia, aquilo que estamos considerando é a classificação das ciências: não a classificação *dos escritos* onde essas ciências são desenvolvidas.

Ora, se as ciências lógicas não podem emparceirar com as restantes como uma classe paritária, nada impede que *os escritos lógicos* emparceirem com os restantes como uma secção paritária.

Pelo contrário, eles *têm de* constituir uma secção paritária, porque as ciências lógicas constituem um domínio autónomo e irredutível ao de todas as outras, de tal modo que não seria possível incluir os respectivos tratados nem na secção teórica, nem na secção prática, nem na secção poiética.

E isto leva-nos naturalmente ao segundo motivo.

Como vimos, uma coisa é a classificação das ciências, outra a classificação dos escritos onde essas ciências são desenvolvidas.

Todavia, a tarefa que o pinacógrafo tinha pela frente era uma classificação dos escritos, não uma classificação das ciências.

Ora, dado o volume esmagador de títulos de lógica que Aristóteles legou, que lhe restava fazer?

Manifestamente, fazer o que fez. Se quisesse ser fiel às indicações de Aristóteles, teria de reconhecer à lógica um estatuto disciplinar autónomo e, em conformidade, autonomizar uma secção própria para *os escritos* de lógica, a par das outras secções em que, de acordo com a classificação aristotélica das ciências, os tratados escolares se distribuem.

Deste modo, as decisões do pinacógrafo foram em todo o processo inspiradas pela boa doutrina aristotélica: dividiu a secção acroamática de acordo com a classificação aristotélica das ciências; e acrescentou uma subdivisão para os escritos lógicos, em obediência ao reconhecimento aristotélico da especificidade da lógica e por imposição do próprio legado aristotélico neste domínio.

Sob este aspecto, portanto, podemos dizer que a lista original restitui com inteira fidedignidade a estrutura original no *corpus*, no sentido que temos dado à expressão.

Mas será que o podemos garantir já em geral, para a totalidade da lista?

Uma breve panorâmica das suas cinco grandes divisões assegura-nos que, em larga medida, é assim.

A divisão em obras gerais, intermédias e particulares, tem, como vimos, um simples carácter pinacográfico. E as categorias que ela abrange encontram-se representadas no *corpus*.

A divisão entre escritos hipomnemáticos e escritos sintagmáticos é também predominantemente pinacográfica. Com efeito, a classe dos hipomnemáticos, na própria concepção dos alexandrinos, abrange, como também vimos, toda a reunião de materiais que vise a redacção de uma obra acabada (isto é, de um escrito sintagmático, nos termos da classificação neoplatónica). E, como Moraux mostra bem [17], na origem desta prática de reunir materiais e de os coligir e organizar tendo em vista uma futura redacção definitiva, que viria a converter-se durante o helenismo e no período greco-romano num género literário florescente (o dos *commentarii*, termo rigorosamente sinónimo do grego ὑπομνήματα), sob a forma de memórias, depoimentos autobiográficos, colecções de pequenas observações e reflexões circunstanciais, ou mesmo, na sua forma última, de simples compilações de excertos de outros autores ou de ditos célebres, encontra-se o hábito aristotélico bem documentado de recolher por escrito as suas pesquisas, de coligir notas, de preparar os textos provisórios a expor nas aulas e de elaborar sucessivos esboços e primeiras versões de uma obra projectada.

Do mesmo modo, a divisão em obras exotéricas e obras escolares tem uma indiscutível origem aristotélica. O próprio Aristóteles refere-se frequentemente aos seus escritos exotéricos (ἐξωτερικοὶ λόγοι) [18], ou aos seus escritos em circulação (τὰ ἐγκύκλια) [19], ou ain-

---

[17] *Les listes anciennes*, pp. 154-166.

[18] *Metaph.* M 1, 1076a28-29; *EN* I 13, 1102a26-27; VI 4, 1140a2-3; *EE* I 8, 1217b22-23; II 1, 1218b33-34; *Pol.* III 6, 1278b31-32; VII 1, 1323a22-23. Cf. *Ph.* IV 10, 217b30-31 e *Pol.* I 5, 1254a33-34. Adoptamos aqui as excelentes traduções de Gauthier (*L'Éthique à Nicomaque*, I.1., p. 65); para uma apresentação e/ou análise destes materiais, veja-se também Ross, *Metaphysics*, II, p. 409, e Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 53-56.

[19] *Cael.* I 9, 279a30-31; *EN* I 3, 1096a3-4.

da aos seus escritos editados (ἐκδεδομένοι λόγοι) [20] ou publicados (οἱ ἐν κοινῷ γιγνομένοι λόγοι) [21], consagrando assim tacitamente a diferença com aqueles em que justamente inscreve as referências, a saber, as obras escolares.

Por outro lado, também os testemunhos antigos [22] mostram que a distinção era conhecida e utilizada pelo menos desde Antíoco de Ascalão [23].

No entanto, é preciso caracterizar exactamente o que se entende, de um ponto de vista aristotélico, por tal distinção.

---

[20] *Po.* 15, 1454b17-18.

[21] *De an.* I 4, 407b29-30. Modernamente, várias posições se perfilaram quanto à interpretação destas referências. Para Diels («Über die exoterischen Reden des Aristoteles», 1883), os λόγοι a que Aristóteles alude nestas passagens seriam os debates públicos fora do Liceu; esta interpretação fez escola durante um largo período (cf. Rodier, *Traité de l'âme*, II, pp. 118-119; Burnet, *The Ethics of Aristotle*, n. *ad EN* I 13, 1102a26-27; Ross, *Aristotle's Metaphysics*, II, pp. 408-410, e *Aristotle's Physics*, n. *ad* IV 10, 217b30; Tricot, *La Métaphysique*, II, pp. 716-717; Dirlmeier, *Nikomachische Ethik*, pp. 274-275, e *Eudemische Ethik*, pp. 198-199, 220-221), mas está hoje abandonada. Jannone («I logoi essoterici di Aristotele», 1954/55; «Les oeuvres de jeunesse d'Aristote et les Λόγοι ἐξωτερικοί», 1959) e Wieland («Aristoteles als Rhetoriker und die exoterischen Schriften», 1958) sustentaram também duas interpretações que não granjearam adesão. Segundo o primeiro, os ἐξωτεριλοί λόγοι seriam as introduções dialécticas de alguns tratados escolares de Aristóteles; esta tese é consensualmente rejeitada, uma vez que as remissões aristotélicas sob aquele qualificativo não conferem com os locais por ela indicados. De acordo com o segundo, os ἐξωτερικοὶ λόγοι seriam escritos perdidos, mas não os *juvenilia*, correspondendo antes aos cursos de retórica que Aristóteles costumava ministrar da parte da tarde; esta interpretação tem a óbvia fragilidade de se basear exclusivamente no testemunho de Aulo Gélio a este respeito (*NA* XX 5), que é habitualmente considerado uma fabricação (em todo o caso, P. Louis parece subscrevê-la tacitamente em *Vie d'Aristote*, pp. 89-92). A posição hoje dominante (e que subscrevemos) é a que foi proposta por Ravaisson (*Essai sur la Métaphysique d'Aristote*, I, 1837, pp. 205-244) e Bernays (*Die Dialoge des Aristoteles*, 1863), segundo a qual os ἐξωτερικοὶ λόγοι correspondem a escritos do próprio Aristóteles, maioritariamente de juventude, embora nem todos necessariamente diálogos. É essa também a interpretação adoptada, entre outros, por Jaeger (*Aristoteles*, pp. 283-297), A. Mansion («La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents», pp. 443-444), Robin (*Aristote*, pp. 13-14), Moraux (*Les listes anciennes*, pp. 167-172, e *À la recherche de l'Aristote perdu*, pp. 13-22), Allan (*The Philosophy of Aristotle*, p. 9) e Düring (*Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 440-443).

[22] Editados por Düring em *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, sob T 76a-p.

[23] A referência mais antiga aos ἐξωτερικά ocorre em Cícero, *Ad Att.* IV XVI 2 (54 a. C.); mas, tanto aí como em *Fin.* V IV 10, a fonte de Cícero é Antíoco (cf. Düring, pp. 426-427, 432-434).

A partir de certa época [24], as obras exotéricas passam a ser concebidas por oposição aos escritos alegadamente «esotéricos», que conteriam uma doutrina secreta, reservada aos iniciados [25].

Trata-se aqui, manifestamente, de um momento já muito adiantado de um longo processo de distorção.

Com efeito, nos primeiros testemunhos, a oposição faz-se simplesmente entre os escritos de carácter mais popular (os exotéricos) e os de carácter científico (os acroamáticos) [26].

Mas já em Plutarco, onde a distinção concerne essencialmente ao grau de dificuldade de cada um deles (os primeiros seriam os «cursos elementares» e os segundos os «cursos avançados»), começa a insinuar-se uma sugestão de secretismo associada a estes últimos [27].

Daí à emergência formal da oposição entre as doutrinas secretas e as doutrinas para o grande público e, desta ainda, à tese de David segundo a qual as obras escolares de Aristóteles ensinariam a verdade enquanto as exotéricas ensinariam o erro [28], vai apenas um passo.

É evidente que nenhuma das interpretações mais modernas tem sustentação e que é a primeira que corresponde aos factos em presença.

Se atentarmos nos testemunhos e fragmentos das obras exotéricas que chegaram até nós, concluiremos sem esforço que se tratava de facto de escritos dirigidos ao público cultivado em geral, com um conteúdo mais acessível e escritos com clareza, correcção e elegância, em linguagem literariamente cuidada.

A distinção entre obras acroamáticas e obras exotéricas é, assim, simplesmente a distinção entre escritos de investigação e escritos de divulgação (no caso, fundamentalmente no sentido da sensibilização para os problemas filosóficos ou de exortação para a prática da filosofia).

---

[24] Que podemos circunscrever pela primeira referência inequívoca nesse sentido, em Clemente de Alexandria (cf. *Strom.* V IX 58).

[25] Esta virá a ser tipicamente a interpretação de Amónio (*In Cat*. 4.18 Busse) e de Olimpiodoro (*In Cat*. 7.5 Busse), que Filópono (*In Cat*. 3.16, 4.12 Busse; *In Ph.* 705.20 Vitelli) e Simplício (*In Ph*. 8.16, 83.27, 695.28 Diels) não seguirão.

[26] Cf. Estrabão XIII I 54, 608. Assim ainda em Simplício (nos locais referidos na n. anterior) e, muito mais tarde, em Eustrácio (*In EN* 298.30).

[27] Cf. *Alex*. 7.

[28] *In Cat*. 114.32-115.13 Busse. Trata-se aqui de uma leitura equivocada da lição de Alexandre que reencontraremos adiante (*infra*, n. 29, a seguir), provavelmente *via* Amónio e Olimpiodoro.

Estes, cumprindo a sua função, eram publicados e atingiam uma larga circulação; os outros eram reservados ao círculo privado da escola.

Uma outra distorção, de menor relevância, tem de ser aqui mencionada.

Trata-se da progressiva sobreposição que se foi verificando entre os dois pares que encontramos associados na classificação neoplatónica, o par diálogos *vs.* αὐτοπρόσωπα e o par exotéricos *vs.* acroamáticos.

Esta sobreposição está já provavelmente presente em Antíoco de Ascalão, se é certo que as referências de Cícero aos ἐξωτερικά acima indicadas dizem respeito aos diálogos. É todavia no comentarismo que ela surge plenamente consumada [29].

Ora, a verdade é que não existe nenhum fundamento para tal sobreposição: diversas obras publicadas *não* eram diálogos (o caso do *Protréptico* é discutido, mas o das exposições *Sobre as Ideias* e *Sobre o Bem* é absolutamente certo); e como a noção de αὐτοπρόσωπα só tem sentido por oposição aos diálogos, é óbvio que também ela não é coextensiva com a dos ἀκροαματικά.

Um aspecto interessante é que a sobreposição não é subscrita pelo catálogo de Diógenes, uma vez que sob a categoria dos ἐξωτερικά caem não só os diálogos como também os estudos platónicos (DL 20-22) [30], o que é mais um sinal da sua fidedignidade.

Finalmente, acerca das duas últimas divisões, vimos já que estão bem sustentadas na doutrina aristotélica.

Em particular, no que toca à divisão das obras teóricas e à inclusão da ética e da política entre as práticas, a lição de Aristóteles é taxativa.

---

[29] A acreditar no relato de Olimpiodoro (*In Cat.* 7.5 Busse), Alexandre teria considerado que, nos diálogos, Aristóteles fazia intervir diversos personagens, não se identificando ele próprio com nenhum, enquanto nos tratados falava em seu nome pessoal; daqui retirava ele a conclusão de que a distinção entre as obras exotéricas e as obras escolares residia no facto de naquelas Aristóteles expor as opiniões alheias, ao passo que nestas expunha a sua própria. Independentemente da penetração do comentário de Alexandre no que toca aos *diálogos* de Aristóteles, o que é certo é que temos já aqui completamente formada a noção de αὐτοπρόσωπα e a sua assimilação à de ἀκροαματικά, bem como a assimilação concomitante dos διαλογικά e dos ἐξωτερικά. Todos os alexandrinos adoptarão, nestes termos exactos, tais assimilações na sua classificação dos escritos de Aristóteles.

[30] Por motivos indeterminados, o *De ideis* encontra-se deslocado, como já sabemos, para a secção lógica. Os outros estudos históricos surgem em bloco na secção de filosofia natural (DL 92-101).

Quanto à distinção das obras lógicas, se bem que fundada até certo ponto na doutrina aristotélica [31], é, no que toca à primeira (respeitante às obras propedêuticas ao «método demonstrativo»), uma obra da escola androniciana e, no que toca à terceira (respeitante aos escritos sobre a sofística), produto, em grande medida, do eixo que vai do platonismo médio até à escola alexandrina, razão pela qual não surge no catálogo de Diógenes, que tem de se presumir mais fiel à fonte comum.

Em suma: em todas as suas articulações, a estrutura tradicional do *corpus*, tal como a fixámos, é justificada ou por distinções filosóficas intrínsecas ao sistema aristotélico (e. g., a distinção entre os diversos tratados acroamáticos e a emergência da secção lógica, na quarta divisão da classificação), ou por princípios que o aristotelismo sanciona (assim com a distinção exotérico/acroamático, na terceira divisão da classificação), ou ainda por categorias bibliográficas helenísticas, mas cuja origem remonta à prática científica de Aristóteles (é o que sucede com a noção de ὑπόμνημα, raiz da segunda divisão da classificação), ou finalmente por conceitos pinacográficos elementares ou generalizados (é o caso da distinção entre obras particulares, intermédias e gerais, primeira divisão da classificação).

Correlativamente, o que os neoplatónicos acrescentaram à classificação herdada não foi muito significativo.

No essencial, todas as suas divisões lhe são muito anteriores e, com uma única excepção (a integração da *Retórica* e da *Poética* nas obras lógicas), todas as decisões filosóficas provêm do aristotelismo.

Pode concluir-se, portanto, que a classificação neoplatónica resulta de um trabalho colectivo, que, no seu núcleo fundamental, remonta ao tempo de Aristóteles e ultimamente ao próprio Aristóteles.

Neste sentido, a estrutura tradicional do *corpus* tem bem uma origem aristotélica.

---

[31] A distinção entre silogística e apodíctica encontra-se expressamente enunciada em *APr.* I 4, 25b26-31, e *APo.* I 2, 71b9-25. A distinção entre apodíctica e dialéctica é permanentemente reiterada ao longo do *corpus* lógico: veja-se *APr.* I 1, 24a16-b15; I 30, 46a3-10; II 23, 68b8-14; *APo.* I 2, 72a8-14; I 19, 81b18-23; *Top.* I 14, 105b30-31; VIII 1, 155b3-16; VIII 3, 159a11-14; *SE* 10, 171a38-b2; 11, 171b3-6; 11, 172a15-21. Por vezes, essa distinção surge no quadro de classificações mais vastas, que abrangem também a erística: assim em *Top.* I 1, 100a25-101a24, e em *SE* 2, 165a38-b11.

Mas significa isto que ela coincide com a sua estrutura original?

De acordo com o modo como entendemos a noção desde o início, a saber, como o padrão de organização do *corpus* na sua dependência de princípios aristotélicos, sem dúvida que sim.

Há, todavia, bons motivos para considerar que, a despeito de tudo o que nela encontramos ser aristotélico ou poder ser sancionado por Aristóteles, esta pode não ser ainda, num ponto preciso, a estrutura mais consonante com o espírito e a letra do aristotelismo.

Trata-se do lugar estrutural da *Retórica* e da *Poética* neste conjunto.

Sabemos já que a tradição peripatética (aquela que a longo prazo vingou neste aspecto) incluía os dois tratados na secção poiética dos acroamáticos, por oposição aos neoplatónicos que, na esteira do estoicismo e do platonismo médio, os integravam na secção lógica, eliminando ao mesmo tempo a secção poiética. E sabemos já que na fonte comum de Diógenes e dos alexandrinos (o πίναξ peripatético original) era aquela decisão a adoptada.

Não está em causa a existência *de jure* de uma secção poiética na catalogação da obra de Aristóteles; ela resulta directamente da sua divisão das ciências e está por aí mesmo justificada. O que está em causa é se, *de facto*, essa secção tem preenchimento na obra aristotélica, ou, mais precisamente, se a *Retórica* e a *Poética* constituem o seu preenchimento adequado.

No caso da *Poética*, tudo inclina a dizer que sim; mas, no caso da *Retórica*, tudo inclina a dizer que não.

As razões são simples.

As ciências produtivas são, para Aristóteles, aquelas que visam um fim distinto do próprio conhecimento por elas obtido e, bem assim, da actividade pela qual o fim é realizado.

A poética, tal como a medicina e a arquitectura, que constituem os seus exemplos típicos [32], correspondem aos requisitos. A retórica não.

Inversamente, os poucos depoimentos aristotélicos acerca do lugar disciplinar da retórica vão todos no sentido de a aproximar da dialéctica e, portanto, da lógica [33].

---

32 Cf. *Top*. V 7, 136b35-137a1. E ainda: *Prt*. R6 (só arquitectura); *Metaph*. Z 7, 1032b2-14, e *EE* I 5, 1216b10-19 (só medicina).

33 Cf. *Rh*. I 1, 1355a8; I 2, 1356a20-33; I 4, 1359b11-12. Pelo contrário, a única relação expressa entre a retórica e a poética é a sua menção conjunta em *Int*. 4, 17a4-7.

Por outro lado, os argumentos retóricos, ou entimemas, são classificados por Aristóteles como silogismos [34] e a sua recondução à forma silogística é explanada nos *Primeiros Analíticos* [35].

Na ausência de especificações taxativas, as poucas indicações disponíveis parecem apontar, portanto, para a inclusão da poética entre as disciplinas produtivas e da retórica entre as disciplinas lógicas. O que, em termos pinacográficos, equivale à integração da *Poética* na secção poiética e da *Retórica* na secção instrumental.

Entre os peripatéticos e os neoplatónicos, Albino parece ter sido, pois, aquele que melhor discerniu os indícios e a orientação fundamental do *corpus* aristotélico.

---

[34] Cf. *APo*. I 1, 71a10-11; *Rh*. I 2, 1356a34-b11.

[35] Cf. *APr*. II 27.

VI

SUBSISTÊNCIA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: A OBRA DE ARISTÓTELES NOS CATÁLOGOS ANTIGOS E NA EDIÇÃO BEKKER

Abrimos este breve espaço para uma rápida comparação entre a obra conservada de Aristóteles e aquilo a que poderemos chamar a sua obra completa, isto é, o conjunto de escritos (autênticos, espúrios e duvidosos) que em algum momento estiveram associados à colecção aristotélica.

A obra conservada de Aristóteles é, como se sabe, a que foi editada por Bekker em 1831 para a Academia de Berlim, mais o texto da Ἀθηναίων Πολιτεία, redescoberto já depois de aquela ter sido publicada [1].

A estrutura e a composição do cânone Bekker (incluindo nele, a partir de agora, a *Constituição dos Atenienses*) são bem conhecidas.

Trata-se de um conjunto de quarenta e sete escritos, distribuídos *grosso modo* pelas seguintes áreas temáticas: lógica; cosmologia; psicologia; biologia; metafísica; ética; política; retórica; poética [2].

A ordem dos títulos é genericamente a que foi sedimentada entre a edição romana e os comentadores alexandrinos.

---

[1] A *editio princeps* de F. G. Kenyon data de 1891 (sucessivas reedições, ainda em 1891, em 1892 e em 1903) e baseia-se em dois manuscritos descobertos em 1879 e em 1890.

[2] Fogem a esta classificação apenas o *De Melisso Xenophane Gorgia*, que é constituído por três pequenas doxografias críticas, e a *Constituição dos Atenienses*, que é uma obra histórica.

Das obras abrangidas pelo cânone, vinte e nove são consideradas indiscutivelmente autênticas [3], catorze são espúrias [4] e quatro são suspeitas [5].

---

[3] Embora a autenticidade de alguns dos seus livros, designadamente dos *Meteorologica* IV, da *História dos Animais* VII, VIII 31-30, IX, X, e da *Metafísica* α e K, continue em discussão. Para a *História dos Animais* X e os dois livros da *Metafísica*, veja-se *supra*, capítulo III, nn. 9 e 10.

[4] A saber: *De mundo*; *De spiritu* (= *Parva naturalia* 9); *De coloribus*; *De audibilibus*; *Physiognomonica*; *De plantis*; *De mirabilibus auscultationibus*; *Mechanica*; *Problemata*; *De lineis insecabilibus*; *Ventorum situs et cognomina*; *De Melisso Xenophane Gorgia*; *De virtutibus et vitiis*; *Rhetorica ad Alexandrum*. Para uma apresentação sucinta destas obras, veja-se Ross, *Aristotle*, pp. 11-16.

[5] Trata-se das *Categorias*, do *Movimento dos Animais*, da *Grande Moral* e dos *Económicos*. A *Grande Moral* é genericamente considerada espúria; Von Arnim defendeu todavia em «Die drei aristotelischen Ethiken» que ela é genuína e a mais antiga das éticas aristotélicas (no que foi seguido mais modernamente por Düring, *Aristoteles*, p. 50). Os *Oeconomica* são quase consensualmente considerados espúrios e o livro III provavelmente muito tardio. O *Movimento dos Animais*, atetizado por Brandis, Rose e Zeller, foi recuperado por Jaeger na sua edição do tratado e por Farquharson na respectiva tradução Oxford, invertendo a tendência crítica; a mais recente defesa da autenticidade veio de M. Nussbaum (*De motu animalium*, pp. 3-10). A estilometria aponta também para a autenticidade (cf. Kenny, «A Stylometric Comparison Between Five Disputed Works and the Remainder of Aristotelian Corpus»). A situação das *Categorias* é mais complexa. Na Antiguidade, a autenticidade do tratado nunca foi seriamente posta em causa (cf. Amónio, *In Cat*. 13.25 Busse). O surgimento, no século XIX e no início do século XX, de uma violenta reacção atética contra as *Categorias*, de que foram máximos representantes Rose (*De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentatio*, 1954, pp. 232-240), Gercke («Ursprung der aristotelischen Kategorienlehre», 1891, pp. 424-441) e Dupréel («Aristote et le traité des *Catégories*», 1909, pp. 230-251), veio todavia colocar a questão, dividindo desde então os partidários da autenticidade e os que se inclinam a discuti-la ou mesmo a excluí-la. Defendem a autenticidade: Zeller, *Die Philosophie der Griechen*, II.2, 1879, pp. 67-68; Husik, «On the Categories of Aristotle», «The Authenticity of Aristotle's *Categories*» e «The *Categories* of Aristotle», *Philosophical Essays*, pp. 96-112; Ross, *Aristotle*, pp. 9-10, e «The Authenticity of Aristotle's *Categories*»; Lugarini, *Il problema delle categorie in Aristotele*, pp. 20-23; De Rijk, «The Authenticity of Aristotle's *Categories*»; Owens, «Aristotle on Categories»; Frede, «The Title, Unity, and Authenticity of the Aristotelian *Categories*»; Duhot, «L'authenticité des *Catégories*». Consideram-na pelo menos duvidosa: Bonitz, «Über die Kategorien des Aristoteles», 1853, p. 593; Prantl, *Geschichte der Logik im Abendlande*, I, 1855, p. 90, n. 5; Grant, *The Ethics of Aristotle*, I, 1866², pp. 362-363; Jaeger, *Aristoteles*, p. 60 e n. 16; Bochenski, *La logique de Théophraste*, p. 32; A. Mansion, «L'immortalité de l'âme et de l'intellect d'après Aristote», p. 454, n. 2; S. Mansion, *Le jugement d'existence chez Aristote*, pp. 232-233, n. 61, «La première doctrine de la substance: la substance selon Aristote» e «La doctrine aristotélicienne de la substance et le traité des *Catégories*»; Gauthier, «Intro-

É mais difícil, mas de modo algum impossível, estabelecer uma versão aproximada da obra completa de Aristóteles. Somando todos os títulos dos catálogos antigos que seguramente *não são* duplicações ou edições parciais de outros e a estes os (poucos) títulos que os catálogos antigos não integram, mas que a tradição lhes foi agregando, obtêm-se o número e o elenco *mínimos* da obra completa de Aristóteles [6].

Verifica-se então que a obra completa de Aristóteles seria constituída por cerca de cento e sessenta e nove escritos, cobrindo a totalidade de secções que determinámos no *corpus*, dos quais cento e dezoito seriam autênticos, trinta e sete espúrios e catorze duvidosos.

Se nos ficarmos apenas pelos autênticos, a comparação dá vinte e nove títulos para a obra conservada contra cento e dezoito para a obra completa. Conclui-se portanto que a obra conservada representa apenas cerca de um quarto do total e que oitenta e nove obras autênticas de Aristóteles se perderam, no todo ou em parte.

Falta agora estimar a dimensão *filosófica* da perda.

O cânone Bekker é quase exclusivamente constituído por tratados. As únicas excepções são as colectâneas de problemas mecânicos e de problemas físicos, os ensaios sobre Melisso, Xenófanes e Górgias e a *Constituição dos Atenienses*. Na obra completa, pelo contrário, os tratados são minoritários e o maior volume é ocupado pelas colecções, pelos escritos hipomnemáticos (recolhas, compilações, selectas, epítomes, excertos) e pelas obras exotéricas.

De entre as obras perdidas ou subsistentes em estado fragmentário [7], essa proporção aumenta drasticamente.

Os títulos que parecem corresponder a tratados são sensivelmente mais raros, se bem que a sua presença ainda se faça sentir. Apenas de entre os autênticos, e sem que se possa obviamente garantir exaustividade, parecem ter-se perdido os seguintes tratados: de dialéctica, *Sobre os Problemas* (DL 51, A 48) e *Sobre a Dife-*

---

duction», *L'Éthique à Nicomaque*, p. 55, n. 137. Mais próximo de nós, Dumoulin passou de uma suspensão de juízo em relação à autenticidade do tratado (cf. «Sur l'authenticité des *Catégories* d'Aristote», pp. 23-31) para a sua rejeição (em «L'ousia dans les *Catégories* et dans la *Métaphysique*», pp. 57-72). Os estudos estilométricos publicados até ao momento são inconcludentes: Rutten («Stylométrie des *Catégories*») aponta para a sua provável autenticidade; Kenny («A Stylometric Comparison») conclui que o tratado é pelo menos suspeito.

[6] Efectuámos esse exercício, cujos resultados constam na segunda secção do apêndice I. É neles que a partir de agora nos baseamos.

[7] Para o elenco completo, veja-se a terceira secção do apêndice I.

rença (A 181, P 13); de biologia, *Sobre os Animais Compostos* (DL 105, A 92), *Sobre a Hibernação* (P 26), *Sobre as Plantas* (DL 108, A 96, P 55); de matemática, *Sobre a Unidade* (DL 111, A 100), *Astronomia* (DL 113, A 101) e *Sobre a Música* (DL 116, A 104); de metafísica, *Sobre os Contrários* (DL 30, A 32, P 88), *Sobre o Relativo* (P 90) e *Sobre a Paixão e o Padecer* (DL 25, A 26); de política, *Sobre os Assuntos Judiciários* (DL 76, A 64, P 12) e *Sobre a Vida Conjugal do Marido e da Mulher* (A 165-166); de retórica, *Sobre a Grandeza* (DL 85, A 77) e *Sobre o Conselho* (DL 88, A 80).

Uma avaliação superficial mostra imediatamente que, apenas no que respeita aos tratados, a perda foi nula relativamente à cosmologia, à psicologia, à ética e à poética, foi muito pouco significativa no que toca à lógica e à zoologia, poderá ter tido alguma importância no que se refere à política e à retórica e foi decerto lamentável no que concerne à ontologia, que ficou desfalcada de alguns títulos sobre a teoria dos predicamentos. Mas onde se verificou um prejuízo irreparável foi em botânica, com a perda do único tratado que Aristóteles lhe dedicou [8], e em matemática, de que não sobrou um único tratado teórico.

Para que em contrapartida se possa apreciar o peso das restantes classes de escritos na obra integral ou quase integralmente perdida não é necessário olhar para o elenco: basta ver o que restou.

A conclusão impõe-se por si mesma: nenhum escrito exotérico chegou, como tal, aos nossos dias (e os fragmentos são em número extremamente reduzido); dos hipomnemáticos, nenhum autêntico subsistiu; nenhuma colecção sobreviveu também, apenas se tendo recuperado neste capítulo a primeira das cento e cinquenta e oito constituições reunidas por Aristóteles.

Em termos qualitativos, um simples relance devolve-nos os principais efeitos da devastação.

Ao nível da lógica, o golpe foi extremamente profundo, tendo desaparecido por completo as numerosas recolhas de proposições, de definições, de objecções, de soluções, de divisões, de silogismos, de epiquiremas, de teses, etc., bem como todas as colectâneas de problemas e de exercícios.

Também muito afectada foi a rica secção de textos sobre literatura e o conjunto de ensaios críticos de história da filosofia, não obstante o facto de não serem provavelmente todos autênticos.

---

[8] O *De plantis* da colecção subsistente é um apócrifo tardio. Para a relação com o original aristotélico, cf. apêndice I, n. 38.

Em filosofia natural, a perda mais significativa foi sem dúvida a da colecção aristotélica autêntica de *Problemas Físicos*, que deveria ser sensivelmente o dobro da conservada.

Em suma: não podemos dizer que possuímos hoje a totalidade dos tratados de Aristóteles nem que o que se perdeu foram apenas os seus escritos filosoficamente menos relevantes.

O que podemos dizer é que o que *maioritariamente* se perdeu foram as recolhas documentais, as colecções e as obras hipomnemáticas, bem como os diálogos, exortações e demais escritos exotéricos, e que, no cômputo geral, os tratados escolares foram aqueles que sofreram menor dano.

No entanto, ficámos ainda assim privados, em quantidade e qualidade, de um conjunto apreciável de títulos, cuja relevância exacta só seria possível determinar se, por absurdo, os não tivéssemos perdido.

VII

NATUREZA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: OS TRATADOS ESCOLARES

A forma dos tratados escolares de Aristóteles é absolutamente inexplicável.

Tem-se ouvido a justificação de que o estilo agreste desses escritos seria o adequado para a função e que os adornos literários seriam deslocados na prosa científica.

A explicação é excessiva. Nunca a ciência foi inimiga da correcção e da clareza — e correcção e principalmente clareza são o que mais frequentemente falta nos textos subsistentes de Aristóteles.

Isto é particularmente verdadeiro no caso dos lógicos.

Todo o lógico é um cultor da forma.

Para não comparar com Wittgenstein, que é sobretudo um inspirado, pense-se no exemplo de Quine, o último abencerragem do positivismo lógico.

Quine é um mestre da língua e toda a sua escrita está penetrada de elegância e de finura. E, se se recuar mais, Russell ou Leibniz, de entre os lógicos, Pascal ou Descartes, de entre os matemáticos, Kant, Santo Anselmo ou Platão, de entre os grandes momentos da filosofia, fornecem-nos exemplos expressivos da eloquência posta ao serviço da razão e do espírito analítico [1].

---

[1] De resto, o próprio Aristóteles tem aguda consciência disso. Veja-se *Metaph.* M 3, 1078a36-b2: «As principais espécies de belo são: ordem, simetria e definição; as ciências matemáticas são as que especialmente as manifestam (ἃ μάλιστα δεικνύουσιν αἱ μαθηματικαὶ ἐπιστῆμαι).»

Mas, por outro lado, também sobre Aristóteles abundam os testemunhos antigos sobre a «torrente dourada» do seu discurso *(flumen orationis aureum)* [2], o colorido da sua frase [3], a ornamentação da sua linguagem [4], a suavidade da sua eloquência *(eloquendi suavitas)* [5], a concisão do seu discurso [6], «a incrível fluência e o encanto do seu estilo» [7].

É sabido que estes epítetos, considerados em demasia generosos para o estilo rude dos tratados, são habitualmente atribuídos aos diálogos, onde Aristóteles daria presumivelmente largas à sua veia poética [8].

Mas é isto justamente que se torna difícil explicar: que um escritor hábil e competente se resigne a escrever filosofia sem gosto nem gramática, num estilo árido, repetitivo, frequentemente desconexo e obscuro (embora por vezes também não seja desprovido de encanto) [9].

Como explicar?

Justamente: é inexplicável.

Limitamo-nos a considerar plausível a justificação dominante que faz dos tratados uma espécie de colecções de apontamentos escolares destinados a posterior elaboração e que, em regra, nunca chegaram a ver esse dia [10]. Também é possível, embora

---

[2] Cícero, *Ac.* II, XXXVIII, 119 (= *Phil.* R²18, R³22, W20, R20).

[3] *Aristotelia pigmenta* (Cícero, *Ad Att.* II, I, 1).

[4] Cícero, *Fin.* I, V, 14.

[5] Quintiliano, *Inst.* X, I, 83.

[6] *Suavitate et brevitate dicendi* (Cícero, *Inv.* II, II, 6).

[7] Cícero, *Top.* I 3. Seguimos aqui a excelente tradução de Ross: cf. *The Works of Aristotle*, XII, p. 2.

[8] Embora a passagem dos *Tópicos* de Cícero vise com toda a verosimilhança a obra homónima de Aristóteles, indício bastante seguro de que não a leu (veja-se a este propósito, Gauthier, «Introduction», *L'Éthique à Nicomaque*, I.1, p. 67, n. 12, e cf. Grant, *The Ethics of Aristotle*, I, p. 8, n. 6).

[9] «If you love Aristotle's thought, you will come to love his style», diz Barnes, um outro excelente exemplo de como a ciência não é inimiga da literatura («Life and Work», pp. 11-12).

[10] Ver, por exemplo: Zeller, *Die Philosophie der Griechen*, II 2⁴, p. 127; Shute, *History of the Aristotelian Writings*, p. 3, pp. 19-29; Jaeger, *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, pp. 135-136; Ross, *Aristotle*, pp. 16-17; A. Mansion, «La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents», pp. 308-310; Düring, «Notes on the History of the Transmission of Aristotle's Writings», pp. 57-59; Randall, *Aristotle*, pp. 25-26 ; Moraux, *Der Aristotelismus bei den Griechen*, I, pp. 6-7; Lloyd, *Aristotle*, p. 15; Grayeff, *Aristotle and his School*, p. 69, n. 1; Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, p. 13; Barnes, «Life and Work», *The Cambridge Companion to Aristotle*, pp. 12-15.

menos provável, dada a unidade de estilo e de pensamento que os percorre [11], que tenham sido redigidos por discípulos (aparentemente pouco talentosos) [12]. Em todo o caso, é mais tranquilizador pensar que foram escritos por Aristóteles.

Mas a questão, ultimamente, não é muito importante. Com uma única excepção [13], todos os comentadores estão de acordo que, quem quer que lhes tenha dado a última demão, a inspiração original é aristotélica.

---

[11] Cf. Grant, *The Ethics of Aristotle*, I, pp. 3-5; Grene, *A Portrait of Aristotle*, pp. 32-33; Lloyd, *Aristotle*, p. 15; Verdenius, «The Nature of Aristotle's Scholarly Writings», *Werk und Wirkung*, I, pp. 13-14; Lord, «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», pp. 160-161.

[12] A tese é, normalmente, a de que os tratados foram escritos *também* pelos discípulos, no sentido em que a sua última forma já não teria sido dada pelo próprio Aristóteles. Cf. Shute, *History of the Aristotelian Writings*, pp. 176-177; Jaeger, *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, pp. 141-143; Brink, «Peripatos», col. 925; Düring, «Notes on the History of the Transmission of Aristotle's Writings», pp. 58-59; Grayeff, «The Problem of the Genesis of Aristotle's Text», pp. 118-119, e *Aristotle and his School*, pp. 77-85, 109, 119; Randall, *Aristotle*, pp. 25-26: Chroust, «The Miraculous Disappearance and Recovery of the *Corpus Aristotelicum*», p. 57; Lynch, *Aristotle's School*, pp. 89-90.

[13] Zürcher, que os atribui a Teofrasto, em *Aristoteles' Werke und Geist*.

VIII

NATUREZA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: OS ESCRITOS DE JUVENTUDE

Que Aristóteles, a par dos seus tratados escolares, escreveu também obras de cariz mais «popular», dirigidas ao grande público, é um dado indiscutível [1].

Que, pelo menos, parte desses textos foi redigida na juventude, durante a permanência na Academia, sendo maioritariamente constituída por diálogos, pode ser igualmente considerado como razoavelmente seguro [2].

Agora, quanto à natureza e ao conteúdo desses escritos, o assunto é outro.

Verdadeiramente, não há exagero em dizer que quase nada sabemos de uma e de outro.

Com efeito, os putativos «fragmentos» que vêm sendo zelosamente reunidos, esmiuçados e discutidos, desde o início do século XIX, por estudiosos de indiscutível mérito e escrúpulo científico, entre os quais avultam os nomes cimeiros de Brandis, Rose, Bernays, Heitz, Walzer, Ross, Gigon e, mais recentemente, Düring, Chroust e Untersteiner, são, na sua maior parte, pouco mais do que uma amálgama heteróclita de pedaços vagos e tardios, frequentemente com ténue, forçada ou nenhuma relação visível com as obras perdidas que os lançaram na sua inesperada celebridade.

---

[1] Cf. *supra*, capítulo V.

[2] Avançámos com alguns argumentos nesse sentido no conspecto da vida de Aristóteles, para o qual remetemos o leitor.

É mesmo extraordinário que eruditos tão exigentes como os mencionados tenham podido dar-lhes tanto da sua atenção e do seu esforço, coisa que só lhes pode ser perdoada pelo seu muito amor a Aristóteles e pelo anelo em não perder uma gota, mesmo que pardacenta, da preciosa sabedoria do «mestre daqueles que sabem».

Dedicamos estes dois últimos capítulos a uma aproximação tão rigorosa quanto possível a este problema, dando, para isso, audiência privilegiada à materialidade dos textos subsistentes.

No presente capítulo, procederemos a uma panorâmica geral dos «fragmentos», restringindo-nos para isso à colecção dos diálogos e obras exortativas, que são aquelas historicamente catalogadas como «de juventude».

Julgamos que essa panorâmica comprovará o horizonte assaz desanimador que se abre diante do leitor iludido com a perspectiva de encontrar o pensamento do «jovem Aristóteles» *in actu nascendi*.

Na sua maior parte, encontramo-nos, antes, perante testemunhos serôdios, com fraca ou nula ressonância do texto aristotélico original e, frequentemente, sem interesse filosófico ou histórico que justifique o esforço de aceder à fina lombada que os encaderna.

No capítulo seguinte, debruçar-nos-emos especialmente sobre duas obras, o *Eudemo* e o *Protréptico*, que, para além de serem dois dos exemplares maiores do texto recebido das grandes obras de juventude de Aristóteles, têm o condão de reunir eminentemente as características mais peculiares do lote: do ponto de vista histórico, terem sido textos especialmente trabalhados pelo comentário contemporâneo; do ponto de vista filosófico, constituírem exemplos paradigmáticos do alegado «platonismo» da primeira fase do pensamento aristotélico; e, do ponto de vista textual, resumirem os principais problemas materiais da recepção do texto constante nos «fragmentos».

Viremo-nos então para os textos.

Seguindo a edição de William David Ross para a colecção Oxford, subsistem hoje 122 fragmentos de 18 diálogos e obras exotéricas de Aristóteles [3].

---

[3] Para uma apresentação geral, veja-se o apêndice III. Note-se que as conclusões seguintes não estão dependentes da edição que se adopta; os mesmos resultados seriam obtidos com as edições de Rose ou de Walzer. A escolha de Ross segue apenas uma lógica de comodidade.

Destes, apenas 22 (menos de 20% do total) são citações directas [4]; e só em 45 (cerca de 37%) se encontra o que possa ser cotado honestamente como uma referência directa ao conteúdo de uma obra [5].

Primeiro facto, portanto: o conjunto de textos que a tradição convencionou chamar «fragmentos de Aristóteles» não corresponde ao que, na nomenclatura habitualmente adoptada como boa nos restantes casos, se chama «fragmentos», a saber, citações literais do texto original, por oposição aos «testemunhos» ou comentários livres do mesmo texto [6].

Não encontramos explicação para esta variação suspeita do léxico quando se chega a Aristóteles, ou para este laxismo vocabular que faz que se dê por «fragmentos» de Aristóteles aquilo que, no caso de qualquer outro autor seria catalogado, na melhor das hipóteses, como referências testemunhais a obras aristotélicas de resto perdidas.

---

[4] São eles: *Amt.* R4; *Cv.* R5 (= $R^2$100 = $R^3$104), R7 (= $R^2$101 = $R^3$106), R8 (= $R^2$102 = $R^3$107), R11 (= $R^2$105-6 = $R^3$110-1); *Eud.* R6 (= $R^2$40 = $R^3$44 = W6); *Iust.* R1 (= $R^2$71 = $R^3$82), R2 (= $R^2$73 = $R^3$84), R5 (= $R^2$76 = $R^3$87); *Nb.* R1 (= $R^2$82 = $R^3$91), R2 (= $R^2$83 = $R^3$92), R4 (= $R^2$85 = $R^3$94); *Plt.* R2 (= $R^3$79); *Phil.* R11 (= $R^2$11 = $R^3$9 = W11), R13 (= $R^2$14 = $R^3$12 = W13), R17 (= $R^2$16 = $R^3$17 = W17), R25 (= $R^2$43 = $R^3$47 = W25); *Prt.* R2 (= $R^2$50 = $R^3$51 = W2), R16 (= $R^2$77 = $R^3$90 = W16); *Pt.* R3 (= $R^2$61 = $R^3$72), R6 (= $R^2$64 = $R^3$74); *Vl.* R1 (= $R^2$72 = $R^3$83). Note-se que esta contagem é generosa, uma vez que contempla o fragmento do *Amante* e os três últimos do *Sobre a Filosofia*, que são duvidosos, bem como o segundo do *Protréptico*, que é assaz suspeito.

[5] Referências seguras: *Alx.* R1 (= $R^2$80 = $R^3$648); *Cv.* R2 (= $R^2$108 = $R^3$101), R4 (= $R^2$99 = $R^3$103), R9 (= $R^2$103 = $R^3$108); *Dv.* R3; *Eud.* R1 (= $R^2$32 = $R^3$37 = W1), R7 (= $R^2$41 = $R^3$45 = W7), R9 (= $R^2$38 = $R^3$43); *Grl.* R1 (= $R^2$57 = $R^3$68); *Ins.* R2 (= $R^2$52 = $R^3$63); *Mn.* R1 (= $R^2$78 = $R^3$646); *Nb.* R3 (= $R^2$84 = $R^3$93); *Phil.* R3 (= $R^2$5 = $R^3$3 = W3), R6 (= $R^2$8, 29 = $R^3$6, 34 = W6), R7 (= $R^2$9 = $R^3$7 = W7), R8 (= $R^2$2 = $R^3$13 = W8), R16 (= $R^2$15 = $R^3$16 = W16), R26 (= $R^2$21 = $R^3$36 = W26), R28 (= W30); *Prc.* R1 (= $R^2$46 = $R^3$49 = W1); *Prt.* R1 (= $R^2$47 = $R^3$50 = W1); *Pt.* R1 (= $R^2$59 = $R^3$70), R7 (= $R^2$65 = $R^3$75), R8 (= $R^2$66 = $R^3$76); *Sph.* R1 (= $R^2$54 = $R^3$65), R2 (= $R^2$55 = $R^3$66). Plausíveis: *Amt.* R1 (= $R^2$91 = $R^3$96), R2 (= $R^2$92 = $R^3$97), R3 (= $R^2$93 = $R^3$98); *Cv.* R3 (= $R^2$98 = $R^3$102); *Dv.* R1 (= $R^2$86 = $R^3$56); *Eud.* R3 (= $R^2$33 = $R^3$39 = W3), R4 (= $R^2$34 = $R^3$40 = W4); *Iust.* R4 (= $R^2$75 = $R^3$86); *Pt.* R2 (= $R^2$60 = $R^3$71); *Sph.* R3 (= $R^2$56 = $R^3$67). Duvidosas: *Cv.* R1 (= $R^2$175 = $R^3$100), R6 (= $R^2$218 = $R^3$105), R10 (= $R^2$104 = $R^3$109), R11 (= $R^2$105-6 = $R^3$110-1); *Eud.* R11; *Iust.* R6 = $R^3$88; *Plt.* R3 (= $R^2$94-5 = $R^3$80), R4, R5.

[6] Para não cansar nem confundir o leitor, adoptaremos de aqui em diante o latim *fragmenta* para designar os textos reunidos nas colecções modernas e o vernáculo «fragmentos» para expressar o conceito historiográfico bem conhecido cujo sentido técnico acabámos de recordar.

Mais a coisa agrava-se quando verificamos que, numa porção muito substancial das ocorrências (55 em 122), nem sequer se pode dizer que tais textos encerrem propriamente *testemunhos* na acepção precisa que indicámos, uma vez que não se encontra nelas qualquer referência directa a um escrito determinado de Aristóteles e, em particular, a um escrito que possa excluir-se ser um dos conservados na colecção subsistente.

O segundo facto é, pois, o de que há em dose muito significativa, no tratamento editorial que está na base das colecções de *fragmenta*, a intervenção de critérios fortemente especulativos que se sobrepõem, e frequentemente se substituem, às evidências textuais e aos dados históricos atinentes.

Por outro lado, só em 43 dos *fragmenta* (35%) as obras sob as quais eles surgem catalogados são claramente identificadas pelo título ou por uma descrição [7], o que tem como consequência que, em mais de metade dos textos que contêm de facto testemunhos, isto é, referências directas a um dado escrito perdido, não é incontroverso qual o escrito a que exactamente se referem, nem, por maioria de razão, que eles digam respeito à obra a que os ditos *fragmenta* são atribuídos.

Feitas as contas, estes dados conduzem à assustadora conclusão de que, dos 122 *fragmenta* das obras exotéricas que Ross reúne na sua edição, apenas 22 são citações e 26 são testemunhos [8], na nomenclatura usual, sendo que os restantes 74 (mais de 60%) são

---

[7] A saber: *Alx.* R1 (= R^{2}80 = R^{3}648), R2 (= R^{2}81 = R^{3}658); *Cv.* R2 (= R^{2}108 = R^{3}101), R4 (= R^{2}99 = R^{3}103), R5 (= R^{2}100 = R^{3}104), R7 (= R^{2}101 = R^{3}106), R8 (= R^{2}102 = R^{3}107), R9 (= R^{2}103 = R^{3}108), R11 (= R^{2}105-6 = R^{3}110-1); *Dv.* R3; *Eud.* R1 (= R^{2}32 = R^{3}37 = W1), R2 (= R^{2}33 = R^{3}38 = W2), R6 (= R^{2}40 = R^{3}44 = W6), R7 (= R^{2}41 = R^{3}45 = W7), R9 (= R^{2}38 = R^{3}43); *Grl.* R2 (= R^{2}58 = R^{3}69); *Ins.* R2 (= R^{2}52 = R^{3}63); *Iust.* R1 (= R^{2}71 = R^{3}82), R2 (= R^{2}73 = R^{3}84), R5 (= R^{2}76 = R^{3}87); *Mn.* R1 (= R^{2}78 = R^{3}646); *Nb.* R1 (= R^{2}82 = R^{3}91), R2 (= R^{2}83 = R^{3}92), R3 (= R^{2}84 = R^{3}93), R4 (= R^{2}85 = R^{3}94); *Nrt.* R1 (= R^{2}53 = R^{3}64); *Phil.* R3 (= R^{2}5 = R^{3}3 = W3), R6 (= R^{2}8, 29 = R^{3}6, 34 = W6), R7 (= R^{2}9 = R^{3}7 = W7), R8 (= R^{2}2 = R^{3}13 = W8), R11 (= R^{2}11 = R^{3}9 = W11), R16 (= R^{2}15 = R^{3}16 = W16), R26 (= R^{2}21 = R^{3}36 = W26), R28 (= W30); *Plt.* R2 (= R^{3}79); *Prc.* R1 (= R^{2}46 = R^{3}49 = W1); *Prt.* R1 (= R^{2}47 = R^{3}50 = W1), R2 (= R^{2}50 = R^{3}51 = W2); *Pt.* R1 (= R^{2}59 = R^{3}70), R3 (= R^{2}61 = R^{3}72), R6 (= R^{2}64 = R^{3}74), R7 (= R^{2}65 = R^{3}75), R8 (= R^{2}66 = R^{3}76); *Sph.* R1 (= R^{2}54 = R^{3}65).

[8] A diferença entre a soma destas cifras e o número de *fragmenta* identificados pelo título da obra que citam ou referem (43) é justificado pela existência de 5 fragmentos sem relação directa com nenhuma obra, designadamente: *Amt.* R4; *Phil.* R13, R17 e R25; *Prt.* R16; e *Pt.* R2.

constituídos por textos heterogéneos, algo arbitrariamente agregados ao espólio.

O que concorre para o terceiro facto, de acordo com a qual o nosso conhecimento directo das obras exotéricas perdidas de Aristóteles é, na melhor das hipóteses, extremamente limitado, senão mesmo diminuto.

Se ainda assim o conteúdo dos fragmentos e testemunhos pudesse ser considerado de relevante interesse filosófico, os despojos conservados não seriam de desprezar, nem tão-pouco a tarefa de os exumar e divulgar, e a coisa não estaria má de todo.

Não é esse, no entanto, o caso.

Com efeito, se se der agora atenção ao conteúdo filosófico dos *fragmenta*, verifica-se uma situação singular: é que só no caso de dois diálogos, o *Sobre a Nobreza* e o *Sobre a Justiça*, há alguma correspondência entre a riqueza do espólio e o estado de conservação do texto.

Temos, no primeiro caso, 3 fragmentos em 4, sendo o último um testemunho directo sobre o diálogo. E temos, no segundo, 3 fragmentos e 2 referências prováveis à obra, num total de 6 *fragmenta* conservados [9]. E, em ambos os casos, apesar da escassez do texto subsistente, a lição nele contida merece alguma atenção, nem que seja por cotejo com a doutrina correspondente dos tratados escolares.

Ao invés, no caso dos outros textos relevantes, seja pela temática intrínseca neles supostamente abordada, seja pela atenção que o comentário historicamente lhes tem dado, como o *Eudemo*, o *Sobre a Filosofia* e o *Protréptico*, o número de citações, e até de referências, é extremamente decepcionante: mesmo dando como seguros todos os compulsados, temos 1 fragmento e 5 testemunhos em 12 *fragmenta* no caso do *Eudemo*; 4 fragmentos e 7 testemunhos em 28 no caso do *Sobre a Filosofia*; e, principalmente, 1 fragmento e 1 testemunho em 22 no caso do *Protréptico*, o verdadeiro balão de ar da erudição contemporânea neste capítulo [10].

---

[9] A estes, pode ser acrescentado o único texto referente ao *Sobre a Oração*, o qual, embora não contenha nenhum fragmento, preserva um testemunho interessante de Simplício em matéria teológica.

[10] A mesma (des)proporção sucede com o *Político*, onde encontramos um único fragmento e três referências extremamente suspeitas em cinco *fragmenta* conservados.

Inversamente, muito mais rico de entre os restantes quanto ao material conservado, o *Banquete*, de que se preservam apenas referências sobre a comida e a bebida, é, como se pode calcular, assaz decepcionante em conteúdo filosófico.

Impõe-se, assim, uma quarta e última conclusão, de grande importância metodológica: por orgulho que façamos na conservação dos (poucos) escritos existentes de ou sobre as obras populares de Aristóteles, os escritos em si de quase nada servem em termos de utilização filosófica, designadamente para aquilo que se esperaria (e se tem esperado), a saber, a comparação com os passos paralelos do *corpus* e o traçado da evolução intelectual e doutrinária de Aristóteles [11].

Os textos com alguma importância filosófica não permitem, em regra, uma atribuição insofismável a Aristóteles, às obras exotéricas ou, pelo menos, ao diálogo a que são atribuídos.

Das excepções, como vimos, restam muito poucos fragmentos.

Pelo contrário, aqueles em que se acotovelam mais fragmentos e testemunhos registam parca relevância teórica.

E, finalmente, nos muitos restantes, nem se reconhece o traço, nem se descortinam fragmentos, nem se lobriga relevo.

---

[11] Este aspecto terá consequência no próximo estudo.

IX

NATUREZA DO TEXTO ARISTOTÉLICO: O PAR *EUDEMO-PROTRÉPTICO* E O ALEGADO PLATONISMO DE ARISTÓTELES

A impressão exercida sobre muitos estudiosos pela contradição entre a identidade filosófica de Aristóteles e a influência do seu longo discipulado na Academia platónica, bem como entre segmentos textuais dos tratados em que uma ou outro parecem predominar, levou alguns autores a considerar que o pensamento aristotélico estaria suspenso de uma como que crucificação pela pulsão antinómica de duas tendências: a asclepíada, natural nele e responsável pelo apego ao singular e ao concreto, e a platónica, adquirida na sua formação escolar e emergente a espaços nos trechos de maior intimismo contemplativo [1].

Uma outra perspectiva, historicamente bem mais influente, foi também sensível a esta aparente duplicidade do pensamento aristotélico.

---

[1] Eminentemente em Th. Gomperz, *Griechische Denker*, III, pp. 45-55. Este esquema é um paradigma interpretativo latente que recorre ciclicamente nos comentários aristotélicos. Assim, por exemplo com Ross, já liberto do carácter agonístico que Gomperz lhe conferia: «There were, it would seem, two strains in Aristotle which coexisted throughout his life. He was born into an Asclepiad, that is to say a medical family, and into the Ionian race, and he inherited the Ionian interest in nature and the Asclepiad interest in medicine, and therefore in biology […]. But he was for nineteen years a member of Plato's school, at first an enthusiastic member, as the *Eudemus* and the *Protrepticus* shows, later a critical member, as the *De philosophia* and the earliest parts of the *Metaphysics* show.» («The Development of Aristotle's Thought», *Articles on Aristotle*, I, p. 9.)

Foi, com efeito, uma mesma atenção à ocorrência desta duplicidade no texto de Aristóteles, eminentemente na hesitação a respeito da natureza e objecto da filosofia primeira, ora entendida como ontologia fundamental nos livros da substância, ora definida como teologia no livro Λ da *Metafísica*, que levou Werner Jaeger a postular uma evolução do platonismo inicial à progressiva constituição de um ideário autónomo, com a qual esperava poder articular, salvando-as da contradição, as duas vertentes da personalidade filosófica de Aristóteles.

A sua projecção de uma engenhosa *geistliche Entwicklung* que teria levado Aristóteles do «platonismo dogmático» ao «empirismo do Liceu» não é senão a consagração sob forma histórica das duas tendências, platónica e asclepíada, que Gomperz discernia constitutivamente no pensamento aristotélico [2].

---

[2] A convicção segundo a qual Aristóteles «começou por ser platónico» tem uma longa história no comentário de Aristóteles. Desde Brandis, em 1823, um conjunto muito vasto de autores tem-se deixado seduzir por ela; veja-se nomeadamente: Ravaisson, *Essai sur la Métaphysique d'Aristote* (1837), I, pp. 205-244 e especialmente pp. 218-236; Zeller, *Die Philosophie der Griechen*, II.2, pp. 57-67 e 109--126, mas em especial pp. 59-61; Heitz, *Die verlorenen Schriften des Aristoteles* (1865); Hirzel, «Über den *Protreptikos* des Aristoteles» (1876); von Wilamowitz--Moellendorff, *Aristoteles und Athen* (1893), I, pp. 326-329; Gercke, «Aristoteles» (1896), cols. pp. 134-139; Hamelin, *Le système d'Aristote* (1904), pp. 17-23; Hambruch, *Logische Regeln der platonischen Schule in der aristotelischen Topik* (1904); Case, «Aristotle» (1911), *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 3-5, e «The Development of Aristotle» (1925), pp. 82-83; Dyroff, «Über Aristoteles' Entwicklung» (1913). Jaeger e Bignone são, contudo, os seus próceres mais notáveis na era moderna. Na esteira destes últimos, veja-se ainda: Ross, *Aristotle*, pp. 8-9, 18-19, e «The Development of Aristotle's Thought», *Articles on Aristotle*, I, pp. 5, 9, 11; Solmsen, *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, pp. 1-150; Mure, *Aristotle*, pp. 255-256; Nuyens, *L'évolution de la psychologie d'Aristote*; Wilpert, *Zwei aristotelischen Frühschriften über die Ideenlehre*, p. 126, «Die aristotelische Schrift *Ueber die Philosophie*», e «Die Stellung der Schrift 'Ueber die Philosophie' in der Gedankenentwicklung des Aristoteles»; Moraux, *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, pp. 323-346; Allan, *The Philosophy of Aristotle*, pp. 2-3 e 8-12; A. Mansion, «L'origine du syllogisme et la théorie de la science chez Aristote», pp. 59-64; S. Mansion, «Contemplation and Action in Aristotle's 'Protrepticus'», pp. 74-75; De Strycker, «On the First Section of fr. 5 of the *Protrepticus*»; De Vogel, «The Legend of the Platonizing Aristotle» e «Aristotle's Attitude to Plato and the Theory of Ideas According to the *Topics*»; Huby, «The date of Aristotle's *Topics* and its treatment of the theory of ideas»; Elders, «The *Topics* and the Platonic Theory of Principles of Being»; Guazzoni Foà, «W. Jaeger e l'evoluzione del pensiero aristotelico nella *Metaphysica*», pp. 71-74; Chroust, *Aristotle's Protrepticus*, pp. 44-110, e todos os seus muitos artigos sobre os *juvenilia*; Lloyd, *Aristotle*, pp. 30,

Nenhuma destas posições pode ser aceite.

Na verdade, a ideia de que Aristóteles foi, em determinado período, um platónico é tão-só um *a priori*, fundado no inacreditável que parece ser que um jovem formado ao longo de vinte anos no ambiente da Academia *pudesse não ter sido* platónico. E, como apriorístico que é, impõe-se frequentemente de modo consuetudinário, como se não carecesse de prova.

31, 37, 39, 41; Gauthier, *Étique à Nicomaque*, pp. 10-29 e em especial pp. 13-20 e 23-24; Theodorakopoulos, «Relations between Aristotle and Plato», p. 1; Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 7-10 e 66-88. Este dogma tem tido todavia também os seus heréticos. É esse o caso de Bernays (*Die Dialoge des Aristoteles in ihrem Verhältnisse zu seinen übrige Werken*, 1863), para quem a doutrina expendida nos escritos exotéricos de Aristóteles é absolutamente idêntica à dos tratados, e os traços de platonismo que neles se podem reconhecer derivam exclusivamente de ponderações de ordem estilística e pedagógica. Com ligeiras mudanças de ênfase, esta leitura foi também adoptada por Diels («Über die exoterischen Reden des Aristoteles», 1883; «Zu Aristoteles' *Protreptikos* und Ciceros *Hortensius*», 1888), por Susemihl («Die ἐξωτερικοὶ λόγοι bei Aristoteles und Eudemos», 1884) e, em determinado período, pelo próprio Jaeger (cf. *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, 1912, pp. 134-137). Já depois da inflexão genética, a mesma tese reencontra-se em Cherniss, *Aristotle's Criticism of Plato and the Academy*, pp. 488-494; Owen, «Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle» e «The Platonism of Aristotle», *Logic, Science and Dialectic*, pp. 203-207; Ryle, «Dialectic in the Academy», p. 73; Flashar, «Der Kritik der platonischen Ideenlehre in der Ethik des Aristoteles», *Articles on Aristotle*, II, p. 12, n. 18; Graham, *Aristotle's Two Systems*, pp. 303-308, 310-312; Rist, *The Mind of Aristotle*, pp. 8-11, 14, 38 e 46-52. Mas é sem dúvida I. Düring o grande campeão da tese segundo a qual Aristóteles nunca aderiu ao platonismo, tese em que insistiu em sucessivos estudos; veja-se: «Problems in Aristotle's *Protrepticus*» (1954); «Aristotle in the *Protrepticus*» (1955); «Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century» (1956); *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition* (1957), pp. 324-336; «Aristotle on Ultimate Principles from 'Nature and Reality'» (1960); *Aristotle's Protrepticus* (1961), pp. 274--286; «Aristotle's Use of Examples in The *Topics*» (1963), pp. 203-211; «Aristotle and the Heritage From Plato» (1964); «Did Aristotle Ever Accept Plato's Theory of Transcendent Ideas?» (1966); *Aristoteles* (1966), pp. 2-21, 32-48 e *passim*; «Aristoteles» (1968), em especial col. 329. Nalguns dos ensaios mais recentes (nomeadamente «Aristotle and the Heritage From Plato»; mas veja-se já «Aristotle on Ultimate Principles from 'Nature and Reality'», principalmente pp. 53-55), Düring tende a relevar a influência platónica sobre o pensamento aristotélico, mas de um modo que em nada afecta a sua tese fundamental, uma vez que o que aí está em causa é apenas o reconhecimento do débito de Aristóteles a Platão para a constituição do seu próprio pensamento e não a de que Aristóteles foi em determinado momento um platónico, especialmente no sentido de ter partilhado a teoria das ideias.

Esta atitude é claramente tipificada por Guthrie [3]:

> Não vejo como é que alguém pode acreditar que este rapaz provinciano *começou* por formular teorias em oposição ao chefe da escola, que era quarenta anos mais velho. No entanto, se não se tomar «desde o princípio» neste impossível sentido literal, permanece a seguinte questão interessante por colocar: *quando* é que ele começou a divergir?

Bem poderíamos explicar a este autor que ninguém, em seu juízo perfeito, quereria sustentar que Aristóteles «começou por *formular teorias* em oposição ao chefe da escola», nem mesmo Düring, que ele expressamente visa nesta passagem.

Pois dizer que Aristóteles nunca foi platónico, ou mesmo, como Düring, que «Aristóteles se colocou desde o início em oposição aberta a Platão» [4], declaração que, tendo em atenção os textos subsistentes, deve ser subscrita *ipsissima verba*, de modo algum implica que ele começou por *formular teorias* em oposição a Platão, mas apenas que, desde o início, Aristóteles jamais partilhou das intuições centrais que fazem do platonismo o que ele é, ou, ainda, que as suas próprias estiveram sempre em oposição íntima às de Platão.

O motivo é que existe uma contradição de princípio, ao nível do ponto de vista reitor, entre o pensamento aristotélico e o pensamento platónico, independentemente das zonas de coincidência que, em diversos aspectos, estruturais ou de superfície, se podem achar entre os dois pensamentos.

Neste quadro, pode dizer-se que, ao entrar na Academia, Aristóteles estava já filosoficamente formado, no sentido em que, ao nível do travejamento essencial da sua concepção do mundo, se encontrava dotado de uma identidade própria que o tornava antecipadamente imunizado contra a concepção platónica.

E a razão é simples: o primado que no seu pensamento é conferido ao indivíduo.

Esse o contributo asclepíada da sua personalidade. Mas não por um suposto vezo empirista da sua ideação. Antes pela sensi-

---

[3] *A History of Greek Philosophy*, VI, p. 7.

[4] «Aristoteles stellte sich anfangs stark in Gegensatz zu Platon.» («Aristoteles», col. 329.)

bilidade colhida no convívio com a actividade clínica, cuja vinculação à singularidade tinha sido já, à época, devidamente reconhecida, tanto do ponto de vista prático como do teórico [5].

Neste sentido, Aristóteles nunca foi platónico — embora também se deva dizer que nunca teria sido Aristóteles se não tivesse havido Platão.

Porquê?

Porque foi no platonismo que Aristóteles se deparou com os desafios que a sua própria natureza lhe impunha fossem superados e descobriu os problemas que a sua intuição própria obrigava a serem resolvidos.

O maior desses desafios e desses problemas é, sem dúvida, a teoria platónica das ideias. E a resposta a ambos podemos encontrá-la na metafísica de Aristóteles, desde uma época tão primitiva quanto a da redacção das *Categorias*.

Mas mais do que isso: Platão e a Academia facultaram-lhe também os meios e os instrumentos para construir a sua própria filosofia.

Já foi frequentemente observado que toda a silogística e a teoria da ciência aristotélica arrancam da dialéctica [6]. Num certo

---

[5] A medicina hipocrática dá-lhe grande atenção teórica: veja-se especialmente *VR* I 2, II 39. Note-se, por outro lado, que a relevância do indivíduo como centro de toda a prática clínica (καθ᾽ ἕκαστον ἰατρεύει ὁ ἰατρός) é reiteradamente lembrada pelo próprio Aristóteles: cf. *Metaph*. A 1, 981a12-b13; *EN* I 4, 1097a11--13; VI 8, 1141b14-22; X 10, 1180b7-28; ver também *APo*. I 3, 79a5, e ainda *EN* V 13, 1137a14-17.

[6] A noção de que a teoria do silogismo radica na prática dialéctica da Academia e na subsequente teorização desta por Aristóteles foi pela primeira vez sugerida por Brandis em *Über die Reihenfolge der Bücher des aristotelischen Organons* (1833) e modernamente retomada e desenvolvida por E. Kapp («Syllogistik», *RE*, 4 A, 1931, cols. 1057-1067; *Greek Foundations of Traditional Logic*, 1942, pp. 3-19, 60-74, 83-85); veja-se uma esplêndida síntese no final do artigo deste último: «Aristotle constructed logic on the basis of a dialectic which has been purely realised only once in the history of Western philosophy; for it was in this form that genuine philosophy had been presented to him in his early years» (p. 47 da reedição). Na linha desta tese situam-se: K. Oehler (*Die lehre vom noetischen und dianoetischen Denken bei Platon und Aristoteles*, pp. 13-17), P. Aubenque («La dialectique chez Aristote», pp. 14-18), P. Moraux («La joute dialectique d'après le huitième livre des Topiques», p. 311, n. 4), M. Frede («Stoic *vs*. Aristotelian Syllogistic», *Essays in Ancient Philosophy*, p. 110), T. Engberg-Pedersen («More on Aristotelian *Epagoge*», p. 302), J. Hintikka («The Varieties of Being in Aristotle» e «On the Development of Aristotle's Ideas of Scientific Method and the Structure of Science», pp. 87-89) e S. Knuuttila («Remarks on Induction in Aristotle's

sentido, é mais do que isso: todo o pensamento de Aristóteles arranca da prática da discussão na Academia [7] e é ela que lhe permite descobrir os grandes conceitos e princípios que estruturam transversalmente o seu pensamento.

Dialectic and Rhetoric», p. 79). De um modo mais geral, a filiação da lógica na dialéctica foi igualmente defendida por Bochenski (*Ancient Formal Logic*, p. 16), Owen («The Platonism of Aristotle», *Logic, Science and Dialectic*, pp. 203-207) e Düring (*Aristoteles*, pp. 54-55), bem como, mais recentemente, por P. Theodorakopoulos («Relations between Aristotle and Plato», p. 1). E. Weil, outro autor moderno que muito contribui para a revalorização da dialéctica, em particular contra a tese da sua alegada «nulificação» após a descoberta da analítica (sustentada por Solmsen em *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, p. 26; cf. pp. 58-72 e «Dialectic without the Forms», especialmente pp. 53-55), insiste sobretudo no *paralelismo* entre analítica e dialéctica (veja-se «The Place of Logic in Aristotle's Thought», pp. 90, 98, 100, 107 e *passim*), o que é reforçado pela sua datação heterodoxa dos *Tópicos* (*ibid.*, pp. 107, 109-112). Explicações alternativas para a origem da teoria do silogismo foram igualmente propostas. Assim, H. Maier (*Die Syllogistik des Aristoteles*, II 2, pp. 77-80; seguido por Le Blond, *Logique et méthode chez Aristote*, pp. 59-73; I. M. Bochenski, *Ancient Formal Logic*, p. 18, cf. p. 46; M. Kneale, *O Desenvolvimento da Lógica*, pp. 12, 69-70; cf. M. Ferejohn, *The Origins of Aristotelian Science*, pp. 15-37) reconduziu-a à *diairesis* platónica (tese justificadamente contestada por Ross em «The Discovery of the Syllogism», pp. 251-252, e por P. Pellegrin em «Division et syllogisme chez Aristote»). Por seu lado, P. Shorey («The origin of the syllogism», *CPh*, 19, 1924, pp. 1-19; retomado e prolongado por Ross no artigo citado, pp. 269-272, e em *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, pp. 25-27; cf. A. Mansion, «L'origine du syllogisme et la théorie de la science chez Aristote», p. 58) encarou-a como um desenvolvimento da observação contida no *Fédon* 104e-105b, segundo a qual a designação de determinados itens não se aplica apenas a eles como também àquilo a que eles necessariamente pertencem (assim a imparidade em relação aos números naturais não divisíveis por 2, ou o frio em relação à neve) e não é excluída apenas do seu oposto como do oposto daquilo a que eles necessariamente pertencem (assim a imparidade em relação aos números naturais divisíveis por 2, ou o frio em relação ao fogo), observação que conteria em germe esquemas silogísticos em *Barbara* e em *Celarent* (tal como, aliás, a afirmação de que é o fogo e não o calor a causa mais apropriada para o facto de o corpo estar quente ou a unidade e não a imparidade a causa κομψοτέρα de um número ser ímpar conteria em germe a noção de termo médio). Todas estas propostas se cruzam portanto na comum atribuição de um fundo platónico ou académico ao silogismo, embora difiram no exacto teor dessa filiação. Para um estudo inteiramente construído no pressuposto da absoluta novidade da teoria do silogismo (na esteira das próprias palavras de Aristóteles em *SE* 34, 184b1), veja-se o artigo acima referido de P. Pellegrin.

[7] Para Ryle, pelo contrário, foi o próprio Aristóteles quem introduziu o ensino da dialéctica na Academia, interdito até aí por Platão aos menores de trinta anos, nos termos bem conhecidos da *República*: «In book vii of the *Republic* (537-539) Socrates sternly forbids anyone under thirty years to participate in ques-

Não é, naturalmente, este o local adequado para aprofundar um tal aspecto [8].

Mas também não é necessário fazê-lo, uma vez que o que aqui interessa é sobretudo proceder ao levantamento dos factores estritamente textuais que conduzem a rejeitar o carácter bem fundado da tese de um Aristóteles platónico.

Tomemos, pois, a coisa pelo avesso.

Suponhamos que é possível que Aristóteles nunca tivesse sido platónico.

Que provas temos em contrário?

A verdade é que não temos nenhuma. *Não existe um único elemento substantivo em como Aristóteles tenha sido platónico em algum momento* [9].

Antes de mais, é essencial acertar ideias acerca daquilo que está realmente em causa.

O que significa dizer que Aristóteles foi (ou não foi) um platónico?

Para Jaeger, como para a maioria dos defensores da fase platónica, significa fundamentalmente isto: que Aristóteles aderiu em determinado momento (respectivamente, nunca aderiu) à teoria platónica das ideias.

Este consenso foi, no entanto, quebrado por alguns autores.

Assim, Lefèvre, numa recensão em larga medida dedicada à polémica entre os defensores e os adversários de uma fase platónica [10], veio propor a necessidade de distinguir entre o platonismo

---

tioner-answerer disputation […] Plato adhere to this ban. He did not any longer teach dialectic, or therefore teach philosophy to the young men, though it was with his full approval that Aristotle introduced the teaching of dialectic into the Academy's curriculum fairly early in the 350's.» («Dialectic in the Academy», p. 71.) Mas o único argumento de Ryle, a saber, a declaração final das *Refutações Sofísticas* segundo a qual o autor teve de arrancar do zero na área de estudos a que hoje chamamos lógica (cf. pp. 71-72), não prova evidentemente que a prática da dialéctica começa com Aristóteles (antes presume o contrário), mas apenas que *a teorização dessa prática* não teve predecessores e lhe é inteiramente devida.

[8] Para outros estudos que, sob esse aspecto, embora sob diferentes perspectivas, se aproximam da tese aqui defendida, veja-se Frank, «The Fundamental Opposition of Plato and Aristotle», e Grene, *A Portrait of Aristotle*, pp. 38-65.

[9] Este ponto já foi repetidamente acentuado por diversos autores. Mas foi sem dúvida Düring que o logrou mais sistematicamente demonstrar: veja-se, no que toca aos testemunhos antigos, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 324-336, e, no que toca aos próprios escritos de juventude de Aristóteles, *Aristotle's Protrepticus*, pp. 274-286.

[10] «Du platonisme à l'aristotélisme» (1961).

de Aristóteles e a sua (discutível) adesão à teoria das ideias, como condição para que a disputa pudesse ser satisfatoriamente dirimida [11].

Esta sugestão foi retomada enfaticamente por Enrico Berti [12] e, mais recentemente, por Bernard Dumoulin, que, no seu ensaio sobre as principais obras de juventude de Aristóteles, não só adopta expressamente a linha proposta por estes dois autores [13], como considera mesmo que «Aristóteles permaneceu sempre estranho à teoria das ideias» [14].

O que todos estes autores parecem esquecer são três pontos importantes.

O primeiro é que o platonismo, como doutrina e como facto histórico, não é senão a teoria das ideias, coisa que qualquer um poderá comprovar por si mesmo se experimentar medir o que fica depois de lha subtrair.

O segundo é que, se distinguirmos platonismo e teoria das ideias, não se percebe muito bem o que possa permanecer de robusto para caracterizar o putativo «platonismo» de Aristóteles, para além de algumas trivialidades avulsas e indefinidas, incapazes de circunscrever qualquer ideário filosófico digno desse nome.

O terceiro é que, precisamente por isso, a polémica tradicional entre defensores e adversários de uma fase platónica de Aristóteles *só tem sentido nestes termos*.

Que Aristóteles foi vagamente platónico, no sentido em que foi formado no, e influenciado pelo, ambiente da Academia, ninguém contesta. É se Aristóteles foi platónico na acepção muito determinada em que partilhou os princípios fundamentais da filosofia platónica (a saber, justamente a teoria das ideias) que se encontra em discussão.

---

[11] É o que ele próprio nos diz a terminar o artigo: «Nous sommes certains que si la critique, tout en maintenant chez Aristote une première phase influencée par le platonisme, se débarrasse cependant de l'hypothèse qui voulait à toute force en faire à ce moment un partisan des Idées, les études aristotéliciennes et platoniciennes nous sont promises à un nouvel essor.» (P. 248.)

[12] Cf. *La filosofia del primo Aristotele*, p. 323.

[13] Cf. *Recherches sur le premier Aristote*, pp. 144-145, 164-165.

[14] *Op. cit.*, pp. 162-163. Um pouco na mesma linha parece encontrar-se Cornelia De Vogel, que, após ter defendido, contra Düring, a tese de que Aristóteles teria inicialmente aderido à teoria das ideias (cf. *supra*, n. 119), vem posteriormente a abandoná-la no ensaio «Did Aristotle Ever Accept Plato's Theory of Transcendent Ideas?» (1965), mantendo muito embora a convicção de que Aristóteles permaneceu «muito próximo» da ontologia e da psicologia platónicas até cerca de 352.

A proposta conciliadora avançada por estes autores labora, pois, num equívoco e não possui qualquer base de sustentação.

Esta reflexão basta igualmente para reduzir à inanidade a alegação frequentemente repetida (pelo menos desde Jaeger) que opta por brandir o reiterado uso da primeira pessoa do plural («nós, os platónicos…,») nos primeiros livros da *Metafísica* [15] para sustentar que Aristóteles se inclui ainda então no conjunto dos platónicos.

É evidente que Aristóteles se inclui no conjunto dos platónicos. E a justo título; pois não é impunemente que se pertence durante quase vinte anos à escola de Platão. E é nessa qualidade precisamente que Aristóteles se intitula, então, platónico.

Todavia, não é esta verdade histórica trivial que se pretende impugnar quando se afirma que Aristóteles nunca foi platónico.

É certo que, para os defensores da fase platónica, como para alguns dos seus críticos (*maxime* Düring), ter aderido, ou não ter aderido, à teoria das ideias significa ter aceite (ou nunca ter aceite) toda uma densa malha teórica que inclui a doutrina dos «dois mundos», a tese da separação, a crença em ideias «transcendentes», etc. [16], quando é condição suficiente, em ambos os casos, que signifique ter (ou não ter) aderido à ontologia dos predicados cujos traços procurámos estabelecer em outro local e seria deslocado recuperar aqui [17].

Mas esta discrepância é, para o efeito, irrelevante.

Em situação ideal, seria importante reconhecer exactamente contra o que é que Aristóteles *desde o início* se posicionou, a doutrina que ele precisamente *nunca* assumiu, o platonismo que ele nunca endossou. E só em tal circunstância estaríamos em condições de perceber cabalmente por que razão Aristóteles nunca aderiu, nem nunca poderia ter aderido, a essa teoria.

No presente contexto, podemos, no entanto, aceitar a versão corrente da teoria das ideias, isto é, aquela que os defensores da

---

[15] Cf. A 9, 990b9-23, 991b7, 992a24-b1; B 2, 997b3; B 6, 1002b14.

[16] Veja-se, de entre os críticos, Düring, «Aristotle on Ultimate Principles from 'Nature and Reality'»: «In one point he always opposed Plato: he never accepted the χωρισμός» (p. 54). Assim também em «Aristotle's Use of Examples in the *Topics*»: «His attitude to Plato's theory of Ideas is negative. There was never a period in his life in which he believed in the χωρισμός of the Forms in Plato's sense.» (P. 209.)

[17] Cf. *Reler Platão. Um Ensaio sobre a Teoria das Ideias*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

fase platónica consideram que Aristóteles em determinado momento acolheu, justamente na perspectiva de mostrar que, do ponto de vista histórico-textual, não existe nenhum dado seguro de que Aristóteles tenha alguma vez acolhido tal doutrina e, portanto, o platonismo no sentido indicado.

Vamos então aos testemunhos.

Os únicos textos que poderiam documentar um período platónico do pensamento aristotélico são duas obras (reputadas) de juventude, o *Eudemo* e o *Protréptico*.

Em *Sobre a Filosofia* e *Sobre as Ideias*, também elas presumivelmente obras de juventude, encontramos já traços indiscutíveis de uma crítica à teoria das ideias, que os defensores da fase platónica, Jaeger à cabeça [18], são os primeiros a reconhecer [19].

Dos restantes *juvenilia*, a despeito dos esforços tenazes de um pequeno conjunto de historiadores, não subsistem elementos suficientes para que alguém ouse pronunciar-se num sentido ou noutro.

Avaliemos, pois, objectivamente os factos.

Tanto quanto os testemunhos subsistentes podem garantir, o *Eudemo* era um diálogo [20], porventura «à maneira platónica», cujo argumento versava a imortalidade da alma.

---

[18] Acerca do *De ideis*, Jaeger fala muito pouco: mas vejam-se pp. 200-201. Acerca do *De philosophia* é claro: «su contenido era antiplatónico» (p. 148); veja-se a reconstrução deste diálogo a pp. 147-192.

[19] Cf. por exemplo S. Mansion, «La critique de la théorie des idées dans le ΠΕΡΙ ΙΔΕΩΝ d'Aristote»; D. J. Allan, *The Philosophy of Aristotle*, pp. 13-22; Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 82-88. Wilpert é uma excepção: para ele, o *De philosophia*, ao contrário do *De ideis*, é ainda plenamente platónico; vejam-se os dois ensaios que lhe dedica: «Die aristotelische Schrift *Ueber die Philosophie*», e «Die Stellung der Schrift 'Ueber die Philosophie' in der Gedankenentwicklung des Aristoteles.» Rigorosamente ao contrário, Nuyens, embora agregando ainda o *Sobre a Filosofia* à fase platónica (cf. *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, pp. 99--106), considera-o mais próximo do *Protréptico*, onde já encontra uma crítica à teoria das ideias (cf. pp. 90-98), pelo que nenhum deles pode ser considerado «complètement platonicien» (p. 100, n. 49); para análise do diálogo, vejam-se pp. 95-99. Finalmente, Dumoulin (*Recherches sur le premier Aristote*, principalmente a recapitulação final, pp. 159-165) coloca o *Sobre a Filosofia* entre o *Eudemo* e o *Protréptico*, mas neste caso não pelo facto de aquele manifestar sinais de adesão à teoria das ideias (para ele, como vimos, Aristóteles nunca aderiu à teoria das ideias), senão pelo seu maior afastamento em relação à doutrina «moderna» dos tratados escolares.

[20] Que o *Eudemo* era um diálogo é o que é claramente evidenciado pelo excerto que consta em R6 (= $R^2$40, $R^3$44, W6). Isso mesmo é confirmado por diversos testemunhos antigos, que se lhe referem unanimemente como tal: cf. Filó-

Mas versaria ele *o tema* da imortalidade da alma — ou uma defesa *da tese* da imortalidade da alma?

A questão tem sentido, porque, se o *Eudemo* era um diálogo, como era decerto, e sobretudo um diálogo «à maneira platónica», o que é mais discutível, não é, desde logo, possível garantir que a defesa da imortalidade da alma que aí pudesse ser empreendida representasse a posição aristotélica nesse período.

Com efeito, como Alexandre bem intuiu [21], o que caracteriza os diálogos, por oposição aos tratados, é que o autor não fala aí em nome próprio, nem, portanto, se deixa identificar com nenhum personagem, nem com qualquer das teses em presença, limitando-se, antes, a dar ao leitor os elementos suficientes para que ele próprio faça o seu caminho, exactamente como seria o caso se se encontrasse em pessoa na circunstância do debate.

No *Sobre a Filosofia*, apresenta-se a este respeito um importante elemento coadjuvante.

Uma citação directa do diálogo feita por Cícero [22] constitui uma indesmentível glosa da alegoria da caverna, a qual só pode ser explicada se fosse apresentada no diálogo pelo próprio Platão.

Este facto demonstra, sem serem precisos outros, que, nos diálogos aristotélicos, nem todos os interlocutores personificavam a posição do autor, pelo que não é legítimo projectar mecanicamente sobre ele as afirmações aí produzidas [23].

---

pono, *In De an.* 141.33-142.6, 144.21-145.7, 145.21-23 Hayduck; Simplício, *In De an.* 53.1-4 Hayduck (= $R^2$41, $R^3$45, W7, R7); Simplício, *In De an.* 221.28-30 Hayduck (= $R^2$42, $R^3$46, W8, R8).

[21] *Apud* Olimpiodoro, *In Cat.* 7.5 Busse.

[22] *Nat. deor.* II XXXVII 95 (= $R^2$14, $R^3$12, W13, R13).

[23] A dificuldade foi já alegada, em geral, por Düring em «Did Aristotle Ever Accept Plato's Theory of Transcendent Ideas?», p. 315. Mas o mesmo foi observado, para o conjunto dos diálogos, por diversos autores: veja-se, por exemplo, Lloyd, *Aristotle*, p. 11. Também D. J. Allan, um defensor do carácter platónico do *Eudemo*, reconhece a dificuldade de assacar com segurança a Aristóteles as posições assumidas pelos interlocutores dos seus diálogos. Com efeito, ao referir a possibilidade de Platão ocorrer como um interlocutor no *Sobre a Filosofia*, observa o seguinte: «The appearance of Plato in one of Aristotle's early dialogues does, however, complicate the task of the modern scholar. He can no longer be sure that passages borrowed from this dialogue by later writers, such as that recently mentioned, were spoken by Aristotle and represented his own opinion at the time of writing.» (*The Philosophy of Aristotle*, p. 18.) Registamos a inquietação do autor. Mas a verdade é que, com Platão ou sem Platão, a situação é a mesma: porque simplesmente se trata aqui de um diálogo, em nenhum caso pode o «modern

De registar, como curiosidade, que, segundo o mesmo Cícero [24], Aristóteles figurava por vezes como personagem nos seus diálogos (parece ter sido esse o caso do *Político* e do *Sobre a Filosofia*, bem como talvez também do *Sobre a Justiça*).

Embora autorizada, a afirmação é suspeita. Todavia, o que importa sublinhar neste ponto é que o *Eudemo* não fazia parte desses textos [25], o que constitui mais um argumento, este pela ausência, para que se não possa ajuizar do representante de Aristóteles no diálogo, se é que havia algum.

Mas, se o *Eudemo* era de facto um diálogo *à maneira platónica* [26], necessariamente *nenhum* dos interlocutores poderia representar a posição do autor.

Com efeito, como em outro local tivemos ocasião de sustentar [27], o que constitui o carácter platónico de um diálogo é justamente a ausência do autor, ou, de outro modo, a ausência de uma autoridade a quem pudessem ser imputados os raciocínios, assacadas as conclusões, atribuídas as doutrinas, ou censuradas as incongruências. O Sócrates platónico, ou os personagens que pontualmente fazem as suas vezes, ocupa, nos diálogos, o lugar do Mestre, isto é, daquele que conduz o discípulo pelas veredas do seu próprio raciocínio até aos limites, quase sempre aporéticos, das suas próprias conclusões. O lugar de Platão está fora do diálogo e

---

scholar […] be sure that passages borrowed from this dialogue by later writers […] represented his own opinion at the time of writing». Com efeito, num diálogo (ou pelo menos num diálogo à maneira socrático-platónica), a variedade dos interlocutores torna impossível a decisão acerca do representante autorizado do ponto de vista do autor (se é que, como veremos já de seguida, há algum). A esta luz, a alegação de Guthrie segundo a qual todos os fragmentos «represent them as the views of Aristotle» (*A History of Greek Philosophy*, VI, p. 72) torna-se pouco mais do que irrelevante, uma vez que se limita a registar que os leitores antigos do diálogo tendiam a negligenciar esta característica dos diálogos, atribuindo ao autor todas as perspectivas neles representadas.

[24] Porém, as referências são aqui pouco claras: veja-se sobretudo *Ad Q. f.* III v 1; *Ad fam.* I ix 23; e especialmente *Ad Att.* XIII xix 4.

[25] Ross, na introdução à sua tradução dos fragmentos (p. x, n. 5), utiliza R2 para sugerir que também nele Aristóteles figurava como personagem, mas é relativamente evidente que nada disso se retira do texto.

[26] O que, a acreditar nas características que Cícero atribui aos diálogos aristotélicos, não seria: veja-se uma sinopse dessas características em Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 56-57.

[27] Cf. «O sentido do magistério socrático na dialogia platónica», *Pensar a Cultura Portuguesa*, pp. 281-314. Para a aplicação a um caso particular, veja-se *O Fédon de Platão*, pp. 67-93.

é apenas o de habilidoso inventor de labirintos onde os jovens se podem perder, mas também encontrar.

Em todo o caso, quer o *Eudemo* fosse um diálogo à maneira platónica ou à maneira aristotélica (seja lá isso o que for), o certo é que todos os dados convergem, ora por razões teóricas de fundo, ora por motivos específicos e circunstanciais, para concluir que a defesa da imortalidade da alma que se atribui ao *Eudemo* não tem de corresponder (e muito provavelmente não corresponde) à posição de Aristóteles, sequer à época em que o escreve.

Porém, mesmo que correspondesse, o que se retiraria daí?

No *Eudemo*, alguém defende uma posição radical acerca da imortalidade da alma — não acerca da teoria das ideias.

Ora, a referida tese sobre a imortalidade da alma nada tem de especificamente platónica: é-lhe muito anterior e surge atestada pelo menos desde Empédocles e os primeiros pitagóricos na filosofia grega.

É o famoso orfopitagorismo da tradição [28].

E a verdade é que não é preciso procurar muito para encontrar dispersas por toda a obra de Aristóteles erupções episódicas do que pode ser cotado como uma pertinaz tendência mística latente.

Os dois primeiros livros do *Sobre o Céu*, o último da *Física*, o livro Λ da *Metafísica* [29], o oitavo da *Ética a Eudemo*, ou o décimo da *Ética a Nicómaco* [30] constituem um eloquente exemplo disso.

Se se trata aqui ou não de um traço platónico entranhado (Taylor considerava-o singularmente pouco ático…) [31], é o que não importa muito.

O certo é que ele é inegavelmente *aristotélico*, encontrando-se em todos os momentos de elaboração da sua obra e convivendo sempre com doutrinas que são radicalmente incompatíveis com o pensamento platónico e, nomeadamente, com a teoria das ideias.

Ora, justamente no caso do *Eudemo*, nada indica que a tese sobre a imortalidade da alma se sustentasse na teoria das ideias

---

[28] O carácter tradicional (e convencional) do tema orfopitagórico da imortalidade da alma entre os Gregos tem sido reiteradamente apontado como justificação alternativa ao alegado platonismo do *Eudemo*. Assim muito recentemente por Rist, *The Mind of Aristotle*, p. 47.

[29] Especificamente *Metaph*. Λ 6-9.

[30] *EN* X 6-10.

[31] Cf. «Critical Notice», pp. 197-198.

ou fosse avançada para sustentar a teoria das ideias. E, nesta medida, podemos concluir que, mesmo que a defesa da imortalidade da alma empreendida no *Eudemo* representasse a posição aristotélica, tal defesa de modo algum equivaleria necessariamente a uma adopção da teoria das ideias [32].

Mas vale a pena olhar directamente os elementos textuais.

O ambiente orfopitagórico convencional está claramente em evidência em diversos excertos: em R1 [33], onde o regresso de Eudemo a casa surge como uma metáfora da libertação da alma; em R5 [34], em que separação do corpo em relação à alma é vista como a saúde em relação ao corpo; em R6 [35], com o conhecido desabafo segundo o qual a melhor coisa para o homem seria não ter nascido e a segunda melhor (e única que lhe é acessível) morrer o mais depressa possível; e em R11 [36], onde se lembra o rei capaz de profetizar por a sua alma ter estado, em certo sentido, separada do corpo [37].

Como é fácil verificar, não há um único testemunho em que as doutrinas avançadas sejam atribuídas a um interlocutor que pudesse ser seguramente identificado como personificando a posição pessoal de Aristóteles [38] e em nenhum caso a tese da imor-

---

[32] Também Owen aponta neste sentido em «The Platonism of Aristotle», *Logic, Science and Dialectic*, p. 205. Note-se que o *De philosophia* apresenta a este respeito um outro importante elemento, a saber, o facto de atestar, tal como o *Eudemo*, o que parece ser uma perspectiva da imortalidade da alma na linha orfopitagórica (R12a = $R^2$12, $R^3$10, W12a) a par de uma clara crítica à teoria das ideias (R11 = $R^2$11, $R^3$9, W11), o que patenteia a coexistência e a compatibilidade das duas atitudes.

[33] Cícero, *Div.* I, xxv, 53 = $R^2$32, $R^3$37, W1.

[34] Proclo, *In R.* II, 349.13-26 Kroll = $R^2$35, $R^3$41, W5.

[35] Plutarco, *Cons.* 115be = $R^2$40, $R^3$44, W6.

[36] Fragmento que só Ross reconhece, a partir de dois trechos, não editados, de al-Kindi.

[37] Num excerto do comentário de Sérvio à *Eneida*, que Ross edita como R12, acrescenta-se ainda que Virgílio teria dito que, segundo Platão *ou Aristóteles*, as almas mudam de sexo na metempsicose. A hesitação quanto à autoria diz tudo sobre a fidedignidade que se lhe deve atribuir.

[38] Note-se que, com base numa subsistência fragmentária, também se poderia pensar que a posição platónica no *Fédon* seria puramente orfopitagórica (cf. por exemplo 63bc, 66bc, 67e-68b, 69cd, 80e-84b, etc.), o que, como mostrámos em outro lugar, não é o caso; aliás, mesmo com a sobrevivência completa do diálogo, a interpretação predominante é a de que Platão assume aí uma tal posição. Uma vez mais, portanto, a alegação de Guthrie segundo a qual todos os testemunhos representam as teses avançadas no diálogo «as the views of Aristotle»

talidade da alma é usada como pressupondo a, ou como um argumento em favor da, teoria platónica das ideias [39].

No entanto, a tradição tem também encontrado no diálogo alguma evidência no sentido da adesão à teoria das ideias.

É o que sucede com um testemunho de Proclo [40], de acordo com o qual Aristóteles teria dito que, ao reencarnar, a alma «esquece o que contemplou além» (ἡ ψυχὴ δεῦρο ἐπιλανθάνεται τῶν ἐκεῖ θεαμάτων), o que foi interpretado como uma alusão à visão das ideias.

Mas é óbvio que esta associação fica a dever-se sobretudo à linguagem utilizada, de claro recorte platónico, a qual pode ser inclusive da responsabilidade do comentador.

Por outro lado, nada no excerto remete para o *Eudemo* e, ainda que o contexto favorecesse a atribuição a este diálogo, não é líquido, uma vez mais, que a tese fosse proposta por um interlocutor representando a posição aristotélica.

Todavia, o ponto mais decisivo a este propósito é que o mesmo Proclo [41] afirma taxativamente que, se há coisa que Aristóteles sempre recusou no pensamento platónico, essa foi a teoria das ideias, *designadamente nos diálogos* [42].

A possibilidade de usar a citação de Proclo *a contrario* fica, portanto, com esta confissão, seriamente ameaçada.

O mesmo se passa com uma passagem de Plutarco [43], de teor extremamente vago, com uma linguagem carregadamente platónica e que não remete, nem directa nem indirectamente, para o *Eudemo* (nem, aliás, para nenhum local específico de Aristóteles,

---

(*A History of Greek Philosophy*, VI, p. 72) limita-se, no máximo, a reconhecer que os leitores do *Eudemo* fizeram com o diálogo a mesma coisa que os exegetas do *Fédon* têm feito com o escrito platónico, a saber, identificar a posição do autor com uma das perspectivas nele intervenientes.

39 Num conjunto de excertos, encontram-se também referências em abono da assunção da imortalidade da alma, sem remissão para um ambiente orfo-pitagórico. Trata-se, em todos os casos, de testemunhos tardios, que se limitam a informar (a informação fica na conta de quem a presta) que, no *Eudemo* (ou, simplesmente, «nos diálogos»), Aristóteles teria «apresentado argumentos» em favor da imortalidade da alma: cf. Temístio, *In De an*. 106.29-107.5 Heinze (= $R^2$33, $R^3$38, W2, R2); David *vel* Elias, *In Cat*. 114.25-115.12 Busse (= $R^2$33, $R^3$39, W3, R3); Proclo, *In Ti*. 323.31-324.4 Diehl (= $R^2$34, $R^3$40, W4, R4).

40 *In R*. II, 349.13-26 Kroll (= $R^2$35, $R^3$41, W5, R5).

41 *Apud* Filópono, *Aet*. II 2, 31.17-32.8 Rabe (= *Phil*. $R^2$10, $R^3$8, W10, R10).

42 *Ibid*. 32.5-8.

43 *Is*. 77, 382de (= R10).

que é mencionado a par de Platão)[44], mas que também tem sido usada como putativa evidência de um período platonizante do Estagirita[45].

Ora, não deixa de ser curioso que Plutarco seja, juntamente com Proclo, um dos dois autores que mais claramente afirmam que Aristóteles rejeitou a teoria das ideias *desde os seus diálogos*[46].

Em suma, trata-se, nos dois casos, de passagens extremamente vagas e opacas, sem menção expressa ao *Eudemo* e feitas por autores que em outros locais peremptoriamente afirmam que Aristóteles rejeitou a teoria das ideias nos seus escritos de juventude. Donde se conclui que, mesmo que as duas passagens tivessem por objecto o *Eudemo*, nenhuma delas comportava uma atribuição ao diálogo de qualquer adesão ao platonismo canónico.

Por outro lado, fazendo fé nos testemunhos, podemos dizer que há no *Eudemo* alguns elementos positivos em como o diálogo *não* adopta a teoria platónica das ideias.

De referir em especial dois aspectos, que foram durante muito tempo aduzidos como argumentos *a favor* do platonismo do *Eudemo*.

O primeiro diz respeito a uma objecção alegadamente construída no diálogo contra a doutrina da alma-harmonia[47].

Na restituição de Filópono, o argumento (que ele regista como um silogismo) é o seguinte:

— A harmonia tem um contrário, a desarmonia;
— Mas a alma não tem nenhum contrário (ou: nada é um contrário da alma);
— Logo, a alma não é harmonia.

---

[44] De resto, só Ross a anexa a este diálogo.

[45] Veja-se, na tradução de Ross: «The knowledge of that which is knowable, pure, and simple, flashing like lightning through the soul grants it at times to touch and see. This is why Plato and Aristotle call this part of philosophy an mystic vision (ἐποπτικόν), inasmuch as those who forsake these confused and various objects of opinion leap in thought to that primary, simple, and immaterial object, and, gaining true contact with the pure thought about it, think that, as though by initiation into the mysteries, they have attained the end of philosophy.»

[46] Cf. *Col*. 14, 1115bc (= *Phil*. R10).

[47] Cf. Filópono, *In De an*. 141.22-142.6, 144.21-145.23, 147.6-10 Hayduck; Simplício, *In De an*. 53.1-4 Hayduck; Temístio, *In De an*. 24.13-25.25 Heinze; Olimpiodoro, *In Phd*. 173.20-23 Norvin; Sofonias, *In De an*. 25.4-8 Hayduck (= $R^2 41$, $R^3 45$, W7, R7).

Todavia, em Olimpiodoro, o argumento apresenta-se antes do seguinte modo:

— A desarmonia é o contrário da harmonia;
— Mas a alma não tem nenhum contrário (ou: nada é um contrário da alma), *porque ela é uma substância* (οὐσία γάρ);
— Logo, «a conclusão é evidente» (καὶ τὸ συμπέρασμα δῆλον).

Se a versão de Olimpiodoro é exacta, ela clarifica uma premissa suprimida no raciocínio de Filópono, a saber, que é por a alma ser uma substância que não tem contrários.

Ora esta premissa pressupõe um princípio fundamental da ontologia aristotélica exposta nas *Categorias* [48], que é incompatível com a ontologia platónica [49].

Não é consistente, pois, sustentar, ao mesmo tempo, que o *Eudemo* empreende uma defesa da teoria das ideias e é já representativo da ontologia das *Categorias*, uma vez que uma e outra são completamente irreconciliáveis do ponto de vista teórico.

De notar que o próprio Filópono vincula a objecção do *Eudemo* àquelas que Aristóteles virá a desenvolver no *De anima* [50], assim reconhecendo que, a seu ver, há a este respeito continuidade entre a doutrina do diálogo e a do tratado, isto é, entre os escritos de juventude e as obras de maturidade, no que a um mesmo tópico concerne.

Um segundo argumento prende-se com a afirmação, atribuída ao *Eudemo*, de que a alma seria uma forma [51].

---

[48] Cf. *Cat.* 5, 3b24-32; também 4a10-b19.

[49] Também este aspecto foi já frequentemente observado. Veja-se em especial Owen («The Platonism of Aristotle», *Logic, Science and Dialectic*, pp. 203-211), que conclui: «The substance itself — the mutable man, or horse, or tree — has no contrary. When Jaeger borrowed this proposition from the doctrine of the *Categories* he was drawing upon a logical system that could not have been constructed before Aristotle had rejected the classical theory of Forms.» (P. 211.) No mesmo sentido, veja-se Graham, *Aristotle's Two Systems*, p. 304.

[50] I 4, 407b27-408a34.

[51] Ou uma ideia (εἶδος): a ambiguidade reside aqui.

É o que nos diz Simplício num passo do seu comentário ao *De anima* [52].

> E, por causa disto, também no seu diálogo sobre a alma intitulado *Eudemo* declara que a alma é uma forma… (καὶ διὰ τοῦτο καὶ ἐν τῷ Εὐδήμῳ τῷ περὶ ψυχῆς αὐτῷ γεγραμμένῳ διαλόγῳ εἶδός τι ἀποφαίνεται τὴν ψυξὴν εἶναι…).

Também aqui seria importante registar, antes de mais, a continuidade doutrinal entre o *Eudemo* e o *De anima*, aqui sugerida pelo segundo καί: «e, por causa disto, também no *Eudemo*…» (καὶ διὰ τοῦτο καὶ ἐν τῷ Εὐδήμῳ…). Este ponto é obscurecido nas traduções que consultámos.

Mas o ponto decisivo não é este: o ponto decisivo é que, não tendo Platão jamais afirmado, nem com grande segurança crido, que a alma fosse uma ideia, dificilmente poderia ser essa a tese do *Eudemo*, se justamente o diálogo fosse representativo de uma fase platónica; mas sendo, ao invés, uma doutrina aristotélica bem conhecida a de que a alma é a forma de um corpo que possui a vida em potência [53], mandam a razoabilidade, a economia e a honestidade hermenêuticas que se enquadre a tese do *Eudemo* neste espírito, assim dando razão aos autores neoplatónicos que viram bem a sintonia entre a primeira psicologia e a psicologia tardia de Aristóteles [54].

---

52 *In De an*. 221.28-30 Hayduck (= R²42, R³46, W8, R8).

53 Exposta em: *De an*. II 1, 412a6-413a7; II 2, 414a14-28. Cf. *De an*. I 3, 407b20--26; *PA* I 1, 641a18-b10; *Metaph*. Z 10, 1035b14-16; H 3, 1043a35-36.

54 No mesmo sentido Rist, que sumaria: «What is to be made of all this? First, that not one text says that Aristotle accepted Platonic Forms. […] Secondly, that Aristotle's talk of the soul as a form cannot *by itself* tell us that it is a Platonic *separate* form rather than a soul *for* a particular body as in the *De Anima*.» (*The Mind of Aristotle*, p. 47.) Menos afirmativo, ver também Graham, *Aristotle's Two Systems*, pp. 304-305. Curiosamente, Guthrie, que havia prometido elementos substantivos no sentido da demonstração do carácter platónico do *Eudemo*, limita-se, na secção que lhe dedica (*History*, VI, pp. 66-73), a reinvocar estes dois fragmentos, sem sequer procurar refutar a nova interpretação que os adversários da interpretação clássica têm proposto para os mesmos e que acima resumimos. Assim, relembra o testemunho de Simplício segundo o qual, no *Eudemo*, Aristóteles teria falado da alma como uma forma, mas nem por um momento discute ou prevê a hipótese adiantada de que esta lição possa ter o sentido que lhe é dado na psicologia aristotélica clássica; e, mais incompreensível ainda, no que toca ao

Perante o exposto, podemos rapidamente concluir:

1) Não há uma única referência segura, explícita ou implícita, a uma adesão por parte de Aristóteles, no *Eudemo*, à teoria platónica das ideias;
2) As indicações acerca do conteúdo doutrinal do diálogo são extremamente frágeis: três testemunhos limitam-se a mencionar que Aristóteles avança argumentos em favor da imortalidade da alma [55]; as passagens de mais claro recorte orfopitagórico ou são vagas e tardias [56], ou não remetem expressamente para o *Eudemo* [57], ou não identificam qual o interlocutor responsável [58];
3) Os testemunhos mais definidos quanto às teses assumidas no diálogo [59], embora não autorizem igualmente que as mesmas sejam endossadas a Aristóteles, apontam *expressamente* para uma continuidade doutrinal com o *De anima* e assumem um enquadramento teórico próximo da ontologia aristotélica clássica, o que é o suficiente para sugerir que o autor do diálogo estava já na posse dos lineamentos fundamentais dessa ontologia e, portanto, em clara oposição à teoria das ideias, que é com ela incompatível.

Eis-nos, pois, em condições de voltar agora a nossa atenção para o *Protréptico*.

O *Protréptico* foi durante muitos séculos considerado uma obra perdida de Aristóteles.

A verdade é que é bem provável que o seja.

Num justamente celebrado ensaio, Bywater sustentou há mais de cem anos que houvera descoberto, não nas areias do deserto,

---

argumento da harmonia, concede a premissa implícita de que a alma não tem contrários porque é uma substância, *remetendo expressamente para as Categorias*, sem parecer dar-se conta de que, se a ontologia das *Categorias* está já de facto suposta no diálogo, então este encontra-se já num circuito teórico completa e radicalmente avesso ao da teoria platónica das ideias.

55 *Eud*. R2, R3, R4.

56 *Eud*. R11, R12.

57 *Eud*. R5, R11, R12.

58 *Eud*. R1, R5, R6.

59 *Eud*. R7, R8.

em que estes achados normalmente se dão, mas nas páginas de Jâmblico, o verdadeiro texto original de Aristóteles.

E foi com base nesta descoberta, embora acrescentando-lhe numerosos elementos, que Jaeger veio a produzir a primeira reconstrução da obra, tentando demonstrar com ela a sua tese de um período aristotélico inicial, marcado pela adesão «dogmática» ao platonismo.

A partir daí, outras reconstruções foram propostas para o texto, servindo-se do mesmo espólio, progressivamente enriquecido pelos próprios e por outros.

Curiosa, mas não inesperadamente, essas reconstruções deram origem aos mais desencontrados resultados [60].

Assim, Chroust (um jaegeriano assumido) verificou o carácter platónico do *Protréptico* [61].

Düring (o mais célebre e persistente defensor da tese segundo a qual Aristóteles nunca foi platónico) encontrou na sua reconstrução a prova cabal de que a obra não revelava vestígios de adesão ao platonismo [62].

E Rabinowitz, um estudioso descomprometido, aproximou-se porventura mais da verdade, ao acentuar a própria impossibilidade de alcançar uma restituição concludente do texto [63].

Nesta medida, para que se possa compreender exactamente o que está em causa, é fundamental começar por resumir a atribulada história do *Protréptico* de Aristóteles [64].

A atribuição de uma obra intitulada Προτρεπτικός, e, em geral, de um escrito de carácter exortativo, a Aristóteles, está bem atestada na Antiguidade [65].

---

[60] A verdade é que foram norteadas pelas mais desencontradas perspectivas e visavam os mais desencontrados objectivos. Mas isto é apenas um dos sinais do carácter intrinsecamente vicioso de todos estes projectos de «reconstrução».

[61] Cf. *Aristotle's Protrepticus. A Reconstruction*, pp. 44-110.

[62] Cf. *Aristotle's Protrepticus. An Attempt at Reconstruction*, pp. 274-286.

[63] Cf. *Aristotle's Protrepticus and the Sources of its Reconstruction*, Berkeley, University of California Press, 1957. O seu ensaio não é por isso mesmo uma reconstrução do *Protréptico*, mas uma espécie de redução ao absurdo, por meios histórico-filológicos, de qualquer tentativa de reconstrução do *Protréptico*.

[64] Para a qual, veja-se também Chroust, «A Brief Account of the Reconstruction of Aristotle's *Protrepticus*», *Aristotle*, II, pp. 86-104.

[65] Cf. Alexandre de Afrodísias, *In Top*. 149.9-17 Wallies; Olimpiodoro, *In Alc. I* 144 Creuzer; Elias, *In Porph*. 3.17-23 Busse; David, *In Porph*. 9.2-12 Busse. Vejam-se ainda os três catálogos antigos das obras de Aristóteles, onde este título figura respectivamente como Προτρεπτικὸς α′ (DL 12), Προτρεπτικὸν α′ (A 14) e

Essa obra foi muito cedo dada como perdida.

É com o nascimento da filologia clássica, no século XIX, que surgem as primeiras tentativas de reconstruir o escrito aristotélico.

Bernays, baseado na semelhança entre os fragmentos subsistentes do *Hortênsio* de Cícero e o conteúdo que ele próprio supunha que o *Protréptico* aristotélico deveria ter, propôs que se reconstruísse esta obra a partir daquela [66]. Mas como também do *Hortênsio*, por sua vez, só subsistem fragmentos, a sugestão não teve então continuidade.

A proposta de Bywater teve maior sucesso, de tal modo que se pode considerar ainda hoje como maioritariamente aceite.

Tratava-se de considerar que os capítulos V-XII do *Protréptico* de Jâmblico seriam em grande medida constituídos por transcrições literais ou praticamente literais da obra aristotélica e, portanto, que haveria uma forte possibilidade de reconstruir esta última, se se procedesse a uma selecção criteriosa dos «fragmentos» incluídos naquela [67].

O argumento de Bywater é, no mínimo, sugestivo.

Podemos resumi-lo assim:

1) A primeira parte da obra de Jâmblico é, comprovadamente, uma colecção de excertos de diálogos platónicos. É, portanto, bastante provável que a segunda (V-XII) também consista numa compilação de citações. Mas essas citações, na sua grande maioria, não pertencem a nenhuma obra subsistente. É razoável supor, pois, que provirão do *Protréptico* de Aristóteles;
2) Esta hipótese é reforçada por três factos: *a*) a analogia entre certas passagens do texto de Jâmblico e trechos expressamente assinalados ao *Protréptico* de Aristóteles por outros autores; *b*) o paralelismo doutrinal entre o conteúdo das porções relevantes do *Protréptico*

Προτρεπτικὸς φιλοσοφίας (P 1-2), neste último caso por assimilação do *Protréptico* com o Περὶ φιλοσοφίας. Os elementos disponíveis não permitem decidir se se tratava de um diálogo ou de um discurso; o elenco dos defensores de cada uma das duas posições em confronto é apresentado em Chroust, «A Brief Account of the Reconstruction of Aristotle's *Protrepticus*» (*Aristotle*, II, p. 97), para o qual remetemos o leitor interessado.

[66] Cf. *Die Dialoge des Aristoteles*, pp. 116 e segs.

[67] Cf. «On a Lost Dialogue of Aristotle», *JPhil*, 2, 1869, pp. 55-69.

de Jâmblico e grande número de tratados subsistentes de Aristóteles; finalmente, *c*) o inegável travo aristotélico de largas passagens da obra neoplatónica.

Nas suas sucessivas edições dos fragmentos, Rose foi adoptando primeiro as propostas de Bernays e depois as de Bywater (na edição Teubner), pelo que esta última já contempla uma boa parte do texto modernamente atribuído ao *Protréptico* de Aristóteles.

Jaeger baseia-se na hipótese de Bywater, que procura comprovar independentemente, procedendo a algumas alterações no texto (nomeadamente, não aceita o capítulo V e o final do capítulo XII do texto de Jâmblico).

Os argumentos são, no entanto, substancialmente os já avançados por Bywater.

Uma novidade de Jaeger é a relação sugerida com o *Antidosis* de Isócrates, de que, segundo ele, o *Protréptico* seria uma réplica (ponto desde aí considerado crucial para o estabelecimento da data da obra). Por outro lado, a partir de Jaeger, os excertos do texto de Jâmblico tendem a deixar de ser encarados como transcrições *ipsis verbis* do original aristotélico.

Düring, nos sucessivos trabalhos que dedica ao escrito [68], procede a algumas alterações no texto recebido, sugere o carácter literal de diversas citações, rejeita o alegado carácter platónico da doutrina (com Bernays, Bywater e Diels; contra Jaeger) e principalmente altera radicalmente a sequência do texto de Jâmblico, dividindo-o em pequenos fragmentos e reordenando-os de acordo com uma articulação lógica.

Finalmente, Chroust aceita a hipótese Bywater/Jaeger, adopta com pequenas alterações a classificação dos fragmentos de Düring, mas mantém-se fiel à teoria da «fase platónica».

Que dizer de tudo isto?

Talvez valha a pena começar por recordar algumas das objecções que a tese de Bywater imediatamente suscitou.

O primeiro crítico dela, R. Hirzel [69], observou que a descontinuidade e a inconsistência do texto de Jâmblico fazem suspeitar que este se inspirou em diversos escritos exotéricos de Aristóteles

---

[68] «Problems in Aristotle's *Protrepticus*» (1954), «Aristotle in the *Protrepticus*» (1955), *Aristotle's Protrepticus* (1961).

[69] «Über den *Protreptikos* des Aristoteles», *Hermes*, 10, 1876, pp. 61-100.

e não num só, por hipótese o seu *Protréptico*, pelo que o conteúdo deste, ainda quando contido naquele, seria hoje virtualmente irrecuperável.

Esta observação seria, segundo ele, altamente corroborada pelo facto de a primeira parte do texto de Jâmblico ser constituída por extractos de *diferentes* diálogos platónicos, pelo que o mais natural seria que (usando neste ponto o argumento por analogia de Bywater contra ele próprio) a mesma estratégia tivesse sido adoptada pelo autor neoplatónico na segunda parte [70].

Mais recentemente, a análise de Rabinowitz [71], embora servida por uma investigação muito mais extensa e detalhada, é em grande medida uma glosa (e uma comprovação) desta objecção fundamental, que ele corrobora com algumas observações coadjuvantes:

1) Jâmblico propõe-se dar conta da totalidade da obra de Aristóteles e não apenas de um escrito isolado;
2) O «travo» aristotélico que, muito justificadamente, Bywater e outros encontravam nas passagens do *Protréptico* de Jâmblico também pode ser explicado à luz da hipótese de Hirzel, uma vez que pode provir das *diversas* obras aristotélicas de que Jâmblico se teria servido.

No entanto, Rabinowitz vai mais longe e pretende fornecer uma *interpretação diferente* das duas fontes historicamente apontadas para uma reconstrução do *Protréptico*, a saber, o *Hortênsio* de Cícero e o *Protréptico* de Jâmblico.

Assim, neste último caso, considera que se trata essencialmente de uma miscelânea de citações de proveniência muito diversa, em particular diálogos de Platão e textos eclécticos tardios de inspiração neopitagórica e neoplatónica.

O objectivo óbvio (e confesso) é retirar fidedignidade às duas obras referidas, e em especial ao *Protréptico* de Jâmblico, como fontes autorizadas para a reconstrução do escrito aristotélico e, portanto, considerar que não é possível, pelo menos a partir delas, proceder a uma tal reconstrução.

---

[70] Este mesmo argumento foi recuperado por Flashar em «Platon und Aristoteles im *Protreptikos* des Jamblichos» (*AGPh*, 47, 1965, pp. 73-79).

[71] Limitada aos primeiros seis fragmentos do *Protréptico* na numeração então consensualmente admitida: W1-6, R1-6.

Por seu lado, numa série de textos independentes, mas convergentes, G. Müller, F. Wehrli e H. Flashar [72] vieram condicionar fortemente a utilização do *Protréptico* de Jâmblico como fonte para a reconstrução do escrito de Aristóteles, mostrando a dificuldade de, sem se conhecer a metodologia utilizada pelo autor neoplatónico e perante o carácter patentemente desconexo do seu texto, distinguir inequivocamente nele os materiais platónicos e os materiais aristotélicos.

Em jeito de retrospectiva, pode conceder-se que Rabinowitz, o mais ambicioso crítico da tese dominante, se perde um pouco nas conjecturas que faz acerca da natureza do *Protréptico* de Jâmblico, enquanto compilação de diálogos de Platão e de outros materiais tardios. Com efeito, essas conjecturas são, como quaisquer outras, facilmente susceptíveis de contradição [73].

Agora, o argumento original de Hirzel mantém-se pé.

A sugestão de que, para o seu texto, Jâmblico não possuía um modelo único de Platão, mas em Aristóteles possuía o *Protréptico*, de que fez uso extensivo, é reconhecidamente um argumento bastante fraco para o contrariar.

Ora, se Hirzel e os seus continuadores têm razão, a segunda parte do *Protréptico* de Jâmblico não constitui, como queriam Bywater e, na sua esteira, Jaeger e os mais recentes «reconstrutores» do *Protréptico*, nem uma cópia praticamente integral da obra aristotélica, nem um modelo fidedigno a partir do qual se poderia reconstruí-la.

E, portanto, não estamos autorizados a usar o *Protréptico* de Jâmblico senão como uma remota aproximação ao estilo e ao conteúdo do original aristotélico.

Por outro lado, há a considerar aqui a índole muito peculiar deste escrito, já acentuada por Gadamer [74].

Com efeito, sendo o *Protréptico* uma obra exortativa e não uma obra sistemática, é ilegítimo extrair a partir dele ilações de carácter filosófico, designadamente para retirar consequências

---

[72] Respectivamente: «Probleme der aristotelischen Eudaimonielehre» (1960); «Aristoteles in der Sicht seiner Schule, Platonisches und Vorplatonisches» (1960); «Platon und Aristoteles im *Protreptikos* des Jamblichos» (1965).

[73] Ver, por exemplo, as objecções de Düring em *Aristotle's Protrepticus*, pp. 11-14, 27-29.

[74] Cf. «Der aristotelische *Protreptikos* und die entwicklungs-geschichtliche Betrachtung der aristotelischen Ethik», *Hermes*, 63, 1928, especialmente pp. 142-145.

quanto à biografia intelectual do jovem Aristóteles e, muito em particular, para confirmar ou refutar a existência de uma fase platónica.

A isto acrescem as observações de Müller, Wehrli e Flashar, que, por via da análise textual, desembocaram na mesma convicção, oferecendo ao mesmo tempo um argumento decisivo contra a ambição de discernir no *Protréptico* o «platonismo de Aristóteles»: pois, se a distinção entre os materiais platónicos e os materiais aristotélicos não é nele absolutamente segura, quem pode garantir que os elementos alegadamente platónicos do texto não provêm (como aliás seria natural) *de Platão*?

Admitamos, todavia, que o *textus recipus* (se há algum) seja fidedigno. O que é que daí resulta? Que Aristóteles foi em determinado momento platónico?

Nada disso.

Como observou Düring (autor que, como vimos, não só aceita a tradição de Bywater/Jaeger quanto à fidedignidade do *Protréptico* jamblicano, como colaborou nela com uma reconstrução desse mesmo texto, confiado, o que é mais, na possível literalidade de algumas passagens), nada nesse *textus recipus* atesta uma adesão à teoria das ideias [75].

A mesma conclusão se impõe a uma análise independente e imparcial dos «fragmentos».

O texto aceite do *Protréptico* provém, numa proporção esmagadora, do *Protréptico* VI-XII de Jâmblico. Os fragmentos que as edições vão buscar a outras obras de Jâmblico ou a outros autores são meramente coadjuvantes ou, quando não, incaracterísticos. Para mais, a imputação destes à obra de Aristóteles é frequentemente arriscada, dado que em regra se lhe não referem expressamente.

Ora, a aceitar que os excertos seleccionados do *Protréptico* de Jâmblico correspondem a transcrições, paráfrases ou glosas do *Protréptico* de Aristóteles, o que daí resulta claramente é:

1) O carácter fortemente exortativo da obra (que a reconstrução de Düring evidencia ainda mais patentemente do que as ordenações seguidas por Walzer e Ross).

---

[75] Cf., em especial, *Aristotle's Protrepticus*, pp. 274-286. Mas veja-se também, no mesmo sentido, Rist, *The Mind of Aristotle*, pp. 48-52.

2) A presença massiva de muitos *leitmotive* do pensamento aristotélico «maduro», tal como ele se encontra expresso nos tratados: o que é anterior por natureza é mais inteligível e causa do posterior [76] e, inversamente, o que é posterior na ordem cronológica é anterior do ponto de vista ontológico [77]; o homem moralmente recto é o critério da acção moral [78]; a visão é procurada por si mesma [79], o que constitui um indício de que todos os homens desejam naturalmente saber [80]; distinção entre obras da natureza, obras do pensamento e obras do acaso [81]; a arte como imitação da natureza [82]; a sabedoria e a contemplação como fim último do homem [83]; distinção entre o que é útil e o que é bom em si mesmo, aplicada em particular à filosofia [84]; distinção entre ἐνέργεια e δύναμις [85]; etc.;
3) A excepcionalidade das passagens com ressonância platónica (encontram-se apenas dois excertos com essas características, de que um aparece unicamente em Jâmblico [86], enquanto o outro provém provavelmente de Cícero) [87] e sem qualquer sentido técnico ou doutrinal;

---

[76] R5 (= R³52, W5, D33; Jâmblico, *Prt.* VI, 37.22-40.1 Pistelli).

[77] R8 (= R²1, R³53, W8; Jâmblico, *Comm. Math.* 26, 83.6-22 Festa).

[78] R5.

[79] R6-7 (= W6-7; Jâmblico, *Prt.* VII, 41.15-45.3 Pistelli). Cf. R9 (= R³55, W9; Jâmblico, *Prt.* VIII, 45.4-47.4 Pistelli).

[80] R7 (= W7; Jâmblico, *Prt.* VII, 43.25-45.3 Pistelli).

[81] R11 (= W11; Jâmblico, *Prt.* IX, 49.3-42.16 Pistelli).

[82] *Ibid.*

[83] R4 (W4; Jâmblico, *Prt.* VI, 37.3-22 Pistelli); R5; R6-7; R11; R14-15 (= W14--15; Jâmblico, *Prt.* XI, 56.13-60.15 Pistelli).

[84] R12 (= R³58, W12; Cícero, *Hortensius*, *apud* Agostinho, *Trin.* 14 ix 12; Jâmblico, *Prt.* IX, 52.16-54.5 Pistelli).

[85] R14 (= W14, D79, 87, 91; Jâmblico, *Prt.* XI, 56.13-59.18 Pistelli).

[86] Trata-se de R13 (= W13, D50; Jâmblico, *Prt.* X, 54.10-56.12 Pistelli): só o filósofo tem os olhos fixos «na natureza e no divino» (πρὸς τὴν φύσιν καὶ πρὸς τὸ θεῖον) e dirige a sua vida em função «do eterno e imutável» (ἐξ ἀιδίων καὶ μονίμων). A despeito do recorte platónico da passagem, nada há nela que não pudesse ser assimilado à doutrina aristotélica registada nos tratados e que não possa ser justificado pela natureza peculiar da obra em causa (a aceitar desde logo que é dela que o trecho provém).

[87] R10c (= R²48, R³61, W10c, D108-110; Jâmblico, *Prt.* VIII, 48.9-21 Pistelli): o νοῦς é a parte imortal e divina do homem. A passagem não é por si só suges-

4) A inexistência de qualquer sinal seguro, explícito ou implícito, de uma adesão à teoria das ideias, aliás contrariada pelos utensílios conceptuais e sistemáticos utilizados, que são com ela incompatíveis.

Note-se, uma vez mais, que o segundo ponto acima registado serve de argumento tanto para considerar que o *Protréptico* de Jâmblico é um gigantesco *pastiche* da obra homónima de Aristóteles, como para considerar que ele é uma miscelânea inspirada em múltiplas obras aristotélicas, entre as quais o *Protréptico* [88].

Com uma diferença fundamental: é que quem adopta o primeiro argumento tem de reconhecer que muitos dos desenvolvimentos teóricos que serão reencontrados nos tratados estão já presentes no *Protréptico* e que é, pelo contrário, diminuta e restringida a aspectos puramente estilísticos ou literários a influência subsistente do platonismo; ao passo que quem adopta o segundo é obrigado a abdicar de conceber o que fosse o conteúdo dessa obra perdida de Aristóteles que se chamava *Protréptico* (excepto no que toca a algumas conjecturas modestas), não estando, no entanto, também autorizado a projectar sobre ela as doutrinas dos tratados, nem tão-pouco a excluir peremptoriamente que nela se encontrasse qualquer forte influência platónica.

---

tiva de platonismo (encontramos pelo contrário o mesmo princípio em *De an*. I 4, 408b18-29; II 2, 413b24-27; III 5, 430a10-25; *Metaph*. Λ 3, 1070a24-26.). Mas um excerto do *Hortênsio* citado por Santo Agostinho (*Trin*. 14 xix 26), que Ross anexa ao fragmento, expressa o princípio numa linguagem de ressonância muito distintamente platónica.

[88] Num caso, pelo menos, é bastante provável que a obra de Jâmblico esteja a repetir o escrito homónimo de Aristóteles. Trata-se da passagem onde se declara que a nossa alma está ligada ao corpo do mesmo modo que se diz que os cativos dos Etruscos eram por eles torturados, colando-os, ainda vivos, cara a cara com um cadáver (R10b = $R^2$36, $R^3$60, W10b, D107; Jâmblico, *Prt*. VIII, 47.21-48.9 Pistelli). Com efeito, a mesma analogia é atribuída ao *Hortênsio* de Cícero (que era um diálogo exortativo modelado sobre o *Protréptico* de Aristóteles) e surge igualmente, de modo mais resumido, no *Protréptico* de Clemente de Alexandria (I VII 4): vejam-se as citações na edição Ross do fragmento. Esta convergência dos três Protrépticos é altamente sugestiva de uma origem comum e, portanto, da sua inspiração na obra de Aristóteles. Neste sentido, este fragmento é um daqueles que parece, com bastante segurança, poderem ser atribuídos ao *Protréptico* de Aristóteles. Uma vez mais, todavia, o carácter exortativo da obra permite justificar a ocorrência da história de um modo que a não compromete com a adesão a uma perspectiva filosoficamente muito determinada, orfopitagórica ou outra.

Tudo devidamente pesado, diríamos que Rabinowitz tem provavelmente razão na vertente crítica ou negativa da sua análise: não há nada que ateste com segurança que o *Protréptico* de Jâmblico é um simples decalque do *Protréptico* de Aristóteles, a partir do qual este poderia ser legitimamente reconstruído; e é bem mais provável que ele corresponda a uma miscelânea de transcrições, paráfrases e glosas de várias obras de Aristóteles, transcritas num vocabulário e submetidas a uma ordem que são de Jâmblico.

Contudo, se Rabinowitz não tiver razão e o *Protréptico* de Jâmblico for de facto um simples decalque do de Aristóteles, a situação é ainda mais clara, porque o texto recebido está então extraordinariamente próximo das teses aristotélicas «de maturidade» e as contaminações platónicas são tão raras que podem justificadamente ser discutidas quanto à sua origem ou ao seu sentido.

E estas duas conclusões são suficientes quer (a segunda) para mostrar que nada sugere a presença da teoria das ideias no *Protréptico*, quer (a primeira) para excluir que uma tal presença fosse filosoficamente consistente com as teses assumidas no texto.

Perante isto, parece claro que ficamos sem bases textuais para sustentar o alegado «platonismo de juventude» de Aristóteles.

E a verdade é que, se atendermos ao que expusemos no capítulo anterior, há bem poucas probabilidade de as vir ainda a encontrar, dado o estado em que se encontra o texto aceite dos demais *juvenilia* de Aristóteles [89].

Em suma, o razoável é supor que Plutarco e Proclo falavam com sabedoria e verdade, quando, contra si mesmos e a sua tendência compulsiva para harmonizar aristotelismo e platonismo, confessavam que Aristóteles nunca havia partilhado dos supostos da teoria das ideias, mesmo nos seus «diálogos populares» (διὰ τῶν ἐξωτερικῶν διαλόγων) [90].

---

[89] Acerca do qual vale ainda a pena atentar nestas observações judiciosas de Barnes: «These [early writings] survive only in a few fragments, and the fragments do not contain enough to show what sort of a philosopher the young Aristotle was; in particular, they prove neither that he was a Platonist nor that he was a Platonist. (Indeed, it is usually difficult to be sure how accurately these 'fragments' report Aristotle's own words; and even when it is reasonably plain that Aristotle wrote this or that particular sentence, it is likely that the sentence will be open to two or three incompatible and equally plausible interpretations.)» («Life and Work», p. 18.) Cf. também Lloyd, *Aristotle*, p. 11.

[90] Plutarco, *Col*. 14, 1115bc. Cf. Proclo *apud* Filópono, *Aet*. II 2, 31.17-32.8 Rabe: καὶ ἐν τοῖς διαλόγοις. Note-se que a consideração de que estes dois teste-

De resto, como o impressionante número de testemunhos reunido por Düring atesta [91], é claro que, até aos discípulos de Amónio [92], não existe ninguém que atribua a Aristóteles a teoria das ideias [93].

Haveria certamente argumentos filosóficos independentes para sustentar esta mesma tese, mas o nosso caso aqui é com os escritos de juventude.

E com esses estamos conversados.

---

munhos dizem respeito especificamente ao *De philosophia* é completamente gratuita, uma vez que ambos os autores falam expressamente de *os* diálogos, no plural.

[91] Cf. *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 322-334.

[92] Que ainda reconhece a irredutibilidade das ontologias de Platão e Aristóteles: cf. *In Porph*. 42.22 Busse.

[93] Para os testemunhos relevantes dos alexandrinos, veja-se Düring, *op. cit*., pp. 334-336.

2

EVOLUÇÃO E LINHAS DE FORÇA DO PENSAMENTO DE ARISTÓTELES

I

NATUREZA DA ABORDAGEM GENÉTICA DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO

A abordagem genética do pensamento aristotélico tem oficialmente o seu início em 1923, com a publicação do livro de W. Jaeger, *Aristoteles*: *Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*.

Ninguém põe hoje em causa o impacto profundo desta obra na renovação dos estudos aristotélicos no dealbar do século XX.

E apesar das críticas a que os seus pressupostos, a sua metodologia e os seus resultados foram sujeitos, o certo é que, desde então, a aproximação genética não mais deixou de figurar na agenda [1].

A sua adopção não foi universal. Tal como sucede com o pensamento platónico, subsiste, ao lado dos que advogam a evo-

---

[1] O que é bem demonstrado pelos estudos que vieram ultimamente propor novas interpretações da evolução de Aristóteles (nomeadamente, o de Graham, *Aristotle's Two Systems*, 1987, e o de Rist, *The Mind of Aristotle*, 1989) e pelos volumes recentemente dedicados à avaliação geral do problema (assim, com a colectânea *Aristotle's Philosophical Development*, de 1996, e com a obra de Wehrle, *The Myth of Aristotle's Development*, prometida desde 1997, mas ainda não publicada até ao momento em que escrevemos) ou ao papel nele desempenhado por W. Jaeger (como sucede numa secção de *Werner Jaeger Reconsidered*, 1992). Aproveitamos para lembrar que citamos a obra do erudito alemão a partir da tradução castelhana que figura na Bibliografia.

lução do pensamento aristotélico (embora sempre divergindo quanto à incidência exacta dessa evolução), um pequeno número de partidários da unidade do pensamento aristotélico [2].

Mas uns e outros dissentem quanto a uma mesma questão que está perante eles posta: será que Aristóteles evoluiu? Se sim, em que sentido? Se não, como dar conta de um modo consistente da totalidade do seu pensamento?

Convém sublinhar desde já um aspecto que, embora evidente quando se toma consciência dele, é frequentemente passado sob silêncio, tornando-se então numa fonte de entranhados equívocos.

É indiscutível que Aristóteles (como Platão, ou Demócrito, ou Parménides, ou Tales) *evoluiu*. A evolução é um facto incontestável da natureza — e nenhum grande filósofo teria sido o grande filósofo que foi se não tivesse evoluído até vir a sê-lo. A questão é antes se a sua obra denota sinais de evolução, ou, observada pelo ângulo oposto, se o pensamento desenvolvido nessa obra pode ser inteiramente explicado sem recorrer ao pressuposto de uma determinada evolução. É portanto em relação à obra de Aristóteles e às doutrinas nela expostas, não *prima facies* em relação ao próprio filósofo, concebido como realidade histórica distinta da sua obra, que a questão da evolução se coloca.

É fácil percebê-lo se adoptarmos o ponto de vista de um defensor da unidade do pensamento aristotélico. O que ele terá a dizer a este propósito é evidentemente que Aristóteles evoluiu — só que evoluiu antes de começar a escrever o que chegou até nós. O que significa, retirando o tom caricatural, que a obra de Aristóteles veicula um pensamento já estabilizado nas suas articulações essenciais, a despeito das adaptações, correcções, clarificações, expansões ou restrições e, em geral, pequenas inflexões que se verifiquem em questões de detalhe.

Isto conduz-nos a um segundo aspecto que é necessário frisar. No quadro da abordagem genética do pensamento aristotélico, entende-se por «evolução» não a progressão continuada numa

---

[2] Usamos tecnicamente a expressão «unidade do pensamento aristotélico» (inspirada no bem estabelecido análogo platónico) para crismar a posição daqueles que não simplesmente rejeitam a abordagem genética do pensamento aristotélico, como excluem que este tenha conhecido qualquer tipo significativo de evolução. Comparando com o caso de Platão, essa posição está consideravelmente mais expandida, nem que seja por omissão, uma vez que a questão genética conseguiu impor-se naquele caso como um tópico incontornável acerca do qual é necessário tomar partido, o que não sucede no caso de Aristóteles.

senda em que o momento anterior não contém ainda todos os elementos que constarão no posterior, mas o processo global permanece sempre coerente, senão um desenvolvimento pontuado por descontinuidades filosóficas marcadas, em que é possível identificar períodos doutrinariamente bem definidos e fundados em opções filosóficas incompatíveis entre si. «Evoluir», na acepção pertinente, significa portanto: inflectir decisivamente o rumo por adopção de novos princípios filosóficos que vêm substituir os precedentes, no decurso da gestação da obra.

Ora, que a obra de qualquer filósofo revele um certo grau de desenvolvimento interno é aquilo sobre que nenhum autor, partidário da unidade ou da evolução, se atreverá a discordar. Que o próprio filósofo evoluiu é também ponto consensual. O que está em questão é se, para além disso, a sua obra é fruto de um processo acidentado e descontínuo, de tal modo que, para a compreender como um todo, seja mister fraccioná-la no conjunto de estratos doutrinais que reflictam as rupturas e os momentos diferenciados desse processo.

Estes primeiros apontamentos permitem-nos circunscrever para já o timbre característico do projecto genético de Jaeger. Com efeito, o seu objectivo não era apenas o de reconstituir secamente a evolução aristotélica na acepção indicada, mas, mais audaciosamente, o de surpreender a biografia intelectual de Aristóteles *in the making,* isto é, o processo interno de geração da obra enquanto reflexo de um espírito que progressivamente refaz o seu caminho, de acordo com uma linha de desenvolvimento que constitui, em todo o processo, o único factor de coerência e de constância.

Só que, para cumprir esse desiderato, era necessário fazer corresponder a cada uma das obras um momento determinado do processo e estabelecer pelas suas afinidades os grandes grupos em que ele se distribui. E assim reverteu Jaeger ao cânone genético da estipulação da cronologia relativa dos escritos dentro de períodos bem identificados, para o que as grandes fases da vida de Aristóteles (a fase da Academia, a época das viagens e o segundo período ateniense) forneceram o padrão natural.

Este modelo impôs-se predominantemente até aos nossos dias.

Todavia, como em tudo o que evolui, o programa genético não ficou para sempre agarrado a esse figurino. Pelo contrário, ele veio a ser historicamente assumido a partir de perspectivas bem diferenciadas.

Adaptando o esquema que C. Witt traçou a este respeito [3], podemos dizer que a abordagem genética foi aplicada ao pensamento aristotélico em obediência a três motivações diversas:

1) Capturar a biografia intelectual de Aristóteles (como em Jaeger);
2) Traçar o seu progresso filosófico em relação a um tópico ou em função de um tópico;
3) Resolver *in extremis* certas contradições e inconsistências doutrinais que não parecem poder ser explicadas senão presumindo a existência de uma alteração de ponto de vista, ou, propriamente, de uma evolução.

Em conformidade, e mais uma vez adaptando a terminologia de Witt, podemos falar em três tipos diferentes de abordagem genética do pensamento aristotélico:

1) O evolucionismo biográfico;
2) O evolucionismo filosófico;
3) E o evolucionismo de recurso *(default developmentalism)* [4].

Evidentemente, estes três tipos podem encontrar-se cumulativamente aplicados. E, de entre os estudos expressamente dedicados ao problema, o grau de nitidez com que o tipo predominante é cultivado pode ser extremamente variado.

Todavia, para além das motivações subjacentes, o que diferencia especialmente esses tipos é a tónica fundamental em que é colocada a ênfase. Assim, nas propostas que se subordinam à primeira perspectiva, das mais antigas às mais recentes e qualquer que seja o esquema evolutivo adoptado, verifica-se uma preocupação predominante com o *estabelecimento da cronologia*. As segundas, pelo contrário, visam especialmente patentear os *estratos doutrinários* da evolução aristotélica em relação a determinado tópico, muitas vezes sem fazerem sequer referência à datação dos escri-

---

[3] «The Evolution of Developmental Interpretations of Aristotle», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 67-82.

[4] Privilegiamos aqui a nomenclatura mais incisiva que, segundo Rist («On Taking Aristotle's Development Seriously», p. 373), a autora adoptou numa versão prévia de «The Evolution of Developmental Interpretations».

tos, a não ser, evidentemente, à datação relativa que inevitavelmente decorre do levantamento desses estratos. Finalmente, as terceiras nem privilegiam a cronologia nem o levantamento de estratos: limitam-se a reconhecer a evidência de uma evolução quando todas as outras soluções possíveis fracassaram.

No que se segue, procuraremos acompanhar os principais contributos produzidos dentro das duas primeiras perspectivas (a terceira, obviamente, não produziu nenhum), de forma a descortinar as características fundamentais da aproximação genética ao pensamento aristotélico tal como foi historicamente praticada até aos nossos dias e podermos assim produzir, de modo fundamentado, uma posição própria a este respeito.

II

HISTÓRIA DA ABORDAGEM GENÉTICA DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO: JAEGER E OS SEUS PREDECESSORES

A proposta jaegeriana, com a sua reivindicação de um Aristóteles sem sistema único, vinculado inicialmente ao platonismo, conhecendo várias etapas no seu desenvolvimento e redigindo as obras escolares por estratos e ao longo de todas elas, provocou uma verdadeira revolução nos estudos aristotélicos.

Todavia, como toda a revolução, também esta não foi desprovida de precursores.

É desses precursores e, em geral, do ambiente teórico em que surgiu a revolução jaegeriana que convém começar por falar [1].

À época da publicação da sua obra pioneira, a perspectiva dominante acerca da redacção dos tratados aristotélicos era a de que eles teriam sido todos escritos durante o período do Liceu, isto é, entre 335 e 323 a. C. [2] Esta perspectiva, vulgarizada por

---

[1] Para outros conspectos históricos, parciais ou globais, da abordagem genética de Aristóteles, veja-se: Moraux, «L'évolution d'Aristote» (1957); Lefèvre, «Du platonisme à l'aristotélisme» (1961); Berti, *La filosofia del primo Aristotele* (1962), pp. 9-122; Chroust, «The First Thirty Years of Modern Aristotelian Scholarship» (1963-1964), «The Lost Works of Aristotle in Pre-Jaegerian Scholarship» (1964) e «Werner Jaeger and the Reconstruction of Aristotle's Lost Works» (1968).

[2] Veja-se, por exemplo, Bernays, *Die Dialoge des Aristoteles in ihrem Verhältnisse zu seinen übrige Werken* (1863): «alle und vorliegenden Werke fallen in die letzte Lebensperiode des Aristoteles» (p. 128). Assim também Grant em *The Ethics of Aristotle* (18662): «With regard to Aristotle's career as an author, no information has reached us, but the general opinion has been that his works were composed during his second stay at Athens, — that is, while he was holding his school in

Zeller na secção relativa à datação dos escritos escolares de Aristóteles do seu monumental *Die Philosophie der Griechen in ihrer geschichtlichen Entwicklung* [3], encontra-se ainda, por exemplo, em *Le système d'Aristote* de Hamelin (publicado em 1920, embora as lições que reúne tenham sido proferidas em 1904-1905), onde assume contornos fortemente dogmáticos [4].

O único desafio sério, mas parcial, a esta perspectiva [5] surge já no final da primeira década do século XX, quando o editor da *História dos Animais* para a tradução Oxford, D'Arcy Thompson, chama a atenção para o grande número de referências a locais das costas do mar Egeu e da ilha de Lesbos no tratado, que ele interpreta como sugerindo fortemente a sua redacção durante o período em que Aristóteles habitou estas paragens (347-340) [6]. Mas a observação não teve então continuidade [7] e principalmente não gerou nenhum movimento no sentido de uma maior atenção à cronologia dos tratados científicos de Aristóteles [8].

---

the Lyceum, during the last 13 years of his life. Internal evidence, on which we have chiefly to rely, is on the whole in favour of this supposition, as the works that have come to us belong to *one* period of the philosopher's mind; his system and terminology, peculiar as it is, appears throughout fully formed. It is only in minute points that a development of ideas can be traced.» (I, pp. 2-3.) G. Grote, pelo contrário, fiel ao seu proverbial cepticismo metodológico, considera que a nenhum tratado «can we assign the date of composition or publication» (*Aristotle*, I, 1872, pp. 76-77).

[3] Cf. II.2, pp. 154-160.

[4] «Pour en finir avec les questions d'histoire relatives aux écrits scientifiques d'Aristote, il ne nous reste plus qu'à dire quelques mots sur la date à laquelle ces écrits ont été composés. On peut d'abord établir aisément que, dans leur ensemble, ils appartiennent sans exception au second séjour d'Aristote à Athènes (335/4-323).» (P. 72; cf. pp. 72-73.)

[5] Curiosamente, um desafio a que Jaeger não dará atenção.

[6] Com efeito, após apontar a incidência dessas referências, conclui: «I think it can be shown that Aristotle's natural history studies were carried on, or mainly carried on, in his middle age, between his two periods of residence in Athens.» (*The Works of Aristotle Translated into English*, IV, 1910, p. VII.)

[7] Se exceptuarmos uma monografia do próprio D'Arcy Thompson, *On Aristotle as a Biologist* (1913), em que ele volta a trabalhar este tema: cf. pp. 12-14. Algumas referências esporádicas a estes trabalhos, por exemplo por parte de Ross (*Aristotle*, pp. 112-114), não tiveram grandes consequências. Com efeito, é apenas após a obra de Jaeger que a sugestão de D'Arcy Thompson começa a ser progressivamente revalorizada, em especial com o ensaio de H. D. P. Lee, «Place-Names and the Date of Aristotle's Biological Works» (1948). Voltaremos a esta questão no capítulo II do próximo estudo.

[8] Note-se, contudo, que a perspectiva tradicional, de Bernays, Zeller ou Hamelin, está longe de se encontrar apenas na época pré-jaegeriana: uma defen-

Pelo contrário, a ideia de uma fase platónica coincidente com a redacção dos escritos exotéricos, e nomeadamente dos diálogos, começava já a solidificar-se na época de Jaeger.

Diversos autores vinham alertando para ela desde o início do século XIX [9]. Mas foi sobretudo Zeller que lhe conferiu desenvolvimento e notoriedade [10] e os seus discípulos seguiram-lhe a este respeito o passo [11].

---

sora moderna da *unity of Aristotle's thought*, M. Grene, sustenta que «the Corpus as we have it does… represent, in most subjects at least, the lecture course of the Lyceum as Aristotle conceived it after the definitive period of biological research [i. e., after 335]» (*A Portrait of Aristotle*, p. 33) e portanto que o texto recebido, tal como consta no cânone Bekker e na sua actual forma, foi na sua maior parte redigido no período do Liceu (cf. *ibid*., pp. 32-33).

[9] Nomeadamente Brandis, na sua dissertação de 1823 *De perditis Aristotelis libris de ideis et de bono sive de philosophia*, e novamente no primeiro volume do *Handbuch der Geschichte der griechisch-römischen Philosophie* (1835). Mas veja-se também Ravaisson, *Essai sur la Métaphysique d'Aristote*, I (1837), pp. 205-244 (e em especial pp. 218-236), bem como Grant, *The Ethics of Aristotle*, I, p. 5 («[the dialogues] may in all probability have been early compositions, suggested by the example of Plato»). Rose pode ser igualmente contado como um precursor, mas de um modo assaz paradoxal, na medida em que o «platonismo» que detecta nos fragmentos constitui para ele um sinal do seu carácter espúrio (cf. *De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentatio*, 1854, pp. 104 e segs., bem como as diversas edições dos fragmentos).

[10] Cf. *Die Philosophie der Griechen*, II.2, pp. 57-67 e 109-126, mas em especial pp. 59-61. A novidade da posição de Zeller situa-se no facto de ter superado as duas interpretações contrastantes que se perfilavam na sua época, por um lado a de Bernays (em *Die Dialoge des Aristoteles*), para quem os escritos exotéricos de Aristóteles podiam ser-lhe da facto adscritos, mas não revelavam nenhuma discrepância fundamental em relação à doutrina dos acroamáticos e, designadamente, nenhum sinal de platonismo (posição seguida modernamente por muitos críticos da reconstrução jaegeriana, em especial I. Düring), e a de Rose (em *De Aristotelis librorum ordine*, bem como nas suas recolhas dos fragmentos até aos *Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta*, de 1886), que, como já vimos, encontrava neles abundantes e seguros indícios de contaminação platónica e portanto, em seu entender, de inautenticidade. Caminhando no intervalo destas duas posições extremas, Zeller encarou os escritos exotéricos atribuídos tradicionalmente a Aristóteles como genuínos, encontrando naqueles de que subsistem fragmentos a indicação de uma primeira fase platónica (designadamente no *Eudemo*), seguida de um período de crítica à teoria das ideias, no *De philosophia* e no *De ideis*, posição que, praticamente sem contestação, veio a fazer escola, por mediação da inflexão evolucionista de Jaeger, na primeira metade do século XX.

[11] Para além daquele de que falaremos a seguir, veja-se, no mesmo sentido: Heitz, *Die verlorenen Schriften des Aristoteles* (1865); Hirzel, «Über den *Protreptikos* des Aristoteles», *Hermes*, 10, 1876, pp. 61-100; Von Wilamowitz-Moellen-

É esse muito especialmente o caso de Hamelin [12], onde se surpreendem, em continuidade muito estreita com o seu mestre, algumas das teses, inclusive cronológicas, que virão a caracterizar a interpretação jaegeriana da «primeira fase» do pensamento aristotélico e até alguns dos lugares-comuns que se tornarão clássicos sobre os mais significativos *juvenilia*, não só na prosa de Jaeger, como na dos seus continuadores até aos nossos dias.

Vale a pena acompanhar algumas passagens.

Assim, acerca do *Eudemo* [13]:

> Pelo seu conteúdo e pela sua forma, o *Eudemo* é particularmente notável. Deparamo-nos nele com um Aristóteles completamente platónico na doutrina e, tanto quanto possível, no estilo. O diálogo é uma imitação do *Fédon*. […] Sob todos os aspectos, este diálogo parece trazer a marca platónica; o que se explica pela data em que foi provavelmente escrito, sem dúvida pouco tempo após a morte de Eudemo (352) [14], quando Platão ainda era vivo e Aristóteles, com trinta e dois anos, não tinha deixado de fazer parte do círculo platónico, ainda que já não pertencesse à Escola. Não obstante, há já certas *nuances*… [15]

Acerca do *De philosophia* [16]:

> O Περὶ φιλοσοφίας deve aparentemente datar de um pouco mais tarde. É ainda escrito com muito brilho e de

---

dorff, *Aristoteles und Athen*, I (1893), especialmente pp. 326-329; Gercke, «Aristoteles», *RE*, 2, 1896, cols. 134-139; Hambruch, *Logische Regeln der platonischen Schule in der aristotelischen Topik* (1904); e ainda T. Case, «Aristotle» (1911), pp. 503-504, que voltaremos a encontrar mais adiante.

[12] Cf. *Le système d'Aristote*, pp. 17-23.

[13] *Op. cit.*, pp. 18-19.

[14] De facto, em 354 ou no início de 353. A morte de Eudemo de Rodes verifica-se no rescaldo do assassinato de Díon e no quadro dos violentos acontecimentos políticos ocorridos em Siracusa durante esse período. Veja-se a este respeito Chroust, «*Eudemus* or *On the Soul*. A Lost Aristotelian Dialogue on the Immortality of the Soul», *Aristotle*, II, pp. 43-54.

[15] Segue-se a indicação das referidas *nuances*, ponto que Jaeger, fiel à sua ideia de uma evolução absolutamente linear a partir de um início absolutamente platónico, não subscreverá.

[16] *Ibid.*, p. 20.

> uma forma que quer ser platónica. […] Mas, no que toca ao fundo, Aristóteles é já ele próprio. Desde logo, Aristóteles pronuncia-se contra a teoria das ideias e nomeadamente contra os Números Ideais; depois, afirma não apenas a imperecibilidade, mas a eternidade do mundo *a parte ante*.

E, finalmente, acerca do *De ideis*, a que Jaeger praticamente não faz referência, mas onde o evolucionismo incipiente de Hamelin alcança a sua máxima expressão [17]:

> Com o Π. ἰδεῶν estamos longe do Aristóteles puramente platónico do *Eudemo*. Na altura em que o escreveu, Aristóteles tinha retomado toda a sua independência. Este livro tem tudo o que é preciso para ter sido o último dos que podemos reportar à juventude de Aristóteles [18].

Por outro lado, na quarta edição de *The Ethics of Aristotle*, publicada em 1885 [19], Grant procurava já estabelecer a cronologia relativa de algumas das obras subsistentes de Aristóteles, basean-

---

[17] *Ibid.*, p. 23.

[18] Note-se que esta perspectiva, aqui implicitamente sugerida, de uma evolução que pára com a crítica às ideias, seguindo-se o sistema na sua plácida fixidez, está longe de poder ser displicentemente dispensada como pré-jaegeriana ou pré-moderna; um influente autor pós- (e pró-) jaegeriano como D. J. Allan assume-a claramente na sua obra mais conhecida quando entende corrigir o esquema de Jaeger nos seguintes termos: «In connection with this, the suggestion is made here that Aristotle's detachment from Platonic presuppositions was not the result of a steady lifelong process of which he was not perfectly conscious; but that the death of Plato brought to a crisis a dissatisfaction which had long been latent within him; that he sought to clear his mind by writing, and after a few years of hard work succeeded in formulating his own general principles; and that his philosophy thenceforward remained fixed in the form which it had assumed.» (*The Philosophy of Aristotle*, pp. 11-12.) Este apontamento serve para mostrar que também a perspectivação evolucionista de Aristóteles é fruto de uma evolução; e, portanto, até que ponto as reclamações de absoluta novidade que Jaeger faz do seu método e dos seus resultados ficam um tanto deslocadas na sua pena. Mas serve também para lembrar que nenhuma evolução se faz linearmente e sem rupturas, inflexões ou retrocessos; tê-lo esquecido foi provavelmente uma das principais ingenuidades do projecto de Jaeger.

[19] Volume a que não tivemos acesso. As referências encontram-se em Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, p. 3, n. 2.

do-se para isso na identificação do grau de maturidade manifestada por uma mesma doutrina em diferentes tratados [20]. Esta metodologia, que Jaeger usará sistematicamente, constitui uma das pedras de toque da abordagem genética do pensamento aristotélico até aos nossos dias.

Podemos pois concluir que, em finais do século XIX, alguns dos ingredientes fundamentais do programa genético estavam já semeados. O menos que pode dizer-se é que o tempo estava maduro para o empreendimento; e que o exemplo fornecido pela análise genética do pensamento platónico posta em prática desde meados do século só esperava pelo momento adequado para ser aplicado aos estudos aristotélicos.

Coube todavia a um estudioso inglês, T. Case, o primeiro esforço consistente no sentido de traçar a evolução filosófica de Aristóteles e, concomitantemente, de sugerir uma cronologia de alguns dos seus escritos, a qual, ainda que apresentada apenas em esboço, apontava já na direcção de muitas das propostas posteriores de Jaeger e, no todo, prefigurava o programa genético que, a partir deste, haveria de caracterizar o *turning point* dos estudos aristotélicos no século XX [21].

Podemos resumir o seu contributo nos seguintes pontos, inegavelmente inovadores, e onde mesmo um leitor modestamente versado na proposta jaegeriana encontraria decerto ressonâncias familiares.

Em primeiro lugar, o reconhecimento de uma fase platónica nos primórdios da elaboração aristotélica, marcada designada-

---

[20] Cf. I, p. 71, n. 35, e pp. 272-277 da referida edição. Note-se que esta preocupação revela uma significativa mudança de atitude por parte de Grant em relação ao consenso coevo quanto à data de redacção dos tratados, que, na segunda edição da sua obra, ele ainda subscreve e tenta justificar (ver *supra*, n. 2). Para alguns ensaios no sentido da datação anterior de certas obras particulares, veja-se *infra*, n. 4 do capítulo III deste estudo.

[21] Trata-se do verbete escrito para a décima primeira edição (1911) da *Encyclopædia Britannica*: cf. II, s. v. «Aristotle», pp. 501-522; as nossas referências seguem a reedição do artigo em *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 1-40. Seu contemporâneo, mas de muito menor fôlego, é o ensaio de A. Dyroff, «Über Aristoteles' Entwicklung» (1913); Jaeger faz-lhe referência (p. 45, n. 13), mas apenas como uma das obras «que por primera vez reconocen que el contenido de los diálogos es platónico». Por outro lado, também Rohde havia já tecido, em 1894, algumas considerações sobre a evolução da psicologia aristotélica (veja-se *Psyche*, II, pp. 591-600).

mente pelo *Eudemo* e pelo *Protréptico* [22]. Até aqui encontramo-nos no que podia considerar-se já adquirido na época em que Case escreve o seu verbete. No entanto, o autor acrescenta a esta tese duas outras, que rompem com toda a tradição anterior.

Desde logo, a noção, largamente documentada, de que os tratados subsistentes começaram a ser escritos durante o período académico, assim consagrando, pela primeira vez, a ruptura com o consenso vigente de acordo com o qual todos os escritos acroamáticos teriam sido escritos durante a segunda permanência em Atenas [23].

Por outro lado, a ideia de que não só as primeiras obras de Aristóteles pertencem a uma fase platónica, como que o pensamento aristotélico *evoluiu* a partir dessa primeira fase, designadamente por mediação da crítica à teoria das ideias formulada, ainda na Academia [24], pelo *De philosophia* e pelo *De ideis* [25].

Estas duas teses estão na base das propostas mais inovadoras de Case e simultaneamente daquelas em que ele mais claramente antecipa Jaeger.

À cabeça, a assunção da referida evolução a partir do pensamento platónico, entendida como um progressivo *afastamento* em relação a ele, e do *grau de maturidade doutrinal* atestado pelos tratados como um *critério de datação relativa* dos mesmos [26]. Eis-nos

---

[22] Cf. art. cit., pp. 3-5, e ver também «The Development of Aristotle», pp. 82-83.

[23] Cf. *ibid*., pp. 7 e principalmente 10-19. Curiosamente, o próprio Case tem plena consciência do carácter revolucionário desta tese: «Turning to Aristotle's own works, we immediately light upon a surprise: Aristotle began his extant scientific works during Plato's lifetime.» (P. 10.)

[24] Ponto em que os estudos posteriores têm vindo a dar-lhe razão, contra Jaeger.

[25] Cf. *ibid*., pp. 4-7.

[26] Veja-se em especial esta passagem programática: «Is there then any way of discriminating between early and late works? […] Turning to extant writings, we find that some are more under the influence of Plato, while others are more original and Aristotelian. Also, some writings are more rudimentary than others on the same subject; and some have the appearance of being first drafts of others. By these differences we can do something to distinguish between earlier and later philosophical works; and also vindicate as genuine some works, which have been considered spurious because they do not agree in style or in manner with his most mature philosophy.» (P. 19.) E, em jeito de resumo: «Some of Aristotle's philosophical writings, then, are earlier than others; because they show more Platonic influence, and are more rudimentary.» (P. 39.)

perante um ponto em que a proximidade com o projecto de Jaeger, que ele desta forma prefigura no que ele tem de mais original (e até de mais frágil), é flagrante e indesmentível.

Daqui decorre a tentativa de estabelecer um quadro evolutivo do pensamento aristotélico, cujo esquema pode ser apreendido nas seguintes quatro fases [27]:

1) Uma primeira fase platónica;
2) Uma segunda fase, ainda no período académico, de afastamento em relação à ontologia platónica, marcada pela crítica à teoria das ideias, mas sem constituição de uma alternativa doutrinal;
3) Um período, imediatamente subsequente à morte de Platão e que se prolonga pelo menos até à permanência em Péla, caracterizado pela progressiva departamentalização da filosofia e pela autonomização das diversas disciplinas em relação à dialéctica;
4) E por fim um último período, presumivelmente coincidente com o Liceu, que corresponde à «construção final da sua filosofia em sistema» [28].

Ao mesmo tempo, Case sugere um esboço de cronologia geral da obra aristotélica [29] e procede ao estabelecimento detalhado e fundamentado de uma série de cronologias relativas, nomeadamente das *Categorias* em relação à *Metafísica*, do *De interpretatione* em relação aos *Primeiros Analíticos*, da *Ética Eudémia* em relação à *Ética Nicomaqueia*, bem como dos principais escritos de retórica [30].

Finalmente, encontra-se no ensaio de Case um conjunto de sugestões, muito sumárias, quanto à composição interna de alguns tratados de Aristóteles, designadamente a *Metafísica* [31] e a *Política* [32].

Sem a profundidade e a tecnicidade das análises a que Jaeger procederá nem o alcance das suas mais características intuições,

---

27 Cf. *ibid*., pp. 4-7, e «The Development of Aristotle», pp. 81-85.

28 *Ibid*. p. 7. Note-se que Case descreve apenas três fases; mas o modo como a terceira é descrita torna claro que não se trata ainda da última.

29 Cf. *ibid*., pp. 3-13.

30 Ver, respectivamente, pp. 19-24, 24-26, 26-35 e 35-38. A cronologia relativa proposta para estes últimos é a seguinte: *Grilo* à *Teodecteia* à *Retórica a Alexandre* (que ele considera genuíno) à *Retórica*.

31 Cf. *ibid*., p. 11.

32 Cf. *ibid*., p. 17.

mas muito especialmente sem a projecção de uma cronologia global da obra aristotélica e a reconstituição cirúrgica dos tratados subsistentes, que constituem o aspecto mais próprio do legado jaegeriano, é contudo inegável que, *em germe*, a abordagem genética do pensamento aristotélico está já adiantadamente em marcha no escrito de Case.

O brilho do projecto jaegeriano, a sua reivindicação de ter pela primeira vez vislumbrado a perspectiva genética como chave para o correcto entendimento da filosofia aristotélica e de a haver, também pela primeira vez, aplicado sistematicamente ao estudo das obras aristotélicas [33], ofuscou por algum tempo os feitos deste precursor. Taylor, por exemplo, na sua recensão à obra de Jaeger [34], ignora-o por completo e subscreve expressamente aquela reivindicação [35]. Mas, talvez mercê do escrito que em sua defesa o próprio Case veio a publicar em 1925 [36], e onde rememorava, aliás de um modo incompleto e insuficiente, as principais indicações do seu primeiro opúsculo, veio progressivamente a reconhecer-se o seu lugar na história da análise genética do pensamento aristotélico [37]. Assim, na conferência pronunciada por Ross em 1957 sobre «The Development of Aristotle's Thought» fala-se já de Case, de forma um tanto empolada, como «um pioneiro» [38]. E, desde então, o reconhecimento do seu papel

---

[33] «El principal propósito de este libro será, por consiguiente, mostrar por vez primera, y mediante los fragmentos de las obras perdidas y el análisis de los tratados más importantes, que en su raíz hay un proceso de desarrollo.» (*Aristóteles*, p. 15; mas cf. pp. 11-15.)

[34] «Critical Notice: *Aristoteles*: *Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*», *Mind*, 33, 1924, pp. 192-198.

[35] «The questions raised have hitherto been almost completely neglected, except for a former book by the same writer on the composition of the *Metaphysics*.» (Art. cit., p. 192.)

[36] «The Development of Aristotle», *Mind*, 34, 1925, pp. 80-86.

[37] Entre outros autores, isso já é apontado por exemplo por Nuyens (cf. *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, pp. 3-6), para quem, a despeito da «différence fort notable» que é necessário reconhecer entre Jaeger e os seus precursores, a evidência dos progressos produzidos por estes permite afirmar que é «à tort, sans aucun doute, que M. Jaeger s'attribue la découverte de l'évolution d'Aristote» (*op. cit.*, p. 5).

[38] Que ele de facto foi, mas porventura não de molde a justificar o tom deslocadamente patriótico que Ross aqui adopta: «We may in this country take some pride in the fact that, as Lewis Campbell had been the pioneer in showing the way to a true chronology of Plato's dialogues, a British scholar was the pioneer in showing the way towards not only a chronology of Aristotle's works

não tem deixado de figurar, com o devido destaque, nas retrospectivas desta questão [39].

Nada disto minimiza o valor da revolução jaegeriana, nem no projecto nem na concretização. Pois só com a obra de Jaeger a aproximação genética ao pensamento aristotélico é entendida e levada a cabo como um *programa sistemático*. Mas situa-a no contexto em que ela emerge e de que em boa medida depende.

O que é que caracteriza essa revolução?

Sem dúvida, o projecto de aplicar a Aristóteles o ponto de vista que tanto havia feito progredir os estudos platónicos desde a segunda metade do século XIX [40]. Mas, antes de mais, a ideia de ler o pensamento aristotélico de acordo com a sua verdade intrínseca, isto é, de acordo com o modelo biológico que o anima e estrutura [41].

---

but also the tracing of a development of doctrine within them. This scholar was Thomas Case, Professor of Moral and Political Philosophy at Oxford from 1894 to 1904, and President of Corpus from 1904 to 1924.» (*Articles on Aristotle*, I, p. 1.)

[39] Veja-se, por exemplo, Décarie, *Éthique a Eudème*, pp. 9-10, e Witt, «The Evolution of Developmental Interpretations of Aristotle», n. 3, pp. 67-68; nalguns casos, regressa-se ao tom exagerado: «L'initiateur de l'étude génétique d'Aristote, Th. Case…» (Dumoulin, «L'ousia dans les *Catégories* et dans la *Métaphysique*», p. 68, n. 17). Chroust e Guthrie situam-se sob este aspecto a contracorrente, sublinhando sobretudo, com justeza, mas também com alguma unilateralidade, o carácter original da obra de Jaeger: cf. respectivamente «The First Thirty Years of Modern Aristotelian Scholarship», pp. 27-28, e *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 3-4. Isto é particularmente manifesto nos termos apologéticos do primeiro autor: «The publication of these two works […] marks not only the first truly decisive break in our whole approach to Aristotle and his works; it also constitutes the most radical innovation in the treatment of the historical Aristotle. More than that: it determined once and for all the most general direction in which all future Aristotelian scholarship would have to proceed. […] Hence it might be contended that modern Aristotelian scholarship starts in 1912 or, to inject a personal note, with Werner W. Jaeger.» (Art. cit., p. 32.)

[40] Para esta alegação na pena do próprio Jaeger, cf. *Aristóteles*, pp. 12, 14--15, 23-24.

[41] É este com efeito o principal argumento que Jaeger avança desde as primeiras linhas da obra: «Aristóteles fué el primer pensador que se forjó al mismo tiempo que su filosofía un concepto de su propia posición en la historia; con ello fué el creador de un nuevo género de conciencia filosófica, más responsible e intimamente complejo. Fué el inventor de la idea de desarollo intelectual en el tiempo, y vió incluso en su propia obra el resultado de una evolución exclusivamente dependiente de su propia ley. […] Era, por consiguiente, filosófico y aristotélico a la vez seguirle en esto, y tratar de entenderle por medio de los supuestos partiendo de los cuales había construído sus propias teorías.» (P. 11.)

Os objectivos do seu programa estão bem identificados desde o início da obra: «dilucidar o fenómeno do seu desenvolvimento intelectual» [42], conhecer «o desenvolvimento orgânico da sua personalidade» [43], alcançar a «inteligência histórica» do pensamento aristotélico [44].

Aqui se aprecia bem a justeza da análise de Witt quando fala em «evolucionismo psicológico» ou «biográfico» a propósito do projecto que tem o seu paradigma no programa jaegeriano: trata-se de facto de traçar a biografia intelectual de Aristóteles, como chave para o esclarecimento da sua filosofia.

O princípio que preside à reconstrução jaegeriana é um único: a evolução de Aristóteles é determinada por um progressivo afastamento do platonismo e uma progressiva aproximação ao naturalismo.

Há neste ponto, todavia, duas qualificações importantes a fazer.

A primeira é a de que o afastamento em relação a Platão nunca é completo: Aristóteles parte do platonismo, afasta-se progressivamente dele, mas permanece sempre nele, ou, de outro modo, o platonismo permanece sempre nele [45]. Em vez de afastamento, poder-se-ia falar talvez melhor num esgotamento progressivo, mas nunca completamente consumado, do «princípio platónico» em Aristóteles.

A segunda é que há um sector reservado em que o platonismo nunca interferiu: para Jaeger, Aristóteles era, desde o início, «completamente independente de Platão na esfera da lógica e da metodologia» [46].

Com estas qualificações, o princípio converte-se facilmente num critério de datação relativa: uma obra é tanto mais antiga quanto mais platónica (ou mais especulativa, ou mais teológica, ou menos empirista) e tanto mais recente quanto menos platónica (ou menos especulativa, ou mais descritiva, ou mais naturalista). É esse o critério constante de que Jaeger se servirá para estabelecer a evolução do pensamento aristotélico.

E mais à frente: «Es el propio Aristóteles quien muestra la estrecha relación entre desarollo y forma […] Es una de esas casi incomprensibles paradojas en que abunda la historia del conocimiento humano el que jamás hasta ahora se haya aplicado el principio del desarrollo orgánico a su creador.» (P. 12.)

[42] *Ibid.*, p. 10.

[43] *Ibid.*, p. 12.

[44] *Ibid.*, p. 15.

[45] Cf. *op. cit.*, p. 21.

[46] *Ibid.*, p. 60.

Munido de um tal critério, Jaeger reconduz então o pensamento aristotélico a um esquema em três fases [47].

A primeira fase, das *Jugendwerke*, é a fase «dogmaticamente platónica» [48], que se desenrola até à morte de Platão.

Pertence a esta fase a maior parte dos escritos exotéricos (o *De philosophia* e o *De ideis*, que pertencem à segunda fase, e o *Sobre as Colónias*, que se inclui na terceira, constituem a excepção), bem como os *Tópicos* [49] e as partes mais antigas da *Física*, isto é, os livros I-VI [50].

A segunda fase (dos *Wanderjahre*) é entendida como um período de transição, sem identidade própria senão a que lhe é dada pelo progressivo abandono do platonismo, revelado em particular pela crítica à teoria das ideias: «criticou, refez e tornou-se independente», eis como se lhe refere [51].

É difícil ordenar cronologicamente as muitas obras que, segundo Jaeger, foram escritas nesta fase (a quase totalidade dos mais importantes tratados escolares).

Podemos, no entanto, resumir essa ordem do seguinte modo:

1) O primeiro momento é ocupado pelos escritos dedicados à crítica à teoria das ideias: *De philosophia* e *De ideis;*
2) Seguem-se, num mesmo estrato cronológico, as formas originais de três grandes domínios da filosofia aristotélica: a *Urmetaphysik*, a *Urethik* e a *Urpolitik;*
3) Na *Urmetaphysik*, encontramos os seguintes livros: Α, Β, Γ, Ε [52], Κ 1-8, Λ (excepto o capítulo 8), Μ 9 (a partir de 1086a21) e 10, Ν;
4) A *Urethik* corresponde à *Ética a Eudemo;*

---

[47] Em geral, as datações de Jaeger são extremamente escassas e meramente indicativas («depois de…», «antes de…», «na mesma época…»). Como observa justificadamente Nuyens, «Il faut reconnaître d'ailleurs que la chronologie des divers écrits pris à part ne ressort guère de l'exposé fait part M. Jaeger lui-même» (*L'évolution de la psychologie d'Aristote*, pp. 115-116, n. 90). É necessário portanto restituí-las a partir das indicações deixadas.

[48] *Aristóteles*, p. 147.

[49] Pelo menos em parte: cf. *op. cit.*, p. 61, n.

[50] Cf. *ibid.*, pp. 185, 339-340.

[51] *Ibid.*, p. 147.

[52] A datação destes dois livros tem de ser inferida, porque Jaeger é pouco claro a seu respeito. A sua pertença à *Urmetaphysik* é, todavia, relativamente consensual.

5) A *Urpolitik* engloba a *Política* II-III, VII-VIII, isto é, as partes «especulativas», sobre o Estado ideal;
6) Contemporâneos dos anteriores são os restantes tratados de física e cosmologia [53]. O Livro III do *De anima* poderá pertencer também a esta época;
7) Num segundo período desta mesma fase, surgem os livros remanescentes da *Metafísica*, nomeadamente os *Substanzbücher* [54];
8) Deste mesmo subperíodo parece ser a *Ética a Nicómaco*, de que, no entanto, não se fala senão como contrapólo posterior da *Ética a Eudemo* [55].

Finalmente, a terceira fase *(Meisterzeit)* é a fase caracteristicamente aristotélica, marcada pelas pesquisas naturalistas e pela elaboração de recolhas e compilações. Consequentemente, pertence a esta fase a generalidade dos tratados biológicos, o *De anima* (pelo menos I-II), a parte «empírica» da *Política* (IV-VI + I), a recolha das *Constituições* e a *Metafísica* Λ 8 e Μ 1-9 1086a21.

Jaeger descreve-a do seguinte modo [56]:

> Agora, que lográmos precisar o espírito e a direcção da sua obra durante os anos médios, vemos que a

[53] Nuyens parece entender que Jaeger teria colocado estes livros na primeira fase (cf. *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, p. 121); sob este aspecto julgamos que está enganado: o local da obra em que os trata (na secção relativa aos *Wanderjahre*), o facto de só em relação à *Física* I-VI dizer que pertence à primeira fase e, finalmente, a circunstância de indicar expressamente como ordem de redacção *Ph.* I-VI à *Cael.* à *GC* à *Mete.* (cf. p. 337) parecem indicar com segurança que Jaeger ligava estes títulos à segunda fase.

[54] Para a inclusão dos livros da *Metafísica* nesta fase, que nunca é afirmada expressamente, vejam-se os argumentos de Nuyens em *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, pp. 10 e 175-176. Chroust («The First Thirty Years of Modern Aristotelian Scholarship», p. 32) coloca-os na terceira fase; mas, se ele tivesse razão, todas as críticas que imediatamente se ergueram contra o simplismo da dicotomia jaegeriana entre metafísica e naturalismo não teriam sentido, o que tornaria incompreensível o silêncio posterior de Jaeger a este respeito.

[55] Nuyens (*L'évolution de la psychologie d'Aristote*, p. 189) considera que Jaeger coloca o tratado na última fase; julgamos que os argumentos utilizados pelo próprio Nuyens para considerar que os *Substanzbücher* são da segunda fase (cf. p. 10) valem também para a *Ética a Nicómaco*: em particular (1) Jaeger só fala dela na secção relativa aos *Wanderjahre* e (2) o período do Liceu parece ser reservado para as pesquisas «positivas». Chroust («The First Thirty Years of Modern Aristotelian Scholarship», p. 32) subscreve também o ponto de vista de Nuyens.

[56] *Op. cit.*, p. 373.

última fase, a de Atenas, se distinguiu muito claramente da anterior. A especulação audaz e as extensas investigações empíricas, que segundo a opinião precedente se verificaram conjuntamente no estreito espaço do último período, estão agora separadas no tempo. As bases da sua filosofia ficaram completadas no período médio — tomando «filosofia» no sentido estrito em que os estudiosos empregam sempre o termo e por conseguinte excluindo as suas gigantescas investigações nos domínios das ciências da natureza e do homem. Aristóteles começou o seu desenvolvimento filosófico seguindo Platão; a seguir, passou a criticá-lo; mas no seu terceiro período apareceu algo totalmente novo e original. Aristóteles voltou-se para a investigação empírica dos detalhes e, mediante uma aplicação consequente do seu conceito de forma, veio a ser nesta esfera o criador de um novo tipo de estudo.

No imediato, as reacções à obra de Jaeger e ao novo modo de equacionar o pensamento aristotélico que ela propõe variaram entre as adesões incondicionais (de que a mais entusiástica é talvez a de Praechter na sua edição do *Grundriß der Geschichte der Philosophie*) [57] e as adesões com reservas (de que a mais severa é decerto a de A. Mansion no notável ensaio «La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents») [58].

De entre os contemporâneos, só Von Arnim pôs sistematicamente em causa os resultados de Jaeger, propondo, no entanto, outros em que a perspectiva genética está igualmente suposta [59].

---

[57] Cf. I, 192612, p. 360: «Es ist das Verdienst W. Jaegers in seinen Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles und namentlich seinem Werke über Aristoteles durch eindringende Analyse der Schriftfragmente und Schriften dem Entwicklungsgedanken zu seinem Rechte verholfen und damit das volle Verständnis des Philosophen erst erschlossen zu haben. Denn wie überall so ist auch hier die genetische Erkenntnis eine unerläßliche Voraussetzung wahren Verstehens.»

[58] Ver em particular p. 464: «Dès lors, cette chronologie est, dans bien des cas, fort mal assurée et ne peut dans l'ensemble être regardée comme définitive. Mais, en même temps, et dans ce même domaine de la chronologie, les études de W. J. abondent, malgré tout, en indications utiles dont plusieurs sont des vraies trouvailles. Tout en jugeant qu'en somme son travail est en grande partie à refaire, on devra reconnaître que cette construction nouvelle ne serait possible qu'en utilisant ses matériaux.»

[59] Cf. especialmente «Zur Entstehungsgeschichte der aristotelischen Politik» (1924), «Die drei aristotelischen Ethiken» (1924), «Zu W. Jaegers Grundlegung der

E o facto é que, se quisermos ser inteiramente rigorosos, só a própria pressuposição de que Aristóteles evoluiu, a persistência com que essa pressuposição é convertida em trabalho aturado e escrupuloso dos textos e, principalmente, a análise de certos tratados nos seus estratos originários (que, como vimos no estudo anterior, os catálogos antigos justificam), juntamente com alguns meritórios resgates aos espúrios e uma ou outra datação até agora não ameaçada pelos trabalhos subsequentes, podem ser contados como ganhos indiscutíveis do programa jaegeriano.

Isto já é muito.

Mas tudo o mais, dos princípios aos métodos utilizados e destes aos resultados obtidos, não sobrevive a uma crítica mais exigente.

Não é difícil apontar as principais debilidades desse programa. Quase todas elas foram já, num momento ou noutro, invocadas.

Do ponto de vista dos supostos, toda a reconstrução vive, como vimos, de um único princípio, a saber, o de que Aristóteles se afasta progressivamente do platonismo e se aproxima cada vez mais do naturalismo. Como foi imediatamente notado, há um óbvio simplismo na presunção da linearidade e uma não menos óbvia arbitrariedade na determinação dos pólos entre os quais ela se desenrola.

Que Aristóteles tenha partido do platonismo, embora seja meramente conjectural, tem ainda assim a seu favor o facto histórico indesmentível da sua permanência na Academia durante a época da juventude (que, todavia, apenas *convida* à conjectura, não a substancia), bem como o teor e o estilo de algumas (poucas) obras de que subsistem fragmentos e cuja redacção pode com alguma segurança ser situada por essa época [60].

Mas que ele se tenha aproximado progressivamente do naturalismo, ou apenas que ele se tenha afastado *cada vez mais* do platonismo, é o que não tem visivelmente outro fundamento senão a convicção pessoal do autor.

Entwicklungsgeschichte des Aristoteles» (1928) e «Die Entwicklung der aristotelischen Gotteslehre» (1931). Estes estudos deram origem a intermináveis polémicas acerca da datação das *Éticas* e dos livros da *Metafísica* e da *Política*, cuja história é bem resumida por Chroust em «The First Thirty Years of Modern Aristotelian Scholarship», pp. 42-52. Para a análise do projecto jaegeriano, é sobretudo a recensão que importa, na medida em que nela Von Arnim desmonta alguns vícios das metodologias aplicadas por Jaeger.

[60] Acerca das quais vale a pena, contudo, recordar o último capítulo do estudo precedente.

Não existe absolutamente nenhum dado, interno ou externo à obra de Aristóteles, nesse sentido. E o único que o poderia assegurar, a saber, a datação tardia dos escritos «naturalistas», só pode por sua vez ser garantido se se presumir a própria orientação prescrita no princípio.

Por outro lado, tudo na obra de Aristóteles milita contra a dicotomia jaegeriana entre «especulação» e «investigação empírica». Não só determinados dados, a que voltaremos, levam a crer que Aristóteles trabalhou permanentemente as duas vertentes em simultâneo, como *os próprios escritos* que Jaeger distribui por uma e por outra mostram a sua mútua e estreita interdependência: os tratados «especulativos» testemunham o benefício da informação empírica em que se baseiam e principalmente o débito de alguns dos seus conceitos fundamentais em relação a uma observação dos φαινόμενα (é o que sucede, por exemplo, com o par matéria/forma em relação às observações biológicas), tal como os tratados «empíricos» testemunham a presença estruturante de esquemas, princípios, noções e doutrinas de índole metafísica (de que nomeadamente os de zoologia estão recheados).

Estes apontamentos ajudam a situar as mais importantes limitações estruturais da metodologia adoptada por Jaeger.

Como claramente resulta do que precede, tal metodologia está desde logo condicionada pelo apriorismo do esquema evolutivo, o qual não é descoberto pelo levantamento historicamente bem fundado da sucessão dos escritos de Aristóteles, mas pressuposto como uma grelha para a própria seriação cronológica dos escritos.

Daqui decorre uma inevitável, e insanável, circularidade.

Na falta de outras informações (o que é a regra e não a excepção), só é possível dizer, por exemplo, que os escritos de crítica à teoria das ideias foram redigidos no início dos *Wanderjahre* se se supuser que Aristóteles se manteve «dogmaticamente platónico» durante todo o período académico. Mas só se pode *saber* que ele se manteve «dogmaticamente platónico» durante todo o período académico se se souber que os escritos de crítica à teoria das ideias foram redigidos depois.

Do mesmo modo, só se pode afirmar que Aristóteles se encaminhou progressivamente para o naturalismo se as obras «empíricas» tiverem sido escritas em último lugar. Mas só se pode determinar que as obras «empíricas» foram escritas em último lugar se justamente se presumir que Aristóteles se encaminhou progressivamente para o naturalismo.

Acresce que os elementos suplementares de que Jaeger faz uso são em regra muitíssimo falíveis, quando não extremamente discutíveis.

De entre os últimos, avultam as numerosas hipóteses de recorte psicológico que constituem parte substancial do argumento desenvolvido na sua obra e que, por mais penetrantes que sejam, não deixam por isso de ser menos conjecturais.

De entre os primeiros, situa-se a dependência em que Jaeger se encontra em relação a textos fragmentários e testemunhos de fiabilidade duvidosa, a partir dos quais monta as suas reconstruções das obras perdidas, em que repousa nomeadamente todo o estabelecimento da «fase platónica» e da ruptura com o platonismo.

Neste ponto, Jaeger é apenas um de entre os muitos que, antes e depois dele, se dedicaram à arriscada tarefa de *reconstruir*, sem parecer dar-se conta de que aquilo a que, por motivos mal esclarecidos, desde o século XIX se chama «os fragmentos de Aristóteles» são em grande parte simples testemunhos, muitos sem referência ao conteúdo dos textos e alguns sem sequer uma relação inequívoca com eles.

O caso paradigmático é, como já vimos, o *Protréptico*, cujos corpulentos «fragmentos» não são, na sua maioria, senão largos excertos esbulhados à obra homónima de Jâmblico, em obediência a uma intuição que um famoso erudito oitocentino decidiu em dado momento partilhar [61].

Finalmente, um aspecto particularmente característico da metodologia jaegeriana, mas que ele usa com bastante moderação se comparado com alguns do seus seguidores, consiste na aplicação de uma técnica «cirúrgica» que lhe permite retalhar tratados de que não existe qualquer registo de que em algum momento tenham sido precedidos pela existência separada dos seus livros constituintes (a *Política* é o caso mais evidente).

Este aspecto merece destaque especial porque é inerente ao projecto genético de Jaeger: a partir do momento em que se considera que tudo o que é mais «platónico» foi escrito primeiro e tudo o que é mais «naturalista» foi escrito depois, é-se obrigado a fragmentar todos os tratados em que convivam as duas putativas tendências rivais.

---

[61] Tratámos o assunto no último capítulo do estudo anterior, para o qual remetemos o leitor.

O problema, evidentemente, é que, ao fazê-lo, corre-se o risco de pôr em causa uma unidade bem documentada historicamente (como é justamente o caso da *Política*, que todos os catálogos antigos atestam na sua forma actual). E, portanto, das duas uma: ou se aplica consistentemente o princípio, fazendo tábua rasa das evidências históricas (o que significa reconhecer o cego apriorismo da metodologia seguida); ou se abdica de aplicar o princípio nesses casos, assim reconhecendo que ele não reflecte de facto a evolução de Aristóteles (pelo que deve ser abandonado).

A opção de Jaeger foi, naturalmente, a primeira.

No que contêm de estrutural, todas estas observações se aplicam também, em maior ou menor grau, à generalidade dos ensaios posteriores sobre a evolução de Aristóteles e circunscrevem, portanto, fragilidades constitutivas da abordagem genética do pensamento aristotélico como tal.

É apenas no que toca aos resultados que a crítica afecta especificamente o programa jaegeriano.

O carácter precoce dos estudos empíricos em biologia, contra a sua integração jaegeriana na última fase, fora já antes de Jaeger patenteado pela observação de D'Arcy Thompson acerca do número de referências a localizações da Ásia Menor na *História dos Animais* [62].

Correlativamente, o abandono da actividade especulativa na última fase da sua «evolução» é não apenas pouco credível em si mesmo, como seria desmentido pelo carácter metafísico dos supostos que enformam os tratados biológicos, se de facto estes tivessem sido redigidos no período do Liceu. Acresce que as datações mais recentes da *Metafísica* vão no sentido de o tratado ter continuado a ser adicionado neste período [63].

Finalmente, a fragmentação de certas obras em estratos evolutivamente diferenciados é posta em causa pela sua leitura filo-

---

[62] Cf. *supra*, nn. 6-7. A observação deste autor foi alargada e sistematicamente trabalhada por Lee em «Place-Names and the Date of Aristotle's Biological Works», que constitui ainda o ensaio de referência a este respeito. Note-se que a única cronologia «desviada» do *corpus* biológico (a de Balme) caracteriza-se por *antecipar* os tratados zoológicos (com excepção da *História dos Animais*) para a fase da Academia: ver «The place of Biology in Aristotle's Philosophy», pp. 12-18. Para um desenvolvimento mais circunstanciado deste tópico, veja-se o próximo estudo, capítulo II.

[63] Todas as cronologias dos livros centrais da *Metafísica* posteriores à jaegeriana situam-nos, sem excepção, depois de 335 a. C. (isto é, no terceiro período de Jaeger). Ver o apêndice IV.

sófica, que revela uma unidade profunda [64], o cruzamento dos métodos utilizados por Jaeger dá por vezes resultados contraditórios [65], muitas datações particulares parecem hoje ultrapassadas (com notáveis excepções, paradigmaticamente, o *De anima*) e a extensão do projecto a outras tem sido contestado (é esse tradicionalmente o caso da *Política*) [66].

Algumas contradições merecem também registo: para quem, como Jaeger, sustenta com veemência que Aristóteles parte de uma posição de «platonismo dogmático» e sugere por considerações biográficas e psicológicas que outra coisa não seria de esperar de um espírito jovem que se vê desde o final da adolescência envolvido no ambiente da Academia e «fascinado» pela figura magistral de Platão [67], não deixa de ser absolutamente inesperado que se conceda que «o jovem Aristóteles era completamente independente de Platão na esfera da lógica e da metodologia».

Se Aristóteles era, desde o início, «completamente independente» em lógica e metodologia, por que não haveria de sê-lo igualmente em ontologia, em ética ou em política? Parece haver aqui uma imputação implícita de inépcia ao platonismo naquelas áreas, imputação que um largo consenso contemporâneo leva a recusar como historicamente falsa, nem que seja porque, como

---

[64] Para um exemplo, veja-se a reconstituição da unidade *Metafísica* tal como a propomos no apêndice II.

[65] Como foi concludentemente mostrado por Von Arnim na recensão mencionada *supra*, n. 59.

[66] Cf. Barker, *The Politics of Aristotle*, p. XLII; Ross, «The Development of Aristotle's Thought», *Articles on Aristotle*, I, pp. 6-8; Lord, *The Politics of Aristotle*, pp. 8-17; Pellegrin, «La *Politique* d'Aristote: unité et fractures». Todos os aspectos relativos aos resultados, e em particular os dois primeiros, constituíram o objecto de muitas objecções na imediata (e, o mais das vezes, calorosa) reacção à obra de Jaeger; vejam-se especialmente Taylor, «Critical Notice» (1924), A. Mansion, «La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents» (1927) e Mure, *Aristotle* (1932), pp. 268-274. Para outros apontamentos críticos ao empreendimento jaegeriano, vejam-se ainda Nuyens, *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, pp. 10 e 23; Allan, *The Philosophy of Aristotle*, p. 11; Ross, «The Development of Aristotle's Thought», *Articles on Aristotle*, I, pp. 6-13; Randall, *Aristotle*, pp. 21-22 e 28-31; Grene, *A Portrait of Aristotle*, pp. 27-31; Lloyd, *Aristotle*, pp. 22-24; Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 29-30; Schütrumpf, «Einige wissenschaftsgeschichtliche Voraussetzungen von W. Jaegers Aristotelesdeutung», pp. 218-224.

[67] Veja-se a longa descrição do período académico, a pp. 19-51.

boa parte dos autores modernamente supõe, a lógica, e, em particular, a silogística aristotélica, arranca da prática dialéctica da Academia [68].

---

[68] Esta tese foi pela primeira vez sugerida por Brandis em *Über die Reihenfolge der Bücher des aristotelischen Organon* (1833) e modernamente retomada e desenvolvida por E. Kapp («Syllogistik», *RE*, 4 A, 1931, cols. 1057-1067; *Greek Foundations of Traditional Logic*, 1942, pp. 3-19, 60-74, 83-85). Veja-se uma esplêndida síntese no final do artigo deste último: «Aristotle constructed logic on the basis of a dialectic which has been purely realised only once in the history of Western philosophy; for it was in this form that genuine philosophy had been presented to him in his early years» (p. 47 da reedição). Na linha desta tese situam-se: K. Oehler (*Die lehre vom noetischen und dianoetischen Denken bei Platon und Aristoteles*, pp. 13-17), P. Aubenque («La dialectique chez Aristote», pp. 14--18), P. Moraux («La joute dialectique d'après le huitième livre des Topiques», p. 311, n. 4), M. Frede («Stoic vs. Aristotelian Syllogistic», *Essays in Ancient Philosophy*, p. 110), T. Engberg-Pedersen («More on Aristotelian *Epagoge*», p. 302), J. Hintikka («The Varieties of Being in Aristotle» e «On the Development of Aristotle's Ideas of Scientific Method and the Structure of Science», pp. 87-89) e S. Knuuttila («Remarks on Induction in Aristotle's Dialectic and Rhetoric», p. 79). De um modo mais geral, a filiação da lógica na dialéctica foi igualmente defendida por Bochenski (*Ancient Formal Logic*, p. 16), Owen («The Platonism of Aristotle», *Logic, Science and Dialectic*, pp. 203-207) e Düring (*Aristoteles*, pp. 54--55), bem como mais recentemente por P. Theodorakopoulos («Relations between Aristotle and Plato», p. 1). E. Weil, outro autor moderno que muito contribuiu para a revalorização da dialéctica, em particular contra a tese da sua alegada «nulificação» após a descoberta da analítica (sustentada por Solmsen em *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, p. 26; cf. pp. 58-72 e «Dialectic without the Forms», especialmente pp. 53-55), insiste sobretudo no *paralelismo* entre analítica e dialéctica (veja-se «The Place of Logic in Aristotle's Thought», pp. 90, 98, 100, 107 e *passim*), o que é reforçado pela sua datação heterodoxa dos *Tópicos* (*ibid.*, pp. 107, 109-112). Explicações alternativas para a origem da teoria do silogismo foram igualmente propostas. Assim, H. Maier (*Die Syllogistik des Aristoteles*, II 2, pp. 77-80; seguido por Le Blond, *Logique et méthode chez Aristote*, pp. 59-73; I. M. Bochenski, *Ancient Formal Logic*, p. 18, cf. p. 46; M. Kneale, *O Desenvolvimento da Lógica*, pp. 12, 69-70; cf. M. Ferejohn, *The Origins of Aristotelian Science*, pp. 15-37) reconduziu-a à *diairesis* platónica (tese justificadamente contestada por Ross em «The Discovery of the Syllogism», pp. 251-252, e por P. Pellegrin em «Division et syllogisme chez Aristote»). Por seu lado, P. Shorey («The Origin of the Syllogism», *CPh*, 19, 1924, pp. 1-19; retomado e prolongado por Ross no artigo citado, pp. 269-272, e em *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, pp. 25-27; cf. A. Mansion, «L'origine du syllogisme et la théorie de la science chez Aristote», p. 58) encarou-a como um desenvolvimento da observação contida no *Fédon* 104e-105b, segundo a qual a designação de determinados itens não se aplica apenas a eles como também àquilo a que eles necessariamente pertencem (assim a imparidade em relação aos números naturais não divisíveis por 2, ou o frio em relação à neve) e não é excluída apenas do seu oposto como

Mas o ponto fundamental não é evidentemente este: o ponto fundamental é que Jaeger está pronto a dar de barato a «completa independência» do «jovem Aristóteles» em certas áreas que inexplicavelmente lhe recusa noutras.

Para os que não se deixam convencer com facilidade pela imagem de um jovem Aristóteles «dogmaticamente platónico» [69],

---

do oposto daquilo a que eles necessariamente pertencem (assim a imparidade em relação aos números naturais divisíveis por 2, ou o frio em relação ao fogo), observação que conteria em germe esquemas silogísticos em *Barbara* e em *Celarent* (tal como aliás a afirmação de que é o fogo e não o calor a causa mais apropriada para o facto de o corpo estar quente ou a unidade e não a imparidade a causa κομψοτέρα de um número ser ímpar conteria em germe a noção de termo médio). Todas estas propostas se cruzam, no entanto, na comum atribuição de um fundo platónico ou académico ao silogismo, embora difiram no exacto teor dessa filiação. Pelo contrário, para G. Ryle, foi o próprio Aristóteles quem introduziu o ensino da dialéctica na Academia, interdito até aí por Platão aos menores de trinta anos, nos termos bem conhecidos da *República*: «In book vii of the *Republic* (537-9) Socrates sternly forbids anyone under thirty years to participate in questioner--answerer disputation… Plato adhere to this ban. He did not any longer teach dialectic, or therefore teach philosophy to the young men, though it was with his full approval that Aristotle introduced the teaching of dialectic into the Academy's curriculum fairly early in the 350's.» («Dialectic in the Academy», p. 71.) Mas o único argumento de Ryle, a saber, a declaração final das *Refutações Sofísticas* segundo a qual o autor teve de arrancar do zero na área de estudos a que hoje chamamos lógica (cf. pp. 71-72), não prova evidentemente que a prática da dialéctica comece com Aristóteles (antes presume o contrário), mas apenas que *a teorização dessa prática* não teve predecessores e lhe é inteiramente devida. Finalmente, para um estudo inteiramente construído no pressuposto da absoluta novidade da teoria do silogismo (na esteira das próprias palavras de Aristóteles em *SE* 34, 184b1), veja-se o artigo acima referido de P. Pellegrin.

[69] E há boas razões para isso, que aqui, compreensivelmente, teremos de omitir. Mas vejam-se os trabalhos de Düring a este respeito, em especial os ensaios «Aristotle and the Heritage From Plato» e «Did Aristotle Ever Accept Plato's Theory of Transcendent Ideas?», bem como as passagens atinentes da sua monumental obra *Aristoteles* (designadamente pp. 32-48). Este é um tópico obsessivo da sua vasta literatura: cf. «Problems in Aristotle's *Protrepticus*» (1954); «Aristotle in the *Protrepticus*» (1955); «Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century» (1956); *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition* (1957), em particular pp. 315-336; «Aristotle on Ultimate Principles from 'Nature and Reality'» (1960); *Aristotle's Protrepticus* (1961), em particular pp. 274-286; «Aristotle's Use of Examples in The *Topics*» (1963); e o verbete «Aristoteles» (1968). A denegação de uma fase platónica de Aristóteles remonta, no entanto, muito atrás. Nos tempos modernos, surge pela primeira vez com Bernays (*Die Dialoge des Aristoteles in ihrem Verhältnisse zu seinen übrige Werken*, de 1863), logo seguido por Diels («Über die exoterischen Reden des Aristoteles», de 1883) e por Susemihl («Die ἐξωτερικοὶ λόγοι bei Aristoteles und Eudemos», de 1884). Curiosamente, o próprio Jaeger adoptou esta

a meia admissão de Jaeger vale uma admissão inteira: não há nenhum motivo substantivo para crer na «completa dependência» do jovem Aristóteles em área alguma e há bastos motivos para crer na sua muito razoável independência em quase todas elas, ou, mais exactamente, na sua completa independência no que toca aos princípios fundamentais da sua filosofia [70].

Todavia, a contradição mais decisiva, porque mais intimamente dilacerante, do programa de Jaeger não é esta. E vale a pena apontá-la, porque nunca antes a vimos devidamente valorizada.

Para a situar, é necessário começar por reconhecer que o motivo último e mais profundo do projecto jaegeriano é a tentativa de superar a antinomia entre a tendência platónica e a tendência asclepíada que Theodor Gomperz considerava a grande linha de força constante do pensamento aristotélico [71].

O projecto genético, conduzindo de uma fase «dogmaticamente platónica» a uma fase de reconciliação «asclepíada», constituía, no espírito de Jaeger (se nos é permitido usar assim contra o seu progenitor o hábito arriscado das conjecturas psicológicas), o modo adequado de dissolver os dois pólos da aparente antinomia no fluxo coerente de um único desenvolvimento histórico [72].

---

tese num certo período (cf. *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, pp. 134-137), o que faz pensar que, quando ele falava em evolução, sabia do que estava a falar. No século passado, esta tese foi retomada por Cherniss (cf. *Aristotle's Criticism of Plato and the Academy*, pp. 488-494), Owen (em «Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle» e em «The Platonism of Aristotle»), Ryle (ver «Dialectic in the Academy»), Flashar (cf. «Der Kritik der platonischen Ideenlehre in der Ethik des Aristoteles») e ainda, mais recentemente, por Graham (*Aristotle's Two Systems*, pp. 303-308, 310-312) e Rist (*The Mind of Aristotle*, pp. 8-11, 38 e 46-52).

[70] Acresce que Aristóteles dificilmente poderia ser «completamente independente em lógica e metodologia» sem ter construído já a silogística e a teoria da ciência, as quais têm subjacente uma ontologia absolutamente incompatível com a platónica, de modo que a referida independência «em lógica e metodologia» e a adesão incondicional à teoria das ideias que Jaeger lhe imputa *desde o início* contradizem-se mutuamente. Como, todavia, Jaeger não sustenta que os *Analíticos* tenham sido redigidos na Academia, atribuindo-os antes aos *Wanderjahre*, devemos provavelmente supor que a «completa independência em lógica e metodologia» é para ser entendida num sentido tendencial.

[71] Cf. *Griechische Denker*, III, pp. 45-55.

[72] Chroust vê bem este ponto: cf. «Werner Jaeger and the Reconstruction of Aristotle's Lost Works», *Aristotle*, II, pp. 231, 268-269 e 468, n. 270.

Ora o problema é que, na reconstituição jaegeriana desse desenvolvimento, não são apenas os dois pólos da antinomia que subsistem, diligentemente separados no princípio e no fim do processo: é *a própria contradição* entre eles que sobrevive intacta e ilesa.

O fundamento desta afirmação não reside evidentemente no facto de Jaeger continuar a reconhecer um Aristóteles platónico e um Aristóteles asclepíada, se bem que separados por uma vida inteira: esse reconhecimento faz parte da solução e não já do problema.

Mas não reside tão-pouco na circunstância de Jaeger se limitar a afirmar a evolução do platonismo para o naturalismo sem em nenhum momento procurar justificá-lo (e uma tal evolução merecia decerto ser justificada), nem em ignorar consistentemente o facto histórico indesmentível de que o naturalismo fazia parte constitutiva da herança asclepíada de Aristóteles e, portanto, deveria ter-se manifestado desde o início [73], ponto em que a tese de Gomperz pode decerto reclamar justificação, nem ainda em ter de atribuir a Aristóteles um progresso paradoxal que o leva da mais fecunda especulação nos mais variados domínios à lassitude chã de um mero coleccionismo de factos [74].

A razão pela qual a contradição entre o Platónico e o Asclepíada sobrevive em Jaeger é que, nos próprios supostos da sua reconstrução da evolução aristotélica, a tendência platónica e a tendência asclepíada convivem conflitualmente como *explicações divergentes* dessa mesma evolução.

É fácil confirmá-lo.

---

[73] Este aspecto foi bem posto em evidência por vários autores: veja-se em especial A. Mansion, «La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents», p. 335, e Ross, «The Development of Aristotle's Thought», p. 9; cf. Lloyd, *Aristotle*, p. 3.

[74] É aquilo para que Taylor aponta quando sugere que «there is a point of view from which the 'progress' of Aristotle appears as the tragic story of a man who is gradually losing his soul» («Critical Notice», p. 197). Mas cf. também Ross, «The Development of Aristotle's Thought», *Articles on Aristotle*, I, p. 8: «We may ask whether it is really likely that the metaphysical interest which appears so clearly in every book of the *Metaphysics* ever faded away into nothingness, or into such antiquarian pursuits as the compilation of the lists of victors in the games.» E novamente no final do artigo: «Still less can I agree with Jaeger's view that, having during the greater part of his life tried to be a hedgehog, Aristotle in the end realised that we was only a fox, and abandoned the study of general ideas for the tabulation of hard facts, for such things as the descriptions of the constitutions of Greek cities and the cataloguing of Olympic victors.» (P. 13.)

Nas páginas mais notáveis da sua obra, Jaeger retrata um Aristóteles intimamente movido por um *impetus* platónico que se mantém até ao fim da sua carreira e de que ele nunca se liberta inteiramente [75]. O retrato é tentador e aliciante: mas fica então por explicar o Aristóteles «totalmente novo e original» do período do Liceu, todo ele devotado à «investigação empírica dos detalhes» [76]. E o facto é que não vemos Jaeger em local algum a explicá-lo.

Contudo, ao mesmo tempo, em páginas não menos notáveis da obra, é ao modelo biológico *estruturalmente conatural* ao pensamento aristotélico [77] que se vai buscar inspiração para o próprio projecto de compreensão genética desse pensamento [78]: Aristóte-

---

[75] «Habiendo empezado por tratar de imitar y continuar ingenuamente la manera de Platón, acabó por distinguir entre la esencia durable y la formulación externa, la segunda de las cuales o depende de accidentes de la edad, o es algo único y, por ende, inimitable. Entonces trató de separar la forma conservando la esencia. De ser una forma perfecta vino la filosofía platónica a ser para él la materia o ὕλη con que hacer algo nuevo y más alto. Había aceptado las doctrinas de Platón con toda su alma, *y el esfuerzo hecho para descubrir su propia relación con ellas llenó su vida entera y es la clave de desarrollo de su espíritu*. Es posible distinguir un progreso gradual, en cuyos diversos estadios podemos percibir claramente el despliegue de su propia naturaleza esencial. *Hasta sus últimas producciones conservan algún vestigio del espíritu platónico, aunque más débil que los que se encuentran en las primeras*.» (P. 21, sublinhados nossos.) É esta noção, parece-nos, que justifica a afirmação um tanto obscura de Jaeger, quando declara: «Pues, pensamos, la mónada, que lleva intemporalmente dentro de sí el germen de todas las particularidades, *es* justamente el sistema.» (P. 12.) E ainda: «La vieja controversia de si Aristóteles entendió a Platón revela una completa falta de comprensión. Aristóteles parece pisar el mismo suelo y lucha con Platón por ver mejor, pero su victoria no consiste en refutarle, sino en imprimir el sello de su propia naturaleza sobre cada cosa platónica que toca.» (P. 182.)

[76] *Ibid.*, p. 373.

[77] «Es el propio Aristóteles quien muestra la estrecha relación entre desarrollo y forma; *el concepto básico de su filosofía* es el de la 'forma incorporada que vive y se desarrolla' (Goethe). La finalidad es, enseña, conocer la forma y la entelequia por medio de los estadios de su desenvolvimiento.» (P. 12, sublinhado nosso.) Note-se que a presença desta doutrina desde os livros centrais da *Metafísica*, por ele catalogados como produtos especulativos do período de transição (cf. pp. 25-261), torna impraticável a sugestão caritativa de que por «*su* filosofía» se entendesse aqui a filosofia «totalmente nova e original» do Liceu; de resto, segundo o próprio Jaeger, «las bases de su filosofía quedaron completadas en el período medio» (p. 373).

[78] Com efeito, é porque «es el propio Aristóteles quien muestra la estrecha relación entre desarrollo y forma» que se torna incompreensível, nas suas palavras, «que jamás hasta ahora se haya aplicado el principio del desarrollo orgánico a su creador» (p. 12).

les, pensador da evolução, seria ele próprio fruto de uma evolução que se faz e se reconhece a si mesma no seu percurso [79]. A hipótese tem porventura algumas ressonâncias anacrónicas: mas o problema, de novo, é que não se vê agora como enquadrar a adesão «dogmática» ao platonismo nesta radical autogestação que inesperadamente se vem reclamar para o pensamento aristotélico.

A contradição tem claramente o seu fundamento numa *hesitação*: por detrás da segurança exterior das hipóteses avançadas, do tom sempre afirmativo da exposição, das asserções categóricas e terminantes que recheiam a sua obra, Jaeger hesita até ao fim sobre se Aristóteles é um platónico ou se é um asclepíada, se a última justificação do seu pensamento reside numa pulsão platónica que desagua inesperadamente numa «investigação empírica dos detalhes» ou numa pulsão asclepíada longamente recalcada pelo fascínio do «dogmatismo platónico» que finalmente se reencontra consigo mesma na placidez bucólica das observações naturalistas.

E, sob este aspecto, o projecto genético de Jaeger, que deveria constituir em si mesmo a superação de uma tal hesitação, tem de ser cotado como um rotundo fracasso.

---

[79] «Fué el inventor de la idea de desarrollo intelectual en el tiempo, *y vió incluso en su propia obra el resultado de una evolución exclusivamente dependiente de su propia ley*.» (P. 11, sublinhado nosso.)

III

HISTÓRIA DA ABORDAGEM GENÉTICA DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO: OS PRIMEIROS CONTINUADORES

Dada a sua novidade e relevância, a obra de Jaeger gerou, e continua hoje a gerar, uma plêiade de continuadores.

De entre aqueles que se revelaram adeptos incondicionais da sua metodologia e de muitos dos seus resultados e que ao mesmo tempo procuraram levar o programa a zonas do *corpus* em que a intervenção de Jaeger se tinha cifrado por uma grande generalidade, devem contar-se três nomes.

O primeiro, P. Gohlke, procurou aplicar a metodologia de Jaeger ao estabelecimento da evolução de Aristóteles em física e biologia [1]. O segundo, F. Solmsen, autor de uma obra de muito maior magnitude e importância, cuja autoridade se faz ainda hoje sentir em diversos aspectos [2], dedicou-se à investigação da cronologia interna do que se poderia chamar o *Organon* albiniense, isto é, os tratados de lógica e de retórica [3].

Os seus resultados, em parte unanimemente aceites, em parte discutidos, conduzem à seguinte ordenação cronológica:

Top. I-VII → *Rh.* → *APo.* I → *Top.* VIII → *SE* → *APo.* II → *APr.*

---

[1] Trabalho que publicou em «Die Entstehungsgeschichte der naturwissenschaftlichen Schriften des Aristoteles», *Hermes*, 59, 1924, pp. 274-306.

[2] *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, Berlin, Weidmann, 1929.

[3] Ou, mais precisamente, à parte mais significativa deles, uma vez que as *Categorias* e o *De interpretatione* são ignorados.

O aspecto consensual da ordenação é a datação precoce dos *Tópicos*, que ele confirma, uma vez que o ponto estava já insinuado desde o ensaio de Brandis sobre a ordem do *Organon* [4]. De acordo com a pesquisa de Solmsen, a primeira parte dos *Tópicos* foi toda levada a cabo no período académico e o último livro estava concluído cerca de 343-342.

O aspecto polémico da ordenação é, naturalmente, a precedência dos *Segundos Analíticos* sobre os *Primeiros*, contra toda a tradição instituída a este respeito. O problema deu origem a uma longa controvérsia com Ross [5], mas até ao momento não existe posição canónica definida [6].

O terceiro nome, muito mais recente, é o de A.-H. Chroust, cujo trabalho tem incidido sobre a biografia aristotélica, a reconstrução dos *juvenilia* e o estabelecimento da sua cronologia, áreas onde tem dado um valioso, se bem que por vezes questionável, contributo [7].

Todavia, o mais original e influente dos continuadores de Jaeger, pela abrangência e novidade da sua proposta, foi sem dúvida F. Nuyens, a cuja obra, *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, devemos consagrar agora alguns momentos de atenção.

O objectivo enunciado a abrir o volume clarifica imediatamente o alcance do projecto que ele pretende levar a cabo: «utilizar os resultados obtidos por Jaeger para estabelecer uma cronologia mais bem fundada e mais satisfatória» [8].

Como é que ele se propõe cumprir esse desiderato?

---

[4] *Über die Reihenfolge der Bücher des aristotelischen Organons* (1833). A mesma perspectiva foi adoptada por Maier em *Die Syllogistik des Aristoteles* (II.2, 1900, pp. 78-82) e defendida por Hambruch em *Logische Regeln der platonischen Schule in der aristotelischen Topik* (1904).

[5] Marcada pelos seguintes momentos: Ross, «The Discovery of the Syllogism» (1939); Solmsen, «The Discovery of the Syllogism» (1941); Ross, *Aristotle's Prior and Posterior Analytics* (1949), pp. 6-23; Solmsen, «Aristotle's Syllogism and its Platonic Background» (1951).

[6] A ortodoxia continua a pender todavia para a ordem tradicional, a despeito de a defesa da datação de Solmsen ter sido empreendida por Barnes («Proof and the Syllogism») e por R. Smith («The Relationship Between Aristotle's Two *Analytics*»; «The Syllogism in the *Posterior Analytics* I»; «Immediate Propositions and Aristotle's Proof Theory»).

[7] Muitos dos seus ensaios estão reunidos nos dois volumes de *Aristotle*: *A New Light on His Life and Some of His Lost Works*, o primeiro dedicado à vida e o segundo dedicado às primeiras obras de Aristóteles.

[8] *Op. cit.*, p. 28.

Desde logo, corrigindo a metodologia de Jaeger em duas direcções: por um lado, utilizando um único critério para toda a avaliação textual e doutrinária do *corpus* (ao contrário de Jaeger, que havia utilizado critérios diferentes para tratados e áreas disciplinares diferentes, por exemplo, a crítica às ideias quando trata dos primeiros livros da *Metafísica*, a noção de prudência quando trata da ética, etc.); por outro, procurando em textos de datação previamente estabelecida as balizas dentro das quais proceder à seriação das restantes obras [9].

Nuyens adopta assim como critério a concepção aristotélica da relação entre alma e corpo, funcionando o *Eudemo* como *terminus a quo* e o *De anima* como *terminus ad quem* suficientemente estabelecidos [10].

A aplicação deste critério permitir-lhe-á complementar e rectificar os resultados de Jaeger em diversos aspectos, a saber:

1) Alargando a intervenção do método à totalidade da obra de Aristóteles;
2) Permitindo identificar a especificidade teórica do período médio, que, como estamos lembrados, Jaeger deixava como uma mera fase de transição incaracterística;
3) Corrigindo a caracterização jaegeriana do terceiro período, que deixa de ser entendido como a época das investigações «positivas»;
4) Alterando a datação proposta para algumas obras, designadamente dos livros centrais da *Metafísica*, que passam a situar-se no último período.

---

[9] Cf. *ibid.*, pp. 51-52.

[10] «Comparée à la méthode de M. Jaeger, celle que nous suivons dans nos recherches présente un grand avantage: nous n'utilisons qu'un seul critère, la conception d'Aristote touchant les rapports de l'âme et du corps dans l'être vivant. Pour l'application de ce critère, nous pouvons trouver des points d'attache dans presque tous les traités du *Corpus aristotelicum*. De plus, les écrits qui marquent le point de départ et le point d'arrivée dans l'étude du problème (à savoir l'*Eudème* et le *De Anima*) sont fixés de façon satisfaisante au point de vue chronologique. L'*Eudème* a été écrit peu après 354, le *De Anima* appartient aux dernières années de l'activité d'Aristote. Il nous est donc possible de classer, par ordre de date, les différents ouvrages du Stagirite, en fonction de ses vues sur les relations entre l'âme et le corps: il nous suffit d'observer si, en cette question, ils s'accordent avec l'*Eudème*, avec les ouvrages caractéristiques du 'stade de transition' ou avec le *De Anima*.» (Pp. 52-53.)

De 3) e 4) decorre o aspecto que Nuyens valoriza sobremaneira: «Aristóteles permaneceu metafísico até ao fim da sua carreira» e «filosofia e ciência positiva foram sempre por ele praticadas simultaneamente» [11].

No que toca ao esquema evolutivo resultante, Nuyens distingue, tal como Jaeger, três fases na evolução do pensamento aristotélico (entre as quais a primeira fase «platónica»), correspondentes também elas aos três grandes períodos da vida de Aristóteles, mas bem identificadas do ponto de vista das suas características doutrinárias, no que toca ao tópico que serve de critério.

Assim, enquanto o primeiro período (354-347) é marcado pelo dualismo alma/corpo, à maneira «platónica», o segundo (347-335) acompanha a solução instrumentalista que Aristóteles adopta para o problema e o terceiro (335-323) corresponde à emergência da doutrina hilemórfica.

Por cada uma destas fases distribuem-se os diversos escritos de Aristóteles, de acordo com uma sucessão cronológica que Nuyens estipula expressa e exaustivamente.

Limitamo-nos a sublinhar os aspectos mais relevantes e nomeadamente aqueles em que o autor se desvia dos resultados apresentados por Jaeger [12].

No que toca à primeira fase, existe um genérico consenso entre os dois estudiosos. Nuyens integra nela as obras exotéricas em geral (incluindo no entanto o *De philosophia*), bem como as *Categorias*, os *Tópicos* e as *Refutações Sofísticas*, a *Física* I-VI, o *De caelo* e o *De generatione et corruptione*.

Na segunda fase, coloca, a par de boa parte dos escritos que Jaeger também aí incluía, a maioria dos tratados biológicos, com excepção da *Geração dos Animais* e de alguns títulos dos *Parva naturalia*, com que se inicia o terceiro período, imediatamente a seguir a 335. As discrepâncias mais acentuadas com Jaeger são, para além da antecipação dos tratados biológicos, a inclusão na

---

[11] *Op. cit.*, pp. 53-54. A valorização deste resultado por parte de Nuyens não deriva de um desconforto pessoal com a tese de Jaeger, do qual se vê assim aliviado, mas do facto de ter sido sobretudo este aspecto o visado nas críticas à reconstrução jaegeriana no período que mediou a saída das duas obras; vejam-se a este respeito as referências do estudo anterior. Note-se, ademais, que todas as cronologias propostas posteriormente sufragaram a conclusão de Nuyens, o que é sem dúvida um caso raro de unanimidade nesta matéria.

[12] Para as propostas integrais de Nuyens, veja-se *infra*, apêndice IV.

segunda fase de todos os estratos da *Política* e a exclusão dela dos *Substanzbücher* e do livro Λ da *Metafísica*.

Ao terceiro período pertencem, além dos textos já mencionados, o *De anima* (situado cerca de 335-330) e, mesmo no final do período activo de Aristóteles (após 330), os livros remanescentes da *Metafísica*, Z, H, Θ e Λ [13].

Como é visível, o título da obra de Nuyens, em qualquer das duas versões (*Ontwiklelings-momenten in de zielkunde van Aristoteles*, no original neerlandês; *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, na tradução francesa), de modo algum faz justiça ao seu conteúdo efectivo.

Ao invés, ele é altamente enganador, uma vez que sugere que o objectivo da obra consiste em traçar a evolução de Aristóteles em psicologia ou fixar os momentos evolutivos da sua concepção de alma, quando aquilo de que na realidade se trata é de reconstituir a evolução global do pensamento de Aristóteles, atestada numa determinada cronologia do *corpus*, através do acompanhamento das alterações a que é sujeito o tratamento de um tópico que cruza transversalmente a totalidade desse pensamento e se encontra presente na quase integralidade das obras que integram esse *corpus*, a saber, justamente a concepção aristotélica da relação alma/corpo nos seres vivos.

O título da obra de Nuyens não corresponde, portanto, nem à ambição que a move, nem ao fôlego que a anima, nem à amplitude dos resultados a que chega. De facto, esta obra é, de entre toda a literatura produzida sobre o assunto, a que melhor se ser-

---

13 Tal como Jaeger, também Nuyens conheceu uma plêiade de adeptos (embora poucos continuadores) e, talvez mais do que Jaeger, um número invejável de críticos. De entre os grandes estudiosos de Aristóteles no nosso século, adoptaram expressamente os seus resultados J. M. Le Blond *(Aristote, philosophe de la vie)*, Drossaart Lulofs *(De Insomniis et De Divinatione per Somnum)*, Bourgey *(Observation et expérience chez Aristote)*, Ross *(Parva naturalia* e *De anima)* e Gauthier *(Étique à Nicomaque)*. As críticas mais consistentes vieram de Block («The Order of Aristotle's Psychological Writings»), Hardie («Aristotle's Treatment of the Relation Between the Soul and the Body») e principalmente Lefèvre *(Sur l'évolution d'Aristote en psychologie)*, que reencontraremos adiante (mas cf. ainda: Lloyd, *Aristotle*, pp. 24-25; Preus, *Science and Philosophy in Aristotle's Biological Works*, pp. 44-45). O sentido comum das críticas consiste em apontar a rigidez da distinção entre o período «instrumentalista» e o período «helimorfista», mostrando (*i*) que os dois tipos de explicação podem ser encontrados contemporaneamente nas mesmas obras e, mais do que isso, (*ii*) que os dois tipos de explicação não são, em Aristóteles, filosoficamente incompatíveis.

ve da erudição, da análise filosófica dos textos e de uma muito louvável dose de bom senso, para atingir resultados que, sem poderem ser considerados definitivos ou absolutamente estabelecidos (nunca nenhuns o serão), se perfilam, no todo, como histórico-filosoficamente razoáveis e bem fundados. Sem se poder dizer que é inexcedível, pode dizer-se que o tem sido até ao momento; e sem se poder garantir que estabelece *a* evolução de Aristóteles ou *a* cronologia dos seus escritos, pode afirmar-se que sustenta com bons argumentos uma cronologia plausível e que a partir dela sugere, em relação a um problema, uma evolução aceitável.

Isto não significa que o empreendimento esteja isento de crítica.

Na realidade, ele padece de uma fragilidade fundamental, a qual é de algum modo congénita e paradigmática da abordagem genética e constitui, por isso mesmo, também o motivo pelo qual os seus resultados nunca poderiam ultrapassar o estatuto de uma reconstituição verosímil.

É que todo programa de Nuyens depende de uma de duas coisas: ou que o *terminus a quo* e o *terminus ad quem* da evolução de Aristóteles em psicologia seja dado; ou que a direcção filosófica fundamental dessa evolução possa ser antecipadamente estabelecida.

Nuyens vê bem, embora não o diga, que optar pela segunda hipótese seria seguir as pisadas do transvio jaegeriano exactamente onde ele tem origem, a saber, na projecção apriorística daquilo a que ele próprio chama, muito justificadamente, *un schéma préconçue* [14]. E por isso opta, em coerência, pela primeira. Só que a primeira sofre exactamente do mesmo vício apriorístico que afectava a segunda: pois os pontos de referência inicial e final da evolução, longe de se sustentarem em dados objectivos absolutamente irrefragáveis, são pura e simplesmente *postulados*.

Nuyens afirma que «os escritos que marcam o ponto de partida e o ponto de chegada no estudo do problema (a saber, o *Eudemo* e o *De anima*) estão fixados de modo satisfatório do ponto de vista cronológico. O *Eudemo* foi escrito pouco após 354, o *De anima* pertence aos últimos anos de actividade de Aristóteles» [15].

Fixados de modo satisfatório do ponto de vista cronológico?

Mas do ponto de vista *de que cronologia*, poder-se-ia perguntar?

---

[14] *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, p. 23.

[15] *Op. cit.*, p. 53.

Que o *Eudemo* é uma obra muito antiga é o que a generalidade dos autores está disposta a reconhecer. Que ele está relacionado com a morte de Eudemo, ocorrida em 354, é o que não parece oferecer contestação. Mas será isso o suficiente para estabelecer que este diálogo é *a primeira* obra de Aristóteles em psicologia, o escrito onde se encontra a concepção aristotélica da alma na sua versão mais primitiva, portanto o ponto de partida seguro para um acompanhamento da evolução aristotélica nesta matéria? Basta lembrar os autores que já vieram propor para o diálogo datações mais tardias [16] para que a dúvida se instale. E, se a dúvida está instalada, o *terminus a quo* dificilmente pode considerar-se fixado «de modo satisfatório».

Mas o problema com o *terminus ad quem* é bem mais grave. Aqui, a despeito do singular consenso dos autores, tanto anteriores como posteriores a Nuyens, acerca da sua datação [17], a verdade é que não existe nenhum dado, para além das interpretações que os cronólogos fazem do conteúdo do tratado e das respectivas convicções pessoais quanto à sua «maturidade», que permita estabelecer objectivamente a sua exacta situação cronológica e, portanto, que é no *De anima* que se encontra a última palavra de Aristóteles em psicologia. Podemos dizer que tudo aponta nesse sentido — ou que nada aponta em sentido contrário. Mas dizer isto e dizer que a sua situação se encontra satisfatoriamente fixada é muito diferente. E a prova é que o próprio Nuyens, que toma a datação do *De anima* como um dos pontos de referência para o estabelecimento da sua cronologia, não deixa, no final, de tentar estabelecê-la (naturalmente com base na relação com o conteúdo das obras que viram por sua vez a datação estabelecida por referência ao tratado) [18], dizendo mesmo que o seu carácter terminal em relação à evolução da psicologia aristotélica «ressalta de toda a exposição precedente» [19].

---

[16] É o caso de O. Gigon, que considera que o diálogo é certamente muito posterior a 353 a. C. e que uma analogia com a margem decorrida entre a morte de Sócrates e a redacção do *Fédon* poderia fazer apontar para uma datação do *Eudemo* até dez anos após a morte de Eudemo, isto é, cerca de 244 a. C. (cf. «Prolegomena to an Edition of the *Eudemus*», p. 24).

[17] Todas as cronologias apontam para uma data posterior a 335 a. C. Veja-se, a este respeito, o apêndice IV.

[18] Cf. *op. cit.*, pp. 215-217.

[19] «Le *De anima* marque l'étape finale de l'évolution d'Aristote dans le domaine de la psychologie: *ceci ressort de tout l'exposé qui précède*.» (*Op. cit.*, p. 216; sublinhado nosso.)

Trata-se da mais acabada confissão da circularidade do método; e, portanto, também da mais cabal assunção de que a opção pela primeira hipótese que se abria ao desenvolvimento do seu programa não o resguardou do apriorismo que tão claramente soube pressentir na segunda.

Mas, poder-se-ia ainda acrescentar, mesmo que as datas do *Eudemo* e do *De anima* estivessem fixadas «de modo satisfatório» (o que, como já vimos, não é o caso), será que uma datação simplesmente «satisfatória» é o bastante para estabelecer um evolução que pretenda reproduzir *a* evolução de Aristóteles?

É evidente que não.

O programa de Nuyens está, pois, como o do seu antecessor (mas não mais do que os de todos os seus continuadores), contaminado pelo pecado original subjectivista que já Barker havia discernido na raiz da abordagem genética [20].

Para poder levar a cabo o seu programa, Nuyens tinha duas hipóteses. Optou pela primeira. Mas, como parece claro neste momento, a primeira é de facto a segunda. O apriorismo, e com ele a circularidade metodológica, é constitutivo da abordagem genética.

A conclusão, pois, vale para Nuyens como para todos os que vêm trilhando o sendeiro desta aproximação ao pensamento aristotélico: é muito difícil, é provavelmente impossível, achar pontos de referência absolutamente objectivos a partir dos quais estabelecer a evolução de Aristóteles ou a cronologia dos seus escritos; é muito difícil, senão impossível, que a abordagem genética do pensamento aristotélico possa algum dia libertar-se do subjectivismo.

Mas, sob uma tal orientação, jamais uma proposta de evolução do pensamento aristotélico poderá livrar-se da imputação de apriorismo e circularidade. E, portanto, jamais poderá reclamar ter cumprido o que promete.

---

[20] Referindo-se concretamente à *Política*, diz ele: «Though there may be some natural propriety in the application of a genetic method to the problem (if it be a problem) of the composition and structure of the *Politics*, the results which are gained by its application seem highly dubious; and it is certain that the results obtained by one disciple of the method contradict, and contradict flatly, the results attained by another. The fact is that the use of the genetic method is vitiated by subjectivity. The inquirer who uses it becomes the prey of his own interpretation of Aristotle; and he gives or withholds chronological priority — in other words he makes *this* an early stratum, and *that* a later — on the grounds of his own inner feelings about the 'early' and the 'late' Aristotle.» («Introduction», *The Politics of Aristotle*, p. XLII.)

IV

HISTÓRIA DA ABORDAGEM GENÉTICA DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO: SEQUELAS, REACÇÕES, ALTERNATIVAS

Gauthier [1] e Lefèvre [2] constituem dois representantes extremos das reacções provocadas pela obra de Nuyens.

O primeiro, que é em grande medida uma mera sequela de Nuyens, endossa quase *ipsis verbis* a totalidade dos resultados alcançados pelo autor holandês, com pequenos acrescentos e correcções de pormenor. O segundo desenvolve um estudo com outra originalidade e outro fôlego, mas cujo objectivo confesso consiste em empreender uma revisão crítica dos resultados alcançados por Nuyens, de cujo esquema fica, portanto, paradoxalmente dependente.

Gauthier, que adopta o esquema geral de Nuyens, distingue, tal como ele, três grandes fases no pensamento aristotélico:

1) A fase inicial, marcada pelo idealismo e pela transcendência da alma, corresponde aos anos da Academia, desde a primeira obra publicada, o *Grilo* (358), até à saída da escola (348);
2) A fase média, de instrumentalismo mecanicista, corresponde ao périplo aristotélico por Asso, Mitilene, Péla e Estagira e aos primeiros anos do regresso a Atenas (348-331);

[1] «Introduction», *Éthique à Nicomaque*, I, 1970², pp. 10-62.
[2] *Sur l'évolution d'Aristote en psychologie* (1972).

3) A última fase, caracterizada pela aplicação do hilemorfismo à psicologia e pela transcendência do intelecto, corresponde aos últimos anos de vida (330-322).

Do ponto de vista da cronologia, nada há de importante a relevar. As datações são em geral as de Nuyens e, quando há discrepância, ela verifica-se por recuo a Jaeger.

Exactamente em pólo oposto situa-se a obra de Lefèvre, cujo objectivo nem é o de propor um conspecto da evolução de Aristóteles e uma cronologia dos seus escritos, nem, em particular, reiterar as avançadas por Nuyens, mas, rigorosamente ao invés, empreender uma crítica ao esquema evolucionista de Nuyens, tendo como pano de fundo e último desiderato uma reflexão sobre as limitações da aproximação genética ao pensamento aristotélico.

Descortinam-se assim três níveis, sempre entrecruzados, na abordagem que Lefèvre faz da obra de Nuyens.

Num primeiro nível, Lefèvre limita-se a analisar criticamente os argumentos avançados por Nuyens para sustentar o seu esquema ternário da evolução de Aristóteles em psicologia, concluindo pela necessidade de o rejeitar em alguns dos seus aspectos teóricos fundamentais.

Num segundo nível, procura retirar dos resultados dessa crítica as devidas consequências quanto à (im)possibilidade de imputar ao pensamento aristotélico o esquema evolutivo global que Nuyens tinha encontrado nele.

Finalmente, num terceiro nível, sugere uma alternativa tendencialmente não-genética para a análise realizada por Nuyens.

No que toca ao primeiro nível, o ponto essencial em que incide a crítica de Lefèvre é aquele em que já haviam insistido os seus antecessores [3], a saber, a pertinência da dicotomia que Nuyens estabelece entre uma fase instrumentalista e uma fase hilemorfista da psicologia aristotélica.

Assim, na esteira desses autores, Lefèvre (*i*) verifica em diversos tratados a coexistência de «linguagem instrumentalista e doutrina hilemorfista» [4] e a «integração de esquemas instrumentalistas» nessa doutrina [5], (*ii*) contesta, em consequência, a existên-

---

[3] Block e Hardie, referidos *supra*, n. 13 (capítulo III deste estudo).

[4] *Sur l'évolution d'Aristote en psychologie*, p. 109.

[5] *Ibid.*, p. 245.

cia de uma fase intermédia, caracterizada pelo instrumentalismo, na psicologia de Aristóteles [6] e (*iii*) conclui que a doutrina caracteristicamente aristotélica em psicologia (descontado o dualismo platonizante da juventude) é o hilemorfismo, o qual (*iv*) convive, no entanto, sempre conflituosamente com o princípio da unicidade do intelecto agente [7].

No segundo nível, Lefèvre retira, em coerência com o que antecede, a impossibilidade de usar o esquema de Nuyens como instrumento para aferir a evolução global de Aristóteles e para decidir a cronologia das suas obras e, portanto, a ilegitimidade de se extraírem dele quaisquer conclusões a este respeito, designadamente aquelas que o próprio Nuyens extrai.

No terceiro nível, contrapõe ao esquema rigidamente ternário de Nuyens a ideia da essencial continuidade do pensamento aristotélico em psicologia e insinua como matriz de compreensão desse pensamento, em oposição à abordagem genética daquele, o pressuposto da unidade do pensamento aristotélico.

Com Düring, autor heterodoxo e profundamente independente em todas as áreas que aborda, encontramo-nos perante um modelo que se apresenta como abertamente alternativo (dir-se-ia mesmo *provocatoriamente* alternativo) a todos os anteriores do ponto de vista das cronologias propostas.

Tal como Jaeger, Nuyens e os seus continuadores, Düring reconhece três fases relevantes na história do pensamento de Aristóteles, exactamente coincidentes com as propostas anteriormente.

Todavia, verte nelas uma sucessão cronológica das obras que é, em alguns aspectos, autenticamente subversiva.

---

6 Cf. *op. cit.*, pp. 283-291.

7 «Quelques 'moments d'évolution' se dégagent ainsi de cette longue enquête. Les textes de la première période reflètent un intellectualisme décidé et une anthropologie dualiste, tout en expliquant la structure de l'âme par une théorie que le *Corpus* estimera imparfaite au plan théorique, mais valable pour rendre compte de l'agir et pour le guider; de l'orientation instrumentiste initiale, un traité biologique, le *De iuventute*, porte également la marque. L'exposé sur la reproduction contribue, pensons-nous, à mettre au jour deux doctrines dont il témoigne lui-même, doctrines antinomiques chez Aristote et que thématisera le *De anima*: l'unité métaphysique du vivant, qui assume les schèmes instrumentistes, et l'unicité du principe qui cause notre pensée; ainsi le *Corpus* témoigne-t-il d'un *instrumentisme intégré à l'hilémorphisme*, mais aussi d'un *conflit entre ce dernier et le spiritualisme* du philosophe en ce qu'il a de plus original.» (P. 290.)

Com efeito, sem falar propriamente em evolução, nem reconhecer qualquer fase platónica no pensamento aristotélico, Düring distribui as obras aristotélicas pelos três períodos do modo que a seguir se indica [8].

O primeiro período, «die Akademiezeit in Athen» (367-347), comporta três fases.

Na primeira fase, anterior a 360, Aristóteles redige o *De ideis*, a que Platão responde com o *Parménides*.

A segunda fase, que decorre entre 360 e 355, caracteriza-se (note-se a expressão deliberadamente ambígua) por tomar como ponto partida «questões platónicas» [9], embora as soluções adoptadas se afastem caracteristicamente das de Platão [10]. É nesta época que escreve todo o *Organon*, a *Metafísica* Λ, o *De bono* e o *De philosophia*, bem como as primeiras versões da *Retórica* I-II (com excepção de II 23-24), da *Poética* e dos *Magna Moralia*, para além de outras obras menores.

Na terceira fase (355-347), dá atenção a tópicos pelos quais Platão não se havia interessado [11], abordando temas de filosofia natural (redige a *Física* I-VII, o *Sobre o Céu*, o *Sobre a Geração e a Corrupção* e os *Meteorológicos* IV), ao mesmo tempo que polemiza com a teoria das ideias na *Metafísica* M 1-9 (escreve também o livro B), reelabora os dois primeiros livros da *Retórica* e escreve o terceiro, redige a *Ética a Eudemo*, bem como o *Eudemo* [12] e o *Protréptico*.

O segundo período, «die Zeit der Reisen» (347-334), corresponde à permanência na Ásia Menor e depois em Péla e Estagira, caracterizando-se por um interesse crescente pelas pesquisas empíricas, mas sempre com vista a um objectivo especulativo, a saber, o de «tornar a natureza inteligível» [13]. Pertencem a esta fase:

---

[8] Cf. *Aristoteles*: *Darstellung und Interpretation seines Denkens* (1966), pp. 48-52.

[9] «Das für diese Periode Typische ist, daß er auf fast allen Gebieten von platonischen Fragestellungen ausgeht.» (*Aristoteles*, p. 50.)

[10] «In beiden Gebieten [Kosmologie und Poetik] entwickelt er Ansichten, die sich von denen Platons stark unterscheiden.» (*Op. cit.*, p. 51.)

[11] «Er richtet jetzt seine Aufmerksamkeit auf Wissensgebiete, für die Platon geringes Interesse gezeigt hatte.» *(Ibid.)*

[12] Sobre o qual se limita a dizer que «im Eudemos nimmt er landläufige Ansichten über die Seele zur Diskussion auf» *(ibid.)*.

[13] «Aristoteles interessiert sich jetzt in höheren Grade für empirische Beobachtung, aber alles, was er beobachtet und sammelt, dient ihm nur als Mittel zum Zweck; das Ziel, nach dem er stets strebt, ist, das Naturgeschehen intelligibel zu machen.» *(Ibid.)*

a *História dos Animais* I-VI, VIII; as *Partes dos Animais* II-IV; a *Progressão dos Animais*; os *Meteorológicos* I-III; os primeiros esboços dos *Parva naturalia*; uma primeira versão, predominantemente biológica, do *De anima*; o *De plantis*; os livros I e VII-VIII da *Política*; os *Extractos das* Leis *de Platão* (obra histórico-crítica perdida); o início da recolha das *Constituições*.

Finalmente, o terceiro período, «die zweite Athenperiode» (334-322), é o da maturidade plena: rescreve então a *Retórica* I-III e insere II 23-24; redige a *Política* II-VI, a *Metafísica* Γ, Ε, Ζ-Η-Θ, a *Física* VIII, o primeiro livro de *Partes dos Animais* (a partir de materiais mais antigos), a *Geração dos Animais*, o *Movimento dos Animais*, as versões conservadas dos *Parva naturalia* e do *De anima* e a *Ética a Nicómaco*.

À primeira vista, muitas das soluções propostas são as já consagradas. Os escritos exotéricos são todos situados na primeira fase, ao passo que os *Substanzbücher* são todos situados na última. Os tratados biológicos distribuem-se pelo segundo e terceiro períodos. O *De anima* e a *Ética a Nicómaco*, como se tornou praticamente universal depois de Jaeger, e a *Geração dos Animais*, como era consensual antes de Balme, surgem no terceiro estrato.

Todavia, a um segundo olhar, começam a emergir algumas discrepâncias inquietantes. O *Organon* é recuado em conjunto para o primeiro período e não só para o primeiro período como para uma das suas fases mais antigas (360-355) [14]. Não menos inesperadamente, o livro Λ da *Metafísica* é situado no mesmo estrato, onde nunca nenhum autor o incluiu [15]. O mesmo sucede com a *Poética*, cuja redacção é geralmente colocada no período do Liceu. Por fim, não deixa de ser no mínimo curioso que os dois textos exotéricos a que, desde antes de Jaeger, se costuma atribuir a data mais antiga na ordem dos escritos aristotélicos, a saber, o *Eudemo*

---

[14] Solução em que só não se encontra isolado porque D. Graham veio recentemente juntar-se-lhe, no quadro do sua interpretação global do pensamento aristotélico como uma sucessão de dois sistemas, sendo o primeiro justamente formado pelo *Organon* e pela *Retórica*. Veja-se a este propósito *infra*, capítulo VII. Para os aspectos que se seguem, atente-se na comparação das cronologias propostas esquematizada no apêndice IV; para as soluções por nós adoptadas, cf. o capítulo II do próximo estudo.

[15] Aliás, como resulta claramente do apêndice IV, só Jaeger e os autores na órbita da sua influência atribuem ao texto uma data precoce, mas mesmo assim muito mais tardia e, com excepção do próprio Jaeger, sempre já no segundo período.

e o *Protréptico*, figurem apenas como últimas referências do primeiro período, isto é, já perto do final do *Akademiezeit*, enquanto, inversamente, os opúsculos de crítica à teoria das ideias sejam atribuídos às fases mais antigas, sendo mesmo o *De ideis* contado como o primeiro escrito absoluto de Aristóteles [16].

Mas o aspecto mais paradoxal da cronologia de Düring não é nenhum destes: é o facto de, perante tantas datações novas e heterodoxas, não se encontrar no seu texto qualquer justificação para nenhuma delas [17].

Como explicar este facto?

A resposta é talvez mais fácil do que se poderia supor, se se reconhecer que o que realmente interessa a Düring não é estabelecer a evolução do pensamento aristotélico (em que ultimamente não acredita, sendo, como é, tendencialmente um partidário da unidade do pensamento aristotélico), mas, de alguma forma, fazer justamente o oposto, a saber, impossibilitar na cronologia qualquer hipótese de vislumbrar uma evolução *global* credível, isto é, uma evolução que, à imagem das restituídas por Jaeger e Nuyens, reconstruísse a biografia intelectual de Aristóteles a partir de rupturas marcadas e, em especial, de uma ruptura inaugural com um platonismo primitivamente adoptado, em relação ao qual se verificaria uma tendência de progressivo afastamento.

Ora é precisamente este ponto que justifica a natureza do esquema cronológico proposto por Düring: a preocupação de enfatizar que Aristóteles nunca foi platónico e, mais do que isso, que *von Anfang an* se encontrou em oposição a Platão [18].

A cronologia proposta não é senão um esquema concebido para servir este pressuposto. E daí que, no local onde mais sistematicamente aborda a questão, a saber, na sua obra geral sobre Aristóteles, não haja por um momento sequer a preocupação de a justificar seja de que modo for. A cronologia é pura e simplesmente *postulada*.

Aí está porventura o aspecto verdadeiramente provocatório da proposta de Düring: o facto de assumir implicitamente que,

---

[16] Neste último ponto, todavia, Düring tem a seu lado um conjunto muito numeroso de autores: cf. apêndice IV.

[17] É certo que Düring já em publicações anteriores havia abordado o problema da cronologia do escritos aristotélicos (nomeadamente em «Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century» e em *Aristotle's Protrepticus*). Mas nem estas são completas, nem as datações são sempre sobreponíveis.

[18] Nos seus termos característicos, «Aristoteles stellte sich anfangs stark in Gegensatz zu Platon» («Aristoteles», col. 329).

como a sua, *todas* as cronologias são ultimamente postuladas, que, como a sua, *todas* elas repousam em pressupostos filosóficos que não são discutidos nem justificados e que os dados históricos ou textuais alegados em seu abono, não sendo finalmente mais do que um ecrã de fumo com que se oculta esta verdade e se contrafaz uma cientificidade que eles de modo algum garantem, podem, *como na sua*, ser pura e simplesmente elididos.

Se é este ou não o diagnóstico que Düring faz da abordagem genética é o que não é possível afirmar com segurança: agora, o que é indiscutível é que tudo se passa como se o fizesse.

O sobranceiro dogmatismo com que arremessa a sua proposta não é justificável num tão grande erudito como ele senão perante a evidência do fracasso, e portanto da inutilidade, da erudição.

Este justamente o aspecto mais interessante da sua intervenção.

Todavia, se este *é* o diagnóstico de Düring, estamos em crer que é demasiado drástico e, portanto, falso.

De que todas as cronologias têm um elemento subjectivo não decorre que sejam totalmente subjectivas.

E, nesta medida, nenhuma está eximida de apresentar com clareza aquilo em que justamente o não são, isto é, os dados disponíveis em que (subjectivamente) a interpretação cronológica se baseia.

Nem a circunstância de Düring ser o grande erudito que é (um dos maiores do nosso tempo) e de se poder, portanto, pressupor que os seus alvitres nunca são gratuitos ou insubstanciados o liberta da obrigação basilar de partilhar as razões que os legitimam.

V

HISTÓRIA DA ABORDAGEM GENÉTICA DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO: DUAS REVIVESCÊNCIAS RECENTES DO EVOLUCIONISMO BIOGRÁFICO

Não podemos passar para a consideração do outro grande modelo que a abordagem genética do pensamento aristotélico conheceu, o «evolucionismo filosófico», onde pontificam Owen e Graham, sem mencionar duas revivescências recentes do evolucionismo biográfico: o trabalho de B. Dumoulin sobre o pensamento de juventude de Aristóteles, a cronologia interna da *Metafísica* e a autenticidade das *Categorias* [1]; e a volumosa obra de J. Rist sobre a evolução do pensamento aristotélico e a cronologia dos seus escritos [2].

Falamos delas como *revivescências* do evolucionismo biográfico, porque ambas ocorrem já num ambiente em que esta matriz deixou de dominar. Em particular, o trabalho de Dumoulin é bem

[1] O trabalho de Dumoulin parte de uma investigação académica apresentada em 1979 (*Recherches sur l'évolution de la pensée d'Aristote. I: Le premier Aristote. II: Analyse génétique de la Métaphysique*), de que foram publicados posteriormente, de forma autónoma, as duas partes (respectivamente: *Recherches sur le premier Aristote. Eudème, De la philosophie, Protreptique*, Paris, Vrin, 1981; e *Analyse génétique de la Métaphysique d'Aristote*, Paris, Belles Lettres, 1986). Posteriormente, em dois novos ensaios, Dumoulin alargou a sua investigação às *Categorias* («Sur l'authenticité des *Catégories* d'Aristote», 1980; «L'ousia dans les *Catégories* et dans la *Métaphysique*», 1983).

[2] *The Mind of Aristotle. A Study in Philosophical Growth*, Toronto, Toronto University Press, 1989.

posterior aos contributos de Owen neste domínio, tal como o de Rist é posterior à obra de Graham sobre «os dois sistemas» de Aristóteles.

Por outro lado, tanto um como outro elevam as tendências inerentes ao evolucionismo biográfico à sua máxima expressão. E, também neste sentido, são bem revivescências recentes do evolucionismo biográfico, agora no sentido em que o fazem revivescer luxuriantemente no que ele tem de mais característico.

Com efeito, tanto com Dumoulin como com Rist estamos em pleno no mais paradigmático «evolucionismo biográfico»: o objectivo é confessadamente a apreensão da biografia intelectual de Aristóteles (atente-se a este respeito no título da obra de Rist: *The Mind of Aristotle. A Study in Philosophical Growth*) e a preocupação com o estabelecimento da cronologia e aspectos atinentes é absolutamente absorvente.

Mas o que é sobretudo notório nestes dois autores é a tendência para a cirurgia fina dos textos, que atinge neles uma verdadeira vertigem virtuosística. Como em todos os estádios barrocos de desenvolvimento de uma ideia, trata-se de um indício seguro do carácter serôdio que começa a assumir a aproximação biográfica encetada por Jaeger e que estes dois autores elevam ao seu esgotamento paroxístico.

A análise da *Metafísica* é, em qualquer dos autores e até pela divergência assinalável das respectivas soluções, um exemplo particularmente acabado disso mesmo.

Para Dumoulin, existem nove estratos cronológicos no tratado, cuja redacção acompanha a totalidade da vida de Aristóteles. Para Rist, existem seis estratos, todos escritos depois de 332.

Para Dumoulin, o livro A comporta duas secções (1-2 e 3-10) e é aproximado do primeiro estrato do livro Λ (1-7) numa fase mais antiga (platónica). Para Rist, o livro Λ é um bloco único (com excepção do capítulo 8, que ele agrega a H) mais tardio do que qualquer dos dois estratos do livro A (1-6, 10; 7-9).

Para Dumoulin, seguindo a tradição jaegeriana, o grupo M 9-10 constitui uma unidade à parte, que marca a fase intermédia do pensamento aristotélico (antiplatónica). Para Rist, o livro M forma uma única unidade tardia.

Os exemplos poderiam ser multiplicados: mas limitar-se-iam a fortalecer a impressão de que chegámos a um momento em que tudo pode ser dito e quase tudo já foi dito.

O «evolucionismo biográfico», nascido como um credo mais ou menos dogmático e definitivo na proposta de Jaeger, alimenta-

do pela própria revisão radical a que, em quase todos os seus aspectos, foi continuamente submetida, reproduz-se agora a si mesmo, em circuito fechado e infértil.

Neste sentido, o aspecto verdadeiramente instrutivo destas revivescências é o facto de porem em causa qualquer expectativa, perversamente genética ela própria, de encontrar uma linearidade naquilo a que Witt chama a «evolução das interpretações evolucionistas» [3].

Também aqui, nunca um modelo de abordagem está definitivamente condenado ou é completamente substituído por outro. Ou, como Aristóteles poria, «não é uma vez nem duas, mas infinitas vezes, que as mesmas ideias chegam até nós» [4].

---

[3] Expectativa que a própria autora parece muito discretamente alimentar: veja-se «The Evolution of Developmental Interpretations of Aristotle», pp. 79-80.

[4] *Cael.* I 3, 270b19-20. Cf. *Mete.* I 3, 339b27-30; *Metaph.* Λ 8, 1074b10-12; *Pol.* VII 9, 1329b25.

VI

HISTÓRIA DA ABORDAGEM GENÉTICA DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO: O EVOLUCIONISMO FILOSÓFICO EM G. E. L. OWEN

A nova matriz assumida pela abordagem genética do pensamento aristotélico em que neste momento entramos, muito menos favorecida pela prática dos investigadores do que a anterior, está indissociavelmente ligada ao trabalho de G. E. L. Owen.

Este autor, cuja investigação no domínio da filosofia antiga incidiu predominantemente sobre os diálogos platónicos do último período, os primeiros escritos de Aristóteles e os elos que, durante o *mid-fourth century*, fazem charneira entre os dois filósofos no interior da Academia, estava particularmente fadado para intervir na *vexata quaestio* da evolução do pensamento aristotélico [1].

Todavia, a sua intervenção assumiu contornos bem diferenciados daqueles que caracterizam o cânone jaegeriano.

Não se trata aqui de reconstituir o percurso espiritual de Aristóteles, sequer para uma secção temporal localizada ou em relação a um problema específico, mas de assistir a um momento particular da elaboração filosófica de determinada questão cujo destino no interior do pensamento aristotélico já se conhece, sem nenhuma reivindicação de carácter psicológico ou biográfico e sem nenhuma imputação de consequências dessa natureza.

Esta descrição geral corresponde, na obra de Owen, a dois ensaios [2], nos quais se aborda uma questão única: a posição que

---

[1] Como aliás também na da cronologia da obra platónica: veja-se o seu influente ensaio sobre a datação do *Timeu*, «The Place of the *Timaeus* in Plato's Dialogues» (1953).

[2] A saber, «Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle» (1960) e «The Platonism of Aristotle» (1966).

Aristóteles assume perante o projecto «platónico» de uma ciência universal num determinado momento da sua reflexão (a *Ética a Eudemo*), pensada em relação com a sua opção definitiva a este propósito (na *Ética a Nicómaco* e na *Metafísica* Γ).

Nestes dois ensaios, Owen não propõe qualquer esquema evolutivo geral do pensamento aristotélico. O que a este respeito *sugere* é apenas que, embora Aristóteles nunca tenha sido, nem no início, nem no fim, um aderente do platonismo, aproximou-se progressivamente, de modo congenial, de um determinado programa platónico, a saber, o da ciência universal do ente.

Neste sentido, a ideia algo expandida segundo a qual Owen «inverteu» o esquema de Jaeger (a história da filosofia tem uma verdadeira predilecção pelas inversões) e defendeu, ao contrário deste, que a evolução de Aristóteles se processa do antiplatonismo para o platonismo não tem pura e simplesmente razão de ser, quer porque, do ponto de vista do conteúdo, para ele, Aristóteles nunca foi platónico (nem no início, nem, por maioria de razão, no fim), quer porque, do ponto de vista do projecto, o que Owen vem propor não é uma esquema genético alternativo ao de Jaeger, mas sim a discussão de uma questão estruturante da formação filosófica de Aristóteles, por isso mesmo *também* com incidência genética.

Deve contudo reconhecer-se que o modo como Owen enquadra a questão no início do primeiro artigo [3] e as ilações que retira no final do segundo [4] muito contribuem para justificar o mal-entendido; e chegam mesmo a sugerir que Owen é sensível à tentação de deixar cair a insinuação picante de que a genuína evolução aristotélica não é a que Jaeger propôs, senão exactamente a inversa.

Mas passemos à consideração do que mais importa.

O argumento de Owen a respeito da questão mencionada é bem conhecido.

De um passo da *Ética a Eudemo* decorre que, porque o ser e o bem têm vários sentidos irredutíveis entre si (ou, o que vem a ser o mesmo, correspondem a vários géneros diferentes, respectiva-

---

[3] A saber, situando-se por contraponto à versão aceite do desenvolvimento de Aristóteles quanto à questão da «ciência universal»: cf.«Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle», *Logic, Science and Dialectic*, pp. 180-181, citado *infra*, n. 17.

[4] No que toca ao verdadeiro sentido da evolução aristotélica: cf. Owen, «The Platonism of Aristotle», *ibid.*, pp. 216-220.

mente, de ser e de bem) não pode haver uma ciência única do ente nem uma ciência única do bem [5], uma vez que, por natureza, cada ciência investiga apenas um único género [6].

A primeira premissa em que o raciocínio se baseia encontra-se em numerosos outros tratados e nomeadamente na *Ética a Nicómaco*, no que toca ao bem [7], e na *Metafísica*, no que toca ao ser [8].

Todavia, a diferença entre o primeiro tratado e os dois outros é que estes, mas não aquele, reconhecem, respectivamente, que os diversos sentidos do ser e os diversos sentidos do bem se dizem em relação a um único, o «sentido focal» [9].

---

[5] Cf. *EE* I 8, 1217b25-35.

[6] Trata-se da doutrina aristotélica canónica: cf. *APo*. I 7, 9, 12, 28, 32; cf. *De an*. I 1, 402a18-22; *Metaph*. B 2, 997a18-25; K 3, 1060b31-36; K 7, 1063b36-1064a4. Uma excepção são as ciências subordinadas: ver I 7, 9, 13, 27, 28; para esta noção, veja-se ainda *EN* I 1, 1094a6-18.

[7] Cf. *EN* I 4, 1096a23-34.

[8] Cf. *Metaph*. Γ 2, 1003a33-b9.

[9] Ver as passagens referidas na nota anterior. A expressão «sentido focal» é introduzida por Owen em «Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle», p. 184. Note-se a interessante proximidade com a fórmula de Austin «primary nuclear sense» («The Meaning of a Word», *Philosophical Papers*, ed. J. O. Urmson e G. J. Warnock, Oxford, Oxford University Press, 1979³, p. 71). Na descrição do argumento de Owen, como depois na sua discussão, usaremos predominantemente a nomenclatura aristotélica, «homonímia em relação a um» (πρὸς ἕν), conceito pelo qual Aristóteles entende, abreviadamente, a recondução de diversos sentidos irredutíveis de um mesmo termo (por exemplo, «ser» ou «bem») a um único sentido primário, que é aquele por causa do qual todos os outros podem ser significados pelo referido termo; assim, «ser» (por comodidade, no sentido existencial) aplica-se a qualidades (por exemplo, na frase «há muitos tipos de branco»), a quantidades (por exemplo, em enunciados do tipo «existem comprimentos superiores a 50 m») e às restantes categorias (relação, tempo, lugar, etc.), não porque a qualidade, a quantidade, a relação, etc., sejam o mesmo, ou possam ser reduzidos a um género maior de que seriam como que meras modalizações, mas porque o ser diz-se primariamente de algo, os indivíduos (ou «substâncias», na terminologia técnica de Aristóteles), que são aquilo por causa do que as qualidades, quantidades, etc., podem, derivativamente, também ser ditas ser (ou existir). É o recurso a este expediente que permitirá a Aristóteles abrir a possibilidade para uma ciência do ser (estudada pela metafísica) e para uma ciência do bem (estudada pela ética), que correspondem, no entanto, a múltiplos géneros e, portanto, de acordo com a lição canónica, não deveriam ser susceptíveis de investigação por uma única disciplina. E é, analogamente, porque a *Ética a Eudemo* não recorre a esse expediente (por motivos que o argumento de Owen procura justamente explicar) que conclui não ser possível uma ciência única do ser ou do bem.

Ora o curioso é que a doutrina do «sentido focal» é conhecida na *Ética a Eudemo* [10]. De facto, ela já é utilizada num dos argumentos que o *De ideis* atribui aos defensores da teoria das ideias [11] e, portanto, é bem provável que a sua origem seja académica [12].

Como compreender então que, dispondo já deste instrumento teórico, a *Ética a Eudemo* mantenha a posição irredutível de acordo com a qual, *porque* o ser e o bem são homónimos, não pode haver uma ciência única do ente nem uma ciência única do bem?

Por que razão é que pura e simplesmente Aristóteles não aplica a doutrina da homonímia πρὸς ἕν ao ser e ao bem, como fará na *Ética a Nicómaco* e na *Metafísica* Γ, assim autorizando uma ciência do ente e uma ciência do bem, por remissão para o sentido primário em que cada um deles se diz e de que todos os seus outros sentidos se dizem?

A resposta, considera Owen, é clara: porque a *Ética a Eudemo* já dispõe da noção de homonímia πρὸς ἕν, mas não ainda, ao contrário do que sucede com os outros dois tratados, da noção de homonímia πρὸς ἕν do ser (ou do bem) [13].

Neste sentido, a noção de homonímia πρὸς ἕν do ser *foi uma descoberta*: e foi uma descoberta *tardia*. Na época da *Ética a Eudemo* ainda não havia sido produzida [14].

A esta luz, a *Ética a Eudemo* ocupa um estrato evolutivo particular no desenvolvimento filosófico de Aristóteles, mais antigo,

---

[10] Cf. *EE* VII 2, 1236a7-33.

[11] No argumento «dos relativos»: cf. *Id.* $R^2$182, $R^3$187, R3 (= Alexandre, *In Metaph.* 82.11-83.17 Hayduck). Owen analisa este argumento no polémico ensaio «A Proof in the *Peri Ideôn*», *JHS*, 77, 1957, pp. 103-111.

[12] Cf. «Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle», pp. 193--199. Embora, segundo Owen, Aristóteles não tivesse consciência do seu real valor à época em que escreve o *De ideis* (cf. *ibid.* e «The Platonism of Aristotle», pp. 217-220).

[13] Cf. art. cit., pp. 184-185. Por simplicidade, passamos a falar a partir de agora em «homonímia πρὸς ἕν do ser» para a a homonímia πρὸς ἕν dos três «transcendentais» aristotélicos, ser, uno e bem.

[14] «In sum, then, the argument of *Metaphysics* IV, VI seems to record a new departure. It proclaims that 'being' should never have been assimilated to cases of simple ambiguity, and consequently that the old objection to any general metaphysics of being fails. The new treatment of *to on* and other cognate expressions as *pros hen kai mian tina phusin legomena*, 'said relative to one thing and to a single character' — or, as I shall henceforth say, as having *focal meaning* — has enabled Aristotle to convert a special science of substance into the universal science of being, 'universal just inasmuch as it is primary.» (Art. cit., p. 184.)

bem entendido, do que a *Ética a Nicómaco* e do que a *Metafísica* Γ. Caracteriza-o em especial a rejeição de uma ciência universal, por desconhecimento justamente da homonímia πρὸς ἕν do ser; e ao mesmo estrato pertencem todos os trechos da obra lógica e, em particular, dos *Segundos Analíticos*, onde se recusa igualmente a possibilidade de uma ciência universal [15].

Ora, é, a seu ver, precisamente a descoberta da homonímia πρὸς ἕν do ser que permitirá à *Metafísica* Γ fundar, de um novo modo, o que estes tratados proibiam.

Mas, sugere ainda Owen, coloquemo-nos de novo na situação do início e pensemos todo o percurso do ponto de vista da questão então colocada. Platão acarinhava o projecto de constituir uma ciência universal (ou, pelo menos, Aristóteles assim o pensava). Ora, o que a análise precedente permite concluir é que, longe de a evolução aristotélica a este respeito ter representado um movimento de afastamento progressivo do platonismo, balizado por uma adesão inicial ao projecto platónico de uma ciência universal e pela rejeição final desse projecto, o que há, exactamente ao contrário, é um movimento de progressivo reencontro com o platonismo.

Se Aristóteles partilhou ou não alguma vez, na sua juventude, o projecto platónico, é o que não pode ser assegurado [16]: agora o que é certo é que ele *começa por o rejeitar*; e, depois de o ter rejeitado, na *Ética a Eudemo*, vem a recuperá-lo, de um novo modo, na *Ética a Nicómaco* e na *Metafísica* Γ.

O percurso aristotélico a este respeito não revela, portanto, uma evolução do platonismo para o antiplatonismo, como julgava Jaeger, mas sim uma evolução que parte do antiplatonismo para uma reconciliação (em novos moldes) com o platonismo.

Este movimento de reconciliação não é evidentemente um movimento de retorno ou de adesão ao platonismo: porque a ciência do ente cuja possibilidade Aristóteles vem a descobrir já nada tem a ver com o projecto platónico de uma ciência universal (a ciência do ente *não é* uma ciência universal, a não ser num sentido frouxo ou equívoco) e funda-se em elementos especificamente aristotélicos (justamente a homonímia πρὸς ἕν do ser) de que

---

[15] Cf. *ibid.*, pp. 187-191.

[16] Embora, segundo Owen, todos os escritos subsistentes levem a pender para a negativa: cf. «The Platonism of Aristotle», *Logic, Science and Dialectic*, pp. 203-207.

Platão não tinha sequer a noção. Mas é em todo o caso um movimento de *reaproximação*, uma vez que, embora em novos moldes, retoma o projecto que Platão havia concebido e que Aristóteles havia no início rejeitado [17].

Assim, pode concluir-se que, a respeito de um problema particular, a tese genética de Jaeger não é confirmada. E, pelo contrário, parece configurar-se em Aristóteles um esquema diferente de evolução, o qual parte da rejeição do platonismo para chegar a uma reaproximação a esse mesmo platonismo.

Dada a bateria conceptual e doutrinária envolvida na tese de Owen, não cabe aqui, evidentemente, uma análise circunstanciada do seu conteúdo, a qual exigiria a abordagem de uma série de aspectos que só num estudo próprio poderiam ser trabalhados.

---

[17] Owen só retira expressamente esta moral em «The Platonism of Aristotle» (cf. *Logic, Science and Dialectic*, em especial pp. 216-220). Mas é manifesto que ela está presente, desde o início, em todo o enquadramento do presente artigo; cf. pp. 180-181: «There is a justly famous picture of Aristotle's development to which I must try to relate my argument. According to this picture Aristotle remained for many years after Plato's death wedded to the project of constructing a 'Platonic' mistress-science of metaphysics. Only later, as this Platonic period fell further behind him, did he turn to concentrate his attention on the departmental sciences. When he wrote *Metaphysics* IV, no less than when he had written the *Protrepticus* and the *Eudemian Ethics*, he could still see himself as the 'Erneuerer der übersinnlichen Philosophie Platons' (although by now he had reformed his inheritance to the extent of discarding the transcendent Forms, and so leaving only God as the object of study). But — according to this same account — in *Metaphysics* IV a new interest has crept in beside the old. For now Aristotle tries to find room for a second and very different inquiry under the old rubric of 'First Philosophy', and inquiry that is not 'Platonic' but essentially Aristotelian: the general study of being, *tou onto hêi on*. The evidence I want to discuss does not wholly square with this account. It seems to show that when Aristotle wrote *Metaphysics* IV he had returned to, or newly arrived at, a belief in the possibility of a general metaphysics after a period in which he had denounced any such project as logically indefensible and castigated Plato and the Academy for pursuing it. It was in this period that for reasons of logic he confined his interest to the special sciences of which theology was one). It was in this period that he wrote, *inter alia*, the whole or the most part of the *Organon*, the *Eudemian Ethics*, and the polemic against the Academy; and his attitude at the time of a Platonic mistress-science must surely be gathered from that polemic at least as much as from his continuing interest in the special science of theology. Seen in this perspective the kind of inquiry that is introduced in the fourth book of the *Metaphysics* looks more like a revival of sympathy with Plato's aims (or what Aristotle took to be those aims) than like a new departure from them.»

Limitamo-nos, por isso, a avançar dogmaticamente dois pontos: primeiro, que os factos apontados por Owen neste texto são susceptíveis de uma explicação não-genética; segundo, que os textos relevantes para a questão da homonímia πρὸς ἕν, em conexão com o problema da possibilidade de uma ciência do ente *qua* ente, são suficientes para mostrar que não existe a este respeito qualquer alteração, e, *a fortiori*, qualquer evolução, da perspectiva aristotélica [18].

Há contudo uma questão que seria instrutivo colocar desde já, e que é esta: imaginemos que, através de um método novo, capaz de garantir uma datação objectiva e indiscutível, vem a ser estabelecido que a *Ética a Nicómaco* e o livro Γ da *Metafísica* são anteriores à *Ética a Eudemo* [19].

O que sucederia nesse caso à tese de Owen?

Num certo sentido, não sucederia nada. Com efeito, tudo aquilo que é independente da questão genética (a ausência da homonímia πρὸς ἕν do ser na *Ética a Eudemo*; a diferença entre a *Ética a Eudemo*, de um lado, e a *Ética a Nicómaco* e a *Metafísica* Γ, de outro; a alternância entre aceitação e rejeição de uma ciência «universal») não seria afectado. Só que os resultados assim estabelecidos teriam de sofrer uma alteração de cento e oitenta graus do ponto de vista da sua incidência sobre a evolução filosófica de Aristóteles: em vez de uma descoberta da homonímia πρὸς ἕν do ser nas mais modernas *Ética a Nicómaco* e *Metafísica* Γ, teríamos uma *rejeição* da homonímia πρὸς ἕν do ser na mais recente *Ética a Eudemo*; em vez de um percurso que parte da recusa de uma ciência universal, teríamos um percurso que *desemboca* na recusa de uma ciência universal; em vez de uma evolução do antiplatonismo para um platonismo revisitado, teríamos (Werner Jaeger reabilitado?), uma evolução do platonismo para o antiplatonismo.

---

18 Cumpre alertar para uma investigação que confirma estas teses num ponto particular, uma vez que o seu âmbito é justamente a apreciação da evolução aristotélica proposta por Owen. Trata-se do ensaio «Owen on the Development of Aristotle's Metaphysics», de A. Code, onde o autor mostra concludentemente que a passagem da *EE* I 8, em que Owen se baseia, não infirma, ao contrário do que ele sustenta, a possibilidade de uma ciência «universal» como a descrita na *Metafísica* G e, portanto, não atesta a existência de um estrato evolutivo particular em que tal ciência seria recusada. Para a análise da passagem, em contraste com a interpretação Owen, veja-se o art. cit., pp. 314-318.

19 Já estivemos mais longe disso: a análise estilométrica de Kenny, em *The Aristotelian Ethics* (1978), aponta justamente nessa direcção no que toca à *Ética a Nicómaco*. Mas ninguém se atreveria a dizer que a estilometria é já esse método novo, capaz de garantir uma datação objectiva.

Os adeptos da tese Owen, ou simplesmente aqueles que sintonizam mal com «experiências pensadas», poderão dizer que este exercício de imaginação está fora de tom. Pois o que a tese de Owen pretende fornecer é justamente um *argumento filosófico* em favor de uma determinada evolução de Aristóteles. Ora, está implicitamente contido nos princípios desta abordagem que não há outros argumentos senão os filosóficos para sustentar a compreensão do desenvolvimento filosófico de Aristóteles, pelo que jamais acontecerá que um novo método revolucionário (necessariamente computacional e não filosófico, porque todos os demais foram já tentados) venha fazer claudicar um argumento desta natureza.

A objecção, embora temerária, é provavelmente verdadeira (até prova em contrário).

O problema é que falha completamente o ponto. Que não há outros argumentos para além dos filosóficos para sustentar uma determinada evolução filosófica de Aristóteles é o que se aceita de bom grado. A infelicidade é que mesmo esses não permitem *determinar*, ou, de outro modo, só permitem *sugerir*, uma tal evolução.

Olhemos de novo para o argumento de Owen.

O que é que ele *de facto* demonstra? [20]

Admitamos que demonstra a ausência da homonímia πρὸς ἕν do ser na *Ética a Eudemo*; admitamos que demonstra a diferença entre a *Ética a Eudemo* e o par constituído pela *Ética a Nicómaco* e pela *Metafísica* Γ; admitamos que demonstra a alternância entre aceitação e rejeição de uma ciência universal.

Mas o que é que isso nos diz *acerca da evolução filosófica de Aristóteles?*

Propriamente, nada. Ou, por outra, diz exactamente aquilo que se quiser que diga.

É que não é necessário invocar a confabulação do «método revolucionário» para perceber que, *usando exactamente os mesmos dados*, é tão legítimo extrair os resultados de Owen como os resultados opostos, *desde que justamente se não saia do argumento filosófico*.

A homonímia πρὸς ἕν do ser não aparece na *Ética a Eudemo*. Muito bem. Admitamo-lo.

Mas quererá isso necessariamente dizer que o tratado *desconhece* a homonímia πρὸς ἕν do ser?

[20] Supondo que demonstra. Vimos já que é possível impugná-lo com recurso a expedientes exclusivamente filosóficos.

Implicará isso necessariamente que a homonímia πρὸς ἕν do ser foi uma descoberta *posterior?*

É evidente que não.

Porquê posterior? O único dado seguro, a admitir o argumento, é que a homonímia πρὸς ἕν do ser não figura na *Ética a Eudemo*. Nada impede que essa ausência não se deva a um abandono voluntário por parte de Aristóteles de uma noção «arcaica» e «criptoplatónica», ao entrar numa nova fase de reavaliação e «maturação» filosófica.

Dir-se-á: mas isso implicaria considerar a *Ética a Nicómaco* e a *Metafísica* Γ como tratados antigos e, nomeadamente, mais antigos do que a *Ética a Eudemo*.

E por que não?

Não era a *Metafísica* Γ, para Jaeger, um dos tratados mais antigos da *Metafísica?*

Não haverá, para a *Ética a Nicómaco*, sempre um cronólogo disposto a sustentar a sua antiguidade?

Principalmente: não está hoje lançado o desafio, estilométrico, histórico-filológico e filosófico, de Kenny no sentido da alteração da cronologia relativa das duas *Éticas*? [21]

Nenhuma destas interrogações encerra, contudo, a questão fundamental.

Interpretar a tese de Owen de qualquer outro modo para além daquele que ela estabelece, diz-se, implicaria encarar a *Ética a Nicómaco* e a *Metafísica* Γ como tratados antigos e, nomeadamente, mais antigos do que a *Ética a Eudemo*.

Percebe-se o desagrado: mas *haverá alguma coisa no argumento que o impeça?*

Esta é que é a questão fundamental.

---

[21] Este desafio já havia sido aliás lançado, sem a componente estilométrica, por J. D. Monan em *Moral Knowledge and its Methodology in Aristotle* (1968). E a verdade é que, a despeito da tendência hoje dominante no sentido da prioridade da *Ética Eudémia* (curiosamente, *a contrario sensu* da tradição unânime pré-jaegeriana, assumida pelos mais relevantes editores, tradutores e estudiosos das *Éticas* aristotélicas, como Grant, Susemihl, Stocks, Spengel e, já num período posterior, Schaecher, os quais reputavam a *Ética a Nicómaco* como a única autêntica e, portanto, anterior à *Ética a Eudemo*), a cronologia relativa dos dois tratados é ainda polémica. Para um estudo expressamente dedicado a defender a prioridade da *Ética a Eudemo*, veja-se C. J. Rowe, «The *Eudemian Ethics* and the *Nicomachean Ethics*. A Study in the Development of Aristotle's Thought», *PCPhS*, 3, 1971, pp. 79-114.

E este é que é, simultaneamente, o aspecto instrutivo do presente périplo.

É que o argumento de Owen, como qualquer outro argumento filosófico, pode ser usado para sugerir a evolução de Aristóteles num ou noutro sentido. Mas, qualquer que seja esse argumento, tal sugestão pode ser sempre feita de facto *num* ou *noutro* sentido. Para determinar qual o sentido da evolução, é necessário *sair do argumento* e apelar ou para elementos extra-filosóficos (testemunhos, indicações históricas, referências cruzadas, características estilísticas, etc.) ou para a fecundidade heurística e hermenêutica que resulta de supor-se que esse sentido é *o* sentido da evolução aristotélica [22].

Em qualquer dos casos, um argumento deste tipo é, por natureza, insuficiente para fundamentar uma reconstrução genética do pensamento aristotélico.

E isto, por ora, é o quanto basta para patentear as limitações da abordagem que ele tipifica.

---

[22] É evidente que, no ensaio de Owen, a anterioridade da *Ética a Eudemo* é sempre *pressuposta*. Esta dependência não o afecta especialmente, porque o que de facto lhe interessa é desenvolver a análise da progressiva constituição da doutrina do «sentido focal» do ser, a qual carece dessa suposição, e não envolver-se em questões técnicas acerca da cronologia dos escritos de Aristóteles ou mesmo acerca da sua evolução filosófica global. Mas o facto de não resistir a retirar uma ilação geral neste último domínio, a saber, a alegada progressão do antiplatonismo para uma reaproximação ao platonismo, fere a partir daí todo o seu projecto de petição de princípio. Só é possível sustentar uma tal progressão se a anterioridade da *Ética a Eudemo* já estiver dada. Não basta que ela esteja pressuposta; e também não é possível alegar a própria progressão para afirmar uma tal anterioridade, porque, como vimos, aquela depende desta.

VII

HISTÓRIA DA ABORDAGEM GENÉTICA DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO: O EVOLUCIONISMO FILOSÓFICO EM D. GRAHAM

Poderíamos porventura ficar por aqui no que toca ao «evolucionismo filosófico». Todavia, a amplitude da revolução proclamada pela investigação que D. Graham desenvolve na obra *Aristotle's Two Systems* e a natureza dos resultados que ela reivindica convidam a que se dê à sua proposta um momento de atenção.

Encontramo-nos neste caso não perante um contributo parcelar para a apreensão da evolução do pensamento aristotélico, como o de Owen, mas perante uma hipótese sistemática de explicação dessa mesma evolução [1].

Graham começa por fazer um levantamento das vantagens e desvantagens da abordagem genética e da abordagem unitarista [2], defendendo a seguir a necessidade de conciliar os dois pontos de vista [3]. Essa conciliação passa por utilizar convergentemente a

---

[1] Witt cataloga esta obra sob o terceiro tipo de abordagem genética. A opção é compreensível, uma vez que a motivação inicial de Graham consiste em resolver geneticamente as inconsistências que encontra entre dois grandes grupos de obras aristotélicas; mas não dá suficiente atenção a que a própria solução (a «two systems theory») pretende restituir um traçado do progresso filosófico de Aristóteles, que é o que caracteriza o segundo tipo de evolucionismo. Ora é a «two systems theory» como tal, não a sua motivação, que importa classificar no quadro dos três tipos de perspectivação genética; e, sob este ponto de vista, ela integra-se claramente no segundo.

[2] *Op. cit.*, respectivamente pp. 4-7 e 7-10.

[3] *Ibid.*, pp. 10-14.

perspectiva sistemática e a perspectiva genética, tomando como inspiração a distinção entre abordagem sincrónica e diacrónica introduzida pela linguística de Saussure.

Neste quadro, as teses que Graham procura defender são as seguintes:

1) Do ponto de vista sistemático ou sincrónico, há «dois sistemas filosóficos incompatíveis em Aristóteles», correspondendo respectivamente às obras lógicas e retóricas e aos tratados físicos e metafísicos [4];
2) Do ponto de vista genético ou diacrónico, o segundo sistema «é temporalmente posterior ao primeiro e resulta da sua transformação» [5].

O primeiro sistema (S1) é caracterizado pelo substancialismo atómico e a sua ontologia é dada pelas *Categorias*. O segundo sistema (S2) é caracterizado pelo substancialismo hilemórfico e a sua ontologia é fornecida pela *Metafísica*.

À interpretação do pensamento aristotélico resultante da sua perspectivação de acordo com estas teses chama Graham *the two systems theory* (TST).

A sua apresentação abarca os seguintes momentos.

As características divergentes dos dois sistemas são apresentadas no segundo e no terceiro capítulos, no que toca sucessivamente à ontologia, à lógica e à teoria da ciência.

Em seguida, Graham tenta mostrar a incomensurabilidade dos dois sistemas, cuja «raiz metafísica» é a doutrina hilemórfica [6], e a génese do segundo a partir do primeiro [7], motivada, a seu ver, pela necessidade de resolver o problema do movimento [8].

Os capítulos seguintes são dedicados a acompanhar a evolução de S1 para S2 [9].

Finalmente, reconhecendo que S1 nunca é verdadeiramente abandonado por Aristóteles, mas convive conflitualmente com S2,

---

[4] *Ibid.*, p. 15.
[5] *Ibid.*
[6] *Op. cit.*, pp. 93-112.
[7] *Ibid.*, pp. 112-118.
[8] Cf. pp. 116-118.
[9] Capítulos 5-7, pp. 119-206.

o que o enreda num conjunto de inconsistências e paradoxos, cujo repositório é a *Metafísica* Z [10] e o vértice o problema da individualidade ou universalidade da substância [11], Graham analisa tais paradoxos [12] de forma a propor finalmente uma reconstrução coerente do segundo sistema de Aristóteles, devidamente expurgado dos resquícios de S1 [13].

O último capítulo é dedicado a uma recapitulação global e aos problemas de cronologia, bem como a uma apresentação das vantagens, absolutas e relativas, da TST.

Uma rápida panorâmica do que antecede obriga a dizer com clareza: eis uma interpretação do pensamento aristotélico que tem de ser de cabo a cabo rejeitada.

O motivo é simples: não se trata aqui de uma verdadeira interpretação do pensamento aristotélico, mas da projecção de um «esquema preconcebido» (para usar a expressão de Nuyens) com fraca e por vezes nula correspondência em Aristóteles.

Podemos vê-lo em quatro níveis distintos:

1) O único fundamento substantivo da TST é a alegada ausência do esquema hilemórfico em S1 e a sua presença estruturante em S2 [14], o que é claramente um argumento demasiado fraco para uma teoria tão forte;
2) Nenhuma das diferenças entre S1 e S2 apontadas por Graham, para além daquelas que resultam da acomodação ao vocabulário hilemórfico, resiste ao mais elementar teste e nenhuma delas dá razão, portanto, da «irredutibilidade» e «incomensurabilidade» que se quer ver entre os «dois sistemas»;
3) O próprio Graham admite que não há para Aristóteles nenhuma dissociação entre os «dois sistemas» e que, pelo contrário, S1 sobrevive intacto (com as adaptações exigidas pela introdução do esquema hilemórfico) em S2;

---

[10] Cf. p. 207.

[11] Cf. pp. 221-222 e 249-257.

[12] Capítulos 8-9, pp. 207-262.

[13] Capítulo 10, sugestivamente intitulado «S2 without S1: What Aristotle Should Have Said» (pp. 263-289)

[14] Veja-se em especial a apresentação da ontologia de S2, pp. 57-62, e cf. pp. 75-76.

4) A distinção, que só o próprio Graham introduz, entre dois sistemas obriga a considerar como «inconsistências» e «paradoxos» aquilo que uma interpretação que a não assume é capaz de interpretar harmoniosamente.

Vejamos cada um destes pontos com um pouco mais de atenção.

A TST baseia-se ultimamente na ausência do esquema hilemórfico em S1.

Mas será que o esquema hilemórfico está realmente ausente em S1? Eis o que é muito fácil de afirmar, porque muito difícil de infirmar.

Com efeito, dada a natureza dos tratados de S1, estranho seria que a sua presença, ainda que efectiva, *se fizesse sentir*.

Que papel poderia ter a desempenhar a doutrina hilemórfica na teoria lógica, ou na teoria da demonstração, ou na teoria da dialéctica, da erística e da retórica?

Todavia, de que o esquema hilemórfico não tem intervenção nos tratados de S1 não decorre que esteja deles *ausente*, no sentido pertinente da expressão, quer dizer, que tal esquema ainda não tenha sido descoberto quando esses tratados foram elaborados.

Pelo contrário, justamente porque, mesmo tendo já sido descoberto, ele não teria qualquer intervenção em tratados como os que Graham reúne em S1, do facto de que o esquema hilemórfico não é expressamente convocado nesses tratados não é legítimo retirar que, na época em que foram redigidos, ele ainda não tinha sido descoberto ou não intervinha já na doutrina aristotélica, a saber, naquela em que a introdução desse esquema é filosoficamente útil ou pertinente.

A única coisa de que podemos estar seguros é que nas *Categorias*, que é um tratado de ontologia e onde seria, portanto, de esperar que o esquema hilemórfico interviesse, ele não é de facto convocado, nem está nele manifestamente suposto; e bem assim que há sólidos motivos para crer que ele não tinha sido descoberto por altura da redacção do tratado.

Daqui resulta que o esquema hilemórfico não é congénito à filosofia aristotélica, mas deriva de uma evolução, e que as *Categorias* ocupam um momento antigo nessa evolução.

Contudo, nada mais se retira: nem que, porque o esquema hilemórfico não está presente nas *Categorias*, também não o está

nos restantes tratados do *Organon*, nem que a evolução verificada com a introdução do esquema hilemórfico representou uma ruptura, separando dois sistemas «incompatíveis» ou «incomensuráveis».

Não se retira a primeira, porque, em tese, nada obriga a que os tratados do *Organon* tenham sido elaborados na mesma altura; e há, pelo contrário, motivos concretos para crer na inversa, designadamente as diferenças que esses tratados manifestam ao nível da concepção do acidente e da teoria da predicação, as quais sugerem fortemente que a sua redacção se estendeu por um período suficientemente dilatado para permitir um aperfeiçoamento doutrinário a este respeito [15].

Não se retira a segunda, porque nem toda a evolução envolve necessariamente ruptura; e não a envolve particularmente neste caso, uma vez que, como uma comparação entre as *Categorias* e os livros centrais da *Metafísica* comprovaria, se porventura a pudéssemos efectuar aqui, a introdução do esquema não provoca nenhum abalo teórico substantivo e exige apenas ligeiras adaptações conceptuais.

Se assim é, parece claro que o esquema hilemórfico não é suficiente para dividir o pensamento aristotélico em dois sistemas «incomensuráveis», como quer Graham.

Mas mais do que isso: parece claro que os próprios «sistemas» em que Graham o divide não têm real fundamento.

Com efeito, os tratados de lógica não formam, por si mesmos, um sistema diferenciado, nem do ponto de vista cronológico (foram provavelmente redigidos com significativa dilação temporal), nem do ponto de vista doutrinal (a ausência do esquema hilemórfico só pode ser garantida no caso das *Categorias* e tem decerto de ser excluída no caso dos tratados mais modernos, contemporâneos já de escritos onde a sua presença está bem atestada).

E, se os tratados de S1 não formam *um* sistema, é evidente que «todos os outros tratados» também não podem formar *outro* sistema.

Comprovemo-lo, percorrendo as diferenças que Graham expressamente aponta entre os seus *two systems*.

---

[15] Veja-se a este respeito os nossos estudos «O 'Quadrado Ontológico'», in *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, e «Tipos de Predicação em Aristóteles» (inédito).

Se seguirmos o esquema em que o autor contrapõe as características de S1 e S2 [16], facilmente concluiremos que todas elas são reconduzíveis a uma destas categorias: ou as alegadas diferenças pura e simplesmente não existem; ou são simples decorrências da

---

[16] A pp. 80-81. Para maior facilidade no acompanhamento do que segue, reproduzimo-lo aqui:

Ontology

	S1	S2
O1	Primary substances exist independently. For all other entities, to be is to be In a subject or Said-of a subject — i. e. to depend on a primary substance.	Primary substances exist independently. For all other entities, to be is to be a substratum of a concrete substance or an accident of a concrete substance.
O2		Form is substance in the primary sense.
O3	Primary substances are ontologically indivisible particulars.	The concrete substance is composed of form and matter.
O4	Every primary substance falls under a secondary substance, which is a species.	Every concrete substance falls under a species which is identical with its form.
O5	Every species is either identical to a primitive genus or is identical with the differentia of a genus.	=
O6	Species and genera are natural kinds.	=
O7		A concrete substance exhibits more reality to the degree that its form is more completely realized in its matter.

Logic

	S1	S2
L1	There are two forms of predication: EP [= essential predication] is of the form S is P; AP [= accidental predication] is of the form S has P.	There are two forms of predication: EP* is of the form *m-F* is *F*; AP* is of the form *m-F* is A.
L2	Singular substantival terms refer to primary substances.	Singular substantival terms refer to the composite in virtue of its exhibiting a form.
L3		There is a class of mass terms which consists of indeterminate substantives standing for massive bodies.
L4	Deductions are syllogistic orderings of categorical statements.	

introdução do vocabulário hilemórfico, representando a adaptação do *mesmo* princípio a esse novo vocabulário; ou repousam em declarações que Aristóteles produz unicamente numa ocasião e que Graham descontextualiza e projecta sobre a totalidade do sistema; ou derivam de interpretações apressadas da doutrina aristotélica.

Comecemos pelo fim.

Há, pelo menos, um caso em que a «diferença» apontada por Graham resulta de uma compreensão indevida da lição aristotélica.

Trata-se de O3, em que Graham opõe a indivisibilidade da substância nas *Categorias* à sua «divisão» em matéria e forma na ontologia posterior, oposição só possível perante a incompreensão de que aquela se refere à indivisibilidade da substância enquanto último indivisível na ordem generativa [17].

Noutro caso (O4), Graham está, em parte, coberto pela ortodoxia e, em parte, exerce o seu legítimo direito de opção numa

Science

	S1	S2
S1	Scientific knowledge is demonstrative knowledge.	Wisdom is knowledge of the four causes.
S2	Demonstrative knowledge consists of theorems deduced from self-evident principles.	
S3	Scientific explanation is the deduction of phenomena from premisses exhibiting a cause.	Scientific explanation is explication of phenomena by means of the four causes.
S4	A cause is the middle term of a scientific syllogism.	A cause is an answer to the question Why.
S5	A cause is the missing link in a chain of universals exhibited by the terms of a sequence of syllogisms in a projected demonstration.	
S6	There are four kinds of cause: (1) the essential cause, (2) the logical ground, (3) the moving cause, and (4) the final cause.	There are four kinds of cause: (1) the formal cause, (2) the material cause, (3) the moving cause, and (4) the final cause.

[17] Este aspecto foi bem frisado na recensão de Wildberg («Two Systems in Aristotle?», pp. 198-199) e a correcção aceite por Graham na réplica «Two Systems in Aristotle» (p. 217), embora sem abdicação do ponto de vista primitivo (cf. pp. 217-219).

matéria disputada: mas nem é verdade que a noção de «substância segunda» seja específica das *Categorias*[18], nem a redução da forma à espécie, que Graham atribui dogmaticamente à ontologia de S2, é insusceptível de discussão[19].

Das restantes «diferenças», a segunda versão de L1 constitui manifestamente uma complexa elaboração a partir de uma afirmação aristotélica descontextualizada[20], ao passo que as variações que O1, O2, O7 e L2 registam são função exclusiva da introdução do esquema hilemórfico.

Restam os casos em que, a despeito das aparências, as características atribuídas a S1 e S2 não circunscrevem, de facto, nenhuma diferença entre os «dois sistemas».

Sucede assim com L3 (os termos massivos, longe de estarem «quase totalmente ausentes de S1»[21], estão presentes desde o *De ideis* e os *Tópicos*)[22] e decerto com L4, uma vez que, a despeito

---

[18] Vê-lo-emos no último estudo.

[19] Note-se que a última palavra de Graham a respeito do segundo ponto não será que, em S2, a forma é a espécie, porque a hesitação que ele encontra na posição aristotélica sobre esta questão constitui o próprio cerne dos «paradoxos e inconsistências» de que, segundo ele, o livro Z da *Metafísica* é um «repositório», mas sim que a posição de S2 *seria essa* se o depurássemos de todos esses «paradoxos e inconsistências». Ainda neste capítulo, relembre-se que O6, que é para Graham uma característica comum às ontologias de S1 e de S2, não é de facto uma característica nem de uma nem de outra, uma vez que, como mostrámos em outro local (*O Indivíduo*, § 9, *ad fin*, n.), não é o caso que Aristóteles restrinja as substâncias aos entes naturais.

[20] A afirmação segundo a qual «as outras coisas predicam-se da substância e esta [predica-se] da matéria» (*Metaph.* Z 3, 1029a23-24); encontram-se alusões à mesma ideia em *Metaph.* H 2, 1043a5-6, e mais remotamente em *Metaph.* B 1, 995b35. O desenvolvimento de Graham baseia-se, por outro lado, numa leitura da matéria e da forma como componentes reais da substância e numa correlativa dissolução da unidade da substância nesses dois componentes, teses que se afiguram filosoficamente muito discutíveis.

[21] *Op. cit.*, p. 70.

[22] Eis as referências mais significativas: *Id.* $R^2$184, $R^3$189, R5 (= Alexandre, *In Metaph.* 98.8-10 Hayduck); *Top.* I 7, 103a6-23; V 5, 135a20-b6; *Ph.* I 3, 186a16-22; I 4, 188a13-17; IV 5, 212b3-6; *Cael.* I 7, 274a30-33; III 3, 302a31-b1; III 3, 302b16-17; III 3, 302b25-26; III 5, 304a26-29; *GC* I 1, 314a18-20; I 1, 314a26-b1; I 5, 321b16-322a4; I 8, 326a32-33; I 10, 328a3-b22; II 7, 334a15-b30; II 11, 338b16-18; *Mete.* IV 8, 384b31-385a11; IV 10-12, 388a10-390b23; *De an.* I 4, 408a11-28; I 5, 409b29-410a13; I 5, 410a30-b2; *HA* I 1, 486a6-487a29; I 4, 489a24-29; I 6, 491a25-26; III 2, 511b2-10; IV 1, 523a32-b1; *PA* I 1, 640b17-23; II 1, 646a13-647b9; II 2, 647b10-648a19; *GA* I 1, 715a9-11; I 16, 721a25-30; I 18, 722a15-b3; I 18, 722b30-723a23; I 18, 724b24-35; II 1, 734a27-28; II 4, 740a15-22; II 4, 740b15-19; II 6, 743a4-5; *Metaph.* A 9, 992a6-8; Δ 27, 1024a16-28; Λ 3, 1070a19-20; N 5, 1092b18-19.

da inexplicável omissão de qualquer contraparte em S2, não é razoável conceber que, neste sistema «mais rico», as «deduções» tenham deixado de ser «ordenações silogísticas de asserções categóricas».

Mas é sobretudo no que toca às «diferenças» relativas à teoria da ciência que a total sobreponibilidade de S1 e S2 se verifica.

Não se percebe, desde logo, a oposição que em S1-S3 se quer instaurar entre «demonstrar» e «explicar por meio das quatro causas».

De acordo com a lição aristotélica constante, demonstrar é explicar por meio de causas [23] e explicar por meio das quatro causas é seguramente demonstrar [24].

Só quando olhamos para o texto que o esquema resume ficamos com a verdadeira noção da orientação que Graham tem em mente.

Vale a pena apreciá-lo directamente [25]:

> Em vez de um sistema formal fechado, o método científico de S2 parece suportar uma investigação de textura mais aberta, na qual o escrutínio de opiniões recebidas está em pé de igualdade com as definições e o argumento tem um carácter mais frequentemente dialéctico do que dedutivo. Exemplos, analogias, argumentos indirectos e *ad hominem* são elementos frequentes das explicações científicas de Aristóteles. Se há alguma coisa que parece distinguir os discursos científicos de Aristó-

---

[23] Paradigmaticamente, neste trecho dos *Segundos Analíticos*: «a demonstração é um silogismo que prova pela causa e pelo porquê [συλλογισμὸς δεικτικὸς αἰτίας καὶ τοῦ διὰ τί]» (*APo*. I 24, 85b23). Mas ver também *APo*. I 2, 71b9-72a8; I 6, 74b26-32; I 13, 78a22-79a16; II 2, 89b36-90a5.

[24] Aristóteles di-lo de um modo que não poderia ser mais claro no enunciado das quatro causas de *APo*. II 11: «Consideramos conhecer cientificamente [ἐπίστασθαι] quando sabemos a causa [ὅταν εἰδῶμεν τὴν αἰτίαν]. Ora há quatro tipos de causa: um é a essência; outro que, sendo certas coisas, esta é necessariamente; outro ainda o que principia o movimento; em quarto lugar, o propósito de algo. Todas elas provam através do termo médio [πᾶσαι αὗται διὰ τοῦ μέσου δείκνυνται].» (94a20-24.) Por outro lado, a noção de que conhecer cientificamente é conhecer as causas ocorre exactamente nos mesmos termos em S2 (cf. *Ph*. I 1, 184a10-16; II 3, 194b17-20; *Metaph*. A 3, 983a24-26; α 1, 993b23-24; α 2, 994b27-31; E 1, 1025b5-7; K 7, 1063b36-1064a1) e em S1 (ver especialmente *APo*. I 2, 71b9-71b33, e I 24, 85b27-86a3).

[25] *Op. cit.*, p. 79.

> teles dos seus discursos lógicos é o uso das quatro causas como veículos de explicação. Gostaria de sugerir que é a própria teoria das quatro causas que fornece a lógica da explicação científica em S2.

Já vimos que a explicação pelas causas está longe de ser exclusiva de S2 e que, pelo contrário, a noção canónica de demonstração nos *Segundos Analíticos* é justamente a de uma explicação pelas causas. Sem dúvida que essa explicação tem forma silogística, uma vez que a demonstração é um tipo particular de silogismo, a saber, o silogismo científico [26]; mas dizer que a demonstração é o silogismo científico não significa senão afirmar que, nela, a conclusão não é simplesmente retirada validamente das premissas, mas é *explicada* pela sua causa, isto é, pelo termo médio [27].

Por outro lado, o esquema das quatro causas está também longe de ser exclusivo de S2. Embora sem a frequência com que o encontramos nos tratados físicos e metafísicos e *pela mesma razão* pela qual a sua ocorrência é muito rara nos tratados de ética ou de política, a saber, aquela que há pouco invocámos para explicar o silêncio do esquema hilemórfico nos tratados lógicos, a doutrina das quatro causas está claramente presente, *sempre que pertinente*, nos escritos de S1 [28].

Resta, portanto, como característico do «método científico de S2», a investigação «de textura mais aberta» que Graham anuncia. Mas basta ler um texto tão central em S2 como a *Metafísica* Z para perceber o que Aristóteles teria a dizer acerca de um método em que «o escrutínio de opiniões recebidas» estivesse «em pé de igualdade com as definições» [29]. E basta acompanhar qualquer

---

[26] Cf. *APo.* I 2, 71b17-19 (e em geral 9-25). Ver também *APr.* I 4, 25b26-31, e *APo.* II 7, 92a34-37.

[27] Cf. *APo.* I 6, 74b26-32; I 24, 85b23-27; II 2, 89b36-90a11; e ainda: *APo.* I 13, 78a22-79a16; I 14, 79a17-24; I 31, 87b33-88a11. Aliás, o próprio Graham reconhece isto: releia-se o enunciado de S3-S5.

[28] Assim, o esquema como tal é exposto desenvolvidamente em *APo.* II 11, 94a20-b26; mas já em *APo.* I 24, 85b27-86a3, a noção canónica de causa final, na nomenclatura técnica, comparece. A ausência desta doutrina nos *Primeiros Analíticos* tem a explicação óbvia; e não é por isso desprovido de significado que ela esteja também ausente do *De interpretatione*, que um largo conjunto de autores, de Brandis a Rist, considera uma das últimas obras de Aristóteles. Só no caso das *Categorias* e dos *Tópicos* ela é seguramente motivada pelo carácter precoce dos tratados.

[29] Ver em particular *Metaph.* Z 4, 1029b22-1030b13.

tratado do «segundo sistema» para concluir que, para Aristóteles, nunca um argumento dialéctico é mais do que preliminar a um argumento analítico [30]. Quanto a conceber que Aristóteles poderia ter inventado a silogística (o primeiro sistema de lógica formal no Ocidente) para a abandonar em seguida, no novo e melhor S2, em favor de um método centrado em exemplos, analogias, argumentos indirectos e argumentos *ad hominem* é o que não admite outra reacção que não a de um fundado horror [31].

Também a oposição expressa em S4-S5 se afigura, no mínimo, desconcertante. É que a fórmula em que se entende resumir a especificidade do «segundo sistema» no que respeita à noção de causa («uma causa é uma resposta à questão 'Porquê?'») não só está presente em S1 como é aí mesmo que ela é canonicamente definida dessa forma, não por oposição, mas *como esclarecimento*, à noção de causa enquanto «termo médio de um silogismo científico» [32].

Finalmente, a alegada diferença conceptual entre o elenco das quatro causas nos *Segundos Analíticos* e nos tratados do «segundo sistema» (S6) não tem absolutamente nenhuma base textual.

---

[30] Veja-se, por exemplo: *APo.* I 22, 82b37-84a30; I 24, 85b23-86a30; I 32, 88a19-b7; *Ph.* III 5, 204b4-205a7; *Metaph.* Z 4, 1029b13-1030b3; cf. *Cael.* I 7, 275b12--276a17; I 10-12, 280a32-283b9; *Metaph.* A 2, 982a4-b10. Tratámos deste aspecto no artigo «A dialéctica e o conhecimento dos primeiros princípios», in *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*.

[31] Graham procura invocar ainda a velha observação de que os tratados de Aristóteles pouco ou nada evidenciam a estrutura demonstrativa exposta nos *Segundos Analíticos*, sugerindo que a explicação estaria no abandono desta como modelo de procedimento científico (cf. pp. 78-79). Mas a verdade é que já foram oferecidas para este problema diversas explicações (de que a mais conhecida é a defendida modernamente por Barnes em «Aristotle's Theory of Demonstration») e decerto muitas outras se somarão às existentes. Uma coisa é, todavia, possível antecipar com segurança verdadeiramente apodíctica: nenhuma poderá alguma vez ser pior do que esta.

[32] Veja-se todo o desenvolvimento sobre os quatro tipos de investigação em *APo.* II 1-2, 89b23-90a34, cujo resultado é justamente a recondução da busca do termo médio à busca da causa, entendida como resposta à pergunta διὰ τί (a que se reduz finalmente a pergunta τί ἐστι). É justamente esta lição que se encontra subjacente em textos tão decisivos do «segundo sistema» como *Metaph.* Z 17, 1041a10-b9, H 2, 1043a2-26, e H 6, 1045a14-33. Nada indica, por outro lado, que as fórmulas do «primeiro sistema» para S4-S5 não estejam presentes em S2; o único motivo pelo qual não comparecem aí de modo expresso reside no facto de Aristóteles remeter sempre, explícita ou implicitamente, para os *Segundos Analíticos* quando fala de demonstração em outros tratados, o que é aliás um sinal indesmentível de que a doutrina deste tratado permanece canónica em S2.

Consciente da impossibilidade de recusar a presença da doutrina em S1, Graham depende aqui fundamentalmente de distinções especiosas e puramente verbais.

Assim, no elenco das causas dos *Analíticos* não existiria causa material; e verdadeiramente também não existiria causa *formal*, mas apenas causa essencial.

Nesta medida, no esquema de S2 estaria presente algo que no esquema de S1 está ausente: justamente o par matéria/forma.

É, desde já, de estranhar esta espécie de argumento *ex silentio* enfraquecido.

Decerto que da ausência de um enunciado das quatro causas no *De anima* ou nas *Éticas* não decorre que estes tratados desconhecessem ou não aplicassem essa doutrina.

Como é então possível atribuir esse desconhecimento a um conjunto de tratados onde tal enunciado *está presente?*

Mas admitamos que as discrepâncias vocabulares que Graham sublinha são suficientes para fazer surgir a suspeita de uma divergência doutrinária subjacente.

Os textos de Aristóteles encarregam-se de a eliminar imediatamente.

Desde logo, de entre os elencos integrais das quatro causas [33], não se verifica aquela rigidez vocabular sem a qual Graham não pode sustentar o seu argumento.

---

[33] Ocorrências expressas e completas são as seguintes: *Ph.* II 3, 194b23-26; II 3, 195a18-19; II 7, 198a20-21; II 7, 198a23-24; IV 1, 209a20-21; *GC* II 9, 335a29-30; *SomnVig.* 2, 455b14-16; *PA* I 1, 641a25-28; *GA* I 1, 715a6; V 1, 778a34-b11; *Metaph.* A 3, 983a29-30; α 2, 994a 3-5; B 2, 996b5-8; Δ 2, 1013a24-26; H 4, 1044a34-35; N 5, 1092b23-25. Outras referências integrais são implícitas ou controversas; ver *APo.* II 11, 94a20-b26; *Ph.* II 7, 198a31-35; II 7, 198b4-9; IV 3, 210a20-24; *PA* I 1, 641a25--28; *GA* II 1, 731b20-24; II 1, 733b25-26; II 6, 742a20-b18; V 8, 789b3-15; *Metaph.* Z 7, 1032a12-25; Z 8, 1033a24-28; Λ 4, 1070b25-30. Para além destas, existem diversas ocorrências incompletas. Assim, com apenas três causas em: *Mete.* IV 5, 382a28-30; IV 12, 389b28-390b2; IV 12, 390b17-20; *De an.* II 4, 415b8-28; *GA* II 1, 731b20-24; II 1, 733b25-26; II 6, 742a20-b18; V 8, 789b3-15; *Metaph.* Z 7, 1032a12--25; H 4, 1044a32-b20; Λ 3, 1069b36-1070a2; Λ 5, 1071a13-17; Λ 10, 1075a38-b1. Com apenas duas causas em: *GC* I 3, 318a1-2; *Mete.* I 2, 339a27-32; IV 10, 388a20-26; *De an.* III 5, 430a10-25; III 10, 432a15-433a8; *Metaph.* Δ 17, 1022a6-10; Δ 24, 1023a26--31; H 4, 1044a23-32; Λ 3, 1070a21-24; *EN* VI 2, 1139a31-32. Só a causa material em: *Ph.* III 7, 207b35-208a4; *Metaph.* A 3, 983b8-11. Só a causa eficiente em: *Metaph.* A 3, 984a16-27; *EE* II 6, 1222b15-23. Só a causa final em: *APo.* I 24, 85b27-86a3; *MA* 6, 700b4-701a6; *Metaph.* A 2, 982b7-10; A 7, 988b6-16; A 9, 992a29-32; α 2, 994b9-16; B 2, 996a22-29; Θ 8, 1050a7-23; K 1, 1059a35-38; *EN* VII 9, 1151a16; *EE* I 8, 1218b10-24; II 10, 1226b25-29; II 10, 1227a5-31; II 11, 1227b28-33.

Pois, se é apenas a ausência do par matéria/forma que se quer sublinhar, S6 perde especificidade e revertemos à alegação de que o esquema hilemórfico não está presente em S1.

Pelo contrário, para mostrar que S1 é doutrinária ou conceptualmente distinto *do ponto de vista da doutrina das causas* ou mesmo apenas que a ausência do vocabulário hilemórfico num contexto teórico que o reclamaria constitui um indício da ausência do esquema matéria/forma que em devido tempo não soube imputar com segurança a S1, é necessário mostrar que tal vocabulário é *indissociável* da doutrina das quatro causas.

Ora é precisamente isso que Graham não está em condições de fazer.

Decerto que o conceito técnico de matéria (ὕλη) ocorre num número esmagador de ocorrências integrais (treze em dezasseis) [34]. Todavia, em duas importantes passagens a nomenclatura difere. Fala-se então apenas em «aquilo a partir de que, pela sua presença, algo vem a ser» (τὸ ἐξ οὗ γίγνεταί τι ἐνυπάρχοντος) [35]; e, em ambos os casos, as premissas da demonstração são dadas, de modo expresso e inequívoco, como exemplo de causa material [36]. Ainda noutro local, a causa material é apresentada como *conditio sine qua non* do causado [37]; e mais uma vez as premissas são o exemplo oferecido [38].

No que toca à causa formal, as ocorrências integrais estão exactamente divididas ao meio: em oito casos fala-se em forma [39], em outros oito fala-se em essência ou conceitos conexos [40]. Mas, para além disso, em cinco das primeiras ocorrências, a noção de

---

[34] *Ph.* II 7, 198a20-21; II 7, 198a23-24; IV 1, 209a20-21; *GC* II 9, 335a29-30; *SomnVig.* 2, 455b14-16; *PA* I 1, 641a25-28; *GA* I 1, 715a6; V 1, 778a34-b11; *Metaph.* A 3, 983a29-30; α 2, 994a 3-5; B 2, 996b5-8; H 4, 1044a34-35; N 5, 1092b23-25.

[35] *Ph.* II 3, 194b23-26, e *Metaph.* Δ 2, 1013a24-26.

[36] Assim, em *Ph.* II 3, 195a18-19: «[…] e as hipóteses são causa da conclusão, *no sentido do seu a partir do qual*» ([…] καὶ αἱ ὑποθέσεις τοῦ συμπεράσματος ὡς τὸ ἐξ οὗ αἰτία ἐστιν); cf. *Metaph.* Δ 2, 1013b17-21.

[37] Cf. *Ph.* II 7, 198b7-8.

[38] O mesmo sucede ainda em *Metaph.* Δ 1, 1013a14-16.

[39] *Ph.* II 3, 194b26; II 7, 198a23-24; IV 1, 209a21-22; *GC* II 9, 335a29-30; *Metaph.* B 2, 996b5-8; Δ 2, 1013a26-29; H 4, 1044a36; N 5, 1092b23-25.

[40] Τὸ τί ἦν εἶναι: *Ph.* II 7, 198b8; *Metaph.* A 3, 983a27 (τὴν οὐσίαν καὶ τὸ τί ἦν εἶναι); *Metaph.* α 2, 994a10-11. Τὸ τί ἐστιν: *Ph.* II 7, 198a16. Οὐσία: *PA* I 1, 641a25-28. Ὁ λόγος τῆς οὐσίας: *GA* I 1, 715a4; *GA* V 1, 778a34-b11. Ὁ λόγος: *SomnVig.* 2, 455b14-16.

forma surge expressamente assimilada à essência [41] ou à definição [42] e, só em três, «forma» aparece isoladamente [43].

Acresce que só num número reduzido de casos [44] e em nenhum dos enunciados aristotélicos *ex cathedra* (que são também aqueles que Graham especialmente considera) [45], encontramos o par matéria/forma [46].

A consequência é óbvia. Não há nenhuma relação indissociável entre a doutrina das quatro causas e o vocabulário hilemórfico. E também não há qualquer esquema das quatro causas que pudesse ser considerado de referência e onde estas sejam introduzidas por esse vocabulário. Ao invés, quando isso sucede, estamos perante uma referência marginal; e, quando nos encontramos perante um enunciado canónico, a regra não se verifica: ora aparece a forma, mas não a matéria, ora aparece a matéria, mas não a forma. Todavia, sem uma dessas condições, a tese de Graham não vinga.

Por outro lado, a discrepância que o autor precisa de sustentar entre a causa formal e a causa essencial, para poder afirmar que os *Segundos Analíticos* só conhecem esta, não é manifestamente suportada pelos textos, quer porque a essência ou a definição surgem mencionadas em vez ou ao lado da forma na quase totalidade das ocorrências, quer porque a causa formal é expressamente caracterizada como sendo idêntica à essência ou à definição em diversas, quer ainda porque em dois dos enunciados canónicos é a essência ou a definição, não a forma, que figura. Para mais, em rigorosamente metade dos elencos integrais do «segundo sistema» o modo como a causa formal é introduzida é exactamente o mesmo que se nos depara nos *Segundos Analíticos*.

Finalmente, no que toca à causa material, a fórmula deste tratado nada tem de inaudito. Como vimos, as premissas da de-

---

[41] *Metaph.* H 4, 1044a36: τί δ᾽ ὡς τὸ εἶδος; τὸ τί ἦν εἶναι.

[42] É o que sucede em *Ph.* II 3, 194b26-27, e *Metaph.* Δ 2, 1013a26-28 (τὸ εἶδος καὶ τὸ παράδειγμα, τοῦτο δ᾽ ἐστὶν ὁ λόγος ὁ τοῦ τί ἦν εἶναι καὶ τὰ τούτου γένη), bem como de modo mais alusivo em *Ph.* IV 1, 209a21-22 (εἶδος καὶ λόγος τῶν πραγμάτων), e *Metaph.* N 5, 1092b23-25 (λόγος καὶ εἶδος τῶν πραγμάτων).

[43] Τὸ εἶδος: *Ph.* II 7, 198a23-24; *Metaph.* B 2, 996b5-8. Ἡ μορφή: *GC* II 9, 335a29-30.

[44] *Ph.* II 7, 198a23-24; IV 1, 209a20-21; *GC* II 9, 335a29-30; *Metaph.* B 2, 996b5--8; H 4, 1044a34-35; N 5, 1092b23-25.

[45] A saber: *Ph.* II 3, 194b23-195a3; II 7, 198a16-b9; *Metaph.* A 3, 983a26-32; *Metaph.* Δ 2, 1013a24-b3.

[46] Salvo, subordinadamente, na passagem de *Ph.* II 7 referida na n. 43.

monstração são dadas regularmente como exemplos de causa material, nomeadamente em três dos quatro elencos canónicos. Ora, não é senão demasiado compreensível que, numa obra com a natureza dos *Segundos Analíticos*, o elenco das quatro causas esteja adaptado ao objecto que nele se analisa e, portanto, que a causa material surja imediatamente vinculada à demonstração.

A esta luz, podemos concluir que não há nenhuma heterodoxia no elenco das causas dos *Analíticos*, nem nenhuma diferença teórica relevante entre este elenco e aqueles que encontramos no «segundo sistema». E, se assim é, não há também nenhuma diferença a este respeito (muito menos «incompatibilidade» ou «incomensurabilidade») entre S1 e S2.

Que retirar deste longo percurso?

Manifestamente, que a diferença, a incompatibilidade e a incomensurabilidade entre os «dois sistemas de Aristóteles» não possuem qualquer sustentação textual.

Mas, principalmente, que só é possível sustentá-las *contra toda a evidência textual*, barrando antecipadamente o acesso aos textos pela interferência de uma reconstrução apriorística do pensamento aristotélico que de si mesma não tem consciência.

A TST não é senão essa reconstrução, não descoberta em Aristóteles, mas projectada nele.

O seu último motivo é, no fundo, o de toda a abordagem genética do pensamento aristotélico: a pressuposição da própria evolução, que é como quem diz, a recusa em harmonizar.

Encontramo-la aqui, contudo, de um modo paradigmático.

Lembremos que o autor é levado a reconhecer que Aristóteles nunca abandona o seu «primeiro» sistema [47] e que, segundo ele, tal persistência enreda o filósofo numa série de inconsistências cujo repositório é esse «compêndio de paradoxos aristotélicos, a *Metafísica* VII» (!) [48].

---

[47] «There is no evidence that Aristotle ever abandoned S1. Throughout the corpus, he makes backward references to the works of S1, citing them as providing illumination for theories under discussion. This of course implies that he still accepts the expositions in question without reservations.» (P. 207.) «Furthermore, Aristotle actually asserts some key principles of S1 in works of S2. In particular, he invokes certain of these obsolete principles in *Met*. VII.» (p. 208) «But the fact is that, far from repudiating S1, Aristotle continues to make use of its principles, even in the context of metaphysical expositions in S2.» (*Ibid*.)

[48] *Op. cit*., p. 207.

Ora, se «não há nenhuma prova de que Aristóteles chegou alguma vez a abandonar S1», se «ao longo do *corpus*, faz referências retrospectivas a obras de S1, citando-as como esclarecedoras para as teorias em discussão», se isto implica que «ele ainda aceita sem reservas as exposições em causa», se, «longe de repudiar S1, continua a fazer uso dos seus princípios, inclusive no contexto de exposições metafísicas de S2» e «assere mesmo alguns princípios-chave de S1 em obras de S2», qual o sentido de continuar a falar em *Aristotle's two systems*, a não ser porque esta é a única coisa de que não se está disposto a abdicar e, tal como na história do túmulo da princesa, a obra que se pretendia interpretar veio a ficar inesperadamente a mais?

Evidentemente, para quem encara o assunto com neutralidade, a conclusão é antes a inversa: a admissão de que Aristóteles nunca abandona o seu «primeiro» sistema e de que a sua subsistência é, para a teoria, causa de novos paradoxos e inconsistências para além daqueles que a TST tinha sido chamada a resolver constitui o mais cabal reconhecimento do fracasso da interpretação.

Com efeito, se uma interpretação não consegue justificar ou dissolver os paradoxos e inconsistências do pensamento que interpreta, é uma má interpretação. Mas se, além disso, é levada ela própria a multiplicar os paradoxos e inconsistências que se encontravam no início, é uma interpretação descontrolada. E se, para mais, tendo sido expressamente concebida, como é o caso, para eliminar paradoxos e inconsistências, finalmente desemboca na evidência de que esses paradoxos permanecem e outros porventura surgiram, é pura e simplesmente uma interpretação auto-refutativa.

A TST é uma má interpretação, uma interpretação descontrolada e uma interpretação auto-refutativa.

Acresce que o que Graham verdadeiramente faz ao longo da sua análise do «compêndio de paradoxos aristotélicos» [49] não é senão descobrir até que ponto as ontologias das *Categorias* e da *Metafísica* Z estão próximas: quer dizer, até que ponto essas ontologias *são a mesma*, até que ponto há *uma única* ontologia em Aristóteles.

É a essa descoberta que Graham chama a inconsistência de Aristóteles.

---

[49] Cf. *ibid*., pp. 207-262.

Mas é evidente que ela só constitui tal inconsistência para quem, como ele, insistiu que havia dois sistemas em Aristóteles e depois foi forçado a admitir que, na ordem objectiva que ele desde o início se devia ter atido a interpretar, os dois sistemas são afinal um só.

A melhor réplica à TST neste ponto consistiria, naturalmente, em exibir a compatibilidade e a continuidade entre a ontologia das *Categorias* e a ontologia da *Metafísica*, em patentear que a *Metafísica* Z, no ponto mesmo onde para Graham os paradoxos têm o seu «vértice» (a questão da individualidade ou universalidade da essência), não é um «compêndio de paradoxos», em evidenciar enfim a harmonia fundamental da doutrina aristotélica em ontologia. Mas tudo isso obrigaria a um esforço suplementar que não poderá ser aqui desenvolvido.

Não obstante, do ponto de vista que agora nos prende, o fundamental é apenas sublinhar, como julgamos ter feito, em que medida o evolucionismo filosófico acaba por reproduzir (e em certos casos agravar) todas as fragilidades do evolucionismo biográfico.

Ultimamente, o pressuposto da evolução, agora liberto da obrigação de se substanciar em dados históricos ou mesmo textuais, revela-se como o único motivo da própria abordagem evolucionista. A imputação de «evolução» transforma-se, assim, num substituto da interpretação.

Exactamente ao contrário do evolucionismo de recurso, para o qual a evolução é a última resposta após todas as outras interpretações terem sido tentadas sem sucesso, no evolucionismo filosófico, concebido à maneira de Graham, ela é a primeira resposta e, no fundo, um simples expediente para renunciar a interpretar.

VIII

BALANÇO DA ABORDAGEM GENÉTICA DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO

O tom muito crítico adoptado ao longo da análise precedente pode levar a crer que nada existe de valor na abordagem genética do pensamento aristotélico e que o melhor a fazer seria abandoná-la por completo.

Alguns autores têm desde há muito pendido para esta conclusão, ora considerando que a história da abordagem genética proclama o seu irremissível fracasso [1], ora retirando dela e dos vícios estruturais de que enferma a necessidade de a rejeitar liminarmente [2].

Todavia, o périplo anterior não autoriza uma conclusão tão drástica.

Alguns avanços decisivos e, porventura, até alguns adquiridos definitivos na compreensão do pensamento aristotélico devem-se à abordagem genética.

A noção de que Aristóteles construiu a sua obra ao longo da vida, que a ordem canónica do *corpus* não nos deve iludir quanto

---

[1] Encontramos este diagnóstico pelo menos desde a introdução de Barker à sua tradução da *Política*, de que reproduzimos o excerto relevante na n. 20 do capítulo III deste estudo. Mas veja-se também, mais recentemente, Irwin, *Aristotle's First Principles*, p. 11.

[2] Cf. em especial Giorgiantonio, «Come Werner Jaeger ha inteso Aristotele»; Grene, *A Portrait of Aristotle*, pp. 26-37; López Salgado, «Jaeger y la metafisica aristotelica»; Lachterman, «Did Aristotle 'Develop'?» (a mais profunda, penetrante e exaustiva desmontagem da aproximação genética ao pensamento aristotélico, muito em particular nos termos jaegerianos); Barnes, «Life and Work», pp. 17-22.

à ordem cronológica da sua redacção, que muitos dos seus tratados evoluíram por estratos (aspectos tão banais que nos fazem esquecer onde tiveram origem) constituem um legado fundamental da perspectiva genética desde Jaeger e, nalguns casos, desde antes dele.

Mas é inegável que, do que antecede, resulta também a evidência de algumas limitações constitutivas e de alguns riscos inerentes à abordagem genética do pensamento aristotélico.

Recordemos os principais.

Desde logo, a abordagem genética, qualquer que seja a orientação que adopte ou os métodos particulares a que recorra, repousa sempre numa determinada concepção antecipada da direcção geral do pensamento aristotélico, ou, no mínimo, numa confiança inquestionada quanto à datação de certas obras. Se já se tivesse chegado a algum consenso solidamente fundado do ponto de vista histórico sobre o último aspecto, nem ele nem, em menor grau, o primeiro afectariam a validade das propostas. Mas não é isso que acontece. Não há praticamente nenhum escrito cuja datação possa ser estabelecida de forma irrepreensível, isto é, cuja datação não dependa *também* de critérios filosóficos subjectivos.

Daqui resulta uma evidente circularidade. É que a direcção da evolução de Aristóteles, ainda que somente na sua estrutura geral, e a sequência dos seus escritos, mesmo que apenas nas suas balizas extremas, não pode ser pressuposta: é à própria abordagem genética que cabe *demonstrá-la*. E se ela só logra fazê-lo pressupondo o que há a demonstrar, estamos então perante uma ocorrência clássica de petição de princípio.

Ora a verdade é que, em todas as propostas que fomos acompanhando, mesmo naquelas em que nenhum esquema preconcebido é projectado, há pelo menos determinados pontos de referência cronológicos que têm de ser postulados. E daí que a circularidade inevitavelmente decorra.

Para mais, os pressupostos que norteiam as reconstruções da evolução filosófica de Aristóteles não são simplesmente insinuados para o lugar das conclusões: muitas vezes, são totalmente especulativos e derivam unicamente de uma impressão do seu autor quanto às fracturas teóricas que a obra aristotélica parece testemunhar. Em dois pólos diferentes, as reconstruções de Jaeger e de Graham constituem bons exemplos deste vezo.

Do mesmo modo, os dados de que tais reconstruções se servem são em regra extremamente conjecturais. Já falámos, a propósito do projecto jaegeriano, do problema associado à fidedignidade dos «fragmentos» de Aristóteles. Mas mais grave ainda é o

da proliferação de «edições primitivas» de secções dos tratados subsistentes que, muito para além daquilo que os catálogos antigos autorizam, a maior parte dessas reconstruções, nomeadamente adentro a matriz biográfica, é levada a postular [3]. A este resultado está evidentemente ligado o método de «cirurgia fina» que o evolucionismo biográfico invariavelmente cultiva e cujos efeitos perversos no que respeita à pulverização dos tratados aristotélicos tivemos ocasião de repetidamente evocar [4].

Todavia, para que se possa fazer um balanço rigoroso e equilibrado da abordagem genética do pensamento aristotélico, nos seus aspectos fecundos e merecedores de acolhimento e continuidade, bem como nos seus aspectos problemáticos e inassimiláveis, não basta sublinhar as grandes características comuns que a apreciação retrospectiva das diversas propostas nos devolve. É necessário restituir e avaliar os argumentos fundamentais que, sob a diversidade das propostas e das próprias matrizes a que elas se subordinam, orientam a prática de todas elas e ultimamente fundamentam, em todas elas, a própria presunção da evolução.

Diríamos que esses argumentos são essencialmente dois: o argumento pela diferença e o argumento pela omissão.

O argumento pela diferença pode ser assim enunciado: sempre que um conceito, um princípio, uma doutrina ou um problema são introduzidos, trabalhados ou resolvidos de modo diferente de tratado para tratado, isso acontece porque estes correspondem a estratos evolutivos diferentes, sendo que o anterior e o posterior podem ser determinados pela «maturidade» relativa manifestada pelo seu tratamento em cada um deles.

Argumento pela omissão: se um conceito, um princípio ou uma doutrina se encontram ausentes de determinado tratado, isso deve-se ao facto de esse tratado representar um estádio evolutivo «mais primitivo» que ainda os desconhece.

---

[3] O que sugere a Pellegrin esta reflexão muito justa: «Rien n'est impossible à ce genre de lecture, sinon de se garder de l'ironie du lecteur devant la génération spontanée de 'versions antérieures' de nos textes, qui, comme les dieux, semblent exister d'autant plus fermement que personne ne les a jamais vues.» («La *Politique* d'Aristote: unité et fractures», p. 4.)

[4] Este aspecto foi bem enfatizado recentemente por Graham (*Aristotle's Two Systems*, p. 6). Mas é porventura M. Grene que coloca a questão de um modo mais incisivo: «The whole procedure finally issues in a sort of Heraclitean flux: from one page to the next one is never reading the same Aristotle, and finally there is no Aristotle left to read at all.» (*A Portrait of Aristotle*, pp. 27-28.)

Os dois argumentos têm valores muito diversos.

O argumento pela diferença é manifestamente inválido. De que um mesmo tópico é analisado de formas diversas ou um mesmo problema resolvido de modos diferentes em dois tratados de Aristóteles a única coisa que verdadeiramente decorre é que esses tratados são diferentes. Nada obriga a que tenham sido redigidos em momentos temporalmente distanciados (embora se possa conceder que há uma probabilidade de que tal tenha sucedido), muito menos que integrem *estratos* cronológicos diversos, isto é, blocos doutrinariamente coerentes que, num mesmo período, cruzam transversalmente a totalidade da obra aristotélica, e menos ainda que exista entre eles uma evolução dirigida num sentido único e bem determinado.

Uma ilustração um pouco rebuscada, mas de modo algum extravagante, permite vê-lo com clareza: imaginemos que Aristóteles, perante um problema passível de duas soluções diferentes, escreveu dois ensaios argumentando num sentido e noutro [5]. Teríamos nesse caso dois textos contemporâneos, pertencentes ao mesmo estrato cronológico (se é que há tal coisa na obra aristotélica) e sem nenhuma evolução filosófica entre si, mas perfilhando perspectivas teóricas incompatíveis.

Não é necessário, todavia, enveredar pelo regime conjectural. Mesmo nos casos mais típicos, é manifesto que as variações doutrinais ao longo do *corpus* podem ter explicações muito diversas e nem todas passam necessariamente por uma dilação temporal. E ainda que fosse possível situá-las em momentos distintos e seriá-las de um modo historicamente indiscutível, nada poderia garantir *a priori* que a discrepância seja fruto de uma evolução e não de uma razão filosófica de outra ordem [6].

---

[5] De acordo, aliás, com uma metodologia por ele recomendada nos *Tópicos* (VIII 14, 163a36-b9) e que a origem dos tratados escolares não torna inverosímil.

[6] Vejam-se a este respeito as judiciosas observações de Moraux: «De plus, dans ce cas-ci comme dans bien d'autres du même genre, l'hypothèse génétique risque de masquer la vraie difficulté, au lieu de la résoudre. Selon qu'il parlait en cosmologue, en métaphysicien, en biologiste, en moraliste, etc., Aristote a pu, en effet, considérer un même objet sous plusieurs angles différents et il en est parfois résulté d'apparentes contradictions. Si gênantes qu'elles soient pour nous, celles-ci doivent être jugées comme des fruits d'un génie polymorphe et soucieux d'embrasser le réel dans toute sa complexité, même au prix de difficultés internes dans la synthèse ainsi élaborée.» (*Du ciel*, pp. XLIII-XLIV.)

Por outro lado, tais variações não têm de ter sido todas produzidas por Aristóteles em momentos localizados de reavaliação global do seu pensamento, como a divisão em estratos cronológicos requer. É este um dos mais entranhados preconceitos da abordagem genética.

Nesta medida, a existência de diferenças teóricas como as previstas no argumento não implica, ao contrário do que ele estabelece, a existência de uma evolução do pensamento aristotélico.

Só quando essas diferenças são atestadas em obras que dados ou argumentos independentes (jamais a sua putativa «maturidade» relativa) permitem situar com segurança em momentos diversos é que se pode falar numa mutação doutrinária. E só é legítimo declarar que essa mutação traduz uma evolução (e não necessariamente uma evolução no sentido da abordagem genética), se for possível documentar outros momentos, temporal e doutrinariamente distintos, dispostos na mesma linha de orientação.

A situação do argumento pela omissão é completamente distinta.

Sem dúvida que também ele não pode ser considerado inqualificadamente válido. Mas, mercê dos convenientes ajustamentos, pode.

Com efeito, se é certo que nada obsta a que Aristóteles não mencione determinada noção ou não apele para determinada teoria apenas porque os tópicos versados no tratado em causa não justificam a introdução dessa noção ou não requerem o aparato dessa teoria, é igualmente certo que, sempre que os tópicos de um tratado *justifiquem de facto* a introdução de um conceito ou requisitem de facto uma teoria que dele se encontram ausentes, o argumento pela omissão torna-se singularmente forte.

Apenas dois ou três exemplos.

Da ausência da doutrina das quatro causas no *Sobre a Interpretação*, ou do esquema hilemórfico nos *Primeiros Analíticos*, ou da teoria do lugar natural na *História dos Animais*, não decorre que os referidos tratados sejam anteriores à descoberta de cada um destes dispositivos teóricos. Porque nenhum deles carece de tais dispositivos para o desempenho da sua tarefa.

Agora, há ausências que não podem ser explicadas deste modo.

O conceito de acidente não surge como tal nas *Categorias*. É, no entanto, manifesto que a sua intervenção no tratado não só seria natural pelo domínio sistemático em que ele se inclui como seria inclusive decisiva para resolver determinados problemas que

a doutrina da predicação nele exposta deixa pendentes. A sua omissão é, portanto, um sinal bastante seguro do carácter precoce do tratado (que não evidentemente da sua irredutibilidade à ontologia da *Metafísica*) [7].

Do mesmo modo, a doutrina e a própria noção de motor imóvel estão ausentes do *Sobre o Céu*. Todavia, é bem claro que os temas trabalhados no tratado justificariam uma alusão, mesmo que marginal, a essa noção [8]. Esta ausência, comprovada pelo menos em todos os locais em que o conceito teria um papel sistemático a desempenhar, nomeadamente na explicação do movimento sideral, que o tratado faz repousar por inteiro na rotação natural do éter, é um indício bastante sugestivo de que o tratado precede aqueles em que a noção é consistentemente mencionada, seja pelo número de ocorrências, seja pela sua convocação nos nexos doutrinariamente pertinentes.

No entanto, também aqui só se retira uma evolução no sentido fraco do termo, isto é, no sentido de um aperfeiçoamento

---

[7] Sobre esta questão, ver os ensaios referidos na n. 15 do cap. VII deste estudo.

[8] A referência parentética ao ente mais excelente, que é totalmente desprovido de actividade (πρᾶξις) porque constitui o seu próprio fim (*Cael.* II 12, 292b4-7) visa com toda a verosimilhança o «primeiro corpo» ou «corpo divino», isto é, o quinto elemento, de cuja caracterização habitual não destoa (cf. I 2-3, 269a2-270b31). Há, contudo, uma outra ocorrência suspeita. Trata-se da passagem em que Aristóteles declara que a investigação dos entes ingerados e totalmente imóveis (τῶν ὄντων ἀγένητα καὶ ὅλως ἀκίνητα) não pertence à física, mas a uma pesquisa «diferente e anterior à física» (III 1, 298b19-20), para logo a seguir (298b21-22) caracterizar esses entes como substâncias παρὰ τὴν τῶν αἰσθητῶν. Não é fácil decidir se existe aqui ou não uma alusão ao motor imóvel, quer porque se trata de uma ocorrência única em todo o tratado, quer devido à brevidade e ao carácter marginal da referência (surge para excluir as teorias eleáticas do campo de consideração da física, de um modo que recupera a posição da *Ph.* I 2, 184b25-186a3, onde, curiosamente, não há nenhuma menção do motor imóvel). Em abstracto, é possível que a passagem encerre tal alusão (a sua semelhança muito estreita com uma referência do *De generatione et corruptione* poderia aliás induzir nesse sentido: cf. I 3, 318a5-8). Há, todavia, duas razões em contrário. Uma é a própria raridade da referência: encontramos apenas uma alusão possível em todo o *De caelo*, contra pelo menos três nos livros da *Física* anteriores à exposição da doutrina do primeiro motor no livro VIII (cf. *Ph.* II 7, 198a27-29; III 1, 200b26-27; III 1, 201a25-27) e pelo menos quatro no *De generatione et corruptione* (I 3, 318a5-8; I 6, 323a31-34; I 7, 324a24-b13; I 10, 337a18-24), para nos ficarmos apenas pelos tratados homólogos. A outra é o carácter extremamente vago da passagem do *De caelo:* nas referências da *Física* e do *De generatione et corruptione* não são apenas os entes imóveis, mas o *motor* imóvel que é mencionado; ora, essa menção, que é o ponto fundamental, não ocorre no tratado sobre o Céu.

teórico feito por adição de novos e mais finos instrumentos conceptuais, não uma ruptura global e transversal como aquela que a abordagem genética assume.

Ora, se os dados disponíveis quanto à datação dos tratados não permitem, sem circularidade, traçar a sua seriação integral e se os próprios princípios que presidem à abordagem genética o mais que autorizam é o levantamento de uma evolução pontual e localizada no que toca ao destino de determinado conceito ou de determinada doutrina, parece inevitável reconhecer que nunca a abordagem genética do pensamento aristotélico, qualquer que seja a sua obediência ou a sua metodologia particular, poderá estabelecer definitivamente, ou sequer consensualmente, as grandes linhas da evolução filosófica global de Aristóteles [9].

Mas implicará isto ter de reconhecer que Aristóteles *não evoluiu?*

De modo algum.

Não só a conclusão não se seguiria do único facto em presença, a saber, que não é possível estabelecer a evolução global do pensamento aristotélico, como tudo o que antecede aponta na direcção exactamente contrária.

Aristóteles evoluiu, decerto. Só que por «evolução» deve entender-se agora exclusivamente a alteração, bem atestada documentalmente, desta ou daquela doutrina, perante este ou aquele problema [10]. E, sob este aspecto, é preciso reconhecer que uma

---

[9] Como aliás acontece também com Platão. O celebrado consenso em torno das três fases do pensamento platónico é, no máximo, um consenso em torno de três estratos cronológicos diferenciados da sua obra (no mínimo é, como para os que adoptam a tese da unidade do pensamento platónico, um consenso em torno da identificação de três grupos de escritos temática e estilisticamente bem circunscritos, correspondendo a modos diferenciados de apresentação de uma mesma doutrina). Em nenhum caso é um consenso em torno de uma *evolução* determinada do pensamento platónico; e a prova é que a aceitação dos três períodos pode conviver com a tese de que Platão veio a abandonar a teoria das ideias, ou com a de que ele a corrigiu radicalmente em determinado momento, ou com a de que a teoria foi sempre mantida no essencial, etc. Para todos os efeitos, é preciso conceder que o referido consenso é mais do que aquilo que se conseguiu, e que com toda a probabilidade se poderá alguma vez conseguir, em relação ao pensamento aristotélico.

[10] Nenhum autor, por mais distante que esteja da abordagem genética, põe isto em causa: veja-se, por exemplo, Düring, «Aristotle on Ultimate Principles from 'Nature and Reality'», pp. 53-55, e «Aristotle and the Heritage from Plato», pp. 96-99; Grene, *A Portrait of Aristotle*, p. 29; Lachterman, «Did Aristotle 'Develop'?», p. 35; Barnes, «Life and Work», p. 17.

tal alteração assume por vezes uma profundidade e uma intensidade marcadas.

Neste sentido, a perspectiva unitarista pura não é mais sancionada pelos factos do que a perspectiva genética; antes, ela é fruto do mesmo pecado original apriorístico que contamina esta.

É, com efeito, indesmentível que há diversas áreas do pensamento aristotélico que patenteiam uma evidente evolução e, mais do que isso, que há diversos problemas que só podem ser resolvidos apelando para uma tal evolução.

Sucede assim com a explicação do movimento astral no *Sobre o Céu*, na *Física* e na *Metafísica* [11].

Sucede assim com a avaliação da metodologia da divisão (διαίρεσις) nos *Tópicos*, nos *Segundos Analíticos*, nas *Partes dos Animais* e na *Metafísica* [12].

Sucede assim, muito provavelmente, com a classificação dos animais dos *Tópicos* à *Geração dos Animais* [13].

Por outro lado, problemas como o da variação da concepção de acidente no *corpus*, ausente das *Categorias*, restringido ao que pode ser e não ser nos *Tópicos*, abrangendo os acidentes *per se* nos *Segundos Analíticos* e na *Metafísica*, não podem manifestamente ser resolvidos sem supor uma evolução do pensamento aristotélico a este respeito [14].

Finalmente, como tivemos ocasião de ver com algum detalhe no que antecede [15], certos tratados, como os *Tópicos*, a *Física* ou a

---

[11] Ver a este propósito o apêndice V.

[12] Aflorámos este problema no início do artigo «O estatuto predicativo das diferenças em Aristóteles» (*Philosophica*, 16, 2000, pp. 3-46), para o qual remetemos o leitor (cf. p. 3, n. 1).

[13] Veja-se, a este respeito, Lloyd, «The Development of Aristotle's Theory of the Classification of Animals». Pelo contrário, Pellegrin rejeita a abordagem evolucionista de cabo a cabo da sua obra sobre *La classification des animaux chez Aristote*; assim também Peck, para quem o problema de Aristóteles em zoologia não é a taxonomia e em lugar algum ele apresenta ou pretende apresentar uma classificação sistemática dos animais (cf. *History of Animals*, I, pp. V-XXXII, LXIV-LXVII).

[14] Para as questões relacionadas com a ausência do conceito de acidente nas *Categorias* e a relação deste tratado com os *Tópicos*, veja-se o estudo intitulado «O 'quadrado ontológico'», in *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. Para os problemas relativos à definição de acidente no *corpus*, ver o nosso ensaio «O problema da definição do acidente em Aristóteles» (*Philosophica*, 17/18, 2001, pp. 103-149).

[15] Ver em geral o capítulo II do primeiro estudo e, para o caso particular da *Física*, capítulo III, *ad fin*.

Metafísica, foram decerto resultado de uma longa gestação e a sua composição obedeceu à adição sucessiva de estratos. Isto não compromete evidentemente a sua unidade; mas indica que essa unidade foi, também ela, fruto de uma evolução.

Porém, uma coisa é reconhecer que Aristóteles evoluiu, outra, muito diferente, é advogar uma aproximação genética ao pensamento aristotélico.

A primeira atitude limita-se a admitir que determinadas discrepâncias doutrinárias de tratado para tratado só podem ser entendidas à luz de uma evolução do pensamento aristotélico. E «evolução» não tem de significar senão: alteração de ponto de vista, esclarecimento ou alargamento conceptual, correcção de um determinado tópico doutrinário, restrição, rectificação ou amplificação do alcance de certa proposta teórica. Em certos casos-limite, isso pode implicar a substituição pura e simples de uma doutrina por outra. Mas não há nenhuma razão, nem em abstracto nem em concreto, que permita concluir que, porque essa alteração se verificou num dado domínio, em todos os outros domínios se verificaram contemporaneamente alterações semelhantes, ou, de outro modo, que a intervenção de Aristóteles sobre textos já constituídos se fez invariavelmente em momentos de ruptura e obedecendo a uma espécie de modelo sísmico de renovação filosófica.

A segunda atitude vai muito mais longe e é, pela sua própria natureza, completamente diferente da anterior: defende que o pensamento aristotélico, no todo e nas partes, está vinculado a uma linha de evolução global bem determinada (e «evolução» significa aqui necessariamente: passagem de um estádio mais «primitivo» a um estádio mais «maduro» e «complexo»); preconiza uma análise sistemática desse evolução; e considera que não é legítimo tomar posição acerca de nenhuma questão doutrinária sem antes ter traçado os contornos de tal evolução.

Ora, quanto a esta atitude, devemos estar em absoluto, frontal e fundado desacordo.

Como vimos, nunca uma reconstituição global da *philosophische Entwicklung* de Aristóteles poderá ter sucesso: a insuficiência dos dados disponíveis, a correlativa limitação das metodologias e a própria circularidade constitutiva da abordagem genética impedem-no. E, poder-se-ia agora acrescentar, a sucessão vertiginosa das «evoluções» propostas comprova-o.

Ultimamente, não é sequer possível garantir que o pensamento aristotélico esteja subordinado a um desenvolvimento global.

A única coisa que pode ser seguramente afirmada é que, ao contrário do que sucede com Platão, a obra aristotélica não pode ser completamente explicada sem apelar, aqui e acolá, para uma certa evolução.

Isto é, contudo, suficiente para sugerir o tom exacto que deve assumir a aproximação a esta questão: em princípio, sempre que uma explicação que não envolve a hipótese da evolução é possível, deve ser essa a preferida; e, portanto, a hipótese genérica não deve ser adoptada. É apenas quando todas as outras explicações claudicam que a evolução deve ser convocada.

Ficamos assim restringidos àquilo a que Witt chama expressivamente um «evolucionismo de recurso».

Podemos caracterizá-lo subscrevendo as judiciosas palavras de Guthrie (aliás um jaegeriano moderado) acerca dos limites da aplicação do método genético [16]:

> A abordagem genética só é justificada se houver uma hipótese de que os seus resultados possam clarificar uma dificuldade real e decisiva que outros métodos de estudo não conseguiram até ao momento remover.

Ou nas não menos judiciosas palavras de uma adepta da unidade do pensamento aristotélico [17]:

> É logicamente possível, embora, diria, altamente improvável, que não haja nenhum Aristóteles unificado: mas não nos devemos deixar levar pelos atalhos do geneticismo até termos feito um esforço sério para o descobrir, se ele de facto existe [18].

---

16 *A History of Greek Philosophy*, VI, p. 6.

17 Grene, *A Portrait of Aristotle*, p. 30.

18 Cf. pp. 26-37, que terminam com esta prudente exortação: «Meantime, let us at least hold in abeyance the genetic solution, which is philosophically a counsel of despair, until or unless we find that all else fails.» Veja-se ainda, no mesmo sentido, E. Weil, «The Place of Logic in Aristotle's Thought», p. 109, e Lloyd, *Aristotle*, p. 24.

IX

AS GRANDES CONSTANTES DO PENSAMENTO ARISTOTÉLICO

Acabamos de ver de que modo e em que termos a explicação genética do pensamento aristotélico deve ser acolhida.

Ela deve sê-lo apenas quando uma discrepância teórica não pode ser reconciliada de outra forma no interior da obra aristotélica ou, o que é o mesmo, quando um problema de interpretação não admite uma solução puramente filosófica à luz dos dados em presença.

Como vimos, há manifestamente casos desses em Aristóteles.

Portanto, nesses casos, de acordo com a própria explicação, *Aristóteles evoluiu*.

Todavia, urge colocar então a questão: em que sentido e dentro de que limites evoluiu?

Dada a estreita intervenção que é deixada, pelas razões alegadas, à evolução do pensamento aristotélico, a resposta impõe-se por si mesma: dentro dos limites daquilo que, até prova em contrário, tem de ser contado como uma unidade filosófica fundamental.

Isto significa duas coisas.

A primeira é que não há elementos que substanciem a existência de uma evolução generalizada do pensamento aristotélico, abarcando transversalmente a totalidade dos domínios da sua reflexão e susceptível de ser reconduzida a uma linha de direcção constante e definida. Pelo contrário, a evolução documentalmente bem atestada que podemos imputar a Aristóteles é sempre local e tem a ver com uma progressiva clarificação de um determinado

tópico, ainda quando implica, o que é em todo o caso muito raro, a adopção de uma nova doutrina em detrimento de uma precedente.

A segunda é que, precisamente por isso, mesmo essa evolução local obedece a um regime de continuidade e não de ruptura no que toca aos materiais e instrumentos envolvidos na alteração, em regra herdados do que antecede e legados ao que procede, e no que toca ao quadro filosófico global em que ela se inscreve, que permanece, nos seus grandes princípios, inalterado.

O tratado do Céu, cuja situação já conhecemos com algum detalhe, dá-nos um excelente exemplo disso mesmo.

O modelo de explicação do movimento sideral fundado num motor automovente (o éter) é completamente abandonado nos tratados de cosmologia posteriores e substituído por outro, centrado na figura do motor imóvel.

Eis-nos, pois, perante um caso extremo de alteração, em que uma teoria explicativa é trocada por outra.

Todavia, nada mais parece ser abalado.

A ontologia do *Sobre o Céu* é já, no essencial, a definitiva: o primado é colocado nos corpos e no que é por eles constituído (as substâncias sensíveis), o que implica uma ruptura radical com o platonismo. Os principais conceitos, esquemas e doutrinas da física aristotélica estão já presentes [1]. Inversamente, vários aspectos doutrinários centrais deste tratado permanecem ao longo de toda a reflexão posterior de Aristóteles: a estrutura geral do Cosmo, na sua unicidade e finitude [2]; as teses da imutabilidade dos astros e do movimento circular do céu [3]; a teoria dos quatro elementos

---

[1] Para dois exemplos particularmente relevantes, o conceito de natureza e a classificação dos tipos de mudança, veja-se respectivamente *Cael.* I 1-2, 268a4--b29 (cf. III 2, 301b17-18; III 5, 304b13-14; e ainda II 2, 284b32-33, e 285a29-30), e I 3, 270a12-b4. As noções de movimento e mudança são ainda assimiladas, mas o mesmo sucede em livros mais antigos da *Física* (cf. III 1, 200b32-201a3, e III 1, 201a9-15) e até numa passagem da *Metafísica* (cf. K 9, 1065b7-14, que é no entanto contradito por vários desenvolvimentos subsequentes: K 11, 1067b12-1068a7; K 12, 1068a8-16; K 12, 1068a23-25).

[2] Cf. *Metaph.* Λ 8, 1074a31-38, que constitui em grande medida uma adaptação do argumento de *Cael.* I 8-9, 276a18-279a11.

[3] Para a primeira, veja-se *Metaph.* K 6, 1063a15-17. Para a segunda, veja-se *Mete.* I 2, 339a11-13; I 2, 339a22-27; *Mete.* I 3, 339b17-30; *Ph.* VIII 8, 261b27-264a12; VIII 9, 265a27-b16; *De an.* I 3, 407b5-13.

sublunares [4]; a teoria do lugar natural [5]; a teoria do movimento natural e do movimento forçado [6]. A própria noção do «primeiro elemento», desprovida muito embora do seu papel explicativo do movimento astral, permanece incólume e é invariavelmente como matéria do mundo sideral que a vemos invocada [7].

A despeito das alterações locais a que é submetido e dos reajustamentos doutrinários que elas implicam, é, portanto, sempre no horizonte de uma continuidade e de uma unidade profundas que, a cada momento, o pensamento aristotélico se apresenta.

Todavia, não é simplesmente a exclusão de uma evolução global, à maneira da reclamada pela abordagem genética, nem a iteração de exemplos corroborantes que nos permitem sustentar uma tal unidade. A mais elementar aproximação ao pensamento aristotélico revela-a a diversos níveis.

Em que se estriba essa unidade?

---

[4] Apresentada pelo tratado em III 1-8, é exposta canonicamente pelo *De generatione et corruptione* em II 1-8. A teoria é assumida ao longo do *corpus*; ver especialmente *Mete*. I 2, 339a19-32; IV 1, 378b26-379b9; IV 4-7 (em particular, IV 4, 381b23-382a21); *De an*. I 5, 410b7-9; *Metaph*. B 5, 1001b3-1002a1; Δ 3, 1014a26-31; Δ 3, 1014a31-35; Δ 3, 1014b14-15; K 10, 1066b36-1067a1.

[5] Esta teoria, cuja exposição canónica cabe ao nosso tratado (IV 1-6, 307b28--313b23), é um dos lugares-comuns mais constantemente repisados por Aristóteles. De entre as ocorrências mais importantes fora do *De caelo*, veja-se: *Ph*. III 5, 205a10-206a8; IV 1, 208b8-22; IV 4, 211a3-6; IV 4, 212a21-30; IV 8, 214b13-17; IV 8, 215a1-14; IV 9, 216b33-217a10; V 4, 228b30-229a1; V 6, 230b11-28; V 6, 231a10-17; VIII 3, 253b33-254a1; VIII 4, 254b12-256a3; *GC* I 6, 323a6-9; II 3, 330b30-331a6; II 8, 334b31-335a23; II 10, 337a7-15; *Mete*. I 2, 339a13-19; II 2, 355a33-356b3; *Resp*. 13, 477a28-31; *Metaph*. K 10, 1067a7-33.

[6] Trata-se de uma extensão da teoria do lugar natural, porventura mais citada ainda do que ela. Para referências significativas fora do *De caelo*, veja-se: *APo*. II 11, 94b37-95a3; *Ph*. IV 8, 214b13-16; IV 8, 215a1-14; V 6, 230a18-b28; V 6, 231a5-17; VIII 3, 253b3-254a1; VIII 3, 254a9-10; VIII 4, 254b12-256a3; *Mete*. I 2, 339a13-19; *De an*. I 3, 406a22-30; *Metaph*. Δ 5, 1015a26-33; Δ 5, 1015b9-15; E 2, 1026b28-29; K 10, 1067a23-33; Λ 6, 1071b34-36; *EN* II 1, 1103a20-23; *EE* II 2, 1220b3--5; *EE* II 8, 1224a15-20; *Rh*. I 10, 1368b35-37.

[7] Para além das ocorrências dos *Meteorologica* (I 1, 338b21-22; I 3, 339b17--340a18; I 3, 340b4-341a13), menos relevantes na medida em que a cosmologia assumida pelos primeiros livros deste tratado parece ser a do *De caelo*, surgem também referências a τὸ ἄνω σῶμα em obras que conhecem o conceito de motor imóvel no sentido técnico e portanto são inequivocamente mais tardias: *De an*. II 6, 418b9; II 6, 418b12-13; *MA* 4, 699b25; *GA* II 3, 736b30-737a8.

Podemos reconhecê-la em cinco grandes características do génio filosófico de Aristóteles, que constituem simultaneamente cinco aspectos transversais da sua ideação [8]:

1) Na ordem da investigação, o cruzamento da observação (num sentido lato, que engloba a tradição e as opiniões sufragadas pela maioria ou pelos mais sábios) e da análise, subordinados a um modelo aporemático de pesquisa;
2) Na ordem da explicação, a opção finalista. O modelo teleológico de compreensão penetra todas as regiões em que a filosofia aristotélica intervém, da física à ética, da psicologia à política, da biologia à metafísica;
3) Na ordem da compreensão, a recusa da unicidade. Aristóteles é, como provavelmente nenhum outro filósofo anterior, sensível à pluralidade e à complexidade do real, na diversidade das suas manifestações e no carácter incontornavelmente multíplice dos princípios a que, dentro de cada domínio de análise, elas devem ser reconduzidas;
4) Na ordem da exposição, o primado do argumento. A filosofia grega é, por temperamento, uma filosofia em que a argumentação desempenha um papel de relevo. Parménides, de cujo *Poema* subsistiram trechos bastante extensos, ou Platão, nos seus diálogos, dão-nos abundante ilustração desse vezo. Mas em nenhum deles se pode dizer que tudo o mais (exemplos, adorno literário, rasgos de eloquência, efeitos retóricos) é, como em Aristóteles, sacrificado à apresentação dos argumentos, sem cedências (não há aqui o proémio parmenídeo, nem as alegorias e os mitos de Platão) e subordinando tudo a um regime puramente argumentativo de exposição, cuja fórmula típica é: enunciado do problema; posições anteriores; refutação; teses próprias; argumentos; objecções; resposta às objecções. Só raros momentos de ironia e um gosto particular pela citação (especial-

---

[8] Em parte, Guthrie aponta-as igualmente em *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 89-99. Para uma exposição das grandes constantes do pensamento aristotélico, veja-se também Lloyd, *Aristotle*, pp. 283-302.

mente evidente na *Ética a Nicómaco*) perturbam de vez em quando esta regra;

5) Na ordem da fundamentação, a recondução para o indivíduo como último irregressível em todas as áreas de indagação e para a sua circunscrição ontológica (a teoria da substância) como ponto de referência constante.

Daqui decorre a permanência de determinadas doutrinas, princípios, conceitos e metodologias, que atravessam a obra aristotélica de cabo a cabo.

É o que sucede com a doutrina das quatro causas [9] e com a doutrina do acto e da potência [10]; com o princípio segundo o qual o mais cognoscível para nós é menos cognoscível em si e vice-versa [11]; com o princípio do melhor [12]; com o esquema generativo [13]; com o conceito de substância [14]; com o conjunto de instrumentos dialécticos a que Aristóteles recorrentemente lança mão, mormente a abrir os grandes tratados, como a discussão dos predecessores em cada área, a exposição das aporias, a enumeração dos vários sentidos das noções centrais [15].

---

[9] Ver um elenco bastante completo das referências na n. 33 do capítulo VII deste estudo.

[10] Trata-se de uma teoria de tal forma pervasiva na obra de Aristóteles, que isolar quaisquer referências seria sempre redutor. A exposição canónica encontra-se em *Metaph.* Θ 6, 1048a30-b9.

[11] Princípio exposto em: *APo.* I 2, 71b33-72a5; *Ph.* I 1, 184a16-26; *Metaph.* Δ 11, 1018b29-34; *EN* I 2, 1095a30-b8; cf. *De an.* II 2, 413a11-12, e *Metaph.* Z 3, 1029b3-12. Em muitas outras passagens, o princípio é invocado (por exemplo, *Top.* VI 4, 141a23-142a21; *Ph.* I 5, 189a4-8; *Metaph.* Δ 1, 1013a1-4) ou aplicado (por exemplo, *APr.* II 23, 68b35-37; *Top.* V 2, 129b9-12; VIII 5, 159b13-15; VIII 11, 161b30-33; *EN* VI 3, 1139b31-35). Note-se que, a aceitar os textos recebidos, a adopção deste princípio remonta aos primeiros textos publicados de Aristóteles: cf. *De phil.* $R^2$2, $R^3$13, W8, R8 (= FILÓPONO, *Nicom.* I 1); *Prt.* $R^2$1, $R^3$53, W8, R8 (= JÂMBLICO, *Comm. Math.* 26, 83.6-22 Festa); $R^3$52, W5, R5, D33 (= JÂMBLICO, *Protr.* VI, 37.22-40.1 Pistelli).

[12] Ἡ φύσις οὐθὲν ποιεῖ μάτην, ἀλλ᾽ ἀεὶ ἐκ τῶν ἐνδεχομένων τὸ βέλτιστον (ou equivalente): cf. *Cael.* II 5, 288a2-3; *GC* II 10, 336b27-28; *Juv.* 4, 469a28-30; *PA* IV 10, 687a15-16; *IA* 2, 704b15-18; 8, 708a10-12; 12, 711a18-19; e ainda *De an.* III 9, 432b21; III 12, 434a31; *Resp.* 8, 476a13; *GA* V 8, 789b3-6.

[13] Cujas teses estruturantes são sistematicamente apresentadas nos *Tópicos* (mais avulsamente nas *Categorias*, na *Metafísica* e nos tratados biológicos). Todavia, os seus resultados constituem, sem excepção, um adquirido de todo o *corpus*.

[14] Aplica-se aqui, *a fortiori*, o que foi dito a propósito do par acto/potência na n. 10, *supra*.

[15] Recenseámos alguns dos casos mais típicos no nosso estudo sobre «A dialéctica e o conhecimento dos primeiros princípios».

É fácil verificar que todas estes dispositivos dependem estreitamente das grandes constantes acima enunciadas.

Assim, a teoria das quatro causas é directamente devedora do pluralismo aristotélico e a teoria do acto e da potência a tradução doutrinal da concepção teleológica. O princípio do melhor, que Aristóteles repete à saciedade nos tratados físicos, constitui também uma expressão da mesma concepção. O princípio da cognoscibilidade absoluta e relativa representa a articulação dos dois regimes metodológicos que Aristóteles reconhece, a demonstração, que parte dos princípios, e a indução, que parte do observado [16]. A ubiquidade do conceito de substância constitui a consagração do primado do indivíduo e o esquema generativo a sua integração numa escala de universalidade crescente. Os instrumentos dialécticos, enfim, fornecem a estrutura básica do modelo aporemático que caracteriza a investigação aristotélica.

É esta permanência dos aspectos centrais da reflexão aristotélica, convertida em dispositivos teóricos, conceptuais e metodológicos transversais, que permite a profunda agilidade que inesperadamente distingue a obra aristotélica, onde tudo constantemente remete para tudo.

Vemos deste modo resultados da física serem adoptados na metafísica, princípios metafísicos surgirem na ética, problemas éticos serem utilizados como exemplos de tópicos para discussão nos tratados de dialéctica, argumentos dialécticos fornecerem o primeiro momento de uma análise física e assim por diante, numa malha densa que em qualquer local pode ser reconstituída.

E este entrecruzamento das diversas áreas temáticas que o próprio Aristóteles pela primeira vez isolou constitui evidentemente, também ele, um sinal da notável unidade e sistematicidade do pensamento aristotélico.

---

[16] Também ela uma tese omnipresente no *corpus*. Cf. *APo*. I 18, 81a39-40; II 7, 92a34-b3; *Ph*. VIII 1, 252a24-25; *Metaph*. A 9, 992b31-33. A versão habitual opõe indução a silogismo; ver *APr*. II 23, 68b13-14; *APo*. I 1, 71a5-6; *Top*. I 12, 105a10-19; *EN* VI 3, 1139b26-31; *Rh*. I 2, 1356a35-b4; II 20, 1393a24-25; cf. *APr*. I 25, 42a3-4; *APo*. II 5, 91b28-36; *Top*. I 8, 103b2-19; VIII 1, 155b35-37; VIII 2, 157a18--21; VIII 14, 164a12-16; *SE* 4, 165b27-28.

3

PROBLEMAS DE CRONOLOGIA

I

OS PROBLEMAS

O estabelecimento da cronologia da obra de Aristóteles não é um daqueles domínios em que nos encontremos hoje em situação de poder esperar razoáveis consensos.

Passado quase um século sobre o início da aplicação do método genético a Aristóteles, com Jaeger, não existe, ao invés do que acontece em Platão [1], praticamente nenhuma datação que se possa considerar consensual ou genericamente aceite [2].

Mesmo o que durante muito tempo era considerado adquirido veio a vacilar perante a intervenção de metodologias que prometiam sedimentar objectivamente os grandes consensos neste domínio [3].

E, acerca de quase todas as obras de Aristóteles, as datações mais desencontradas podem ser encontradas, usando os mesmos métodos, trabalhando sobre os mesmos dados e por vezes até partindo dos mesmos pressupostos [4].

---

[1] Ainda assim com os condicionalismos a que fizemos referência no capítulo VIII do segundo estudo, n. 9.

[2] Como bem observa Irwin, «so far, however, these efforts have not resulted in even the limited degree of fairly widespread (but by no means universal) agreement that has been reached for Plato. Most students (going back at least to Aristotle) at least distinguish Plato's early 'Socratic' dialogues from his middle and later dialogues; but there is no similar agreed division in Aristotle's works.» (*Aristotle's First Principles*, p. 11.)

[3] De que é exemplo paradigmático a utilização da estilometria por parte de Kenny para inverter a ordenação habitual das duas *Éticas*.

[4] Este mesmo diagnóstico foi feito há mais de cinquenta anos por alguém que começou por partilhar o entusiasmo da aproximação genética. Referindo-se

Apenas alguns exemplos extremos, para além daqueles que no próximo capítulo teremos ocasião de invocar: o *Sobre a Interpretação* é colocado por Düring entre 360 e 355, enquanto A. Mansion e outros o situam a partir de 330; os *Primeiros Analíticos*, a dar fé aos cronógrafos, foi escrito em todas as décadas da vida adulta de Aristóteles; Düring data o livro primeiro da *Física* de 355-347 e Rist de 332; a *Ética a Eudemo* teria sido escrita entre 355 e 347 segundo Düring, em 338 segundo Rist; os últimos dois livros da *Política* são primitivamente situados por Barker em 347--345 e depois em 335-323 (Von Arnim data-os de 323); para Solmsen, a *Retórica* é uma das primeiras obras de Aristóteles (360--355), para Rist (333) e P. Louis uma das últimas (320-326); o mesmo sucede com a *Poética*, se compararmos as datações de Düring com as de Louis e de Rist [5].

Daqui, justificadamente, o generalizado cepticismo que começa a grassar [6].

As razões para este estado de coisas, e nomeadamente para a dificuldade comparativamente muito maior em datar as obras de Aristóteles do que as de Platão, são fáceis de identificar.

---

especificamente à *Política*, dizia Barker em 1946: «Though there may be some natural propriety in the application of a genetic method to the problem (if it be a problem) of the composition and structure of the *Politics*, the results which are gained by its application seem highly dubious; and it is certain that the results obtained by one disciple of the method contradict, and contradict flatly, the results attained by another.» (*The Politics of Aristotle*, p. XLII.) Mas, acerca desta variedade vertiginosa de esquemas cronológicos propostos desde Jaeger, veja-se também Lachterman, «Did Aristotle 'Develop'?», pp. 5-6.

[5] Para todas estas datações, veja-se o apêndice IV.

[6] Assim Barnes, no *Cambridge Companion to Aristotle*: «For my own part, I am mildly sceptical of the whole enterprise. It is entirely reasonable to think, on general grounds, that Aristotle's view changed: perhaps they matured or perhaps they fell off — or perhaps they simply changed. And in a few individual cases it may be possible to establish with some degree of probability that this particular bit of text was written before that particular bit of text. But I doubt if we are in a position to say much more than this; and certainly no intellectual biography thus far written has commanded — or has deserved to command — general support.» («Life and Work», p. 17.) Mas veja-se o que, em jeito de retrospectiva, já Randall confessava ironicamente em 1962: «Jaeger's brilliant genetic hypothesis has revolutionized Aristotelian studies. For a generation it has indeed led to the expenditure of much time and effort in trying to determine just when Aristotle wrote a particular passage or book, effort that many scholars are beginning to suspect might well have been better spent in analyzing what he said in it.» (*Aristotle*, p. 21.)

Em primeiro lugar, o facto de, como vimos anteriormente, os tratados de Aristóteles não serem destinados à circulação fora dos circuitos escolares, ao contrário do que sucedia com os diálogos de Platão e decerto também com os escritos exotéricos do próprio Aristóteles, e, portanto, nunca terem sido propriamente «publicados» em vida de Aristóteles [7]. Neste sentido, não há, no caso dos tratados de Aristóteles, *um* momento fixo (a data, mesmo presumida, de publicação) que possa funcionar como ponto de referência para o estabelecimento das relações cronológicas entre eles.

A segunda razão está ligada a esta: é que, permanecendo os tratados sempre em posse do seu autor, estes foram sendo permanentemente revistos, adicionados e alterados, trabalho que decerto os editores subsequentes prolongaram [8]. Daí a dificuldade de estabelecer uma datação segura, porque os textos não são consti-

---

[7] Shute insistiu vivamente neste ponto: cf. *History of the Aristotelian Writings*, pp. 3, 19-29 e 176-177. Mas a ideia-base é relativamente consensual: veja-se Jaeger, *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, pp. 135-136; Ross, *Aristotle*, pp. 16-17; A. Mansion, «La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents», pp. 308-310 ; Düring, «Notes on the History of the Transmission of Aristotle's Writings», pp. 57-59; Randall, *Aristotle*, pp. 25-26; Moraux, *Der Aristotelismus bei den Griechen*, I, pp. 6-7; Lloyd, *Aristotle*, p. 15; Grayeff, *Aristotle and his School*, p. 69, n. 1; Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, p. 13; Barnes, «Life and Work», pp. 12-15. Para uma excelente sinopse acerca do que se deve entender por publicação na época de Platão e Aristóteles, veja-se Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 441-442. O tópico foi extensivamente tratado por: T. Birt, *Das antike Buchwesen in seinem Verhältniss zur Litteratur*, Berlin, Hertz, 1882; D. Diringer, *The Book Before Printing*: *Ancient, Medieval, and Oriental*, New York, Dover, 1982; D. C. Greetham, *Textual Scholarship*, New York-London, Garland, 1994[2]; L. D. Reynolds e N. G. Wilson, *Scribes and Scholars*, Oxford, Clarendon Press, 1991[3]; J. E. Sandys, *A History of Classical Scholarship. I*: *From the Sixth Century B.C. to the End of the Middle Ages*, Cambridge, Cambridge University Press, 1908[3]; W. Schubart, *Das Buch bei den Griechen und Römern*, Berlin, G. Reimer, 1907 (terceira edição: Heidelberg, Lambert Schneider, 1962); E. M. Thompson, *A Handbook of Greek and Latin Palaeography*, London, Kegan Paul, Trench, Trübner & Co., 1893 (reedição: Chicago, Argonaut, 1966).

[8] O que também tem sido frequentemente observado: cf., por exemplo, Shute, *History of the Aristotelian Writings*, pp. 176-177; Case, «Aristotle», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 9-19; Jaeger, *Studien zur Entstehungs-geschichte der Metaphysik des Aristoteles*, pp. 141-143; Brink, «Peripatos», col. 925; Düring, «Notes on the History of the Transmission of Aristotle's Writings», pp. 58-59; Grayeff, «The Problem of the Genesis of Aristotle's Text», pp. 118-119, e *Aristotle and his School*, pp. 77-85, 109, 119; Lynch, *Aristotle's School*, pp. 89-90; Lloyd, *Aristotle*, p. 15; Verdenius, «The Nature of Aristotle's Scholarly Writings», *Werk und Wirkung*, I, pp. 13-14 e 18.

tuídos por um estrato único, mas resultam de uma sobreposição de camadas cronológicas distintas. Em particular, o critério das referências cruzadas, que dá resultados relativamente fiáveis no caso de obras «publicadas», é aqui extremamente falível, uma vez que tais referências podem ter sido interpoladas após a primeira redacção pelo próprio autor ou por editores posteriores. E o mesmo se diga da estilometria, que vê a sua intervenção extremamente limitada pelo facto de os diferentes estratos perturbarem a unidade de estilo sem a qual o método não tem condições para operar.

São estes sem dúvida os principais motivos internos pelos quais a cronologia das obras de Aristóteles tanta dificuldade tem suscitado.

Mas há outros, que se prendem com a própria natureza dos dados e dos instrumentos disponíveis para a análise cronológica.

Os elementos habitualmente utilizados na datação são os seguintes:

1) *Filosóficos:* a avaliação das diferenças doutrinais, das omissões e acrescentos significativos e, em geral, do nível de maturação relativa do pensamento aristotélico em relação a determinado tópico ou a determinado problema;
2) *Históricos:* as alusões contidas nas obras a ocorrências cuja data ou circunscrição temporal se conhece. Vimos já um caso, a referência às doutrinas de Calipo na *Metafísica* Λ 8 [9]. Mas há outros: por exemplo, a *Constituição dos Atenienses* refere Cefisofonte como arconte (329-328) e alude a trirremes e quadrirremes, mas não a quinquerremes, que surgiram em Atenas em 325-324, o que permite neste caso uma datação relativamente segura [10];
3) *Doxográficos:* as informações contidas nos testemunhos antigos [11]. No que toca às obras escolares, os catálogos dos escritos de Aristóteles fornecem, como vimos, alguma indicação acerca da existência independente de certos livros posteriormente integrados em trata-

---

[9] Cf. apêndice V.

[10] Cf. Ross, *Aristotle*, p. 18.

[11] Vejam-se, por exemplo, os depoimentos sobre o contexto em que foram redigidos o *Sobre a Realeza* (cf. os testemunhos em Ross, bem como R1 = $R^2$78, $R^3$646) ou o *Sobre as Colónias* (cf. R1 = $R^2$80, $R^3$648; R2 = $R^2$81, $R^3$658).

dos e, assim, a evidência de estratos mais antigos desses mesmos tratados [12];

4) *Internos:* as indicações, explícitas ou implícitas, das próprias obras à data da sua redacção ou à data da redacção de outras obras. Na falta de indicações expressas de Aristóteles, o elemento mais importante poderiam ser as referências cruzadas, bastante numerosas no texto aristotélico;
5) *Estilísticos:* a frequência de certas fórmulas literárias, ou, no caso da análise estilométrica, de certas partículas gramaticais, nos escritos de Aristóteles. A análise estilométrica, que inaugurou a abordagem genética do pensamento platónico, só agora começa a dar os primeiros passos em relação à obra aristotélica.

É fácil verificar que todos estes critérios são, em maior ou menor grau, assaz contingentes.

Não vale a pena falar sobre o apriorismo e a circularidade dos critérios filosóficos, acerca do que já dissemos o suficiente no que antecede [13].

Mas também os elementos históricos, que em princípio deveriam ser os mais fiáveis, não dão no caso de Aristóteles os resultados desejados.

Para o perceber, atentemos em dois exemplos [14].

Num passo da *Política*, caracteriza-se como tendo ocorrido «presentemente» ou «nos nossos dias» (νῦν) o golpe de Estado de Díon contra Dionísio II (357-356) [15]; mas uma outra passagem do tratado alude ao assassinato de Filipe da Macedónia, que só se

---

12 Cf. o capítulo II do primeiro estudo.

13 Este aspecto tem sido aliás repetidamente sublinhado na literatura. Ver, por exemplo, Taylor, «Critical Notice», p. 197; Barker, *The Politics of Aristotle*, p. XLII; Randall, *Aristotle*, p. 28; Lloyd, *Aristotle*, p. 11; Lachterman, «Did Aristotle 'Develop'?», pp. 5-11; Pellegrin, «La *Politique* d'Aristote: unité et fractures», pp. 3-4; Barnes, «Life and Work», p. 20. Mas atente-se também, como uma curiosidade à margem, no mesmo apriorismo a trabalhar no modo como certos autores condenam como espúria uma mesma obra: assim, para Grant, as *Categorias* são espúrias porque reflectem a tendência metafísica da escola peripatética (*The Ethics of Aristotle*, I, pp. 362-363); pelo contrário, para Jaeger, as *Categorias* são espúrias porque reflectem o nominalismo naturalista característico do peripatetismo antigo (*Aristóteles*, p. 60, n. 16).

14 Ver um enquadramento mais geral em Ross, *Aristotle*, p. 18.

15 V 10, 1312b10.

verificou em 336 [16]. Do mesmo modo, enquanto um trecho dos *Meteorológicos* refere como νῦν o incêndio do templo de Éfeso, que ocorreu em 356 [17], um outro menciona um cometa sob o arcontado de Nicómaco, isto é, em 341-340 [18].

Assim, a valorizar estas referências, teríamos que a *Política* teria sido escrita por volta de 357 e depois de 336; e que os *Meteorológicos* teriam sido redigidos em 356 e depois de 341.

Manifestamente, a explicação para estas discrepâncias reside no facto de as referências mais modernas terem sido enxertadas numa obra cuja redacção original remonta *no mínimo* à referência mais antiga, sem que uma cuidadosa revisão do texto tenha providenciado os necessários ajustamentos.

Mas esta explicação não nos deixa mais sossegados. Pois o facto de as referências discrepantes ocorrerem por vezes no interior de um mesmo capítulo (como no caso das duas referências da *Política*) mostra até que ponto as camadas cronológicas estão entrecruzadas no texto aristotélico.

E, se assim é, torna-se claro que *nenhuma* referência histórica tem qualquer valor para a datação dos tratados e nem sequer para a unidade textual particular em que ocorrem. Pois, mesmo quando não há nenhuma outra referência discrepante, nada obsta a que a existente não tenha sido interpolada tardiamente.

Isto não significa, como é óbvio, que não seja legítimo retirar absolutamente nada deste tipo de referências. Na verdade, é sempre possível retirar alguma coisa: mas o que se retira é muito pouco, a saber, *a partir de quando* é que o tratado já existia. Com efeito, se os *Meteorológicos* fazem alusão a um evento verificado em 356 que caracterizam como νῦν (o que, no contexto, significa indiscutivelmente «agora» ou «recentemente»), é certo que nesse momento o tratado já existia. Contudo, nada mais se retira: nem que o tratado não existia antes dessa data (a referência pode ser, como qualquer outra, uma interpolação posterior), nem que a sua redacção não foi interrompida e retomada muito depois, nem, portanto, em que estado exactamente se encontrava o tratado aquando da inserção da referência e quando é que ele foi de facto concluído.

Em suma: na maior parte dos casos, as referências históricas, longe de demarcarem com clareza a circunscrição temporal preci-

---

[16] V 10, 1311b1-3.

[17] III 1, 371a30-31.

[18] I 7, 345a1.

sa de redacção de uma determinada obra, indicam apenas que *aquele trecho precisamente* foi escrito num dado momento ou depois de um dado momento, o que, na hipótese mais favorável, só nos informa que toda a obra foi redigida a partir da data mais antiga apontada.

Por outro lado, a convivência num mesmo tratado de referências tão discrepantes como as indicadas sugere fortemente que a elaboração das obras escolares de Aristóteles foi levada a efeito durante um período longo e, como tal, demasiadamente difuso para permitir o estabelecimento de qualquer cronologia absoluta. No mínimo, tal convivência patenteia como os tratados aristotélicos foram continuamente sujeitos a revisões. Ora, a menos que se queira correr o risco de fragmentar a obra aristotélica a ponto de tornar dependente cada fracção de texto da referência histórica que nela ocorre, esse processo de revisão parece tornar inviável a sua datação segura. Pois, no interior desse processo, qual a data a isolar e privilegiar? E sob que critério?

Os elementos doxográficos são um pouco mais seguros: mas a sua fidedignidade não pode ser sempre garantida. É, portanto, prudente esperar que vários testemunhos, provenientes de várias fontes ou de uma única fonte absolutamente fidedigna, colaborem no mesmo sentido, antes de aceitar como boa a informação que veiculam.

Acerca das referências internas, já lembrámos atrás que muitas delas podem ter sido inseridas aquando de uma revisão ou mesmo por editores tardios [19], o que lhes retira obviamente qualquer valor testemunhal. Isto é particularmente evidenciado pelas numerosas referências recíprocas em diversos pares de tratados, as quais implicariam, a fazer valer esta metodologia, que cada um dos membros desses pares teria sido escrito antes do outro, o que, naturalmente, não é possível [20].

Finalmente, os próprios métodos estilométricos são aqui afectados por sérios condicionalismos.

---

[19] Este ponto foi repetidamente enfatizado por Shute, *History of the Aristotelian Writings*, 97-112. Mas veja-se também Lloyd, *Aristotle*, p. 11; Barnes, «Life and Work», p. 19; Freeland, «Aristotle's *Poetics* in Relation to the Ethical Treatises», p. 329.

[20] Case, que se dá conta deste problema com uma sensibilidade já «evolucionista», expressa-o bem nestes termos: «A late work may quote an earlier; but how, it may be asked, can the earlier reciprocally quote the later?» («Aristotle», *Aristotle's Philosophical Development*, p. 8.) E cf. de novo Barnes, «Life and Work», p. 19.

Desde logo, a estilometria carece sempre de que determinados escritos tenham já a sua datação bem determinada para que possam servir de referência ao estabelecimento da autenticidade ou da cronologia de outros.

Ora, como vimos, não existem em geral casos desses no *corpus* aristotélico.

Assim, a aplicação da estilometria à obra de Aristóteles envolve, no que toca à selecção dos escritos de referência, a assunção de uma determinada interpretação filosófica do seu conteúdo e a *pressuposição* do seu lugar na cronologia geral dos escritos do autor [21].

Por outro lado, a evidência da frequente revisão e reformulação por parte de Aristóteles arrisca-se, como acima antecipámos, a viciar a datação fornecida pela estilometria [22].

Neste sentido, o máximo que a estilometria pode pretender é estabelecer a cronologia relativa das *últimas versões* de determinado texto. Nada nos diz necessariamente acerca de quando é que uma obra atingiu o que se poderia chamar o nível estabilizado, isto é, teoricamente definitivo, de uma determinada doutrina, nem qual a cronologia relativa entre os «níveis estabilizados» de diferentes obras.

Isto é, aliás, confirmado pelos resultados a que se chega pela aplicação do método.

Tomemos um exemplo.

No seu ensaio estilométrico sobre o livro sétimo da *Metafísica*, Christian Rutten é conduzido a uma cronologia aproximada dos respectivos capítulos que pode ser assim esquematizada [23]:

(Γ →) Z 13-16 → Z 4-6 → Z 1-2, 3, 7-9, 12, 17 → (H →) Z 10-11.

Parece relativamente evidente, pela simples consideração do esquema, que o que ele nos oferece tanto pode ser a ordem pela

---

[21] Este aspecto é também evidenciado, e documentado, por Lachterman em «Did Aristotle 'Develop'?», pp. 37-38.

[22] Assim também Rist: «Since it is very likely that the text of many Aristotelian works was comparatively fluid during many years of their author's life, but the stylistic details of this fluidity cannot be recovered, no 'base style' for any particular period of Aristotle's thought can be established. In this situation, the stylometrist cannot avoid the charge of treating as homogeneous chunks of Greek a set of sentences in our texts which may have assumed their present form over unspecifiable periods of time. Data of this kind are necessarily unsuitable for stylometric analysis.» (*The Mind of Aristotle*, p. XIII.)

[23] Cf. «Aristote, *Métaphysique* Z. Essai de stylométrie», *RELO*, 5, 1982, pp. 163-192.

qual o livro Z da *Metafísica* foi redigido, como a ordem que se obtém quando se dispõem sucessivamente os capítulos deste livro começando pelos menos «retocados» (ou dos que deixaram mais cedo de o ser) e acabando nos mais «retocados» (ou dos que o deixaram de ser mais tarde).

É certo que nada impede que o esquema corresponda de facto à ordem da redacção. Mas isto não chega: porque também nada impede *que não corresponda*.

Para mais, ainda que a sucessão cronológica seja aquela que o esquema traduz, o que é que isso nos diz acerca da evolução doutrinal de Aristóteles? É manifesto que não nos diz grande coisa. Pois, como ninguém põe em causa que o livro Z constituía já um tratado para Aristóteles, o certo é que, como quer que os seus componentes tenham sido escritos, o próprio filósofo não viu que existisse entre eles contradição, antes considerou que constituíam uma unidade. Mas, se assim é, a evolução que a estilometria nos poderia revelar é apenas aquela pela qual Aristóteles foi registando sucessivamente os seus resultados, no quadro de uma investigação que é *essencialmente homogénea*. E não é para esses casos que a cronologia é importante, a menos que se tenha pelo problema um interesse meramente histórico.

Mas há ainda um outro aspecto que o exemplo de Rutten permite pôr em evidência: é que a estilometria não é filosoficamente neutra e está sempre necessariamente comprometida com uma pré-compreensão filosófica do *conteúdo* dos textos que analisa.

Neste caso, isso é particularmente claro. Só é possível chegar à ordenação em causa porque antes de mais se dividiu o texto em pequenas secções (Z 1-2, 3, 4-6, 7-9, 10-11, 12, 13-16, 17) e essa divisão não tem outro critério que não uma certa interpretação dos capítulos e da sua arrumação recíproca.

Ora, tal compreensão, como qualquer outra, nunca é inocente do ponto de vista filosófico.

Nada disto põe em causa a seriedade e o valor da análise estilométrica, nomeadamente em relação às cronologias amadorísticas e voluntaristas que continuam a fazer escola. E muito se poderá provavelmente ainda esperar de um afinamento das suas metodologias. Mas constitui um alerta para as limitações que em todo o caso intrinsecamente a afectam [24].

---

[24] Uma crítica dessas limitações é também apresentada em Lachterman, «Did Aristotle 'Develop'?», pp. 36-40.

De tudo isto, parece resultar com clareza a impossibilidade de estabelecer (e de poder vir a estabelecer algum dia) uma cronologia global definitiva das obras de Aristóteles [25].

Não obstante, alguns dados pontuais são relativamente seguros. Por exemplo, as menções contidas na *História dos Animais* a nomes de lugares aponta para uma elaboração em actividade durante a estadia na Ásia Menor. Mesmo a cronologia de Balme, para a qual os tratados biológicos teriam começado a ser redigidos no período académico, não põe isto em causa [26].

Noutros casos, o enquadramento histórico da obra sugere um *terminus post quem* ou um *terminus ante quem* (mais raramente ambos) a partir dos quais o trabalho pode ser iniciado. De entre os diálogos, sucede assim, por exemplo, com o *Grilo* e o *Eudemo* [27]; e, de entre as colecções, com os *Provérbios* (que é uma obra de juventude) ou a *Lista dos Vencedores Píticos* (que pertence ao início do segundo período ateniense) [28].

Noutros casos ainda, os testemunhos antigos são unânimes: é o que sucede por exemplo com o *Sobre a Realeza* e o *Sobre as Colónias*, que os documentos apontam como textos dirigidos a Alexandre após a sua ascensão ao trono [29] (e, no segundo caso, presumivelmente contra a política de miscigenação por ele seguida nas campanhas da Ásia) [30], o que os situa com segurança após 336 (e, no segundo caso, muito provavelmente entre 331 e 327).

Finalmente, a convergência dos resultados de todos os métodos de datação pode servir, em certos casos, para estabelecer uma cronologia mais segura.

---

[25] Ultimamente, talvez fosse Grote que tinha razão, quando, há quase século e meio, afirmava a propósito dos tratados de Aristóteles: «of no one among them can we assign the date of composition or publication» (pp. 76-77).

[26] Veja-se a este respeito o capítulo II, *infra*.

[27] Escritos decerto após as mortes de Grilo nas escaramuças que precederam a batalha de Mantineia (362) e de Eudemo na tentativa de reinstalar Díon no poder em Siracusa (354).

[28] Ver Moraux, *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, pp. 128-129 e 125-126, respectivamente.

[29] Cf. *Mn.* R1 (= $R^2$78, $R^3$646); *Alx.* R1 (= $R^2$80, $R^3$648).

[30] Cf. *Alx.* R2 (= $R^2$81, $R^3$658).

II

A CRONOLOGIA

A partir do momento em que se admite a evolução do pensamento aristotélico, ainda que no sentido muito restrito que conferimos a este conceito, é necessário assumir uma determinada ordenação cronológica dos tratados, na qual se consubstancie uma tal evolução.

Ora do que antecede resultam algumas consequências que ajudam neste sentido.

A primeira é a evidência de que nenhuma cronologia permite *definir* a evolução do pensamento aristotélico. Pelo contrário, a cronologia é que é sempre, até certo ponto, estabelecida com base na ideia *a priori* de uma certa evolução. Assim, ainda quando a convergência dos resultados dos métodos de datação permite apontar para uma cronologia razoavelmente segura, o mais que se pode reclamar, com base na análise cronológica do espólio resultante, é o levantamento de certas tendências de alteração ou inflexão doutrinária numa ou noutra direcção.

A segunda é a de que, precisamente por isso, e rigorosamente ao contrário do que sustentaram Jaeger e seus continuadores [1],

---

[1] Veja-se, por exemplo, a declaração peremptória de K. Praechter no seu comentário à obra de Jaeger: «Denn wie überall so ist auch hier die genetische Erkenntnis eine unerläßliche Voraussetzung wahren Verstehens.» (*Grundriß der Geschichte der Philosophie*, I^{12}, p. 360.) Esta reivindicação foi implicitamente retomada, acerca de um caso particular, por B. Dumoulin em «Sur l'authenticité des *Catégories* d'Aristote», pp. 30-31.

de modo algum deve o estudo do pensamento aristotélico, em qualquer domínio, ficar refém do estabelecimento da cronologia dos tratados que estruturam esse domínio. Com efeito, dada a impossibilidade de estabelecer algum dia uma cronologia indiscutível (e não dizemos apenas no detalhe: as variações extremas a que a datação de certas obras tem assistido mostra que se podem sempre esperar «descobertas revolucionárias» nesta matéria) e o facto de que, mesmo que ela fosse estabelecida, tal não significaria *eo ipso*, salvo pela coadjuvância de critérios filosóficos extrínsecos, a definição de uma «evolução» do pensamento aristotélico, a análise deste deve ser feita independentemente dos progressos realizados na análise cronológica do *corpus*, ainda que possa, evidentemente, contar com aqueles que pareçam mais seguros.

A terceira é a necessidade de prudência e bom senso neste exercício, de modo que a obsessão indiscriminada com a evolução não leve a fragmentar temporalmente as obras aristotélicas até à exaustão: o facto de alguns tratados poderem ser explicados à luz de um desenvolvimento interno (caso, por exemplo, da *Física* ou, provavelmente, dos *Tópicos*) não quer dizer que *todos* os tratados tenham de revelar uma construção por estratos. O que uma cronologia dos escritos aristotélicos deve fazer é, pois, o apontamento das datas em que cada um deles pode considerar-se razoavelmente concluído, embora se possam sempre admitir revisões e interpolações posteriores do próprio Aristóteles.

Ora a noção de evolução anteriormente acolhida tem apenas a ver com a relação entre grupos de obras bem circunscritas e, portanto, não exige mais do que uma mera datação relativa dessas mesmas obras. Por outro lado, o que baseia a afirmação de uma tal evolução é a percepção de uma alteração doutrinária num sentido ou noutro, a qual comporta, assumidamente, um forte componente interpretativo, a despeito de se fundar na análise dos dados objectivos fornecidos pelos textos e de se legitimar heuristicamente pela capacidade explicativa que logra atingir dos tópicos em relação aos quais se propõe essa evolução.

A esta luz, a evolução do pensamento aristotélico, tal como a assumimos, não reclama uma datação absoluta de cada uma das obras nem uma cronologia global do conjunto, mas apenas a cronologia relativa daquelas em que tal evolução é detectada pela própria investigação.

Em geral, aliás, se não se quiser cair em circularidade, o mais que se pode pedir é a assunção de uma determinada cronologia baseada na experiência que a interpretação do pensamento aristo-

télico colhe do seu contacto com os textos, confirmada, ou pelo menos não infirmada, pelos critérios mais objectivos ao dispor e tanto quanto possível coincidente com a inclinação dominante dos melhores estudos dedicados expressamente a esta questão. E esta tripla condição, como veremos, não é impossível de reunir num conjunto significativo de casos.

A cronologia que a seguir se apresenta é justamente o produto deste exercício. O que se propõe é a cronologia relativa de um conjunto de tratados em que a investigação filosófica é levada a reconhecer uma evolução, tal como ela resulta da própria interpretação dos textos, bem como daqueles em que essa cronologia pode ser mais rigorosamente recuperada através dos critérios habituais.

Trata-se, pois, de um esquema operativo e provisório, que a análise do *corpus*, a aplicação cruzada dos critérios e os resultados dos estudos mais autorizados permitem tomar como ponto de referência razoável.

A este respeito, há uma série básica em que importa acordar:

Cat. → *Top.* → *APo.* → *APr.* → *Metaph.*

A ordenação cronológica dos três primeiros tratados é confirmada pela progressiva constituição de uma noção central da filosofia aristotélica, a noção de acidente: as *Categorias* ignoram-na [2], os *Tópicos* desconhecem os acidentes καθ᾽ αὑτά [3], os *Segundos Analíticos* atestam a noção completa de acidente [4]. Os três últi-

---

[2] Ver a este respeito o nosso ensaio sobre «O 'quadrado ontológico'», in *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

[3] Nos locais em que o acidente é definido (I 5, 102b4-14), deduzido (I 8, 103b6-19) e trabalhado (livros II-III), nunca a noção de συμβεβηκός καθ᾽ αὑτό é invocada, explícita ou implicitamente, apesar da centralidade do conceito de acidente nos *Tópicos*. Esta ausência, de acordo com a nossa reformulação do argumento pela omissão, é um indício seguro de que o tratado a desconhece. É natural, todavia, que a primeira definição de acidente («é acidente o que não é nada disto, nem definição, nem próprio, nem género, e no entanto pertence à coisa»: I 5, 102b4-5) constitua já um sinal de desconforto com a noção dominante de acidente como «o que, em qualquer caso, pode pertencer e não pertencer a uma única e mesma coisa» (que constitui a segunda e «melhor» definição: 102b6-7, cf. 102b10-14). A constituição da noção de acidente καθ᾽ αὑτό foi objecto de análise no nosso estudo «O problema da definição do acidente em Aristóteles» (*Philosophica*, 17/18, 2001, pp. 103-149).

[4] Cf. *APo.* I 22, 83b17-24, e também I 6, 75a18-22, e I 7, 75a38-b2.

mos podem ser seriados, mais tentativamente, de acordo com a estabilização definitiva da doutrina e da terminologia da predicação [5].

Se olharmos para a bibliografia pertinente, verificamos que o carácter precoce das *Categorias* e dos *Tópicos* é quase universalmente admitido [6].

A cronologia relativa dos *Primeiros* e dos *Segundos Analíticos* mantém-se controversa desde que Solmsen defendeu pela primeira vez a hipótese que aqui adoptamos, encontrando-se porém representantes das duas posições [7]. Não temos nenhum elemento novo a aduzir à polémica e a nossa opção é assumidamente conjectural, fundada apenas numa apreciação da fixação progressiva da teoria da predicação.

Quanto à cronologia absoluta dos tratados, há uma clara inclinação para situar os *Segundos Analíticos* na primeira metade da

---

[5] Tratámos deste assunto no ensaio «Tipos de predicação em Aristóteles», ainda inédito.

[6] De entre os autores que aceitam a autenticidade das *Categorias*, apenas De Vogel («The Legend of the Platonizing Aristotle», p. 256) situa o tratado depois de 347; a inclinação da generalidade dos estudiosos é antes para uma datação muito antiga das *Categorias*: ver Husik, «On the Categories of Aristotle», «The Authenticity of Aristotle's *Categories*» e «The *Categories* of Aristotle»; Nuyens, *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, pp. 106-108; De Rijk, «The Authenticity of Aristotle's *Categories*»; Owens, «Aristotle on Categories»; Ackrill, *Categories and De interpretatione*, p. 69; Owen, «The Platonism of Aristotle», *Logic, Science and Dialectic*, pp. 204-206; Düring, *Aristoteles*, p. 49; Frede, «The Title, Unity, and Authenticity of the Aristotelian *Categories*»; Graham, *Aristotle's Two Systems*, p. 300, n. 17; Rist, *The Mind of Aristotle*, pp. 77-78, 93-99 (só as *Categorias* 2-9). O carácter precoce dos *Tópicos* é consensualmente reconhecido: cf. Brandis, *Über die Reihenfolge der Bücher des aristotelischen Organons*; Maier, *Die Syllogistik des Aristoteles*, II.2, pp. 78-82; Hambruch, *Logische Regeln der platonischen Schule in der aristotelischen Topik*; Solmsen, *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik* (com excepção do livro VIII); Ross, *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, pp. 6-23; Nuyens, *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, pp. 115-118; Bochenski, *Ancient Formal Logic*, p. 23; Huby, «The Date of Aristotle's *Topics* and its Treatment of the Theory of Ideas»; Düring, *Aristoteles*, p. 49; De Vogel, «Aristotle's Attitude to Plato and the Theory of Ideas According to the *Topics*»; Gauthier, *L'Éthique à Nicomaque*, I.1, p. 34; Corcoran, «Aristotle's Natural Deduction System», p. 88; Graham, *Aristotle's Two Systems*, p. 300; Rist, *The Mind of Aristotle*, pp. 76-82 (com excepção dos livros I, VII 3-5 e VIII); Louis, *Vie d'Aristote*, p. 41; Brunschwig, *Dictionnaire des philosophes antiques*, pp. 487-488. A única excepção é E. Weil, que atribui à obra como um todo uma datação tardia: cf. «La place de la logique dans la pensée aristotélicienne», *Articles in Aristotle*, I, pp. 107, 109-112.

[7] Ver o capítulo III do segundo estudo e nn. 5 e 6.

vida de Aristóteles (período académico e primeiros anos das viagens), enquanto que em relação aos *Primeiros Analíticos* se encontram as mais desencontradas datações [8]. Sem querer entrar no debate, não podemos deixar de ser sensíveis ao facto histórico bem atestado de as grandes descobertas lógicas serem em regra obras de juventude [9], o que levaria neste caso a considerar que o contributo de Aristóteles nesta matéria poderia ter sido todo desenvolvido, no essencial, durante a permanência na Academia [10].

Finalmente, a atribuição da redacção definitiva da *Metafísica* (que é, pelos motivos que a seguir se indicam, o único ponto verdadeiramente relevante) a uma fase recente da elaboração filosófica de Aristóteles é corroborada, na literatura, pelo consenso pós-jaegeriano quanto à colocação dos livros centrais no segundo período ateniense e pela tendência que se tem vindo a afirmar no sentido de aí situar igualmente os livros Γ, E e Λ.

A cronologia interna da *Metafísica* é de estabelecimento extremamente difícil. Não há qualquer dúvida de que diversos livros ou grupos de livros existiram primitivamente em estado independente [11] e que é, portanto, muito provável que tenham sido redigidos em momentos distintos e até bastante distanciados [12].

Mas daí não decorre que seja possível restituir com precisão as datas da sua composição e reconstituir a ordem de redacção do tratado. Na verdade, os dados disponíveis são extremamente escassos e, por isso mesmo, é sobretudo de aproximações mais ou menos apriorísticas que as propostas surgidas até ao momento se têm alimentado. A comprová-lo está a flagrante disparidade de datações avançadas.

Assim, apenas de entre os textos que se pode com segurança supor terem conhecido edições independentes, o livro α é situado por P. Louis entre 347 e 343 e por Rist em 332; o livro Δ é datado por Theiler em 350-347 e por Rist em 328-326; o livro K é colocado por Ross entre 348 e 345 e por Rist em 331.

---

[8] Para a cronologia absoluta dos tratados, vejam-se sempre as propostas reunidas no apêndice IV.

[9] Aspecto para que Graham justificadamente alerta em *Aristotle's Two Systems*, p. 301 e n. 21.

[10] O que evidentemente não implica, como quer Düring (cf. capítulo IV do segundo estudo), que ele estivesse todo consumado até 355.

[11] Relembre-se acerca deste ponto o capítulo II do primeiro estudo.

[12] As repetições, designadamente de A 9 em M 4-5 e de B-Γ-E em K 1-8, podem ter justamente esta explicação.

Se olharmos para os restantes livros, o mesmo panorama se abre: para a *Metafísica* A já foram propostas datas entre 347 e 331; para a *Metafísica* B entre 355 e 330; para a *Metafísica* M entre 355 e 328; para a *Metafísica* N entre 350 e 328.

E o mesmo se pode dizer de todos os outros livros, com excepção de Z-H-Θ, acerca dos quais existe um notável consenso.

Neste quadro, parece de elementar prudência renunciar à tarefa de (sequer tentar) estabelecer a ordenação cronológica interna da *Metafísica*.

Nada se perde contudo com esta decisão. Com efeito, o tratado tal como o conhecemos hoje patenteia uma tão evidente unidade de projecto e de doutrina [13] que basta poder situar *grosso modo* a conclusão definitiva da sua redacção (a qual, como vimos, é consensualmente atribuída ao período do Liceu) para que, dentro dos objectivos que nos propomos, a relação cronológica com outros tratados possa também ser concebida. É portanto *como um todo* que, neste contexto, entenderemos a *Metafísica*.

A *Física* oferece porventura uma reconstrução mais fácil [14].

Como vimos anteriormente, o conteúdo dos seus livros, a evidência fornecida pelas referências aristotélicas e pelos testemunhos antigos e não menos a que resulta dos títulos reunidos nos catálogos antigos dos escritos de Aristóteles levam a crer que se podem distinguir pelo menos quatro grupos diferenciados no tratado: I-IV, V-VI, VII e VIII.

Com efeito, o conjunto formado pelos livros I-IV da *Física* (conhecido na Antiguidade, como já vimos, por τὰ περὶ ἀρχῶν) patenteia uma clara e profunda unidade doutrinal. Os livros V-VI encetam um novo ciclo subordinado especificamente à análise da mudança e do movimento (o que justifica o título περὶ κινήσεως com que aparece em DL 45 e A 40) e o mesmo sucede de novo com o livro VIII (sobre a causa primeira do movimento cósmico). O livro VII é claramente apendicular e tem toda a aparência de ser uma primeira versão do livro VIII. A reunião destas investigações numa mesma πραγματεία, certamente desejada pelo próprio Aristóteles, prende-se evidentemente com o facto de todas elas colaborarem na definição dos conceitos e princípios mais gerais no estudo da natureza.

---

[13] Veja-se a este propósito o apêndice II.

[14] Para o que segue, relembre-se o capítulo III do primeiro estudo, *ad fin*.

Do ponto de vista cronológico, a arrumação mais provável é a seguinte: 1) o livro VII subsistiu com toda a verosimilhança como tratado independente durante um longo período; 2) os livros I-IV formavam originalmente uma unidade περὶ ἀρχῶν; 3) os livros V-VI formavam uma outra unidade περὶ κινήσεως; 4) o livro VIII foi provavelmente uma adição posterior, que veio a ser anexada ao tratado περὶ κίνησεως e depois incluída, com os restantes livros, na obra completa.

Neste quadro, a cronologia relativa dos tratados físicos é relativamente simples, se adoptarmos como critério a explicação que é neles oferecida para o movimento sideral.

Vimos já [15] que a *Física* VIII explica o movimento das esferas através de um motor imóvel que age eficientemente sobre o Cosmo. Assim, este livro é decerto anterior à *Metafísica* Λ; e, portanto, a *Física* como um todo é anterior à *Metafísica* como um todo.

O *Sobre o Céu*, pelos motivos expostos, precede com segurança a *Física*.

Os *Meteorológicos* I-III e o *Sobre a Geração e a Corrupção*, provavelmente por esta ordem, correspondem cronologicamente à fase de elaboração da *Física* até à descoberta da nova explicação do movimento astral, isto é, até à inserção do livro VIII.

Contudo, uma vez que o primeiro livro do *Sobre a Geração e a Corrupção* menciona consistentemente o motor imóvel [16], é possível que este seja já contemporâneo ou posterior à *Física* VIII, a menos que as referências resultem de interpolações tardias, o que é, no entanto, pouco provável dada a extensão e a importância de uma delas [17].

O mais plausível é, como sugerimos na ocasião indicada, que o primeiro livro do *Sobre a Geração* tenha sido escrito depois do segundo.

Em conformidade, ter-se-ia então a seguinte sucessão:

Cael. → *Mete.* I-III → *GC* II → *Ph.* VIII → *GC* I.

Não há, todavia, nenhum dado objectivo que substancie esta conjectura, pelo que só a relação há pouco estabelecida entre os grandes tratados pode ser dada como segura.

---

15 Cf. o apêndice V.

16 Cf. I 3, 318a5-8; I 6, 323a31-34; I 7, 324a24-b13; I 10, 337a18-24.

17 I 7, 324a24-b13.

A esta deve ser acrescentada, como vimos oportunamente, o *Movimento dos Animais*, que, à luz do critério indicado, é uma obra tardia, decerto contemporânea ou mesmo posterior à *Metafísica* Λ.

Quanto ao *corpus* biológico no seu todo, a respectiva cronologia, tanto absoluta como relativa, oferece enormes dificuldades. Classicamente, a observação de D'Arcy Thompson sobre as referências da *História dos Animais* a Lesbos e outras regiões do mar Egeu [18] parecia suficiente para situar o conjunto no segundo período da vida de Aristóteles [19], com excepção da *Geração dos Animais*, cujo modelo taxonómico [20] era considerado por diversos autores como a última palavra de Aristóteles a este respeito e, nesta medida, como um sinal do seu carácter mais tardio, nomeadamente em relação à *História dos Animais* e às *Partes dos Animais*, que adoptam classificações diferentes [21].

Todavia, um estudioso eminente da biologia aristotélica, D. M. Balme, veio recentemente ameaçar este consenso [22].

Sem pôr em causa a importância das referências para que Thompson chamou a atenção, nem, portanto, alterar a cronologia

---

[18] Cf. *The Works of Aristotle Translated into English*, IV, p. VII, e *On Aristotle as a Biologist*, pp. 12-14. A observação foi posteriormente expandida e sistematizada por Lee em «Place-Names and the Date of Aristotle's Biological Works».

[19] Seguem esta via: Ross, *Aristotle*, pp. 112-114, «The Development of Aristotle's Thought», *Articles on Aristotle*, p. 2, e *De anima*, pp. 8-9; A. Mansion, «La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents», p. 335; Mure, *Aristotle*, pp. 268-274; Manquat, *Aristote naturaliste*, pp. 26-30; Peck, *Parts of Animals*, pp. 10-11, *Generation of Animals*, pp. VII-VIII, e *History of Animals*, I, pp. LVIII-LIX; Nuyens, *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, pp. 147-149; Louis, «Sur la chronologie des oeuvres d'Aristote», *Les parties des animaux*, pp. XIX-XXXI; *Histoire des animaux*, I, p. XVI, e *Vie d'Aristote*, p. 57; Moraux, *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, pp. 318 e 339; Allan, *The Philosophy of Aristotle*, p. 11; De Vogel, *Greek Philosophy*, II, p. 3, n. 4, e p. 12, n. 6; Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 286-287, e *Aristoteles*, p. 510; Grene, *A Portrait of Aristotle*, pp. 32-33; Lloyd, *Aristotle*, pp. 22-23 e 68-69; Preus, *Science and Philosophy in Aristotle's Biological Works*, pp. 44-45; Guthrie, *A History of Greek Philosophy*, VI, pp. 29-30. Uma excepção é Solmsen, que procura desvalorizar as consequências da observação de Thompson para o estabelecimento da cronologia dos tratados biológicos no artigo «The Fishes of Lesbos and Their Alleged Significance for the Development of Aristotle»; Lee respondeu-lhe em «The Fishes of Lesbos Again».

[20] Exposto em II 1, 732a25-733b23.

[21] Cf. *HA* I 1-6 e *PA* I 2-4. (Para os autores que situam a *Geração dos Animais* tardiamente, veja-se o apêndice IV.)

[22] Cf. «The Place of Biology in Aristotle's Philosophy», pp. 12-18; ver também *History of Animals Books VII-X*, pp. 21-26, e Lennox, «Aristotle's Biological Development: the Balme Hypothesis», pp. 229-248.

absoluta da *História dos Animais*, sublinhou, ao mesmo tempo, a necessidade de alterar a sua cronologia relativa no contexto do *corpus* biológico, encarando-a como o *último* tratado da série e não como o primeiro (ao invés do que até então era comummente aceite), de forma a dar espaço à assimilação teórica das pesquisas zoológicas que, segundo ele, a *Metafísica* reflecte. Em conformidade, todas as obras zoológicas, com excepção da *História dos Animais*, recuariam para o período académico.

Verdadeiramente, a única razão para considerar que a *História dos Animais* é *cronologicamente* a primeira obra da série biológica prende-se com o facto de ela ser *sistematicamente* a primeira obra da série e de Aristóteles assim o estipular expressamente quando distingue a tarefa de compilação dos dados do trabalho posterior de indagação das respectivas causas [23].

Mas, como Balme justificadamente frisa, é manifesto que a ordem cronológica não pode ser inferida da ordem sistemática. Esta reflecte apenas o modo como Aristóteles concebeu que a sua colecção zoológica, *uma vez completa*, deveria ser lida, independentemente da ordem pela qual os escritos foram sendo redigidos até a completar.

Por outro lado, como Balme não se esquece também de observar, cada um dos tratados zoológicos contém em si mesmo todos os dados de que constitui a explicação, sem que seja preciso supor que todos eles remetam para a *História dos Animais*, como repositório universal dos «factos» em zoologia.

Contudo, é importante reconhecer igualmente o reverso do argumento.

Decerto, a ordem cronológica não traduz necessariamente a ordem sistemática: mas também não traduz necessariamente a ordem *oposta* à sistemática.

Ora, para tomar decisões neste capítulo, talvez seja insuficiente conjecturar acerca do tempo de «maturação» necessária à incorporação na ontologia definitiva dos resultados da reflexão aristotélica sobre as investigações biológicas [24].

Conjecturas deste tipo são sempre puramente abstractas, para além do que podem, em geral, funcionar em qualquer sentido. Tal

---

[23] *PA* I 1, 639a1-642b4. Cf. *HA* I 6, 491a9-11; *PA* I 1, 640a13-15; I 5, 645b1-3; II 1, 646a8-12; *MA* 1, 698a1-7; *IA* 1, 704a5-10; *GA* I 1, 715a1-18.

[24] A que a argumentação de Balme obviamente não se reduz, mas de que predominantemente depende: cf. «The Place of Biology in Aristotle's Philosophy», pp. 13-17.

como Balme fala no maior «espaço de manobra» que a inversão da cronologia tradicional, com a passagem para o período académico dos quatro tratados «etiológicos», traria para o desenvolvimento da metafísica aristotélica [25], poder-se-ia alegar o singular aperto que tal inversão criaria ao desenvolvimento da sua lógica.

Nesta medida, a proposta de Balme é sobretudo importante pelo repto que representa à ordem estabelecida, não tanto pela «nova ordem» que pretende impor. O seu principal mérito é o de patentear, uma vez mais, a fragilidade das bases sobre as quais repousam as cronologias da obra aristotélica, mesmo as aparentemente melhor sustentadas, e os riscos inerentes a dar por definitivo o que simplesmente ainda não foi desafiado.

Perante isto, compreende-se que não entremos na controvérsia, cuja ambição é demasiado grande para os dados objectivos de que se dispõe e cuja relevância é demasiado pequena para o impacto que teria sobre a investigação filosófica.

Mais relevante e mais útil será porventura considerar uma outra vez as celebradas referências geográficas em que continua a repousar, mesmo após Balme, a datação da *Historia Animalium*.

De acordo com o quadro resultante da análise sistemática a que Lee submeteu o tratado, as referências nele contidas e os diferentes locais referidos distribuem-se do seguinte modo:

	Referências	Locais citados
Noroeste da Ásia Menor	38	17
Macedónia e Trácia	20	12
Ásia Menor (excepto Noroeste)	35	19
Grécia continental	39	25
Líbia e Egipto	27	6
Próximo Oriente e Médio Oriente	27	9
Restante Europa	26	14
Total	212	102

As conclusões que se podem retirar deste quadro são menos afirmativas do que se poderia pensar à primeira vista.

Desde logo, é claro que, para efeitos de consideração da região onde os estudos biológicos poderão ter sido efectuados, o que

[25] Art. cit., p. 17.

interessa isolar não é o conjunto das referências (que envolve muitos locais repetidos), mas sim o conjunto dos locais citados (coluna 3).

Ora, desse conjunto:

1) Um grupo não despiciendo (cerca de 25%) pertence à Grécia continental;
2) O número de locais da Ásia Menor é ligeiramente maior (36, contra 25 da Grécia continental);
3) Só somando os locais da Ásia Menor com os de outras regiões vizinhas (África e Ásia) é que se atinge uma soma interessante (51, cerca de 50%);
4) Em todo o caso, o pequeno número de locais da África e da Ásia (6 e 9, respectivamente) por comparação com o número de referências a esses locais (27, nos dois casos) sugere que o conhecimento dessas paragens era em segunda mão;
5) Utilizando o mesmo critério, é curioso observar que a melhor proporção lugares/referências se verifica no caso da Grécia continental, com 25/39, contra uma proporção de 19/35 para a Ásia Menor e de 17/38 para o Noroeste da Ásia Menor.

No conjunto, a comparação percentual entre a Grécia continental (± 25%), a Ásia Menor (± 36%) e o conjunto formado pela Ásia Menor, a Macedónia e a Trácia (± 48%), negligenciando os locais de África e Ásia, que, como vimos, parecem corresponder a informações de segunda mão e portanto podem ter sido colhidas em qualquer ocasião, parece convidar às seguintes conclusões:

1) Uma boa parte dos estudos realizados por Aristóteles ter-se-á efectuado durante o período de Asso, Mitilene e Péla (347-340);
2) Porém, a comparação com os locais citados da Grécia continental não é tão desproporcionada que permita inferir que esses estudos foram exclusiva, predominantemente ou na sua maior parte efectuados naquele período, o que é reforçado pela comparação com o número absoluto de lugares citados (apenas 48 em 102 são locais da Ásia Menor, da Macedónia e da Trácia);
3) Pelo contrário, a boa representação de locais da Grécia continental e a proporção muito expressiva lo-

cais/referências sugere fortemente que uma parte importante dos estudos biológicos foi efectuada num dos períodos de Atenas;

4) Este aspecto poderá ser um elemento em favor da cronologia Balme, se porventura se vier a confirmar que o período em causa foi o primeiro.

Em suma: sem que haja lugar para o pessimismo de Solmsen, uma análise desapaixonada dos dados em presença mostra que eles não são tão conclusivos como Thompson e Lee pensavam.

Contra Solmsen, parecem indicar com algum grau de segurança que o período de Asso e Mitilene foi de facto bastante fértil para as investigações biológicas de Aristóteles; e bem assim que o período compreendido entre as duas estadas em Atenas correspondeu a uma boa parte do trabalho de recolha de informações.

Mas, contra a tradição Thompson-Lee, parece exagerado concluir que «os estudos aristotélicos de história natural foram levados a cabo, ou predominantemente levados a cabo, na sua meia idade, entre os dois períodos de residência em Atenas» [26].

A conclusão é, assim, assaz decepcionante: tirando o que já se sabia desde (e graças a) D'Arcy Thompson, isto é, que uma parte substancial da investigação zoológica foi produzida no «período médio», a que se deverá porventura acrescentar um dos períodos atenienses, ou ambos, tudo o mais é conjectural.

Finalmente, em relação ao *De anima* e à *Ética a Nicómaco* limitamo-nos a aceitar como boa, sem nenhum compromisso particular, a posição consensual ou predominantemente assumida quanto à sua inclusão no último período de actividade de Aristóteles.

No primeiro caso, a datação não tem sido disputada, o que, sem constituir em si mesmo um argumento, é, no entanto, um indício em favor da solidez relativa dos argumentos aduzidos pelos autores que lha imputam. Em relação à *Ética a Nicómaco*, acrescentaríamos, assumindo de bom grado a subjectividade da observação, que uma comparação intuitiva com a *Ética a Eudemo* leva a crer que esta é anterior àquela, a menos que a evolução de Aristóteles neste domínio se tenha cifrado por um retrocesso teórico (o que é sempre possível, mas apenas aceitável perante motivos absolutamente constringentes).

---

[26] D'Arcy Thompson, *The Works of Aristotle Translated into English*, IV, p. VII.

Assim, reconhecendo embora o carácter tentativo e sempre provisório do resultado, as datações relativas a que podemos, com dose razoável de prudência, chegar são as seguintes:

1) *Corpus* Lógico:

Cat. → *Top.* → *APo.* → *APr.* [→ *Metaph.*]

2) *Corpus* Físico:

Cael. → *Mete.* I-III ↔ *Ph.* ↔ *GC* [→ *Metaph.*]

3) Obras do Último Período:

De an. — *MA* — *Metaph.* — *EN*

Dadas as limitações documentais e metodológicas que referimos no capítulo anterior, renunciamos a ir mais longe ou a indagar o cruzamento entre as várias séries.

III

CONSEQUÊNCIAS METODOLÓGICAS

Dos dois últimos capítulos resultam alguns lemas metodológicos importantes, que passamos rapidamente a sumariar.

Primeiro: não deve ser aceite a tese segundo a qual o estabelecimento conclusivo da evolução de Aristóteles em relação a tal ou tal questão (se algum dia ele fosse possível) é condição necessária para analisar essa questão.

Segundo: não devem ser sustentados argumentos em considerações de ordem exclusiva ou primariamente genética.

Terceiro: não devem as investigações ficar inibidas de trabalhar sobre textos de estádios cronológicos diferentes de modo a fazê-los colaborar na definição de uma determinada doutrina.

O último lema acarreta que é legítimo trabalhar conjuntamente sobre textos de qualquer estádio cronológico, só apelando para a evolução quando diante de uma disparidade teórica, conceptual ou terminológica não explicável de outra forma.

O princípio hermenêutico que está na base desta atitude é o seguinte:

i) Deve considerar-se que, em relação a cada questão, a doutrina de Aristóteles se mantém até prova em contrário;

ii) A manutenção da mesma doutrina admite variações terminológicas ou conceptuais que a investigação deverá reduzir de acordo com o cânone estabelecido na versão clássica dessa doutrina;

iii) Entende-se por versão clássica de uma doutrina aquela que se encontra exposta no tratado que a expõe sistematicamente;

iv) Só no caso em que esta redução fracasse ou exista mais do que uma exposição sistemática diferente se deve concluir que nos encontrarmos perante uma alteração da doutrina para a qual a evolução de Aristóteles tem de ser invocada.

Numa palavra, o princípio aqui estipulado não é senão o que se encontra insinuado neste trecho de E. Weil, com o qual terminamos (em boa companhia) o presente estudo [1]:

> A busca de uma evolução intelectual em Aristóteles é não apenas legítima: é indispensável, dado o estado em que o corpo dos seus escritos chegou até nós. Pois esse corpo contém contradições, as quais só podem ser resolvidas por apelo à genética — ao desenvolvimento progressivo do pensamento de Aristóteles. Todavia, este apelo só é válido na medida em que se descubram genuínas contradições no texto, isto é, na medida em que se prove ser impossível uma reconciliação puramente filosófica. E, a este respeito, não é possível ser cauteloso em demasia: as contradições nem sempre estão nos textos; por vezes, estão na cabeça dos intérpretes.
>
> Durante muito tempo, procuraram-se, e descobriram-se, contradições na *Crítica da Razão Pura* (o pretérito é, infelizmente, prematuro). Ora, esta obra não suscita nenhum problema de transmissão e foi escrita por um único homem no período de quatro ou cinco meses. Se fosse verdade que a crítica é sempre mais sensível, mais profunda e mais penetrante do que o autor criticado, seria então motivo para lastimar que tantos indivíduos talentosos desperdicem o seu tempo nesta ocupação demorada e difícil em vez de o gastarem na composição de obras melhores da sua própria autoria.

---

[1] «La place de la logique dans la pensée aristotélicienne», *Articles in Aristotle*, I, p. 109.

4

DIFICULDADES PARTICULARES DO VOCABULÁRIO ARISTOTÉLICO

I

ARISTOTELEM EX ARISTOTELE

O vocabulário aristotélico é reconhecidamente difícil.

É difícil, em primeiro lugar, porque é novo. Mas é também difícil, num segundo sentido, porque é antigo.

Só na aparência estamos perante um paradoxo.

A novidade do vocabulário aristotélico é a novidade do que irrompe sem se fazer anunciar, como um evento inesperado e imprevisível: e é difícil dar sentido ao que aparentemente não tem precedentes nem precursores, quer dizer, sem remeter para acepções precedentes e sem recuar até usos precursores.

A sua antiguidade, pelo contrário, é a antiguidade do que se tornou clássico e, mais do que isso, do que penetrou de tal modo na linguagem corrente que se tornou desgastado e banalizado pelo uso, até o seu sentido originário jazer algures sob rótulos convencionais que já não evocam nada. A divulgação, a massificação e a trivialização (preço a pagar pelos que, outrora, foram verdadeiramente inovadores) matam a metáfora — e é difícil fazer reviver no seu sentido autêntico o que séculos de tradição transformaram num cómodo *zuhanden*.

Não é líquido o que o vocabulário aristotélico deve à pragmática do seu tempo, à língua cultivada dos círculos filosofantes, à cunhagem técnica dos conceitos nas escolas de dialéctica e de retórica e principalmente ao trabalho colectivo da Academia, singular «buraco negro» na história cultural da Grécia, acerca do qual quase nada se sabe e muito do que se sabe é conjectural [1].

---

[1] Algum trabalho tem sido já feito no sentido de exumar conexões de conceitos aristotélicos com a terminologia platónica atestada nos diálogos. Até hoje,

Um facto é pelo menos seguro: a maior parte desse vocabulário só se torna um legado da filosofia a partir de Aristóteles e por influxo da circulação do seu pensamento, mesmo antes de os tratados terem sido oficialmente coligidos por Andronico.

Conceitos como «matéria» (ὕλη), «essência» (τὸ τί ἦν εἶναι) ou «enteléquia» (ἐντελέχεια) não encontram predecessores na língua filosófica grega.

Outros, como «sujeito» (ὑποκείμενον), «acto» (ἐνέργεια), «categoria» (κατηγορία), «premissa» (πρότασις), embora se possa supor, com mais ou menos segurança, que provenham de um vago fundo académico, não têm de facto nenhum uso precursor em textos filosóficos anteriores a Aristóteles [2].

Outros ainda, cunhados antes de Aristóteles, só vêm a alcançar dignidade técnica com ele (é o que sucede, por exemplo, com «silogismo», «demonstração», «imaginação», «escolha», aproximações de συλλογισμός, ἀπόδειξις, συμβεβηκός, φαντασία, προαίρεσις, respectivamente) [3] ou sofrem nele uma decisiva e duradoura in-

---

o mais que se tem conseguido são aproximações sugestivas e mais ou menos bem achadas. A mais séria e convincente parece-nos ser a que Kapp (*Greek Foundations of Traditional Logic*, p. 54) imputa ao termo ὑποκείμενον, reconduzindo-o a uma passagem do *Sofista* de Platão (251a8-b4); ver também *infra*, n. 29 do capítulo II deste estudo. Igualmente sugestiva é a relação que D. J. Zeyl procura estabelecer entre o par τοῦτο (ou τόδε) e τὸ τοιοῦτον no *Timeu* 49de (tratámos dele em *Reler Platão*, §§ 28-32) e a oposição aristotélica entre τόδε τι e ποῖον τι nas *Categorias* 5, 3b10-16 (cf. «Plato and Talk of a World in Flux», p. 147). A relação é dificilmente negável; mas, então, o menos que pode dizer-se é que Aristóteles *inverte* na sua oposição entre τόδε τι e ποῖον τι a oposição platónica entre τοῦτο e τοιοῦτον, uma vez que nesta é a coisa particular que é apenas τοιοῦτον e nunca pode ser dita determinadamente *isto* (τοῦτο); veja-se a este respeito o nosso estudo, nos locais citados.

[2] O termo ἐνέργεια, cuja origem remota poderá ser megárica, ocorre no fr. 21 de Filolau (*FdV*, I 418.6), que é, no entanto, consensualmente considerado espúrio e como tal catalogado por Diels.

[3] No contexto da *Ética a Nicómaco*, traduzem προαίρεσις por «escolha»: Ross, Rackham e Tricot («choix préférentiel»). No mesmo contexto, traduzem por «decisão»: Gauthier-Jolif e Irwin. «Preferência» pareceria o indicado tanto pela etimologia como pela definição de προαίρεσις em *EN* III 4, 1112a13-17 (onde se sugere a ligação entre προαίρεσις e πρὸ ἑτέρων αἱρετόν, «ser escolhido antes [isto é, em vez] de outras coisas»). No entanto, toda a caracterização do conceito ao longo de *EN* III 4 parece excluir esta possibilidade, admitindo uma tradução por «escolha» ou por «decisão» mas *não* por «preferência». Com efeito, pode dizer-se que é possível um acto voluntário, no sentido aristotélico (isto é, de acordo com a definição de *EN* III 3, 1111a22-24, mercê de um princípio interno e não por constrangimento e no conhecimento das circunstâncias singulares da acção e não

flexão no seu sentido (como no caso dos termos, por isso mesmo intraduzíveis para já, οὐσία, γένος, μορφή, δύναμις, αἰτία, φρόνησις, etc.) [4].

Inversamente, não é comum darmo-nos conta de que a nossa linguagem quotidiana fala a língua de Aristóteles e de que a nossa gramática é a da lógica e a da ontologia aristotélicas. Mas basta um minuto de reflexão para nos apercebermos de que é em Aristóteles que radica o sentido de expressões tão correntes como

---

em ignorância delas), sem decisão nem escolha prévia; mas dificilmente se pode dizer que ele é possível sem preferência. Pode dizer-se que não é possível escolher ou decidir coisas que não estão sob o nosso poder; mas não que é impossível preferi-las. Pode dizer-se que as crianças e os animais não escolhem nem decidem; mas não se pode dizer que não preferem. Pode dizer-se que o concupiscente verdadeiramente não escolhe nem decide; mas não que não prefere. E assim por diante. Tudo considerado, parece, pois, que a palavra que menos trai, em português, a προαίρεσις aristotélica, tanto no que toca à doutrina quanto no que toca aos usos do conceito, é justamente «escolha». Daí que a tenhamos aqui adoptado.

[4] É curioso observar que uma parte significativa do vocabulário filosófico introduzido por Aristóteles é cunhado relativamente cedo. Assim, por exemplo, a fazer fé no texto habitualmente aceite, ἐνέργεια aparece já no *Protréptico*, designadamente por oposição a δύναμις (cf. D79, D87, D91 = W14, R14) ocorrendo também com alguma insistência nos *Tópicos* (ver em especial *Top*. IV 4, 124a31-34, e IV 5, 125b15-27; e cf. *Top*. I 15, 106b15-17; V 2, 129b33-35; V 2, 130a19-24; VI 8, 146b13-19). Do mesmo modo, συμβεβηκός é usado nas *Categorias*, embora sempre num sentido não técnico (cf. 5b10; 7a27, 32, 36). Outros vocábulos, todavia, parecem ser tardios: é o que acontece, na interpretação admitida, com καθόλου (mas notar κατὰ ὅλου, com o sentido de «em geral», no *Ménon* 77a, e cf. a expressa aproximação entre καθόλου e ὅλον na *Metafísica* Δ 26, 1023b29-32, bem como, aliás em termos pouco comuns, na *Física* I 1, 184a5). As ocorrências mais antigas merecem meditação: com efeito, estando excluído que elas se devam a um uso corrente na Academia (que a inexistência de precedentes platónicos e de paralelismos nos fragmentos subsistentes de outros grandes académicos, como Espeusipo e Xenócrates, torna completamente implausível), resta como explicação a precocidade da afirmação filosófica de Aristóteles, manifestada desde logo na constituição de um léxico filosófico enriquecido com diversos neologismos. Para um estudo sistemático da notável inovação conceptual, nomeadamente em relação ao vocabulário platónico, introduzida desde uma fase tão precoce quanto a representada pelos estratos mais antigos dos *Tópicos*, veja-se E. De Strycker, «Concepts-clés et terminologie dans les livres II à VII des *Topiques*». Note-se que esta inovação, absolutamente inegável, não deixa em todo o caso de ser paradoxal perante as reservas que Aristóteles normalmente coloca à invenção de novos termos: veja-se por exemplo *Top*. VI 2, 140a3-5, e VI 10, 1048b16-22 (mas, para a defesa da cunhagem de neologismos em nome da clareza da exposição, veja-se *EN* II 7, 1108a16-19).

«matéria» e «forma», «acidente», «geral» e «específico», «substancial» e «essencial», «actual» e «potencial», «universal», «particular» e «singular», para nos atermos apenas ao vocabulário de ressonância mais distintamente metafísica.

Nesta medida, a antiguidade e a novidade do vocabulário aristotélico, longe de se oporem como dois pólos irreconciliáveis, são duas faces da mesma moeda. O tornar-se antigo, no sentido assinalado, é um privilégio de que só se torna merecedor o que foi novo: pois o que o não foi no seu tempo não chega sequer a sobreviver-lhe. Mas, inversamente, a antiguidade do que foi novo é um garante de que a sua novidade nunca se perca, se formos capazes de o trazer renovadamente à superfície no que a própria tradição tem de vinculação à origem, mesmo, ou porventura principalmente, nos usos tornados para si próprios opacos que inconscientemente a recordam e celebram.

Nesta matéria, a submissão dócil à tradição e a revolta intempestiva contra ela constituem dois modos diferentes, mas afinal solidários, de soçobrar perante as duas dificuldades referidas.

A adopção maquinal das traduções consagradas constitui uma forma de literalmente *desactualizar* Aristóteles; pois quem o compreende através delas começa desde logo por renunciar a compreendê-lo a partir de si mesmo, colocando-se antecipadamente à distância e antepondo-se mediações que só iluminam sob o preço de ofuscar o que ele tem de irredutível e próprio.

Mas também os que embarcam na ilusão de reintegrar o vocabulário de Aristóteles *in actu nascendi* se condenam ao mais irónico dos anacronismos e, afinal, à mais estrita inactualidade, qual é a de pura e simplesmente ignorar a história.

A oscilação entre estas duas atitudes é, no fundo, a revivescência particular de um dilema hermenêutico clássico: o apego à letra como forma de fazer transparecer numa versão totalmente depurada a integralidade original do dito; e a procura de um consenso com a comunidade de sentido historicamente constituída que é a tradição.

Nesta medida, o verdadeiro desafio é o de ser capaz de manter conjuntamente o duplo princípio da literalidade e da consensualidade, de tal modo que o pensamento de Aristóteles seja renovadamente restituído *através* da tradição e não por exclusão ou, pior ainda, na ignorância da tradição. O verdadeiro desafio é o de ser capaz de ler Aristóteles *dando razão da tradição*, mesmo quando de um modo crítico ou polémico.

Traduzir, diz-se, é sempre interpretar. Sem dúvida: mas isso não significa que a tradução deva ser já *uma* interpretação. Pelo contrário, a tradução deve ser tal que seja capaz de libertar os conceitos para todas as interpretações possíveis e não, ao contrário, restringi-los até à singularidade.

Ora, toda a tradução que se imponha a tarefa de regressar à ilusória univocidade originária do dito, para lá de tudo o que esse dito inauguralmente projectou, ou que se renda ao que simplesmente se disse, abdicando de fazer soar por detrás disso o próprio dito, substitui-se antecipadamente à interpretação e impõe-se implicitamente a si mesma como *a* interpretação autorizada.

A esta luz, tentativas bem intencionadas, como, por exemplo, a de Jonathan Barnes [5], de restituir, na tradução, o texto de Aristóteles tal qual ele teria sido putativamente pensado por Aristóteles e lido ou escutado por qualquer estudioso coevo estão necessariamente votadas ao fracasso. Porque elas ignoram a tradição de mais de vinte séculos que pensou *com* e *a partir* do pensar aristotélico, cunhando para isso os termos através dos quais os de Aristóteles se nos tornam hoje reconhecíveis e sem cuja mediação os conceitos por ele concebidos, reformulados ou colhidos na linguagem da sua época podem decerto ser entendidos no original, mas não tornar-se inteligíveis numa tradução moderna [6].

Assim, por exemplo, fórmulas como «what is understandable in virtue of demonstrative understanding will be necessary» [7], ou «the deduction gives the reason why, since the primitive expla-

---

[5] Em *Aristotle. Posterior Analytics*, Oxford, Clarendon Press, 1994² (e principalmente na primeira versão da tradução, transcrita na *Revised Oxford Translation*, I, Princeton, Princeton University Press, 1983, pp. 114-166). Como é evidente, não tomamos este autor como réu de um pecado singular, mas como exemplo paradigmático de uma atitude. Ele é sem dúvida apenas um exemplo, porque a mesma atitude hermenêutica tornou-se característica generalizada da escola de que ele é destacado expoente. Mas é um exemplo *paradigmático*, pelo facto de a sua obra marcar o apogeu da tendência que neste ponto consideramos e também pela sua especial responsabilidade na inflexão dos estudos aristotélicos no último quartel deste século, de que esta tendência constitui um elemento e um sinal.

[6] Um tradutor moderno de Aristóteles confessa-o implicitamente quando declara: «Trop systématiquement fidèle à l'original, une traduction française d'Aristote risquerait fort d'être rocailleuse, rébarbative, obscure et même inintelligible.» (P. Moraux, *Du ciel*, p. CLXXXIX.)

[7] *APo.* I 4, 73a22-23 (ἀναγκαῖον ἂν εἴη τὸ ἐπιστητὸν τὸ κατὰ τὴν ἀποδεικτικὴν ἐπιστήμην): Barnes, p. 6.

nation has been assumed» [8] ou ainda «what it is to be something is the property composed of the items in what it is» [9], longe de serem imediatamente transparentes do seu significado em Aristóteles, tornam-se completamente opacas. E são, pelo contrário, as vetustas versões «o que é conhecido pela ciência demonstrativa é necessário», «o silogismo dá o porquê, pois foi assumida a causa próxima» e «a essência consiste naquilo que, de entre os predicados essenciais, é próprio [à coisa]» que nos remetem imediatamente para Aristóteles, como quer que depois possamos interpretar estas asserções e os conceitos nelas envolvidos.

Para mais, semelhantes tentativas são intimamente movidas por uma desconfiança de princípio em relação às traduções clássicas, como se, por alguma razão, o pensamento se houvesse desqualificado para a compreensão até ao dealbar do positivismo filológico e filosófico do século XIX.

Só, aliás, este princípio de suspeita pode justificar o intento indiscriminadamente revisionista que anima semelhantes propostas. Pois a rejeição das traduções convencionais nunca é justificada, sustentando-se unicamente numa vaga alegação de que estas seriam falsas ou, pelo menos «seriamente equívocas» [10] (sem, no entanto, se indicar nenhum caso em que tal se verifique), enquanto as novas versões adoptadas são-no apenas sob reserva de representarem o mais inócuo dos compromissos [11]. Mas, quando se trata de circunscrever com clareza o *proprium* dos correspondentes conceitos aristotélicos, é ao entendimento tradicional que se recorre [12],

---

[8] *APo.* I 13, 78b3-4 (καὶ ἔστι τοῦ διότι ὁ συλλογισμός· εἴληπται γὰρ τὸ πρῶτον αἴτιον): Barnes, p. 21.

[9] *APo.* II 6, 92a7-8 (τὸ μὲν τί ἦν εἶναι τὸ ἐκ τῶν ἐν τῷ τί ἐστιν ἴδιον): Barnes, pp. 53-54.

[10] Assim Barnes, p. 90.

[11] Veja-se novamente Barnes, p. 82: «I can find nothing less bad than 'understand' [para ἐπίστασθαι]»; e na p. 91: «The least bad single word is 'explanation' [para αἰτία]». Não assim, evidentemente, com os trabalhos publicados com a intenção expressa de propor uma nova *compreensão* dos conceitos: é o que se passa, especificamente no caso do vocabulário aristotélico do saber, com o texto pioneiro de L. A. Kosman, «Understanding, Explanation and Insight in the *Posterior Analytics*», e, num tom mais polémico (e menos persuasivo), com o artigo de M. Burnyeat, «Aristotle on Understanding Knowledge»; a ambos regressaremos mais adiante, quando procurarmos justificar opções próprias nesta matéria.

[12] Assim, quando Barnes precisa de traduzir ἐπιστημονικὸς συλλογισμός é a «*scientific* deduction» que recorre (p. 2, sublinhado nosso, e justificação a p. 93;

assim justificando o irreprimível pressentimento de que o que verdadeiramente move a revisão das versões tradicionais é simplesmente o desejo de as evitar a todo o custo.

Finalmente, as traduções resultantes destas tentativas, se bem que nalguns casos tenham êxito quanto ao seu intento de fazer transparecer o vocabulário aristotélico, são na maior parte das vezes extremamente interpretativas e, como tal, muito mais passíveis de distanciar e obscurecer do que de esclarecer e aproximar, ou então absolutamente gerais e imprecisas.

Exemplo flagrante do primeiro caso é συλλογισμός, simplesmente transliterado para «silogismo» nas línguas modernas e que um zelo de causa ou finalidade não descortináveis fez ultimamente verter por «dedução» [13].

Exemplo do segundo é a tradução de ἐπιστήμη por «compreensão» *(understanding),* quando é claro que este termo tem uma extensão muito mais vasta do que a que, no interior da filosofia grega, é reservada ao primeiro vocábulo [14].

Por todas estas razões, a atitude recomendável é outra: conservar em regra (isto é, sempre que possível) as traduções clássi-

---

incoerência notada, aliás, por M. Burnyeat no artigo referido, p. 103, embora as suas próprias soluções tenham de ser creditadas como uma forma um pouco rebuscada de se esquivar à mesma tradução: veja-se em especial «principled understanding» a p. 118 e cf. p. 106); cf. também a expressão «*causal* explanation» para discriminar as αἰτίαι aristotélicas no domínio da biologia (p. 93, sublinhado nosso). O mesmo sucede com Kosman em «Understanding, Explanation and Insight in the *Posterior Analytics*» e novamente em «Necessity and Explanation in Aristotle's *Analytics*», onde se sucedem expressões heréticas como «scientist», «discursive science», «scientific understanding», «scientific explanation», etc.

[13] A nossa discordância de fundo em relação a esta tradução será fundamentada no próximo capítulo, na secção dedicada às expressões λόγος, συλλογισμός e ἀπόδειξις.

[14] Mais uma vez, remetemos para a secção do presente capítulo onde discutiremos expressamente o vocabulário aristotélico do conhecimento. Mas acerca de todo este projecto e dos seus efeitos vale a pena meditar na perspectiva de que nos dá conta um outro tradutor da obra de Aristóteles, J. Brunschwig, na sua introdução aos *Tópicos*: «Il m'a semblé vain de vouloir rivaliser de concision et d'ambiguïté avec le texte d'Aristote; placer le lecteur de la version française devant les problèmes mêmes que rencontre celui du texte grec est sans doute une ambition aussi futile qu'irréalisable.» (*Topiques*, p. CXXXIX.) Em abono da verdade, deve dizer-se que, após um período de euforia experimentalista em que as mais variadas traduções foram ensaiadas, seguida de um progressivo encrustamento numa nova dogmática, em que as propostas mais aplaudidas passaram a ser mecânica e indiscutidamente aplicadas, parece assistir-se agora, saudavelmente, a uma tendência de regresso às versões consagradas.

cas, indicando simultaneamente em que sentido se entende que a tradução se diz do original, ou, de outro modo, indicando simultaneamente o que significa o vocábulo assim traduzido de um ponto de vista aristotélico.

Trata-se, pois, de separar o momento do *traduzir* do momento do *interpretar*, de modo a nem vincular a tradução a uma interpretação nem condicionar a interpretação na tradução, mas deixando antes que cada vocábulo se determine conceptualmente ao longo da investigação que o interpreta e por intermédio dessa mesma interpretação.

Um exemplo paradigmático pode ser aqui sucintamente mencionado.

De acordo com os princípios atrás enunciados, τὸ τί ἦν εἶναι deverá, a nosso ver, ser traduzido por «essência».

Todavia, à luz dos critérios assinalados, esta tradução implica, inversamente, que «essência» significa para Aristóteles τὸ τί ἦν εἶναι, o que tem de ser interpretado. E é precisamente no que toca à interpretação que diferentes sugestões como (para mencionar apenas algumas das mais relevantes) «o que é [para *a*] ser [*X*]» [15], «o que não pode não ser» [16], «o facto para um ser de continuar a ser o que era» [17], o «ser o que era» [18], «o que o ser era» [19], ou «o que era para ser» [20] (entendidas justamente como sugestões de

---

[15] Na linha de valorização de um dativo elidido que entronca no estudo clássico de Trendelenburg, «Das τὸ ἑνὶ εἶναι, τὸ ἀγαθῷ εἶναι, etc. und das τὸ τί ἦν εἶναι bei Aristoteles. Ein Beitrag zur aristotelischen Begriffsbestimmung und zur griechischen Syntax» (*RhM*, 2, 1828, pp. 457-483) e que continua hoje a impor-se predominantemente no comentário anglo-saxónico.

[16] Cf. F. Ravaisson, *Essai sur la Métaphysique d'Aristote*, I, p. 512: «L'essence d'une chose n'est pas tout ce qu'elle est, mais seulement ce qu'elle ne peut pas ne pas être.»

[17] Bréhier, *Histoire de la philosophie. I*, ed. revista P.-M. Schuhl e M. de Gandillac, Paris, Quadrige/PUF, 1983², p. 178.

[18] Interpretação estruturante de R. Boehm, em *Das Grundlegende und das Wesentliche*.

[19] Cf. P. Aubenque, *Le problème de l'Être chez Aristote* (particularmente p. 469: «C'est finalement cette idée, si profondément grecque, selon laquelle tout coup d'oeil essentiel est rétrospectif, qui nous paraît justifier le ἦν du τί ἦν εἶναις; e, novamente, p. 471: «L'imagination et l'intellect figent le devenir de la chose, interrompent le flux indéfini de ses attributs et manifestent par là ce que la chose *était*, c'est-à-dire sa quiddité, son essence.»).

[20] Cf. M. C. B. Faria, «O que era para ser: ensaio sobre uma nova leitura da essência».

interpretação e não como propostas de tradução) podem ser legitimamente convocadas e discutidas.

Ora, suponhamos que, para determinada linha de investigação, é na expressão «o que era para ser» que o sentido do conceito aristotélico mais cabalmente se reflecte [21].

Antecipar tais razões numa tradução que vertesse τὸ τί ἦν εἶναι por «o que era para ser» seria torná-las despiciendas e assim também à própria investigação, no que a este tópico concerne.

Mas mais do que isso: como a legitimidade de entender τὸ τί ἦν εἶναι como «o que era para ser» só se comprova através dessas mesmas razões, que à investigação cabe oportuna e articuladamente expor, e o próprio entendimento só se torna claro no decorrer desse processo de comprovação, a sua antecipação numa tradução teria como resultado a antecipada inviabilização de tal comprovação (que ficaria ferida de petição de princípio) e portanto a antecipada anulação da própria interpretação, à qual compete precisamente tornar claro por que é que, e em que medida é que, τὸ τί ἦν εἶναι significa «o que era para ser».

A verdade, todavia, é que, no quadro da nossa suposta investigação, *o que era para ser* (τὸ τί ἦν εἶναι) é para Aristóteles *a essência*.

E isto significa: na tradução convencional «essência» escuta-se de um modo para nós reconhecível o que Aristóteles pensou sob a expressão τὸ τί ἦν εἶναι.

Neste sentido, tal tradução constitui o único modo de tornar reconhecível o que Aristóteles pensou, porque constitui a tradução pela qual, a partir de Aristóteles, isso que Aristóteles pensou sob a expressão τὸ τί ἦν εἶναι foi pensado.

Ignorar isso é ignorar a tradição. Mas ignorar a tradição é também ignorar *a própria essência* e todos os outros conceitos que, depois de Aristóteles, se tornaram eles próprios essenciais para nós pensarmos.

É, portanto, enquanto interpretação da essência (daquilo que *tem de ser traduzido* por «essência») que o conceito de «o que era para ser» deve ser convocado.

---

[21] Podemos desde já confessar francamente que é essa a nossa própria opção, uma vez que renunciaremos, neste estudo, a tratar da tradução deste conceito, que tem já suscitado a atenção de livros inteiros, com que não temos a pretensão de poder aqui rivalizar.

E, por isso mesmo, também neste caso paradigmático deveria ser sob a tradução convencional que nos deveríamos acolher, deixando depois que a própria investigação fosse fazendo o seu trabalho dos conceitos até que se tornasse clara uma sua interpretação definitiva.

II

DO GREGO AO PORTUGUÊS: QUESTÕES DE TRADUÇÃO DO LÉXICO FILOSÓFICO ARISTOTÉLICO

À luz do duplo critério de literalidade e consensualidade acima enunciado, há que alcançar um equilíbrio entre as traduções que ignoram completamente a tradição (segundo o paradigma Barnes) e as que tendem a submergir completamente o texto aristotélico sob *uma* tradição (seguindo, por exemplo, o modelo de Tricot).

As primeiras, reféns da literalidade (ou do que julgam corresponder à literalidade, mas que é, na verdade, sempre uma interpretação), retiram ao texto aquela consensualidade mínima que o torna filosoficamente comunicável e, portanto, inteligível.

As segundas, reféns da consensualidade (ou do que julgam corresponder à consensualidade, mas que é já, na verdade, uma determinada interpretação), retiram ao texto aquela elementar literalidade que o torna fidedigno.

Em jeito de teste a estas considerações, isolamos alguns termos centrais do léxico aristotélico (compreensivelmente, citados, para já, apenas no original), por cujas traduções pode ser estimado o compromisso conseguido entre os dois critérios referidos. São eles:

1) οὐσία;
2) τὸ τί ἐστι, ἐν τῷ τί ἐστιν;
3) ὑποκείμενον;
4) κατηγορεῖν, κατηγορία, etc.;
5) ὕλη;

6) εἶδος;
7) ἐνέργεια, δύναμις, ἐντελέχεια;
8) συμβεβηκός;
9) λόγος, συλλογισμός, ἀπόδειξις;
10) αἴσθησις, ἐπιστήμη, νοῦς;
11) καθόλου, κατὰ μέρος, καθ᾽ ἕκαστον;
12) τόδε τι.

E passamos de imediato a uma análise mais circunstanciada de cada um deles.

1. Οὐσία

Οὐσία, substantivo derivado do particípio presente do verbo εἶναι, «ser», e com uma gama semântica no grego comum surpreendentemente afastada da que estava destinada ao seu uso filosófico (significa aí os bens ou a fortuna pessoal) [1], tem sido predominantemente traduzido, no interior do léxico aristotélico, ora por «essência», ora por «substância» [2].

Ambas as versões são aceitáveis.

A primeira constitui o exacto correspondente morfológico neolatino do termo grego, cuja evocação etimológica conserva [3], procedendo do vocábulo expressamente cunhado por Cícero para o reter [4].

---

[1] Assim, por exemplo, em Heródoto (*Historiae* I 92), Platão (e. g., *R.* VIII 551b3) e no próprio Aristóteles (cf. algumas ocorrências em Bonitz, *Index*, s. v. οὐσία, 544a6-25).

[2] Para a história destes termos na sua vinculação ao conceito grego, veja-se: C. Arpe, «Substantia», *Philologus*, 94, 1940, pp. 65-78; A. Ghellinck, «L'entrée d'*essentia*, *substantia* et d'autres mots apparentés dans le latin médiéval», *ALMA*, 16, 1941, pp. 77-112; A. Ghellinck, «Note complémentaire», *ALMA*, 17, 1942, pp. 120-133; E. Gilson, «Notes sur le vocabulaire de l'être», 8, 1946, pp. 150-158 (reeditado em: *L'être et l'essence*, pp. 336-349); J.-F. Courtine, «Note complémentaire pour l'histoire du vocabulaire de l'être: les traductions latines d'*ousia* et la compréhension romano-stoïcienne de l'être», *Concepts et catégories dans la pensée antique*, pp. 33-87.

[3] Acerca das vicissitudes associadas à formação do neologismo *essentia*, cf. V. García Yebra, *Metafísica de Aristóteles*, pp. XXXIII-XXXIV.

[4] De acordo com Séneca, *Ep.* 58.6 (secundado nesta atribuição por Calcídio, *In Ti.* 27, e por Sidónio Apolinário, *Carm.* 14.4). Posição divergente é a de Quintiliano (*Inst.* III VI 23; cf. II XIV 2), que remete a origem do termo para Sérgio Plauto, escritor estóico, de resto desconhecido, do século I d. C. (cf. *ibid.* X I 124), ou então para o orador Vergínio Flávio (seguindo a restituição clássica de VIII III

A segunda deriva do termo consagrado desde Boécio para verter tecnicamente as ocorrências de οὐσία nos tratados de Aristóteles [5].

Todavia, para além destas razões de índole histórica, há também uma boa justificação filosófica para a hesitação. É que, na sua análise do conceito, o próprio Aristóteles reconduz a οὐσία, por um lado, a τὸ τί ἦν εἶναι («essência») e, por outro, a ὑποκείμενον («sujeito») [6], deste modo vinculando-o a uma dupla tónica de essencialidade e de sujeitividade que se revêem particularmente nos vocábulos latinos *essentia* e *substantia*.

A opção por uma ou por outra das versões não é portanto filosoficamente inocente: pois mesmo quando o seja nos seus motivos, que poderão ser a mera procura de fidelidade etimológica (*essentia*) ou de continuidade histórica (*substantia*), nunca o será nos seus efeitos, já que na tradução num ou noutro sentido vai necessariamente induzida também ou uma conotação predominantemente «essencialista» ou uma conotação predominantemente «substancialista».

Em nossa opinião, todas as ocorrências técnicas de οὐσία devem ser traduzidas por «substância» [7].

33, que a edição Teubner ainda adopta, e que tem a seu favor o consenso do *Thesaurus Linguae Latinae* V 2, s. v. «essentia», p. 862, e do *Oxford Latin Dictionary*, s. v. «essentia», p. 621; Gilson, no artigo citado, parece identificá-lo em todos os casos com um certo orador Sérgio Flávio, o que está seguramente errado, visto que III VI 23, que crisma «Plautus», não admite variantes; a origem da confusão poderá estar no *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine*, que Gilson expressamente segue, e cujo verbete é a este respeito muito pouco seguro).

[5] Embora o termo remonte pelo menos a Séneca, onde ocorre com uma frequência muito reduzida (apenas em *Nat.* I VI 4 e XV 6; *Ep.* 58.15, 87.40 e 113.4; *Dial.* VII VII 4). Arpe, que foi o primeiro a chamar a atenção para esta primazia de Séneca, sublinha contudo que o termo lhe é certamente anterior: «Seneca gebraucht den Ausdruck, ohne ihn weiter zu erklären. Daraus wird sicher, daß nicht erst er dieser Wort eingeführt hat, obwohl wir es bei ihm zuerst finden. Wer dieses Wort in die lateinische Sprache eingeführt hat, können wir leider nicht mehr feststellen.» (P. 66.) Na última parte do artigo mencionado, J.-F. Courtine atribui a Quintiliano (*Institutio Oratoria* III) o primeiro intento de tradução da οὐσία aristotélica por *substantia*, que Arpe havia deixado indeterminado e de que havia aliás excluído o autor romano, dado o entendimento que este propõe para a primeira categoria *(an sit)* em *Inst.* III VI 23 (cf. Arpe, art. cit., pp. 72-74).

[6] *Metaph.* Z 3, 1028b33-36 e *passim*; cf. *Metaph.* Δ 8.

[7] O que exclui, evidentemente, não apenas o emprego do vocábulo no sentido comum acima indicado (cf. n. 2, *supra*), como também os seus usos filosóficos latos ou vagos, nomeadamente com o sentido genérico de «ser» (cf. Bonitz, *Index*, s. v. οὐσία, 544a26-38).

Várias razões poderiam ser alegadas em contrário.

A primeira, quanto ao próprio teor da opção, seria a origem etimológica do termo grego, o seu valor semântico na tradição filosófica anterior a Aristóteles e, em especial, a vantagem de reservar a mesma tradução para um vocábulo que é comummente usado por Aristóteles e por Platão.

Paradoxalmente, esta razão mesma é aquela que torna recomendável a opção por «substância». Pois a intervenção aristotélica sobre este conceito tem precisamente como resultado levá-lo a evoluir de um sentido originalmente vinculado à essência para o sentido tecnicamente evocado por «substância».

A origem etimológica, o uso precedente e, em especial, a semântica platónica do termo οὐσία não podem, portanto, ser alegados para obrigar a uma tradução no sentido de «essência», porque, no interior da metafísica aristotélica, o conceito encerra estruturalmente uma evolução da *essência* para a *substância* e é justamente nesta que se fixa o seu sentido definitivo [8].

Uma segunda objecção, não agora quanto ao teor da opção, mas quanto à sua intenção de uniformidade, seria a alegação do facto, comummente observado, de que οὐσία significa umas vezes substância (assim nas ocorrências do tipo «*A* é uma οὐσία») e outras vezes essência (nas ocorrências do tipo «*X* é a οὐσία de *A*») [9].

Não negamos que οὐσία *signifique* por vezes essência. O que consideramos é que daí não decorre que o termo tenha de ser *traduzido* por «essência».

Com efeito, nos casos em que a palavra οὐσία significa de facto a essência, tem-se negligenciado considerar a hipótese hermenêutica que aqui tomamos como princípio reitor: a saber, que οὐσία é entendida nesses casos na acepção daquilo a que as *Categorias* chamam δεύτερα οὐσία (ou «substância segunda», na tradução consagrada). E a razão pela qual esta hipótese tem sido

---

[8] Demos alguns contributos para a explicitação e a corroboração desta tese no artigo «Platão e Aristóteles. Duas teses sobre a substância e as categorias» (*Philosophica*, 7, 1996, pp. 85-103), pelo que nos eximimos de a retomar aqui. Voltaremos a falar liminarmente dela na n. 152, *infra*.

[9] Uma interpretação extrema desta distinção é desenvolvida por L. M. De Rijk em *The Place of the Categories of Being in Aristotle's Philosophy* (cf. p. 50), que a interpreta como uma distinção entre um sentido ontológico e um sentido lógico de οὐσία.

negligenciada prende-se precisamente com o facto de Aristóteles não voltar a utilizar expressamente o conceito de substância segunda fora deste tratado [10].

Ora, a esta luz, não há necessidade de violar a regra estabelecida, traduzindo por vezes οὐσία por «essência»: desde que se tenha presente que, nos casos em que de facto *significa* essência, οὐσία constitui uma elipse de δεύτερα οὐσία.

Este princípio tem, todavia, de ser devidamente enquadrado em duas direcções distintas.

É sabido que, nas *Categorias*, a noção de «substância segunda» é reservada para os géneros e as espécies na categoria da substância [11].

---

[10] Mesmo esta afirmação é excessiva. Em determinados momentos, sem muito embora usar a expressão, é inequivocamente da substância segunda no sentido das *Categorias* que Aristóteles está a falar. Quando, por exemplo, Aristóteles declara que «as espécies últimas são substâncias [οὐσίαι μέν εἰσι τὰ ἔσχατα εἴδη], sob as quais estão [coisas] especificamente indiferentes, como Sócrates ou Corisco» (*PA* I 4, 644a24-25), esta consagração explícita das espécies como substâncias constitui um testemunho incontornável da permanência da noção de substância segunda na acepção das *Categorias*, uma vez que, nesse tratado, as substâncias segundas não são senão as espécies (e os géneros) encaradas como substâncias (e, correlativamente, é apenas enquanto substância segunda que uma espécie pode ser dita «substância»). Assim se explica, porventura, o desconforto que a maior parte das traduções manifestam perante este texto, tendendo em uníssono a camuflar o teor claríssimo da sua lição. Nesta linha, Peck traduz: «the ultimate species are 'real things', while within them are individuals which do not differ in species (as e. g., Socrates and Coriscus)»; e Balme: «beings are the immediate forms, and these are formally undifferentiated, e. g., Socrates, Coriscus». Ogle constitui a excepção: «the ultimate species are substances and individuals which do not differ in species are found in them (e. g., Socrates, Coriscus)». (Mas cf. também um pouco abaixo, 644a29-30: ᾗ μὲν γὰρ οὐσία τὸ τῷ εἴδει ἄτομον…, «na medida em que a substância é o especificamente indivisível…»; «especificamente indivisível» designa aqui, como o contexto torna claro, as próprias espécies últimas.) Outras passagens, embora relativamente raras, vão na mesma direcção: veja-se por exemplo *Metaph*. Δ 6, 1015b28-32, onde, no âmbito da aplicação da doutrina da predicação do acidente aos universais, se entende expressamente «homem» (a espécie) como uma substância (ἢ γὰρ ὅτι <u>τῷ ἀνθρώπῳ μιᾷ οὔσῃ οὐσίᾳ</u> συμβέβηκε τὸ μουσικόν...). Aproveitamos para sublinhar que, por marginal à discussão, ignoramos aqui as utilizações, típicas no livro Z da *Metafísica*, da expressão «substância primeira» no sentido da forma. Assim, paradigmaticamente, em *Metaph*. Z 7, 1032b1-2 (mas veja-se também Z 11, 1037a27-30; Z 11, 1037a5-7; e ainda Z 6, 1032a4-6, e Z 11, 1037a33-b4). O fundamento deste novo uso parece encontrar-se em *Metaph*. Z 3, 1029a5-7.

[11] Cf. *Cat*. 5, 2a16-16.

A entendê-la deste modo estrito, o princípio teria obviamente uma aplicação muito limitada, uma vez que ficariam excluídas as ocorrências em que a expressão οὐσία é utilizada para indicar a essência de um item não-substancial [12] e bem assim aquelas em que a οὐσία, precisamente entendida como essência, é expressamente oposta ao universal [13].

Contudo, do ponto de vista geral da ontologia aristotélica, não há nenhum motivo para manter estas restrições. Ponhamos a coisa deste modo: o facto, indiscutível e indiscutido, é ser o próprio Aristóteles quem utiliza por vezes a expressão οὐσία para significar a essência.

Ora parece óbvio que, antes de discutir a pertinência de utilizar uma tradução constante para οὐσία, nomeadamente quando ela significa substância e quando ela significa essência, o que há a indagar é como se explica que *o próprio Aristóteles utilize uma expressão constante*, precisamente οὐσία, para expressar a substância e a essência.

E é aqui justamente que a hipótese avançada tem o seu lugar.

Com efeito, nas *Categorias*, vimo-lo já, a noção de δεύτερα οὐσία refere exclusivamente os géneros e as espécies da substância; e isso permite a Aristóteles utilizar com naturalidade a expressão οὐσία para significar a essência.

Todavia, essa utilização verifica-se também em muitos outros contextos.

O único modo de justificar a manutenção da expressão οὐσία para significar a essência nesses contextos, em especial quando o que está em causa é, como no trecho citado dos *Tópicos*, um item não-substancial, consiste em presumir que aquela expressão é susceptível da mesma extensão que, com as devidas reservas, Aristóteles estipula na *Metafísica* Z 4 para o conceito que ela significa em tais contextos, a saber, o conceito de τὸ τί ἦν εἶναι [14].

Ora esta presunção não exige nenhum esforço dos textos: pois é o próprio Aristóteles que, *antes* de estabelecer a homonímia πρὸς ἕν da essência, estipula implicitamente a homonímia πρὸς ἕν

---

[12] Como por exemplo nesta passagem dos *Tópicos*: «Com efeito, a substância de todo o relativo é relativa a outro [παντός γὰρ τοῦ πρός τι ἡ οὐσία πρὸς ἕτερον], visto que o ser de cada relativo consiste exactamente em ter uma certa relação com algo [ἐπειδὴ ταὐτὸν ἦν ἑκάστῳ τῶν πρός τι τὸ εἶναι ὅπερ τὸ πρός τί πως ἔχειν].» (*Top*. VI 8, 146b3-4.)

[13] Segundo o paradigma de *Metaph*. Z 13, 1038b9-15.

[14] Cf. *Metaph*. Z 4, 1030a27-b13.

da substância, ao insinuar que a οὐσία se diz não apenas, em sentido primário, dos entes que caem sob a primeira categoria (a saber, as οὐσίαι propriamente ditas), mas também, num sentido derivativo, dos entes que caem sob *qualquer* categoria, enquanto cada um deles é substancialmente (isto é, *essencialmente*) algo [15].

A esta luz, justificar a ocorrência de οὐσία como uma elipse de δεύτερα οὐσία nos casos em que ela é utilizada para expressar a essência não significa senão interpretar, no quadro mais geral da ontologia aristotélica, a própria noção de δεύτερα οὐσία que Aristóteles restringe nas *Categorias* aos géneros e às espécies na primeira categoria como *um certo sentido segundo de substância* que cruza transversalmente os entes de todas as categorias, de acordo com o princípio da homonímia πρὸς ἕν da οὐσία que Aristóteles estabelece no local referido. E, nesta medida, δεύτερα οὐσία não significa aqui a substância segunda *na acepção* das *Categorias*, mas sim a substância segunda *das Categorias* na acepção que o conceito vem a obter na ontologia aristotélica clássica, a saber, como substância *em sentido segundo*.

Ora, encarada sob este prisma, também a restrição da δεύτερα οὐσία aos géneros e às espécies (isto é, aos universais) fica do mesmo passo cancelada. Pois declarar que, no sentido lato em que ela se torna susceptível de ser recuperada no quadro geral da ontologia aristotélica, esta noção expressa um sentido segundo da substância, que se não restringe às οὐσίαι propriamente ditas, mas pervaga a totalidade dos entes enquanto cada um deles é dotado de uma determinada «substancialidade» derivativa, não significa senão declarar que tal sentido segundo ou derivativo é justamente *a essência* e que é enquanto, e apenas enquanto, significa a essência, que a οὐσία se torna (nesse sentido segundo) extensível a todos os entes.

Neste contexto, reinterpretar a noção restritiva de substância segunda na noção mais larga de substância em sentido segundo é indissociável de reinterpretar a identificação restritiva da substância segunda com os géneros e as espécies através da sua identificação com a essência, a qual pode ou não ser universal, consoante o que vier a ser apurado como a lição definitiva de Aristóteles a este respeito e o que ela implicar para a compreensão casuística de cada ocorrência particular.

---

[15] Cf. *Metaph.* Z 1, 1028a31-b7. Tenha-se em atenção que nem a homonímia πρὸς ἕν da substância nem a homonímia πρὸς ἕν da essência se confundem com a homonímia πρὸς ἕν do ser, enunciada por Aristóteles em *Metaph.* Γ 2, 1003a33-b19.

Também aqui, portanto, a justificação da utilização aristotélica da expressão οὐσία como uma elipse de δεύτερα οὐσία quando aquela significa a essência não nos compromete com o quadro estrito das *Categorias*, nem, em particular, nos constrange a tomar posição antecipada acerca da natureza, individual ou universal, da essência ou a limitar o âmbito de aplicação do princípio reitor aos casos em que esta é inequivocamente interpretada como um universal.

Contra este último ponto poder-se-ia, no entanto, objectar que, na *Metafísica* Z 13, Aristóteles terminantemente exclui que qualquer universal possa ser uma substância [16], o que é contraditório com a tradução proposta de οὐσία por «substância» nos casos em que a expressão justamente significa a essência *e* esta é concebida como um universal.

Mas semelhante objecção é obviamente um sofisma.

Desde logo porque, a haver contradição, ela caberia nesse caso ao próprio Aristóteles, uma vez que a tradução por «substância» só é preconizada quando *no texto* ocorre οὐσία. E, *se* no texto ocorre οὐσία para significar uma essência que é concebida como um universal, não é evidentemente à tradução, mas ao próprio texto, que deve ser assacada a infidelidade ao prescrito na passagem indicada da *Metafísica*.

A verdade, todavia, é que não há neste ponto contradição alguma.

Pois em todo o livro Z (ou, mais precisamente, a partir do final de Z 3), as substâncias tomadas em consideração são exclusivamente substâncias primeiras, no sentido das *Categorias*.

Com efeito, este livro (e os subsequentes que com ele formam uma unidade, H, Θ, I) aborda expressamente a substância *sensível* [17], isto é, composta, a qual não só se opõe à substância supra-sensível, cuja discussão é agendada para mais tarde e só será de facto retomada no livro Λ (oposição primária no texto, mas despicienda para o ponto em apreço), como exclui *ipso facto* do ângulo de consideração aquilo a que as *Categorias* chamam «substâncias segundas», enquanto nenhuma é uma σύνθετος οὐσία.

Ora é evidente que as substâncias assim entendidas *não podem ser universais*: porque isso significaria, na linguagem das *Ca-*

---

[16] Tese sucessivamente retomada em *Metaph.* H 1, 1042a22; I 2, 1053b17-18; K 2, 1060b21-22; M 10, 1087a2.

[17] Cf. Z 3, 1029a33-34. O objecto em análise é relembrado, explícita ou implicitamente, ao longo do livro Z: veja-se Z 11, 1037a10-17, e Z 17, 1041a6-9.

tegorias, que as substâncias primeiras seriam segundas. Mais do que isso, e em sentido rigorosamente contrário ao da objecção, o próprio facto de se excluir que qualquer universal possa ser uma substância é mais um sinal de proximidade com as *Categorias:* pois aquilo que é substância «no sentido mais próprio, primeiro e fundamental» [18] não pode ser, naturalmente, um universal.

Não se trata, pois, de impedir a designação implícita dos universais como substâncias em sentido segundo, mas de restringir o exame unicamente à substância no seu sentido «mais próprio, primeiro e fundamental». De resto, a inclusão do género e do universal como sentidos da substância na classificação que precede a restrição da análise às substâncias sensíveis [19] só pode ser compreendida num quadro que se mantém ainda sob a alçada da distinção traçada nas *Categorias*.

Tudo isto mereceria, evidentemente, uma análise muito mais próxima e mais detalhada.

Mas, no presente contexto, o único ponto que havia a estabelecer, e que parece ter ficado estabelecido, é a legitimidade da tradução invariável das ocorrências técnicas de οὐσία por «substância» [20].

Uma última observação a este respeito.

No decurso do livro Z da *Metafísica* [21], a essência torna-se (a par do sujeito) um dos sentidos à luz do quais a substância passa a ser expressamente trabalhada.

Escusado será dizer, evidentemente, que nesse quadro já não nos encontramos no âmbito da hipótese, porque não é agora a palavra οὐσία que significa pontualmente essência, mas *a própria substância* que é entendida de acordo com um dos seus dois sentidos possíveis, a saber, justamente a essência.

Não faria, portanto, qualquer sentido declarar que a οὐσία é usada nessa circunstância como uma elipse de δεύτερα οὐσία, porque a palavra οὐσία não significa já a essência, mas sim *a substância, entendida como essência*.

Todavia, também neste caso, *a fortiori*, a tradução da palavra οὐσία só poderá ser «substância».

---

[18] *Cat*. 5, 2a11-12.

[19] *Metaph*. Z 3, 1028b33-36.

[20] Mas vejam-se ainda alguns elementos textuais em abono desta posição no apêndice VI.

[21] E mais precisamente a partir de *Metaph*. Z 3, 1028b33.

2. Τὸ τί ἐστι, ἐν τῷ τί ἐστιν

Acerca da expressão τὸ τί ἦν εἶναι, o pouco que dissemos atrás é tudo o que poderemos adiantar aqui.

Fixemo-nos, pois, nas duas expressões aparentadas que titulam esta secção.

Τὸ τί ἐστι tem reconhecidamente um sentido mais geral do que aquela para que propomos «essência» e expressa frequentemente o género [22], isto é, o elemento que, no *definiens* da definição de algo, constitui o sujeito que as diferenças qualificam [23].

No entanto, esta equivalência não é sempre verdadeira.

Por um lado, porque a questão τί ἐστιν constitui a fórmula típica de requisição da definição [24], a qual exprime o enunciado da essência e não apenas o do género [25].

Por outro, porque a mesma questão introduz frequentemente a designação categorial da substância [26], a qual tem, por sua vez, uma extensão ainda mais restrita do que a essência [27].

Por este motivo, a atitude de prudência será a de acompanhar a duplicidade pragmática desta expressão nos textos aristotélicos, traduzindo, como regra geral, (τὸ) τί ἐστι por «o que é» ou por «o que uma coisa é».

---

[22] Paradigmaticamente em *Top.* VI 5, 142b27-29: τὸ δὲ γένος βούλεται τὸ τί ἐστι σημαίνειν, καὶ πρῶτον ὑποτίθεται τῶν ἐν τῷ ὁρισμῷ λεγομένων; mas veja-se desde logo a definição de género em *Top.* I 5, 102a31-36 (e um paralelo em IV 6, 128a23-26). Para uma panorâmica geral, cf. Bonitz, 763b10ss.

[23] *Metaph.* Δ 6, 1016a26; Δ 28, 1024a36-b6; Δ 28, 1024b8-9; cf. *Top.* IV 6, 128a20-29; *Metaph.* I 8, 1058a23-25. (E, para a noção geral de definição por género e diferença: *Top.* I 8, 103b15-16; VI 1, 139a28-29; VI 4, 141b25-27; VI 6, 143b19-20; VII 3, 153b14-15; VII 5, 154a26-28; *PA* I 2-3; *Metaph.* Z 12, 1037b27-1038a35; cf. *APo.* II 13, 96b25-97b6.)

[24] Assim tecnicamente ao longo da análise da definição em *APo.* II 1-10.

[25] Ver especialmente: *Top.* I 5, 101b38; *Metaph.* Δ 8, 1017b21-22; Z 5, 1031a11; H 1, 1042a17; e ainda: *Top.* I 4, 101b17-23; I 8, 103b6-12; V 2, 130b25-28; V 3, 131b37--132a9; VII 3, 153a6-22; VII 5, 154a23-32; VII 5, 155a18-22; *Metaph.* Z 4, 1029b19-20.

[26] Por exemplo em: *APo.* I 22, 83a21; II 7, 92a34; *Top.* I 9, 103b22; *SE* 22, 178a6-8; *Metaph.* B 2, 996b17; Δ 7, 1017a25; Δ 28, 1024b13-14; E 2, 1026a36; Z 1, 1028a11-12; Z 1, 1028a14-15; Z 4, 1030a18; Z 7, 1032a14; Z 9, 1034b13; Λ 2, 1069b9; *EN* I 4, 1096a19-22; I 4, 1096a24-27; *EE* I 8, 1217b27-28; *MM* I 1, 1183a10.

[27] É o que decorre claramente da doutrina da homonímia πρὸς ἕν da essência em *Metaph.* Z 4, 1029b22-1030b13; ver também *Metaph.* Z 5, 1031a1-14. Inversamente, a extensão máxima que é conferida a τί ἐστιν parece ocorrer nas passagens em que surge, explícita ou implicitamente, homologado a τὸ ὄν: assim em *Metaph.* Z 4, 1030a17-27, e em *Top.* I 9, 103b27-39.

Adjectivamente, contudo, é necessário restituir à expressão e seus derivados o valor que decorre de ela circunscrever uma parte ou um elemento da essência, por oposição à essência como tal, o que aconselha a que o adjectivo correspondente seja então «essencial».

Acontece assim especialmente no caso de ἐν τῷ τί ἐστι. Em si mesma, a fórmula ganha em ser retida por «no que a coisa é», ou ainda por «presente» ou «inerente na essência».

Porém, ocorrências determinadas como <u>τὰ</u> ἐν τῷ τί ἐστι ou ἐν τῷ τί ἐστι <u>κατηγορεῖσθαι</u> não parecem poder ser correctamente traduzidas senão por «predicados essenciais» e por «predicar-se essencialmente» (ou «predicação essencial»), respectivamente [28].

3. Ὑποκείμενον

É de traduzir invariavelmente por «sujeito», evitando a escusada duplicação «substrato».

Com efeito, o que está em causa nos dois usos do termo (lógico e ontológico) é que o que é ὑποκείμενον (em sentido próprio a substância, os outros entes em sentido segundo ou qualificado) é *aquilo de que algo se predica*, isto é, precisamente *o sujeito*, independentemente de se tratar do que por sua vez se predica de outro (os demais entes), ou do que não se predica de mais nada (a substância) [29].

4. Κατηγορεῖν, κατηγορία

A despeito da divergência, e, por conseguinte, do obscurecimento da vinculação recíproca, que com esta opção se gera na

---

[28] Com diferente fundamento, R. Smith adopta uma solução semelhante: «If the what-it-is of a thing is its essence, then predication in the what-it-is may be called 'essential predication'.» (*Topics Books I and VIII*, p. 63.)

[29] Isto é aliás confirmado pela filiação, já mencionada, que Kapp encontra entre o conceito aristotélico e o *Sofista* 251a8-b4 (cf. *Greek Foundations of Traditional Logic*, p. 54). Veja-se em especial b2-4: καὶ τἆλλα δὴ κατὰ τὸν αὐτὸν λόγον οὕτως <u>ἓν ἕκαστον ὑποθεμενοι</u> πάλιν αὐτὸ πολλὰ καὶ πολλοῖς ὀνόμασι λέγομεν (que o autor traduz assim: «And in the same way with the other things: we lay down (or: put under) each one as one, and then we speak of it as many, and under many names» — *ibid*., n. 54).

nossa língua, há toda a vantagem em conservar a tradução habitual de κατηγορεῖν por «predicar» e de κατηγορία, no sentido técnico, por «categoria».

A evolução conceptual que fez que os predicados últimos, isto é, aqueles que se predicam de tudo o resto sem que nada mais se predique deles [30], se tenham tornado os predicados por antonomásia (αἱ κατηγορίαι) e que a fixação neste termo tenha feito perder de vista, na passagem às línguas modernas, a conexão, que o latim ainda preserva, entre as categorias (κατηγορίαι, *praedicamenta*) e a predicação (κατηγορεῖν, *praedicare*) é aqui despicienda.

Não assim com a etimologia destes dois termos e com o uso originariamente forense que os destinou para veicular a linguagem da atribuição. Mas também essa discussão terá de ficar por ora prejudicada, em nome de objectivos mais tangíveis.

De momento, basta recordar a clara homogeneidade que existe entre o sentido vulgar do verbo κατηγορεῖν («falar contra», «acusar») e o seu sentido técnico («predicar»), bem como entre ambos e o substantivo que nele tem origem: acusar é dizer algo de alguém; predicar é *dizer algo de algo* [31].

---

[30] *APr.* I 27, 42b29-30 (cf. *APo.* I 19, 81b30-82a8; I 22, 83b10-17).

[31] Veja-se a este propósito Ross, *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, p. 290: «The technical sens of κατηγορεῖν is already common in the *Categories* and in the *Topics*. It does not occur before Aristotle, but it is an easy development from the use of κατηγορεῖν τί τινος (κατά τινος, περί τινος), 'to accuse someone of something'.» A mesma explicação, exactamente nestes termos, encontra-se, pelo menos, desde Dexipo (cf. *In Cat.* 6.16-21 Busse). Em todo o caso, não deixa de ser curioso observar como a passagem do sentido comum para o sentido técnico ainda causa algum embaraço aos comentadores gregos. Com efeito, Porfírio começa justamente o seu comentário às *Categorias* (55.3-56.13 Busse) por mencionar o facto de Aristóteles ter escolhido para designar a predicação uma expressão que significa na língua corrente a acusação em tribunal (por oposição a ἀπολογία), justificando a escolha pela necessidade que a filosofia por vezes tem de atribuir novas acepções a termos que possuem na linguagem natural um outro sentido, ou mesmo de cunhar termos inteiramente novos (como é o caso do vocábulo ἐντελέχεια). Esta observação mostra com clareza que a acepção original do termo κατηγορία estava ainda suficientemente viva no tempo de Porfírio para que ele tenha decidido começar o seu comentário ao tratado por uma referência à diferença entre a acepção corrente do termo e a sua acepção aristotélica e que se tenha sentido obrigado a mostrar que ela é justificável. É possível, contudo, que o motivo desta preocupação se fique a dever sobretudo ao facto de o próprio título das *Categorias* constituir um dos tópicos tradicionais de disputa por parte dos numerosos detractores platónicos e estóicos que, pelo menos desde Eudoro de Alexandria (*fl. c.* 25 a. C.), visavam o tratado. É isso que resulta do facto de

As categorias constituem justamente a tipificação das «classes de coisas» que se podem dizer de algo (desde logo, de *este algo*: τόδε τι) e portanto também, em sentido moderno, as categorias mais elevadas a que podem ser reconduzidas as próprias «coisas» que são ditas.

A sua dupla consideração como predicados últimos do ente e como géneros máximos de entes está assim intrinsecamente ligada à ideia de um princípio (plural) da predicação: se aquilo que pode ser predicado de uma coisa é intrinsecamente vário, então os predicados que desses modos distintos ultimamente se predicam da coisa *(predicados últimos)* constituem eles próprios outras tantas coisas irredutivelmente distintas *(géneros máximos)*.

A esta questão encontra-se, todavia, ligada uma outra. E é acerca desta que haveria aqui que tecer algumas considerações.

Trata-se do problema, habitualmente negligenciado, do vocabulário através do qual Aristóteles enuncia cada uma das categorias.

Como é sabido, Aristóteles refere as categorias em todas as circunstâncias em que as enumera, total [32] ou parcialmente [33], não

---

Dexipo, cujo comentário às *Categorias* é expressamente construído como resposta às críticas anteriores, dedicar a este problema a segunda questão do seu comentário (cf. *In Cat*. I, q. 2, 5.30-6.26 Busse; e ainda Simplício, *In Cat*. 16.31-18.3 Kalbfleisch). Com Amónio, a justificação do título das obras torna-se um dos tópicos a abordar nos *Prolegomena* (no quadro dos pré-requisitos que constituem o tema da nona questão: cf. *In Cat*. 7.15-8.10 Busse), pelo que o problema perde o seu fundo polémico (para o ponto de vista de Amónio, veja-se 13.12-19).

[32] *Cat*. 4, 1b25-27 (e, em geral, 1b25-2a4); *Top*. I 9, 103b21-23 (e, em geral, 103b20-39).

[33] Cf., em especial: com oito referências, *APo*. I 22, 83a21-23; *Ph*. V 1, 225b5--8; *Metaph*. Δ 7, 1017a24-27; com sete referências, *APo*. I 22, 83b15-17; *Metaph*. K 12, 1068a8-9; K 12, 1068a15-17; com seis referências, *Ph*. I 7, 190a34-b1; *EN* I 4, 1096a24-27; *EE* I 8, 1217b27-29 (e cf. 29-33); com cinco referências, *SE* 4, 166b13--14; *Metaph*. B 2, 996b17-18; Δ 6, 1016b6-9; E 2, 1026a36-37; Z 4, 1029b23-25; *MM* I 1, 1183a10-11; *Rh*. II 7, 1385b5-7. Excepções pontuais à regra que a seguir se recorda são representadas por *Ph*. V 1, 225b5-8 (ποιότης em vez de ποιόν), por *Metaph*. K 12, 1068a8-9 (de novo ποιότης em vez de ποιόν e τόπος em vez de πού), e por *Metaph*. K 12, 1068b15-17 (τόπος em vez de πού). Para um elenco praticamente exaustivo das ocorrências, veja-se a tabela que K. Oehler introduz em apêndice à sua tradução das *Categorias* (pp. 352-355) e na qual são recenseadas sessenta e duas entradas, desde as duas completas (*Cat*. 4 e *Top*. I 9) até duas onde se menciona apenas ἡ οὐσία e τὰ πάθη οὐσίας (*Metaph*. Γ 2, 1003b) ou ἡ οὐσία e τἆλλα τὰ κατηγορούμενα (*Metaph*. Λ 4, 1070b1-2); a despeito de merecer correcção num ou noutro ponto (por exemplo, para nos atermos apenas às indicadas,

através dos substantivos com que as traduções modernas normalmente as vertem («quantidade», «qualidade», «lugar», etc.), mas através de pronomes e advérbios pronominais interrogativos ou dos seus correspondentes indefinidos («quanto», «qual», «onde», etc.).

Ora este facto tem um significado filosófico: ele denuncia que as categorias, longe de corresponderem primitivamente a tipos de coisas, ou sequer a tipos de predicados das coisas, constituem originariamente modos interrogativos específicos, cuja interrogatividade Aristóteles respeita, ora introduzindo-os pela própria questão (e. g., ποῦ, «onde?»), ora introduzindo-os pelo tipo de resposta que a questão pode obter (e. g., ποσόν, «quanto», a qual cobre, em geral, as respostas possíveis à pergunta «quanto?»).

A importância deste facto, amplamente assinalado pelos comentadores, não tem sido, em regra, concomitantemente reconhecida e valorizada pelos mesmos [34]. Ora há que fazê-lo, não apenas do ponto de vista da restituição mais exacta dos textos de Aristóteles, como principalmente do da decisão acerca do sentido a atribuir aos conceitos que ele utiliza.

E que essa decisão é fundamental para a compreensão da doutrina aristotélica é o que o deixa surpreender uma elementar reflexão.

É que a especificidade gramatical do vocabulário das categorias indica pelo menos isto: que, antes de elas tipificarem aquilo que algo pode ser dito ser (a saber, *que S é P*, sendo *P* uma certa substância, ou uma quantidade, uma qualidade, etc.), tipificam aquilo acerca do qual algo pode ser *perguntado* («o que é S?», «quanto é S?», «onde está S?»).

Metaph. K 12, 1068b15-17, e *MM* I 1, 1183a10-11, não figuram, *EE* I 8, 1217b27-29, que Oehler só conta a partir da linha 30, aparece apenas com cinco referências, e *SE* 22, 178a6-8, que tem de facto três referências, surge com cinco), trata-se de um instrumento extremamente útil. Para a ordem com que as diversas categorias são enunciadas, veja-se o quadro de O. Apelt em *Beitrage zur Geschichte der griechischen Philosophie*, pp. 140-141.

[34] Uma honrosa excepção é Ph. Hoffmann, que tece no seu artigo «Les catégories ΠΟΥ et ΠΟΤΕ chez Aristote et Simplicius» algumas considerações muito justas a este respeito (cf. pp. 218-219). A menção do facto, sem posterior problematização, encontra-se, por exemplo, em Ackrill, *Categories and De interpretatione*, pp. 78-80; Frede, «Categories in Aristotle», *Studies in Aristotle*, p. 12; R. Smith, *Topics Books I and VIII*, p. 75, e «Logic», pp. 56-57; R. Santos, *Categorias*, pp. 88-89; e, de um ponto de vista (sugestivamente) diferente, N. Garver, «Notes for a Linguistic Reading of the *Categories*», pp. 29-30. O assunto foi por nós mais extensivamente tratado no estudo mencionado na n. 29.

A diversidade das categorias não expressa, pois, tanto a irredutibilidade originária dos tipos de predicados que podem figurar como *P* em «S é P», quanto a variação intrínseca *do próprio ser*, consoante se pergunta «o que é S?», «quanto é S?» ou «onde está S?».

Justifica-se, pois, que, neste registo introdutório, dediquemos desde já um breve comentário a esta questão.

A melhor forma de o levar a cabo será, porventura, comparar uma tradução nos moldes clássicos do enunciado das categorias no tratado homónimo com uma outra que procure respeitar a singularidade da expressão aristotélica.

A primeira tradução registará [35]:

> Das expressões que são ditas sem qualquer combinação, cada uma significa ou uma substância, ou uma quantidade, ou uma qualificação, ou um relativo, ou onde, ou quando, ou estar numa posição, ou ter, ou fazer, ou ser afectado.

E, numa versão mais literal:

> Das expressões que são ditas sem qualquer combinação, cada uma significa a substância, ou então quanto, ou qual, ou em relação a quê, ou onde, ou quando, ou estar numa posição, ou ter, ou fazer, ou ser afectado [36].

A diferença entre os dois textos é aparentemente subtil, mas encerra algumas consequências filosóficas que não podem ser descuradas.

A primeira é, evidentemente, a própria conservação da especificidade gramatical das expressões que introduzem as categorias: não «quantidade», mas «quanto» (ποσόν); não «qualidade»

---

[35] Escolhemos a tradução de R. Santos por se tratar de uma versão em língua portuguesa: mas ela não é, a este respeito, nem mais nem menos representativa do que todas as outras que compulsámos (no que toca à introdução vocabular das categorias, Cooke é uma excepção).

[36] *Cat*. 4, 1b25-27: τῶν κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγομένων ἕκαστον ἤτοι οὐσίαν σημαίνει ἢ ποσὸν ἢ ποιὸν ἢ πρός τι ἢ ποῦ ἢ ποτὲ ἢ κεῖσθαι ἢ ἔχειν ἢ ποιεῖν ἢ πάσχειν (corrigimos, de acordo com a lição unânime dos manuscritos, πoύ para ποῦ, que Minio-Palluelo havia reduzido a enclítica para uniformizar as ocorrências das categorias: cf. *Praefatio*, p. XXIII).

ou «qualificação», mas «qual» (ποιόν); não «relação» ou «relativo», mas «em relação a quê» (πρός τι), etc.

Daqui resulta também, todavia, uma revalorização da ordem sintáctica da frase, que só deste modo tem condições para transparecer cabalmente. É que Aristóteles não declara que «das expressões que são ditas sem qualquer combinação, cada uma significa *ou* uma substância, *ou* um quanto, etc.»: o que ele diz é que «das expressões que são ditas sem qualquer combinação, cada uma significa a substância, *ou então* um quanto, etc.» (τῶν κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγομένων ἕκαστον ἤτοι οὐσίαν σημαίνει ἢ ποσὸν…). E esta distinção é decisiva na medida em que releva de imediato o primado já aqui tacitamente reconhecido à substância, primado que a primeira tradução ignora, ao colocar a substância a par dos restantes disjuntos e como um deles.

Juntando as duas correcções, obtemos então a conclusão filosoficamente relevante: para Aristóteles, não se trata de dizer que as expressões simples significam ou uma substância, ou uma quantidade ou uma qualidade; trata-se de dizer que as expressões simples significam *a substância* (ἁπλῶς), *ou então* um quanto ou um qual *da substância*. Por outras palavras, o primado da substância e a dependência ontológica das categorias segundas em relação à substância tornam-se, desta forma, imediatamente transparentes neste parágrafo.

Há ainda, no entanto, uma terceira divergência a apontar: é que em vez de «ou *uma* substância, ou *uma* quantidade, ou *uma* qualificação, etc.», o modo mais adequado de verter o texto será «ou *a* substância, ou então *quanto* [não *um* quanto], ou *qual* [não *um* qual], etc.». E o sentido da correcção é que as categorias segundas não consistem num conjunto de coisas significadas pelo «quanto» ou pelo «qual», etc., mas imediatamente o quanto é uma substância, o qual é uma substância, etc.

Em suma, da associação das três precisões resulta que a tábua das categorias não institui um conjunto de dez *coisas*, mas sim *uma única* coisa, a substância, e o conjunto de «coisas» irredutivelmente diferentes que se podem dizer (e antes de mais perguntar) acerca dessa *uma coisa*.

Ora é precisamente ao nível daquilo que pode ser perguntado acerca da substância que a equivocidade radical do ser (e do ser *da própria substância*) verdadeiramente se revela, enquanto cada coisa (isto é, cada substância) é diferentemente consoante a tomamos do ponto de vista da sua essência, ou da sua qualidade, da sua quantidade, etc.

O cuidado na preservação do estatuto originariamente interrogativo das categorias e, portanto, em termos lexicais, na preservação da sua especificidade gramatical, impede que a tendência inevitável para substancializar o referente dos substantivos «cousifique» cada uma das categorias como um concorrente virtual da substância.

Quererá isto significar que estamos obrigados a traduzir invariavelmente as categorias pelos correspondentes morfológicos dos pronomes e dos advérbios que Aristóteles utiliza?

Não quer.

E não quer, por uma razão muito simples: é que, como o texto claramente mostra, «substância», «quanto», «qual», etc., não são *designações* das categorias: são *aquilo que é significado pelas categorias*.

Nesta medida, podem perfeitamente acolher-se as expressões tradicionais «qualidade», «quantidade», etc., como nomes das categorias, desde que se tenha sempre presente que o que elas significam é um qual ou um quanto, etc., da substância.

Em conformidade, sempre que não se tratar de uma análise que as tenha por objecto, é lícito utilizar livremente as versões tradicionais. Mas sempre que estiverem em causa as próprias categorias, é preferível restituir a designação literal, na medida em que, como vimos, a sua especificidade gramatical é fundamental para dar a ver o que significam.

5. Ὕλη

Este vocábulo tem uma história singular.

Originalmente, significa floresta ou bosque, de onde vem derivadamente a designar cada uma das árvores do bosque e, sucessivamente, a madeira cortada das árvores, os troncos usados como matéria combustível ou de construção e finalmente, de modo geral, os materiais que se colhem na floresta para a edificação e a produção [37].

---

[37] As muito raras ocorrências deste termo em Platão (treze, na contagem de Brandwood) têm normalmente o sentido geral de «madeira» e, num caso, um sentido que se aproxima de «materiais» (*Phlb*. 54c2). Curiosamente, todas as ocorrências são de diálogos tardios e a frequência aumenta nos mais recentes: *Político* (uma); *Filebo* (uma); *Timeu* (uma); *Crítias* (cinco); *Leis* (cinco).

A despeito das aparências, esta origem está mais viva no conceito aristotélico de ὕλη do que primeiramente se diria.

Com efeito, a ὕλη (tradicionalmente: a matéria) não significa indiscriminadamente em Aristóteles a corporalidade ou fisicalidade das coisas, nem tão-pouco os seus componentes estritamente materiais, em sentido moderno [38], mas em geral *aquilo de que algo é feito* (τὸ ἐξ οὗ) [39], no sentido dos elementos a partir dos quais algo vem a ser (qualquer que seja a sua natureza, «material» ou «imaterial») e, portanto, na acepção absolutamente universal e irrestrita das condições sem as quais esse algo não poderia ser [40], mas também apenas com as quais *poderia* ser. Trata-se pois do correspondente, na ordem da coisa, do que a δύναμις é na ordem dinâmica do acontecer [41].

Percebe-se assim um pouco melhor a evolução do conceito até vir a adquirir o sentido técnico que a ontologia aristotélica lhe confere.

A matricialidade sombria, fértil mas informe, da floresta prolonga-se na pura potencialidade que caracteriza a «matéria» de

---

[38] Veja-se, neste sentido, a matéria «incorporal» (ἀσώματον) dos Pitagóricos: *Metaph.* A 7, 988a23-25, e, a esta luz, A 5, 985b23-26, 986a15-21, 986b2-8 e 987a2--19. À matéria no sentido moderno chamaria Aristóteles provavelmente «o tangível» (τὸ ἁπτόν), na acepção estrita do correlato do sentido do tacto (ἁφή): veja-se *GC* II 2, 329b7-16, e cf. *De an.* II 11, 422b17-424a16, *HA* I 15, 494b16-18, e *PA* II 8, 653b23-36. Na verdade, todo o corpo é por natureza tangível (σῶμα ἅπαν ἁπτόν: *De an.* III 12, 434b12); por isso mesmo, o tacto é por excelência o sentido «corpóreo», quer dizer, o sentido da corporalidade (μόνον γὰρ ἢ μάλιστα τοῦτ᾽ ἐστὶ σωματῶδες τῶν αἰσθητηρίων: *PA* II 8, 653b29-30) e o único que se encontra sem excepção em todos os animais (*De an.* II 2, 413b4-10; II 2, 414a2-3; II 3, 414b1-16; III 12, 434b9-24; III 13, 435a11-b25; *Sens.* 1, 436b13-18; *SomnVig.* 2, 455a6-8; *HA* I 3, 489a17-19; IV 8, 533a17-18; IV 8, 535a4-5; *PA* II 8, 653b23-24; cf. *De an.* III 11, 433b31-434a2, e *EN* III 13, 1118a23-b8). Para uma aproximação (de resto bastante obscura) entre matéria e tacto, veja-se *Metaph.* Λ 3, 1070a10-11.

[39] Cf. *Ph.* II 3, 194b24; *GA* I 18, 724a24-26; *Metaph.* A 3, 983b8; α 2, 994a22--24; Δ 2, 1013a24; Δ 2, 1013b20-21; Δ 24, 1023a26-29; Z 7, 1032a17; Z 8, 1033a25--26; etc.

[40] Daí a adequada noção escolástica da matéria como *causa sine qua non*, exemplarmente tipificada no modo como a matéria é introduzida no elenco das quatro causas em *Ph.* II 7, 198b4-9: «para isto acontecer, aquilo [isto é, justamente tal matéria] terá de estar presente (εἰ μέλλει τοδὶ ἔσεσθαι)» (198b7). É aliás esta compreensão da matéria que fundamenta a noção de necessidade hipotética que governa o mundo sublunar: cf. *Ph.* II 9, 199b33-200a15; *GC* II 11, 337b14-338a3; *SomnVig.* 2, 455b25-28; *PA* I 1, 639b20-640b4; I 1, 642a2-b4; *Metaph.* Δ 5, 1015a20-26.

[41] Cf. *Metaph.* H 1, 1042a27-28.

Aristóteles. É, todavia, sobretudo na ideia de algo que em si mesmo constitui apenas um elemento na e para a construção de outro, é, portanto, na ideia dos *materiais*, que se situa a dívida do conceito aristotélico em relação ao sentido original da palavra.

Mais, portanto, do que a «matéria», a ὕλη aristotélica indica *os materiais*. E esta «matéria» é indissociável da sua integração num composto (σύνολον), por influxo de uma forma (μορφή) que a reconduz à unidade real de um ente concreto.

Ora é isto que confere o sentido eminentemente operativo deste conceito, pelo qual a matéria de algo é sempre já um composto, sem que se possa retornar a uma *materia prima* totalmente desprovida de forma, e cada composto pode tornar-se, sob determinado ponto de vista, matéria para um composto de grau superior.

E é, por sua vez, este sentido operativo que justifica certos usos de outro modo inexplicáveis do termo ὕλη (por exemplo, o género como matéria da definição [42] ou as premissas como matéria da conclusão [43]), bem como o seu alargamento até à matéria puramente tópica dos corpos siderais [44] ou à matéria inteligível dos objectos matemáticos [45] e, em geral, a distinção entre uma matéria corporal e uma matéria incorporal ou propriamente «imaterial», na acepção moderna do termo [46].

A esta luz, a ὕλη de Aristóteles pouco tem a ver com a noção admitida de matéria. Do que se trata nela é tão-só de um princípio elementar dispersivo (os elementos constitutivos), intrinsecamente complementar de um princípio de unificação formal, sem o qual não pode ser compreendido [47].

Ao adoptar sem reserva mental a tradução consagrada de ὕλη, é, pois, dentro do estrito quadro destes limites que a consideramos aceitável.

---

[42] *Metaph.* Δ 28, 1024b8-9; I 8, 1058a23-25; cf. *De an.* II 5, 417a26-28; *Metaph.* Δ 6, 1016a24-28; Z 12, 1038a5-9; e ainda *Ph.* II 9, 200b7-8.

[43] *Ph.* II 3, 195a18-19; II 7, 198b7-8; *Metaph.* Δ 2, 1013b20-21 (e cf. Δ 1, 1013a14-16); ver *APo.* II 11, 94a20-35.

[44] Ver *Metaph.* H 4, 1044b6-8, e Λ 2, 1069b24-26; cf. *Metaph.* Θ 8, 1050b16-18, 20-21, e ainda H 1, 1042a25-b7, e Λ 7, 1072b4-7.

[45] *Metaph.* Z 10, 1036a9-12; Z 11, 1036b32-1037a5; H 6, 1045a33-35; cf. K 1, 1059b14-16; M 8, 1084b2-12.

[46] *Metaph.* A 7, 988a23-25.

[47] Cf. *Metaph.* H 1 e Z 17.

6. Εἶδος

A história do termo εἶδος (e do seu cognato ἰδέα) é demasiado complexa para ser resumida aqui [48].

Em todo o caso, é manifesto que o uso aristotélico deste termo é inseparável da sua pré-história platónica e da tradição anterior em que esta por sua vez entronca, por mais vivos que sejam os esforços de Aristóteles para reservar tecnicamente ἰδέα para a ideia e εἶδος para a forma, ou ainda τὰ εἴδη, no plural, para os «defensores das ideias», em oposição a εἶδος, no singular, que emprega em sentido próprio [49].

Um exemplo basta para o mostrar: quando Aristóteles acusa o platonismo de «ter separado as ideias» [50], o pecado de que este é verdadeiramente acusado (melhor: aquilo por causa do qual aquilo de que ele é acusado é um pecado) é de ter separado *as formas*, quer no seu sentido de formas imanentes (as quais, porque imanentes, não podem ser separadas), quer muito especialmente no sentido de formas universais ou *espécies* (as quais, enquanto universais, não podem ser separadamente).

Todavia, antes de, segundo Aristóteles, as εἴδη terem deixado de ser separadas (a saber, consigo próprio), *as formas eram ideias*.

Quer dizer: é uma só coisa que é pensada em εἶδος. Só que essa coisa é encarada por Platão (em termos aristotélicos) como separada, e a isso chama-se «ideia», enquanto que Aristóteles a concebe como não-separada, e a isso chama-se «forma».

A distinção entre a versão platónica e a versão aristotélica de εἶδος («ideia» *vs.* «forma») funda-se, portanto, numa diferença teó-

---

48 Para conspectos das ocorrências anteriores a Platão, veja-se: A. E. Taylor, «The Words εἶδος, ἰδέα in Pre-Platonic Literature», *Varia Socratica*, pp. 178-267; C. M. Gillespie, «The words εἶδος and ἰδέα in Hippocrates», *CQ*, 26, 1932, pp. 179--203; H. D. Saffrey, «Origine, usage et signification du mot ἰδέα jusqu'à Platon», *IDEA*, pp. 1-11. E acerca da relação entre os conceitos platónico e aristotélico: N. Hartmann, «Zur Lehre von Eidos bei Platon und Aristoteles», *Kleinere Schriften*, II, pp. 129-164; G. Fine, «Plato and Aristotle on Form and Substance», *PCPhS*, 29, 1983, pp. 23-47, e «Forms as Causes: Plato and Aristotle», *Mathematik und Metaphysik bei Aristoteles*, pp. 69-112; M. Narcy, «*Eidos* aristotélicien, *eidos* platonicien», *Contre Platon*, I, pp. 53-66.

49 Assim nas passagens canónicas de *Metaph.* A 6, 987b7-14, e M 4, 1078b30--32. Do mesmo modo, ao longo de A 9, 990a33-993a10, Aristóteles atém-se preferencialmente ao vocabulário ἰδέα/ἰδέαι. Mas, no conjunto do *corpus*, este escrúpulo não chega a constituir uma regra.

50 *Metaph.* M 4, 1078b30-32; M 9, 1086a26-b13.

rica de base quanto à interpretação de um mesmo conceito e pretende simultaneamente dar conta da sua evolução interna no seio da ontologia aristotélica.

Tal distinção é, dito de outra forma, filosoficamente bem fundada.

Daí que a consideremos de respeitar.

Contudo, se o motivo pelo qual a tradução de εἶδος em Platão e Aristóteles deve ser distinguida é de ordem puramente teórica, a justificação para distinguir «forma» e «espécie» no vocabulário aristotélico é, pelo contrário, exclusivamente prática.

Com efeito, haveria toda a vantagem em reservar um único vocábulo para verter o εἶδος aristotélico. No entanto, como observa García Yebra a propósito de οὐσία, «impera no uso linguístico uma espécie de democracia inorgânica que impõe o gosto da maioria» [51].

Nesta medida, para acomodar os hábitos correntes, nomeadamente no que toca ao esquema generativo, talvez valha a pena reservar «forma» para a forma imanente e «espécie» para a forma universal (acrescentando entre parêntesis, no primeiro caso, a palavra grega para distinguir das ocorrências de μορφή, que tem exactamente o mesmo sentido daquela).

7. Ἐνέργεια, δύναμις, ἐντελέχεια

No que toca aos três conceitos centrais da ontoteleologia aristotélica, δύναμις, ἐνέργεια e ἐντελέχεια, nada obsta a que se utilize, para as ocorrências técnicas, as traduções convencionais «potência» e «acto» (ou «potencialidade» e «actualidade») e a quase-transliteração do último por «enteléquia», pese embora a infelicidade das versões latinas e a sombra que lançam sobre o sentido original dos termos gregos.

Mais importante é ter em atenção que, no último caso, só se deve recorrer à transliteração quando o que estiver em causa for estritamente a actualidade perfeita ou consumada, que Aristóteles repetidamente opõe ao acto «incompleto» ou motriz [52]. Quando,

---

[51] «Prólogo», *Metafísica de Aristóteles*, p. XXXVII.

[52] Para a distinção técnica, veja-se *Metaph.* Θ 6, 1048b18-35, e Θ 8, 1050a23--b6. Mas o *corpus* oferece-nos outras alusões a esta oposição; ver em especial: *Top.* VI 8, 146b13-19; *De an.* III 7, 431a4-7; *EN* X 3, 1174a14-b6; *EE* II 1, 1219a13-

pelo contrário, ἐντελέχεια for utilizado para significar o acto em geral (que é a situação comum), é justamente por «acto» ou «actualidade» que a expressão deve ser vertida.

Na prática, isto significa que, no que respeita à tradução, não há que fazer, em regra, nenhuma distinção entre ἐνέργεια e ἐντελέχεια, uma vez que Aristóteles também não a faz, usando os dois termos como sinónimos (salvo raríssimas excepções, que importa ressalvar através da referida transliteração).

É antes no que toca à apresentação e discussão dos conceitos que se pode aproveitar a alternativa disponibilizada pelo vocabulário aristotélico, utilizando «enteléquia» para introduzir o acto como realização pura, por oposição ao acto como processo (para que pode usar-se simplesmente «acto»).

De resto, a crer na relação entre os termos que o próprio Aristóteles sugere na *Metafísica* [53], foi decerto com o propósito de servir esse uso peculiar que o filósofo cunhou o termo ἐντελέχεια, ainda que na prática quase nunca se tenha atido a ele.

Com efeito, a despeito da obscuridade da passagem, é pelo menos claro que Aristóteles entende nela o «acto» (ἐνέργεια) como algo que *tende* (συντείνει) para a «enteléquia» (ἐντελέχεια), que é justamente o que se esperaria se este último termo estivesse vocacionado para traduzir o acto perfeito ou completo, de que o acto «motriz» constitui uma aproximação [54].

Todavia, uma vez que o vocábulo δύναμις possui, para além do seu sentido ontológico, uma conotação física e ética (como fa-

---

-18. Para a noção de movimento como «acto incompleto», cf. *Ph.* III 2, 201b31-32; VIII 5, 257b7-9; *De an.* II 5, 417a16-17; III 7, 431a6-7; *Metaph.* Θ 6, 1048b28; Θ 8, 1050a23; K 9, 1066a20-22; *EN* X 3, 1174a14-29; *EN* X 3, 1174b2-6.

[53] Cf. *Metaph.* Θ 8, 1050a21-23.

[54] A etimologia do termo é discutida. Perfilam-se fundamentalmente duas teses. Para uns, ἐντελέχεια surge vinculado à ideia de «ser completo» ou «ter completude». Assim para Grant (*The Ethics of Aristotle*, I, p. 184) e Liddell-Scott (s. v.), que derivam ἐντελέχεια de ἐν τέλει ἔχειν, como para Ross (*De anima*, p. 15) e M. L. Gill («Aristotle's Theory of Causal Action in *Physics* III 3», p. 130), que o derivam de τὸ ἐντελὲς ἔχον, como ainda para Graham (*Aristotle's Two Systems*, p. 184, n. 5), que o deriva de ἐντελῶς ἔχειν. Para outros, a ideia reitora do vocábulo é «ter em si mesmo o fim» (ἐντελέχεια < ἐν ἑαυτῷ τέλος ἔχειν). Defendem esta solução Kosman («Substance, Being, and *Energeia*», n. 14, pp. 127-128) e mais recentemente Blair (*Energeia and Entelecheia*, pp. 79-84). A posição de Aristóteles na passagem mencionada, sem ser decisiva a este respeito, inclina fortemente no sentido da última opção. Para uma excelente defesa desta opção, veja-se a obra de Blair, no local referido.

culdade ou capacidade) e um uso lógico (como possibilidade), é vantajoso, por mor da clareza na nossa língua e até da fidelidade à intenção do autor, vertê-los em conformidade nestas duas acepções (do mesmo modo, ἐνέργεια por «actividade» e por «realidade»).

Em consequência, δύνασθαι, neste último caso, deverá ser traduzido por «ser possível», δυνατόν por «possível» e ἀδύνατον por «impossível» [55].

Um conceito habitualmente aproximado deste no vocabulário filosófico de Aristóteles e, em especial, no contexto da lógica modal, τὸ ἐνδεχόμενον (e o respectivo verbo, ἐνδέχεσθαι), deverá ser traduzido, no seu sentido técnico, por «contingente» (respectivamente, «ser contingente que») [56] e, no sentido comum, por «possível» (respectivamente, «poder», «ser possível que») [57].

---

[55] A palavra δύναμις é ainda usada por Aristóteles, seguindo a tradição médica (ver por exemplo Alcméon, fr. 4; Hipócrates, *PM* 14; *NH* 4), para as qualidades primárias «quente», «frio», «seco», «húmido» e seus sucedâneos (paradigmaticamente em *PA* II 2-3; mas, com o sentido geral de «propriedade», a expressão é frequente, senão prevalecente, no *De generatione animalium*), de cujo cruzamento resultam os quatro elementos (cf. *GC* II 2-3). Talvez devesse ser traduzida nessas circunstâncias por «qualidade» ou «propriedade».

[56] Deve-se a Ross (*Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, pp. 295-296) a aplicação técnica das expressões «contingência» e «possibilidade» aos dois sentidos de τὸ ἐνδεχόμενον que Aristóteles distingue em *APr.* I 13, 32a16-21 (mas já em *APr.* I 3, 25a37-b25), respectivamente como possibilidade bilateral («contingência», na nomenclatura de Ross), em que a proposição não é impossível nem necessária (ou, nos termos em que a distinção foi pela primeira vez formalizada por Becker, em que nem a sua negação nem ela própria são necessárias: cf. *Die aristotelische Theorie der Möglichkeitsschlüsse*, pp. 7-8), e como possibilidade unilateral («possibilidade», na nomenclatura de Ross), em que a proposição simplesmente não é impossível (ou, uma vez mais nos termos de Becker, em que a sua negação não é necessária). Esta fixação terminológica tem sido em regra seguida: veja-se, por exemplo, Lukasiewicz, *La syllogistique d'Aristote*, p. 163; Rescher, «Aristotle's Theory of Modal Syllogisms and its Interpretation», p. 165; McCall, *Aristotle's Modal Syllogisms*, p. VI; Kneale, *O Desenvolvimento da Lógica*, pp. 86-88; Hintikka, «Aristotle's Different Possibilities», *Aristotle*, pp. 36-37; P. Thom, «Interpreting Aristotle's Contingency-Syllogistic», pp. 91-92. A noção de «contingência» assim tecnicamente distinguida da «possibilidade» pervade a silogística modal exposta em *APr.* 13-22; pelo contrário, em *Int.* 12-13 ἐνδεχόμενον é ainda virtualmente sobreponível a δύνατον, não se encontrando explicitada qualquer distinção entre «contingente» e «possível».

[57] Assim também na frase <οὐκ> ἐνδέχεται ἄλλως ἔχειν (<*não*> *pode ser de outro modo*), onde é contudo a distinção entre necessidade e contingência que se encontra posta.

8. Συμβεβηκός

Συμβεβηκός é o particípio perfeito no neutro do verbo συμβαίνειν (literalmente: «caminhar em conjunto», de onde «reunir-se com», «juntar-se a» e, por extensão, «encontrar-se por acaso com», ou, genericamente, «acontecer casualmente que»).

Na importação filosófica do termo permanecem presentes, embora de modos distintos, os dois extremos da evolução semântica do verbo original.

De forma imediata, o sentido vulgar e mais recente da expressão é aquele que avulta: συμβεβηκός é o que acontece por acaso (ἀπὸ τύχης) [58], isto é, aquilo cuja ocorrência não obedece a qualquer necessidade ou a qualquer padrão de regularidade previsível.

Todavia, de um modo mais subtil e recessivo, também a acepção original do verbo permanece, porventura com maior vigor até: pois na noção de τὰ συμβεβηκότα pensa-se, especificamente em Aristóteles, aquilo que «caminha em conjunto» com a substância, isto é, os seus «acompanhantes» ou *acidentes*.

As duas vertentes são constitutivas da noção aristotélica de συμβεβηκός.

Desde logo, a nível da ocorrência natural da expressão.

A ideia de que o «acidente» é aquilo que acontece a algo ser pervade constantemente o uso técnico do conceito e governa-o como o sentido de referência [59].

---

58 «Quando as coisas são tais que acontecem por acidente, dizemos que são por acaso [τὰ δὴ τοιαῦτα ὅταν κατὰ συμβεβηκὸς γένηται, ἀπὸ τύχης φαμὲν εἶναι].» (*Ph.* II 5, 196b23-24.) Correlativamente, «o acaso é uma causa por acidente nas coisas susceptíveis de um propósito deliberado [δῆλον ἄρα ὅτι ἡ τύχη αἰτία κατὰ συμβεβηκὸς ἐν τοῖς κατὰ προαίρεσιν τῶν ἕνεκά του]» (*Ph.* II 5, 197a5-6; cf. 197a12--14; 197a32-35; II 6, 197b18-22; II 8, 199b23-24; *Metaph.* K 8, 1065a26-b4).

59 Assim, por exemplo, em *APo.* I 19, a frase «o branco [é homem] porque o branco é para o homem um acidente» (81b28-29) significa literalmente: «o branco [é homem] na medida em que *acontece ao homem ser branco*» (ὅτι συμβέβηκε τῷ ἀνθρώπῳ εἶναι λευκῷ). Do mesmo modo, em *APo.* I 22, a frase «quando digo que o branco é um pau, digo que o que é acidentalmente branco é um pau» (83a4-6) evoca literalmente: «quando digo que o branco é um pau, digo que aquilo *a que acontece ser branco* [ᾧ συμβέβηκε λευκῷ εἶναι] é um pau». Ou ainda em *Top.* II 3, a declaração «porque para o triângulo equilátero é um acidente ser triângulo» (110b24-25) significa literalmente: «porque *acontece ao triângulo equilátero ser triângulo* [ὅτι γὰρ συμβέβηκε τῷ τριγώνῳ ἰσοπλεύρῳ τριγώνῳ εἶναι]». E os exemplos poderiam ser indefinidamente reiterados.

Mas também a noção de que aquilo mesmo que sucede por acidente é uma mera concomitância de algo de essencial ou permanente assoma por vezes como a tónica mais relevante de συμβεβηκός. Por exemplo, quando Aristóteles declara que, no caso da declaração «Homero é um poeta», o ser é atribuído ao sujeito de modo meramente acidental (κατὰ συμβεβηκός) [60], o que está em causa não é, evidentemente, que, por ser poeta, «aconteça» a Homero ser (a tese de Aristóteles vai, aliás, no sentido rigorosamente contrário), mas que o ser se atribui a Homero *concomitantemente* com a atribuição de «poeta», isto é, como algo que acompanha (acidentalmente) a predicação.

Esta dicotomia reflecte-se, todavia, sobretudo a nível da definição técnica do conceito.

A regra que Aristóteles expressamente estipula é a de que um «acidente» é aquilo que nem é de um modo necessário (ἐξ ἀνάγκης), nem é de um modo regular (ὡς ἐπὶ τὸ πολύ) [61]: é o exemplo paradigmático (e assaz cartesiano) do homem que descobre um tesouro ao escavar um buraco para plantar uma árvore [62].

Todavia, não é de facto em virtude dessa regra nem de acordo com ela que os acidentes se dizem acidentes *de uma substância*, mas sim pelo facto de se dizerem dela (decerto de um modo não necessário nem regular) e, portanto, de coadjuvarem e adjacerem ao que ela é dita ser de um modo necessário ou regular [63].

---

[60] «Quando no que é acrescentado está contido um oposto de que resulta contradição, não é verdadeiro, mas falso (por exemplo, chamar 'homem' a um homem morto); mas quando não está contido um semelhante oposto, é verdadeiro. Ou melhor: quando está contido é sempre falso, mas quando não está nem sempre é verdadeiro. Por exemplo, Homero é algo, nomeadamente um poeta. Resulta daqui que ele é? Não, porque o 'é' predica-se acidentalmente [κατὰ συμβεβηκός] de Homero; com efeito, é porque ele é poeta, não por si mesmo [οὐ καθ' αὑτό], que o 'é' se predica de Homero.» (*Int.* 11, 21a21-28.)

[61] Cf. *Metaph.* Δ 30, 1025a14-15; E 2, 1026b31-33; K 8, 1065a1-3; e ainda *Ph.* II 5, 197a32-35. Na mesma direcção, veja-se: *APo.* I 6, 75a18-22; *Top.* I 5, 102b6-7; IV 1, 120b30-35; *Ph.* I 3, 186b18-20. Para a mais geral distinção entre necessidade, regularidade e acaso, veja-se: *APr.* I 13, 32a29-b22; *APo.* I 30, 87b19-27; *Top.* II 6, 112b1-2; *Ph.* II 5, 196b10-17; II 5, 197a19-20; II 8, 198b34-36; II 8, 199b24-26; *PA* III 2, 663b28; *GA* I 19, 727b29; *GA* IV 4, 770b9-13; *GA* IV 8, 777a19-21.

[62] *Metaph.* Δ 30, 1025a14-19 (cf. *EN* III 5, 1112a27).

[63] Cf. de novo *Metaph.* Δ 30, 1025a14-15 (συμβεβηκὸς λέγεται ὃ ὑπάρχει μέν τινι καὶ ἀληθὲς εἰπεῖν, οὐ μέντοι οὔτ' ἐξ ἀνάγκης οὔτε <ὡς> ἐπὶ τὸ πολύ), e *Metaph.* K 8, 1065a1-3 (ἔστι δὴ τὸ συμβεβηκὸς ὃ γίγνεται μέν, οὐκ ἀεὶ δ' οὐδ' ἐξ ἀνάγκης οὐδ' ὡς ἐπὶ τὸ πολύ). Mas é sobretudo num conjunto de passagens dos *Segundos Analíticos* que este aspecto é particularmente explorado: cf. *APo.* I 4, 73b5-10; I 22, 83a24-35; I 22, 83b17-24. A esta luz, ver ainda *Top.* I 5, 102b4-14, e I 8, 103b6-19.

Há aqui, portanto, como que uma variação implícita da noção de «acidente» que importa relevar. E essa variação depende daquilo com o qual Aristóteles, num caso e noutro, contrasta τὸ συμβεβηκός e da oposição conceptual em que o faz entrar.

No domínio do que acontece, que é originariamente aquele em que a ciência da natureza se encontra submergida, συμβεβηκός opõe-se a ἀναγκαῖον, como o que acontece casualmente ao que acontece necessariamente [64].

Mas no domínio do que *é*, em que o anterior se fundamenta, συμβεβηκός opõe-se a καθ' αὑτό, como o que se predica extrinsecamente de um sujeito se opõe ao que se predica do sujeito em si mesmo [65].

As duas determinações estão certamente ligadas: porque o que é por si mesmo é necessariamente [66] e, inversamente, o que não é necessário é por acidente [67].

Mas isso não obsta a que elas sejam, enquanto tais, *duas* determinações e que o «acidente» por elas determinado seja diversamente determinado, ora como o que não é necessário, ora como o que não pertence ao que o sujeito é em si mesmo (e, por isso, não é necessário).

Ora esta distinção não é apenas sancionada pela pragmática do «acidente» no *corpus* aristotélico, nem se cifra tão-só numa precisão terminológica mais ou menos especiosa.

Pelo contrário, ela é estruturante do próprio conceito de acidente em Aristóteles.

Com efeito, só porque o acidente não é apenas o que ocorre casualmente, mas o que concorre na determinação de uma subs-

---

[64] Ver em especial: *APo*. I 6, 75a18-22; I 8; I 30, 87b19-27; *Top*. I 5, 102b6-7; IV 1, 120b30-35; *Ph*. I 3, 186b18-20; II 5, 197a31-35; VIII 5, 256b9-10; *Metaph*. Δ 30, 1025a14-30; E 3, 1026b27-1027a28; I 10, 1059a2-3; K 8, 1064b32-1065a6.

[65] Cf., entre muitas outras: *Int*. 11, 21a21-33; *APo*. I 4, 73a34-b16; I 6, 75a28--32; II 2, 90a5-14; II 3, 90b13-17; *Top*. II 3, 110b16-25; II 3, 111a4-5; III 1, 116a29-39; III 1, 116b1-7; VI 5, 143a3-4; *Ph*. I 9, 192a22-25; II 1, 192b23-32; II 5, 196b24-29; IV 4, 211a17-23; IV 5, 212b7-13; IV 12, 221b25-28; V 1, 224a21-34; V 1, 224b16-26; V 2, 226a15-23; VII 4, 249b12-14; VIII 4, 254b7-12; VIII 4, 255a24-28; *Cael*. III 8, 307b1-4; *De an*. I 3, 406b11-15; II 6, 418a7-25; *Mem*. 1, 450a13-15; 1, 450a23-25; *PA* II 2, 648b35-649a9; II 3, 649b10-28; *IA* 2, 704b22-705a1; *GA* V 3, 783a34-b1; *Metaph*. Δ 6, 1015b16-1016b6; Δ 7, 1017a7-30; Δ 8, 1017b27-1018a9; Δ 13, 1020a14-32; Z 5, 1030b18-23; Z 6, 1031a19-b18; K 8, 1065a6-21; *EN* VII 5, 1147a35-b2; VII 10, 1151a33-b3; VIII 4, 1156b7-12; X 8, 1178b28-32.

[66] *APo*. I 4, 73b16-24; I 6, 74b5-12; I 6, 75a28-32 (cf. *APo*. I 6, 75a18-22).

[67] *APo*. I 4, 73b4-5, 8-10, 10-12; *Metaph*. Δ 7, 1017a7-8 (e segs. até 30); cf. *EN* I 4, 1096a20-22.

tância sem contudo pertencer à sua essência, pode Aristóteles chegar a pura e simplesmente libertar-se da primeira determinação, alargando a noção de acidente até abranger o caso, aparentemente tão contraditório, dos acidentes «por si mesmos» (συμβεβηκότα καθ′ αὑτά) [68].

Com efeito, numa cláusula do capítulo da *Metafísica* Δ dedicado ao acidente [69], e após ter enunciado a regra geral acerca deste, Aristóteles vem sublinhar que, num outro sentido, também certos predicados do sujeito, a saber, aqueles que não pertencem à essência do sujeito *e todavia lhe pertencem por si mesmo*, são acidentes desse sujeito. Neste caso, portanto, é acidente não o que se opõe a «por si mesmo», mas, dentro do «por si mesmo», o que se opõe a essencial [70]; e neste caso, acrescenta Aristóteles, os acidentes *podem ser necessários* [71].

---

[68] A propósito dos quais, veja-se: *APo.* I 22, 83b17-24 (e cf. *APo.* I 6, 75a18--22), bem como *Metaph.* Δ 30, 1025a30-34. Além destas passagens, a própria expressão ocorre em *APo.* I 7, 75b1 (rememorada na expressão τῶν καθ′ αὑτὰ παθημάτων de *APo.* I 10, 76b13; ver ainda *APo.* I 28, 87a39), bem como em: *Ph.* II 2, 193b27-28; III 4, 203b33; *PA* I 3, 643a27-28 (de que devem ser decerto aproximadas as menções a τὰ συμβεβηκότα em *PA* I 1, 639a18-19, 639a26 e 641a24-25); *PA* I 5, 645b1-3 (que esclarece *HA* I 6, 491a9-11, e *MA* 1, 698a1-4); *Metaph.* B 1, 995b20; B 1, 995b25-26; B2, 997a20; B2, 997a21-22 (mais uma vez relembradas na abertura de Γ 1, 1003a21-22 — ἔστιν ἐπιστήμη τις ἣ θεωρεῖ τὸ ὂν ᾗ ὂν καὶ τούτῳ ὑπάρχοντα καθ′ αὑτό — e novamente em Γ 2, 1005a13-14, E 1, 1025a10-13, E 1, 1026a31-32, K 3, 1061b4-6; cf. B 2, 997a25-34, onde a aporia que esta declaração resolve é desenvolvida); M 3, 1078a5-6. Mas ver também as referências do *De anima* aos «acidentes» da alma que o tratado deve investigar, as quais dizem necessariamente respeito aos acidentes *per se*, visto que só estes são passíveis de estudo científico; assim em: I 1, 402a7; I 1, 402a15; I 1, 402b18; I 1, 402b21; I 1, 402b23-24; I 1,402b26-403a1; cf. I 5, 409b11-18.

[69] *Metaph.* Δ 30, 1025a30-34, que tem um estreito correspondente em *APo.* I 22, 83b17-24.

[70] De um modo muito semelhante, veja-se *PA* I 3, 643a27-31.

[71] Mais precisamente «eternos» (ἀΐδια): mas o exemplo que Aristóteles utiliza, bem como a equivalência entre eternidade e necessidade que algures expressamente sustenta (cf. *GC* II 11, 338a1-2: «se é necessário é eterno e se é eterno é necessário»; note-se que a doutrina segundo a qual tudo o que eterno é necessário constitui uma lição constante de Aristóteles: veja-se principalmente *GC* II 9, 335a33-34, e *PA* I 1, 639b23-24, mas também *APo.* I 8, *Cael.* I 12, 281b20-25, e *Metaph.* E 2, 1026b27-37), permitem sem abuso a substituição. Por outro lado, os acidentes *per se* são declarados nos *Segundos Analíticos* como os predicados da conclusão das demonstrações (I 7, 75a38-b2; cf. I 10, 76b11-22) e a conclusão de uma demonstração tem de ser necessária (veja-se *APo.* I 4, 73a21-24; *Metaph.* Δ 5, 1015b6-9; Z 15, 1039b31-1040a2; *EN* VI 3, 1139b19-24; VI 6, 1140b31-32; e cf. *EN* VI 5, 1140a33-b2; VI 6, 1140b33-1141a1; *MM* I 34, 1197a32-b3).

Ora a possibilidade de alargar deste modo o âmbito dos συμβεβηκότα baseia-se apenas num princípio, que em lado algum Aristóteles explicita taxativamente: o de que o acidente, mais do que circunscrever o que não é necessário (em particular, o que não é necessário à determinação do sujeito), circunscreve o que se predica do sujeito de um modo tal que, ou lhe não pertence por si mesmo, ou, pertencendo-lhe por si mesmo, não pertence à sua essência [72].

O princípio que está aqui em causa é, portanto, o de que, antes de o acidente ser o que acontece casualmente, é o que simplesmente *acompanha* o que o sujeito é, seja o sujeito entendido como o conjunto dos seus predicados καθ᾽ αὑτά, seja o sujeito entendido estritamente como a sua essência.

A esta luz, os acidentes καθ᾽ αὑτά representam a vindicação da evolução semântica do verbo συμβαίνειν e a reposição do primado do que *acompanha* (συμβέβηκε ὡς συμβεβηκός) sobre o que *acontece* (συμβέβηκε κατὰ συμβεβηκός).

Todavia, a dicotomia que está na base do conceito aristotélico e na própria raiz do termo original mantém-se: e, aliás, como veremos, particularmente em evidência na distinção entre aquilo a que algures chamámos a «predicação dos acidentes» (em que os συμβεβηκότα são «acompanhantes» do sujeito) e a «predicação acidental» (em que a predicação é ela própria um «acidente», no sentido corrente do termo) [73].

Perante tudo isto, que tradução adoptar finalmente para o συμβεβηκός aristotélico?

Por diversas razões, a tradução consagrada («acidente») é largamente satisfatória.

---

[72] Daí a curiosa definição de acidente nos *Tópicos*: «o que não é nada disto, nem definição, nem próprio, nem género, e no entanto pertence à coisa» (I 5, 102b4-5). Note-se todavia que a definição «positiva» de συμβεβηκός, que se segue a esta, retoma a perspectiva clássica: «o que, em qualquer caso, pode pertencer e não pertencer a um único e mesmo sujeito» (6-7); mas é evidente que esta definição é incompatível com a noção dos συμβεβηκότα καθ᾽ αὑτά, pelo que deve ser reservada para o sentido comum de acidente, que Aristóteles consagra na *Metaph.* Δ 30, 1025a14-30. Acerca da relação entre as duas definições de συμβεβηκός nos *Tópicos*, veja-se T. Ebert, «Aristotelischer und traditioneller Akzidenzbegriff», *Logik, Ethik, Theorie der Geisteswissenschaften*, pp. 338-349, e, em réplica, o notável ensaio de J. Brunschwig, «Note sur la conception aristotélicienne de l'accident», *Méthexis*, pp. 67-80 (para além da matriz de ambos, Alexandre de Afrodísias, *In Top.* 48.28-51.12 Wallies). Dedicámos a esta questão o ensaio «O problema da definição do acidente em Aristóteles» (*Philosophica*, 17/18, 2001, pp. 103-149).

[73] Cf. «Tipos de predicação em Aristóteles» (ainda inédito).

Com efeito, *accidens* é formado, em latim, de um modo semelhante a συμβεβηκός em grego: representa o particípio presente substantivado do verbo *accidere*, que por sua vez recapitula as principais significações de συμβαίνειν.

E, embora no verbo latino a dimensão do que acontece casualmente esteja, neste caso, originalmente ligada ao sentido fundador da palavra (*accidere* é *ad-cadere*, «cair em *ou* sobre», donde precisamente «acontecer casualmente»), a precoce substantivização do particípio e, com ela, a separação de destinos do verbo original e do substantivo assim formado, bem como o facto de este ter sido cunhado para suprir as necessidades de tradução de um termo grego que Aristóteles já havia feito evoluir no sentido referido, torna-o particularmente capaz para dar conta do outro e mais fundamental sentido de συμβεβηκός, a saber, de συμβεβηκός como acompanhante, necessário ou não, da substância.

É certo que a expressividade moderna do termo «acidente» evoca sobretudo a sua etimologia latina. Mas na aplicação que a tradição fez dele ao pensamento de Aristóteles, é a relação inversa que se verifica. Sobeja razão, portanto, para que seja adoptado.

9. Λόγος, συλλογισμός, ἀπόδειξις

O termo λόγος é um dos vocábulos com uma gama semântica mais rica na língua grega e, sem dúvida, o termo de mais ampla latitude do grego filosófico.

Não vale a pena, pois, preocuparmo-nos em prescrever-lhe uma tradução uniforme, a qual deve ser antes adequada ao sentido que for exigido pelo contexto.

Em todo o caso, é útil reservar a expressão «enunciado» para as ocorrências do termo cuja acepção de referência é o conceito técnico tal como ele é definido no *Sobre a Interpretação* [74], enquanto para os usos do vocábulo como sinónimo, coordenado ou subordinante de συλλογισμός, o sentido relevante é o de «argumento», expressão por que deve então ser traduzido.

Às expressões técnicas da lógica e da teoria da ciência, como συλλογισμός, ἀπόδειξις, etc., o sopesamento das alternativas em aberto comprova a vantagem de continuar a restituir as versões consagradas («silogismo», «demonstração», etc.).

---

[74] 4, 16b26-28.

Acerca do segundo, a despeito de uma ou outra proposta isolada e sem continuidade [75], parece poder contar-se presentemente com uma concordância praticamente geral.

Não assim com o primeiro, para o qual, como tivemos já ocasião de antecipar, tem sido proposta, e predominantemente imposta, a tradução por «dedução» [76].

Justificam-se, por isso, algumas palavras contra esta nova solução e em favor da opção tradicional.

Os motivos habitualmente alegados pelos tradutores na nova direcção — a ambiguidade e a extensão do termo «silogismo» na sua definição aristotélica canónica [77] e a vantagem de reter o paralelismo conceptual com a indução, de acordo com a sua redução de todos os argumentos a συλλογισμός e ἐπαγωγή [78] —, apesar de muito pertinentes, não nos parecem compensar a descaracterização do vocabulário aristotélico consagrado, nem principalmente a profunda perturbação doutrinária que dela decorre.

Com efeito, do ponto do vista da lógica moderna, a forma de argumento válido para que Aristóteles reservou o termo συλλογισμός é apenas um caso particular de dedução. Traduzir συλλογισμός do modo proposto sugeriria que Aristóteles significa nessa noção o mesmo que é modernamente significado pela expressão «dedução», ao invés de patentear imediatamente a distinção entre os dois conceitos e, em particular, o âmbito mais reduzido que o silogismo aristotélico tem em relação ao conjunto dos tipos de inferência válida.

---

[75] É o que sucede com a tradução de Kosman de ἀπόδειξις por «explanation», nos dois brilhantes ensaios que dedica aos *Segundos Analíticos*: «Understanding, Explanation and Insight in the *Posterior Analytics*» (1973) e «Necessity and Explanation in Aristotle's *Analytics*» (1990).

[76] Uma notável excepção deve ser aberta para J. Lear, que adopta a tradução consagrada, fundamentando-a sucintamente em *Aristotle and Logical Theory*, pp. 10-11.

[77] Cf. *APr.* I 1, 24b18-22; *Top.* I 1, 100a25-27; *SE* 1, 164b27-165a2; *Rh.* I 2, 1356b16-18.

[78] Em numerosas passagens, nomeadamente: *APr.* II 23, 68b13-14; *APo.* I 1, 71a5-6; *Top.* I 12, 105a10-19; *EN* VI 3, 1139b26-31; *Rh.* I 2, 1356a35-b4; II 20, 1393a24-25; cf. *APr.* I 25, 42a3-4; *APo.* II 5, 91b28-36; *Top.* I 8, 103b2-19; VIII 1, 155b35-37; VIII 2, 157a18-21; VIII 14, 164a12-16; *SE* 4, 165b27-28; e, mais raramente, com o par demonstração/indução: *APo.* I 18, 81a39-40; II 7, 92a34-b3; *Ph.* VIII 1, 252a24-25; *Metaph.* A 9, 992b31-33; ainda com outra fórmula (ἐπαγωγῆ *vs.* λόγος), cf. *PA* II 1, 646a29-30; *EE* II 3, 1220b29-30.

Mas mais do que isso: é o próprio Aristóteles quem reconhece outras formas de dedução válidas para além do silogismo, designadamente a conversão, a oposição e a redução *ad impossibile* (bem como, em geral, os argumentos hipotéticos) [79]. E, nesta medida, a propositura de semelhante tradução choca com a lição taxativa da lógica aristotélica e projecta sobre ela um sem-número de equívocos que não se lhe devem, mas são obra exclusiva da própria tradução.

Lembremos apenas o principal: se o συλλογισμός aristotélico fosse considerado equivalente à dedução, todas as características daquele [80] seriam também características desta. Ora Aristóteles jamais endossaria semelhante consequência: porque, por exemplo, a conversão é para ele uma forma de dedução e, no entanto, não partilha da maior parte das características do συλλογισμός, desde logo a exigência de que a inferência tenha duas premissas [81].

Se se mantiver a transliteração tradicional «silogismo», a doutrina de Aristóteles torna-se clara e consistente: há inferências dedutivas válidas com uma só premissa (e. g., a conversão), mas o silogismo é *uma espécie* de inferência dedutiva válida na qual tem

---

[79] A conversão, no sentido aqui pertinente, faz o objecto de *APr.* I 2-3. A subalternidade nunca foi estabelecida como um princípio por Aristóteles, embora seja comummente reconhecida como condição implícita da conversão *per accidens*, tal como ela é exposta em *APr.* I 2, 25a7-10, e utilizada na dedução dos modos *Darapti* e *Felapton* em *APr.* I 6, 28a17-22 e 26-29 (daí decorre, aliás, o célebre problema da «implicação existencial»). Em compensação, todas as outras regras de oposição são expressamente estipuladas e/ou utilizadas por Aristóteles: cf. o exaustivo levantamento de Bochenski, em *Ancient Formal Logic*, p. 50. A redução ao impossível é sucessivamente tratada em *APr.* I 23, 41a21-32; I 29, 45a23--b15; II 11-13, 61a16-62b28; II 14, 62b29-63b21; *APo.* I 26, 87a1-30. Os argumentos hipotéticos, que incluem (a par da própria *reductio ad impossibile*, que constitui o seu tipo mais nobre) os argumentos «por substituição» (κατὰ μετάληψιν) e «pela qualidade» (κατὰ ποιότητα) são comparativamente pouco trabalhados por Aristóteles: veja-se em todo o caso *APr.* I 23, 41a37-b1; I 29, 45b15-20, e I 44, 50a16-b4. Para além destes, dever-se-iam referir ainda os modos indirectos das três figuras do silogismo, nos quais não é possível retirar silogisticamente uma conclusão, mas é possível inferir validamente uma proposição com a forma não canónica «TM é Tm», caso que Aristóteles expressamente prevê em *APr.* I 7, 29a19-29, e II 1, 53a9--14. De resto, Aristóteles tem plena consciência de que o conceito de inferência válida tem uma extensão maior do que o conceito de silogismo, porque todo o silogismo é uma inferência válida, mas nem toda a inferência válida é um silogismo: cf. *APr.* I 32, 47a31-35.

[80] Sistematizadas nomeadamente em *APr.* I 23-26.

[81] Exigência formulada explicitamente em *APr.* I 25, 42a32-40.

de haver, pelo menos, duas premissas [82]. E isto manifestamente implica: o συλλογισμός não é a dedução; o συλλογισμός é *um tipo particular de dedução*, a saber, aquela em que «*certas coisas* sendo postas, algo diferente das que foram postas decorre necessariamente» [83].

Alguns autores vão ainda mais longe.

Para eles não se trata de confundir o silogismo aristotélico com a dedução, mas, precisamente ao contrário, de os distinguir, a saber, identificando o συλλογισμός na sua acepção geral com a dedução e apenas o συλλογισμός na acepção técnica com o silogismo.

---

[82] Em sentido próprio, um silogismo tem nem menos nem mais do que duas premissas, mas exactamente duas (veja-se a referência da nota anterior). Todavia, Aristóteles reconhece também os silogismos em sorites (cf. *APr.* I 25, 42b5-26), os quais têm mais de um termo médio e, portanto, mais de duas premissas (e, como regra geral, mais um termo médio do que o número de premissas, isto é, para *n* premissas, *n+1* termos médios). Mas, como Aristóteles também observa, o silogismo em sorites é apenas uma alternativa para um silogismo principal precedido de tantos prosilogismos quantos os necessários (um por cada novo termo médio), os quais obedecem todos à regra geral de duas, e apenas duas, premissas. Num caso ou noutro, todavia, o fundamental neste ponto é que, num silogismo, o número de premissas é ≥ 2 (cf. neste sentido *APr.* I 14, 34a17-18; I 23, 40b35-36; II 2, 53b16-20; *APo.* I 3, 73a7-11; II 11, 94a24-27).

[83] *APr.* I 1, 24b18-20 (e cf. o largo consenso dos comentadores antigos: Alexandre, *In APr.* 17.11-11.2, 257.8-13 Wallies; *In Top.* 8.14-9.19 Wallies; Amónio, *In APr.* 27.14-33 Wallies; Filópono, *In APr.* 33.10-23 Wallies). Mas, como exemplo dos efeitos perversos que a adopção maquinal desta tradução pode gerar (e frequentemente gera), veja-se ainda a confusão que ela provoca no comentário (quase sempre sóbrio e penetrante) que R. Smith dá de uma passagem dos *Tópicos* (VIII 11, 161b19-33): «What precisely does it mean to say that 'no conclusion at all' follows from certain premisses? Nothing, from a modern viewpoint: logical truths follow from any premisses, and any premiss follows from itself. *But Aristotle's own definition of 'deduction' implies that he is interested only in arguments in which something other than the premisses follows*, and he shows no particular awareness of arguments in which logical truths are deduced from arbitrary premisses (if he ever did think about them, he might have regarded them as flawed, perhaps as using irrelevant premisses).» (*Topics. Books I and VIII*, p. 142; sublinhado nosso.) A verdade é que na «Aristotle's own definition», aquilo a que Smith chama «deduction» é «o argumento no qual, certas coisas sendo postas, *algo diferente* das que foram postas decorre necessariamente pelo simples facto de elas serem postas» — e é *a isso unicamente* que ele chama «silogismo» (cf., aliás, Alexandre, *In APr.* 18.12-14 Wallies, e Amónio, *In APr.* 27.34-28.20 Wallies). A respeito destas duas vertentes da definição geral de silogismo, vejam-se também os testemunhos insuspeitos de M. Frede, «Stoic *vs.* Aristotelian Syllogistic», *Essays in Ancient Philosophy*, pp. 114-116, e G. Patzig, «Problèmes actuels de l'interprétation de la syllogistique d'Aristote», p. 275.

Barnes vai exactamente nesta direcção [84].

Para ele, muito justificadamente, há que distinguir entre dedução [85] e silogismo [86]. O que começa a ser francamente menos justificável é que, escudado unicamente na definição geral de συλλογισμός nos *Primeiros Analíticos*, que ele isola do contexto, o autor se sinta autorizado a concluir que o termo de Aristóteles para a dedução assim definida seria συλλογισμός, ao passo que para o silogismo canonicamente definido não haveria correspondente no léxico aristotélico [87].

É, desde logo, um tanto insólito que Barnes procure a tradução aristotélica para os termos ingleses e não a tradução inglesa para os termos aristotélicos. Mas é sobremaneira extravagante que essa pesquisa desemboque na conclusão de que o conceito técnico por excelência da silogística aristotélica não tem nome, embora exista um nome, precisamente συλλογισμός, que não significa esse conceito por excelência, senão uma noção mais geral, a noção de dedução. E é a todos os títulos assombroso que, obrigando esta leitura a atribuir uma série de erros e equívocos a Aristóteles, alguns deles elementares [88], não se procure privilegiadamente rejeitar a leitura, ao invés de persistir na atribuição desses erros e equívocos a Aristóteles.

---

[84] Em «Proof and the Syllogism», pp. 21-25.

[85] Que ele define: «A *Deduction* is an ordered pair, $<\{\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_n\}, \sigma>$, such that (1) σ follows necessarily from $\{\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_n\}$ and (2) σ holds (if it holds) because each α_i holds» (p. 22).

[86] Que ele define: «A *Syllogism* is an ordered pair, $<\{\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_n\}, \sigma>$, such that (1) σ follows necessarily from $\{\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_n\}$ and (2) σ holds (if it holds) because each a_i holds, and (3) $n = 2$ (i. e., there are exactly two premisses), and (4) α_1, α_2, and σ are each in Syllogistic form» (p. 22; Barnes explica a seguir o que entende por «forma silogística», isto é, pela forma *AxB*). Ignoramos aqui a sua distinção da dedução e do silogismo com a inferência, bem como a definição desta, porque não é relevante para o ponto.

[87] Vale a pena apreciar a tese no original: «Aristotle's word for 'Deduction' is 'συλλογισμός'; for 'Inference' he will sometimes use 'τὸ ἀναγκαῖον' (*An. Pr.* I 32, 47a31-5); he has no word for 'Syllogism', but he can express the notion periphrastically.» (P. 23.)

[88] Um caso paradigmático: para Barnes (p. 25), a tese segundo a qual todo o συλλογισμός é produzido numa das três figuras (διὰ τῶν προειρημένων σχημάτων οἱ συλλογισμοὶ πάντες: *APr.* I 28, 44b7-8, que ele parafraseia com muita liberalidade «all Deductions are Syllogisms») é uma tese falsa. Sem dúvida: se συλλογισμός significar dedução; mas se significar silogismo, é uma consequência inatacável da exaustiva e escrupulosa análise dos esquemas de inferência em forma silogística que Aristóteles empreendeu nos capítulos precedentes.

Em qualquer dos casos, a tese de Barnes é clara.

Lamentavelmente, é também claramente falsa.

A verdade é que não há nenhuma diferença entre um συλλογισμός em sentido geral (significando a dedução) e um anónimo «X» técnico (que significaria propriamente o silogismo).

É que a definição de συλλογισμός não acaba na linha 20 da página 24b da edição Bekker, onde termina de facto a sua descrição geral. Com efeito, após uma interrupção provocada pela necessidade de introduzir conceitos (o «silogismo perfeito» e «imperfeito», na tradução consagrada) e estruturas argumentativas (a conversão das premissas de forma *AaB*, *AeB* e *AiB*) sem as quais não é possível tematizar o silogismo, o fio é manifestamente reatado em 25b26, onde se afirma que «feitas estas distinções, podemos agora estabelecer por que meios, quando e como todo o silogismo é gerado» (διὰ τινῶν καὶ πότε καὶ πῶς γίνεται πᾶς συλλογισμός), para logo em seguida se introduzirem as primeiras formas silogísticas canónicas (o silogismo perfeito na primeira figura com ambas as premissas universais), em termos tais que (na nomenclatura comum, como na de Barnes) não deixa dúvidas estar-se perante o silogismo estrito [89].

Ora, não é pura e simplesmente credível que, a apenas uma página de distância, Aristóteles esteja a falar de duas coisas distintas empregando o mesmo nome, quando esse nome não é um mero termo entre outros, mas o nome do conceito fundamental de toda a lógica aristotélica e, aliás, o único nome que de cabo a cabo da sua obra Aristóteles utiliza para aquilo que Barnes insiste em considerar duas coisas distintas.

Como poderia Aristóteles equivocar-se ao ponto de atribuir dois sentidos distintos a um termo técnico e, mais do que isso, ao termo técnico fundamental da sua lógica?

E se não há aqui equívoco, mas tem razão Barnes ao declarar que συλλογισμός significa dedução, enquanto o silogismo estrito não tem nome no léxico aristotélico, por que motivo é συλλογισμός que Aristóteles utiliza quando quer significar o silogismo estrito?

---

[89] «Quando três termos estão relacionados entre si de tal modo que o último está contido no médio como num todo e o médio está, ou não está, contido no primeiro como num todo [ὅταν οὖν ὅροι τρεῖς οὕτως ἔχωσι πρὸς ἀλλήλους ὥστε τὸν ἔσχατον ἐν ὅλῳ εἶναι τῷ μέσῳ καὶ τὸ μέσον ἐν ὅλῳ τῷ πρώτῳ ἢ εἶναι ἢ μὴ εἶναι], há necessariamente entre os extremos silogismo perfeito [ἀνάγκη τῶν ἄκρων εἶναι συλλογισμὸν τέλειον].» (*APr.* I 4, 25b32-35.)

Para mais, sendo dado que todo o desenvolvimento que medeia a descrição geral de συλλογισμός em 24b18-20 e a introdução da discussão técnica do silogismo em 25b26 é meramente interpolar e motivada pelas razões atrás indicadas, poderíamos legitimamente conceber uma outra ordem para o texto em que as duas passagens surgissem ligadas. Pois fazê-lo não é mais do que encarar o desenvolvimento intercalar como intercalar e, porque intercalar, abstrairmo-nos dele.

Nesta nova ordem, em que apenas algumas linhas separaram as duas passagens, como continuar a alegar com razoabilidade que o συλλογισμός da primeira e o συλλογισμός da segunda são dois tipos de inferência distintos?

Mas nem seria preciso este esforço de imaginação: porque, na ordem do texto tal como o encontramos há uma mesma expressão que encontramos nas duas passagens, τέλειος συλλογισμός, a qual segue a descrição geral de συλλογισμός na primeira, mas introduz o silogismo estrito na segunda.

Teremos de pensar que há também duas noções de τέλειος συλλογισμός, uma que significa «dedução perfeita» (seja isso o que for) e a outra que significa um «silogismo perfeito» que se decreta estar desprovido de nome no léxico aristotélico? Ou não será mais sensato aceitar que a noção significada pela expressão τέλειος συλλογισμός só tem sentido se se interpretar a palavra συλλογισμός que nela ocorre como exprimindo o silogismo estrito e, portanto, que a imediata sequência da descrição geral de συλλογισμός (em 24b18-20) e a primeira introdução da noção τέλειος συλλογισμός (em 24b22-24) determina que nos dois casos συλλογισμός deve ser entendido como silogismo estrito?

A tudo isto acresce um argumento que não pode deixar de ser considerado definitivo: é que, nos locais já referidos em que Aristóteles se dá ao trabalho de recensear laboriosamente as características do silogismo [90], é a expressão συλλογισμός que utiliza — e é do silogismo que indiscutivelmente está a falar.

---

[90] Que todo o silogismo se inclui numa das três figuras, que é completado por meio dos silogismos de primeira figura, que é redutível a um silogismo universal de primeira figura, que deve ter pelo menos uma premissa afirmativa e uma premissa universal, que uma conclusão universal só pode ser retirada quando todas as premissas forem universais, que em todo o silogismo pelo menos uma das premissas tem de ter a mesma qualidade e a mesma modalidade da conclusão, que todo o silogismo tem de ter apenas três termos e não mais, logo duas premissas e não mais, etc.

Como compreender então esta clamorosa confusão de Aristóteles, se, na interpretação de Barnes, o συλλογισμός não possui tais características?

Não há explicação para o fenómeno, a menos que a confusão esteja toda do lado do comentador — o que, aliás, o completo silenciamento a que ele vota tais características no ensaio em apreço autoriza a suspeitar [91].

Mas o que pode justificar, então, semelhante confusão por parte do comentador?

Sem dúvida, o próprio facto de isolar a descrição geral de συλλογισμός do contexto em que ela emerge e de omitir as características que Aristóteles criteriosa e sistematicamente lhe atribui nos *Primeiros Analíticos* I 23-26, isto é, daquelas características mesmas que, à luz da sua própria análise, fazem inequivocamente de συλλογισμός um silogismo.

Em suma, a tese de Barnes, longe de mostrar concludentemente o acerto de traduzir συλλογισμός por «dedução», constitui o mais lapidar exemplo dos problemas em que se enreda o autor moderno (e dos erros e equívocos que tem de adscrever a Aristóteles) ao insistir, contra toda a evidência em contrário, em semelhante tradução.

Mas, poder-se-ia ainda perguntar: se συλλογισμός significa sempre silogismo no sentido estrito, como compreender a declaração reiterada de Aristóteles segundo a qual todo o conhecimento procede por silogismo ou por indução, sendo certo que o silogismo não esgota o conjunto das deduções válidas, mesmo para o próprio Aristóteles?

Muito simplesmente, porque, para ele, todas as inferências dedutivas válidas ou são ancilares ao silogismo (assim a conversão e a oposição) [92] ou podem ser reduzidas a forma silogística [93].

---

[91] Características que, no entanto, ele conhece bem, como o demonstra o excelente artigo «Aristotle's Theory of Demonstration» (1969), onde a teoria dos «dois silogismos» (como porventura se lhe poderia chamar) não está ainda presente.

[92] Razão pela qual vêm a constituir, a par da obversão, da contraposição, da inversão, etc., aquilo a que a lógica tradicional chamará «inferências imediatas», para as distinguir das inferências «mediatas» ou silogismos (a respeito das quais vejam-se especialmente: H. W. B. Joseph, *An Introduction to Logic*, pp. 232-248; A. Sidgwick, *Elementary Logic*, pp. 85-90; J. W. Miller, *The Structure of Aristotelian Logic*, pp. 34-47; L. S. Stebbing, *A Modern Introduction to Logic*, pp. 57-68; Cohen-Nagel, *An Introduction to Logic and Scientific Method*, pp. 52-75; e, para

Se isto é verdadeiro ou falso (do ponto de vista da lógica moderna é obviamente falso) não está aqui em discussão. O que está em discussão, e parece ter ficado razoavelmente demonstrado, é que a palavra συλλογισμός significa para Aristóteles *o silogismo* e portanto deve ser traduzida por «silogismo».

10. Αἴσθησις, ἐπιστήμη, νοῦς

É impensável reservar uma tradução uniforme (designadamente «percepção», como vem sendo costume) para o termo αἴσθησις e seus derivados.

Com efeito, no contexto da teoria da ciência, as principais ocorrências do termo tornam-se gramaticalmente implausíveis e filosoficamente obscuras quando o seu referente imediato é entendido como a percepção *qua tale*, antes exigindo uma leitura que o refira aos órgãos dos sentidos [94], à sensação [95], ou, mais generica-

uma caracterização intuitiva, P. J. Hurley, *A Concise Introduction to Logic*, pp. 200-233). Embora muitos destes esquemas de inferência tenham a sua raiz em *Int.* 10, bem como em *APr.* 2, 46, II 11-14, foi de facto a lógica medieval que lhes deu um tratamento sistemático. Para um recenseamento escrupuloso das formas efectivamente reconhecidas e/ou utilizadas por Aristóteles, veja-se I. M. Bochenski, *Ancient Formal Logic*, pp. 49-51.

[93] Cf. *APr.* II 23-27 e, em especial, o capítulo 25 para a *reductio ad impossibile.* Uma excepção aparente é o caso dos argumentos hipotéticos, que Aristóteles, em determinado momento, considera não poderem ser reduzidos «às três figuras» (cf. *APr.* I 44, 50a16-b4). Mas é manifesto que o sentido desta restrição é apenas o de sublinhar que os argumentos hipotéticos não podem ser *totalmente* reduzidos à forma silogística, porque todos os argumentos ἐξ ὑποθέσεως contêm, por natureza, um componente extra-silogístico (e em regra dialéctico), a saber, justamente a própria hipótese (cf., a este propósito, Ross, *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, pp. 30-31). É isso que justifica que, em outro local (*APr.* I 23, 41a37-b1), os argumentos hipotéticos sejam expressamente reconduzidos «às três figuras», sem que haja nisso contradição (o próprio uso da expressão συλλογισμοί ἐξ ὑποθέσεως em locais tão diversos como *APr.* I 29, 45b15-20, *Top.* I 18, 108b12-19, e *na própria passagem* de *APr.* I 44, 50a16-b4, comprova-o flagrantemente), bem como que a redução ao impossível, que constitui o tipo por excelência de argumento hipotético, seja latamente catalogada por Aristóteles entre os silogismos (cf. *APr.* I 23, 41a21-32; I 29, 45a23-b15; II 11-13, 61a16-62b28; mas também *APo.* I 26, 87a1-30, onde a vertente silogística e a vertente não-silogística da redução surgem com muita evidência). Para uma excelente análise dos argumentos hipotéticos em Aristóteles, veja-se J. Lear, *Aristotle and Logical Theory*, pp. 34-53.

[94] Assim em *APo.* I 18.

[95] Por exemplo, em *APo.* I 31, 88a11-17.

mente, à sensibilidade [96]. E, no contexto da psicologia, há mesmo lugar para algumas dúvidas de que «percepção» possa alguma vez ser um correspondente rigoroso para este vocábulo, dada a caracterização aristotélica de τὰ αἰσθητά como as qualidades sensíveis e só acidentalmente como os indivíduos que as suportam [97], ao contrário do que seria de esperar se αἴσθησις designasse a percepção [98].

Todavia, num caso e noutro, a circunstância de o termo não autorizar à partida semelhante tradução não exclui que seja de facto a percepção que está ultimamente em causa na doutrina neles expendida.

Muito pelo contrário, o envolvimento teórico das passagens dos *Analíticos* sugere fortemente que, através da referência directa aos sentidos ou à sensibilidade, é para o fenómeno global da percepção que se pretende legislar. E, do mesmo modo, a noção de αἴσθητόν no *De anima*, longe de implicar que o objecto da αἴσθησις são os *sensibilia* em sentido estrito (como é normalmente assumido), pode bem ser interpretada como introduzindo, na linguagem convencional do par *per se/per accidens*, a importante distinção fenomenológica entre o visado *na* percepção e o objecto *da* percepção, caso em que τὸ αἴσθητόν designaria não o objecto da percepção (que é um indivíduo), mas justamente o visado na percepção ou *percepto* (que é uma determinada qualidade sensível, τοιόνδε) [99].

A esta luz, tradução e interpretação cruzam uma vez mais caminhos desencontrados: o termo αἴσθησις designa frequentemente a sensação ou os órgãos dos sentidos e, nesses casos, tem como tal de ser traduzido; mas o tópico que através dele se ex-

---

[96] É o que sucede, no âmbito geral da teoria do conhecimento, em *De an.* II 6-12 e III 1-3, bem como no *De sensu*.

[97] Cf. *De an.* II 6, 418a7-25.

[98] O que, aliás, tem sido observado como uma dificuldade acrescida para a interpretação da teoria do conhecimento proposta no capítulo final dos *Segundos Analíticos*: veja-se J. Barnes, *Aristotle's Posterior Analytics*, p. 266 (e cf. p. 193), e C. H. Kahn, «The Role of *Nous* in the Cognition of First Principles in *Anal. Post.* II 19», pp. 401-403.

[99] Esta interpretação, surpreendentemente negligenciada, tem de resto um importante sustentáculo na distinção que Aristóteles estabelece no início de *APo.* I 31 (87b28-30): «Mesmo se a percepção visa um *de tal tipo* e não um *este*, é em todo o caso necessário que o que é percepcionado seja um certo este, aqui e agora» (εἰ γὰρ καὶ ἔστιν ἡ αἴσθησις τοῦ τοιοῦδε καὶ μὴ τοῦδε τινος, ἀλλ᾽ αἰσθάνεσθαί γε ἀναγκαῖον τόδε τι καὶ ποὺ καὶ νῦν). Vuillemin é o único autor do nosso conhecimento que aponta nesta direcção: cf. «Le système des *Catégories* d'Aristote», p. 47, n. 4.

plora é frequentemente a percepção e, portanto, é a este conceito que há que recorrer como seu exacto correspondente doutrinário, tal como é ao termo que o significa que há que lançar mão sempre que o contexto gramatical ou filosófico não imponha taxativamente a restituição naquele outro sentido.

Para efeitos de tradução, um equivalente português de *sense-perception* seria portanto o ideal, visto que manteria a referência primordial à sensibilidade, sem perder o horizonte mais vasto em que esta cobra sentido. Todavia, dado que não é fácil encontrar um tal equivalente («percepção sensorial» seria uma alternativa demasiado pesada), há que optar casuisticamente pela versão que melhor se adequar a cada ocorrência [100].

Acerca de ἐπιστήμη, tivemos já ocasião de dizer alguma coisa no início deste capítulo: são os próprios proponentes de uma tradução revisionista que recorrem à versão tradicional quando a ambiguidade e/ou generalidade das novas traduções patenteia insofismavelmente a sua inadequação [101].

Por este motivo, tudo milita no sentido de que se adopte a tradução clássica por «ciência» ou por «conhecimento científico», com as excepções pontuais que caso a caso se justifiquem. Assim também com o adjectivo ἐπιστημονικός («científico») e com o verbo ἐπίστασθαι (em regra, «conhecer cientificamente»). O particípio substantivado τὸ ἐπιστητόν deve, em conformidade, ser traduzido por «o que é cognoscível» ou «o que é cognoscível cientificamente», quando usado subjectivamente, e ora por «o que é conhecido» (ou «o que é conhecido cientificamente»), ora simplesmente por «objecto» (subentendido: «da ciência»), quando usado objectivamente.

Noutras circunstâncias, seria possível ficar por aqui.

Mas a notoriedade e a relevância de um ensaio sobre este tema publicado há mais de duas décadas por um notável conhecedor de filosofia antiga [102] e a influência que desde então tem exercido sobre os estudos aristotélicos impedem-nos de prosseguir sem lhe dar a atenção que merece.

---

100 Problemas derivados da tradução deste vocábulo foram brevemente discutidos no nosso texto «Saber e ignorância em Aristóteles. Um exercício em torno de *APo.* I 16-18», *Phainomenon*, 5-6, 2002-2003, pp. 299-309.

101 E, aliás, não deixa de ser curioso que sejam os mesmos que recusam a tradução consagrada que introduziram a expressão «filosofia *da ciência*» para caracterizar o objecto dos *Segundos Analíticos*.

102 M. Burnyeat, «Aristotle on Understanding Knowledge», *Aristotle on Science*, 1981, pp. 97-139.

Ignorá-lo seria deixar injustificadas as opções propostas. E justificá-las obriga a debater, e rebater, o referido ensaio.

O objectivo confesso do texto consiste em fundamentar filosoficamente a tradução de ἐπιστήμη por «compreensão» no quadro dos *Analytica Posteriora* [103], já posta em prática por alguns autores [104] e explicitamente introduzida por outros [105], contra a versão tradicional «conhecimento científico» [106].

Reduzida ao essencial, a tese de Burnyeat é a de que, muito embora os *Segundos Analíticos* cubram uma dupla temática, a saber, a filosofia da ciência (isto é, as condições para que uma proposição dada possa integrar «um corpo sistemático de conhecimentos como a geometria, a física ou a botânica») e a epistemologia (isto é, «uma exposição do estado cognitivo do indivíduo que dominou tal corpo sistemático de conhecimentos») [107], e a própria ἐπιστήμη admita em conformidade dois sentidos distintos (pois «denota quer o estado cognitivo do ἐπιστάμεσος… quer o corpo de conhecimentos que ele dominou») [108], a noção técnica de ἐπιστήμη tal como é abordada no tratado e, em especial, tal como é sistematicamente caracterizada nos capítulos iniciais do primeiro livro é melhor apreendida se for identificada com «o estado cognitivo» daquele que dominou um determinado «corpo sistemático de conhecimentos» do que com esse mesmo «corpo sistemático de conhecimentos». E «o estado cognitivo» do indivíduo que assim «dominou um corpo sistemático de conhecimentos» é justamente *compreensão*, no sentido estrito de um «conhecimento das explicações» [109].

---

103 Note-se que «understanding» tem para Burnyeat exactamente o mesmo sentido que «compreensão» em português. A circunstância de ele reconhecer aquele termo como a tradução de *Verstehen* no conhecido par de Dilthey não deixa dúvidas acerca disso: «Most conspicuously, there is an important tradition, associated with the name of Dilthey, which contrasts explanation (Erklären) and understanding (Verstehen) […]» (p. 107, n. 22).

104 J. Barnes, na sua tradução dos *Segundos Analíticos*, então apenas na primeira edição (1973).

105 L. A. Kosman, em «Understanding, Explanation and Insight in the *Posterior Analytics*» (1973).

106 O título do ensaio é, neste sentido, um trocadilho e, simultaneamente, uma insinuação da tese nuclear: na sua acepção relevante, a ἐπιστήμη dos *Segundos Analíticos* não é a ciência, mas *a compreensão da ciência*.

107 Art. cit., p. 97.

108 *Ibid.*, p. 105; e cf. logo p. 97.

109 *Ibid.*, pp. 106-107.

Os argumentos aduzidos prendem-se fundamentalmente com os efeitos da interpretação clássica sobre o objecto e o campo de aplicação da ἐπιστήμη e, muito especialmente, com a preocupação de integrar a teoria aristotélica da ciência na tradição subsequente e de a recuperar de um modo razoável à luz da moderna filosofia da ciência [110].

Com efeito, as exigências que Aristóteles impõe à ἐπιστήμη nos capítulos iniciais do tratado (proceder por demonstração, remontar a princípios tal como são definidos nos *Segundos Analíticos* I 2, ter por objecto o que não pode ser de outro modo e por finalidade o conhecimento da causa ou «explicação», etc.) excluem da ciência (se for isso que está em causa) todos os objectos empíricos em geral e excluem do próprio conhecimento científico (se for isso que está em causa) praticamente tudo o que hoje reconhecemos como ciência. Pois dificilmente se pode dizer que a medicina tenha por objecto o que não pode ser de outro modo ou que a própria matemática repouse sobre princípios que são «verdadeiros, primitivos, imediatos, mais cognoscíveis, anteriores e causa das conclusões» [111].

Para mais, dificilmente uma tal noção de ciência resiste ao confronto com o modo como ela é hoje entendida pela filosofia da ciência, a saber, como uma «opinião verdadeira justificada» *(justified true belief)*.

Ora, tudo se acomoda melhor se entendermos que essas exigências não têm a ver com a ciência *qua tale*, a saber, como conjunto de proposições científicas que o cientista conhece, mas precisamente com *o modo como o cientista as conhece* (ou *compreende*), isto é, com o «estado cognitivo» daquele que conhece (ou compreende) cientificamente, a saber, através de explicação [112].

Consequentemente, devemos considerar que o que a ἐπιστήμη designa quando é definida de acordo com os critérios acima indi-

---

[110] Cf. *ibid.*, pp. 113-115.

[111] *APo.* I 2, 71b21-22.

[112] Cf. art. cit., p. 113: «Aristotle is not saying, for example, that we cannot know what accidental states of affairs obtain in the world. His contention is that the accidental falls outside the reach of systematic explanation and understanding.» E a pp. 114-115: «Now remember that these restrictions on what there can be ἐπιστήμη of are not just restrictions on the types of proposition which can find a place within an axiomatized body of knowledge (ἐπιστήμη in the objective sense) or on the types of things which can be made the object of systematic science. They are also restrictions on the possible objects of ἐπιστήμη/ἐπίστασθαι as a cognitive state of a person. If that state is taken to be knowledge in the sense connected with justified true belief, Aristotle comes out with a remarkably

cados não é a ciência, mas sim o «estado cognitivo» próprio ao cientista. E, consequentemente, devemos traduzir ἐπιστήμη pelo correspondente moderno que designa um tal «estado cognitivo», o qual *in philosophical English is «understand»* [113].

Em suma, Burnyeat quer reconciliar os *Segundos Analíticos* com a moderna noção de ciência, com aquilo a que hoje chamamos ciências e, se possível, com os resultados actuais da filosofia da ciência.

Todavia, o problema originário deste projecto é que, para sustentar que a noção técnica de ἐπιστήμη significa «compreensão» (e que como tal o termo deve ser traduzido), é necessário começar por demonstrar que a ἐπιστήμη designa o «estado cognitivo» do cientista: pois é disso precisamente que depende, como vimos, a sua elucidação subsequente como significando a «compreensão». Não basta, pois, dar por suposto que assim é, ou mostrar que é assim em certos casos, embora não necessariamente em todos (ou, pior, mostrar que é assim em certos casos, mas *necessariamente não em todos*).

Ora é justamente este requisito primário que o ensaio de Burnyeat de cabo a cabo não reúne.

Com efeito, longe de procurar demonstrar que o que Aristóteles caracteriza nos primeiros capítulos dos *Segundos Analíticos* é o «estado cognitivo» do cientista, Burnyeat começa desde logo por *assumir* uma tal identificação [114]. E, perante isto, é evidente que a sua defesa da tradução de ἐπιστήμη por «compreensão» fica marcada de petição de princípio.

Sem dúvida, se este ponto fosse consensual, a Burnyeat não seria exigido que o demonstrasse. E, portanto, bastaria que se limitasse a mostrar a adequação de «compreensão» para verter o «estado cognitivo» do cientista para que a sua tese decorresse [115].

---

sceptical view about our knowledge of mundane matters of fact involving perceptible physical objects and their contingent (accidental) properties. Roughly, we have not knowledge of such things, or none in the stricter sense of the word. If, on the other hand, we are serious about taking ἐπιστήμη/ἐπίστασθαι as understanding, the restrictions are intelligible (which is not to say they are uncontroversial) and Aristotle can be seen to be arguing for them in an intelligible and appropriate manner from considerations about explanation.»

113 *Ibid.*, p. 107.

114 Cf. *ibid.*, pp. 98 e segs.

115 Para o que aliás uma página, ou mesmo uma linha, bastaria, se é certo que, como ele taxativamente assevera, «Aristotle is analyzing a cognitive state which is achieved by knowing explanations, and whether he is currently calling it ἐπίστασθαι or γιγνώσκειν the corresponding term for that state in philosophical English is 'understand'.» (P. 107.)

Mas o problema é que a própria questão de saber o que é que Aristóteles está a discutir nos primeiros capítulos dos *Segundos Analíticos* e ao longo do tratado não é consensual. *É o próprio ponto em discussão*. Pelo que há que demonstrar uma ou outra interpretação, ou sofrer as consequências da petição de princípio.

Para mais, com base nos próprios princípios da sua análise, a identificação da ἐπιστήμη com a compreensão e, portanto, a pretensão de uniformidade da tradução proposta é claramente insustentável, agora pelo segundo vício há pouco antecipado.

É que, depois de ter reconhecido que «nos *Segundos Analíticos*, ἐπιστήμη é coordenada com ἐπίστασθαι e denota quer o estado cognitivo do ἐπιστάμεσος... *quer o corpo de conhecimentos que ele dominou*» [116], já não é possível afirmar, conforme requerido, que a ἐπιστήμη designa *em todos os casos* o «estado cognitivo» do cientista e, portanto, significa *em todos os casos* «compreensão». Pelo contrário, o mais que pode ser reivindicado é que Aristóteles analisa *por vezes* «um estado cognitivo que se atinge pelo conhecimento das explicações» e que esse «estado cognitivo» é *por vezes* identificado com a ἐπιστήμη — o que, para justificar uma tradução uniforme e constante de ἐπιστήμη por «compreensão», é manifestamente pouco.

A tudo isto acresce a própria fragilidade dos argumentos invocados por Burnyeat para empreender a revisão da tradução clássica de ἐπιστήμη, nomeadamente a inconformidade dos critérios estabelecidos por Aristóteles nos capítulos iniciais dos *Segundos Analíticos* com as ciências modernas e com a própria noção moderna de ciência, enquanto «opinião verdadeira justificada».

É que, como é sabido, as ciências modernas nascem por ruptura com a epistemologia aristotélica e não em continuidade com ela. Nada há por isso de estranho em que não se adeqúem aos critérios que Aristóteles estipula para a ciência em sentido estrito.

Por outro lado, que a ciência aristotélica jamais poderia ser reconduzida a uma simples «opinião verdadeira justificada» é o que a distinção entre ciência e opinião reiteradamente afirmada por Aristóteles não deixa duvidar [117].

---

[116] *Ibid.*, p. 105.

[117] Cf. para a oposição entre ciência e opinião verdadeira: *APo.* I 33, 88b30-89a4; II 19, 100b5-17. E, em geral, para a oposição entre ciência e opinião: *APr.* I 1, 24a22-b12; I 30, 46a3-10; *APo.* I 2, 72a8-14; I 19, 81b18-23; *Top.* I 1, 100a25-b23; I 14, 105b30-31; VIII 1, 155b3-16; VIII 3, 159a11-14; *SE* 2, 165a38-b11.

Esta dupla inconformidade não é, pois, um destino que se possa inverter nem uma desventura que se deva evitar: é uma distinção epistemológica de fundo entre a ciência aristotélica e a ciência moderna e entre a filosofia aristotélica da ciência e a moderna filosofia da ciência [118].

O único motivo estritamente aristotélico para a revisão da tradução fica a ser então a alegada exclusão dos objectos empíricos que decorreria dos critérios enunciados em *APo.* I 2, se entendidos como critérios *da ciência*.

Mas é evidente que isto decorre de uma interpretação incorrecta da necessidade adstrita à ciência demonstrativa e às suas proposições.

A necessidade das proposições científicas prende-se exclusivamente com a relação entre os conceitos que envolvem, tal como a necessidade das demonstrações que as ordenam com vista a uma conclusão necessária depende unicamente da necessidade das premissas e da validade do modo silogístico utilizado.

Ora, de que os objectos empíricos caiam sob aqueles conceitos e as suas relações fenoménicas estejam submetidas a leis que a demonstração deve poder extrair na sua necessidade não decorre, evidentemente, que eles próprios não possam ser contingentes, tal como, inversamente, a sua contingência não é obstáculo a que se vejam subsumidos sob relações necessárias [119]. Mais do que isso, como Aristóteles não deixa de enfatizar, são justamente os objectos empíricos (em particular: os objectos naturais) que constituem o âmbito da ciência demonstrativa [120].

Do que antecede não resulta, pois, nenhum motivo para que a interpretação clássica de ἐπιστήμη seja abandonada ou para que a nova seja admitida. Pelo contrário, há fortes motivos para suspeitar de que todo o empreendimento de Burnyeat em favor desta se baseia mais em factores estranhos à teoria aristotélica da ciência do que na sua especificidade própria.

---

[118] Para uma crítica da proposta de Burnyeat feita do próprio ponto de vista da epistemologia moderna veja-se, aliás, Freeland, «Scientific Explanation and Empirical Data in Aristotle's *Meteorology*», *OSAPh*, 8, 1990, pp. 94-101.

[119] Veja-se em particular *APo.* I 8.

[120] Cf. *APr.* I 13, 32b18-21: «Não há ciência nem silogismo demonstrativo do indeterminado [τῶν ἀορίστων], porque o termo médio é incerto [*ou* instável: ἄτακτον]. Mas há do que é natural [τῶν πεφυκότων]: *e pode mesmo dizer-se que é no contingente neste sentido que os tratados e as investigações se originam* [καὶ σκεδόν οἱ λόγοι καί αἱ σκέψεις γίνονται περὶ τῶν οὕτως ἐνδεχομένων].»

Descortinamos dois principais.

Desde logo, a importação de metodologias anteriormente aplicadas ao vocabulário platónico do saber [121] e dos resultados aí alcançados [122], que Burnyeat entende dever adaptar ao caso de Aristóteles, introduzindo-lhe para isso as correcções necessárias [123].

Principalmente, a projecção de um par conceptual estranho à cultura aristotélica (compreensão *vs.* explicação) e de uma interpretação deslocada dos conceitos (nomeadamente «compreensão» como «saber a explicação»), sem outros argumentos para além da própria crença na bondade da projecção e da interpretação [124].

A esta luz, parece legítimo concluir que não há nenhuma razão para rejeitar a interpretação tradicional de ἐπιστήμη, nem para aderir à nova proposta.

Com efeito, os argumentos que justificariam a sua consideração radicam em equívocos quanto à natureza da teoria aristotélica da ciência e à sua relação com a ciência e a filosofia da ciência modernas, os princípios a partir dos quais ela poderia ser demonstrada, sendo controversos, não são eles próprios demonstrados, mas simplesmente assumidos, e finalmente todo o projecto depende da subordinação da teoria aristotélica da ciência a uma série de perspectivas apriorísticas cuja aplicabilidade a Aristóteles não foi previamente meditada.

E, portanto, mesmo que ἐπιστήμη designe por vezes o «estado cognitivo» do cientista (o que de bom grado se concede), nada

---

[121] Designadamente por J. Lyons, em *Structural Semantics*: *An Analysis of Part of the Vocabulary of Plato*, e cujo esquema geral (p. 177) Barnes já havia seguido *verbatim* na sua tradução.

[122] Em particular a tradução de ἐπίστασθαι por «understand», que Lyons prescreve.

[123] Assim, à imagem da distribuição que Lyons estabeleceu para o vocabulário platónico, deveríamos distinguir no léxico dos *Segundos Analíticos* entre γιγνώσκειν e γνωρίζειν (= «saber») e ἐπίστασθαι (= «compreender»); εἰδέναι, de âmbito mais vasto, não seria, como em Platão, o género sob o qual ambos caem, mas um vocábulo de sentido indeterminado que poderia adoptar qualquer das acepções dos anteriores, consoante as circunstâncias.

[124] Veja-se p. 112: «These chapters (A 2-6) are typical of the process whereby Aristotle builds on the ordinary conception of ἐπιᾳστασθαι to articulate the idea of an axiomatized science. At each step the main motivating consideration has to do with explanation, *hence understanding*.» (Sublinhado nosso.) Cf. p. 102: «explanation and understanding *go together in a way* that explanation and knowledge do not»; a única justificação, em nota é que «this remark is intended to be non-controversial, and I have found that, by at large, *English speaking philosophers* accept the point at once» (n. 7, sublinhado nosso).

garante que seja essa a regra: pelo contrário, uma cuidadosa análise dos textos permitiria concluir que o que é primariamente assinalado por esse termo nos *Segundos Analíticos*, e nomeadamente nos capítulos iniciais do tratado, onde são apresentados os critérios gerais a que a ἐπιστήμη obedece, não é tal «estado cognitivo» do cientista, mas sim, como quer a interpretação tradicional, a ciência demonstrativa como tal [125].

Mas poder-se-ia ir mesmo mais longe e dizer que, verdadeiramente, não é nunca este termo que significa em Aristóteles o «estado cognitivo» do cientista, se por este se entender a sua *compreensão*. O termo que significa o «estado cognitivo» do cientista, precisamente enquanto *tal estado de compreensão*, é um outro, a saber, ὁ νοῦς [126].

Eis o que justifica, para finalizar, algumas palavras acerca da tradução deste último termo.

---

[125] A partir de um enquadramento teórico completamente diferente, é também na ciência enquanto «estado cognitivo» do cientista (aqui mais precisamente: no saber enquanto apropriado pelo homem que se submeteu com sucesso à experiência de uma *mathesis*) que insiste F. de Gandt em «La *mathésis* d'Aristote». É fácil ver que a matriz comum a leituras com pressupostos filosóficos tão diferentes reside na importância conferida ao aspecto «didáctico» da ciência demonstrativa (que tem uma longa tradição nos estudos aristotélicos, muito antes de J. Barnes ter defendido em «Aristotle's Theory of Demonstration» que a teoria da demonstração dos *Segundos Analíticos* é uma teoria da exposição, e não da descoberta, da ciência: cf. Grote, *Aristotle* I, pp. 301-310; Maier, *Die Syllogistik des Aristoteles* II.2, p. 233; Solmsen, *Die Entwicklung der Aristotelischen Logik und Rhetorik*, p. 241; Kapp, «Syllogistic», pp. 39, 42, 46, e *Greek Foundations of Traditional Logic*, pp. 3-19, 60-74, 80, 83-87; Le Blond, *Logique et méthode chez Aristote*, pp. 105, 187, 270-291; S. Mansion, *Le jugement d'existence chez Aristote*, pp. 52 (n. 51), 125, 168; J. Croissant, «Sur la théorie de la définition dans les *Secondes Analytiques* d'Aristote», p. 146; Ross, *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, p. 86; Weil, «The Place of Logic in Aristotle's Thought», pp. 89, 98, 100, 104-105, 107; Allan, *The Philosophy of Aristotle*, p. 112; Hogan, «The Dialectic of Aristotle», p. 14; Wilpert, «Aristoteles und die Dialektik», p. 255; Randall, *Aristotle*, pp. 33, 40-41; Owen, «The Platonism of Aristotle», *Articles in Aristotle* I, p. 26). Ora este aspecto, bem como a interpretação da ἐπιστήμη enquanto «estado cognitivo» do cientista *sob este aspecto*, tem toda a razão de ser. A nossa objecção não se prende, portanto, com a interpretação de ἐπιστήμη como «estado cognitivo» do cientista (que muito em particular a abordagem do conceito no livro sexto da *Ética a Nicómaco* claramente suporta), mas com a pretensão de a reduzir ao «estado cognitivo» do cientista, pretensão que, como vimos, não é substanciada por Burnyeat nem tão-pouco pelos textos pertinentes de Aristóteles.

[126] De notar, como curiosidade, que a tradução heterodoxa de νοῦς por «understanding» é adoptada por T. Irwin na sua versão da *Ética Nicomaqueia*.

Trata-se do único caso em que recomendamos vivamente o afastamento em relação às traduções clássicas.

A versão mais aproximada é, em nossa opinião, «discernimento», assim como «discernir» o é para o verbo cognato.

A singularidade do termo grego, a obscuridade da sua etimologia, a história dos seus usos na língua filosófica grega e a própria controvérsia acerca da sua interpretação no pensamento aristotélico tornariam pouco razoável qualquer pretensão de dirimir de uma vez por todas esta *crux philosophorum*, ou, pelo menos, de granjear com isso o consenso da comunidade dos estudiosos de Aristóteles.

Mas a verdade é que a presente opção também não apela para nenhuma consideração de ordem etimológica, de semântica geral ou de índole histórico-pragmática, senão que apenas para a identificação do significado que é possível atribuir em conjunto à totalidade das ocorrências aristotélicas do conceito nos diversos contextos filosoficamente relevantes em que ele é convocado.

Trata-se aqui, por outras palavras, de uma tradução puramente *funcional*.

Ora o escrutínio dessas ocorrências permite seleccionar como significado comum aquele que é expresso pelas traduções propostas.

Com efeito, o sentido que preside à utilização do par νοεῖν/νοῦς nos textos aristotélicos remete invariavelmente para *a acção de discernir*, em toda a gama semântica que a expressão portuguesa recobre: desde o acto de discriminar ou distinguir as coisas individuais como tais (assim o νοῦς como faculdade inerente à própria percepção) [127], passando pelo acto de destacar algo em algo (eminentemente os universais nos singulares) [128], até à capacidade geral de compreender ou propriamente *ter discernimento* revelada por aquele que assim discerne [129].

Ao traduzir deste modo, não se toma, portanto, nenhuma decisão acerca do carácter intuitivo ou não-intuitivo do νοῦς.

É certo que, objectivamente, isto significa, pelo menos, assumir a decisão de não tomar nenhuma decisão. Mas essa assunção

---

[127] Cf. *EN* VI 12, 1143a35-b5.

[128] Cf. *APo.* I 31, 88a11-17; II 19, 99b34-100b17 (e, em geral, *De an.* III 4-5).

[129] Estudada particularmente em *EN* VI 6, 9, 11 e 12 (mas cf. também *APo.* I 33, 88b30-89a4, e II 19, 100b5-17).

não é ela própria uma decisão, senão uma decorrência da circunstância de o critério utilizado para a compreensão do conceito redundar numa tradução que de facto a não toma. E este, se não houvesse outros, um motivo ponderoso para evitar à partida qualquer solução onde semelhante decisão é tomada, como é o caso de versões outrora dominantes como «intelecto», «razão intuitiva», «intuição», etc.

Há, todavia, um caso especial a mencionar a este respeito. É que o facto de o significado de referência que atribuímos a νοεῖν/νοῦς em Aristóteles corresponder rigorosamente ao sentido primário do latim *intelligere* e *intelligentia* [130] permite-nos utilizar as expressões «inteligir» e «inteligência» em alternativa às traduções fixadas, as quais devem no entanto ser sempre entendidas, como é evidente, nesse seu sentido etimológico e, portanto, como estritos sinónimos de «discernir» e «discernimento».

Por outro lado, uma vez que, para Aristóteles, também a percepção é uma «capacidade discriminatória inata» [131] e, nesta acepção, uma espécie de discernimento [132], a tradução de νοῦς e do seu cognato verbal pode surgir adjectivada («discernimento noético», «discernimento intelectual», etc.) nos casos em que o mero substantivo pudesse contribuir para descaracterizar o conceito.

Nesse caso, a expressão resultante nada mais é, todavia, do que uma mera fórmula de ênfase ou de reforço [133].

---

130 Como, aliás, por uma etimologia paralela, ao do inglês *insight*. Veja-se, na senda desta correspondência, o notável ensaio de L. A. Kosman, «Understanding, Explanation and Insight in the *Posterior Analytics*», que em grande medida prolonga e integra numa doutrina coerente as penetrantes observações de Ross acerca da relação entre νοῦς e ἐπαγωγή (cf. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*, pp. 47-51), no quadro de uma interpretação não-intuicionista da teoria aristotélica do conhecimento (horizonte em que Ross ainda se move). A ambos devemos o alerta para esta hipótese de compreensão do conceito.

131 *APo*. II 19, 99b35 (δύναμιν σύμφυτον κριτικήν). Veja-se também *Top*. II 4, 111a14-20, e *MA* 6, 700b19-21; cf. *De an*. II 9, 421a9-26; II 11, 424a5-10; III 2, 426b8--427a14; III 3, 427a19-21; III 9, 432a15-16; e ainda *EN* II 9, 1109b21-23; IV 11, 1126b3-4; X 4, 1174b34.

132 Ver *EN* VI 12, 1143b5, e novamente *MA* 6, 700b15-23.

133 Expressões aparentadas de âmbito mais lato ou recorte mais indefinido no vocabulário aristotélico, como νόησις ou διάνοια, podem ser normalmente traduzidas por «pensamento». Assim também νοῦς nas (pouco frequentes) ocorrências em que é delas sinónimo.

11. Καθόλου, κατὰ μέρος, καθ᾽ ἕκαστον

Não tem sido suficientemente observado, pelo menos em sede filosófica, que as expressões καθόλου, κατὰ μέρος e καθ᾽ ἕκαστον formam uma tríade conceptual que só pode ser correctamente interpretada quando em conjunto considerada.

Com efeito, καθόλου significa o «segundo todo» (καθ᾽ ὅλου) e só neste sentido o universal [134]; κατὰ μέρος significa o «segundo parte», isto é, literalmente o particular (donde o substantivo tardio τὸ μερικόν); καθ᾽ ἕκαστον significa o «segundo cada» e, portanto, o singular *qua tale*.

A esta luz, cada um destes conceitos institui um determinado modo de perspectivar um conjunto dado: ora no todo (καθόλου), ora nas suas partes (κατὰ μέρος), ora ainda segundo cada um dos elementos singularmente encarados (καθ᾽ ἕκαστον).

É justamente esta perspectiva que está suposta na classificação dos sujeitos proposicionais no *Sobre a Interpretação* [135] e na classificação das próprias proposições nos *Primeiros Analíticos* [136].

No caso especial de καθ᾽ ἕκαστον, contudo, a expressão é passível de um duplo uso [137]: em sentido próprio, tem um valor substantivo e denota os indivíduos como tais (<u>τὰ</u> καθ᾽ ἕκαστα); em sentido segundo, adquire um significado adjectivo e pode aplicar-se a qualquer realidade passível de ser considerada individualmente (τὰ <u>καθ᾽</u> ἕκαστα), incluindo portanto o que é *de re* universal [138].

Para todos os efeitos, quer pela sua distinção orgânica com κατὰ μέρος, quer pelos valores que pode assumir (na medida em

---

[134] No sentido lato e habitual de καθόλου, a saber, como κατὰ παντός: cf. *APr*. I 1, 24a18-20; *APo*. I 4, 73a27-34; I 31, 87b28-33; II 12, 96a12-15; II 13, 96a24-27.

[135] 7, 17a39-17b1.

[136] I 1, 24a17-22. Esta distinção original entre os três conceitos é esboçada por De Strycker em «Concepts-clés et terminologie dans les livres II à VII des *Topiques*» (pp. 150-151), especialmente para καθόλου, cuja origem em καθ᾽ ὅλου é claramente apontada (e sugeridos alguns usos precedentes em Platão: *Men*. 74b1, 76a5-6, 77a6-7).

[137] Καθόλου varia também o seu significado consoante se refere a conceitos ou a proposições e, nestas, consoante a predicação universal é entendida em sentido lato ou em sentido estrito (isto é, no sentido definido em *APo*. I 4). No entanto, esta variação não tem implicações sérias nem no que toca à sua compreensão nem no que toca à sua tradução.

[138] Daí que as *infimae species* e, em geral, todo o item que figure como sujeito último numa cadeia generativa, sejam frequentemente introduzidos por esta expressão.

que o uso adjectivo não plasma senão a consideração de um universal *como se* fosse singular), em caso algum, sob risco de grave equívoco, καθ᾽ ἕκαστον deve ser traduzido por «particular» ou τὰ καθ᾽ ἕκαστα por «particulares».

No caso do uso substantivo, há que traduzi-lo por «singular» ou, em contextos mais determinados, por «indivíduo». No caso do uso adjectivo, adoptar-se-á, dentro do vocabulário semanticamente conexo, a tradução que a ocorrência exigir [139].

12. Τόδε τι

Dada a sua centralidade e a sua dificuldade intrínseca, este é o caso mais complexo e aquele que exigirá uma discussão mais circunstanciada.

Para verter τόδε τι, têm sido habitualmente propostos quatro tipos distintos de traduções:

a) «indivíduo» ou «individual» [140];
b) «ente determinado» [141];

---

[139] Justifica-se aqui uma brevíssima referência à distinção entre ἄτομον, καθ᾽ ἕκαστον e τόδε τι, enquanto vocábulos habitualmente consagrados à tradução do indivíduo. Em bom rigor, a sobreposição destes três vocábulos não deve ocorrer nunca. Com efeito, só καθ᾽ ἕκαστον pode ser traduzido por «indivíduo». Para τόδε τι vale a tradução que discutiremos em seguida. Quanto a ἄτομον, trata-se, no léxico aristotélico, não de uma designação para o indivíduo, mas de um critério de discriminação da individualidade, a saber, a *indivisibilidade*: pois, mesmo quando o termo é usado como substantivo, não refere os indivíduos enquanto tais, mas tão-só os indivíduos enquanto resíduo indivisível da sucessiva divisão dos géneros em espécies. Se se tiver em atenção este esclarecimento, a distinção entre os três vocábulos fica, portanto, garantida.

[140] Edghill («that which is individual»: *Cat*. 5); Cooke («individual»: *Cat*. 5); Bonitz («einzelnes Etwas»: *Metaph*. Z 1); Tredennick («the individuality»: *Metaph*. Z 1); assim também Seidl na sua revisão da tradução Bonitz da *Metafísica* («Einzelnes (Dieses-da)») e Creed, na selecta *The Philosophy of Aristotle* («some particular thing», em *Cat*. 5, e «this particular thing», em *Metaph*. Z 1). Veja-se também D. Graham: «the English equivalent for such a term is 'particular'» (*Aristotle's Two Systems*, p. 25). Para este escrutínio, limitamo-nos a seleccionar sistematicamente duas passagens relevantes do *corpus*: *Cat*. 5, 3b10, e *Metaph*. Z 1, 1028a12; é, portanto, sempre para estes *loca* que as referências remetem.

[141] Tricot («un être déterminé»: *Cat*. 5); G. Reale («alcunché di determinato»: *Metaph*. Z 1); García Yebra («algo determinado»: *Metaph*. Z 1). Cf. também S. Mansion, *Le jugement d'existence chez Aristote*, p. 229, n. 46 (mas, para uma evolução noutro sentido, ver a nota seguinte).

c) «um certo isto» [142];
d) «este algo» [143].

---

142 Rolfes («ein Dieses»: *Cat*. 5; «etwas als ein Dieses»: *Metaph*. Z 1); Ackrill («a certain 'this'»: *Cat*. 5); R. Santos («um certo isto»: *Cat*. 5); Ross («a 'this'»: *Metaph*. Z 1); Furth («some this»: *Metaph*. Z 1); Bostock («a this»: *Metaph*. Z 1); Sachs («a *this*»: *Metaph*. Z 1). A deriva das traduções modernas, particularmente anglo-saxónicas, da matriz consagrada (*hoc aliquid, dieses Etwas, ce quelque chose, this something* ou *this somewhat*) para esta nova opção *(ein Dieses, un ceci, a this)* pode ser originariamente situada nas objecções de Burnet àquela (cf. *The Ethics of Aristotle*, p. 66, n.; e, nesta linha, também Ross, *Aristotle's Metaphysics*, I, pp. 247-248); a este respeito, vale a pena atentar na análise extremamente equilibrada de J. A. Smith em «Τόδε τι in Aristotle». De entre os comentadores, esta opção é hoje largamente preponderante: vejam-se, apenas a título ilustrativo, W. D. Ross, *op*. e *loc*. *cit*.; J. Owens, *The Doctrine of Being in the Aristotelian Metaphysics*, pp. 386-395; E. Tugendhat, Tὶ κατὰ τινός, p. 25, n. 22; S. Mansion, «Notes sur la doctrine des catégories dans les *Topiques*», *Études aristotéliciennes*, p. 174, n. 3 (note-se, a propósito destes dois últimos, que o apelo que ambos fazem para a autoridade de J. A. Smith é totalmente injustificado, uma vez que este formalmente rejeita a tradução por eles adoptada e, mais do que isso, expressamente reconhece que «the Greek for 'a this' is simply τόδε, for 'a somewhat' simply τι» e que «τόδε τι would mean 'anything which is both a this and a somewhat'», o que verdadeiramente só afecta esta proposta e não a versão a que ela pretende sobrepor-se). Resistências pontuais à predominância da nova versão vão-se encontrando de vez em quando: vejam-se, por exemplo, J. Hogan, «The Dialectic of Aristotle», p. 9, n. 13; B. Jones, «An Introduction to the First Five Chapters of Aristotle's *Categories*», pp. 162, 165, 168; K. Brinkmann, «The Consistency of Aristotle's Thought on Substance», *passim*. Uma excepção por assim dizer intermitente a esta regra é representada por A. Code em «Aristotle: Essence and Accident» (p. 421: «each [particular] must be τόδε τι, a 'this some*what*'»; cf. p. 415), que aliás regista bem a distinção entre esta leitura e a interpretação inversa, que toma τόδε τι como «um certo X» (cf. n. 18); é por isso estranho vê-lo quase instantaneamente passar a adoptar a expressão «a this» quando quer distinguir o que é ou não é um τόδε τι.

143 É a versão clássica desde a tradução das *Categorias* por Boécio: «omnis autem substantia videtur *hoc aliquid* significare» (*Aristoteles Latinus* I 1, 10.29; sublinhado nosso); assim também, generalizadamente, em Guilherme de Moerbeke: cf., respectivamente para as duas passagens, *Aristoteles Latinus* I 3, 90.16 («omnis autem substantia videtur hoc aliquid significare») e *Aristoteles Latinus* XXV 3 («[ens] significat enim hoc quid est et hoc aliquid»). No intermeio, há alguma oscilação vocabular, mas sempre na mesma perspectiva: «hoc quiddam» na *editio composita* das *Categorias* (*Aristoteles Latinus* I 2, 52.4); «hoc quid» na tradução anónima da *Metafísica* (*Aristoteles Latinus* XXV 2, 123.4). Na mesma tradição, veja-se ainda Pácio, *Aristotelis Stagiritae Peripateticorum principis Organon*: «omnis vero substantia videtur hoc aliquid significare» (p. 45). Num manuscrito recente que o autor teve a gentileza de nos facultar («Sur l'ambivalence du concept aristotélicien de substance», 1998), P. Aubenque contesta que *hoc aliquid* deva ser entendido como «ce quelque chose»; mas o motivo da correcção prende-se com o facto de

As duas primeiras podem ser desde já dispensadas.

Com efeito, é indiscutível que a expressão τόδε τι refere os indivíduos. Todavia, o que é por ela significado não é o indivíduo como tal, senão um determinado modo de conceber o indivíduo, a saber, justamente como τόδε τι.

Ora é precisamente o modo como o indivíduo é concebido quando o pensamos como τόδε τι que falta caracterizar. E, para isso, é necessário antes de mais decidir o que compreende a expressão por si mesma.

Inversamente, é também indubitável que a expressão τόδε τι significa «algo determinado». Só que de entre aquilo que pode corresponder à descrição «algo determinado» há muitas coisas e nem todas serão, para Aristóteles, τόδε τι. O homem, por exemplo, é algo determinado e, no entanto, não é, para Aristóteles, um τόδε τι [144]. A expressão «homem branco» também designa algo determinado e, no entanto, não é, enquanto tal, um τόδε τι [145]. Por outras palavras, na vastidão literalmente indeterminada do que é *algo determinado* perde-se a própria singularidade do que a expressão τόδε τι refere: a saber, perde-se, rigorosamente, o indivíduo.

Ora, a originalidade de τόδε τι reside precisamente no facto de envolver duas notas distintas e, no uso que Aristóteles faz dele, ultimamente contrastantes: a (irredutibilidade) individual e a determinação (universalizadora).

---

que, a seu ver, esta tradução «présupposerais que je sais ce qu'est un quelque chose en général avant de l'identifier comme celui-ci», pelo que a alternativa proposta («ceci, qui est un quelque chose») é mais uma especificação do sentido exacto em que a expressão «este algo» deve ser interpretada do que uma opção distinta e incompatível com ela. Modernamente, Frede e Patzig procuraram também ultrapassar o mero «demonstrative Komponente» (p. 20) e optaram pela versão, a nosso ver pouco feliz (porque extremamente interpretativa), «ein Dies von der Art». Melhor, nesta direcção, parece-nos ser a decisão de K. Oehler na sua tradução das *Categorias*: «Jede Substanz scheint *ein bestimmtes 'Dieses'* zu bezeichnen» (sublinhado nosso). Alternativas medianas em relação às duas últimas hipóteses de tradução («um certo isto», «este algo») são as propostas por J. A. Smith no artigo citado («a designated somewhat») e por A. Preiswerk em *Das Einzelne bei Platon und Aristoteles* («ein das und das»: cf. pp. 84-89): ambas (e particularmente a primeira) acentuam melhor o carácter de determinidade de τόδε τι do que «um certo isto», mas menos bem (particularmente a segunda) do que «este algo».

144 Cf. *Cat.* 5, 3b10-23.

145 *Metaph.* Z 4, 1030a4-5.

Restam, pois, duas únicas alternativas, que a igual título reflectem esta dualidade:

c) τόδε τι = *um certo isto;*
d) τόδε τι = *este algo.*

Ambas são gramaticalmente possíveis, embora por razões opostas.

Na primeira, o carácter individualizador é atribuído ao pronome indefinido τι (aqui: «um certo») e o carácter determinante ao pronome demonstrativo τόδε (aqui: «isto»).

Na segunda, o carácter individualizador é introduzido por τόδε («este») e o carácter determinante por τι («algo»).

É fácil perceber que em ambas as leituras a expressão diz rigorosamente o mesmo: na primeira leitura, τόδε τι é um *isto* (quer dizer, algo determinado), mas que se dá sempre individualmente como *um certo* isto; na segunda, τόδε τι é um *algo* (quer dizer, algo *determinado*), mas que se dá sempre individualmente como *este* algo.

A esta luz, parece indiferente traduzir a expressão de um modo ou de outro. E esta convicção dir-se-ia por sua vez reforçada pelo facto de as duas versões serem não apenas, como acabámos de ver, gramatical e semanticamente justificáveis, como também pragmaticamente legítimas.

Na verdade, o uso que Aristóteles faz da expressão τόδε τι permite validar indiferentemente ambas as leituras, embora não, uma vez mais, nos mesmo locais e pelas mesmas razões.

A primeira alternativa («um certo isto») é desde logo fortemente sugerida pelo seu paralelismo com as expressões ilustrativas «um certo homem», «um certo cavalo» [146].

Mais do que isso, dir-se-ia que esta leitura permite interpretar as ocorrências deste tipo como exemplos particulares do que é ser um τόδε τι: τόδε τι, τοῦτο ἐστι ἄνθρωπός τις ἢ ἵππος τις («certo isto, isto é: certo homem, certo cavalo»). Ora, como τόδε τι é uma determinação fundamental da substância e os exemplos em causa são os mais recorrentes de entre as ilustrações aristotélicas para a substância, o paralelismo torna-se aparentemente indiciador de uma vinculação de fundo.

---

[146] Assim em *Cat*. 5, 2a13-14: ὁ τὶς ἄνθρωπος ἢ ὁ τὶς ἵππος.

Para mais, é evidente que a leitura de τόδε τι como «um certo isto» é a mais directa no grego comum (pela mesma razão por que traduzimos sem reservas ἄνθρωπός τις por «certo homem» ou ἵππος τις por «certo cavalo»).

E, por outro lado, é manifesto também que, sem chegar a adquirir um cunho técnico, Aristóteles reserva por vezes o termo τόδε para referir um «isto» determinante, por exemplo perante a interpretação inqualificada de certa realidade, ou mesmo, em contexto fortemente determinado, para distinguir o formal do material [147].

Todavia, também a segunda leitura («este algo») conta com ponderosos argumentos a seu favor.

Desde logo, em contrapólo à última razão aduzida, há que reconhecer que, se τόδε figura por vezes com um valor de determinação, surge com bem maior frequência ainda na acepção individualizadora de um *este*, por exemplo para distinguir uma noção tomada em geral ou em género (e. g.: πᾶν τρίγωνον, «todo o triângulo») de uma instância individual dessa mesma noção (e. g.: τόδε τὸ τρίγωνον, «*este* triângulo») [148]. E, aliás, é precisamente por tomar esta acepção que adquire derivadamente um sentido de determinação nos casos em que é contraposto a noções encaradas *simpliciter*: a saber, porque essa determinação é aí apenas a determinação da individualidade [149].

Em todo o caso, o que resulta deste cotejo é a consciência de que a expressão τόδε τι tem de ser avaliada como tal, isto é, *como um todo*. E é justamente sob esta perspectiva que a segunda leitura se mostra como mais adequada. Pois aqui não se trata de apelar para expressões equivalentes ou paralelas do vocabulário ontológico de Aristóteles; trata-se de referir a noção de τόδε τι ao papel que estruturalmente desempenha na doutrina aristotélica da substância e, mais do que isso, à função que lhe é atribuída na própria introdução do conceito de substância na *Metafísica*.

Uma análise circunstanciada desta questão levar-nos-ia demasiado longe em relação ao que está aqui em discussão.

Porém, não é necessário proceder a uma tal análise para reunir os elementos essenciais para o presente problema. Basta lembrar que τόδε τι e τί ἐστιν formam um par conceptual e que esse

---

147 Cf. Bonitz, s. v. ὅδε, 495b40-496a5.

148 *APo.* I 1, 71a20.

149 Cf. Bonitz, *ad loc.*, especialmente 495b32-46.

par constitui a designação canónica da categoria da substância no primeiro tratado que lhe é dedicado na *Metafísica* [150].

Ora, a reunião destas duas expressões neste local não é meramente casual nem resulta tão-só de ambas se dizerem independentemente da substância. Pelo contrário, o seu encontro está vaticinado por uma vinculação profunda e é graças a essa vinculação que Aristóteles as reúne para as enunciar conjuntamente como expressão única da substância.

Com efeito, o pronome τί que ocorre em τί ἐστιν e o pronome τι que surge em τόδε τι são na realidade a mesma locução encarada ora interrogativamente (τί) ora de modo indefinido (τι).

Nesta medida, se dermos real valor ao aspecto gramatical com que, como vimos, as categorias são introduzidas por Aristóteles em todas as circunstâncias em que as enumera, a saber, através de pronomes e advérbios pronominais interrogativos ou dos seus correspondentes indefinidos, seremos levados a verificar que a categoria da substância é a única a ser enunciada por uma dupla fórmula, respectivamente interrogativa e indefinida.

Significa isto que, se as categorias correspondem de facto a modos interrogativos específicos que podem ser introduzidos pela própria questão ou pelo tipo de resposta que a questão pode obter, no caso da substância a questão e o tipo de resposta que pode obter são simultaneamente enunciados.

Ora, uma vez que na língua grega ao interrogativo τί responde indefinidamente um τι, torna-se claro que na dupla fórmula, interrogativa e indefinida, τί ἐστι καὶ τόδε τι é o τι da segunda expressão que responde ao τί da primeira, pelo que é este que em τόδε τι deve ser contado como o termo substantivo, ou, dito de outro modo, como o termo que τόδε circunscreve.

A esta luz, a tradução de τόδε τι deve reflectir o facto de que, nesta expressão, é τόδε que se diz de τι e não τι de τόδε. O que, na avaliação das correspondentes versões propostas, elimina «um certo isto» (em que τόδε figura como termo substantivo e τι como a sua qualificação) e consagra «este algo» (em que é a relação correcta que surge expressa) [151].

---

[150] Τὸ τί ἐστι καὶ τόδε τι: *Metaph.* Z 1, 1028a11-12.

[151] Note-se que a um comentador que ainda escreve em grego (Amónio *In Cat.* 48.15-49) nem por um momento ocorre interpretar τόδε de outra forma do que como um simples deíctico: καὶ ἔστι μὲν οὖν τὸ τόδε τῆς δείξεως σημαντικόν… τὸ γὰρ τόδε τι λέγεται ἐπὶ τῆς κατὰ τὸ ὑποκείμενον οὐσίας, τοῦτ΄ ἔστι τῆς ἀτόμου τῆς φαινομένης. Αὔτη γάρ ἐστιν ἡ καὶ τὴν δεῖξιν καταδεχομένη.

Em geral, pois, a deliberada reunião por parte de Aristóteles de τί ἐστι e τόδε τι significa que à interrogação τί ἐστιν («o que é?») corresponde uma resposta subsumível num indefinido *este algo* (τόδε τι) e que é precisamente nesta vinculação de pergunta e de resposta que se constitui, para ele, a substância [152].

O que isto possa significar em concreto e de que modo se prova em Aristóteles é que só poderia ser mostrado com outro desenvolvimento.

Mas não era este o desiderato da presente discussão, senão o que de facto veio a ser concretizado, a saber, a determinação da tradução mais exacta para τόδε τι e, em especial, a demonstração de que esta expressão se revê particularmente na versão «este algo» [153].

Nada disto implica, evidentemente, que a tradução de τόδε τι por «um certo isto» esteja «errada». Que ela, num certo sentido, está «certa» é o que o confirma o facto de ἄνθρωπός τις significar «um certo homem», constituindo ao mesmo tempo um exemplo flagrante de τόδε τι e, o que é mais, de τόδε τι *qua* τόδε τι.

Mas implica que no quadro da doutrina aristotélica da substância, em que emerge e cobra sentido, é verdadeiramente a expressão «este algo» que retém o conceito de τόδε τι tal como Aristóteles o pensa, de tal modo que, se «um certo homem» vem a constituir um exemplo de τόδε τι, tal não se deve a este significar «um certo isto», mas a significar um *este algo* [154].

Em todo o caso, aqui como em todos os restantes casos, será sempre, em última análise, pela fecundidade dos resultados da investigação filosófica que venha a assumir para si esta leitura (mais do que por qualquer exame prévio, sempre necessariamente abstracto, que dela se possa fazer) que se poderá atestar com segurança a sua justeza.

---

152 A saber, ela constitui-se precisamente no movimento da essência, perguntada na questão (platónica) «o que é?», para a substância, respondida na réplica (aristotélica) «este algo». J. A. Smith («Τόδε τι in Aristotle») e J. Ackrill (*Categories and De interpretatione*, p. 79) parecem ter-se apercebido que entre τί ἐστι e τόδε τι existe uma relação de pergunta e resposta, mas nem um nem outro lhe dão a atenção e o desenvolvimento que ela requer.

153 Dizer isto não significa, afinal, senão vindicar a tradução latina consagrada de τόδε τι por *hoc aliquid*. Utilizando livremente conceitos que, nos contextos em que emergiram, têm um significado diferente e próprio, poderiam mesmo usar-se os termos «heceidade» (Duns Escoto) e «aliquidade» (Suárez) para distinguir as duas vertentes, deíctica e determinativa, de τόδε τι.

154 Daí que, a despeito da gramática, quando expressões do tipo ἄνθρωπός τις ou ἵππος τις surjam associados à noção de τόδε τι e como sua ilustração possam ser coerentemente vertidas por «este homem» e «este cavalo».

APÊNDICES

I
CONSPECTO GERAL DA OBRA DE ARISTÓTELES

1. CONFRONTO DOS CATÁLOGOS ANTIGOS [1]

N.º DL	Título em Diógenes [2]	N.º A	Título no Anónimo [3]	N.º P	Título em Ptolemeu [4]	Identificação	N.º [5]	A, B, C [6]
DL 1	Περὶ διακαιοσύνης δʹ [7]	A 1	Περὶ διακαιοσύνης δʹ	P 4	Περὶ δικαιοσύνης δʹ	*Sobre a Justiça*	**1**	A/N/F

---

[1] A elaboração do presente quadro visa dois objectivos principais: por um lado, promover sistematicamente a identificação dos títulos constantes nos três catálogos com obras subsistentes ou de outro modo conhecidas da colecção aristotélica; por outro, reduzir os títulos que integram os catálogos aos escritos efectivamente diferentes, através da eliminação das duplicações e das repetições parciais ou sob outra designação, de forma a determinar o número *mínimo* de obras que podem com segurança ser atribuídos a Aristóteles ou, no caso dos espúrios e duvidosos, que em algum momento foram agregados à colecção aristotélica. Os resultados assim obtidos são sistematizados na secção 2 do presente apêndice e reconvertidos numa relação global das obras de Aristóteles e dos demais escritos da colecção aristotélica na secção 3. Naturalmente, dado o volume e a natureza da informação compulsada, este trabalho não se pretende mais do que simplesmente tentativo, sendo bem-vindas todas as correcções aos erros ou lapsos que certamente conterá.

[2] Lista estabelecida a partir de Moraux, *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, pp. 22-27 (as variantes de Düring figuram entre parêntesis rectos). Em regra, as sugestões de identificação são de Moraux; as de Düring ou outras são sempre assinaladas em nota. A extraordinária importância destes dois pioneiros da análise sistemática do *corpus*, e, no caso vertente, especialmente do primeiro, tornam ociosa qualquer referência adicional ao débito que perante eles este trabalho mantém.

[3] Lista estabelecida a partir de Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 83-89; tanto a primeira parte como o apêndice beneficiaram também da análise de Moraux, pp. 250-267, bem como, em menor medida, da sinopse do *Dictionnaire des philosophes antiques*, pp. 424-431. Em regra, as sugestões de identificação são de Moraux; as de Düring ou outras são sempre assinaladas em nota.

[4] Lista estabelecida a partir de Düring, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, pp. 221-231; em regra, transcreve-se apenas a reconstituição do original grego. Dada a análise muito superficial que Moraux e Düring fazem deste catálogo, a maior parte das identificações são da nossa responsabilidade.

[5] Só são numeradas as menções relativas a obras *indiscutivelmente* diferentes. Quando se trate de uma duplicação provável, os títulos repetidos são assinalados com um R antes do número referente à primeira menção desse título; quando a nova menção representar verosimilmente uma obra já referida de um modo diferente (e. g., um novo livro ou conjunto de livros da mesma obra) esta será assinalada com um C antes do número relativo à primeira menção.

[6] A = autenticidade [A: autênticas; E: espúrias; D: duvidosas]. Em relação às obras perdidas, consideram-se autênticas todas aquelas cuja autenticidade não tenha sido seriamente posta em causa; B = presença no cânone Bekker [S/N]; C = conservação das obras [F: obras de que existem fragmentos; T: conhecidas através de testemunhos; P: perdidas].

[7] Os algarismos dos títulos deste catálogo são extensivos: por exemplo, Περὶ διακαιοσύνης αʹβʹγʹδʹ; na transcrição, retemos apenas a indicação do número de livros (exemplo: Περὶ διακαιοσύνης δʹ).

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
DL 2	Περὶ ποιητῶν γ´	A 2	Περὶ ποιητῶν γ´	P 7	Περὶ ποιητῶν γ´	*Sobre os Poetas*	**2**	A/N/F
DL 3	Περὶ φιλοσοφίας γ´	A 3	Περὶ φιλοσοφίας δ´ [8]	P 2	Περὶ φιλοσοφίας γ´	*Sobre a Filosofia*	**3**	A/N/F
DL 4	Πολιτικοῦ [D: Πολιτικὸς] β´	A 4	Πολιτικὸν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Político*	**4**	A/N/F
DL 5	Περὶ ῥητορικῆς ἢ Γρύλλος α´	A 5	Περὶ πολιτικῆς ἢ Γρύλλος γ´	P 3a	Περὶ ῥητορικῆς ἢ Γρῦλος γ´	*Sobre a Retórica ou Grilo*	**5**	A/N/F
DL 6	Νήρινθος α´	A 6	Νήρινθος α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Nerinto*	**6**	A/N/T
DL 7	Σοφιστὴς α´	A 8	Σοφιστὴς α´	P 3	Σοφιστὴς α´	*Sofista*	**7**	A/N/F
DL 8	Μενέξενος α´	A 10	Μενέξενος α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Menexeno*	**8**	A/N/P
DL 9	Ἐρωτικὸς α´	A 12	Ἐρωτικὸς α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*O Amante*	**9**	A/N/F
DL 10	Συμπόσιον (ἢ περὶ μέθης?) α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Banquete*	**10**	A/N/F
DL 11	Περὶ πλούτου α´	A 7	Περὶ πλούτου α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Riqueza*	**11**	A/N/F
DL 12	Προτρεπτικὸς α´	A 14	Προτρεπτικὸν α´	P 1	Προτρεπτικός	*Protréptico*	**12**	A/N/F
DL 13	Περὶ ψυχῆς α´	A 13	Περὶ ψυχῆς α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Eudemo (ou Sobre a Alma)*	**13**	A/N/F
DL 14	Περὶ εὐχῆς α´	A 9	Περὶ εὐχῆς α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Oração*	**14**	A/N/F
DL 15	Περὶ εὐγενείας α´	A 11 A 183	Περὶ εὐγενείας α´ Περὶ εὐγενείας α´	P 6	Περὶ εὐγενείας ε´ [9]	*Sobre a Nobreza*	**15**	A/N/F
DL 16	Περὶ ἡδονῆς α´	A 15	Περὶ ἡδονῆς α´	P 17	Περὶ ἡδονῆς α´	*Sobre o Prazer*	**16**	A/N/F
DL 17	Ἀλέξανδρος ἢ ὑπὲρ ἀποίκων (ἀποικιῶν?) α´ [10]	A 22	Ἀλέξανδρος ἢ ὑπὲρ ἀποικιῶν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Alexandre ou Sobre as Colónias*	**17**	A/N/F

DL 18	Περὶ βασιλείας α´	A 16 A 171	Περὶ βασιλείας α´ Περὶ βασιλείας	P 8	Περὶ βασιλείας ς´	*Sobre a Realeza*	**18**	A/N/F
DL 19	Περὶ παιδείας α´	A 18 A 172	Περὶ παιδείας ἢ παιδευτικὸν α´ Περὶ παιδείας	P 5	Περὶ παιδείας δ´	*Sobre a Educação*	**19**	A/N/F
DL 20	Περὶ τἀγαθοῦ γ´	A 20	Περὶ τοῦ ἀγαθοῦ α´	P 9	Περὶ τάγαθοῦ ε´	*Sobre o Bem*	**20**	A/N/F
DL 21	Τὰ ἐκ τῶν Νόμων Πλάτωνος γ´	A 23	Τὰ ἐκ τῶν νόμων Πλάτωνος β´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Excertos das* Leis de Platão	**21**	A/N/P
DL 22	Τὰ ἐκ τῆς Πολιτείας β´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	P 16	Ἐπιτομὴ τῆς Πλάτωνος πολιτείας β´	*Excertos da* República *de Platão*	**22**	A/N/P
DL 23	Οἰκονομικὸς α´	A 17	Οἰκονομικὸν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Económicos* I	**23**	D/S
DL 24	Περὶ φιλίας α´	A 24	Περὶ φιλίας γ´	P 28	Περὶ φιλίας γ´	= *Menexeno?*	**R 8**	A/N/P
DL 25	Περὶ τοῦ πάσχειν ἢ πεπονθέναι α´	A 26	Περὶ τοῦ πάσχειν ἢ πεπονθέναι	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Paixão e o Padecer*	**24**	A/N/P
DL 26	Περὶ ἐπιστημῶν β´	A 25	Περὶ ἐπιστημῶν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Metafísica* E 1? *Metafísica* K 7?	**25**	A/S
DL 27	Περὶ ἐριστικῶν β´	A 27 A 125	Περὶ ἐριστικῶν λόγων β´ Ἐλέγχων σοφιστικῶν ἢ περὶ ἐριστικῶν α´ [11]	P 34	Σοφιστικῶν ἐλέγχων α´	*Refutações Sofísticas*	**26**	A/S
DL 28	Λύσεὶ ἐριστικαί δ´	A 29	Λύσεὶ ἐριστικαί δ´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Soluções Erísticas*	**27**	A/N/P

[8] As variações na apresentação dos títulos no catálogo de Diógenes e no catálogo anónimo, nomeadamente no que respeita à sua forma e ao número de livros atribuído, são minuciosamente estudadas, e em regra a melhor lição decidida, por Moraux, a pp. 196-204.

[9] A numeração dos livros dos escritos exotéricos no catálogo de Ptolemeu é em regra muito defeituosa.

[10] Düring opta imediatamente pela segunda leitura e é esta que é hoje consensualmente admitida.

[11] Para Moraux, este título corresponde a uma errada evolução do título 134 de Diógenes Laércio (Πυθιονικῶν ἔλεγχοι α´), o que, apesar do lugar por ele ocupado no apêndice do catálogo anónimo, parece exageradamente rebuscado.

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
DL 29	Διαιρέσεὶ σοφιστικαί δ´	A 31	Διαιρέσεὶ σοφιστικαί α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	= Λύσεις ἐριστικαὶ?	**R 27**	A/N/P
DL 30	Περὶ ἐναντίων α´	A 32	Περὶ ἐναντίων α´	P 88	[Outro líro do mesmo tipo <e sobre contradições K^{v}>]	*Sobre os Contrários*	**28**	A/N/T
DL 31	Περὶ εἰδῶν καί γενῶν α´			- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Tópicos* IV	**29**	A/S
DL 32	Περὶ ἰδίων α´	A 28	Περὶ εἰδῶν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Tópicos* V	**C 29**	A/S
DL 33	Ὑπομνήματα ἐπιχειρηματικὰ γ´	A 33	Ὑπομνημάτων ἐπιχειρηματικῶν γ´	P 80 P 87	Ὑπομνήματα β´ Ὑπομνήματα ἰ´	*Memorandos Epiquiremáticos*	**30**	A/N/P
DL 34	Προτάσεὶ περὶ ἀρετῆς β´	A 34	Προτάσεὶ περὶ ἀρετῆς β´	P 84 P 85	Προτάσεὶ λγ´ (κγ´) [12] Προτάσεὶ ζ´	*Proposições*	**31**	A/N/P
DL 35	Ἐνστάσεὶ α´	A 36	Ἐνστάσεὶ	P 63	Ἐνστάσεὶ ιγ´	*Objecções*	**32**	A/N/P
DL 36	Περὶ τῶν ποσαχῶς λεγομένων ἢ κατὰ πρόσθεσιν α´	A 37	Περὶ τῶν ποσαχῶς λεγομένων ἢ τῶν κατὰ πρό<σ>θεσιν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Metafísica* Δ	**C 25**	A/S
DL 37	Περὶ παθῶν ὀργῆς α´ [13]	A 30	Περὶ πάθοὺ ὀργῆς α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Paixão da Cólera*	**33**	E [14]/N/P
DL 38	Ἠθικῶν ε´	A 39	Ἠθικῶν κ [15]	P 36	Ἠθικῶν Εὐδημείων η´ (ε´?)	*Ética a Eudemo*	**34**	A/S
DL 39	Περὶ στοιχείων γ´	A 35	Περὶ στοιχείων γ´	P 24a	Περὶ στοιχείων	Três livros dos *Tópicos?*	**C 29**	A/S
DL 40	Περὶ ἐπιστήμης α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Metafísica* Γ?	**C 25**	A/S
DL 41	Περὶ ἀρχῆς α´	A 21	Περὶ ἀρχῶν ἢ φύσεως α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	= *Física* I (Ross) [16] = *Física* VIII? (Moraux) = *Metafísica* Λ? (Moraux) = *Metafísica* Γ 3-6? (Moraux)	**35**	A/S

DL 42	Διαιρέσει ιζ´ [17]	A 41	Περὶ διαιρέσεων ιζ´	P 59	Διαιρέσει κς´	*Divisões*	**36**	D [18]/N/P
DL 43	Διαιρετικῶν α´	A 42	Διαιρετικῶν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre as Divisões*	**37**	D [19]/N/P
DL 44	<Περὶ> ἐρωτήσεως καὶ ἀποκρίσεως β´	A 43	<Περὶ> ἐρωτήσεως καὶ ἀποκρίσεως α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Tópicos* VIII	**C 29**	A/S
DL 45 DL 46	Περὶ κινήσεως β´ Προτάσει α´ [20]	A 40 A 38	Περὶ κινήσεως α´ Προτάσεων α´	 P 84 P 85	 Προτάσει λγ´ (κγ´) Προτάσει ζ´	= *Física* III 1-3? = *Física* VII? [21] = *Física* V-VI? [22]	**C 35**	A/S

[12] As colecções de proposições que figuram no catálogo de Ptolemeu englobam com grande probabilidade as colecções temáticas a que fazem separadamente menção quer o catálogo de Diógenes quer o catálogo anónimo. Cf. DL 45-46 (A 40, 38); DL 47 (A 44); DL 66-69 (A 15, 38, 58, 63).

[13] Düring divide este título em dois: *37a*) περὶ παθῶν α´; *37b*) [περὶ] ὀργῆς α´ (p. 43).

[14] Cf. Moraux, pp. 74-80.

[15] Segundo Moraux (p. 203), o algarismo resulta de uma confusão com a *Ética a Nicómaco* e representa o número correspondente ao último livro desta. Lord contesta esta leitura, à luz da sua interpretação equivalente de A 111: «The hypothesis of a twenty-book '*Metaphysics*' of the sort just described is strengthened by an entry in A_1 (39) ἠθικῶν κ´. Though generally assumed to be a reference to the ten-book *Nicomachean Ethics* (*NE*), interpreting k´ as the numeral twenty can be easily justified as the sum of the books of the three Aristotelian ethical treatises. The parallel entry in D (38) lists an '*Ethics*' in five books; this would appear to represent the *Eudemian Ethics* (*EE*) without the three books common to it and to the *NE*.» («On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», p. 151, n. 36.) A sugestão de Lord merece atenção, mas é dificilmente sustentável uma vez que, no estado actual dos tratados e contados os livros comuns (*EN* V = *EE* IV, *EN* VI= *EE* V, *EN* VII= *EE* VI), apenas na *Ética a Nicómaco*, o conjunto das três obras de ética faz apenas quinze livros (8+5+2).

[16] Dado o conteúdo do texto em causa, inclinamo-nos fortemente para a sugestão de Ross (*Aristotle's Physics*, pp. 5-6). Ver a este respeito, bem como em geral para a identificação dos tratados da *Física*, o capítulo III do próximo estudo, pp. 251-256.

[17] Düring sugere que este título poderia ser idêntico a DL 43 e a DL 62 (p. 68). Em nenhum dos casos nos parece razoável: no de DL 42-43, dada a diferença muito significativa no número de livros; no de DL 62, visto que Moraux integra convincentemente este título com o anterior num único tratado.

[18] Cf. Moraux, pp. 83-85.

[19] Cf. Moraux, pp. 85-86.

[20] A divisão nos títulos 45-46 de uma obra originalmente intitulada Προτάσεις περὶ κινήσεως β´ deve-se, segundo Moraux, a um erro de copista, hipótese que o lugar da lista só por si justifica. Düring segue esta lição (cf. p. 44).

[21] Estas duas sugestões, que se referem evidentemente apenas a DL 45 (e a A 40, que repete o título), são de Ross: cf. *Aristotle's Physics*, pp. 5-6.

[22] Esta a identificação que propomos. Note-se: *(i)* que a identificação é independente da fusão entre DL 45 e DL 46 proposta por Moraux e seguida por Düring, embora não a enjeite; *(ii)* que a objecção segundo a qual a inclusão de um título de física no interior de um conjunto de títulos de lógica não seria aceitável é contrariada pelo facto de o próprio Moraux propor, no caso de DL 41, uma série de textos não-lógicos (físicos ou metafísicos) como conteúdo provável desse título. A nosso ver, uma

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
DL 47	Προτάσεὶ ἐριστικαὶ δ´	A 44	Προτάσεων ἐριστικῶν α´	P 84 P 85	Προτάσεὶ λγ´ (κγ´) Προτάσεὶ ζ´	*Proposições*	**C 31**	A/N/P
DL 48 DL 56	Συλλογισμοὶ α´ Συλλογισμῶν β´ [23]	A 19 A 54	Συλλογισμῶν α´ Συλλογισμῶν β´ [23]	- - - - - - - -	- -	*Silogismos*	**38**	A/N/P
DL 49	Προτέρων ἀναλυτικῶν θ´	A 46 A 134	᾿Αναλυτικῶν προτέρων θ´ Προτέρων ἀναλυτικῶν β´	P 32	᾿Αναλυτικῶν προτέρων β´	*Primeiros Analíticos*	**39**	A/S
DL 50	᾿Αναλυτικῶν ὑστέρων μεγά-λων β´	A 47	᾿Αναλυτικῶν ὑστέρων β´	P 33	᾿Αποδεικτική (= ᾿Αναλυτικῶν ὑστέρων β´)	*Segundos Analíticos*	**40**	A/S
DL 51	Περὶ προβλημάτων α´	A 48	Προβλημάτων	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre os Problemas* [24]	**41**	A/N/F
DL 52	Μεθοδικὰ η´	A 49	Μεθοδικά	P 31	Τοπικῶν η´	*Tópicos* I-VIII [25]	**C 29**	A/S
DL 53	Περὶ τοῦ βελτίονος α´	A 50	Περὶ τοῦ βελτίονος α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Tópicos* III 1-4?	**C 29**	A/S
DL 54	Περὶ τῆς ἰδέας α´	A 45	Περὶ ἰδέας α´	P 15	Περὶ εἰδῶν γ´	*Sobre as Ideias*	**42**	A/N/F
DL 55 DL 55a DL 55b	Ὅροι πρὸ τῶν Τοπικῶν ζ´: [26] Ὅροι πρὸ τῶν <τοπικῶν α´> Τοπικῶν ζ´	 A 51 A 52	 Ὅρων βιβλίον α´ Τοπικῶν ζ´	 P 70 P 31	 Ὅροι πρὸ τῶν τοπικῶν α´ Τοπικῶν η´	 *Tópicos* I *Tópicos* II-VIII (P = I-VIII)	 **C 29** **C 29**	 A/S A/S
DL 57	Συλλογιστικὸν καὶ ὅροι α´ [27]	A 55	Συλλογιστικῶν ὅρων α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Tópicos* I	**C 29**	A/S

origem provável para a inclusão de DL 45-46 na lista seria a seguinte: (1) os livros V-VI existiam originalmente em estado independente sob o título Περὶ κινήσεως β´; (2) em determinado momento, foi-lhe aposta erradamente a designação Προτάσεις; (3) por isso, um pinacógrafo subsequente integrou este título nas obras de lógica; (4) posteriormente, um copista cindiu os dois membros do título do modo que agora consta no catálogo de Diógenes. O facto de no catálogo anónimo a obra figurar com

apenas um livro pode significar duas coisas: ou trata-se de um erro de copista, ou *Physica* V-VI era originalmente constituída por um único livro. Esta segunda hipótese é menos provável, uma vez que em DL 45 a obra consta com dois livros. Note-se que, aceitar esta identificação (como qualquer uma das de Ross), a aproximação com P 84 e P 85 deixa de fazer muito sentido; uma vez, todavia, que estas identificações são apenas prováveis, a presença dos dois títulos do catálogo ptolemaico permanece como alerta para a alternativa proposta por Moraux.

[23] A assimilação destes títulos é uma sugestão de Düring (p. 68), seguida pelo *Dictionnaire*, p. 426. Mas é igualmente possível que este título referisse os *Primeiros Analíticos*, uma vez que: *1)* a sua forma indica que se trata de um tratado sobre os silogismos (e não de uma recolha de silogismos, como em DL 48); *2)* o número de livros coincide com o do estado «moderno» dos *Analytica Priora*; *3)* o próprio Aristóteles menciona esta obra sob o título τὰ περὶ τοῦ συλλογισμοῦ (*APo*. I 3, 73a14-15; 11, 77a34).

[24] Este escrito, de natureza lógica, como o comprovam alguns excertos subsistentes e bem assim o lugar que o seu título ocupa nos catálogos, deve ser distinguido da colecção de problemas físicos que as três listas reconhecem (DL 120; A 110, 168; P 76), bem como, evidentemente, da colecção homónima integrada no cânone Bekker, que é seguramente espúria.

[25] A identificação dos *Metódicos* com os *Tópicos* é polémica. Proposta pela primeira vez por Rose (*De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentario*, p. 120), foi combatida por Heitz (*Die verlorenen Schriften des Aristoteles*, pp. 81-85); em Zeller, que se pronunciou igualmente a favor da identidade, encontra-se uma exposição sucinta da polémica (p. 70, n. 2). Moraux, que renova a tese da identidade, justifica-a do seguinte modo: «Uma vez mais, o título [Μεθοδικὰ η´] decorre da frase da introdução, na qual Aristóteles explica a finalidade das investigações seguintes como a tentativa de descobrir um método que permita argumentar sobre qualquer problema a partir de premissas prováveis (ἡ μὲν πρόθεσις τῆς πραγματείας μέθοδον εὑρεῖν, ἀφ᾽ἧς…) [*Top*. I 1, 100a18-21], preocupação que percorre todo o início do livro I [cf. *Top*. I 2, 101a29-30; 4, 101b11; 6, 102b35]. Os *Tópicos* constituem, pois, uma verdadeira investigação sobre o método dialéctico e não é sem razão que o autor do *pinax* lhes chama μεθοδικά; para mais, numa alusão da *Retórica* a matérias estudadas nos *Tópicos*, Aristóteles utiliza justamente a expressão ἐν τοῖς μεθοδικοῖς. A objecção segundo a qual Simplício, no seu comentário às *Categorias*, designa sob o nome de μεθοδικά uma obra hoje perdida e diferente dos *Tópicos* [Simplício, *In Cat*. 65.2-13 Kalbfleish], não pode ser aceite, por duas razões: a frase de Aristóteles citada na passagem de Simplício não é atribuída aos *Metódicos*, mas a uma das três obras referidas conjuntamente pelo comentador (*Metódicos*, *Divisões*, 'e um outro tratado intitulado τὰ περὶ τὴν λέξιν'), pelo que, embora se não encontre de facto nos *Tópicos*, também nada garante que se teria de encontrar especificamente nesta obra e não numa das outras duas; quanto à doutrina atribuída na passagem aos três tratados referidos, a saber, que as inflexões, as negações, as privações e os indefinidos relativos a um mesmo termo caem sob a mesma categoria desse termo, ela é formulada não só muito explicitamente na *Metafísica* [*Metaph*. N 2, 1089a15], como também, posto que de um modo menos evidente, nos *Tópicos*, onde se expõe que, no caso dos termos homónimos, os contrários, os contraditórios, as privações e as inflexões aceitam as variações de sentido dos próprios termos [*Top*. I 15, 106a9-107a2; cf. também VI 9, VII 3 e *passim*]. São pois justamente os *Tópicos* que Simplício ou a sua fonte referem sob o nome de μεθοδικά.» Registe-se ainda, como Moraux lembra em nota, que a referência de Diógenes Laércio a τά τε τοπικὰ καὶ μεθοδικά na sua exposição da lógica aristotélica (V 29) sugere, no mínimo, que os «dois» tratados abordavam assuntos idênticos, enquanto a ausência de artigo antes de μεθοδικά leva a considerar que se tratava de dois títulos para a mesma obra. Brunschwig (*Aristote. Topiques*, p. LXXIV, n.) contesta contudo esta identificação com objecções um pouco diferentes daquelas a que Moraux responde; no geral, diríamos no entanto que o caso pende a favor deste último. Também Shute se mostra moderadamente a favor da distinção, conjecturando que os *Metódicos* poderiam ser «what we call a second version or text of the Topics» (*History of the Aristotelian Writings*, pp. 115-116). Finalmente, Rist (*The Mind of Aristotle*, pp. 23, 84-85), sem fazer referência à polémica, interpreta os *Metódicos* como uma compilação primitiva que incluiria provavelmente as *Categorias* e o *De interpretatione*.

[26] O título Ὅροι πρὸ τῶν Τοπικῶν ζ´ deve, segundo Moraux, ser lido do seguinte modo: Ὅροι πρὸ τῶν <τοπικῶν α´> τοπικῶν ζ´, isto é, algo como *Um livro de definições dos tópicos antes dos Tópicos em sete livros*. Esta leitura permite então a dupla identificação de DL 55a Ὅροι πρὸ τῶν τοπικῶν α´ *(Definições antes dos tópicos em um livro)* como *Top*. I e de DL 55b Τοπικῶν ζ´ *(Acerca dos tópicos em sete livros)* como *Top*. II-VIII.

[27] Düring assimila este título a DL 48 e DL 56, que considera poderem constituir diferentes manuscritos de uma mesma obra (cf. p. 68). Todavia, dada a identificação de DL 57 com *Tópicos* I, que parece segura, a assimilação proposta por Düring torna-se aqui provavelmente abusiva (note-se, a propósito, que neste ponto o *Dictionnaire* já não o segue).

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
DL 58	Περὶ τοῦ αἱρετοῦ καὶ τοῦ συμβεβηκότος α´	A 56	Περὶ τοῦ αἱρετοῦ καὶ τοῦ συμβαίνοντος α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Tópicos* II-III	**C 29**	A/S
DL 59	Τὰ πρὸ τῶν τόπων α´	A 57	Τὰ πρὸ τῶν τόπων α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Tópicos* I	**C 29**	A/S
DL 60	Τοπικὸν πρὸς τοὺς ὅρους β´	A 59	Τοπικὸν πρὸς τοὺς ὅροὺ ς´ (β´?)	P 71 P 75	Πρὸς ῾όρους τοπικῶν γ´ Πρὸς τοὺς ὁρισμούς β´	*Tópicos* VI-VII	**C 29**	A/S
DL 61 DL 62	Πάθη α´ Διαιρετικὸν α´ [28]	A 60 A 42	Πάθη α´ Διαιρετικῶν α´	- - - - - - - -	- -	*Divisão das Paixões*	**43**	A/N/P
DL 63	Μαθηματικὸν α´ [29]	A 53	Μαθηματικῶν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*(Definições) Matemáticas*	**44**	A/N/P
DL 64	῾Ορισμοὶ ιγ´	A 61	῾Ορισμῶν βιβλία ιγ´	P 68 P 69	῞Οροι ἰ´ ῾Οριστικά δ´	*Definições*	**45**	A/N/P
DL 65	Ἐπιχειρημάτων β´	A 62	Επιχειρημάτων β´	P 89	Ἐπιχειρημάτων	*Sobre os Epiquiremas*	**46**	A/N/P
DL 66 DL 67 DL 68 DL 69	Περὶ ἡδονῆς α´ Προτάσεὶ α´ Περὶ ἑκουσίου α´ Περὶ καλοῦ α´ [30]	A 15 A 38 A 58 A 63	Περὶ ἡδονῆς α´ Προτάσεων α´ Περὶ ἑκουσίων α´ Περὶ κάλλοὺ α´	P 84 P 85	Προτάσες λγ´ (κγ´) Προτάσες ζ´	*Proposições*	**C 31**	A/N/P
DL 70	Θέσεις ἐπιχειρηματικαὶ κε´	A 65	Θέσεις ἐπιχειρητικαὶ ἐν βιβλίοις κε´	P 64	Θέσεις λδ´	*Teses Epiquiremáticas*	**47**	A/N/P
				P 62	Ἐπιχειρήματα λθ´			
DL 71	Θέσεις ἐρωτικαὶ δ´	A 66	Θέσεις ἐρωτικαὶ ἐν βιβλίοις δ´	P 65	Θέσεις ἐρωτικαί α´	⊂ Θέσεις ἐπιχειρηματικαί?	**C 47**	A/N/P
DL 72	Θέσεὶ φιλικαὶ β´	A 67	Θέσεὶ φιλικαὶ ἐν βιβλίοὶ β´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	⊂ Θέσεις ἐπιχειρηματικαί?	**C 47**	A/N/P
DL 73	Θέσεὶ περὶ ψυχῆς α´	A 68	Θέσεὶ περὶ ψυχῆς ἐν βιβλίῳ α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	⊂ Θέσεις ἐπιχειρηματικαί?	**C 47**	A/N/P
DL 74	Πολιτικὰ β´	A 69	Θέσεὶ πολιτικαὶ β´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	⊂ Θέσεις ἐπιχειρηματικαί?	**C 47**	A/N/P
				P 66	Θέσεὶ φυσικαί α´	⊂ Θέσεις ἐπιχειρηματικαί?	**C 47**	A/N/P
				P 67	Θέσεωνἀναγραφῄα α´	⊂ Θέσεις ἐπιχειρηματικαί?	**C 47**	A/N/P

DL 75	Πολιτικῆς ἀκροάσεως ὡς ἡ Θεοφράστου η´	A 70	Πολιτικῆς ἀχροάσεως η´	P 37	Πολιτικῶν η´	*Política* I-VIII	**48**	A/S
DL 76	Περὶ δικαίων β´	A 64	Περὶ δικαίων β´	P 12	Περὶ δικαίων δ´	*Sobre os Assuntos Judiciários*	**49**	A/N/P
DL 77	Τεχνῶν συναγωγὴ β´	A 71	Τεχνῶν συναγωγὴν α´	P 27	Τεχνῶν συναγωγὴ α´	*Recolha de Artes*	**50**	A/N/T
DL 78	Τέχνης ῥητορικῆς β´	A 72	Τέχνης ῥητορικῆς γ´	P 39	Τέχνης ῥητορικῆς γ´	*Retórica* I-II(-III)	**51**	A/S
DL 79	Τέχνη α´	A 73	Τέχνης α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Retórica* III?	**C 51**	A/S
DL 80	Ἄλλη τέχνη β´ (ou Ἄλλη τεχνῶν συναγωγὴ β´)	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	= Τεχνῶν συναγωγή?	**R 50**	A/N/T
DL 81	Μεθοδικὸν α´	A 49	Μεθοδικά	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Tratado do Método*	**52**	A/N/P
DL 82	Τέχνης τῆς Θεοδέκτου συναγωγὴ α´	A 74	Τέχνης τῆς Θεοδέκτου συναγωγὴν ἐν γ´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Epítome da* Arte *de Teodectes*	**53**	D [31]/N/T
DL 83	Πραγματεία τέχνης ποιητικῆς β´	A 75	Τέχνης ποιητικῆς β´	P 21 P 38	Περὶ ποιητικῆς Περὶ ποιητικῆς β´	*Poética* I-II	**54**	A/S
DL 84	Ἐνθυμήματα ῥητορικὰ α´	A 76	Ἐνθυμημάτων ῥητορικῶν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Entimemas Retóricos*	**55**	A/N/P
DL 85	Περὶ μεγέθους α´	A 77	Περὶ μεγέθοὺ	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Grandeza*	**56**	A/N/P
DL 86	Ἐνθυμημάτων διαιρέσεις α´	A 78	Ἐνθυμημάτων διαιρέσεις	P 61	Διαιρέσεις ὑποθέσεων αἱ ὑποτίθενται ἐν τῷ λόγῳ καὶ ὑπόκεινται ϛ´	*Divisões dos Entimemas*	**57**	A/N/P

[28] Explicação idêntica à da fusão dos títulos 45-46. Düring não segue Moraux neste ponto (p. 45).

[29] Dada a discrepância do conteúdo anunciado por este título em relação ao dos tratados que ocupam esta secção do catálogo, Moraux interpreta-o como uma divisão pinacográfica acidentalmente deslocada para este ponto. Mas nada impede que o escrito fosse uma recolha de definições matemáticas (veja-se a forma de A 53), caso em que a sua presença neste local ficaria plenamente justificada.

[30] A explicação dos títulos 66-69 é a mesma que a dos títulos 45-46 e 61-62. Düring só adopta a solução para DL 66-67 (p. 45).

[31] Para a polémica em torno deste título, veja-se Moraux, pp. 98-101.

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
DL 87	Περὶ λέξεως β´	A 79	Περὶ λέξεως καθαρᾶς α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Retórica* III	**C 51**	A/S
DL 88	Περὶ συμβουλίας α´	A 80	Περὶ συμβουλῆς α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre o Conselho*	**58**	A/N/F
DL 89	Συναγωγῆς β´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	= Τεχνῶν συναγωγή?	**R 50**	A/N/T
DL 90	Περὶ φύσεως γ´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Física* II-IV? [32]	**C 35**	A/S
DL 91	Φυσικὸν α´	A 82	Περὶ φυσικῶν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	= *Física* I? [33] = *Física* II? [34] = *Física* VII? [35]	**C 35**	A/S
DL 92	Περὶ τῆς Ἀρχυτείου φιλοσοφίας γ´	A 83	Περὶ τῆς Ἀρχύτου φιλοσοφίας γ´	P 10	Ἀρχύτας γ´	*Sobre a Filosofia de Arquitas*	**59**	D [36]/N/F
DL 93	Περὶ τῆς Σπευσίππου καὶ Ξενοκράτους α´	A 84	Περὶ τῆς Σπευσίππου καὶ Ξενοκράτοὺ α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre Espêusipo e Xenócrates*	**60**	D [36]/N/P
DL 94	Τὰ ἐκ τοῦ Τιμαίου καὶ τῶν Ἀρχυτείων α´	A 85	Ἐκ τῶν Τιμαίου καὶ Ἀρχύτου α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Excertos do Timeu e das [obras de] Arquitas*	**61**	A/N/P
DL 95	Πρὸς τὰ Μελίσσου α´	A 86	Πρὸς τὰ Μελίσσου α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre Melisso [XG]*	**62**	E/S
DL 96	Πρὸς τὰ Ἀλκμαίωνος α´	A 87	Πρὸς τὰ Ἀλκμαίωνος α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Contra Alcméon*	**63**	D[36]/N/P
DL 97	Πρὸς τοὺς Πυθαγορείους α´	A 88	Περὶ τῶν Πυθαγορείων α´	P 22	Περὶ Πυθαγορείων	*Sobre os Pitagóricos*	**64**	A/N/F
DL 98	Πρὸς τὰ Γοργίου α´	A 89	Πρὸς τὰ Γοργίου	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre [MX] Górgias*	**C 62**	E/S
DL 99	Πρὸς τὰ Ξενοκράτους α´ (Ξενοφάνους) [37]			- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre [M] Xenófanes [G]?*	**C 62**	E/S
DL 100	Πρὸς τὰ Ζήνωνος α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Contra Zenão*	**65**	D/N/P

DL 101	Περὶ τῶν Πυθαγορείων α′	A 88	Περὶ τῶν Πυθαγορείων α′	P 22	Περὶ Πυθαγορείων	*Sobre os Pitagóricos*	**R 64**	A/N/F
DL 102	Περὶ ζῴων θ′	A 91 A 155	Περὶ ζῴων θ′ Περὶ ζῴων ἱστορίας ι′	P 49	Περὶ ζῴων ἠθῶν (ἱστοριῶν) ι′	*História dos Animais* I-IX	**66**	A/S
DL 103	Ἀνατομῶν η′	A 93	Περὶ ἀνατομῶν ς′	P 48	Ἀνατομῶν ζ′	*Dissecções*	**67**	A/N/T
DL 104	Ἐκλογὴ ἀνατομῶν α′	A 94	Ἐκλογὴ τούτων α′	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Selecta de Dissecções*	**68**	A/N/P
DL 105	Ὑπὲρ τῶν συνθέτων ζῴων α′	A 92	Περὶ τῶν συνθέτων ζῴων α′	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre os Animais Compostos*	**69**	A/N/P
DL 106	Ὑπὲρ τῶν μυθολογουμένων ζῴων α′	A 95	Περὶ τῶν μυθολογουμένων ζῴων α′	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre os Animais Mitológicos*	**70**	A/N/P
DL 107	Ὑπὲρ τοῦ μὴ γεννᾶν α′	A 90	Περὶτοῦ μὴ γεννᾶν α′	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*História dos Animais* X	**C 66**	D/S
DL 108	Περὶ φυτῶν β′	A 96	Περὶ φυτῶν β′	P 55	Περὶ φυτῶν β′	*Sobre as Plantas*	**71**	A/N[38]/P

[32] Ross, *Aristotle's Physics*, pp. 5-6.

[33] A identificação, renovada pelo *Dictionnaire,* desta obra com *Physica* I é considerada por Moraux uma mera hipótese, que nada confirma (cf. p. 105). No entanto, deve observar-se que a ligação deste título ao anterior é sugestiva. Com efeito, Aristóteles refere-se normalmente à *Física* I-IV como os livros *Sobre a Natureza*. Ora como a obra com este título no catálogo de Diógenes só contempla três livros (DL 90), a inclusão do novo título Φυσικὸν α′ na sequência do anterior poderia apontar para a *Física* I, com o que ficariam concluídos os quatro livros περὶ φύσεως.

[34] Sugestão de Ross: *Aristotle's Physics*, pp. 5-6.

[35] É esta a solução para que nos inclinamos, por duas razões fundamentais: 1) o título vago desta obra em um livro adequa-se bem com o estatuto originalmente independente do livro VII; 2) identificando DL 91 (e também A 82) com a *Física* VII, evitam-se repetições escusadas do mesmo título no mesmo catálogo.

[36] Cf. Moraux, pp. 106-107.

[37] A leitura de Moraux (Ξενοκράτους) corresponde à lição dos manuscritos. Ménage restitui Ξενοφάνους, no que foi seguido por Rose e, mais modernamente, por Düring.

[38] É comummente aceite que o título aqui evocado e o *De plantis* do *corpus aristotelicum* referem duas obras diferentes. Diz a este respeito Moraux: «É indubitável que Aristóteles escreveu uma obra sobre as plantas: ele próprio lhe faz frequentemente referência (*Mete*. I 1, 339a7; II 3, 359b20; *Long*. 6, 467b4; *Juv*. 2, 468a31; *PA* II 10, 656a2; *GA* I 1, 716a1; 23, 731a29; V 3, 783b20; *Sens*. 4, 442b25; *HA* V 1, 539a20); mas este tratado foi eclipsado pelo de Teofrasto, que era mais completo, e foi por isso rapidamente perdido de vista, de tal modo que no séc. II d.C. Alexandre de Afrodísias observa já que não subsiste a obra de Aristóteles sobre as plantas (*In de sensu*, 87, 11-12 Wendland), enquanto Símplicio, Filópono e outros, que afirmam o contrário, não tiveram decerto conhecimento da obra de que falam (cf. Rose, *Aristoteles Pseudepigraphus*, pp. 261 e segs., e Heitz, *Fragmenta Aristotelis*, p. 163; Ateneu, XIV, 652a, cita Aristóteles ἐν τῷ περὶ φυτῶν e parece ter conhecido o tratado autêntico: cf. Heitz, *Die verlorenen Schriften des Aristoteles*, pp. 61-67). O tratado que figura actualmente sob o título de περὶ φυτῶν no *corpus aristotelicum* é apenas a retroversão grega de uma tradução latina feita a partir da versão árabe de uma obra plausivelmente redigida por Nicolau de Damas, peripatético contemporâneo de Augusto.» (P. 109.)

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
DL 109	Φυσιογνωμονικὸν α´	A 97	Φυσιογνωμονικὰ β´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	*Fisiognomónicos*	**72**	E/S
DL 110	Ἰατρικὰ β´	A 98 A 167	Περὶ ἰατρικῆς β´ Περὶ ἰατρικῆς ζ´	P 99	Περὶ ἰατρικῆς	*Sobre a Medicina*	**73**	E [39]/N/T
DL 111	Περὶ μονάδος α´	A 100	Περὶ μονάδος α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Unidade*	**74**	A/N/P
DL 112	Σημεῖα χειμώνων α´	A 99	Συμμαχίας χειμώνων α´ (σημεῖα) [40]	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sinais de Tempestade*	**75**	A/N/F
DL 113	Ἀστρονομικὸν α´	A 101	Ἀστρονομικὸν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	*Astronomia*	**76**	A/N/T
DL 114	Ὀπτικὸν α´	A 103	Ὀπτικὸν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	*Óptica*	**77**	D [41]/N/P
DL 115	Περὶ κινήσεως α´	A 102	Περὶ κινήσεως α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	= *Física* III 1-3? = *Física* VII? [42] = *Física* VIII? [43]	**C 35**	A/S
DL 116	Περὶ μουσικῆς α´	A 104	Περὶ μουσικῆς α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Música*	**78**	A/N/P
DL 117	Μνημονικὸν α´	A 109	Μνημονικὸν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	*Memorando*	**79**	A/N/P
DL 118	Ἀπορημάτων Ὁμηρικῶν ς´	A 106 A 147	Ἀπορημάτων Ὁμηρικῶν ζ´ (ς´) [44] Προβλημάτων Ὁμηρικῶν ι´	P 98	Ἀπορημάτων Ὁμηρικῶν, ἐν ι´ βιβλίοις	*Dificuldades Homéricas*	**80**	A/N/F
DL 119	Ποιητικὰ (ou <ἀπορημάτων> ποιητικῶν) α´ [45]	A 108	Ποιητικὸν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - - -	*[Questões] Poéticas*	**81**	A/N/P
DL 120	(ἀπορημάτων) Φυσικῶν κατὰ στοιχεῖον λη´ [46]	A 110	Φυσικῶν λη´ κατὰ στοιχεῖον	P 24 P 24a P 76	Προβλημάτων γ´ Περὶ στοιχείων (προβλημάτων κατὰ στοιχεῖον γ´) [47] Προβλημάτων ξη´ [48]	*Problemas Físicos*	**82**	A/N/F [49]

[39] Cf. Moraux, pp. 110-111.

[40] A lição dos manuscritos é a primeira. Ménage propôs a leitura σημασίας, que foi seguida por Rose. Moraux (p. 199) propôs a correcção Σημεῖα χειμώνων α´, que Düring acolhe directamente na edição do texto, sem menção do anterior (p. 86).

[41] Cf. Moraux, pp. 112-113.

[42] Estas duas sugestões são de Ross (*Aristotle's Physics*, pp. 5-6).

[43] Identificação nossa. Para a justificação, ver *supra*, n. 35.

[44] A lição dos manuscritos é a primeira. No entanto, com base na comparação com o catálogo de Diógenes, que apresenta a numeração certa (DL 118: ᾿Απορημάτων Ὁμηρικῶν α´β´γ´δ´ε´ς´), Moraux sugere que no catálogo anónimo os números de ordem foram convertidos na letra correspondente ao último livro (p. 203). Düring adopta esta lição na edição do texto (p. 86).

[45] Düring: [᾿Απορήματα] ποιητικὰ α´ (p. 48).

[46] Conforme já referido (*supra*, n. 24), a colecção aqui mencionada não se confunde com a colectânea de *Problemas* que hoje integra o *corpus aristotelicum*. Veja-se a este respeito a seguinte observação de Moraux: «À primeira vista, é-se tentado a identificar esta obra com os *Problemas* que figuram actualmente no *corpus aristotelicum* e que compreendem justamente trinta e oito secções. Mas a identificação destas duas obras levanta sérias dificuldades. Desde logo, os *Problemas* da nossa colecção estão ordenados por assuntos (κατ᾿ εἶδος), como o indicam a maior parte dos manuscritos, enquanto que os φυσικά da lista estão agrupados κατὰ στοιχεῖον. Por outro lado, a nossa colecção foi constituída bastante tarde (porventura não antes dos séculos V ou VI d. C.) a partir de recolhas anteriores: encontram-se neles vestígios de um materialismo estranho ao pensamento do Estagirita e, a par daqueles que são retirados de obras de Aristóteles, um grande número de *Problemas* são hauridos no *corpus* de Teofrasto e na escola hipocrática. Nesta medida, o fundo autêntico sobre o qual os nossos *Problemas* incontestavelmente repousam é de difícil delimitação: a colecção primitiva deve ter-se transformado insensivelmente até se tornar o que é hoje, tendo ao longo do tempo perdido também muitos dos seus elementos, visto que é impossível encontrar todos os problemas a que Aristóteles reenvia (Cf. Heitz, *Die verlorenen Schriften des Aristoteles*, pp. 103-114: só possuímos hoje metade dos *Problemas* que na Antiguidade passavam por aristotélicos). A esta luz, os conhecimentos actuais não nos permitem decidir se os φυσικῶν κατὰ στοιχεῖον λη´ correspondiam à forma primitiva dos *Problemas*, agrupados segundo uma ordem distinta da actual, ou se as duas obras não têm entre si nada de comum.» (Pp. 116-117.)

[47] Trata-se provavelmente aqui dos (᾿Απορημάτων) Φυσικῶν κατὰ στοιχεῖον λη´ que encontramos em DL 120 e A 110. A divergência quanto ao número de livros (*três* em vez de *trinta e oito*) talvez se explique por um erro ocorrido durante a transmissão do catálogo aos Árabes.

[48] Moraux sugere a dado passo (p. 117 e n. 17) que o algarismo dos ᾿Απορημάτων φυσικῶν talvez esteja corrompido e que se deveria provavelmente restituir 68 (ξη´) pelos 38 (λη´) mencionados. A razão seria, por um lado, a homologia com P 76 e, por outro, o facto de que a soma obtida na reunião dos *Problemas Físicos* (DL 120, A 110) com os *Problemas Adicionais* (DL 121, A 112), seria neste caso de setenta livros, que é justamente o número atribuído aos *Problemas a Euquério* que figuram em A 168. Para mais, como já tivemos oportunidade de ver (*supra*, n. 46), a actual colecção de *Problemas* do *corpus aristotelicum* (que conta trinta e oito livros) é sensivelmente metade da colectânea original, o que se aproxima bastante dos sessenta e oito mencionados na referência P 76. A ser assim, o título aqui mencionado seria de facto idêntico a DL 120 e A 110 e representaria a sua versão corrigida; e, nesta medida, o catálogo de Ptolemeu conteria duas referências à mesma colecção: uma referência exacta (P 76), resultante da correcção do título tal como havia sido transcrito na fonte de Diógenes e do catálogo anónimo ou da cópia a partir de uma fonte correcta; e uma referência altamente defeituosa (P 24/24a), resultante de uma má leitura do original grego (divisão de προβλημάτων κατὰ στοιχεῖον em προβλημάτων e em περὶ στοιχείων) e de uma cópia incorrecta do algarismo constante na fonte, já de si errada, de DL 120 e A 110 (*três* em vez de *trinta e oito*).

[49] Embora a colectânea aqui mencionada não seja idêntica à nossa colecção de *Problemas*, é natural que esta resulte de sucessivos acrescentos e correcções da obra original, a qual não pode por isso mesmo considerar-se inteiramente perdida.

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
DL 121	Ἐπιτεθεαμένων (ἐπιτεθειμένων?) προβλημάτων β´ [50]	A 112	Προβλημάτων ἐπιτεθεαμένων (ἐπιτεθειμένων?) [51]	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Problemas Físicos*	**C 82**	A/N/F
		A 168	Συμμίκτων ζητημάτων οβ´, ὥς φησιν Εὔκαιρος ὁ ἀκουστὴς αὐτοῦ [52]	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Problemas Físicos*	**C 82**	A/N/F
DL 122	Ἐγκυκλίων (προβλημάτων) β´	A 113	Ἐγκυκλίων (προβλημάτων) β´	P 78 P 58	Προβλημάτων ἐγκυκλίων δ´ Ἀπορήματα φυσικῶν δ´	= selecção de DL 120-121?	**C 82**	A/S [53]/F
DL 123	Μηχανικὸν α´	A 114	Μηχανικὸν α´	P 20	Μηχανικὰ προβλήματα β´	*(Problemas) Mecânicos*	**83**	E/S
DL 124	Προβλήματα ἐκ τῶν Δημοκρίτου β´	A 116	Προβλημάτων Δημοκριτείων β´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Problemas Retirados de Demócrito*	**84**	A/N/F
DL 125	Περὶ τῆς λίθου α´	A 117	Περὶ τῆς λίθου α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	⊂ Πρ. ἐκ τῶν Δημοκρίτου?	**C 84**	A/N/P
DL 126	Παραβολαὶ α´	A 118	Παραβολῶν α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	⊂ Πρ. ἐκ τῶν Δημοκρίτου?	**C 84**	A/N/P
DL 127	Ἄτακτα ιβ´	A 119	<Ἀ>διατάκτων ιβ´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Miscelâneas*	**85**	A/N/P
DL 128	Ἐξηγημένα κατὰ γένος ιδ´	A 121	Ἐξητασμένων κατὰ γένος ιδ´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	título da secção seguinte? [54]	- - - -	- - - -
DL 129	Δικαιωα̣ματα α´	A 120	Δικαιωμάτων πόλεων α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Reclamações Legais*	**86**	A/N/F
DL 130	Ὀλυμπιονῖκαι α´	A 122	Ολυμπιονῖκας βιβλίον α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Vencedores Olímpicos*	**87**	A/N/F
DL 131	Πυθιονῖκαι μουσικῆς α´	A 123	Πυθιονῖκας βιβλίον α´, ἐν ᾧ Μέναιχμον ἐνίκησεν	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Vencedores Píticos*	**88**	A/N/T
DL 132		A 124	Περὶ μουσικῆς α´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -			

DL 133	Πυθικὸς α΄	A 123	Πυθιονῖκας βιβλίον α΄, ἐν ᾧ Μέναιχμον ἐνίκησεν	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Vencedores Píticos*	**C 88**	A/N/T
DL 134	Πυθιονικῶν ε[λεγχοι α΄	A 123	Πυθιονῖκας βιβλίον α΄, ἐν ᾧ Μέναιχμον ἐνίκησεν	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Vencedores Píticos*	**C 88**	A/N/F
DL 135	Νῖκαι διονυσιακαὶ α΄	A 126	Νικῶν Διονυσιακῶν ἀστικῶν καὶ Ληεναίων α΄	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Vencedores Dionisíacos*	**89**	A/N/P
DL 136	Περὶ τραγῳδιῶν α΄	A 128	Περὶ τραγῳδιῶν α΄	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre as Tragédias*	**90**	A/N/P
DL 137	Διδασκαλίαι α΄	A 129	Περὶ διδασκαλιῶν α΄	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Didascálias*	**91**	A/N/F
DL 138	Παροιμίαι α΄	A 127	Προοιμίων α΄ (Moraux: Παροιμίαι α΄)	P 79	Παραγγέλματα δ΄	*Provérbios*	**92**	A/N/T
DL 139	Νόμος συστατικὸς α΄ (νόμοι συσσιτικοὶ α΄) [55]	A 130	Νόμων συστατικῶν (συσσιτικῶν) α΄ [56]	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Regras Sissíticas*	**93**	A/N/T

---

50 Düring conserva a lição original (p. 48), enquanto Barnes (*The Revised Oxford Edition*, II, p. 2387) opta pela leitura de Moraux.

51 Düring conserva apenas o original (p. 86); a sugestão de leitura corresponde à que Moraux propõe para o título equivalente DL 121.

52 Segundo Moraux (p. 117 e n. 17), é possível que os *Problemas a Euquério* em setenta livros correspondam à reunião dos *Problemas Físicos* (DL 120, A 110) com os *Problemas Adicionais* (DL 121, A 112). Os argumentos são os seguintes: 1) o catálogo de Ptolemeu menciona uma colecção de problemas em sessenta e oito livros (P 76: Προβλημάτων ξη΄); 2) nesta medida, o algarismo que figura nos *Problemas Físicos* pode encontrar-se corrompido, referindo erradamente 38 livros (λη΄) em vez de 68 (ξη΄); 3) a soma dos sessenta e oito livros de *Problemas Físicos* com os dois de *Problemas Adicionais* daria então os setenta livros dos *Problemas a Euquério*, os quais constituiriam neste caso uma edição mais recente das obras anteriores.

53 O fragmento existente coincide com o problema XXX 10 dos actuais *Problemata* (cf. Aulo, *NA* XX 4), o que permite «déduire que les ἐνκύκλια προβλήματα faisaient partie du vieux fond aristotélicien qui est à la base de la collection actuelle» (Moraux, p. 120).

54 Sugestão de Düring a propósito da entrada do catálogo anónimo (p. 91) e que, tal como no caso de DL 128, se afigura muito adequada; aqui todavia os escritos (A 122-131), exceptuando de novo as interpolações tardias (*Cat.* + *Int.* + *APr.*) e as *Constituições*, totalizam apenas 13 livros, contra os 14 anunciados no título colectivo. Faltaria ainda esclarecer o significado da expressão ἐξητασμένων, que não parece cobrar muito sentido neste quadro (embora seja bastante melhor do que o ἐξηγημένα de DL 128).

55 Lição proposta por Rose e seguida por Düring (Νόμος συσσιτικὸς α΄: p. 49) e Barnes (*Rules for Messing*: II, p. 2387).

56 A leitura alternativa συσσιτικῶν segue a que Moraux formula a propósito do título equivalente DL 139, mas não se encontra em Düring (cf. p. 87).

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
DL 140	Νόμοι δʹ (Νόμιμα δʹ) [57]	A 131	Νομίμων δʹ	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Costumes*	**94**	A/N/T
DL 141	Κατηγοριῶν αʹ	A 132	Κατηγοριῶν αʹ	P 29	Κατηγορίαι αʹ	*Categorias*	**95**	D/S
DL 142	Περὶ ἑρμενείας αʹ	A 133	Περὶ ἑρμενείας	P 30	Περὶ ἑρμηνείας αʹ	*Sobre a Interpretação*	**96**	A/S
DL 143	Πολιτεῖαι πόλεων δυοῖν δεούσαιν ἑξήκοντα καὶ ἑκατὸν· κατ ᾽εἴδη· δημοκρατικαί, ὀλιγαρκικαί, τυραννικαί, ἀριστοκρατικαί.	A 135	Πολιτείας πόλεων ἰδιωτικῶν καὶ δημοκρατικῶν καὶ ὀλιγαρκικῶν <καὶ> ἀριστοκρατικῶν καὶ τυραννικῶν ρνηʹ	P 86	Πολιτεῖαι πόλεων ροαʹ	*Constituições* ⊃ ᾽Αθηναίων Πολιτεία	**97**	A/N/F
DL 144	᾽Επιστολαὶ πρὸς Φίλιππον. Σηλυμβρίων ἐπιστολαί. Πρὸς ᾽Αλέξανδρον ἐπιστολαὶ δʹ. Πρὸς ᾽Αντίπατρον θʹ. Πρὸς Μέντορα αʹ. Πρὸς ᾽Αρίστωνα αʹ. Πρὸς ᾽Ολυμπιάδα αʹ. Πρὸς ῾Ηφαιστίωνα αʹ. Πρὸς Θεμισταγόραν αʹ. Πρὸς Φιλόξενον αʹ. Πρὸς Δημόκριτον αʹ. [58]			- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Cartas*	**98**	A/N/F
DL 145	῎Επη, ὧν ἀρχή· ῞Αγνε θεῶν πρέσβιθ᾽ ἑκατηβόλε	A 138	῎Επη, ὧν ἀρχή· ῞Αγνε θεῶν πρέσβιθ᾽ ἑκατηβόλε	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Versos [épicos] que Começam Assim…*	**99**	A/N/P
DL 146	᾽Ελεγεῖαι, ὧν ἀρχή· Καλλιτέκνου μητρὸς θύγατερ	A 139	᾽Ελεγεῖαι, ὧν ἀρχή· Καλλιτέκνου μητρὸς θύγατερ	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Versos Elegíacos que Começam Assim…*	**100**	A/N/P
		A 81	Περὶ φύσεως αʹ	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Física* II? [59]	**C 35**	A/S

A 105 A 169	Πέπλον Πέπλον· περιέχει δὲ ἱστο-ρίανσύμμικτον	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Peplo*	**101**	D [60]/N/P
A 107 A 143	Ἀπορημάτων θεσδίων α΄ (Rose: Ἀ. Ἡσιοδείων α΄) [61] Ἀπορήματα Ἡσιόδου ἐν α΄	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Dificuldades Hesiódicas*	**102**	A/N/P
A 111 A 153 A 154	Μεταφυσικὰ κ΄ [62] Περὶ ῥητορικῆς Τῆς μετὰ <τὰ> φυσικὰ ι΄ [περὶ θεωρηρικῆς (ἐπιστήμης) τῆς μετὰ τὰ φυσικὰ ι΄] [63]	P 56	Τῶν μετὰ τὰ φυσικά ιγ΄	*Metafísica*	**C 25**	A/S
A 115 A 144	Κύκλον περὶ ποιητῶν γ΄ Ἀπορήματα Ἀρχιλόγου Εὐρι-πίδου Χοιρίλου ἐν βιβλίοις γ΄	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Ciclo sobre os Poetas (Dificuldades de Arquíloco, Eurípides e Quérilo)*	**103**	A/N/P
A 136	Συσσιτικῶν προβλημάτων γ΄	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Problemas Sissíticos*	**104**	A/N/P

[57] A segunda leitura é a do catálogo anónimo, que Moraux adopta como correcção (seguido por Düring, p. 49: Νομίμων δ΄). Barnes (II, p. 2387) conserva o original, enquanto o *Dictionnaire des philosophes antiques* (p. 429) oferece as duas versões.

[58] Düring faz uma leitura diferente do início do título: Ἐπιστολαί. Πρὸς Φίλιππον <περὶ> Σηλυμβρίων ἐπιστολαί, πρὸς Ἀλέξανδρον δ΄ ἐπιστολαί, πρὸς Ἀντίπατρον θ΄… (*Cartas*. *Cartas a Filipe sobre os Silímbrios*, *quatro cartas a Alexandre*, *nove cartas a Antípatro*…). Note-se que a mudança do lugar do algarismo nas cartas a Alexandre favorece a interpretação defendida por Moraux (pp. 143-144) de que se trata do número de cartas e não do número de livros.

[59] Ross, *Aristotle's Physics*, pp. 5-6.

[60] Cf. Moraux, p. 196.

[61] Esta lição, que dá mais sentido à sucessão com A 106 e se justifica igualmente à luz da analogia com A 144 e da sobreposição com A 143, é seguida por Moraux (p. 196) e Barnes (II, p. 2388), mas não por Düring (p. 86).

[62] Ver *supra*, n. 15, as reservas de Lord à restituição deste título. Note-se contudo que tais reservas não afectam a presente identificação dos títulos, uma vez que a posição de Lord é a de que esta entrada corresponde a um estádio anterior da *Metafísica* em vinte livros e não que ela corresponde a uma *outra* obra (perdida).

[63] Segundo Moraux, que propõe esta restituição, o número de livros originalmente presente no apêndice é catorze, pois deve ler-se περὶ θεωρηρικῆς τῆς μετα τὰ φυσικὰ ι<γ>΄ em vez da lição dos manuscritos τῆς μετὰ <τὰ> φυσικὰ ι΄ e interpretar-se o algarismo, tal como acontece em Ptolemeu, como o número de ordem e não como o número de livros.

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
		A 137	Ἐπιστολὰς κʹ	P 96	καὶ ἐπιστολαὶ ἄλλαι ἃς εὗρειν Ἀνδρόνικος, ἐν κʹ βιβλίοις	*Cartas Reunidas por Andronico*	**105**	E [64]/N/P
		A 140	Περὶ τῶν Σόλωνοςἀξόνων εʹ	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	Ἀθηναίων Πολιτεία 5-12?	**C 97**	A/S
		A 141 A 142	Περὶ μακαριότητος (ἢ) Τί δήποτε Ὅμηρος ἐποίησεν τὰς Ἡλίου βοῦς [65]	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Bem-Aventurança ou por que é que Homero Inventou o Rebanho do Sol*	**106**	A/N/P
		A 145	Απορημάτων ποιητικῶν αʹ	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Dificuldades Poéticas*	**107**	A/N/P
		A 146	Αἰτίας ποιητικάς	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	= Glosa de A 145? [66]	**C 107**	A/N/P
		A 148	Φυσικῆς ἀχροάσεως ιηʹ (ηʹ) [67]	P 40	Φυσικῆς ἀκροάσεως ηʹ	*Física*	**C 35**	A/S
		A 149	Περὶ γενέσεως καὶ φθορὰς βʹ	P 42	Περὶ γενέσεως καὶ φθορὰς βʹ	*Sobre a Geração e a Corrupção*	**108**	A/S
		A 150	Περὶ μετεώρων δʹ ἢ Μετεωροσκοπικά	P 43	Περὶ μετεώρων δʹ	*Meteorológicos*	**109**	A/S
		A 151	Περὶ πλούτου αʹ (Moraux: Περι οὐρανοῦ δʹ) [68]	P 41	Περὶ οὐρανοῦ καὶ κόσμου δʹ	*Sobre o Céu*	**110**	A/S
		A 152	Περὶ ψυχῆς γʹ	P 44	Περὶ ψυχῆς γʹ	*Sobre a Alma*	**111**	A/S
		A 156	Περὶ ζῴων κινήσεως γʹ	P 47	Περὶ ζῴων κινήσεως αʹ	*Movimento dos Animais*	**112**	D/S
		A 157	Περὶ ζῴων μορίων γʹ	P 50	Περὶ ζῴων μορίων δʹ	*Partes dos Animais*	**113**	A/S
		A 158	Περὶ ζῴων γενέσεως γʹ	P 51	Περὶ ζῴων γενέσεως εʹ	*Geração dos Animais*	**114**	A/S

A 159	Περὶ τῆς τοῦ Νείλου ἀναβάσεως	P 25	Περὶ τοῦ Νείλου γ´	*Sobre as Cheias do Nilo*	**115**	D [69]/N/F
A 160	Περὶ τῆς ἐν τοῖς μαθήμασιν οὐσίας	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Metafísica* M-N?	**C 25**	A/S
A 161	Περὶ συσσιτίων ἢ συμποσίων	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	= Συσσιτικῶν προβλημάτων γ´?	**C 104**	A/N/P
A 162	Περὶ δόξης [70]					
A 163	Περὶ ἀρετῆς [70]					
A 164	Περὶ φωνῆς [70]					
A 165	Περὶ συμβιώσεως ἀνδρὸς καὶ γυναικός	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Vida Conjugal do Marido e da Mulher*	**116**	A/N/P

[64] Cf. Moraux, pp. 143-144.

[65] Referência à *Odisseia* XII 127. Outra interpretação possível consiste em respeitar a separação dos títulos, lendo A 142 como a dificuldade homérica e restituindo A 141 como περὶ μακροβιότητος, o qual constituiria então uma abreviatura de περὶ μακροβιότητος καὶ βραχυβιότητος (= *De longaevitate et brevitate vitae* = *Parva naturalia* 6). A primeira hipótese é contudo a que granjeia maioritário consenso: cf. Düring, p. 87; Barnes, II, p. 2388.

[66] «Αἰτίαι parece designar a forma da discussão própria aos ἀπορηματα e προβλήματα: pergunta-se o διὰ τί e responde-se dando o διότι ou a αἰτία. Cf. Zeller, II, 2[4], p. 108, n. 1; veja-se também a colecção de *Problemas* conservados no *corpus aristotelicum*.» (P. Moraux, p. 252, n. 7.)

[67] Ross (*Aristotle's Physics*, pp. 5-6) sugere uma identificação mais interessante: *Ph.* (8) + *Cael.* (4) + *GC* (2) + *Mete.* (4) fazem o *Curso de Física* em 18 livros (Φυσικῆς ἀχροάσεως ιη´) de que fala este título. Esta restituição é sugestiva, uma vez que permite justificar integralmente o título, sem ter de alegar a tradicional corrupção do algarismo (ιη´ por η´). Duas observações suplementares. 1.ª) Embora não haja nenhum título no catálogo anónimo que mencione a *Física* em oito livros, Ross considera que o presente implica que a *Física* já estava constituída por volta do século III a. C., porque só assim se obtém o total de dezoito livros referidos por este título. Isto não é todavia verdade, porque só o catálogo propriamente dito pode ser situado no século III a. C.; o apêndice é com toda a verosimilhança mais tardio e provavelmente posterior a Andronico. Isto evidentemente não infirma, antes confirma, a hipótese de Ross. 2.ª) Por outro lado, o presente título, a ser lido como Ross sugere, permitiria confirmar que a autenticidade de *Mete.* IV foi sempre admitida na Antiguidade.

[68] Nem Düring (p. 87) nem Barnes (II, p. 2388, por omissão) seguem Moraux nesta restituição.

[69] Cf. Moraux, pp. 253-254.

[70] A sugestão segundo a qual A 162, A 163 e A 164 seriam na verdade capítulos de A 161 é apresentada por Moraux como explicação para a perturbação da ordem alfabética que, segundo ele, é adoptada neste secção do apêndice. A justificação seria a de que os temas atribuídos a estes livros constituiriam tópicos discutidos no decurso das sissítias.

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
		A 166	Νόμους ἀνδρὸς καὶ γαμετῆς	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Leis para os Esposos* Subtítulo do anterior?	**C 116**	A/N/P
		A 170	Περὶ χρόνου	P 91	Περὶ χρόνου α´	*Ph.* IV 10-14 (como tratado separado) [71]	**C 35**	A/S
		A 173	Περὶ ὄψεως β´	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Visão*	**117**	E [72]/N/P
		A 174	Περὶ ἠθικῶν Νικομαχείων	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Ética a Nicómaco*	**118**	A/S
		A 175 A 176 A 177	Ὑποθήκας Περὶ Ἀλέξανδρον η´ Περὶ ῥήτορος ἢ πολιτικοῦ (Ὑποθήκας πρὸς Ἀ. ἢ περὶ ῥήτορος ἢ πολιτικοῦ) [73]	- - - - - - - - - - - -	- -	*Retórica a Alexandre*	**119**	E/S
		A 178	Τέχνην ἐγκωμιαστικήν	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Arte do Elogio*	**120**	E [74]/N/P
		A 179	Περὶ θαυμασίων ἀκουσμάτων	P 18	Θαυμάσια ἀκούσματα	*Sobre os Prodígios Escutados*	**121**	E/S
		A 180	Ἐγκώμια ἢ ὕμνους			*Elogios ou Hinos*	**122**	A/N/P
		A 181	Διάφορα [75]	P 13	Περὶ διαφορᾶς δ´	*Sobre a Diferença*	**123**	A/N/P
		A 182	Ἐρωτικῶν ς´	P 14	Ἐρωτικῶν γ´	= Θέσεις ἐρωτικαὶ (A 66, P 65)?	**C 47**	A/N/P
		A 184	Περὶ ἀνθρώπου φύσεως [76]	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Natureza do Homem*	**124**	A/N/P
		A 185	Περὶ κόσμου γενέσεως	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre o Universo* [77]	**125**	E/S
		A 186	Νόμιμα Ῥωμαίων	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	⊂ Νομίμων (DL 140, A 131)?	**C 94**	A/N/P

A 187	Νομίμων βαρβαρικῶν συναγωγήν	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	⊂ Νομίμων (DL 140, A 131)?	**C 94**	A/N/P
A 188	Ἀνατομὴ ἀνθρώπου	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Anatomia Humana*	**126**	E [78]/N/P
A 189	Ἀπολογία ἀσεβείας πρὸς Εὐρυμέδοντα	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Apologia contra Eurimedonte a propósito da Acusação de Impiedade*	**127**	E/N/T
A 190	Γεωργικά	P 83	Γεωργικῶν ιε´ (ι´)	*Agricultura*	**128**	E/N/F
A 191	Ἐγκώμιον λόγου	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Elogio do Discurso*	**129**	E/N/P
A 192	Μαγικόν	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Mágico*	**130**	E/N/F
A 193	Περὶ σωφροσύνης	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre a Temperança*	**131**	E/N/P
A 194	Ἀλεξάνδρου ἐγκλησία (Moraux: Ἀ. ἔκλησις)	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Recriminação de Alexandre*	**132**	E/N/P

[71] Trata-se de uma sugestão de Ross (*Aristotle's Physics*, pp. 5-6).

[72] Cf. Moraux, p. 258.

[73] Düring junta os títulos 176-177 (Περὶ Ἀλέξανδρον ἢ περὶ ῥητορος ἢ πολιτικοῦ), mas mantém A 175 como uma obra autónoma (p. 188).

[74] Cf. Moraux, pp. 259-260.

[75] Moraux interpreta este título como uma glosa do anterior, formando o título único Εγκώμια ἢ ὕμνους· διάφορα (*Elogios ou Hinos*: *géneros diferentes*). Düring, pelo contrário, aceita a independência dos dois títulos, mas restitui este último como [Περὶ] διάφορα[ς] (p. 88; no que é seguido por Barnes, II, p. 2388). No caso vertente, a interpretação de Düring parece mais consistente, uma vez que o título independente A 181 reaparece, justamente sob a forma Περὶ διάφορας, no catálogo ptolemaico (P 13).

[76] Moraux interpreta este título como uma glosa de A 183 (Περὶ εὐγενείας α´) de modo a justificar a perturbação da ordem alfabética que atribui a esta secção do apêndice. Mas a interpretação é manifesta rebuscada, além de que a alegada ordem alfabética já vem afectada de trás.

[77] Esta restituição é dificultada (mas não impossibilitada) pelo facto de o *De mundo* ainda não ter sido redigido na época da edição de Andronico. Poderá tratar-se de uma adição posterior à lista original.

[78] Este título e os seguintes oito constituem a lista de pseudepígrafos que o catálogo anónimo agrega no final do apêndice.

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
		A 195 A 196	Ἐνκώμιον πλούτου Πρὸς Ἀλεξάνδρον [79]	- - - - - - - -	- -	*Elogio da Riqueza para Alexandre*	**133**	E/N/P
		A 197	Περὶ μεθόδου	- - - -	- - - - - - - - - - - - - - - - -	*Sobre o Método*	**134**	E/N/P
				P 11	Περὶ ἀτόμων γραμμῶν γ´	*Sobre as Linhas Indivisíveis*	**135**	E/S
				P 19	Livro sobre movimentos, intitulado περὶ κινήσεως, em oito livros	= *Física* V, VI, VIII? [80]	**C 35**	A/S
				P 23	Περὶ πνεύματος γ´	*Sobre o Alento*	**136**	E/S
				P 26	Περὶ τοῦ φωλεύειν α´ [81]	*Sobre a Hibernação*	**137**	A/N/P
				P 35	Ἠθικῶν μεγάλων β´	*Grande Moral*	**138**	D/S
				P 45	Περὶ αἰσθήσεως καὶ αἰσθητῶν α´	*Sobre a Sensação*	**139**	A/S
				P 46	Περὶ μνήμης καὶ ἀναμνήσεως. Περὶ ὕπνου καὶ ἐγρηγόρσεως.	*Sobre a Memória* *Sobre o Sono e a Vigília*	**140** **141**	A/S A/S
				P 52	Περὶ ζῴων πορείας α´	*Progressão dos Animais*	**142**	A/S
				P 53	Περὶ μακροβιότητος καὶ βραχυβιότητος α´	*Sobre a Longevidade*	**143**	A/S
				P 54	Περὶ ζωῆς καὶ θανάτου α´	*Sobre a Juventude*	**144**	A/S
				P 57	Ἀπορήματα ὑλικά α´	*Dificuldades Materiais*	**145**	A/N/P

P 60	Διαιρέσεις Πλάτωνος ς´	*Divisões Platónicas*	**146**	E/N/T
P 74	Τέχνη ὁριστικὴ ᾗ´ κέχρηται Θεόφραστος ἐν Ἀναλυτικοῖς προτέροις	*Livro sobre a Arte da Definição que Teofrasto usou para os Primeiros Analíticos*	**147**	A/N/P
P 77	Προβλημάτων προαγορευόμενα γ´	*Precauções em relação aos Problemas*	**148**	A/N/P
P 81	Προβλήματα <κατὰ σποράδην> ἰατρικά ε´	*Problemas Físicos* I (= ὅσα περὶ ἰατρικά) [82]	**149**	E/S
P 82	Περὶ διαίτης α´	⊂ Προβλήματα ἰατρικά ε´?	**C 149**	E/S
P 90	Περὶ τοῦ πρός τι α´	*Sobre o Relativo*	**150**	A/N/P
P 92	Βιβλία ὑπάρχοντα ἐν τῇ Ἀπελλικῶντος βιβλιοθήκῃ·	= Título geral de P 94-98? [83]	**- - -**	
P 93	Ἐπιστολαὶ Ἀριστοτέλους ἃς συνέλεξεν Ἀρτέμων ἐν η´ Βιβλίοις	*Cartas Reunidas por Ártemon* ⊃ DL 144? [84]	**151**	A/N/P

[79] A sugestão da fusão dos títulos 195-196 é do *Dictionnaire des philosophes antiques*, não se encontrando nem em Moraux (cf. p. 266) nem em Düring (cf. p. 89).

[80] Admitindo um erro na compreensão do algarismo (η´ em vez de γ´), na passagem aos Árabes. Note-se que o catálogo de Ptolemeu, pouco fértil em duplicações, já conhece uma edição da *Física* em oito livros (P 40) e que o título περὶ κινήσεως seria pouco vulgar como designação do tratado completo (cf. *supra*, passagem referida na n. 16). Em todo o caso, é com a *Física* que Ross identifica este título.

[81] Um título semelhante é incluído na colecção de Teofrasto transmitida por Diógenes Laércio (V 44, título 47).

[82] É provável que os *Problemas Dispersos de Medicina* a que alude P 81 incluam, ou coincidam com, o primeiro livro da colecção subsistente de *Problemas Físicos*, expressamente dedicado a questões médicas, o qual é referido como uma obra independente pela *Vita Marciana* 4 (seguida pela *Vita Latina* 40 e pela *Vita Lascaris* 3). Uma outra hipótese, mas de mais difícil conciliação cronológica, é que o título corresponda ao apócrifo tardio *Problemata inedita* [*de medicina*].

[83] Düring, p. 245.

[84] Apesar de a recolha de Ártemon conter provavelmente as cartas discriminadas em DL 144, o facto de não se conhecer com segurança o seu conteúdo talvez justifique que se reserve um lugar autónomo para este título, que tudo leva a crer ser genuíno (cf. Moraux, pp. 143-144).

N.º DL	Título em Diógenes	N.º A	Título no Anónimo	N.º P	Título em Ptolemeu	Identificação	N.º	A, B, C
				P 94	Μνημονικὸν ἄλλο	*Outro Memorando*	**152**	A/N/P
				P 95	Πολιτείας β´	*Política* VII-VIII [85]	**C 48**	A/S
				P 97	καὶ ὑπομνήματα ὧν εὑρήσεις τὸν ἀριθμὸν τῶν στίχων καὶ τὰς ἀρχὰς ἐν τῶ´ πέμπτῳ Ἀνδρονίκου Περὶ πίνακος τῶν Ἀριστοτέλους βιβλίων	*Série de Memorandos*	**153**	A/N/P

[85] Düring, p. 230.

2. RESULTADOS ESTATÍSTICOS

1.	Número total das obras constantes nas listas [86]:	**154**
2.	Autenticidade das obras:	
	a) autênticos	**115**
	b) espúrios	**25**
	c) duvidosos	**14**
3.	Relação com o cânone Bekker:	
	a) tratados pertencentes ao cânone Bekker	**39**
	b) tratados não pertencentes ao cânone Bekker	**115**
4.	Estado das obras:	
	a) tratados conservados	**39**
	b) obras existentes em estado fragmentário	**35**
	c) obras conhecidas através de testemunhos antigos	**13**
	d) obras perdidas	**67**
5.	Tratados do *corpus aristotelicum* não mencionados em nenhuma das listas	[87] **8**
6.	Outros tratados atribuídos a Aristóteles e não mencionados em nenhuma das listas	[88] **7**
7.	Número total de obras atribuídas a Aristóteles	**169**

[86] Excluem-se as repetições e as menções a partes de obras sob um título diferente.

[87] Só três pequenos opúsculos dos *Parva naturalia* (respectivamente: *De insomniis*; *De divininatione per somnia*; *De respiratione*) e cinco pseudepígrafos (*De coloribus*; *De audibilibus*; *De plantis*; *Ventorum situs et cognomina*; *De virtutibus et vitiis*) não são referidos por nenhum catálogo. De notar que o original aristotélico do *De plantis* figura nos catálogos antigos (título **71**), sendo aliás mencionado pelas três listas (περι;ὶ φυτῶν β′ = DL 108, A 96, P 55). O mesmo sucede com os *Problemata*, de que só possuímos uma versão tardia; consta com o n.º **82** na nossa relação e figura em todos os catálogos antigos (DL 120, A 110 e 168, P 76).

[88] Trata-se dos seguintes apócrifos tardios: *Divisiones [Pseudo-]Aristoteleae*; *Problemata inedita [de medicina]*; *Liber de causis*; *Liber de pomo*; *Secretum secretorum*; *De lapidibus*; *Theologia.*

3. RELAÇÃO GLOBAL [89]

1. TRATADOS CONSERVADOS

(A)	AUTÊNTICOS	
1.	*Sobre a Interpretação*	[n.º 96 na relação dos catálogos]
2.	*Primeiros Analíticos*	[n.º 39 na relação dos catálogos]
3.	*Segundos Analíticos*	[n.º 40 na relação dos catálogos]
4.	*Tópicos*	[n.º 29 na relação dos catálogos]
5.	*Refutações Sofísticas*	[n.º 26 na relação dos catálogos]
6.	*Física*	[n.º 35 na relação dos catálogos]
7.	*Sobre o Céu*	[n.º 110 na relação dos catálogos]
8.	*Sobre a Geração e a Corrupção*	[n.º 108 na relação dos catálogos]
9.	*Meteorológicos*	[n.º 109 na relação dos catálogos]
10.	*Sobre a Alma*	[n.º 111 na relação dos catálogos]
11.	*Sobre a Sensação* (= *Parva Naturalia* 1)	[n.º 139 na relação dos catálogos]
12.	*Sobre a Memória* (= *PN* 2)	[n.º 140 na relação dos catálogos]
13.	*Sobre o Sono e a Vigília* (= *PN* 3)	[n.º 141 na relação dos catálogos]
14.	***Sobre os Sonhos* (= *PN* 4)**	
15.	***Sobre a Predição pelos Sonhos* (= *PN* 5)**	
16.	*Sobre a Longevidade* (*PN* 6)	[n.º 143 na relação dos catálogos]
17.	*Sobre a Juventude* (= *PN* 7)	[n.º 144 na relação dos catálogos]
18.	***Sobre a Respiração* (= *PN* 8)**	
19.	*História dos Animais*	[n.º 66 na relação dos catálogos]
20.	*Partes dos Animais*	[n.º 113 na relação dos catálogos]
21.	*Progressão dos Animais*	[n.º 142 na relação dos catálogos]
22.	*Geração dos Animais*	[n.º 114 na relação dos catálogos]
23.	*Metafísica*	[nº 25 na relação dos catálogos]
24.	*Ética a Nicómaco*	[n.º 118 na relação dos catálogos]
25.	*Ética a Eudemo*	[n.º 34 na relação dos catálogos]
26.	*Política*	[n.º 48 na relação dos catálogos]
27.	*Retórica*	[n.º 51 na relação dos catálogos]
28.	*Poética*	[n.º 54 na relação dos catálogos]
29.	*Constituição dos Atenienses*	[n.º 97 na relação dos catálogos]
(B)	DUVIDOSOS [90]	
30.	*Categorias*	[n.º 95 na relação dos catálogos]
31.	*Movimento dos Animais*	[n.º 112 na relação dos catálogos]
32.	*Grande Moral*	[n.º 138 na relação dos catálogos]
33.	*Económicos*	[n.º 23 na relação dos catálogos]
(C)	PSEUDEPÍGRAFOS [91]	
34.	*Sobre o Universo*	[n.º 125 na relação dos catálogos]

[89] Os títulos que não figuram em nenhuma das listas antigas das obras de Aristóteles surgem a negro.

[90] Além destes, são classicamente discutidos os seguintes tratados: *Meteorologica* IV; *História dos Animais* VII, VIII 31-30, IX, X; *Metafísica* α; *Metafísica* K.

[91] Entendem-se por esta designação os espúrios incluídos no *corpus* tradicional e acolhidos por Bekker.

35. *Sobre o Alento* [= *Parva naturalia* 9] [n.º 136 na relação dos catálogos]
36. ***Sobre as Cores***
37. ***Sobre aquilo que se ouve***
38. *Fisiognomónicos* [n.º 72 na relação dos catálogos]
39. ***Sobre as Plantas***
40. *Sobre os Prodígios Escutados* [n.º 121 na relação dos catálogos]
41. *[Problemas] Mecânicos* [n.º 83 na relação dos catálogos]
42. *Problemas [Físicos]* [n.º 149 na relação dos catálogos]
43. *Sobre as Linhas Indivisíveis* [n.º 135 na relação dos catálogos]
44. ***Sobre os Lugares e Nomes dos Ventos***
45. *Sobre Melisso, Xenófanes e Górgias* [n.º 62 na relação dos catálogos]
46. ***Virtudes e Vícios***
47. *Retórica a Alexandre* [n.º 119 na relação dos catálogos]

(D) APÓCRIFOS [92]
48. ***Divisões [Pseudo-]Aristotélicas***
49. ***Problemas Inéditos [de Medicina]***
50. ***Livro da Causa***
51. ***Livro da Maçã***
52. ***Segredo dos Segredos***
53. ***Sobre a Pedra***
54. ***Teologia***

2. OBRAS FRAGMENTÁRIAS [93]

(A) AUTÊNTICOS
55. *Sobre a Justiça* [n.º 1 na relação dos catálogos]
56. *Sobre os Poetas* [n.º 2 na relação dos catálogos]
57. *Sobre a Filosofia* [n.º 3 na relação dos catálogos]
58. *Político* [n.º 4 na relação dos catálogos]
59. *Sobre a Retórica ou Grilo* [n.º 5 na relação dos catálogos]
60. *Nerinto* [n.º 6 na relação dos catálogos]
61. *Sofista* [n.º 7 na relação dos catálogos]
62. *O Amante* [n.º 9 na relação dos catálogos]
63. *Banquete* [n.º 10 na relação dos catálogos]
64. *Sobre a Riqueza* [n.º 11 na relação dos catálogos]
65. *Protréptico* [n.º 12 na relação dos catálogos]
66. *Eudemo* [n.º 13 na relação dos catálogos]
67. *Sobre a Oração* [n.º 14 na relação dos catálogos]
68. *Sobre a Nobreza* [n.º 15 na relação dos catálogos]
69. *Sobre o Prazer* [n.º 16 na relação dos catálogos]
70. *Alexandre ou Sobre as Colónias* [n.º 17 na relação dos catálogos]
71. *Sobre a Realeza* [n.º 18 na relação dos catálogos]
72. *Sobre a Educação* [n.º 19 na relação dos catálogos]

---

[92] Entendem-se por esta designação os espúrios não incluídos no *corpus* tradicional nem na edição Bekker.

[93] Consideram-se obras fragmentárias aquelas de que existe pelo menos um fragmento ou testemunho.

73. *Sobre o Bem* [n.º 20 na relação dos catálogos]
74. *Sobre os Contrários* [n.º 28 na relação dos catálogos]
75. *Sobre os Problemas* [n.º 41 na relação dos catálogos]
76. *Sobre as Ideias* [n.º 42 na relação dos catálogos]
77. *Recolha de Artes* [n.º 50 na relação dos catálogos]
78. *Sobre o Conselho* [n.º 58 na relação dos catálogos]
79. *Sobre os Pitagóricos* [n.º 64 na relação dos catálogos]
80. *Dissecções* [n.º 67 na relação dos catálogos]
81. *Sinais de Tempestade* [n.º 75 na relação dos catálogos]
82. *Astronomia* [n.º 76 na relação dos catálogos]
83. *Dificuldades Homéricas* [n.º 80 na relação dos catálogos]
84. *Problemas Físicos em 38 (68) (78) livros* [n.º 82 na relação dos catálogos]
85. *Problemas Retirados de Demócrito* [n.º 84 na relação dos catálogos]
86. *Reclamações Legais* [n.º 86 na relação dos catálogos]
87. *Vencedores Olímpicos* [n.º 87 na relação dos catálogos]
88. *Vencedores Píticos* [n.º 88 na relação dos catálogos]
89. *Didascálias* [n.º 91 na relação dos catálogos]
90. *Provérbios* [n.º 92 na relação dos catálogos]
91. *Regras Sissíticas* [n.º 93 na relação dos catálogos]
92. *Costumes* [n.º 94 na relação dos catálogos]
93. *Constituições* [n.º 97 na relação dos catálogos]
94. *Cartas* [n.º 98 na relação dos catálogos]

(B) DUVIDOSOS

95. *Epítome da* Arte *de Teodectes* [n.º 52 na relação dos catálogos]
96. *Sobre a Filosofia de Arquitas* [n.º 59 na relação dos catálogos]
97. *Sobre as Cheias do Nilo* [n.º 115 na relação dos catálogos]

(C) ESPÚRIOS

98. *Sobre a Medicina* [n.º 73 na relação dos catálogos]
99. *Apologia contra Eurimedonte a propósito da Acusação de Impiedade* [n.º 127 na relação dos catálogos]
100. *Agricultura* [n.º 128 na relação dos catálogos]
101. *Mágico* [n.º 130 na relação dos catálogos]
102. *Divisões Platónicas* [n.º 146 na relação dos catálogos]

3. OBRAS PERDIDAS [94]

(A) AUTÊNTICOS

103. *Menexeno* [n.º 8 na relação dos catálogos]
104. *Excertos das* Leis *de Platão* [n.º 21 na relação dos catálogos]
105. *Excertos da* República [n.º 22 na relação dos catálogos]
106. *Sobre a Paixão e o Padecer* [n.º 24 na relação dos catálogos]
107. *Soluções Erísticas* (= *Divisões Sofísticas*) [n.º 27 na relação dos catálogos]
108. *Memorandos Epiquiremáticos* [n.º 30 na relação dos catálogos]
109. *Proposições* [n.º 31 na relação dos catálogos]

---

[94] Consideram-se obras perdidas aquelas de que não existe nenhum fragmento, nem qualquer testemunho fidedigno sobre o respectivo conteúdo.

110.	*Objecções*	[n.º 32 na relação dos catálogos]
111.	*Silogismos*	[n.º 38 na relação dos catálogos]
112.	*Divisão das Paixões*	[n.º 43 na relação dos catálogos]
113.	*(Definições) Matemáticas*	[n.º 44 na relação dos catálogos]
114.	*Definições*	[n.º 45 na relação dos catálogos]
115.	*Sobre os Epiquiremas*	[n.º 46 na relação dos catálogos]
116.	*Teses Epiquiremáticas*	[n.º 47 na relação dos catálogos]
117.	*Sobre os Assuntos Judiciários*	[n.º 49 na relação dos catálogos]
118.	*Tratado do Método*	[n.º 53 na relação dos catálogos]
119.	*Entimemas Retóricos*	[n.º 55 na relação dos catálogos]
120.	*Sobre a Grandeza*	[n.º 56 na relação dos catálogos]
121.	*Divisões dos Entimemas*	[n.º 57 na relação dos catálogos]
122.	*Excertos do* Timeu *e das* [*obras de*] *Arquitas*	[n.º 61 na relação dos catálogos]
123.	*Selecta de Dissecções*	[n.º 68 na relação dos catálogos]
124.	*Sobre os Animais Compostos*	[n.º 69 na relação dos catálogos]
125.	*Sobre os Animais Mitológicos*	[n.º 70 na relação dos catálogos]
126.	*Sobre as Plantas*	[n.º 71 na relação dos catálogos]
127.	*Sobre a Unidade*	[n.º 74 na relação dos catálogos]
128.	*Sobre a Música*	[n.º 78 na relação dos catálogos]
129.	*Memorando*	[n.º 79 na relação dos catálogos]
130.	*[Questões] Poéticas*	[n.º 81 na relação dos catálogos]
131.	*Miscelâneas*	[n.º 85 na relação dos catálogos]
132.	*Vencedores Dionisíacos*	[n.º 89 na relação dos catálogos]
133.	*Sobre as Tragédias*	[n.º 90 na relação dos catálogos]
134.	*Versos [épicos] que começam assim…*	[n.º 99 na relação dos catálogos]
135.	*Versos elegíacos que começam assim…*	[n.º 100 na relação dos catálogos]
136.	*Dificuldades Hesiódicas*	[n.º 102 na relação dos catálogos]
137.	*Ciclo sobre os Poetas (Dificuldades de Arquíloco, Eurípides e Quérilo)*	[n.º 103 na relação dos catálogos]
138.	*Problemas Sissíticos*	[n.º 104 na relação dos catálogos]
139.	*Sobre a Bem-Aventurança ou por que é que Homero Inventou o Rebanho do Sol*	[n.º 106 na relação dos catálogos]
140.	*Dificuldades Poéticas*	[n.º 107 na relação dos catálogos]
141.	*Sobre a Vida Conjugal do Marido e da Mulher (Leis para os Esposos)*	[n.º 116 na relação dos catálogos]
142.	*Elogios ou Hinos*	[n.º 122 na relação dos catálogos]
143.	*Sobre a Diferença*	[n.º 123 na relação dos catálogos]
144.	*Sobre a Natureza do Homem*	[n.º 124 na relação dos catálogos]
145.	*Sobre a Hibernação*	[n.º 137 na relação dos catálogos]
146.	*Dificuldades Materiais*	[n.º 145 na relação dos catálogos]
147.	*Livro sobre a Arte da Definição que Teofrasto Usou para os* Primeiros Analíticos	[n.º 147 na relação dos catálogos]
148.	*Precauções em Relação aos Problemas*	[n.º 148 na relação dos catálogos]
149.	*Sobre o Relativo*	[n.º 150 na relação dos catálogos]
150.	*Cartas Reunidas por Ártemon*	[n.º 151 na relação dos catálogos]
151.	*Outro Memorando*	[n.º 152 na relação dos catálogos]
152.	*Série de Memorandos*	[n.º 153 na relação dos catálogos]

(B) DUVIDOSOS

153.	*Divisões*	[n.º 36 na relação dos catálogos]
154.	*Sobre as Divisões*	[n.º 37 na relação dos catálogos]
155.	*Sobre Espêusipo e Xenócrates*	[n.º 60 na relação dos catálogos]

156. *Contra Alcméon* [n.º 63 na relação dos catálogos]
157. *Contra Zenão* [n.º 65 na relação dos catálogos]
158. *Óptica* [n.º 77 na relação dos catálogos]
159. *Peplo* [n.º 101 na relação dos catálogos]

(C) ESPÚRIOS
160. *Sobre a Paixão da Cólera* [n.º 33 na relação dos catálogos]
161. *Cartas Reunidas por Andronico* [n.º 105 na relação dos catálogos]
162. *Sobre a Visão* [n.º 117 na relação dos catálogos]
163. *Arte do Elogio* [n.º 120 na relação dos catálogos]
164. *Anatomia Humana* [n.º 126 na relação dos catálogos]
165. *Elogio do Discurso* [n.º 129 na relação dos catálogos]
166. *Sobre a Temperança* [n.º 131 na relação dos catálogos]
167. *Recriminação de Alexandre* [n.º 132 na relação dos catálogos]
168. *Elogio da Riqueza para Alexandre* [n.º 133 na relação dos catálogos]
169. *Sobre o Método* [n.º 134 na relação dos catálogos]

II
METAFÍSICA: UM ROTEIRO

1	A 3, 983a24-26 K 1, 1059a18-20	A filosofia primeira é a ciência das primeiras causas e dos primeiros princípios.
2	Γ 1, 1003a26-27 Γ 1, 1003a31-32 Γ 2, 1003b17-19 E 1, 1025b3-4 E 4, 1028a3-4	Ciências das primeiras causas e dos primeiros princípios, *isto é*, ciência das causas e princípios *do ente enquanto ente*.
3	Δ 7 E 2, 1026a33-b2 (Θ 10, 1051a34-b2)	Os quatro sentidos de «ente»: por acidente; por si mesmo; como verdadeiro e falso; como acto e potência.
4	E 4, 1027b29-1028a4 K 8, 1065a21-26	Correcção e restrição do elenco anterior: ente por acidente e ente como verdadeiro e falso devem ser dispensados.
5	Δ 7, 1017a8-22 Δ 30 E 2-3 K 8, 1064b15-1065a21	Análise dos sentidos dispensados: o ente por acidente.
6	Δ 7, 1017a31-35 Δ 29 E 4 θ 10	Análise dos sentidos dispensados: o ente como verdadeiro e falso.
7	Γ 1-2	Como é possível uma ciência do ente enquanto ente e o que vem a ser tal ciência? [1]
8	Γ 1-2	Resposta 1: A ciência do ente enquanto ente é possível porque todo o ente se diz *em relação a um* sentido primário (a substância).
9	Γ 2 Z 1	Resposta 2: Em conformidade, a ciência do ente enquanto ente é *a ciência da substância*.
10	B 1, 995b14-18; B 2, 997a34-998a19 B 1, 995b31-36; B 4, 999a24-b24 Z 2, 1028b27-31 K 2, 1060a3-36	Só existem substâncias sensíveis ou existem também substâncias não-sensíveis? E integram um único género ou constituem dois géneros diferentes? (Aporia 4 e Aporia 8)

[1] Obviamente não existe no texto de *Metaph.* Γ 1-2 nenhuma divisão entre a pergunta (7) e as respostas (8-9). Aliás a pergunta não chega a ser formulada expressamente: a primeira parte é assumida desde o início do livro («há uma ciência que estuda o ente enquanto ente…»); a segunda surge apenas implicitamente como a questão reitora de Γ 1-2.

11	I 10, 1058b26-1059a14	Resposta (implícita): As substâncias distribuem-se por dois grandes géneros, sensível e não-sensível.
12	B 1, 995b10-14; B 2, 997a15-25	É a mesma ciência que deve estudar todas as substâncias, ou há várias ciências para esse efeito? (Aporia 3)
13	E 1	Resposta: a filosofia primeira estuda todas as substâncias enquanto tais, o que engloba tanto as substâncias sensíveis como as não-sensíveis.
14	Z 2	Programa do estudo da substância.
15	Z 3	Análise da substância em geral.
16	Z 3, 1029a33-34 Z 11, 1037a10-17 [2] Z 17, 1041a6-9 H 1, 1042a24-25 H 2, 1042b10-11 H 2, 1043a26-28 H 3, 1043a37-b1	Passagem ao estudo das substâncias sensíveis.
17	Z-Θ	Estudo das substâncias sensíveis.
18	Λ 1, 1069a30-b2 Λ 6, 1071b3-5	Passagem ao estudo das substâncias não-sensíveis.
19	Λ 6-9	Estudos das substâncias não-sensíveis (os motores imóveis).
20	B 1, 995b14-18; B 2, 997a34-998a19 B 1, 996a12-15; B 5, 1001b26-1002b11	Há um único género de substâncias não-sensíveis (o já tratado) ou há vários? (Aporia 4) Em particular, números, linhas, figuras e pontos são certas substâncias ou não? E, se são, estão separados dos sensíveis ou estão neles inerentes? (Aporia 14)
21	M 1, 1076a8-32 N 3, 1091a18-22	Necessidade de estudar os outros candidatos a substâncias não-sensíveis (ideias e objectos matemáticos).
22	M-N	Estudo dos outros candidatos a substâncias não-sensíveis (ideias e objectos matemáticos).
23	B 1, 995b18-27; B 2, 997a25-34	A filosofia primeira deve estudar as substâncias apenas, ou também os seus atributos gerais como «mesmo», «outro», «semelhante», «dissemelhante», «contrário», «anterior» e «posterior»? (Aporia 5)
24	Γ 2, 1003b22-1005a18 K 3, 1061b4-11	Resposta: à ciência do ente enquanto ente pertence estudar também a unidade e outros predicados *per se* do ente enquanto ente.

[2] Nesta passagem e nas seguintes, Aristóteles relembra que são as substâncias sensíveis que se encontram em causa na análise em curso.

25	I 1-10	Estudo dos atributos gerais da substância, sensível ou não-sensível.
26	B 1, 995b6-10; B 2, 996b26-997a15	A filosofia primeira deve estudar apenas os princípios da substância ou também os princípios maximamente comuns? (Aporia 2)
27	Γ 3, 1005a19-29 Γ 3, 1005b5-17 K 4, 1061b17-27	Resposta: à ciência do ente enquanto ente cabe ainda investigar os princípios comuns que estão supostos em todo o argumento, como por exemplo o princípio de contradição.
28	Γ 3-8	Estudo dos princípios maximamente comuns.

III

FRAGMENTOS DAS OBRAS EXOTÉRICAS DE ACORDO COM A EDIÇÃO ROSS

Título	N.º frs. conserv.	Identificação	Menção do livro	Citações	Refs. directas ao conteúdo	Import. filosófica
Grilo	3	R1 = R^{2}57 = R^{3}68 R2 = R^{2}58 = R^{3}69 R3 = R^{2}133 = R^{3}139	R2	0	R1	Nula
Banquete	12	R1 = R^{2}175 = R^{3}100 R2 = R^{2}108 = R^{3}101 R3 = R^{2}98 = R^{3}102 R4 = R^{2}99 = R^{3}103 R5 = R^{2}100 = R^{3}104 R6 = R^{2}218 = R^{3}105 R7 = R^{2}101 = R^{3}106 R8 = R^{2}102 = R^{3}107 R9 = R^{2}103 = R^{3}108 R10 = R^{2}104 = R^{3}109 R11 = R^{2}105-6 = R^{3}110-1 R12	R2, R4, R5, R7, R8, R9, R11	R5, R7, R8, R11	R2, R4, R9 R3 (?) R1 (???) R6 (???) R10 (???) R12 (???)	Fraca
Sofista	3	R1 = R^{2}54 = R^{3}65 R2 = R^{2}55 = R^{3}66 R3 = R^{2}56 = R^{3}67	R1	0	R1, R2 R3 (?)	Nula
Eudemo	12	R1 = R^{2}32 = R^{3}37 = W1 R2 = R^{2}33 = R^{3}38 = W2 R3 = R^{2}33 = R^{3}39 = W3 R4 = R^{2}34 = R^{3}40 = W4 R5 = R^{2}35 = R^{3}41 = W5	R1, R2, R6, R7, R9	R6	R1, R7, R9 R3 (?) R4 (?) R11 (???)	Sim

		R6 = $R^2$40 = $R^3$44 = W6 R7 = $R^2$41 = $R^3$45 = W7 R8 = $R^2$42 = $R^3$46 = W8 R9 = $R^2$38 = $R^3$43 R10 R11 R12				
Nerinto	1	R1 = $R^2$53 = $R^3$64	R1	0	0	Nula
Amante	4	R1 = $R^2$91 = $R^3$96 R2 = $R^2$92 = $R^3$97 R3 = $R^2$93 = $R^3$98 R4	- - -	R4 (?)	R1 (?) R2 (?) R3 (?)	Fraca
Protréptico	22	R1 = $R^2$47 = $R^3$50 = W1 R2 = $R^2$50 = $R^3$51 = W2 R3 = $R^2$89 = $R^3$57 = W3 R4 = W4 R5 = $R^3$52 = W5 R6 = W6 R7 = W7 R8 = $R^2$1 = $R^3$53 = W8 R9 = $R^3$55 = W9 R10*a* = $R^2$49 = $R^3$59 = W10*a* R10*b* = $R^2$36 = $R^3$60 = W10*b* R10*c* = $R^2$48 = $R^3$61 = W10*c* R11 = W11 R12 = $R^3$58 = W12 R13 = W13 R14 = W14 R15 = W15 R16 = $R^2$77 = $R^3$90 = W16	R1, R2	R2 R16 (???)	R1	Sim

Título	N.º frs. conserv.	Identificação	Menção do livro	Citações	Refs. directas ao conteúdo	Import. filosófica
Protréptico		R17 = R^{3}54 R18 = W18 R19 = R^{3}25 = W19 R20				
Sobre a Riqueza	3	R1 = R^{2}86 = R^{3}56 R2 = R^{2}87 = R^{3}89 R3	R3	0	R3 R1 (?)	Fraca
Sobre a Oração	1	R1 = R^{2}46 = R^{3}49 = W1	R1	0	R1	Sim
Sobre a Nobreza	4	R1 = R^{2}82 = R^{3}91 R2 = R^{2}83 = R^{3}92 R3 = R^{2}84 = R^{3}93 R4 = R^{2}85 = R^{3}94	R1, R2, R3, R4	R1, R2, R4	R3	Sim
Sobre o Prazer	1	R1 = R^{2}72 = R^{3}83	- - - [1]	R1		Fraca
Sobre a Educação	2	R1 = R^{2}51 = R^{3}62 R2 = R^{2}52 = R^{3}63	R2	0	R2	Fraca
Sobre a Realeza	2	R1 = R^{2}78 = R^{3}646 R2 = R^{2}79 = R^{3}647	R1	0	R1	Fraca
Sobre as Colónias	2	R1 = R^{2}80 = R^{3}648 R2 = R^{2}81 = R^{3}658	R1	0	R1	Fraca
Político	5	R1 = R^{2}70 = R^{3}78 R2 = R^{3}79 R3 = R^{2}94-5 = R^{3}80 R4 R5	R2	R2	R3 (???) R4 (??) R5 (??)	Sim

Sobre os Poetas	8	R1 = $R^{2}59$ = $R^{3}70$ R2 = $R^{2}60$ = $R^{3}71$ R3 = $R^{2}61$ = $R^{3}72$ R4 = $R^{2}62$ = $R^{3}73$ R5 = $R^{2}63$ = $R^{3}81$ R6 = $R^{2}64$ = $R^{3}74$ R7 = $R^{2}65$ = $R^{3}75$ R8 = $R^{2}66$ = $R^{3}76$	R1, R3, R6, R7, R8	R3, R6	R1, R7, R8 R2 (?)	Fraca
Sobre a Filosofia	31	R1 = $R^{2}4$ = $R^{3}1$ = W1 R2 = $R^{2}3$ = $R^{3}2$ = W2 R3 = $R^{2}5$ = $R^{3}3$ = W3 R4 = $R^{2}6$ = $R^{3}4$ = W4 R5 = $R^{2}7$ = $R^{3}5$ = W5 R6 = $R^{2}8$, 29 = $R^{3}6$, 34 = W6 R7 = $R^{2}9$ = $R^{3}7$ = W7 R8 = $R^{2}2$ = $R^{3}13$ = W8 R9 = W9 R10 = $R^{2}10$ = $R^{3}8$ = W10 R11 = $R^{2}11$ = $R^{3}9$ = W11 R12*a* = $R^{2}12$ = $R^{3}10$ = W12*a* R12*b* = $R^{2}13$ = $R^{3}11$ = W12*b* R13 = $R^{2}14$ = $R^{3}12$ = W13 R14 = $R^{2}44$ = $R^{3}14$ = W14 R15 = $R^{2}45$ = $R^{3}15$ = W15 R16 = $R^{2}15$ = $R^{3}16$ = W16 R17 = $R^{2}16$ = $R^{3}17$ = W17	R3, R6, R7, R8, R11, R16, R26, R28	R11 R13 (?) R17 (?) R25 (?)	R3, R6, R7, R8, R16, R26, R28	Sim

[1] O testemunho não diz o título da obra de que a citação é retirada. Rose atribui-a ao *Sobre a Justiça*.

Título	N.º frs. conserv.	Identificação	Menção do livro	Citações	Refs. directas ao conteúdo	Import. filosófica
Sobre a Filosofia		R18 = $R^{2}17$ = $R^{3}18$ = W18 R19*a* = $R^{3}19$ = W19*a* R19*b* = $R^{3}20$ = W19*b* R19*c* = $R^{3}21$ = W19*c* R20 = $R^{2}18$ = $R^{3}22$ = W20 R21 = $R^{2}19$-20 = $R^{3}23$-4 = W21 R22 = W22 R23 = $R^{2}37$ = $R^{3}42$ = W23 R24 = $R^{2}39$ = $R^{3}48$ = W24 R25 = $R^{2}43$ = $R^{3}47$ = W25 R26 = $R^{2}21$ = $R^{3}36$ = W26 R27 = W27 R28 = W30				
Sobre a Justiça	6	R1 = $R^{2}71$ = $R^{3}82$ R2 = $R^{2}73$ = $R^{3}84$ R3 = $R^{2}74$ = $R^{3}85$ R4 = $R^{2}75$ = $R^{3}86$ R5 = $R^{2}76$ = $R^{3}87$ R6 = $R^{3}88$	R1, R2, R5	R1, R2, R5	R4 (?) R6 (???)	Sim
Total	122		43	22	45	

IV
CRONOLOGIAS PROPOSTAS DOS ESCRITOS ARISTOTÉLICOS [1]

Obra	Datas propostas	Autores
Categorias	*c.* 360	Graham, p. 300, n. 17
	360-355	Düring (1966), p. 49
	353	Rist
	Antes de 347	Nuyens, pp. 106-108
	Pouco depois de 347	Lloyd, p. 96
Sobre a Interpretação	360-355	de Vogel, p. 256
	338-336	Düring (1966), p. 49
	333	Nuyens, pp. 108-113
	330-326	Rist
	330-323	Louis (1990), p. 95
		A. Mansion (1945), p. 10
		Riondato, p. 7
		Gauthier, p. 55
Primeiros Analíticos	360-355	Düring (1966), p. 50
	350-344	Ross (1949a), pp. 22-23
	348-347	Gauthier, p. 34 e quadro sinóptico
	347-343	Louis (1990), p. 56
	347-338	Nuyens, pp. 111-115
	341/340	Rist
	340-331	Barnes, pp. 55-57
	Depois de 330	Solmsen, pp. 78-150
Segundos Analíticos	360-355	Düring (1966), p. 50
	350-341	Barnes, pp. 55-57
	Antes de 347	Wians, p. 132
	347-345	Gauthier, p. 34 e quadro sinóptico
	347-344	Ross (1949a), pp. 22-23
	347-343	Louis (1990), p. 56
	341/340	Rist
	338-336	Nuyens, pp. 111-115
Tópicos	*c.* 360	Huby
		Graham, p. 300
	360-355	Düring (1966), p. 49
	350-349	Louis (1990), p. 41
	350-348	Gauthier, p. 34

[1] As obras conservadas são seriadas de acordo com o cânone Bekker (a *Constituição dos Atenienses* figura no fim). Os escritos perdidos seguem a ordem do catálogo de Diógenes.

Obra	Datas propostas	Autores
Tópicos	Antes de 347	Jaeger, p. 61, n.
		Nuyens, pp. 115-118
	343-342	Solmsen
	340	Rist
Refutações Sofísticas	360-355	Düring (1966), p. 49
	350-349	Louis (1990), p. 41
	350-348	Gauthier (quadro sinóptico)
	Antes de 347	Nuyens, pp. 115-118
	343-340	Rist
Física I	355-347	Düring (1966), p. 50
	Antes de 347	Jaeger, pp. 185, 339-340
		Ross (1936)
		Nuyens, pp. 118-121
		de Vogel, pp. 255-256
	347-345	Gauthier, pp. 34-35 e quadro sinóptico
	347-343	Louis (1990), p. 56
	332	Rist
Física II	355-347	Düring (1966), p. 50
	Antes de 347	Jaeger, pp. 185, 339-340
		Ross (1936)
		Nuyens, pp. 118-121
		de Vogel, pp. 255-256
	347-345	Gauthier, pp. 34-35 e quadro sinóptico
	347-343	Louis (1990), p. 56
	345	Rist
Física III-VI	355-347	Düring (1966), p. 50
	Antes de 347	Jaeger, pp. 185, 339-340
		Ross (1936)
		Nuyens, pp. 118-121
		de Vogel, pp. 255-256
	347-345	Gauthier, pp. 34-35 e quadro sinóptico
	347-343	Louis (1990), p. 56
	345	Rist
Física VII	355-347	Düring (1966), p. 50
	350-349	Louis (1990), p. 41
	350-348	Gauthier, p. 35, n. 86
	Antes de 347	Ross (1936)
	345	Rist
Física VIII	347-345	Gauthier, pp. 34-35 e quadro sinóptico
	347-343	Louis (1990), p. 56
	Depois de 334	Ross (1936)
	334-326	Düring (1966), p. 52
	332	Rist

Obra	Datas propostas	Autores
Sobre o Céu	355-347	Düring (1966), p. 50
	350-349	Louis (1990), p. 41
	Antes de 347	Nuyens, p. 123
	Pouco depois de 347	Jaeger, p. 352
	347-345	Gauthier, p. 35 e quadro sinóptico
	345	Rist
Sobre a Geração e a Corrupção	355-347	Düring (1966), p. 50
	350-349	Louis (1990), p. 41
	Antes de 347	Nuyens, p. 123
	Pouco depois de 347	Jaeger, p. 352
	347-345	Gauthier, p. 35 e quadro sinóptico
	345	Rist
Meteorológicos I-III	345-343	Lee (1952), p. xxv
	339	Rist
	Depois de 335	Jaeger [2]
	335-334	Gauthier, p. 44
		Louis (1990), p. 95
Meteorológicos IV	355-347	Düring (1966), p. 50
	350-349	Louis (1990), p. 41
	345-343	Lee (1952), p. xxv
Sobre a Alma	Depois de 335	Jaeger
		Lloyd, p. 105
	335-330	Nuyens, pp. 215-217
	334-322	Düring (1966), p. 52
	330-323	Gauthier, p. 54
	327	Rist
	326-323	Louis (1990), pp. 93-94
	325-324	Ross (1961), p. 11
Sobre a Sensação	Depois de 335	Jaeger
		Nuyens, pp. 170, 251, 255
	333-330	Louis (1990), p. 93
	330-323	Gauthier, p. 54
	327	Rist
Sobre a Memória	Depois de 335	Jaeger
		Nuyens, pp. 251-252, 255
	333-330	Louis (1990), p. 93

[2] As menções de Jaeger sem referência do número das páginas correspondem a datações que, embora não expressas pelo autor, podem ser inferidas da situação que ele imputa às respectivas obras dentro dos três períodos em que divide a evolução aristotélica. As referências omitidas entendem-se portanto para toda a secção em que as obras são abordadas.

Obra	Datas propostas	Autores
Sobre a Memória	330-323 327	Gauthier, p. 54 Rist
Sobre o Sono 1	343-340 Depois de 335 330-323	Louis (1990), p. 69 Jaeger Nuyens, pp. 252-253, 255 Gauthier, p. 55
Sobre o Sono 2	344-343 343-340 Depois de 335	Drossaart Lulofs Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico Louis (1990), p. 69 Jaeger Nuyens, pp. 252-253, 255
Sobre os Sonhos 1	343-340 Depois de 335 330-323	Louis (1990), p. 69 Jaeger Nuyens, pp. 253-254, 255 Gauthier, p. 55
Sobre os Sonhos 2-3	344-343 343-340 Depois de 335	Drossaart Lulofs Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico Louis (1990), p. 69 Jaeger Nuyens, pp. 253-254, 255
Sobre a Predição pelos Sonhos	Depois de 335 333-330 327	Jaeger Nuyens, pp. 253-254, 255 Louis (1990), p. 93 Rist
Sobre a Longevidade	343-340 Pouco antes de 335 Depois de 335 327	Louis (1990), p. 69 Nuyens, pp. 170, 255 Jaeger Rist
Sobre a Juventude	344-343 343-340 Antes de 335 Depois de 335 327	Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico Louis (1990), p. 69 Nuyens, pp. 163-166, 170, 255 Jaeger Rist
Sobre a Respiração	345 344-343 343-340 Antes de 335 Depois de 335	Rist Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico Louis (1990), p. 69 Nuyens, pp. 166-170, 255 Jaeger
História dos Animais	Depois de 347 347-343	Nuyens, p. 158, n. 37 D'Arcy Thompson (1910), p. VIII D'Arcy Thompson (1913), p. 12 A. Mansion (1927), p. 335 Lee (1948), pp. 61-67

Obra	Datas propostas	Autores
História dos Animais		Nuyens, pp. 147-149
		Moraux (1951), p. 339
		Louis (1964), p. xvii
		Düring (1966), p. 51 (*HA* I-VI, VIII)
		Louis (1990), p. 57
	347-345	Gauthier, p. 35 e quadro sinóptico
	345-339	Rist
	344-342	Balme (1987)
		Balme (1991), p. 25
	Depois de 335	Jaeger
Partes dos Animais I	Antes de 347	Balme (1987)
	Antes de 335	Nuyens, p. 158, n. 37
	Depois de 335	Jaeger
	334-322	Düring (1966), p. 52
	333-330	Louis (1956), p. xxvii
		Louis (1990), p. 93
	331	Rist
	330-323	Gauthier, p. 54
Partes dos Animais II-IV	Bastante antes de 347	Balme (1987)
	347-334	Düring (1966), p. 51
	344-343	Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico
	340-335	Louis (1990), p. 79
	Antes de 335	Nuyens, p. 158, n. 37
	Depois de 335	Jaeger
	331	Rist
Movimento dos Animais	Antes de 335	Nuyens, p. 170
	Depois de 335	Jaeger
	334-322	Düring (1966), p. 52
	333-330	Louis (1990), p. 93
	325	Rist
	Pouco antes de 323	Nussbaum, p. 12
Progressão dos Animais	Bastante antes de 347	Balme (1987)
	347-334	Düring (1966), p. 51
	347-345	Gauthier, p. 35 e quadro sinóptico
	345	Rist
	343-340	Louis (1990), p. 69
	Antes de 335	Nuyens, p. 171
	Depois de 335	Jaeger
Geração dos Animais	Antes de 347	Balme (1987)
	347-343	Moraux (1951), p. 339
	Depois de 335	Nuyens, pp. 158, n. 37; p. 171; pp. 256-263
	334-322	Düring (1966), p. 52
	330-322	Gauthier, p. 55
	326-322	Louis (1961), p. xi
		Louis (1990), p. 94
	324	Rist

Obra	Datas propostas	Autores
Metafísica A	Pouco depois de 347	Jaeger, pp. 199-204
		Nuyens, p. 172
	347-345	Ross (1949b), p. 14
		Theiler (1958)
		Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico
		Louis (1990), p. 56
	347-338	Oggioni
	Depois de 338	von Arnim (1928), pp. 5, 6, 30, 35
	331-330	Rist
Metafísica α	347-343	Louis (1990), p. 56
	332	Rist
Metafísica B	355-347	Düring (1966), p. 50
	Pouco depois de 347	Jaeger
		Nuyens, p. 172
	347-345	Theiler (1958)
		Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico
	347-343	Louis (1990), p. 56
	347-338	Oggioni
	Bastante depois de 334	von Arnim (1928), pp. 13-14, 35
	330-328	Rist
Metafísica Γ	Depois de 347	Jaeger
	347-345	Theiler (1958)
		Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico
	347-338	Oggioni
	Bastante depois de 334	von Arnim (1928), pp. 13-14, 35
	334-322	Düring (1966), p. 52
	330-328	Rist
	330-326	Louis (1990), p. 95
Metafísica Δ	350-347	Theiler (1958)
	348-345	Ross (1049b), p. 14
	Depois de 336	Nuyens, p. 175, n. 81
	328-326	Rist
Metafísica E	Depois de 347	Jaeger
	347-345	Theiler (1958)
	347-338	Oggioni
	Pouco antes de 335	Nuyens, pp. 174-175
	Bastante depois de 334	von Arnim (1928), pp. 13-14, 35
	334-322	Düring (1966), p. 52
	330-328	Rist
	330-336	Louis (1990), p. 95
	330-323	Gauthier, p. 55
Metafísica Z, H, Θ	Antes de 335	Jaeger
	335	Theiler (1958)
	Depois de 335	Lloyd, p. 105
	Bastante depois de 334	von Arnim (1928), pp. 13-14, 35

Obra	Datas propostas	Autores
Metafísica Z, H, Θ	334-322	Düring (1966), p. 52
	Depois de 330	Nuyens, pp. 176-181
	330-326	Louis (1990), p. 95
	330-323	Gauthier, p. 55
	327-326	Rist
Metafísica K	348-345	Ross (1049b), p. 14
	Pouco depois de 347	Jaeger
		Nuyens, p. 175
	347-338	Oggioni
	Depois de 334	von Arnim (1928), pp. 34-35
	331	Rist
Metafísica Λ	360-355	Düring (1961), p. 287
		Düring (1966), p. 50
	348-345	Ross (1049b), p. 14
	Pouco depois de 347	Jaeger
	347	Theiler (1958)
	347-343	Louis (1990), p. 56
	Depois 343	A. Mansion (1927), pp. 327-328, 338-341
	343-338	von Arnim (1931), pp. 53-68
	338	Oggioni, p. 29
	Depois de 330	Nuyens, pp. 181-184
	330-323	Gauthier, p. 55
	328	Rist
Metafísica M 1-9	355-347	Düring (1966), p. 50
	347-343	Louis (1990), p. 56
	347-338	Oggioni
	Antes de 336	Jaeger
	336-330	Nuyens, p. 173
	330-323	Gauthier, p. 55
	328	Rist
Metafísica M 9-10	Pouco depois de 347	Jaeger
		Oggioni, pp. 10-12
		Nuyens, p. 172
	347-345	Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico
	328	Rist
Metafísica N	350-347	Theiler (1958)
	348-345	Ross (1049b), p. 14
	Pouco depois de 347	Jaeger
		Oggioni, pp. 10-12
		Nuyens, p. 172
	347-345	Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico
	Depois de 334	von Arnim (1928), pp. 33, 36
	328	Rist
Ética a Nicómaco	Antes de 336	Jaeger
	336-335	Nuyens, pp. 189-193, 197

Obra	Datas propostas	Autores
Ética a Nicómaco	Depois de 335 335-334 334-322 330-336 328-323	Lloyd, p. 105 Gauthier, p. 46 e quadro sinóptico Düring (1966), p. 52 Louis (1990), p. 95 Rist
Grande Moral	360-355	Düring (1966), p. 50
Ética a Eudemo	355-347 348-345 Pouco depois de 347 347-345 347-343 338	Düring (1966), p. 50 Ross (1049b), p. 14 Jaeger Nuyens, pp. 186-189 Gauthier, p. 36 e quadro sinóptico Louis (1990), p. 56 Rist
Política I	347-345 347-334 343-341 336-335 Bastante depois de 335 335 335-323 334-331 330-336 324	von Arnim (1924) Düring (1966), p. 51 Barker (1931) Nuyens, pp. 194 e 197 Jaeger Theiler (1952) Barker (1946) Gauthier, p. 46 e quadro sinóptico Louis (1990), p. 95 Rist
Política II	Pouco depois de 347 345-344 343-341 338-334 334-322 335 330	Jaeger Nuyens, pp. 194-197 Gauthier, pp. 36-37 e quadro sinóptico Barker (1931) Weil Rist Barker (1946) Düring (1966), p. 52 Theiler (1952) von Arnim (1924)
Política III	Pouco depois de 347 347-345 345-344 343-341 338-334 334-322 335	Jaeger Nuyens, pp. 194-197 von Arnim (1924) Gauthier, pp. 36-37 e quadro sinóptico Barker (1931) Weil Rist Barker (1946) Düring (1966), p. 52 Theiler (1952)
Política IV-VI	Depois de 336 336-335	Weil Nuyens, pp. 194 e 197

Obra	Datas propostas	Autores
Política IV-VI	Depois de 335	Jaeger
	335	von Arnim (1924)
	335-334	Gauthier, p. 46 e quadro sinóptico
	334-322	Barker (1931)
		Barker (1946)
		Düring (1966), p. 52
	329-336	Theiler (1952)
		Louis (1990), p. 95
	328	Rist
Política VII-VIII	347-345	Barker (1931)
	347-334	Düring (1966), p. 51
	Pouco depois de 347	Jaeger
		Nuyens, pp. 194-197
	347-345	Gauthier, pp. 36-37 e quadro sinóptico
	347-343	Theiler (1952)
		Weil
	338-334	Rist
	335-323	Barker (1946)
	c. 323	von Arnim (1924)
Retórica	360-355	Solmsen, pp. 208-228
	334-322	Düring (1966), pp. 50-52
	334-331	Gauthier, p. 45 e quadro sinóptico
	333	Rist
	330-326	Louis (1990), p. 95
Poética	360-355	Düring (1966), p. 50
	Depois de 335	Halliwell, p. 330
	335-334	Gauthier, p. 45 e quadro sinóptico
	333	Rist
	330-326	Louis (1990), p. 95
Constituição dos Atenienses	330-323	Weil, pp. 104-116
		Gauthier, p. 55
	328-325	Rist
	328-323	Louis (1990), p. 95
	c. 324	Moraux (1951), pp. 132-133
Sobre a Justiça	355?	Chroust, pp. 6-7
	Posterior a 355	Düring (1961), pp. 287-288
		Düring (1966), p. 50
	353-350	Gauthier, p. 21
		Louis (1990), p. 41
	352-350	Moraux (1957), pp. 124-132
		Moraux (1960)
Sobre os Poetas	360-355	Düring (1966), p. 50
	358-354	Rist
	343-340	Moraux (1951), p. 340
		Gauthier, p. 40
		Louis (1990), p. 67

Obra	Datas propostas	Autores
Sobre a Filosofia	360-355	Theiler (1924)
		Düring (1956)
		Düring (1961), p. 287
		Düring (1966), p. 50
		Berti, pp. 401-409
		Pépin, p. 453
	351-350	Louis (1990), p. 41
	350-348	Chroust, p. 13
		Gauthier, pp. 22-29
	350-347	Wilpert (1957)
	350/349 a 347/346	Chroust
	Antes de 347	Nuyens, pp. 90-106 (em especial, p. 100, n. 50)
	Depois de 347	Jaeger, pp. 147-148, 200-202
		von Arnim (1931), p. 5
		Allan, p. 14
		Ross (1952), p. X
		Saffrey, p. 13, n. 2
		Untersteiner, pp. XVII-XIX
		de Vogel, p. 254, pp. 255-256
		Rist
	347-345	Lesky, p. 587
Político	358-354	Rist
		Louis (1990), p. 39
	358-353	Gauthier, p. 12
	353-348	Bignone, II, pp. 97-102
		Moraux (1951), pp. 336-338
	350	Chroust, pp. 11-12
Grilo	Depois de 362	Allan, p. 2
		Düring (1966), p. 49
	Pouco depois de 362/61	Ross (1952), p. ix
	c. 361	Moraux (1951), pp. 323-324
		Rist
	360/359 – 358/356	Chroust, pp. 1-3
	359-354	Louis (1990), p. 38
	358	Gauthier, p. 11
Protréptico	355-351	Düring (1961), p. 282
	355-347	Düring (1966), p. 50
	c. 354	Allan, p. 2
		Düring (1956), p. 116
		de Vogel, p. 253
	Pouco antes de 353	von der Mühll, pp. 259-265
		Moraux (1951), pp. 324-325
		Lesky, p. 587
		Gauthier, pp. 13-20
		Louis (1990), pp. 40-41
	c. 353	Ross (1952), p. x

Obra	Datas propostas	Autores
Protréptico	Pouco depois de 353	Einarson
		Berti, pp. 465, 522-523, 543
		Rist
	352-350	Chroust, pp. 8-11
	Antes de 347	Jaeger
		Nuyens, pp. 90-106 (em especial, p. 100, n. 50)
	Depois de 347	Theiler (1924), pp. 80-87
		Theiler (1952), p. 66, n. 6
		Zürcher, pp. 23-24
Eudemo	355-347	Düring (1966), p. 50
	c. 354	Jaeger, pp. 52-53, 67
		Nuyens, p. 53; p. 100, n. 50
		P. Wilpert (1949), pp. 126-127
		Moraux (1951), p. 324
		de Vogel, p. 253
	Pouco depois de 354/353	Ross (1952), p. X
	c. 353	Gauthier, pp. 12-13
		Rist
	353-352	Louis (1990), pp. 39-40
	c. 352	Chroust, pp. 7-8
	c. 350	Dancy, p. 255
	c. 344	Gigon, p. 24
Alexandre ou Sobre as Colónias	332-331	Von Ivánka
	Depois de 331	Ross (1952), p. XI
	Depois de 324	Pohlenz, p. 128
		Wilcken, p. 218
		Wilamowitz, I, p. 339, n. 30
	c. 323	Jaeger, pp. 35 e 298
	323-322	Moraux (1951), pp. 345-346
		Louis (1990), p. 99
Sobre a Realeza	343-340	Jaeger, pp. 298-299
		Bignone, II, p. 541, n. 1
		Moraux (1951), pp. 340-341
		Düring (1966), p. 12
		Gauthier, p. 40
		Louis (1990), p. 68
	338	Rist
	Depois de 336	Ross (1952), p. IX
Sobre o Bem	360-355	Düring (1966), p. 50
	357/356-355	Chroust, pp. 5-6
	Antes de 353	Wilpert (1949), pp. 126-127
	351-350	Louis (1990), p. 41
	Depois de 347	S. Mansion (1950), p.145
		Moraux (1951), pp. 325-326
		Rist

Obra	Datas propostas	Autores
Sobre as Ideias	*c.* 365-364	Philippson
		Karpp
		Frank, p. 47, n. 16
	Antes de 360	Theiler (1924)
		Düring (1956)
		Düring (1961), p. 287
		Düring (1966), p. 49
		Berti, pp. 401-409
		Pépin, p. 453
	357-356	Chroust, pp. 3-5
	c. 354	Leszl, p. 352
	351-350	Louis (1990), p. 41
	350-348	Gauthier, pp. 22-29
	Antes de 347	Moraux (1951), pp. 326-336
		Allan, pp. 16-21
		Owen, p. 199
		Fine, pp. 42-43
	Pouco depois de 347	Jaeger, pp. 199-201
		Wilpert (1949), p. 10
		S. Mansion (1949), p. 99
		de Vogel, p. 254, pp. 255-256
		Rist
	347-345?	Lesky, p. 588
Dificuldades Homéricas	360-355	Düring (1966), p. 50
	343-340	Moraux (1951), p. 340
		Gauthier, p. 40
		Louis (1990), p. 67
Reclamações Legais	343-340	Louis (1990), p. 68
	338-334	Moraux (1951), p. 342
Lista dos Vencedores Píticos	340-335	Louis (1990), pp. 78-79
	c. 335	Moraux (1951), pp. 343-344
	334-326	Düring (1966), p. 52
Provérbios	359-354	Louis (1990), p. 39
	358-353	Gauthier, p. 12
	353-348	Moraux (1951), pp. 334-336
	Depois de 338	Blass, pp. 451-453
	depois de 335/334	Bignone, I, pp. 58-61
Constituições	347-334	Düring (1966), p. 51
	343-340	Louis (1990), p. 68
	340	Gauthier, p. 41
	Depois de 335	Jaeger

V

A EVOLUÇÃO DE ARISTÓTELES EM COSMOLOGIA

A despeito das posições em contrário [1], a evolução de Aristóteles nesta matéria parece-nos muito razoavelmente sustentada.

Os meandros dessa evolução foram deslindados por Guthrie em «The Development of Aristotle's Theology» [2].

Ignorando o *De philosophia*, cuja posição a este propósito repousa ultimamente numa referência marginal e algo confusa de Cícero [3], há quatro momentos fundamentais a destacar:

[1] *Sobre o Céu* I-II, que atribui a rotação eterna dos astros (ou, mais precisamente, das esferas em que estão fixos) [4] ao movimento natural do éter.
[2] *Física* VIII, com o qual surge a doutrina do motor imóvel (já antecipada ou referida em numerosas passagens da *Física* e de outros tratados), encarado predominantemente como causa eficiente.
[3] *Metafísica* Λ [5], onde o motor imóvel é entendido exclusivamente como causa final.
[4] *Metafísica* Λ 8, que introduz uma pluralidade de motores imóveis [6], sendo a causa final cósmica apenas o primeiro deles [7].

Os elementos substantivos em que se fundamenta esta seriação são os que seguem.

---

1 Cf. Moraux, *Du ciel*, pp. XL-XLIV, e Solmsen, *Aristotle's System of the Physical World*, p. 241, n. 62, e p. 272, n. 24.

2 Mas ver também *On The Heavens*, pp. XV-XXXVI, bem como von Arnim, «Die Entwicklung der aristotelischen Gotteslehre», e Ross, *Aristotle's Physics*, pp. 94-102.

3 *Nat. deor.* I XIII 33 = *Phil.* R26.

4 *Cael.* II 8, 289b32-33. No mesmo sentido, *Cael.* I 9, 279a18-b3, e *Metaph.* K 6, 1063a15-17.

5 Em especial *Metaph.* Λ 7, 1072a21-31 e 1072b1-11.

6 Cf. *Metaph.* Λ 8, 1073b38-1074a17.

7 Cf. *Metaph.* Λ 8, 1074a31-38.

A *Metafísica* Λ 8 faz menção às investigações astronómicas de Eudoxo e Calipo [8]. Ora estas últimas não foram seguramente empreendidas antes de 330-325, o que situa o texto mesmo na fase final da vida de Aristóteles. Como o capítulo subscreve a posição geral da *Metafísica* Λ sobre o (primeiro) motor imóvel, pode supor-se que ele se encontra em estreita continuidade com este tratado, mas não com a *Física* VIII, que adopta, como vimos, uma interpretação diversa e, além disso, proclama expressamente a preferência pela unicidade do motor imóvel [9].

Quanto ao *De caelo*, a sua explicação para o movimento sideral, de que está ausente, como vimos anteriormente [10], qualquer alusão insofismável ao motor imóvel, situa-o num patamar diferente do destes tratados. E uma vez que a data de redacção da *Metafísica* Λ 8 não admite tempo útil para que Aristóteles houvesse empreendido uma revisão completa da sua cosmologia, tem de concluir-se que ele antecede todos os outros textos.

Uma apreciação (assumidamente subjectiva) do seu estilo e conteúdo confirma isso mesmo.

Se há obra aristotélica acerca da qual se justifique falar em imaturidade, essa é sem dúvida o tratado do Céu.

Não por causa de qualquer «platonismo» tácito ou recessivo, nem pela aproximação de fundo ao pitagorismo, nem ainda pela argumentação geométrica que o percorre.

Mas pelo carácter elementar dos argumentos utilizados e pela estrutura demasiado esquemática da análise, muito diferente da metodologia torturadamente diaporemática que caracteriza os seus grandes tratados teóricos. Há aqui um dogmatismo expositivo que o coloca à parte deles. E até a pouco usual correcção e elegância da escrita é suspeita.

Assim, apesar de o tratado mostrar dominar já as definições técnicas de natureza e entes naturais, a noção de tempo, de continuidade, os princípios do movimento, a classificação dos tipos de mudança, etc., tal como serão introduzidas na *Física* (para cujos livros aliás o *De caelo* abundantemente remete), parece óbvio que, como um todo, o *Sobre o Céu* antecede a *Física*.

---

[8] *Metaph.* Λ 8, 1073b17-38.

[9] Cf. *Ph.* VIII 6, 259a6-20.

[10] Ver o segundo estudo, capítulo VIII, n. 8.

Eis-nos aqui, portanto, perante um caso em que a diferença doutrinária permite sustentar a existência de uma evolução, porque é possível construir uma linha de direcção bem definida sobre a qual se dispõem vários momentos situados entre dois extremos cuja relação evolutiva é por sua vez estabelecida de modo independente (a ausência, no tratado mais antigo, de um conceito estruturante da teoria explicativa do tratado mais moderno).

Duas últimas observações.

Primeira: a par do *Sobre o Céu* podem colocar-se, do ponto de vista da cosmologia, os três primeiros livros dos *Meteorológicos* (e em particular, I 2-3), que a assumem inteiramente, sem ao mesmo tempo conterem nada que se aproxime de uma alusão ao motor imóvel. Isto é, no entanto, um pouco embaraçoso, porque ao mesmo tempo o tratado mostra conhecer e aceitar a teoria dos quatro elementos exposta em *Sobre a Geração e a Corrupção* (II 1-8), que é, pelo argumento da omissão, uma obra manifestamente mais tardia (embora as referências indesmentíveis que ela contém ao motor imóvel ocorram todas no primeiro livro, o que poderia sugerir uma prioridade de *GC* II sobre *GC* I).

Segunda: aos textos precedentes é necessário acrescentar o importante desenvolvimento do *Movimento dos Animais* 1-8 [11], onde se sugere uma *extensão* da doutrina do motor imóvel ao movimento dos animais. A referência implícita à *Metafísica* Λ no capítulo 6 [12], e a extensa alusão canónica ao motor imóvel que move como um fim e um objecto de desejo [13] mostram que o presente tratado se situa cronologicamente na mesma época daquele texto e que lhe é eventualmente posterior.

---

[11] *MA* 1-8, 698a7-702a21.

[12] *MA* 6, 700b7-9.

[13] *MA* 6, 700b23-701a1.

VI
USOS DE οὐσία COMO ESSÊNCIA PORQUE E ENQUANTO δεύτερα οὐσία

Uma demonstração exaustiva desta hipótese está, evidentemente, fora de causa.

Podemos, no entanto, ilustrá-la adicionalmente com algumas passagens, dos mais variados estratos cronológicos, onde normalmente os tradutores (mesmos os mais ferozes cultores do «substancialismo» ou os mais vivos partidários da literalidade) renunciam a restituir οὐσία por substância, quando poderiam facilmente fazê-lo se norteados pela nossa presunção (filosoficamente fundada nos argumentos avançados no estudo) de que οὐσία vale aí por δευτερὰ οὐσία:

> 1) «Dizem-se sinónimas [as coisas] cujo nome é comum e o *enunciado da substância* [λόγος τῆς οὐσίας] correspondente ao nome é o mesmo. Um exemplo: homem e boi como animais; com efeito, cada um deles é chamado pelo nome comum 'animal' e *o enunciado da substância* é o mesmo: pois se tivermos de dar um enunciado daquilo que cada um deles é, isto é, do que é para cada um deles ser um animal, daremos o mesmo enunciado.» [1]
>
> 2) «Com efeito, nunca conhecemos por definição nem aquilo que pertence por si mesmo nem nenhum dos acidentes; a definição consiste no conhecimento *de certa substância* [οὐσίας τινὸς γνωρισμός], e é manifesto que aqueles não são substâncias.» [2]
>
> 3) «Não há demonstração daquilo de que há definição. Com efeito, *a definição é de 'o que é' e da substância* [ὁρισμὸς μὲν γὰρ τοῦ τί ἐστι καὶ οὐσίας], enquanto

---

[1] *Cat.* 1, 1a6-12. Neste ponto, aproximamo-nos da tese defendida por J. P. Anton nos três artigos que dedica ao significado de λόγος τῆς οὐσίας nas *Categorias* 1a (respectivamente, «The Meaning of *ho logos tes ousias*», *JPh*, 62, 1965, p. 607; «The Meaning of ὁ λόγος τῆς οὐσίας in *Categories* 1a1-2, 7», *Platon*, 19, 1967, pp. 17-27; «The Meaning of λόγος τῆς οὐσίας in Aristotle's *Categories* 1a», *Monist*, 52, 1968, pp. 252-267) e nos quais vê bem que οὐσία designa aqui a *espécie*. Já não o seguimos, todavia, na tradução de λόγος por «definição», que nada no contexto nos parece autorizar.

[2] *APo.* II 3, 90b14-17.

todas as demonstrações supõem e assumem 'o que é', por exemplo o que é a unidade e o que é o ímpar no caso das [demonstrações] matemáticas e analogamente nos outros casos.» [3]

4) «É necessariamente por demonstração que se prova tudo que é algo, *excepto a substância* [εἰ μὴ οὐσία εἴη]. Mas o ser não é *substância de nada* [τὸ δ᾽ εἶναι οὐκ οὐσία οὐδενί], pois aquilo que é não é um género.» [4]

5) «Ora são justamente os predicados deste tipo que nós devemos tomar, até ao momento em que, embora cada um deles tenha uma extensão maior [do que a coisa], todos conjuntamente não têm; pois é isso necessariamente *a substância da coisa* [οὐσίαν εἶναι τοῦ πράγματος].» [5]

6) «[A descoberta das diferenças é útil] para conhecer o que é, porque temos por hábito separar *o enunciado próprio da substância de cada coisa* [τὸν ἴδιον τῆς οὐσίας ἑκάστου λόγον] através das diferenças que lhe são apropriadas.» [6]

7) «Com efeito, é necessário que o que define, tendo introduzido [o sujeito] no género, acrescente as diferenças; pois, de entre os elementos da definição, o género parece ser aquele que significa principalmente *a substância do definido* [μάλιστα γὰρ τῶν ἐν τῷ ὁρισμῷ τὸ γένος δοκεῖ <u>τὴν τοῦ ὁριζομένου οὐσίαν</u> σημαίνειν].» [7]

8) «Pois *a substância de cada coisa* compreende o género [ἡ γὰρ <u>οὐσία ἑκάστῳ</u> μετὰ τοῦ γένος].» [8]

9) «Com efeito, nunca vemos os contrários serem *a substância de alguma coisa*» [οὐθενὸς γὰρ ὁρῶμεν <u>τῶν ὄντων οὐσίαν</u> τἀναντιά].» [9]

10) «O propósito visado [τὸ οὗ ἕνεκα] é a forma e a configuração, isto é, o enunciado *da substância de cada coisa* [ὁ λόγος ὁ τῆς ἑκάστου οὐσίας].» [10]

---

[3] *APo.* II 3, 90b29-33.

[4] *APo.* II 7, 92b12-14.

[5] *APo.* II 13, 96a32-35.

[6] *Top.* I 18, 108b4-6.

[7] *Top.* VI 1, 139a28-31.

[8] *Top.* VI 5, 143a18-19.

[9] *Ph.* I 6, 189a29.

[10] *GC* II 9, 335b6-7.

11) «Em certos casos, o fim é a natureza, entendendo por natureza *a forma e a substância* [φύσις δὲ ἣν λέγομεν ὡς εἶδος καὶ οὐσίαν].» [11]

12) «Procuramos investigar e reconhecer a sua natureza *e a sua substância* [da alma] e em seguida aquilo que a acompanha» [ἐπιζητοῦμεν δὲ θεωρῆσαι καὶ γνῶναι τήν τε φύσιν αὐτῆς καὶ τὴν οὐσίαν, εἶθ' ὅσα συμβέβηκε περὶ αὐτήν].» [12]

13) «Assim, é necessário que a matéria e a geração sejam anteriores no tempo, mas no enunciado é *a substância e a forma de cada coisa* [τῷ λόγῳ δὲ τὴν οὐσίαν καὶ τὴν ἑκάστου μορφήν].» [13]

14) «A natureza não faz nada em vão, mas sempre considerando o que é melhor para cada coisa dentro das suas possibilidades e preservando *a substância própria* e a essência de cada uma [διασῴζουσαν ἑκάστου τὴν ἰδίαν οὐσίαν καὶ τὸ τὶ ἦν αὐτῷ εἶναι].» [14]

15) «A natureza, em sentido primeiro e mais preciso, é *a substância* das coisas que têm enquanto tal em si mesmas um princípio de movimento [ἡ οὐσία ἡ τῶν ἐχόντων ἀρχὴν κινήσεως ἐν αὐτοῖς ᾗ αὐτά].» [15]

16) «Mas 'acidente' diz-se também de outro modo, a saber, dos [predicados] que pertencem a cada coisa por si mesma *sem estar na sua substância* [ὅσα ὑπάρχει ἑκάστῳ καθ' αὑτὸ μὴ ἐν τῇ οὐσίᾳ ὄντα].» [16]

[11] *Mete.* IV 2, 379b25-26.

[12] *De an.* I 1, 402a6-7.

[13] *PA* II 1, 646a35-b2.

[14] *IA* 8, 708a10-12.

[15] *Metaph.* Δ 4, 1015a13-15.

[16] *Metaph.* Δ 30, 1025a30-32. Muitas outras passagens poderiam ser aduzidas em abono desta hipótese. Na impossibilidade de as percorrer todas, chamamos ainda a atenção para algumas das mais significativas: *APo.* II 6, 92a6-9; II 7, 92a34--b3; *Top.* VI 3, 140a33-b2; VI 12, 149b37-38; bem como a larga maioria, senão a quase totalidade, das ocorrências de οὐσία nos tratados biológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES *

COLECTÂNEAS E OBRAS COLECTIVAS

Abhandlungen aus dem Gebiete der Philosophie und ihrer Geschichte. Eine Festgabe zum 70. Geburtstag Georg Freiherrn von Hertling gewidmet, Freiburg im Breisgau, Herder, 1913.

Anais da VI Reunião Anual da SBEC 1991, Belo Horizonte, SBEC, 1992.

Ancient Logic and its Modern Interpretations, ed. J. Corcoran, Dordrecht, D. Reidel, 1974.

Aristote aujourd'hui, ed. M. A. Sinaceur, Paris-Toulouse, Unesco — Éditions Erès, 1988.

Aristote et les problèmes de méthode. Communications présentées au Symposium Aristotelicum, ed. S. Mansion, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain — Éditions Béatrice-Nauwelaerts, 1961.

Aristote et Saint Thomas d'Aquin. Journée d'Études Internationales, ed. P. Moraux, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain — Éditions Béatrice--Nauwelaerts, 1957.

Aristote politique. Études sur la Politique d'Aristote, direc. P. Aubenque, ed. A. Tordesillas, Paris, PUF, 1993.

Aristotele nella critica e negli Studi Contemporani, Milano, Vita e Pensiero, 1957.

Aristoteles in der neueren Forschung, ed. P. Moraux, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968.

Aristoteles. Werk und Wirkung, Paul Moraux gewidmet. I: Aristoteles und seine Schule. II: Kommentierung, Überlieferung, Nachleben, ed. J. Wiesner, Berlin, W. de Gruyter, 1985, 1987 (= *Werk und Wirkung*).

Aristotle. A Collection of Critical Essays, ed. J. M. E. Moravcsik, Garden City (NY), Doubleday, 1967.

Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century. Papers of the First Symposium Aristotelicum, ed. I. Düring e G. E. L. Owen, Göteborg, Almqvist and Wiksell, 1960.

* Ver Bibliografia Fundamental.

Aristotle on Dialectic: the Topics. Proceedings of the Third Symposium Aristotelicum, ed. G. E. L. Owen, Oxford, Clarendon Press, 1968.
Aristotle on Nature and Living Things. Philosophical and Historical Studies presented to David M. Balme on his Seventieth Birthday, ed. A. Gotthelf, Pittsburgh, Mathesis & Bristol Classical Press, 1985.
Aristotle on Science: the Posterior Analytics. Proceedings of the Eighth Symposium Aristotelicum, ed. E. Berti, Padova, Antenore, 1981.
Aristotle's Philosophical Development. Problems and Prospects, ed. W. Wians, Lanham (Md.), Rowman and Littlefield Publishers, 1996.
Aristotle Transformed. The Ancient Commentators and their Influence, ed. R. Sorabji, London, Duckworth, 1990.
Articles on Aristotle. I: Science. 2: Ethics and Politics. 3: Metaphysics. 4: Psychology and Aesthetics, ed. J. Barnes, M. Schofield e R. Sorabji, London-New York, Duckworth — St. Martin's Press, 1975-1979.
Autour d'Aristote. Recueil d'études de philosophie ancienne et médiévale offerte à Mgr. A. Mansion, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain — Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1955.
Biologie, logique et métaphysique chez Aristote. Actes du Séminaire CNRS-NSF, ed. D. Devereux e P. Pellegrin, Paris, CNRS, 1990.
The Cambridge Companion to Aristotle, ed. J. Barnes, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
Concepts et catégories dans la pensée antique, ed. P. Aubenque, Paris, Vrin, 1980.
Contre Platon. I: Le platonisme dévoilé. II: Le platonisme renversé, ed. M. Dixsaut, Paris, Vrin, 1993, 1995.
The Critical Approach to Science and Philosophy, ed. M. Bunge, Glencoe (Illinois), The Free Press, 1963.
Exegesis and Argument. Studies in Greek Philosophy presented to Gregory Vlastos, ed. E. N. Lee, A. P. D. Mourelatos, R. M. Rorty, Assen, Van Gorcum, 1973.
Frühschriften des Aristoteles, ed. P. Moraux, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975.
IDEA. VI Colloquio Internazionale, ed. M. Fattori e M. L. Bianchi, Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1990.
Library of the Xth International Congress of Philosophy, Amsterdam, North Holland Publishing Co., 1949.
Logik, Ethik, Theorie der Geisteswissenschaften. XI. Deutscher Kongress für Philosophie, ed. G. Patzig, E. Scheibe, W. Wieland, Hamburg, F. Meiner, 1977.
Logik und Erkenntnislehre des Aristoteles, ed. F. P. Hager, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1972.
Mathematik und Metaphysik bei Aristoteles. Akten des X. Symposium Aristotelicum, ed. A. Graeser, Bern, Haupt, 1987.
Metaphysik und Theologie des Aristoteles, ed. F. P. Hager, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1979[2.]
Méthexis. Études néoplatoniciennes présentées au professeur Évanghélos A. Moutsopoulos, Athènes, CIEPA, 1992.
Die Naturphilosophie des Aristoteles, ed. G. A. Seeck, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975.
Ontologie, théorie, pratique. En hommage à Pierre Aubenque, direc. N. Cordero, Paris, Vrin, 1999.
Paidia: Special Aristotle Issue, ed. G. C. Simmons, Blackport, State University College, 1978.

Pensar a Cultura Portuguesa. Homenagem a Francisco da Gama Caeiro, coordenação de J. Cerqueira Gonçalves, Lisboa, Ed. Colibri/Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993.
Philomathes. Studies and Essays in the Humanities in Memory of Philip Merlan, ed. R. B. Palmer e R. Hamerton-Kelly, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1971.
Philosophical Grounds of Rationality: Intentions, Categories, Ends, ed. R. Grandy and R. Warner, Oxford, Clarendon Press, 1986.
Philosophical Issues in Aristotle's Biology, ed. A. Gotthelf e J. Lennox, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
Pseudo-Aristotle in the Middle Ages. The Theology and other texts, ed. J. Kraye, W. F. Ryan e C. B. Schmitt, London, Warburg Institute, 1986.
Les règles de l'interprétation, ed. M. Tardieu, Paris, Éd. du Cerf, 1987.
Schriften zu den Politika des Aristoteles, ed. P. Steinmetz, Hildesheim, G. Olms, 1973.
Studies in Aristotle, ed. D. O'Meara, Washington (D. C.), Catholic University of America Press, 1981.
Studies in Plato's Metaphysics, ed. R. E. Allen, London-New York, Routledge & Kegan Paul, 1965.
Werner Jaeger Reconsidered. Proceedings of the Second Oldfather Conference, ed. W. M. Carlder III, Atlanta (Ga.), Scholars Press, 1992.
Zweifelhaftes im Corpus Aristotelicum. Studien zu einigen Dubia. Akten des 9. Symposium Aristotelicum, ed. P. Moraux e J. Wiesner, Berlin, W. de Gruyter, 1983.

OBRAS

AA. VV., *Thesaurus Linguae Latinae*, Leipzig, Teubner, 1900 (último fascículo publicado: X 2.8: Pragmaticus-Princeps, 1995).
ALLAN, D. J., *The Philosophy of Aristotle*, Oxford-London-New York, Oxford University Press, 1970[2].
APELT, O., *Beitrage zur Geschichte der griechischen Philosophie*, Leipzig, Teubner, 1891.
AUBENQUE, P., *Le problème de l'Être chez Aristote. Essai sur la problématique aristotélicienne*, Paris, PUF, 1991.
AUSTIN, J. L., *Philosophical Papers*, ed. J. O. Urmson e G. J. Warnock, Oxford, Oxford University Press, 1979[3].
BAILLY, A., *Dictionnaire Grec-Français*, Paris, Hachette, 1950.
BARKER, E. (trad.), *The Politics of Aristotle*, Oxford, Clarendon Press, 1946 (reedição: London-Oxford-New York, Oxford University Press, 1958[9]).
BECKER, A., *Die aristotelische Theorie der Möglichkeitsschlüsse. Eine logisch-philologische Untersuchung der Kap. 13-22 von Aristoteles Analytica priora I*, Berlin, Junker u. Dünnhaupt, 1933.
BERNAYS, J., *Die Dialoge des Aristoteles in ihrem Verhältnisse zu seinen übrige Werken*, Berlin-London, Wilhelm Hertz — Williams and Norgate, 1863.
BERTI, E., *La filosofia del primo Aristotele*, Padova, CEDAM, 1962.
BIDEZ, J., *Un singulier naufrage littéraire dans l'Antiquité — à la recherche des épreuves de l'Aristote perdu*, Bruxelles, Office de Publicité, 1943.
BIGNONE, E., *L'Aristoteles perduto e la formazione filosofica di Epicuro*, I-II, Firenze, La Nuova Italia, 1936.
BIRT, T., *Das antike Buchwesen in seinem Verhältniss zur Litteratur*, Berlin, Hertz, 1882.
BLAIR, G. A., *Energeia and Entelecheia*: «*Act*» *in Aristotle*, Ottawa, University of Ottawa Press, 1992.

BLASS, F. (ed.), *Die attische Beredsamkeit. I: Von Gorgias bis zu Lysias. II: Isokrates und Isaios. III. 1. Demosthenes. 2. Demosthenes' Genossen und Gegner*, Leipzig, Teubner, 1887-1898² (reedição: Hildesheim, G. Olms, 1962).

BOCHENSKI, I. M., *Ancient Formal Logic*, Amsterdam, North-Holland Publishing Company, 1951.

——, *La logique de Théophraste*, Fribourg-en-Suisse, Librairie de l'Université, 1947.

BOEHM, R., *Das Grundlegende und das Wesentliche. Zu Aristoteles' Abhandlung 'Über das Sein und das Seiende' (Metaphysik Z)*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1965 (ed. francesa: *La Métaphysique d'Aristote. Le Fondamental et l'Essentiel*, trad. E. Martineau, revis. e pref. do Autor, Paris, Gallimard, 1976).

BONITZ, H., *Index Aristotelicus, Aristotelis Opera. Editio altera*, ed. I. Bekker, revis. O. Gigon, V, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1961.

BOURGEY, L., *Observation et expérience chez Aristote*, Paris, Vrin, 1955.

BRANDIS, C. A., *De perditis Aristotelis libris de ideis et de bono sive de philosophia*, Bonn, 1823 (dissertação).

——, *Handbuch der Geschichte der griechisch-römischen Philosophie*, I, Berlin, G. Reimer, 1835.

——, *Über die Reihenfolge der Bücher des aristotelischen Organons*, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1833.

BRANDWOOD, L., *A Word Index to Plato*, Leeds, W. S. Maney and Son, 1976.

BRÉHIER, E., *Histoire de la Philosophie. I*, ed. revista P.-M. Schuhl e M. de Gandillac, Paris, Quadrige/PUF, 1983².

CHANTRAINE, P., *Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots*, I--IV, Paris, Ed. Klincksieck, 1968-1980.

CHEVALIER, J., *Histoire de la Pensée. I: La Pensée Antique*, Paris, Flammarion, 1955.

CHROUST, A.-H., *Aristotle. A New Light on His Life and Some of His Lost Works. I: Some Novel Interpretations of the Man and His life. II: Observations on Some of Aristotle's Lost Works*, Notre Dame (Ind.) — London, University of Notre Dame Press — Routledge & Kegan Paul, 1973.

——, *Aristotle's Protrepticus. A Reconstruction*, Notre Dame (Ind.), University of Notre Dame Press, 1964.

COHEN, M. R., NAGEL, E., *An Introduction to Logic and Scientific Method*, New York, Harcourt, Brace and Company, 1934.

DE RIJK, L. M., *The Place of the Categories of Being in Aristotle's Philosophy*, Assen, Van Gorcum, 1952.

DES PLACES, E., *Lexique de la langue philosophique et religieuse de Platon. I-II, Platon, Oeuvres Complètes*, XIV, Paris, Belles Lettres, 1970².

DIRINGER, D., *The Book Before Printing: Ancient, Medieval, and Oriental*, New York, Dover, 1982.

DUMOULIN, B., *Analyse génétique de la Métaphysique d'Aristote*, Paris, Belles-Lettres, 1986.

——, *Recherches sur le premier Aristote. Eudème, De la philosophie, Protreptique*, Paris, Vrin, 1981.

DÜRING, I., *Aristoteles. Darstellung und Interpretation seines Denkens*, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1966.

——, *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, Göteborg-Stockholm, Almqvist & Wiksell, 1957.

——, *Aristotle's Protrepticus. An Attempt at Reconstruction*, Göteborg, Acta Universitatis Gothoburgensis, 1961.

ERNOUT, A., MEILLET, A., *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, ed. J. André, Paris, Klincksieck, 1979⁴.

FINE, G., *On Ideas. Aristotle's Criticism of Plato's Theory of Forms*, Oxford, Clarendon Press, 1993.

FREDE, M., *Essays in Ancient Philosophy*, Minneapolis, Minneapolis University Press, 1987.

GILLISPIE, C. C. (ed.), *Dictionary of Scientific Biography*, I, New York, Charles Scribner's Sons, 1970.

GILSON, E., *L'être et l'essence*, Paris, Vrin, 1962².

GOMPERZ, T., *Griechische Denker. Eine Geschichte der antiken Philosophie*, I-III, Berlin--Leipzig, W. de Gruyter, 1922⁴, 1925⁴, 1931⁴.

GOULET, R. (dir.), *Dictionnaire des philosophes antiques*, I, Paris, CNRS, 1989.

GRAESER, A., *Geschichte der Philosophie. II: Die Philosophie der Antike. 2: Sophistik und Sokratik, Plato und Aristoteles*, München, Beck, 1983.

GRAHAM, D. W., *Aristotle's Two Systems*, Oxford, Oxford University Press, 1987.

GRANT, A. (ed.), *The Ethics of Aristotle Illustrated with Essays and Notes*, I-II, London, Longmans, Green and Co., 1866².

GRAYEFF, F., *Aristotle and His School. An Inquiry into the History of the Peripatos with a Commentary on Metaphysics* Z, H, *and* Θ, London, Duckworth, 1974.

GREETHAM, D. C., *Textual Scholarship*, New York-London, Garland, 1994².

GRENE, M., *A Portrait of Aristotle*, London, Faber and Faber, 1963.

GROTE, G., *Aristotle*, I-II, ed. A. Bain e G. C. Robertson, London, John Murray, 1872.

GUTHRIE, W. K. C., *A History of Greek Philosophy. I: The Earlier Presocratics and the Pytagoreans. II: The Presocratic Tradition from Parmenides to Democritus. III: The Fifth-Century Enlightenment. IV: Plato. The Man and his Dialogues. Earlier Period. V: The Later Plato and the Academy. VI: Aristotle, An Encounter,* Cambridge, Cambridge University Press, 1962, 1965, 1969, 1975, 1978, 1981.

HALLIWELL, S., *Aristotle's Poetics*, Chapel Hill, London, University of North Carolina Press, Duckworth, 1986.

HAMBRUCH, E., *Logische Regeln der platonischen Schule in der aristotelischen Topik*, Berlin, Weidmann, 1904 (reeditado juntamente com Arpe, *Das* τί ἦν εἶαι *bei Aristoteles*, New York, Arno Press, 1976).

HAMELIN, O., *Le système d'Aristote*, ed. L. Robin, Paris, Félix Alcan, 1920.

HAMMOND, N. G. L., SCULLARD, H. H., *Oxford Classical Dictionary*, Oxford, Clarendon Press, 1970².

HEITZ, E., *Die verlorenen Schriften des Aristoteles*, Leipzig, Teubner, 1865.

HINTIKKA, J., *Time and Necessity. Studies in Aristotle's Theory of Modality*, Oxford, Oxford University Press, 1973.

HURLEY, P. J., *A Concise Introduction to Logic*, Belmont (Calif.), Wadsworth Publishing Company, 1994⁵.

HUSIK, I., *Philosophical Essays. Ancient, Mediaeval and Modern*, ed. M. C. Nahm e L. Strauss, Oxford, Blackwell, 1952.

IRWIN, T. H., *Aristotle's First Principles*, Oxford, Clarendon Press, 1988.

JAEGER, W., *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, Berlin, Weidmann, 1912.

——, *Aristoteles. Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*, Berlin, Weidmann, 1923 (trad. castelhana: *Aristóteles. Bases para la historia de su desarollo intelectual*, trad. J. Gaos, Mexico-Madrid-Buenos Aires, FCE, 1983).

JOSEPH, H. W. B., *An Introduction to Logic*, Oxford, At the Clarendon Press, 1916².

KAPP, E., *Greek Foundations of Traditional Logic*, New York, Columbia University Press, 1942.
KENNY, A. J. P., *The Aristotelian Ethics*, Oxford, Oxford University Press, 1978.
KNEALE, W. C., KNEALE, M., *The Development of Logic*, Oxford, Clarendon Press, 1962 (trad. portuguesa: Lisboa, FCG, 1980).
LEAR, J., *Aristotle and Logical Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
LE BLOND, J.-M., *Logique et méthode chez Aristote. Études sur la recherche des principes dans la physique aristotélicienne*, Paris, Vrin, 1973[3].
LEFÈVRE, C., *Sur l'évolution d'Aristote en psychologie*, Leuven, Editions Peters, 1972.
LESKY, A., *Geschichte der griechischen Literatur*, München, K. G. Saur Verlag, 1971[3] (trad. portuguesa: M. Losa, Lisboa, FCG, 1995).
LESZL, W., *Il 'De Ideis' di Aristotele e la teoria platonica delle idee*, Firenze, Olschki, 1975.
LIDDELL, H. G., SCOTT, R., *Greek-English Lexicon. Ninth Edition with a Revised Supplement*, revis. H. S. Jones, Oxford, Clarendon Press, 1996.
LITTIG, F., *Andronikos von Rhodos*, I-III, München, Erlangen, 1890, 1894, 1895.
LLOYD, G. E. R., *Aristotle: The Growth and Structure of His Thought*, Cambridge, At the University Press, 1968.
LORD, C., *The Politics of Aristotle*, Chicago, 1984.
LOUIS, P. (ed.), *De la génération des animaux*, ed. P. Louis, Paris, Belles-Lettres, 1961.
—— (ed.), *Les parties des animaux*, Paris, Les Belles Lettres, 1956.
—— (ed.), *Histoire des animaux*, I, Paris, Les Belles Lettres, 1964.
——, *Vie d'Aristote (384-322 avant Jésus-Christ)*, Paris, Hermann, 1990.
LUGARINI, L., *Il problema delle categorie in Aristotele*, Milano, Nuvolepi, 1955.
LUKASIEWICZ, J., *Aristotle's Syllogistic from the Standpoint of Modern Formal Logic*, Oxford, Oxford University Press, 1957[2] (ed. francesa: trad. F. Caujolle--Zaslawsky, Paris, Librairie Armand Collin, 1972).
LYNCH, J. P., *Aristotle's School. A Study of a Greek Educational Institution*, Berkeley, University of California Press, 1972.
LYON, J., *Structural Semantics. An Analysis of Part of the Vocabulary of Plato*, Oxford, Blackwell, 1963.
MAIER, H., *Die Syllogistik des Aristoteles. I: Die logische Theorie des Urteils bei Aristoteles. II: Die logische Theorie des Syllogismus und die Entstehung der aristotelischen Logik. 1: Formenlehre und Technik des Syllogismus. 2: Die Entstehung der aristotelischen Logik,* Tübingen, Laupp, 1896, 1900.
MANQUAT, M., *Aristote naturaliste*, Paris, Vrin, 1932.
MANSION, A., *Introduction à la Physique aristotélicienne*, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain — Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1945[2].
MANSION, S., *Études aristotéliciennes. Recueil d'articles*, Louvain-la-Neuve, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, 1984.
——, *Le jugement d'existence chez Aristote*, Louvain-Paris, Institut Supérieur de Philosophie — Desclée de Brouwer, 1946.
MCCALL, S., *Aristotle's Modal Syllogisms*, Amsterdam, North-Holland Publishing Company, 1963.
MESQUITA, A. P., *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
——, *O Fédon de Platão*, Lisboa, Texto Editora, 1995.
——, *O Indivíduo. Contributo para uma Definição do Conceito*, dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para a obtenção do Grau de Doutor em Filosofia, Lisboa, 2000.

——, *Reler Platão. Ensaio sobre a Teoria das Ideias*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

MILLER, J. W., *The Structure of Aristotelian Logic*, London, Kegan Paul, 1938.

MONAN, J. D., *Moral Knowledge and Its Methodology in Aristotle*, Oxford, Clarendon Press, 1968.

MORAUX, P., *À la recherche de l'Aristote perdu. Le dialogue sur la justice*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1957.

——, *Der Aristotelismus bei den Griechen von Andronikos bis Alexander von Aphrodisias. I: Die Renaissance des Aristotelismus im I. Jahre vor Christi. II: Der Aristotelismus im I. und II. Jahre nach Christi,* Berlin, W. de Gruyter, 1973, 1984 (= *Der Aristotelismus bei den Griechen*).

——, *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1951.

MURE, G. R., *Aristotle*, Oxford, Oxford University Press, 1964[2].

NUSSBAUM, M. C. (ed.), *De motu animalium*, Princeton, Princeton University Press, 1978.

NUYENS, F. J., *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, Louvain-La Haye-Paris, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie — Martinus Nijhoff — Vrin, 1948 (tradução revista de uma dissertação apresentada em 1939 à Universidade Comunal de Amesterdão sob o título: *Ontwiklelingsmomenten in de zielkunde van Aristoteles*).

OGGIONI, E., *La «filosofia prima» di Aristotele. Saggi di ricostruzione e di interpretazione*, Milano, Vita e Pensiero, 1939.

OWEN, G. E. L., *Logic, Science and Dialectic. Collected Papers in Greek Philosophy*, ed. M. Nussbaum, Ithaca, Cornell University Press, 1986.

OWENS, J., *Aristotle. The Collected Papers of J. Owens*, ed. J. R. Catan, Albany, State University of New York Press, 1981.

——, *The Doctrine of Being in the Aristotelian Metaphysics. A Study in the Greek Background of Mediaeval Thought*, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1951.

PELLEGRIN, P., *La classification des animaux chez Aristote. Statut de la Biologie et unité de l'aristotélisme*, Paris, Belles Lettres, 1982.

POHLENZ, M., *Staatsgedanken und Staatslehre der Griechen*, Leipzig, Teubner, 1923.

PRANTL, C., *Geschichte der Logik im Abendlande*, I-IV, Leipzig, S. Hirzel, 1855-1870.

PREISWERK, A., *Das Einzelne bei Platon und Aristoteles*, Leipzig, Dietrich, 1939.

PREUS, A., *Science and Philosophy in Aristotle's Biological Works*, Hildesheim-New York, G. Olms, 1975.

RABINOWITZ, W. G., *Aristotle's Protrepticus and the Sources of its Reconstruction*, Berkeley, University of California Press, 1957.

RANDALL JR., J. H., *Aristotle*, New York, Columbia University Press, 1962.

RAVAISSON, F., *Essai sur la Métaphysique d'Aristote*, I-II, Paris, Vrin, 1837, 1846.

REYNOLDS, L. D., WILSON, N. G., *Scribes and Scholars*, Oxford, Clarendon Press, 1991[3].

RIONDATO, E., *La teoria aristotelica dell'enunciazione*, Padova, Antenore, 1957.

RIST, J. M., *The Mind of Aristotle. A Study in Philosophical Growth*, Toronto, Toronto University Press, 1989.

ROBIN, L., *Aristote*, Paris, PUF, 1944.

——, *La pensée grecque et les origines de l'esprit scientifique*, Paris, La Renaissance du Livre, 1923.

ROHDE, E., *Psyche. Seelenkult und Unsterblichkeitsglaube der Griechen*, I-II, Tübingen, J .C B. Mohr, 1890, 1894.
ROSE, V., *De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentatio*, Berolini, Georgii Reimeri, 1854.
ROSS, W. D., *Aristotle*, London, Methuen, 1949[5].
—— (ed.), *De anima*, Oxford, Clarendon Press, 1961.
—— (ed.), *Aristotle's Physics. A Revised Text with Introduction and Commentary*, Oxford, Clarendon Press, 1936.
—— (ed.), *Aristotle's Prior and Posterior Analytics. A Revised Text with Introduction and Commentary*, Oxford, Clarendon Press, 1949.
—— (trad.), *The Works of Aristotle Translated into English*, XII, Oxford, Clarendon Press, 1952.
SAFFREY, H. D., *Le* Περὶ φιλοσοφίας *d'Aristote et la théorie platonicienne des idées et des nombres*, Leiden, E. J. Brill, 1955.
SANDYS, J. E., *A History of Classical Scholarship. I: From the Sixth Century B.C. to the End of the Middle Ages*, Cambridge, Cambridge University Press, 1908[3].
SCHUBART, W., *Das Buch bei den Griechen und Römern*, Berlin, G. Reimer, 1907 (terceira edição: Heidelberg, Lambert Schneider, 1962).
SHUTE, R., *On the History of the Process by which the Aristotelian Writings Arrived to their Present Form*, Oxford, Clarendon Press, 1888 (= *History of the Aristotelian Writings*).
SIDGWICK, A., *Elementary Logic*, Cambridge, At the University Press, 1914.
SOLMSEN, F., *Aristotle's System of the Physical World. A Comparison with His Predecessors*, Ithaca, Cornell University Press, 1960.
——, *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, Berlin, Weidmann, 1929.
STEBBING, L. S., *A Modern Introduction to Logic*, London, Methuen, 1930.
THEILER, W., *Zur Geschichte der teleologischen Naturbetrachtung bis auf Aristoteles*, Zürich, K. Hoenn, 1924
THOMPSON, D'A. W., *On Aristotle as a Biologist*, Oxford, Clarendon Press, 1913.
—— (trad.), *The Works of Aristotle Translated into English*, IV, Oxford, Clarendon Press, 1910.
THOMPSON, E. M., *A Handbook of Greek and Latin Palaeography*, London, Kegan Paul, Trench, Trübner & co., 1893 (reedição: Chicago, Argonaut, 1966).
TUGENDHAT, E., ΤΙ ΚΑΤΑ ΤΙΝΟΣ. *Eine Untersuchung zur Struktur und Ursprung aristotelischer Grundbegriffe*, Freiburg-München, Alber, 1988[4].
UEBERWEG, F., *Grundriß der Geschichte der Philosophie, völlig neubearbeitete Ausgabe. Erster Teil: Die Philosophie der Antike. Band 3: Ältere Akademie — Aristoteles — Peripatos,* ed. H. Flashar, Basel-Stuttgart, Schwabe, 1983.
UNTERSTEINER, M., *Aristotele. Della filosofia*, Roma, Edizioni di storia e letteratura, 1963.
VON CHRIST, W., *Geschichte der griechischen Litteratur bis auf die zeit Iustinians*, I-III, revis. O. Stählin e W. Schmid, München, C. H. Beck, 1912-24[6].
VON IVÁNKA, *Die aristotelische Politik und die Stätdtegründungen Alexanders des Grossen. Wege des Verkehrs und der kulturellen Berührung mit dem Orient in der Antike. Zwei Studien zur antiken Geschichte*, Budapest, Pázmány, 1938.
VON WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U., *Aristoteles und Athen*, I-II, Berlin, Weidmann, 1893.
VUILLEMIN, J., *De la logique à la théologie. Cinq études sur Aristote*, Paris, Flammarion, 1967.

WEHRLE, W. E., *The Myth of Aristotle's Development. The Betrayal of Metaphysics*, Lanham (Md.), Rowman and Littlefield Publishers, 2000.

WEIL, R., *Aristote et l'histoire: essai sur la «Politique»*, Paris, Klincksieck, 1960.

WILCKEN, U., *Alexander der Grosse*, Leipzig, Quelle u. Meyer, 1931 (ed. inglesa: trad. G. C. Richards, London, Chatto & Windus, 1932; reedição: rev. E. N. Borza, New York-London, W.W. Norton, 1967).

WILPERT, P., *Zwei aristotelischen Frühschriften über die Ideenlehre*, Regensburg, J. Habbel, 1949 (reeditado parcialmente em: *Frühschriften des Aristoteles*, pp. 111-156).

ZELLER, E., *Die Philosophie der Griechen in ihrer geschichtlichen Entwicklung. I: Allgemeine Einleitung. Vorsokratische Philosophie, II, 1: Sokrates und die Sokratiker. Plato und die alte Akademie. II, 2: Aristotelen und die alten Peripatetiker. III: Die nacharistotelische Philosophie,* Leipzig, Fue's Verlag, 1879[3].

——, *Grundriß der Geschichte der griechischen Philosophie*, décima terceira edição revista por W. Nestle, Leipzig, 1928 (ed. inglesa: *Outlines of the History of Greek Philosophy*, trad. L. R. Palmer, London, Kegan Paul, 1931).

ZÜRCHER, J., *Aristoteles' Werk und Geist*, Paderborn, F. Schöningh, 1952.

ARTIGOS

ANTON, J. P., «The Meaning of *ho logos tes ousias*», *JPh*, 62, 1965, p. 607.

——,«The Meaning of ὁ λόγος τῆς οὐσίας in *Categories* 1a1-2, 7», *Platon*, 19, 1967, pp. 17-27.

——,«The Meaning of λόγος τῆς οὐσίας in Aristotle's *Categories* 1a», *Monist*, 52, 1968, pp. 252-267.

ARPE, C., «Substantia», *Philologus*, 94, 1940, pp. 65-78.

AUBENQUE, P., «Sur l'ambivalence du concept aristotélicien de substance», *Ontologie, théorie, pratique* (manuscrito gentilmente cedido pelo Autor antes da respectiva publicação).

——, «Sur l'inauthenticité du livre K de la *Métaphysique*», *Zweifelhaftes im Corpus Aristotelicum*, pp. 318-344 (reeditado em: *Métaphysique et Théologie*, pp. 288--314).

AUSTIN, J. L., «The Meaning of a Word», *Philosophical Papers*, pp. 55-75.

BALME, D. M., «Aristotle *Historia Animalium* Book Ten», *Werk und Wirkung*, I, pp. 191-206.

——, «Introduction», *History of Animals Books VII-X*, London, Loeb Classical Library, 1991, pp. 1-50.

——, «The Place of Biology in Aristotle's Philosophy», *Philosophical Issues in Aristotle's Biology*, pp. 9-20.

BARKER, E., «The Life of Aristotle and the Composition and Structure of the *Politics*», *CR*, 45, 1931, pp. 162-172 (reeditado em: *Schriften zu den Politika des Aristoteles*, pp. 32-42).

BARNES, J., «Aristotle's Theory of Demonstration», *Phronesis*, 14, 1969, pp. 123-152 (reeditado em: *Articles on Aristotle*, I, pp. 65-87).

——, «Life and Work», *The Cambridge Companion to Aristotle*, pp. 1-26.

——, «Proof and the syllogism», *Aristotle on Science*, pp. 17-59.

BLOCK, I., «The Order of Aristotle's Psychological Writings», *AJPh*, 82, 1961, pp. 50-77.

BONITZ, H., «Über die Kategorien des Aristoteles», *SAWW*, 10.4, 1853, pp. 591-645 (reedição: *Über die Kategorien des Aristoteles*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967).

BRANDIS, C. A., «Über die Schicksale der aristotelischen Bücher und einige Kriterien ihrer Echtheit», *RhM*, 1, 1827, pp. 236-254, 259-286.

BRINK, K. O., «Peripatos», *RE*, 7 (Supp.), 1940, cols. 899-949.

BRINKMANN, K., «The Consistency of Aristotle's Thought on Substance», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 289-302.

BRUNSCHWIG, J., «Note sur la conception aristotélicienne de l'accident», *Méthexis*, pp. 67-80.

BURNYEAT, M., «Aristotle on Understanding Knowledge», *Aristotle on Science*, pp. 97-139.

BYWATER, I., «On a Lost Dialogue of Aristotle», *JPhil*, 2, 1869, pp. 55-69 (reeditado em: *Frühschriften des Aristoteles*, pp. 21-36).

CASE, T., «Aristotle», *Encyclopædia Britannica*, II, pp. 501-522 (reeditado parcialmente em: *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 1-40).

——, «The Development of Aristotle», *Mind*, 34, 1925, pp. 80-86.

CHROUST, A.-H., «A Brief Account of the Reconstruction of Aristotle's *Protrepticus*», *CPh*, 40, 1966, pp. 229-239 (reeditado em: *Aristotle. II: Observations on Some of Aristotle's Lost Works*, pp. 86-104).

——, «Did Aristotle Own a School in Athens?», *RhM*, 115, 1972, pp. 310-318.

——, «*Eudemus* or *On the Soul*. A Lost Aristotelian Dialogue on the Immortality of the Soul», *Mnemosyne*, 19, 1966, pp. 17-30 (reeditado em: *Aristotle. II: Observations on Some of Aristotle's Lost Works*, pp. 43-54).

——, «The First Thirty Years of Modern Aristotelian Scholarship», *C&M*, 24, 1963-1964, pp. 27-57 (reeditado em: *Aristoteles in der neueren Forschung*, pp. 95-143; e em: *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 41-65).

——, «The Lost Works of Aristotle in Pre-Jaegerian Scholarship», *C&M*, 25, 1964, pp. 67-92.

——, «The Miraculous Disappearance and Recovery of the *Corpus Aristotelicum*», *C&M*, 23, 1963, pp. 50-67.

——, «The Probable Date of Some Aristotle's Lost Works», *RSF*, 22, 1967, pp. 3-23 (reeditado em: *Aristotle. II: Observations on Some of Aristotle's Lost Works*, pp. 1-14).

——, «Werner Jaeger and the Reconstruction of Aristotle's Lost Works», *SO*, 42, 1968, pp. 7-43 (reeditado em: *Aristotle. II: Observations on Some of Aristotle's Lost Works*, pp. 231-269).

CODE, A., «Aristotle: Essence and Accident», *Philosophical Grounds of Rationality*, pp. 411-439.

——, «Owen on the Development of Aristotle's Metaphysics», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 303-325.

CORCORAN, J., «Aristotle's Natural Deduction System», *Ancient Logic and Its Modern Interpretations*, pp. 85-131.

COURTINE, J. F., «Note complémentaire pour l'histoire du vocabulaire de l'être: les traductions latines d'*ousia* et la compréhension romano-stoïcienne de l'être», *Concepts et catégories dans la pensée antique*, pp. 33-87.

CROISSANT, J., «Sur la théorie de la définition dans les *Secondes Analytiques* d'Aristote», *Études de Philosophie Ancienne*, pp. 146-160.

DANCY, R. M., «Keeping Body and Soul Together: on Aristotle's Theory of Forms», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 249-287.

DÉCARIE, V., «L'authenticité du livre K de la *Métaphysique*», *Zweifelhaftes im Corpus Aristotelicum*, pp. 295-317 (reeditado em: *Métaphysique et Théologie*, pp. 265--287).

DE GANDT, F., «La *mathésis* d'Aristote. Introduction aux *Analytiques seconds*», *RSPh*, 59, 1975, pp. 564-599.

DE RIJK, L. M., «The Authenticity of Aristotle's *Categories*», *Mnemosyne*, 4, 1951, pp. 129-159.

DE STRYCKER, E., «Concepts-clés et terminologie dans les livres II à VII des *Topiques*. Héritage de l'Académie et apport personnel d'Aristote», *Aristotle on Dialectic*, pp. 141-163.

DE VOGEL, C. J., «Aristotle's Attitude to Plato and the Theory of Ideas According to the *Topics*», *Aristotle on Dialectic*, pp. 91-102.

——, «The Legend of the Platonizing Aristotle», *Aristotle and Plato in the Mid--Fourth Century*, pp. 248-256.

DIESL, H., «Über die exoterischen Reden des Aristoteles», *SbeAW*, 19, 1883, pp. 477-499 (reeditado em: *Frühschriften des Aristoteles*, pp. 37-58).

——, «Zu Aristoteles' *Protreptikos* und Ciceros *Hortensius*», *AGPh*, 1, 1888, pp. 477--497.

DUHOT, J.-J., «L'authenticité des *Catégories*», *RPhA*, 12, 1994, pp. 109-124.

DUMOULIN, B., «L'ousia dans les *Catégories* et dans la *Métaphysique*», *Zweifelhaftes im Corpus Aristotelicum*, pp. 57-72.

——, «Sur l'authenticité des *Catégories* d'Aristote», *Concepts et catégories dans la pensée antique*, pp. 23-31.

DUPRÉEL, E., «Aristote et le traité des *Catégories*», *AGPh*, 22, 1909, pp. 230-251.

DÜRING, I., «Ariston or Hermippus?», *C&M*, 17, 1956, pp. 11-21.

——, «Aristoteles», *RE*, 11 (Supp.), 1968, cols. 159-336.

——, «Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century», *Eranos*, 54, 1956, pp. 109--120 (reeditado em: *Frühschriften des Aristoteles*, pp. 177-190).

——, «Aristotle and the Heritage From Plato», *Eranos*, 62, 1964, pp. 84-99 (reeditado em: *Aristoteles in der neueren Forschung*, pp. 232-249).

——, «Aristotle in the *Protrepticus*», *Autour d'Aristote*, pp. 81-97.

——, «Aristotle on Ultimate Principles from 'Nature and Reality': *Protrepticus* fr. 13», *Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century*, pp. 35-55.

——, «Aristotle's Use of Examples in the *Topics*», *Aristotle on Dialectic*, pp. 202-229.

——, «Did Aristotle Ever Accept Plato's Theory of Transcendent Ideas?», *AGPh*, 48, 1966, pp. 312-316 (reeditado em: *Frühschriften des Aristoteles*, pp. 312-314).

——, «Notes on the History of the Transmission of Aristotle's Writings», *GHArss*, 56, 1950, pp. 35-70.

——, «Problems in Aristotle's *Protrepticus*», *Eranos*, 52, 1954, pp. 139-171.

——, «Ptolemy's Vita Aristotelis Rediscovered», *Philomathes*, pp. 264-269.

DYROFF, A., «Über Aristoteles' Entwicklung», *Abhandlungen aus dem Gebiete der Philosophie und ihrer Geschichte*, pp. 75-93.

EBERT, T., «Aristotelischer und traditioneller Akzidenzbegriff», *Logik, Ethik, Theorie der Geisteswissenschaften*, pp. 338-349.

EINARSON, B., «Aristotle's *Protrepticus* and the Structure of the *Epinomis*», *TAPhA*, 67, 1936, pp. 261-285.

FARIA, M. C. B., «O que era para ser: ensaio sobre uma nova leitura da essência», *Classica (Suplemento 1: Anais da VI Reunião Anual da SBEC, 1991)*, pp. 55-61.

FINE, G., «Forms as Causes: Plato and Aristotle», *Mathematik und Metaphysik bei Aristoteles*, pp. 69-112.

——, «Plato and Aristotle on Form and Substance», *PCPhS*, 29, 1983, pp. 23-47.
FLASHAR, H., «Platon und Aristoteles im *Protreptikos* des Jamblichos», *AGPh*, 47, 1965, pp. 73-79 (reeditado em: *Frühschriften des Aristoteles*, pp. 247-269).
FRANK, E., «The Fundamental Opposition of Plato and Aristotle», *AJPh*, 61, 1940, pp. 34-53, 166-185.
FREDE, M., «Categories in Aristotle», *Studies in Aristotle*, pp. 1-24 (reeditado em: *Essays in Ancient Philosophy*, pp. 29-48).
——, «Stoic vs. Aristotelian Syllogistic», *AGPh*, 56, 1974, pp. 1-32 (reeditado em: *Essays in Ancient Philosophy*, pp. 99-124).
——, «Titel, Einheit und Echtheit der aristotelischen Kategorienschrift», *Zweifelhaftes im Corpus Aristotelicum*, pp. 1-29 (reeditado em: *Essays in Ancient Philosophy*, pp. 11-28).
FREELAND, C. A., «Aristotle's *Poetics* in Relation to the Ethical Treatises», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 327-345.
——, «Scientific Explanation and Empirical Data in Aristotle's *Meteorology*», *OSAPh*, 8, 1990, pp. 67-102 (reeditado em: *Biologie, logique et métaphysique*, pp. 287-320).
GADAMER, H.-G., «Der aristotelische *Protreptikos* und die entwicklungs-geschichtliche Betrachtung der aristotelischen Ethik», *Hermes*, 63, 1928, pp. 138-164.
GARVER, N., «Notes for a Linguistic Reading of the *Categories*», *Ancient Logic and Its Modern Interpretations*, pp. 27-32.
GAUTHIER, R. A., «Introduction», *L'Éthique à Nicomaque*, I.1, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain — Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1970², pp. 10-62.
GERCKE, A., «Aristoteles», *RE*, 2, 1896, cols. 1012-1054.
——, «Ursprung der aristotelischen Kategorienlehre», *AGPh*, 4, 1891, pp. 424-441.
GHELLINCK, A., «L'entré d'*essentia*, *substantia* et d'autres mots apparentés dans le latin médiéval», *ALMA*, 16, 1941, pp. 77-112.
——, «Note complémentaire», *ALMA*, 17, 1942, pp. 120-13.
GIGON, O., «Prolegomena to an Edition of the *Eudemus*», *Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century*, pp. 19-33.
GILL, M. L., «Aristotle's Theory of Causal Action in *Physics* III 3», *Phronesis*, 25, 1980, 129-147.
GILLESPIE, C. M., «The Words εἶδος and ἰδέα in Hippocrates», *CQ*, 26, 1932, pp. 179-203.
GILSON, E., «Notes sur le vocabulaire de l'être», 8, 1946, pp. 150-158 (reeditado em: *L'être et l'essence*, pp. 336-349).
GIORGIANTONIO, M., «Come Werner Jaeger ha inteso Aristotele. I-II», *Sophia*, 27, 1959, pp. 378-380; 28, 1960, pp. 104-107.
GOHLKE, P. E., «Die Entstehungsgeschichte der naturwissenschaftlichen Schriften des Aristoteles», *Hermes*, 59, 1924, pp. 274-306.
GOLDIN, O., «Problems with Graham's Two-Systems Hypothesis», *OSAPh*, 7, 1989, pp. 203-213.
GOTTSCHALK, H. B., «Notes on the Wills of the Peripatetic Scholars», *Hermes*, 100, 1972, pp. 314-342.
GRAHAM, D. W., «Two Systems in Aristotle», *OSAPh*, 7, 1989, pp. 215-231.
GRAYEFF, F., «The Problem of the Genesis of Aristotle's Text», *Phronesis*, 1, 1955--1956, pp. 105-122.
GUAZZONI FOÀ, V., «W. Jaeger e l'evoluzione del pensiero aristotelico nella *Metaphysica*», *Aristotele nella Critica e negli Studi Contemporani*, pp. 71-107.

GUTAS, D., «The Spurious and the Authentic in the Arabic Lives of Aristotle», *Pseudo-Aristotle in the Middle Ages*, pp. 15-30.

GUTHRIE, W. K. C., «The Development of Aristotle's Theology — I», *CQ*, 27, 1933, pp. 162-171; 28, 1934, pp. 90-98 (reeditado em: *Metaphysik und Theologie des Aristoteles*, pp. 75-95; 96-113).

HADOT, I., «Aristote dans l'enseignement philosophique néo-platonicien: les préfaces des Commentaires sur les *Catégories*», *RThPh*, 124, 1992, pp. 407--425.

——, «La division néo-platonicienne des écrits d'Aristote», *Werk und Wirkung*, II, pp. 249-285.

——, «Les introductions aux commentaires exégétiques chez les auteurs néo--platoniciens et les auteurs chrétiens», *Les règles de l'interprétation*, pp. 99--122.

HARDIE, W. F. R., «Aristotle's Treatment of the Relation Between the Soul and the Body», *PhilosQ*, 14, 1964, pp. 53-72.

HARTMANN, N., «Zur Lehre von Eidos bei Platon und Aristoteles», *Kleinere Schriften*, II, pp. 129-164.

HINTIKKA, J., «Aristotle's Different Possibilities», *Inquiry*, 3, 1960, pp. 17-28 (reeditado em: *Aristotle*, pp. 34-50; e em: *Time and Necessity*, pp. 27-40).

HIRZEL, R., «Über den *Protreptikos* des Aristoteles», *Hermes*, 10, 1876, pp. 61-100.

HOFFMANN, P., «Les catégories ΠΟΥ et ΠΟΤΕ chez Aristote et Simplicius», *Concepts et catégories dans la pensée antique*, pp. 217-245.

HOGAN, J., «The Dialectic of Aristotle», *PhS*, 5, 1955, pp. 3-21.

HUBY, P. M., «The Date of Aristotle's *Topics* and its Treatment of the Theory of Ideas», *CQ*, 12, 1962, pp. 72-80.

——, «The Transmission of Aristotle's Writings and the Places where Copies of his Works Existed», *C&M*, 30, 1969, pp. 241-257.

HUSIK, I., «The *Categories* of Aristotle», *Philosophical Essays*, pp. 96-112.

——, «On the Categories of Aristotle», *PhR*, 13, 1904, pp. 514-528.

——, «The Authenticity of Aristotle's *Categories*», *JPh*, 36, 1939, pp. 427-431.

JANNONE, A., «I logoi essoterici di Aristotele», *AIV*, 113, 1954/1955, pp. 249-279.

——, «Les oeuvres de jeunesse d'Aristote et les Λόγοι ἐξωτερικοί», *RCCM*, 1, 1959, pp. 197-207.

JONES, B., «An Introduction to the First Five Chapters of Aristotle's *Categories*», *Phronesis*, 20, 1975, pp. 146-172.

KAHN, C. H., «The Role of Nous in the Cognition of First Principles in *Anal. Post.* II 19», *Aristotle on Science*, pp. 385-414.

KAPP, E., «Syllogistik», *RE*, 4 A, 1931, cols. 1046-1067 (reeditado em: *Articles on Aristotle*, I, pp. 35-49).

KARPP, H., «Die Schrift des Aristoteles περὶ ἰδεῶν», *Hermes*, 68, 1933, pp. 384-391.

KEANEY, J. J., «Two Notes on the Transmission of Aristotle's Writings», *AGPh*, 84, 1963, pp. 52-63.

KENNY, A. J. P., «A Stylometric Comparison Between Five Disputed Works and the Remainder of Aristotelian Corpus», *Zweifelhaftes im Corpus Aristotelicum*, pp. 345-366.

——, «A Stylometric Study of Aristotle's *Metaphysics*», *BALLC*, 7, 1979, pp. 12-21.

KOSMAN, L. A., «Necessity and Explanation in Aristotle's *Analytics*», *Biologie, logique et métaphysique*, pp. 349-364.

——, «Substance, Being, and *Energeia*», *OSAPh*, 2, 1984, pp. 121-149.

——, «Understanding, Explanation and Insight in the *Posterior Analytics*», *Exegesis and Argument*, pp. 374-392.
LACHTERMAN, D. R., «Did Aristotle 'Develop'? Reflections on Werner Jaeger's Thesis», *RPhA*, 8, 1990, pp. 3-40.
LEE, H. D. P., «The Fishes of Lesbos again», *Aristotle on Nature and Living Things*, pp. 3-8.
——, «Introduction», *Meteorologica*, London, Loeb Classical Library, 1952, pp. IX-XXX.
——, «Place-Names and the Date of Aristotle's Biological Works», *CQ*, 42, 1948, pp. 61-67 (reeditado em: *Die Naturphilosophie des Aristoteles*, pp. 79-92).
LEFÈVRE, C., «Du platonisme à l'aristotélisme. À l'occasion d'une publication récente», *RPhL*, 59, 1961, pp. 197-248.
LENNOX, J. G., «Aristotle's Biological Development: the Balme Hypothesis», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 229-248.
LLOYD, G. E. R., «The Development of Aristotle's Theory of the Classification of Animals», *Phronesis*, 6, 1961, pp. 59-81 (reeditado em: *Methods and Problems in Greek Science*, pp. 1-26).
LÓPEZ SALGADO, C., «Jaeger y la metafisica aristotelica», *GM*, 19, 1964, 19, 1964, pp. 22-40.
LORD, C., «On the Early History of the Aristotelian *Corpus*», *AJPh*, 107, 1986, pp. 137-161.
LOUIS, P., «Sur la chronologie des oeuvres d'Aristote», *BAGB*, 5, 1948, pp. 91-95.
MANSION, A., «La genèse de l'oeuvre d'Aristote d'après les travaux récents», *RNeosc*, 29, 1927, pp. 307-341, 423-466 (reeditado em: *Aristoteles in der neueren Forschung*, pp. 1-66).
MANSION, A., «L'immortalité de l'âme et de l'intellect d'après Aristote», *RPhL*, 51, 1953, pp. 444-472.
MANSION, S., «La critique de la théorie des idées dans le ΠΕΡΙ ΙΔΕΩΝ d'Aristote», *RPhL*, 47, 1949, pp. 169-202 (reeditado em: *Études aristotéliciennes*, pp. 99-132).
——, «Deux écrits de jeunesse d'Aristote sur la doctrine des Idées», *RPhL*, 48, 1950, pp. 398-416 (reeditado em: *Études aristotéliciennes*, pp. 133-151).
——, «La doctrine aristotélicienne de la substance et le traité des *Catégories*», *Library of the Xth International Congress of Philosophy*, I, pp. 1097-1100 (reeditado em: *Études aristotéliciennes*, pp. 305-308).
——, «Notes sur la doctrine des catégories dans les *Topiques*», *Aristotle on Dialectic*, pp. 189-201 (reeditado em: *Études aristotéliciennes*, pp. 169-181).
——, «La première doctrine de la substance: la substance selon Aristote», *RPhL*, 44, 1946, pp. 349-369 (reeditado em: *Metaphysik und Theologie des Aristoteles*, pp. 114-138; e em: *Études aristotéliciennes*, pp. 283-303).
MESQUITA, A. P., «A dialéctica e o conhecimento dos primeiros princípios», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 60, 2004, pp. 9-29 (reeditado em: *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 279-299).
——, «O estatuto predicativo das diferenças em Aristóteles», *Philosophica*, 16, 2000, pp. 3-46 (reeditado em: *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 95-142).
——, «Platão e Aristóteles. Duas teses sobre a substância e as categorias», *Philosophica*, 7, 1996, pp. 85-103.
——, «O problema da definição do acidente em Aristóteles», *Philosophica*, 17/18, 2001, pp. 103-149 (reeditado em: *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 143-202).

——, «O 'quadrado ontológico'», *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 21-94.

——, «Saber e ignorância em Aristóteles. Um exercício em torno de *APo.* I 16-18», *Phainomenon*, 5-6, 2002/03, pp. 299-309 (reeditado em: *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 237-258).

——, «O sentido do magistério socrático na dialogia platónica», *Pensar a Cultura Portuguesa*, pp. 281-314.

MORAUX, P., «L'évolution d'Aristote», *Aristote et Saint Thomas d'Aquin*, pp. 9-41 (reeditado em: *Aristoteles in der neueren Forschung*, pp. 67-94).

——, «From the *Protrepticus* to the dialogue *On justice*», *Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century*, pp. 113-132.

MÜLLER, G., «Probleme der aristotelischen Eudaimonielehre», *MH*, 17, 1960, pp. 131-143.

NARCY, M., «*Eidos* aristotélicien, *eidos* platonicien», *Contre Platon*, I, pp. 53-66.

OWEN, G. E. L., «Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle», *Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century*, pp. 163-190 (reeditado em: *Metaphysik und Theologie des Aristoteles*, pp. 399-435; em: *Articles on Aristotle*, III, pp. 13-32; e em: *Logic, Science and Dialectic*, pp. 180-199).

——, «The Place of the *Timaeus* in Plato's Dialogues», *CQ*, 3, 1953, pp. 79-95 (reeditado em *Studies in Plato's Metaphysics*, pp. 313-338; e em *Logic, Science and Dialectic*, pp. 65-84).

——, «The Platonism of Aristotle», *PBA*, 51, 1966, pp. 125-150 (reeditado em *Articles on Aristotle*, I, pp. 14-34; e em *Logic, Science and Dialectic*, pp. 200--220).

——, «A Proof in the *Peri Ideôn*», *JHS*, 77, 1957, pp. 103-111 (reeditado em *Studies in Plato's Metaphysics*, pp. 293-312; e em *Logic, Science and Dialectic*, pp. 165--179).

OWENS, J., «Aristotle on Categories», *RM*, 14, 1960, pp. 73-90 (reeditado em: *Aristotle. The Collected Papers of J. Owens*, pp. 14-22).

——, «The Present Status of Alpha Elatton in the Aristotelian *Metaphysics*», *AGPh*, 66, 1984, pp. 148-169.

PATZIG, G., «Problèmes actuels de l'interprétation de la syllogistique d'Aristote», *Aristote aujourd'hui*, pp. 270-275.

PELLEGRIN, P., «La *Politique* d'Aristote: unité et fractures. Éloge de la lecture sommaire», *Aristote politique*, pp. 3-34.

PÉPIN, J., «L'interprétation du *De philosophia* d'Aristote d'après quelques travaux récents», *REG*, 77, 1964, pp. 445-488.

PHILIPPSON, R., «Il Περὶ ἰδεῶν di Aristotele», *RFIC*, 14, 1936, pp. 113-125.

PLEZIA, M., «De Ptolemaei vita Aristotelis», *Werk und Wirkung*, I, pp. 1-11.

——, «De Ptolemaeo pinacographo», *Eos*, 63, 1975, p. 37-42.

——, «Encore sur la Vie d'Aristote de Ptolémée», *LEC*, 54, 1986, p. 383-385.

REGENBOGEN, O., «Theophrastos», *RE*, 7 (Supp.), 1940, cols. 1374-1380.

RESCHER, N., «Aristotle's Theory of Modal Syllogisms and Its Interpretation», *The Critical Approach to Science and Philosophy*, pp. 152-177.

RIST, J. M., «On Taking Aristotle's Development Seriously», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 359-373.

ROSS, W. D., «The Authenticity of Aristotle's *Categories*», *JPh*, 36, 1939, pp. 431--433.

——, «The Development of Aristotle's Thought», *PBA*, 43, 1957, pp. 63-78 (reeditado em *Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century*, pp. 1-17; e em *Articles on Aristotle*, I, pp. 1-13).
——, «The Discovery of the Syllogism», *PhR*, 48, 1939, pp. 251-272.
ROWE, C. J., «The *Eudemian Ethics* and the *Nicomachean Ethics*. A Study in the Development of Aristotle's Thought», *PCPhS*, 3, 1971, pp. 79-114.
RUTTEN, C., «La stylométrie et la question de 'Métaphysique' K», *RPhL*, 88, 1992, pp. 486-496.
SAFFREY, H. D., «Origine, usage et signification du mot ἰδέα jusqu'à Platon», *IDEA*, pp. 1-11.
SCHÜTRUMPF, E., «Einige wissenschaftsgeschichtliche Voraussetzungen von W. Jaegers Aristotelesdeutung», *Werner Jaeger Reconsidered*, pp. 209-225.
SMITH, J. A., «Τόδε τι in Aristotle», *CR*, 35, 1921, p. 19.
SMITH, R., «Immediate Propositions and Aristotle's Proof Theory», *AncPhil*, 6, 1986, pp. 47-68.
——, «Logic», *The Cambridge Companion to Aristotle*, pp. 27-65.
——, «The Relationship Between Aristotle's Two *Analytics*», *CQ*, 32, 1982, pp. 327--335.
——, «The Syllogism in the *Posterior Analytics* I», *AGPh*, 64, 1982, pp. 113-135.
SOLMSEN, F., «Aristotle's Syllogism and Its Platonic Background», *PhR*, 60, 1951, pp. 563-571 (reeditado em: *Kleine Schriften*, II, pp. 29-37; e em: *Logik und Erkenntnislehre des Aristoteles*, pp. 122-133).
——, «Boethius and the History of the *Organon*», *AJPh*, 65, 1944, pp. 69-74.
——, «The Discovery of the Syllogism», *PhR*, 50, 1941, pp. 410-421.
——, «The Fishes of Lesbos and Their Alleged Significance for the Development of Aristotle», *Hermes*, 106, 1978, pp. 467-484.
TAYLOR, A. E., «Critical Notice: *Aristoteles*: *Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*», *Mind*, 33, 1924, pp. 192-198.
——, «The Words εἶδος, ἰδέα in Pre-Platonic Literature», *Varia Socratica*, pp. 178--267.
THEILER, W., «Bau und Zeit der aristotelischen Politik», *MH*, 9, 1952, pp. 65-78 (reeditado em: *Aristoteles in der neueren Forschung*, pp. 253-274).
——, «Die Entstehung der Metaphysik des Aristoteles. Mit einem Anhang über Theophrasts Metaphysik», *MH*, 15, 1958, pp. 85-105 (reeditado em: *Metaphysik und Theologie des Aristoteles*, pp. 266-298).
THEODORAKOPOULOS, S., «Relations between Aristotle and Plato», *Paidia: Special Aristotle Issue*, pp. 1-7.
THOM, P., «Interpreting Aristotle's Contingency-Syllogistic», *OSAPh*, 12, 1994, pp. 91-109.
TRENDELENBURG, F., «Das τὸ ἑνὶ εἶναι, τὸ ἀγαθῷ εἶναι, etc. und das τὸ τί ἦν εἶναι bei Aristoteles. Ein Beitrag zur aristotelischen Begriffsbestimmung und zur griechischen Syntax», *RhM*, 2, 1828, pp. 457-483.
VERDENIUS, W. J., «The Nature of Aristotle's Scholarly Writings», *Werk und Wirkung*, I, pp. 12-21.
VON ARNIM, H., «Die drei aristotelischen Ethiken», *SAWW*, 202.2, 1924.
——, «Die Entwicklung der aristotelischen Gotteslehre», *SAWW*, 212.5, 1931, pp. 3-80 (reeditado em: *Metaphysik und Theologie des Aristoteles*, pp. 1-74).
——, «Zur Entstehungsgeschichte der aristotelischen Politik», *SAWW*, 200.1, 1924.
——, «Zu W. Jaegers Grundlegung der Entwicklungsgeschichte des Aristoteles», *WS*, 46, 1928, pp. 1-48.

VON DER MÜHLL, P., «Isocrates und der Protreptikos des Aristoteles», *Philologus*, 94, 1941, pp. 259-265.

VUILLEMIN, J., «Le système des *Catégories* d'Aristote et sa signification logique et métaphysique», *De la logique à la théologie*, pp. 44-125.

WEIL, E., «La place de la logique dans la pensée aristotélicienne», *RMM*, 56, 1951, pp. 283-315 (reeditado em: *Essais et conférences*, I, pp. 44-70; *Logik und Erkenntnislehre des Aristoteles*, pp. 134-174; e em: *Articles on Aristotle*, I, pp. 88-112).

WESTERINK, L. G., «The Alexandrian Commentators and the Introductions to their Commentaries», *Aristotle Transformed*, pp. 325-348.

WEHRLI, F., «Aristoteles in der Sicht seiner Schule, Platonisches und Vorplatonisches», *Aristote et les problèmes de méthode*, pp. 321-336.

WIANS, W., «Scientific Examples in the *Posterior Analytics*», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 131-150.

WIELAND, W., «Aristoteles als Rhetoriker und die exoterischen Schriften», *Hermes*, 86, 1958, pp. 323-346.

WILPERT, P., «Aristoteles und die Dialektik», *KantStud*, 48, 1956/1957, pp. 247-257.

——, «Die aristotelische Schrift *Ueber die Philosophie*», *Autour d'Aristote*, pp. 99-116.

——, «Die Stellung der Schrift 'Ueber die Philosophie' in der Gedankenentwicklung des Aristoteles», *JHS*, 77, 1957, pp. 155-162 (reeditado em: *Frühschriften des Aristoteles*, pp. 195-212).

WITT, C., «The Evolution of Developmental Interpretations of Aristotle», *Aristotle's Philosophical Development*, pp. 67-82.

ZEYL, D. J., «Plato and Talk of a World in Flux: *Timaeus* 49a6-50b5», *HSPh*, 79, 1975, pp. 125-148.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Estabelecida por
António Pedro Mesquita
Pedro Braga Falcão
Mariana Montalvão Horta
Costa Matias

NOTA INTRODUTÓRIA

1. Nos termos definidos para o presente projecto, na bibliografia que a seguir se apresenta encontram-se reunidas as fontes e as obras auxiliares utilizadas na elaboração das traduções, bem como os títulos que, de acordo com os critérios adoptados pelos colaboradores, configuram a literatura secundária mais geral ou mais relevante sobre as obras traduzidas e os temas nelas abordados. O seu conhecimento será pressuposto nos próximos volumes, pelo que os títulos aqui referidos não serão, em regra, novamente citados nas respectivas bibliografias.

2. A bibliografia encontra-se organizada em seis grandes secções:

2.1. Fontes (abrangendo Aristóteles, comentadores antigos e medievais e outros autores relevantes).

2.2. Léxicos, dicionários e enciclopédias.

2.3. Histórias da filosofia grega.

2.4. Repertórios e selecções bibliográficas.

2.5. Colectâneas e obras colectivas.

2.6. Estudos (não são aqui considerados artigos e ensaios).

3. A secção respeitante aos estudos obedece ao seguinte critério:

3.1. Referem-se, em primeiro lugar, os estudos de carácter introdutório sobre Aristóteles, a saber, os que abordam a biografia e o *corpus* aristotélico, a formação e desenvolvimento da filosofia aristotélica (incluindo os estudos sobre a constituição do pensamento aristotélico, os escritos de juventude de Aristóteles e a relação com o platonismo) e as diversas linhas de comentário de Aristóteles no interior do aristotelismo antigo e medieval.

3.2. Em segundo lugar, referem-se os estudos de exposição e de interpretação do pensamento aristotélico no seu conjunto.

3.3. Finalmente, em terceiro lugar, mencionam-se as obras de carácter temático.

4. O grupo de estudos temáticos organiza-se em torno das tradicionais disciplinas aristotélicas (lógica, física, metafísica, psicologia, biologia, ética, política, poética e retórica), a que se acrescenta um capítulo inicial relativo à metodologia aristotélica e à sua teoria da ciência [1] e uma secção dedicada à filosofia da matemática, que se autonomiza da metafísica e se antepõe à física, de acordo com a classificação aristotélica das ciências teóricas.

5. O critério de distribuição dos títulos ao longo das diversas alíneas das seis secções é sempre o alfabético de autores, com excepção das fontes, onde se seguem as seguintes regras especiais:

5.1. As obras de Aristóteles encontram-se seriadas de acordo com a ordenação tradicional.

5.2. As edições e/ou traduções de mais de um tratado de Aristóteles são colocadas no lugar determinado pela primeira obra incluída e precedem as edições e/ou traduções de cada tratado isolado, tal como estas precedem as edições e/ou traduções de uma parte de um tratado.

5.3. Nas unidades que englobam edições de texto e traduções, aquelas têm sempre precedência.

5.4. Dentro de cada unidade, os comentadores de Aristóteles e os outros autores são ordenados cronologicamente (e. g., Amónio antes de Simplício e Plotino antes de Proclo) e sempre que as respectivas obras comentem tratados ou abordem temas aristotélicos, segue-se a seriação tradicional do *corpus* ou a correspondente ordem disciplinar.

5.5. Na seriação de edições completas de vários autores (e. g., os fragmentos dos pré-socráticos, dos estóicos, etc.), procede-se sempre a partir da mais geral, seguindo-se depois a ordem cronológica dos autores ou a sua ordenação tradicional.

5.6. Na seriação de edições completas de autores, segue-se a ordem cronológica e/ou a importância relativa das mesmas (assim, no caso de Platão, menciona-se em primeiro lugar a edição Estienne, por se tratar da *editio princeps* da obra platónica, mas o mais recente texto estabelecido pelos Oxford Classical Texts precede, pela sua actualização crítica, as edições mais antigas).

5.7. Na seriação das obras dos autores modernos e contemporâneos, em que a ordem cronológica da redacção se encontra estabelecida, é esta que se segue, a menos que as obras versem Aristóteles ou outro pensador antigo, caso em que se adoptam as regras anteriores pertinentes.

---

[1] A artificialidade desta catalogação de um ponto de vista aristotélico (pois apodíctica e dialéctica pressupõem uma determinada doutrina do silogismo e portanto são subordinadas e não prévias ou independentes relativamente à lógica geral) serve apenas o objectivo pragmático de arrumar conjuntamente os textos que abordam tópicos transversais da filosofia aristotélica, como a predicação, a proposição, a definição, a demonstração, a dialéctica e os seus instrumentos (e. g., o papel da história da filosofia, o sentido das aporias), etc.

FONTES

I — ARISTÓTELES

1 — *EDIÇÕES DE TEXTO*

a) Tratados subsistentes

Aristotelis Opera, I-V, ed. I. Bekker, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1831-1870.

Aristoteles. Opera omnia. Graece et latine, I-V, ed. F. Dübner, U. C. Bussemaker, J. H. E. Heitz, Paris, Firmin-Didot, 1848-1869 (reedição: Hildesheim-New York, G. Olms, 1973).

Aristotelis (Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis), ed. L. Minio-Paluello, W. D. Ross, D. J. Allan, H. J. Drossaart Lulofs, W. Jaeger, I. Bywater, R. R. Walzer, J. J. Mingay, F. G. Kenyon, R. Kassel, Oxford, Oxford University Press, 1961-1991 (reedição).

Aristotle, I-XXIII, ed. H. P. Cooke, H. Tredennick, E. S. Foster, D. J. Furley, P. H. Wicksteed, F. M. Cornford, W. K. C. Guthrie, H. D. P. Lee, W. S. Hett, A. L. Peck, D. M. Balme, H. Rackham, G. M. Armstrong, J. H. Freese, S. Halliwell, London, Loeb Classical Library, 1926-1995.

Aristotelis Stagiritae Peripateticorum principis Organon, ed. J. Pacius, s/l [Genevae], excudebat Guillelmus Laimarius, 1584.

Aristotelis Organon graece, I-II, ed. Th. Waitz, Lipsiae, sumptibus Hahnii, 1844-1846.

Organon: griechisch-deutsch, ed. e trad. H. G. Zekl, Hamburg, Meiner, 1997-1998.

Las categorías, ed. bilingue, introd. e notas H. Giannini e M. I. Flisfisch, Santiago de Chile, Ed. Universitaria, 1988.

Le categorie, ed. e trad., coment. M. Zanatta, Milano, Rizzoli, 1989.

Categories, ed. e trad. Josep Batalla, Barcelona, Fundació Bernat Metge, 1999.

Catégories, ed. e trad. R. Bodéüs, Paris, Belles Lettres, 2001.

Dell'interpretazione, ed. M. Zanatta, Milano, Rizzoli, 1992.

Aristotle's Prior and Posterior Analytics. A Revised Text with Introduction and Commentary, ed. W. D. Ross, Oxford, Clarendon Press, 1949.

Topiques. I-IV, ed. J. Brunschwig, Paris, Belles Lettres, 1967.

Physique, I-II, ed. H. Carteron, Paris, Belles Lettres, 1926, 1931.

Physics. A Revised Text with Introduction and Commentary, ed. W. D. Ross, Oxford, Clarendon Press, 1936.

Física, ed. e trad. J. L. Calvo Martínez, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996.

Du Ciel, ed. P. Moraux, Paris, Belles Lettres, 1965.

Aristotle's Cosmology: *A Commentary on the De Caelo*, ed. L. Elders, Assen, Van Gorcum, 1966.

On Coming-To-Be and Passing-Away, ed. H. H. Joachim, Oxford, Clarendon Press, 1922 (reedição: Hildesheim-Zürich-New York, G. Olms, 1982).

De la génération et de la corruption, ed. Ch. Mugler, Paris, Belles Lettres, 1966.

De la génération et de la corruption, ed. e trad. M. Rashed, Paris, Belles Lettres, 2004.

Meteorologicorum libri quattuor, ed. F. H. Fobes, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1919 (reedição: Hildesheim, G. Olms, 1967).

Météorologiques, I-II, ed. P. Louis, Paris, Belles Lettres, 1982.

Aristotelis qui fertur libellus De mundo, ed. W. L. Lorimer, Paris, Belles Lettres, 1923.

Il trattato Sul cosmo per Alessandro attribuito ad Aristotele, ed. G. Reale e A. P. Bos, Milano, Vita e Pensiero, 1995[2].

Traité de l'âme, I-II, ed. G. Rodier, Paris, Ernest Leroux, 1900.

De anima, ed. R. D. Hicks, Cambridge, Cambridge University Press, 1907 (reedição: New York, Arno Press, 1976).

De anima, ed. W. D. Ross, Oxford, Clarendon Press, 1961.

De l'âme, ed. A. Janone e E. Barbotin, Paris, Belles Lettres, 1966.

Über die Seele: *griechisch-deutsch*, ed. H. Seidl, Hamburg, Meiner, 1995.

Petits traités d'histoire naturelle, ed. R. Mugnier, Paris, Belles Lettres, 1953.

De sensu et De memoria, ed. G. R. T. Ross, Cambridge, Cambridge University Press, 1906.

Da Lembrança e da Rememoração, trad., notas e comentário C. W. Veloso, São Paulo, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Universidade Estadual de Campinas, 2002 (= *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, XII, número especial, 2002).

De insomniis et De divinatione per somnum, I-II, ed. H. D. Drossaart Lulofs, Leiden, E. J. Brill, 1947.

Aristotle on Sleep and Dreams, ed., trad. e notas D. Gallop, Petersborough, Broadview Press, 1990.

De spiritu, ed. A. Roselli, Pisa, ETS, 1992.

Aristoteles Tierkunde, ed. H. Aubert e F. Wimmer, I-II, Leipzig, W. Engelmann, 1868.

Aristotelis de animalibus historia, ed. L. Dittmeyer, Leipzig, Teubner, 1907.

Histoire des animaux, I-III, ed. P. Louis, Paris, Belles Lettres, 1964, 1968, 1969.

De partibus animalium libri quattuor, ed. B. Langkavel, Leipzig, Teubner, 1868.

Les parties des animaux, ed. P. Louis, Paris, Belles Lettres, 1956.

De animalium motione, *De animalium incessu*, *De Spiritu*, ed. W. Jaeger, Leipzig, Teubner, 1913.

Marche des animaux. *Mouvement des animaux*, ed. P. Louis, Paris, Belles Lettres, 1973.

De motu animalium, ed. M. C. Nussbaum, Princeton, Princeton University Press, 1978.

De la génération des animaux, ed. P. Louis, Paris, Belles Lettres, 1961.

Aristotelis quae feruntur De coloribus, *De audibilibus*, *Physiognomica*, ed. C. Prantl, Leipzig, Teubner, 1881.

Scriptores Physiognomici, ed. R. Förster, Leipzig, Teubner, 1893.

Aristotelis quae feruntur De plantis, De mirabilibus auscultationibus, Mechanica, De lineis insecabilibus, Ventorum situs et nomina, De Melisso Xenophane Gorgia, ed. O. Apelt, Leipzig, Teubner, 1888.

Aristotele: ΜΗΧΑΝΙΚΑ, ed. M. E. Bottecchia, Padova, Antenore, 1982.

Aristotelis quae feruntur Problemata physica, ed. C. E. Ruelle e H. Knoellinger, Leibzig, Teubner, 1922.

Problèmes, I-III, ed. P. Louis, Paris, Belles Lettres, 1991, 1993, 1994.

Pseudo-Aristotelis De lineis insecabilibus, ed. M. Timpanaro Cardini, Milano, Istituto Editoriale Cisalpino, 1970.

Aristotelis qui fertur de Melisso Xenophane Gorgia libellus, ed. H. Diels, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1900.

Aristotelis et Theophrasti Metaphysica, ad veterum codicum manuscriptorum fidem recensita indicibusque instructa in usum scholarum, I-II, ed. C. A. Brandis, Berolini, Georgii Reimeri, 1823, 1837.

Aristotelis Metaphysica, I-II, ed. e coment. H. Bonitz, Bonn, Marcus, 1848-1849 (reedição do segundo volume: *Aristotelis Metaphysica*: *Commentarius*, Hildesheim, Olms, 1849; *Commentarius in Aristotelis Metaphysicam*, Hildesheim, Olms, 1992).

Aristoteles Metaphysik, ed. W. von Christ, Leipzig, Teubner, 1886 (reedição: *Methaphysik*, I-II, ed. texto W. Christ, trad. Bonitz, introd. e coment. H. Seidl, Hamburg, Meiner, 1989, 1991).

Metaphysics. A Revised Text with Introduction and Commentary, I-II, ed. W. D. Ross, Oxford, Clarendon Press, 1924.

Metafísica de Aristóteles, ed. trilingue V. García Yebra, trad. latina G. Moerbeke, trad. castelhana V. García Yebra, Madrid, Gredos, 1982².

Metafisica. Saggio introduttivo, testo greco con traduzione a fronte e commentario, I-III, ed. G. Reale, Milano, Vita e Pensiero, 1993.

La décision du sens. Le livre Gamma de la Métaphysique d'Aristote, ed., trad., introd. e coment. B. Cassin e M. Narcy, Paris, Vrin, 1998².

Aristote. Métaphysique: livre delta, ed., trad. e coment. M.-P. Duminil e A. Jaulin, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1991.

Metaphysik Z. I: Einleitung, Text und Übersetzung. II: Kommentar, ed. e coment. M. Frede e G. Patzig, München, Beck, 1985.

The Ethics of Aristotle Illustrated with Essays and Notes, I-II, ed. A. Grant, London, Longmans, Green and Co., 1866².

Aristotelis Ethica Nicomachea, ed. F. Susemihl, Leipzig, Teubner, 1880 (terceira edição, revista por O. Apelt, 1912).

The Ethics of Aristotle, ed. J. Burnet, London, Methuen, 1900 (reedição: New York, Arno Press, 1973).

The Nicomachean Ethics, ed. D. A. Rees, coment. H. H. Joachim, Oxford, Clarendon Press, 1951.

Etica Nicomachea, ed. trad. e coment. M. Zanatta, Milano, Rizzoli, 1986.

Etica Nicomachea, ed. C. Mazzarelli, Milano, Rusconi, 1993.

Die Nikomachische Ethik: griechisch-deutsch, ed. R. Nickel, trad. O. Gigon, Düsseldorf-Zürich, Artemis und Winkler, 2001.

Περὶ Δικαιοσύνης. *The Fifth Book of the Nicomachean Ethics of Aristotle*, ed. H. Jackson, Cambridge, Cambridge University Press, 1879.

Nicomachean Ethics Book Six, ed., trad. e coment. L. H. G. Greenwood, Cambridge, Cambridge University Press, 1909 (reedição: New York, Arno Press, 1973).

Nikomachische Ethik VI, ed. H.-G. Gadamer, Frankfurt am Main, Klostermann, 1998.

Aristoteles über die Freundshaft, ed. K. Adomeit, Heidelberg, Decker & Müller, 1992.
Éthique à Nicomaque, Livre X, ed. G. Rodier, Paris, Librairie Ch. Delagrave, 1897.
Aristotelis quae feruntur Magna Moralia, ed. F. Susemihl, Leipzig, Teubner, 1883.
Eudemi Rhodii Ethica. Adjecto De virtutibus et vitiis libello, ed. F. Susemihl, Leipzig, Teubner, 1884.
Politica e Costituzione di Atene di Aristotele, ed. C. A. Viano, Torino, UTET, 1992[2].
The Politics of Aristotle, I-IV, ed. W. L. Newman, Oxford, Clarendon Press, 1887--1902 (reedição: New York, Arno Press, 1973).
Aristotelis Politica, ed. F. Susemihl, Leipzig, Teubner, 1894.
La politique. I: Livres I-II. II. 1e: Livres III-IV. II. 2e: Livres V-VI. III. 1e: Livre VII. III. 2e: Livre VIII, ed. J. Aubonnet, Paris, Belles Lettres, 1968, 1971, 1973, 1986, 1989, 1998.
Politik, ed. A. Dreisehnter, München, Wilhelm Fink Verlag, 1970.
The Politics of Aristotle Books I-V, ed. F. Susemihl e R. D. Hicks, London, Macmillan, 1894.
Aristotelis quae feruntur Oeconomica, ed. F. Susemihl, Leipzig, Teubner, 1887.
Économique, ed. B. A. von Groningen e A. Wartelle, Paris, Belles Lettres, 1968.
Oikonomikos: *das erste Buch der Ökonomik*, ed. V. Ulrich, Königstein, Hain, 1983.
Aristotelis ars Rhetorica, ed. L. Spengel, Leipzig, Teubner, 1867.
Rhétorique, I-III, ed. M. Dufour e A. Wartelle, Paris, Belles Lettres, 1932-1973.
Ars rhetorica, ed. R. Kassel, Berlin, W. de Gruyter, 1976.
Aristotle's Rhetoric: A Commentary, I-II, ed. W. M. A. Grimaldi, New York, Fordham University Press, 1980, 1988.
Retorica, introd. F. Montanari, ed. e trad. M. Dorati, Milano, Mondadori, 1996.
Anaximenis Ars rhetorica quae vulgo fertur Aristotelis ad Alexandrum, ed. M. Fuhrmann, Leipzig, Teubner, 1966.
Aristotle's Theory of Poetry and Fine Art, ed. S. H. Butcher, London, Macmillan, 1895 (reedição: New York-London, Dover Publications-Constable & Co., 1951).
De arte poetica liber, ed. I. Bywater, Oxford, Oxford University Press, 1898.
Poétique, ed. J. Hardy, Paris, Belles Lettres, 1932 (reedição: 1990).
Aristotle. Poetics, trad., introd. e coment. D. W. Lucas, Oxford, Clarendon Press, 1968.
Poética de Aristóteles, ed. trilingue V. García Yebra, trad. latina A. Riccobono, trad. castelhana V. García Yebra, Madrid, Gredos, 1974.
Anónimo, Περὶ ὕψους (*Sobre el sublime*). *Aristóteles*, Περὶ ποιητικῆς *(Poética)*, ed. J. Alsina Clota, Barcelona, Bosch, 1985.
Aristotle's Poetics, ed. J. Baxter e P. Atherton, trad. e coment. G. Whalley, Montréal (Québec), McGill-Queen's University Press, 1997.
La poétique, trad., introd. e notas B. Gernez, Paris, Belles Lettres, 1997.
Aristotle on the Constitution of Athens, ed. F. G. Kenyon, London, Printed by order of the Trustees of the British Museum, 1891
Constitution d'Athènes, ed. G. Mathieu e B. Haussoulier, Paris, Belles Lettres, 1922 (reedição: Paris, Belles Lettres, 1996).
Ἀθηναίων Πολιτεία, ed. H. Oppermann, Leipzig, Teubner, 1928 (reedição: Stuttgart, Teubner, 1968).
Ἀθηναίων Πολιτεία, ed. M. Chambers, Leipzig, Teubner, 1994[2].
Constitution d'Athènes, ed. e trad. G. Mathieu e B. Haussoulier, Paris, Gallimard, 1996.
La Constituzione degli Ateniesi: *alle radici della democrazia occidentale*, ed., trad. e coment. A. Santoni, Bologna, Capelli, 1999.

b) *Juvenilia*

Aristotelis Pseudepigraphus, ed. V. Rose, Leipzig, Teubner, 1863.
Fragmenta Aristotelis, *Aristotelis Opera Omnia*. *Graece et latine*, IV, ed. J. H. E. Heitz, Paris, Firmin-Didot, 1869.
Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta, *Aristotelis Opera*, V, ed. V. Rose, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1870, pp. 1463-1589.
Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta, ed. V. Rose, Leipzig, Teubner, 1886.
Aristotelis dialogorum fragmenta, ed. R. Walzer, Firenze, G. C. Sansoni, 1934 (reedição: Hildesheim, G. Olms, 1963).
Aristotelis Fragmenta Selecta, ed. W. D. Ross, Oxford, At the University Press, 1955.
Librorum deperditorum fragmenta, *Aristotelis Opera*. *Editio altera*, III, ed. O. Gigon, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1987.
Der Protreptikos des Aristoteles, ed. I. Düring, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1993[2].
Aristote, *De la richesse*, *De la prière*, *De la noblesse*, *Du plaisir*, *De l'éducation*. *Fragments et témoignages*, direc. P.-M. Schuhl, ed. J. Aubonnet, J. Bertier, J. Brunschwig, P. Hadot, J. Pépin, P. Thillet, Paris, PUF, 1968.

c) **Poemas e escritos privados**

Anthologia lyrica graeca, I-II, ed. E. Diehl, Leipzig, Teubner, 1923, 1925.
Aristotelis epistularum fragmenta cum testamento, ed. M. Plezia, Warszawa, Panstwowe Wydawnictwo Naukowe, 1961.
Aristotelis privatorum scriptorum fragmenta, ed. M. Plezia, Leipzig, Teubner, 1977.

d) **Apócrifos tardios**

Divisiones quae vulgo dicuntur Aristoteleae, ed. H. Mutschmann, Leipzig, Teubner, 1906.
Aristotele: Problemi di Medicina, ed., trad. e notas G. Marenghi, Milano, Istituto Editoriale Italiano, 1966.
Die Pseudo-aristotelische Schrift 'Über das reine Gute', *bekannt unter der Namen 'Liber de causis'*, ed. O. Bardenhewer, Freiburg im Breisgau, Herder, 1882.
«Le *Liber de causis*», ed. A. Pattin, *Tidjschrift voor Philosophie*, 28, 1966, pp. 90-203.
«The Book of the Apple, Ascribed to Aristotle», ed. D. S. Margoliouth, *Journal of the Royal Asiatic Society*, 24, 1892, pp. 202-252.
Secretum secretorum. *Nine English Versions*, I, ed. M. A. Manzaloui, Oxford, Oxford University Press, 1977.
Pseudo-Aristotle, *The Secret of Secrets*. *Sources and Influence*, ed. W. F. Ryan, C. B. Schmitt, London. Warburg Institute, 1982.
Das Steinbuch des Aristoteles mit literargeschichtlichen Untersuchungen nach der arabischen Handschrift der Bibliothèque nationale, ed. e trad. J. Ruska, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1912.
Die sogenannte Theologie des Aristoteles. *Aus arabischen Handschriften zum ersten Male herausgegeben*, Leipzig, J. C. Hinrichs, 1882 (reedição: Frankfurt am Main, Institut für Geschichte der Arabisch-Islamischen Wissenschaften an der Johann Wolfgang Goethe-Universität, 2000).

2 — *TRADUÇÕES*

a) Tratados subsistentes

The Works of Aristotle Translated into English, I-XII, ed. W. D. Ross, trad. E. M. Edghill, A. J. Jenkinson, G. R. G. Mure, W. A. Pickard-Cambridge, R. P. Hardie, R. K. Gaye, J. L. Stocks, H. H. Joachim, E. W. Webster, E. S. Foster, J. A. Smith, J. I. Beare, G. R. T. Ross, J. F. Dobson, D'A. W. Thompson, W. Ogle, A. S. Farquharson, A. Platt, T. Loveday, L. D. Dowdall, W. D. Ross, S. Stock, J. Solomon, B. Jowett, F. G. Kenyon, W. R. Roberts, I. Bywater, Oxford, Clarendon Press, 1908-1952.

The Complete Works of Aristotle. The Revised Oxford Translation, I-II, ed. J. Barnes, Princeton, Princeton University Press, 1983.

Aristoteles Werke in deutscher Übersetzung, I-XX, ed. E. Grumach e H. Flashar, trad. e coment. K. Oehler, H. Weidemann, W. Detel, C. Rapp, F. Dirlmeier, E. Schütrumpf, M. Chambers, R. Zoepffel, H. Wagner, H. Strohm,W. Theiler, R. A. H. King, P. J. van der Eijk, T. A. Szlezák, J. Kollesch, E. A. Schmidt, H. Flashar, U. Klein, G. Wöhrle, S. Vogt, M. Hose, Berlin, Akademie Verlag, 1956-2003 (em curso de publicação).

The Philosophy of Aristotle. A New Selection with an Introduction and Commentary, ed. R. Bambrough, trad. J. L. Creed e A. E. Wardman, New York, Mentor (Penguin Books USA Inc.), 1963.

A New Aristotle Reader, ed. J. L. Ackrill, Princeton, Princeton University Press, 1987.

Aristotle: *Introductory Readings*, introd., trad. e notas T. H. Irwin e G. Fine, Indianapolis (Ind.), Hackett, 1996.

Logique d'Aristote, I-IV, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, Librairie Philosophique de Lachange, 1844, 1839, 1847, 1848.

Organon, I-VI, trad. E. Rolfes, Leipzig, F. Meiner, 1918-1922 (reedição: *Aristoteles. Philosophische Schriften*, I-II, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995).

Organon. I: Catégories. II: De l'Interprétation. III: Les premiers analytiques. IV: Les secondes analytiques. V: Les Topiques. VI: Les réfutations sophistiques, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1959, 1962, 1962, 1965, 1950.

Tratados de Lógica. I-II, introd., trad. e notas M. Candel Sanmartín, revisão J. Montoya e Q. Racionero Carmona, Madrid, Gredos, 1982, 1988.

Categories and De interpretatione, trad. e coment. J. L. Ackrill, Oxford, Clarendon Press, 1963.

Categories and Propositions, trad. e coment. H. G. Apostle, Grinnell, Peripatetic Press, 1980.

Aristóteles: *Categorías*. *De interpretatione*. *Porfírio*: *Isagoge*, introd., trad. e notas A. G. Suárez, L. M. Valdés Villanueva e J. V. Lombraña, Madrid, Tecnos, 1999.

Κατηγορίαι. *Categorías*, introd., trad. e notas L. M. Valdés Villanueva, Valencia, Valencia Universidad, 1983.

Categorias, trad., introd. e coment. R. Santos, Porto, Porto Editora, 1995.

Categorias, trad., apresentação e notas M. J. Figueiredo, Lisboa, Piaget, 2001.

Categorias, trad., análise e coment. A. Monteiro, Lisboa, Lisboa Editora, 2002.

Aristotele. *De interpretatione*, introd., trad. e coment. A. Zadro, Napoli, Loffredo, 1999.

Aristotele. Gli Analitici Primi, introd., trad. e coment. M. Mignucci, Napoli, Loffredo, 1969.
Aristotle's Prior Analytics, ed. R. Smith, Indianapolis, Hackett, 1989.
Posterior Analytics, trad. e coment. J. Barnes, Oxford, Clarendon Press, 1994[2].
Posterior Analytics. Translation with Commentaries and Glossary, H. G. Apostle, Grinnell, Peripatetic Press, 1981.
Aristotele. I Topici, introd., trad. e coment. A. Zadro, Napoli, Loffredo, 1974.
Topics Books I and VIII, trad. e coment. R. Smith, Oxford, Clarendon Press, 1994.
Physique d'Aristote, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, Librairie Philosophique de Lachange, 1862.
Aristoteles' Physik. Vorlesung über Natur, introd., trad. H. G. Zekl, Hamburg, Meiner, 1986.
Física, introd., trad. e notas G. Rodríguez de Echandía, revisão A. Bernabé Pajares, Madrid, Gredos, 1995.
Aristotle. Physics, trad. R. Waterfield, introd. e notas D. Bostock, Oxford, Oxford University Press, 1996.
Fisica, trad. e notas Marcello Zanatta, Torino, UTET, 1999.
La physique, introd. L. Couloubaritsis, trad. A. Stevens, Paris, Vrin, 1999.
Physique, introd., trad. e notas P. Pellegrin, Paris, Flammarion, 2000.
Física, trad. e notas U. Schmidt Osmanczick, introd. A. Marino López, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.
Aristote, Livres A et B de la Physique, trad. e coment. M. Balmès, Paris, Université Libre des Sciences de l'Homme, 1986.
Aristote. Leçons de physique: Livres I et II, trad. e coment. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, revisão P. Mathias, introd. J.-L. Poirier, Paris, Presses Pocket, 1991.
Physics I-II, trad. e coment. W. Charlton, Oxford, Clarendon Press, 1992.
Física. Libros I-II, introd., trad. e coment. M. D. Boeri, Buenos Aires, Editorial Biblos, 1993.
Physique II, trad. e coment. O. Hamelin, Paris, Félix Alcan, 1907 (reedição fac-similada: Paris, Vrin, 1972).
Aristote. Sur la nature: Physique II, introd., trad. e coment. L. Couloubaritsis, Paris, Vrin, 1991.
Physics III-IV, trad. e coment. E. Hussey, Oxford, Clarendon Press, 1993[2].
Física. Libros III-IV, trad., introd. e coment. A. G. Vigo, Buenos Aires, Editorial Biblos, 1995.
Traité du temps: Physique, Livre IV, 10-14, introd., trad. e coment. (com texto grego) C. Collobert, Paris, Éd. Kimé, 1994.
Physics VIII, trad. e coment. D. W. Graham, Oxford-New York, Clarendon Press-Oxford University Press, 1999.
Acerca del Cielo. Meteorológicos, introd., trad. e notas M. Candel, revisão D. Riaño, Madrid, Gredos, 1996.
Traité du Ciel, suivi du traité Pseudo-Aristotélicien du Monde, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1949.
Traité du Ciel d'Aristote, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, Librairie Philosophique de Lachange, 1866.
Acerca de la Generación y la Corrupción. Tratados Breves de Historia Natural, introd., trad. e notas E. La Croce e A. Bernabé Pajares, revisão F. García Romero, Madrid, Gredos, 1987.
Traité de la production et de la destruction des choses d'Aristote, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, Librairie Philosophique de Lachange, 1866.

De la génération et de la corruption, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1934.

La Generazione e la Corruzione, trad., introd. e coment. M. Migliori, Napoli, Luigi Loffredo, 1976.

De generatione et corruptione, trad. e coment. C. J. F. Williams, Oxford, Clarendon Press, 1982.

Météorologiques, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1941.

Aristotle's Chemical Treatise. Meteorologica Book IV, trad., introd. e coment. I. Düring, Göteborg, Elanders Boktryckeri Aktiebolag, 1944.

Psychologie d'Aristote, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, Librairie Philosophique de Lachange, 1846.

De l'âme, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1934.

Acerca del Alma, introd., trad. e notas T. Calvo Martínez, revisão A. Bernabé Pajares, Madrid, Gredos, 1978.

L'anima, introd., trad. e coment. G. Movia, Napoli, Loffredo, 1991[2].

On the Soul (De anima), trad., coment., gloss. H. G. Apostle, Grinnell, Peripatetic Press, 1981.

Psicología, trad. J. Leita, Barcelona, Laia, 1981.

De anima (On the Soul), introd., trad. e notas H. Lawson-Tancred, Harmondsworth, Penguin Books, 1986.

De l'âme, introd., trad. e notas R. Bodéüs, Paris, Garnier-Flammarion, 1993.

Da alma, trad. C. Gomes, Lisboa, Edições 70, 2001.

De anima Books II and III, trad. e coment. D. W. Hamlyn, Oxford, Clarendon Press, 1968.

Parva naturalia suivis du traité pseudo-aristotélicien De spiritu, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1951.

Psychologie d'Aristote: *Opuscules*, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, Dumond, 1847.

Kleine naturwissenschaftliche Schriften, trad. e ed. E. Dönt, Stuttgart, Reclam, 1997.

Petits traités d'histoire naturelle, trad., introd. e notas P.-M. Morel, Paris, Flammarion, 2000.

Aristotle on Memory. De memoria et reminiscencia, trad., introd. e notas R. Sorabji, London, Duckworth, 1972.

Über Träume. Über die Weissagung im Schlaf, trad. P. J. Van der Eijk, Proefschrift, Leiden, 1991.

Opere biologiche di Aristotele, trad. e introd. D. Lanza e M. Vegetti, Torino, 1971.

Histoire des Animaux, I-II, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1957.

Investigación sobre los animales, trad. e notas J. Pallí Bonet, intr. C. García Gual, revisão L. Martín Vázquez, Madrid, Gredos, 1992.

Histoire des animaux, introd., trad. e notas J. Bertier, Paris, Gallimard, 1994.

Partes de los animales. Marcha de los animales. Movimiento de los animales, introd., trad. e notas E. J. Sánchez-Escariche e A. A. Miguel, Madrid, Gredos, 2000.

Aristotle. On the Parts of Animals, trad. e notas W. Ogle, London, Kegan Paul, 1882 (reeditado com revisões em *The Works of Aristotle Translated into English*, V).

De partibus animalium, trad. e coment. I Düring, Göteborg, Elanders Boktryckeri Aktiebolag, 1943 (reedição: New York-London, Garland, 1980).

Aristote, philosophe de la vie. Le livre premier du Traité sur les parties des animaux, trad. e notas J. M. Le Blond, Paris, Aubier, 1945 (reedição: *Parties des animaux. Livre I*, introdução e actualização P. Pellegrin, Paris, Flammarion, 1995).

Aristotle's De partibus animalium I and De generatione animalium I, trad. e coment. D. M. Balme, Oxford, Clarendon Press, 1992[2].

Aristotle and Michael of Ephesus. On the Movement and Progression of Animals, trad. e notas A. Preus, Hildesheim-New York, 1981.

Reproducción de los animales, introd., trad. e notas E. Sánchez, revisão I. Calero Secall, Madrid, Gredos, 1994.

Métaphysique d'Aristote, I-III, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, Librairie Germer-Baillière, 1874 (reedição: *Aristote. La Métaphysique*, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, revisão P. Mathias, introd. J.-L. Poirier, Paris, Presses Pocket, 1991).

Aristoteles Metaphysik, trad. H. Bonitz, ed. H. Wellmann, Berlin, G. Reimer, 1890.

Aristoteles Metaphysik, I-II, trad. E. Rolfes, Leipzig, F. Meiner, 1928[3].

La Métaphysique, I-II, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1933.

La Metafisica, I-II, trad., introd. e coment. G. Reale, Napoli, Loffredo, 1968 (reedição: Milano, Rusconi, 1989).

Aristoteles Metaphysik, I-II, trad. H. Bonitz revista por H. Seidl, Hamburg, F. Meiner, 1978, 1980 (reedição: *Aristoteles. Philosophische Schriften*, V, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesell-schaft, 1995).

Metaphysics, trad. e coment. H. G. Apostle, Grinnell, Peripatetic Press, 1979.

La Metafisica, trad. C. A. Viano, Milano, TEA, 1992.

Metafísica, introd., trad. e notas T. Calvo Martínez, revisão P. O. García, Madrid, Gredos, 1994.

Aristotle's Metaphysics, trad. J. Sachs, Santa Fe (New Mexico), Green Lyon Press, 1999.

Aristotle On His Predecessors, trad., introd. e notas A. E. Taylor, Chicago, Open Court, 1910.

Metafísica. Volume I (Livros I e II), trad. V. Cocco, introd. e notas J. Carvalho, Coimbra, Atlântida, 1951.

Metaphysics Books B *and* K 1-2, trad. e coment. A. Madigan, Oxford, Clarendon Press, 1999.

Métaphysique. Livre IV: Les fondements de la science, trad. e coment. Jean Cachia, Paris, Ellipses, 1999.

Metaphysics Books Γ, Δ *and* E, trad. e coment. C. Kirwan, Oxford, Clarendon Press, 1971.

Aristotele. Il libro V della Metafísica, introd. e coment. E. Guarneri, Palermo, Brotto, 1987.

Metaphysics Books Z *and* H, trad. e coment. D. Bostock, Oxford, Clarendon Press, 1994.

Metaphysics Books Zeta, Eta, Theta, Iota (VII-IX), trad. M. Furth, Indianapolis, Hackett, 1985.

Metaphysics Books M *and* N, trad. e coment. J. Annas, Oxford, Clarendon Press, 1976 (trad. italiana: *Interpretazione del libri M-N della Metafisica di Aristotele: la filosofia della matematica in Platone e Aristotele*, trad. E. Cattanei, trad. dos livros M-N por G. Reale, Milano, Vita e Pensiero, 1992).

Morale d'Aristote, I-III, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, Librairie Philosophique de Lachange, 1856.

Aristotle's Ethics, coord. J. L. Ackrill, London, Faber, 1973.

Ética Nicomáquea. Ética Eudemia, trad. e notas J. Pallí Bonet, introd. E. Lledó, revisão Q. Racionero Carmona, Madrid, Gredos, 1985.

L'Éthique à Nicomaque, I-II, trad., introd. e coment. R. A. Gauthier e J.-Y. Jolif, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain-Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1970[2].

Éthique à Nicomaque, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1959.

Nicomachean Ethics, trad. J. A. K. Thomson, revisão, notas e apêndices H. Tredennick, introd. J. Barnes, Harmondsworth, Penguin, 1976.

The Nicomachean Ethics, trad. e coment. H. G. Apostle, Dordrecht, Reidel, 1980.

Nicomachean Ethics, trad., introd. e notas T. H. Irwin, Indianapolis-Cambridge, Hackett, 1985.

Nikomachische Ethik, trad. de E. Rolfes, ed. G. Bien, Hamburg, Meiners, 1985.

Die Nikomachische Ethik, introd., trad. O. Gigon, München, Taschenbuch-Verlag, 1991.

Éthique à Nicomaque, pref. e coment. R. Arnaldez, trad. J. Defradas, Paris, Presses Pocket, 1992.

Ética a Nicômanos, trad., introd. e notas de M. Gama Kury, Brasília, Edunb, 1992.

Nicomachean Ethics, trad. Roger Crisp, Cambridge-New York, Cambridge University Press, 2000.

Ética a Nicómaco, introd., trad. e notas J. L. Calvo Martínez, Madrid, Alianza Editorial, 2001.

Ética a Nicómaco, trad. António Caeiro, Lisboa, Quetzal, 2004.

Nicomachean Ethics. Books VIII and IX, trad. e coment. M. Pakaluk, Oxford-New York, Clarendon Press-Oxford University Press, 1998.

Éthique à Nicomaque. Livre VIII et IX: Sur l'amitié, trad. R. A. Gauthier, introd. e notas J.-F. Balaudé, Paris, Librairie Générale Française, 2001.

Les grands livres d'éthique: La grande morale, trad. C. Dalimier, Paris, Arléa, 1992.

Éthique a Eudème, introd., trad. e notas V. Décarie, Paris, Vrin, 1984.

Ética Eudemia, trad. R. Sartorio, Madrid, Alhambra, 1985.

Éthique à Eudème, pref., trad. e notas P. Maréchaux, Paris, Payot & Rivages, 1994.

Etica Eudemia, introd., trad. e notas Carlo Natali, Roma, Laterza, 1999.

Aristotle's Eudemian Ethics Books I, II and VIII, trad. e coment. M. J. Woods, Oxford, Clarendon Press, 1992[2].

The Politics and the Constitution of Athens, ed. S. Everson, Cambridge-New York, Cambridge University Press, 1996.

Politique d'Aristote, I-II, trad. J. Barthélemy-Saint-Hilaire, Paris, À l'Imprimerie Royale, 1837.

The Politics of Aristotle, trad., introd. e notas E. Barker, Oxford, Clarendon Press, 1946 (reedição revista, introd. e notas F. Stalley, Oxford-New York, Oxford University Press, 1995).

La politique, I-II, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1962.

The Politics, introd., notas e glossário C. Lord, Chicago, University of Chicago Press, 1984.

Política, trad. C. García Gual, Madrid, Alianza Editorial, 1986.

Política, introd., trad. e notas M. García Valdés, revisão M.ª L. Inchausti Gallarzagoitia, Madrid, Gredos, 1988.

The Politics, ed. S. Everson, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

Politik. Schriften zur Staatstheorie, ed. e trad. F. F. Schwarz, Stuttgart, Reclam, 1989.

Les politiques, trad., introd. e notas P. Pellegrin, Paris, Flammarion, 1990.

Política, trad. e notas A. Campelo Amaral e C. Carvalho Gomes, introd. M. Castro Henriques, Lisboa, Vega, 1998.

Politiques. Livre I, trad., notas e coment. P. Pellegrin, Paris, Nathan, 2001.

Politics Books I and II, trad. e coment. T. J. Saunders, Oxford, Clarendon Press, 1995.

Politics Books III and IV, trad. e coment. R. Robinson, Oxford, Clarendon Press, 1995[2].
Politics Books V and VI, trad. e coment. D. Keyt, Oxford, Clarendon Press, 1999.
Politics Books VII and VIII, trad. e coment. R. Kraut, Oxford, Clarendon Press, 1997.
O Tratado do Económico atribuído a Aristóteles, trad. M. B. Amzalak, Lisboa, Academia das Ciências, 1945.
Les Économiques, trad., introd. e notas J. Tricot, Paris, Vrin, 1958.
L'amministrazione della casa, ed. C. Natali, Roma, Laterza, 1995.
Retórica. Poética, trad. J. Leita, Barcelona, Laia, 1985.
The Rhetoric of Aristotle with a Commentary, ed. E. M. Cope, Cambridge, Cambridge University Press, 1877.
The Rhetoric of Aristotle. An Expanded Translation with Supplementary Examples for Students of Composition and Public Speaking, ed. L. Cooper, New York--London, Appleton, 1932.
Rhétorique des passions, trad. Cassandre, posfácio M. Meyer, Paris, Rivages, 1989.
Retórica, introd., trad. e notas Q. Racionero Carmona, revisão C. García Gual, Madrid, Gredos, 1990.
The Art of Rhetoric, introd., trad. e notas H. Lawson-Tancred, London, Penguin, 1991.
On Rhetoric: A Theory of Civil Discourse, introd., trad., notas G. Kennedy, Oxford, Oxford University Press, 1991.
Rhétorique, introd. M. Meyer, trad. C.-É. Ruelle, coment. B. Timmermans, Paris, Le Livre de Poche, 1992.
Retórica, introd., trad. e notas A. Bernabé, Madrid, Alianza, 1998.
Retórica, introd. Manuel Alexandre Júnior, trad. e notas Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
Rhetorik, ed. e trad. Gernot Krapinger, Stuttgart, Reclam, 1999.
Aristotle on the Art of Poetry, trad., introd. e coment. I. Bywater, Oxford, Oxford University Press, 1920.
Poética, trad., introd. e notas Eudoro de Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1951.
Aristotle's Poetics: The Argument, trad. e coment. G. F. Else, Cambridge (Mass.), Harvard University Press-State University of Iowa, 1957.
A Poética Clássica. Aristóteles, Horácio, Longino, trad. R. de O. Brandão, São Paulo, Cultrix-Ed. da Universidade, 1981.
The Poetics, trad. T. A. Sinclair, revisão T. J. Saunders, Harmondsworth, Penguin Classics, 1981.
Aristotle's Poetics. A Translation and Commentary for Students of Literature, trad. L. Golden e O. B. Hardison, Tallahassee, University Press of Florida, 1982.
Poetics, introd., trad. e notas J. Hutton, prefácio de G. M. Kirwood, New York, Norton, 1982.
Aristotle's Poetics. Translation and Analysis, K. A. Telford, Lanham, University Press of America, 1985.
The Poetics of Aristotle, trad. e coment. S. Halliwell, London, Duckworth, 1987.
Poétique, introd., trad. e anotações M. Magnien, Paris, Librairie Générale française, 1990.
Poetics, introd., trad. e notas M. Heath, London-New York, Penguin Books, 1996.
Poetica, introd. Franco Montanari, trad. e notas Andrea Barabino, Milano, Mondadori, 1999.
Poética, introd. M. H. Rocha Pereira, trad. A. M. Valente, Lisboa, FCG, 2004.
Aristotle's Poetics I, with the Tractatus Coislinianus, a Hypothetical Reconstruction of Poetics II, the Fragments of the On Poets, trad. e notas R. Janko, Indianapolis, Hackett, 1987.

Aristotle's Constitution of Athens and Related Texts, trad., introd. e notas K. von Fritz e E. Kapp, New York, Hafner, 1950.
Constitución de los Atenienses. Económicos, introd., trad. e notas M. García Valdés, revisão C. Serrano Aybar, Madrid, Gredos, 1984.
A Constituição de Atenas, trad. N. M. Cruz, Porto, Livraria Educação Nacional, 1941.
La constituzione degli Ateniesi, introd., trad. e notas (com texto grego) G. Lozza, Milano, Mondadori, 1991.
Constituição dos Atenienses, trad. D. F. Leão, Lisboa, FCG, 2003.
A República Ateniense, trad. A. S. Costa, Rio de Janeiro, Mandari & Molinari, s. d.

b*) *Juvenilia

Select Fragments. The Works of Aristotle Translated into English, XII, trad. W. D. Ross, Oxford, At the Clarendon Press, 1952.
The Complete Works of Aristotle. The Revised Oxford Translation, II, trad. J. Barnes e G. Lawrence, Princeton, Princeton University Press, 1983, pp. 2389-2458.
Aristotele. I frammenti dei dialoghi, I-II, trad., introd. e coment. R. Laurenti, Napoli, Loffredo, 1987.

***c*) Poemas e escritos privados**

Hymnes philosophiques, trad., introd. e notas M. Meunier, Paris, L'Artisan du livre, 1935^2.
The Complete Works of Aristotle. The Revised Oxford Translation, II, trad. J. Barnes e G. Lawrence, Princeton, Princeton University Press, 1983, pp. 2459-2465.

***d*) Apócrifos tardios**

The Apple or Aristotle's Death, trad. do latim, introd. e notas M. F. Rousseau, Milwaukee (Wisc.), Marquette University Press, 1968.
Die sogenannte Theologie des Aristoteles. Aus dem Arabischen übersetzt und mit Anmerkungen versehen, Leipzig, J. C. Hinrichs, 1883 (reedição: Frankfurt am Main, Institut für Geschichte der Arabisch-Islamischen Wissenschaften an der Johann Wolfgang Goethe-Universität, 2000).

II — COMENTARISMO

1 — *RECEPÇÃO ANTIGA E MEDIEVAL*

a*) *Aristoteles Latinus

Aristoteles Latinus. I. Categoriae vel Praedicamenta. 1-5: translatio Boethii, editio composita, translatio Guillelmi de Moerbeka, Lemmata e Simplicii commentario decerpta, Pseudo-Augustini paraphrasis Themistiana, ed. L. Minio-Paluello, Leiden, E. J. Brill, 1961.

Aristoteles Latinus. III. Analytica Priora. 1-4: Translatio Boethii (recensiones duae). Translatio anonyma. Pseudo-Philoponi aliorumque scholia. Specimina translationum recensiorum, ed. L. Minio-Paluello, Bruges, Desclée de Brouwer, 1962.
Aristoteles Latinus. IV. Analytica Posteriora. 1-4: translationes Iacobi, Anonymi sivi 'Ioannis', Gerardi, et recensio Guillelmi de Moerbeka, ed. L. Minio-Paluello e B. G. Dod, Bruges, Desclée de Brouwer, 1968.
Aristoteles Latinus. XVII. De historia animalium. 2I1: translatio Guillelmi de Morbeka, ed. P. Beullens e F. Bossier., Leiden, E. J. Brill, 2000.
Aristoteles Latinus. XXV. 1: Metaphysica lib. I-IV, translatio Iacobi sive «Vetustissima» cum Scholiis et translatio composita sive «Vetus», ed. G. Vuillemin-Diem, Leiden, E. J. Brill, 1970.
Aristoteles Latinus. XXV. 2: Metaphysica lib. I-X, XII-XIV, translatio anonyma sive 'media', ed. G. Vuillemin-Diem, Leiden, E. J. Brill, 1976.
Aristoteles Latinus. XXV. 3: Metaphysica lib. I-XIV, recensio et translatio Guillelmi de Moerbeka, ed. G. Vuillemin-Diem, Leiden, E. J. Brill, 1995.

b) Aristoteles Semitico-latinus

Aristoteles Semitico-latinus. V: De animalibus. Michael Scot's Arabic-Latin Translation, ed. A. M. I. van Oppenraaij, Leiden, E. J. Brill, 1992.
Aristoteles Semitico-latinus. VI: De anima: Translated into Hebrew by Zerahyah ben Isaac ben Shealtiel Hen, ed. G. Bos, Leiden, E. J. Brill, 1994.
Aristoteles Semitico-latinus. VII: Aristotle's Physics and its Reception in the Arabic World: with an Edition of the Unpublished Parts of Ibn Bajja's Commentary on the Physics, ed. P. Lettinck, Leiden, E. J. Brill, 1994.
Aristoteles Semitico-latinus. VIII: Otot ha-shamayim: Samuel Ibn Tibbon's Hebrew Version of Aristotle's Meteorology, ed. R. Fontaine, Leiden, E. J. Brill, 1995.
Aristoteles Semitico-latinus. IX: Aristoteles' De anima: eine verlorene spätantike Paraphrase in arabischer und persischer Überlieferung, ed. R. Arnzen, Leiden, E. J. Brill, 1998.
Aristoteles Semitico-latinus. X: Aristotle's Meteorology and its Reception in the Arab World: with an Edition and Translation of Ibn Suwar's Treatise on Meteorological Phenomena and Ibn Bajja's Commentary on the Meteorology, ed. P. Lettinck, Leiden, E. J. Brill, 1999.
Aristoteles Semitico-latinus. XI: The Problemata physica attributed to Aristotle: the Arabic version of Hunain ibn Ishaq and the Hebrew version of Moses ibn Tibbon, ed. L. S. Filius, Leiden, E. J. Brill, 1999.
Aristoteles Semitico-latinus. XII: Aristotle's Meteorology in the Arabico-Latin tradition: A Critical Edition of the Texts, with Introduction and Indices, ed. P. L. Schoonheim, Leiden, E. J. Brill, 2000.
Aristoteles Semitico-latinus. XIII: Petrus de Alvernia, Sententia super librum «De vegetabilibus et plantis», ed. E. L. J. Poortman, Leiden, E. J. Brill, 2003.
Aristoteles Semitico-latinus. XIV: Pseudo-Avicenna, Liber celi et mundi, ed. O. Gutman, Leiden, E. J. Brill, 2003.
Aristoteles Semitico-latinus. XVI: De plantis. Five translations by Nicolaus Damascenus, ed. H. J. Drossaart Lulofs e E. L. J. Poortman, Amsterdam-Oxford, North--Holland, 1989.

c) **Traduções siríacas, árabes e hebraicas**

Ainda incompleta e/ou dispersamente editadas.

2 — *COMENTADORES*

a) **Edições gerais**

Commentaria in Aristotelem graeca, edita consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae, I-XXIII, ed. M. Hayduck, M. Wallies, P. Wendland, A. Busse, H. Schenkl, R. Heinze, S. Landauer, G. Kroll, I. L. Heiberg, K. Kalbfleisch, H. Diels, G. Stüve, H. Vitelli, G. Heylbut, H. Rabe, Berlin, G. Reimer, 1882-1907 (reedição: 1960-1961) (= *CAG*).

Supplementum Aristotelicum, edita consilio et auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae, I-III, ed. S. P. Lambros, I. Bywater, I. Bruns, H. Diels, F. G. Kenyon, Berlin, G. Reimer, 1885-1903 (= *CAG-SA*).

Corpus Latinum Commentariorum in Aristotelem Graecorum, I-VII, ed. G. Verbeke, A. Smet, A. Pattin, H. Mercken, S. Ebbesen, Paris, Éditions Béatrice-Nauwelaerts, 1957-1981 (= *CLCAG*).

Corpus Latinum Commentariorum in Aristotelem Graecorum. Supplementa, I-II, ed. G. Verbeke, J. Moncho, A. Glibert-Thirry, Paris, Éditions Béatrice-Nauwelaerts, 1975, 1977 (= *CLCAG-S*).

Latin Aristotle Commentaries. II: Renaissance Authors. III: Index initiorum-index finium, ed. C. H. Lohr, Firenze, Olschki, 1988, 1995.

Aristotelisches Erbe im arabisch-lateinischen Mittelalter. Übersetzung, Kommentare, Interpretationen, ed. A. Zimmermann, Berlin, W. de Gruyter, 1986.

b) **Alexandre de Afrodísias**

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Prior Analytics 1, 1-7, trad. J. Barnes, S. Bobzien, K. Flannery e K. Ierodiakonou, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 1991.

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Prior Analytics 1. 8-13 (with 1.17, 36b35-37a31), trad. I. Mueller e J. Gould, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1999.

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Prior Analytics 1.14-22, trad. I. Mueller e J. Gould, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1999.

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Topics 1, trad. J. M. van Ophuijsen, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 2001.

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Meteorology 4, trad. E. Lewis, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1996.

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle's On Sense Perception, trad. A. Towey, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1999.

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Metaphysics 1, trad. W. E. Dooley, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1989.

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Metaphysics 2-3, trad. W. E. Dooley e A. Madigan, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1992.

Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Metaphysics 4, trad. A. Madigan, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1993.
Alexander of Aphrodisias. On Aristotle Metaphysics 5, trad. W. E. Dooley, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1993.
Alexander of Aphrodisias. Ethical Problems, trad. R. W. Sharples, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1990.
Alexander of Aphrodisias. Quaestiones 1.1-2.15, trad. R. W. Sharples, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1992.
Alexander of Aphrodisias. Quaestiones 2.16-3.15, trad. R. W. Sharples, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1994.

***c*) Temístio**

Themistius. On Aristotle's Physics 4, trad. R. B. Todd, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 2002.
Themistius. On Aristotle's On the Soul, trad. R. B. Todd, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 1996.

***d*) Neoplatónicos**

Porphyry. On Aristotle's Categories, trad. S. K. Strange, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 1992.
Dexippus. On Aristotle Categories, trad. J. Dillon, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1990.
Ammonius. On Aristotle Categories, trad. S. M. Cohen e G. B. Matthews, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1991.
Ammonius. On Aristotle On Interpretation 1-8, trad. D. Blank, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1996.
Ammonius. On Aristotle On Interpretation 9. Boethius. On Aristotle On interpretation 9: First and Second Commentaries, trad. D. Blank e N. Kretzmann, ensaios de R. Sorabji, N. Kretzmann e M. Mignucci, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1998.
Simplicius. Commentaire sur les Catégories, I-III, trad. P. Hoffmann, I. Hadot, P. Hadot, coment. e notas I. Hadot, Leiden, E. J. Brill, 1990.
Simplicius. On Aristotle's Categories 1-4, trad. M. Chase, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 2003.
Simplicius. On Aristotle's Categories 5-6, trad. F. A. J. de Haas e B. Fleet, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 2001.
Simplicius. On Aristotle's Categories 9-15, trad. R. Gaskin, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 2000.
Simplicius. On Aristotle's Physics 2, trad. B. Fleet, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 1996.
Simplicius. On Aristotle's Physics 3, trad. J. O. Urmson, notas de P. Lautner, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 2002.
Simplicius. On Aristotle's Physics 4.1-5, 10-14, trad. J. O. Urmson, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1992.
Simplicius. On Aristotle's Physics 5, trad. J. O. Urmson, notas P. Lautner, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1997.

Simplicius. On Aristotle's Physics 6, trad. D. Konstan, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 1989.
Simplicius. On Aristotle's Physics 7, trad. C. Hagen, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 1994.
Simplicius. On Aristotle's Physics 8.6-10, trad. R. McKirahan, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 2001.
Simplicius. Corollaries on Place and Time, trad. J. O. Urmson, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1992.
Simplicius. On Aristotle On the Soul 1.1-2.4, trad. J. O. Urmson, notas P. Lautner, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1995.
Simplicius. On Aristotle On the Soul 3.1-5, trad. H. J. Blumenthal, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 2000.
Philoponus. On Aristotle's Physics 2, trad. A. R. Lacey, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 1993.
Philoponus. On Aristotle's Physics 3, trad. M. J. Edwards, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1994.
Philoponus. On Aristotle Physics 5-8, trad. P. Lettinck, London-Ithaca, Duckworth--Cornell University Press, 1994.
Philoponus. On Aristotle On coming-to-be and perishing 1.1-5, trad. C. J. F. Williams, introd. S. Berryman, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1999.
Philoponus. On Aristotle On coming-to-be and perishing 1.6-2.4, trad. C. J. F. Williams, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1999.
Philoponus: Corollaries on Space and Void. Simplicius: Against Philoponus on the Eternity of the World, trad. D. J. Furley e C. Wildberg, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1991.
Philoponus. On Aristotle on the Intellect (De anima 3.4-8), trad. W. Charlton, London--Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 1991.
Philoponus. On Aristotle On the Soul 3.1-8, trad. W. Charlton, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 2000.
Philoponus. [Attributed to] *On Aristotle On the Soul 3.9-13. Stephanus. On Aristotle On Interpretation*, trad. W. Charlton, London-Ithaca, Duckworth-Cornell University Press, 2000.

***e*) Boécio**

Manlii Severini Boetii Opera Omnia. Pars posteriora, Patrologiae Cursus Completus. Patres Latini, LXIV, ed. J.-P. Migne, Paris, 1847.
Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, XLVIII, ed. S. Brandt, Wien, Österreichische Akademie der Wissenschaften, 1906.

***f*) Averróis**

Aristotelis Opera cum Averrois Commentariis, I, Venetiis, apud Junctas, 1562 (reedição: Frankfurt am Main, Minerva, 1962).
Averroës' Middle Commentaries on Aristotle's Categories and De interpretatione, trad., introd. e notas C. E. Butterworth e A. Abd Al-Magid Haridi, Princeton, Princeton University Press, 1983.

Averroës' Three Short Commentaries on Aristotle's Topics, Rhetoric and Poetics, trad., introd. e notas C. E. Butterworth, Princeton, Princeton University Press, 1977.

Averroes' Middle Commentary on Aristotle's De anima, ed. e notas A. L. Ivry, Cairo, Supreme Council of Culture, 1994.

Ibn Rushd's Metaphysics, with Introduction of Ibn Rushd's Commentary on Aristotle's Metaphysics, Book L, ed. C. Genequant, Leiden, E. J. Brill, 1984.

Averroès. Grand commentaire de la Métaphysique d'Aristote, Livre L, trad. e notas A. Martin, Paris, Belles Lettres, 1984.

Averroës' Middle Commentary on Aristotle's Poetics, trad., introd. e notas C. E. Butterworth, Princeton, Princeton University Press, 1986.

g) São Tomás de Aquino

Thomas von Aquin. Prologe zu den Aristoteleskommentaren, ed. e trad. F. Cheneval e R. Imbach, Frankfurt am Main, Klostermann, 1993.

Sancti Thomae Aquinatis in Aristotelis libros peri hermeneias et posterium analyticorum expositio, ed. R. M. Spiazzi, Napoli, Auria, 1955.

Sancti Thomae Aquinatis in octo libros De physico auditu sive Physicorum Aristotelis commentaria, ed. A. M. Pirotta, Napoli, Auria, 1953.

Sancti Thomae Aquinatis in octo libros Physicorum Aristotelis expositio, ed. P. M. Maggiolo, Torino, Marietti, 1954.

Thomas Aquinas. Commentary on Aristotle's De anima, trad. K. Foster e S. Humphries, introd. R. McInerny, Notre Dame (Ind.), Dumb Ox Books, 1994.

A Commentary on Aristotle's De anima, trad. R. Pasnau, New Haven (Conn.), Yale University Press, 1999.

Sancti Thomae Aquinatis in duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis expositio, ed. M.-R. Cathala e P. R. Spiazzi, Torino, Marietti, 1964.

Commentary of the Metaphysics of Aristotle by Thomas Aquinas, trad. e introd. J. P. Rowan, Chicago, Regnery, 1961.

Sancti Thomae Aquinatis in decem libros Ethicorum Aristotelis ad Nicomachum expositio, ed. P. R. Spiazzi, Torino, Marietti, 1949.

Thomas Aquinas. Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics, trad. C. I. Litzinger, Notre Dame (Ind.), Dumb Ox Books, 1993.

h) Pácio

Julii Pacii a Beriga In Porphyrii Isagogen et Aristotelis Organon commentarius analyticus, s/l, Aureliae Allobrogum, 1605.

i) Conimbricenses

Commentarii Collegii Conimbricensis e Societate Iesu in universam dialecticam Aristotelis Stagiritae, Conimbricæ, ex officina Didaci Gomez Loureyro, 1606 (reedições: Coloniae Agrippinae, apud Bernardum Gualtherium, 1611; Lugduni, Sumptibus Iacobi Cardon & Petri Cauella, 1622).

Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu in octo libros Physicorum Aristotelis Stagiritae, Conimbricae, typis et expensis Antonii à Mariz, 1592 (reedição: Lugduni, sumptibus Ioannis Baptistae Buysson, 1594; Coloniae, Sumptibus Lazari Zetzneri, 1602).

Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu in quatuor libros De Coelo Aristotelis Stagiritae, Olisipone, ex officina Simonis Lopesii, 1593 (reedição: Lugduni, Sumptibus Ioannis Pillehotte, 1616).

Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu in duos libros De Generatione & corruptione Aristotelis Stagiritae, Conimbricae, ex officina Antonii à Mariz, 1598 (reedições: Moguntiae, in officina typographica Ioannis Albini, 1599; Coloniae, sumptibus haeredum Lazari Zetzneri, 1633).

Commentarii Collegii Conimbricensis Societates Iesu in libros Meteorum Aristotelis Stagiritae, Olisipone, ex officina Simonis Lopesii, 1593 (reedição: Lugduni, Sumptibus Ioannis Pillehotte, 1616).

Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu in tres libros de anima Aristotelis Stagiritae, Conimbricae, typis et expensis Antonii à Mariz, 1598 (reedição: Coloniae, Impensis Lazari Zetzneri, 1600).

Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu in libros Aristotelis qui Parua Naturalia appellantur, Olisipone, ex officina Simonis Lopesii, 1593 (reedição: Lugduni, Sumptibus Ioannis Pillehotte, 1616).

In libros ethicorum Aristotelis ad Nicomachum aliquot Conimbricensis cursus disputationes in quibus praecipua quaedam ethicae disciplinae capita continentur, Olisipone, ex officina Simonis Lopesii, 1593 (reedições: Lugduni, *ex officina Iuntarum*, 1594; Coloniae, Impensis Lazari Zetzneri, 1600; Lugduni, Sumptibus Ioannis Pillehotte, 1616).

Curso Conimbricense. I: P.e Manuel de Góis. Moral a Nicómaco de Aristóteles, ed. e trad. de António Alberto Banha de Andrade, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1957.

j) Pedro da Fonseca

Commentariorum Petri Fonsecae in libros Metaphysicorum Aristotelis Stagiritae, I-IV, Coloniae, sumptibus Lazari Zetzneri bibliopolae, 1615, 1629 (reedição: I-II, Hildesheim, G. Olms, 1975).

k) Outros

Al-Farabi's Commentary and Short Treatise on Aristotle's De interpretatione, ed. F. W. Zimmerman, Oxford, Oxford University Press, 1988.

Siger de Brabant. Quaestiones in Metaphysicam, ed. W. Dunphy, Louvain-la-Neuve, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, 1981.

Siger de Brabant. Quaestiones in Metaphysicam, ed. revista A. Maurer, Louvain-la-Neuve, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, 1983.

Ockham on Aristotle's Physics. A Translation of Ockham's Brevis summa libri Physicorum, trad. J. Davies, St. Bonaventure (N. Y.), Franciscan Institute, 1989.

Byzantinische Kommentatoren der aristotelischen Topik. Johannes Italos, Leon Magentinos, ed. S. Kotzabassi, Saloniki, Hetaireía Byzantinón Ereunón, 1999.

3 — *OUTROS AUTORES*

1 — *ANTIGOS*

a) Pré-socráticos

Die Fragmente der Vorsokratiker, ed. H. Diels e W. Kranz, I-III, Berlin, Weidmannsche Verlagsbuchhandlung, 1956[8] (= *FdV*).

Heraclitea. Édition critique complète des témoignages sur la vie et l'oeuvre d'Héraclite d'Éphèse et des vestiges de son livre et de sa pensée. II: Traditio: La tradition antique et médiévale. A: Témoignages et citations: Textes et traduction. 1: D'Épicharme à Philon d'Alexandrie. 2: De Sénèque à Diogène Laërce. 3: De Plotin à Marsile Ficin, ed. S. Mouraviev, Sankt Augustin, Academia, 1999, 2000, 2000 (em curso de edição).

Heraclitus. Greek Text with a Short Commentary, ed. M. Marcovich, Merida (Venezuela), Los Andes University Press, 1967.

Heraclitus. The Cosmic Fragments. Edited with an Introduction and Commentary, ed. G. S. Kirk, Cambridge, Cambridge University Press, 1954.

Héraclite. Fragments, ed., trad. e coment. M. Conche, Paris, PUF, 1986.

The Art and Thought of Heraclitus. An Edition of the Fragments with Translation and Commentary, ed. Ch. H. Kahn, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

Heraclitus. Fragments, ed., trad. e coment. T. M. Robinson, Toronto, University of Toronto Press, 1991.

Héraclite d'Éphèse. Les Fragments, ed. e trad. M. Pouille, Chambéry, Éd. Comp'act, 1995.

Parmenides. A Text with Translation, Commentary and Critical Essays, ed. L. Tarán, Princeton, Princeton University Press, 1965.

Parmenides of Elea. Fragments, ed., trad. e coment. D. Gallop, Toronto, University of Toronto Press, 1984.

Parmenides. Über das Sein, ed. H. von Steuben, Stuttgart, Reclam, 1995.

Da Natureza. Parménides, ed., trad. e coment. J. Trindade Santos, Lisboa, Alda, 1997.

b) Sofistas

Sofisti-testemonianze e frammenti, ed. M. Untersteiner, I-III, Firenze, La Nuova Italia, 1961[2], 1961[2], 1954.

The Older Sophists, ed. R. K. Sprague, Columbia, University of South Carolina Press, 1972.

c) Socráticos

Socraticorum reliquiæ, ed. G. Giannantoni, I-II, Collana Elenchus, Napoli Bibliopolis, 1983.

Die Megariker. Kommentiert Sammlung der Testimonien, Amsterdam, B. R. Grüner, 1972.

Les mégariques. Fragments et témoignages, trad. e coment. R. Muller, Paris, Vrin, 1985.

Antisthenis fragmenta, ed. F. Decleva-Caizzi, Milano, Instituto Editoriale Cisalpino, 1966.

Les cyniques grecs, ed. L. Paquet, Ottawa, Presses Universitaires d' Ottawa, 1988[2].
I Cirenaici, ed. e trad. G. Giannantoni, Roma, Instituto Filosofico Un. Roma, 1958.
Aristippi et Cyrenaicorum Fragmenta, ed. E. Mannebach, Leiden, E. J. Brill, 1961.

***d*) Platão**

Platonis opera quae extant omnia, I-III, ed. H. Estienne, s/l [Genevae], excudebat Henr. Stephanus, 1578.
Platonis Opera. I: Euthyphro, Apologia Socratis, Crito, Phaedo, Cratylus, Theaetetus, Sophista, Politicus, ed. E. A. Duke, W. F. Hicken, W. S. Nicoll, D. B. Robinson e J. C. Strachan, Oxford, Clarendon Press, 1995.
Platonis Opera. 1. Tetralogia I: Euthyphro, Apologia Socratis, Crito, Phaedo. Tetralogia II: Cratylus, Theaetetus, Sophista, Politicus. 2. Tetralogia III: Parmenides, Philebus, Symposium, Phaedrus. Tetralogia IV: Alcibiades I, Alcibiades II, Hipparchus, Amatores. 3. Tetralogia V: Theages, Charmides, Laches, Lysis. Tetralogia VI: Euthydemus, Protagoras, Gorgias, Meno. Tetralogia VII: Hippias maior, Hippias minor, Io, Menexenus. 4. Tetralogia VIII: Clitopho, Res publica, Timaeus, Critias. 5. Tetralogia IX: Minos, Leges, Epinomis, Epistulae, Definitiones, Spuria., ed. J. Burnet, Oxford, Clarendon Press, 1899-1907.
Platon. Oeuvres Complètes, I-XIV, trad., introd. e notas M. Croiset, A. Croiset, L. Bodin, L. Robin, L. Méridier, E. Chambry, A. Diès, A. Rivaud, E. des Places, L. Gernet, J. Souilhé, Paris, Belles Lettres, 1920-1964.
Plato, I-XII, ed. W. R. M. Lamb, H. N. Fowler, P. Shorey, R. G. Bury, London, Loeb Classical Library, 1914-1935.
The Dialogues of Plato Translated into English, I-II, trad. B. Jowett, New York, Random House, 1937[7].
Apologia de Sócrates, *Críton*, trad., introd. e notas M. de O. Pulquério, Coimbra, INIC, 1984.
Cármides, trad., introd. e notas F. de Oliveira, Coimbra, INIC, 1981.
Crátilo, trad., prefácio e notas D. Palmeira, Lisboa, Sá da Costa, 1963.
Crátilo, trad. M. J. Figueiredo, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
Êutifron, *Apologia de Sócrates*, *Críton*, trad., introd. e notas J. Trindade Santos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985.
Fédon, trad., introd. e notas M. T. Schiappa de Azevedo, Coimbra, Minerva, 1988.
Górgias, *O Banquete*, *Fedro*, trad., introd. e notas M. de O. Pulquério, M. T. Schiappa de Azevedo e J. R. Ferreira, Lisboa e São Paulo, Verbo, 1973.
Hípias Maior, trad., introd. e notas M. T. Schiappa de Azevedo, Coimbra. INIC, 1985.
Hípias Menor, trad., introd. e notas M. T. Schiappa de Azevedo, Coimbra. INIC, 1990.
Íon, trad., introd. e notas V. Jabouille, Lisboa, Inquérito, 1988.
Laques, trad., introd. e notas F. de Oliveira, Lisboa, Edições 70, 1989.
Lísis, trad., introd. e notas F. de Oliveira, Coimbra, INIC, 1980.
Ménon, trad. e notas E. R. Gomes, introd. J. Trindade Santos, Lisboa, G. E. C., 1986.
Parménides, trad. e notas M. J. Figueiredo, introd. J. Trindade Santos, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
Protágoras, trad., introd. e notas A. P. Elias Pinheiro, Lisboa, Relógio d´Água, 1999.
A República, trad., introd. e notas M. H. da Rocha Pereira, Lisboa, FCG, 1976.

e) Académicos

De Speusippi academici scriptis accedunt fragmenta, ed. P. Lang, Bonnae, Typis Caroli Georgi, 1911.

Speusippo: *Frammenti*, ed., trad. e coment. M. Isnardi Parente, Napoli, Bibliopolis, 1980.

Speusippus of Athens. A Critical Study with a Collection of the Related Texts and Commentary, ed. L. Tarán, Leiden, Brill, 1981.

Xenokrates. Darstellung der Lehre und Sammlung der Fragmente, ed. R. Heinze, Hildesheim, G. Olms, 1965 (reedição).

Senocrate-Ermodoro: *Frammenti*, ed., trad. e coment. M. Isnardi Parente, Napoli, Bibliopolis, 1982.

Supplementum academicum. Per l'integrazione e la revisione di Speusippo, Frammenti, e Senocrate-Ermodoro, Frammenti, ed., trad. e coment. M. Isnardi Parente, Margherita, Roma, Accademia Nazionale dei Lincei, 1995.

f) Peripatéticos

Die Schule des Aristoteles. Texte und Kommentar. I: Dikaiarchos. II: Aristoxenos. III: Klearchos. IV: Demetrios von Phaleron. V: Straton von Lampsakos. VI: Lykon und Ariston von Keos. VII: Herakleides Pontikos. VIII: Eudemos von Rhodos. IX: Phainias von Eresos. Chamaileon. Praxiphanes. X: Hieronymos von Rhodos. Kritolaos und Sine Schüler. Rückblick. Der Peripatos in Vorchristlicher zeit Register, ed. F. Wehrli, Basel-Stuttgart, Schwabe, 1944, 1945, 1948, 1949, 1950, 1952, 1953, 1955, 1957, 1959.

Theophrastus of Eresus. Sources for His Life, Writings, Thought and Influence. I: Life, Writings, Various Reports, Logic, Physics, Metaphysics, Theology, Mathematics. II: Psychology, Human Physiology, Living Creatures, Botany, Ethics, Religion, Politics, Rhetoric and Poetics, Music, Miscellanea, ed. e trad. W. W. Fortenbaugh, P. M. Huby, R. W. Sharples e D. Gutas, trad. A. D. Barker, J. J. Keaney, D. C. Mirhady, D. Sedley e M. G. Sollenberger, Leiden, E. J. Brill, 1992.

Theophrastus. His Psychological, Doxographical, and Scientific Writings, ed. W. W. Fortenbaugh e D. Gutas, New Brunswick, Rutgers University, 1992.

Theophrastus Metaphysics, ed., trad. e coment. W. D. Ross e F. H. Fobes, Oxford, Clarendon Press, 1929.

Théophraste. Métaphysique, ed., trad. e notas A. Laks e G. W. Most, Paris, Belles Lettres, 1993.

Theophrastus. Metaphysics, trad., introd. e coment. M. van Raalte, Leiden-New York-Köln, E. J. Brill, 1993.

g) Helenísticos

The Hellenistic Philosophers, I-II, ed. A. Long e D. N. Sedley, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

Stoicorum veterum fragmenta, ed. I. von Arnim, I-III, Stuttgart, Teubner, 1964.

Les Stoïciens, selec. e trad. J. Brun, Paris, PUF, 1968.

Epicurea, ed. H. Usener, Stuttgart, Teubner, 1966.

Épicure. Doctrines et maximes, trad. M. Solovine, Paris, Hermann, s. d.[2].
Les sceptiques grecques, selec. e trad. V. Brochard, Paris, Vrin, 1969[2].
Les sceptiques grecques, selec. e trad. J.-P. Dumont, Paris, PUF, 1989.

***h*) Greco-romanos**

Cicero. I-V: Rhetorical Treatises. VI-XV: Orations. XVI-XXI: Philosophical Treatises. XXII-XXIX: Letters, ed. H. Caplan, H. M. Hubbell, E. W. Sutton, H. Rackham, G. L. Hendrickson, J. H. Freese, L. H. G. Greenwood, H. Grose Hodge, C. Macdonald, N. H. Watts, R. Gardner, W. C. A. Ker, C. W. Keyes, J. E. King, W. A. Falconer, W. Miller, D. R. Shackleton Bailey, W. Glynn Williams, M. Cary, M. I. Henderson, London, Loeb Classical Library, 1914--1998.

Seneca. I-III: Moral Essays. IV-VI: Epistles. VI & X: Naturales Quaestiones. VIII-IX: Tragedies, ed. J. W. Basore, R. M. Gummere, T. H. Corcoran, F. J. Miller, London, Loeb Classical Library, 1917-1972.

L. Annaei Senecae opera quae supersunt. I: Dialogorum libros XII. II: Naturalium quaestionum libros VIII. III: Ad Lucilium epistularum moralium quae supersunt, ed. E. Hermes, A. Gercke, O. Hense, Leipzig, Teubner, 1905, 1907, 1898.

Dialogues, I-IV, ed. A. Bourgery, R. Waltz, Paris, Belles Lettres, 1922, 1922, 1923, 1927.

Dialogorum libri duodecim, ed. L. D. Reynolds, Oxford, Oxford University Press, 1977.

Ad Lucilium Epistulae Morales, I-II, ed. L. D. Reynolds, Oxford, Oxford University Press, 1965.

Lettres a Lucilius, I-V, ed. F. Prehac, trad. H. Noblot, Paris, Belles Lettres, 1995[8], 1993[6], 1989, 1987, 1991[4].

Cartas a Lucílio, trad. J. A. Segurado e Campos, Lisboa, FCG, 1991.

Questions naturelles, I-II, ed. P. Oltramare, Paris, Belles Lettres, 1929.

L. Annaei Senecae Naturalium quaestionum libros, ed. H. M. Hine, Stuttgart, Teubner, 1996.

M. Fabi Quintiliani Institutionis Oratoriae Libri XII, I-II, ed. L. Radermacher, Leipzig, Teubner, 1907, 1935.

M. Fabi Quintiliani Institutionis Oratoriae Libri Duodecim, I-II, ed. M. Winterbottom, Oxford, Clarendon Press, 1970.

Quintilien. Institution Oratoire. II: Livres II-III. V: Livres VIII-IX, ed. e trad. J. Cousin, Paris, Belles Lettres, 1976, 1978.

Nicolaus Damascenus on the Philosophy of Aristotle. Fragments of the First Five Books Translated From the Syriac with an Introduction and Commentary, ed. H. J. Drossaart Lulofs, Leiden, Brill, 1969[2].

The geography of Strabo, I-VIII, ed. e trad. H. L. Jones, London-Cambridge (Mass.), Loeb Classical Library, 1931-1949.

Strabon. Géographie, I-IX, ed. e trad. G. Aujac, F. Lasserre e R. Baladié, Paris, Belles Lettres, 1966-1989.

Strabonis Geographica, I-III, ed. e trad. A. Meineke, Leipzig, Teubner, 1909-1913.

Albinos. Épitomé, I-III, ed. e trad. P. Louis, Paris, Belles Lettres, 1945.

Plutarchi Chaeronensis Moralia, I-VII, ed. G. N. Bernardakis, Leipzig, Teubner, 1893--1896.

Plutarchi Vitae parallelae, I-V, ed. C. Sintenis, Leipzig, Teubner, 1884-1895.

Apulei Platonici Madaurensis opera quae supersunt, IV, ed. P. Thomas, Leipzig, Teubner, 1908.

Sexti Empirici Opera. 1: Pyrroneion hypotyposeon libri tres. 2: Adversus dogmaticos libri quinque. Adversus mathematicos libros VII-XI. 3: Adversus mathematicos libros I-VI. IV: Indices, ed. H. Mutschmann (1-2) e J. Mau (3-4), Leipzig, Teubner, 1912, 1914, 1954, 1958.

Clemens Alexandrinus. Band. 1: Protrepticus und Paedagogus. Band. 2: Stromata Buch I-VI. Band 3: Stromata Buch VII und VIII. Excerpta ex Theodoto. Eclogae propheticae. Quis dives salvetur. Fragmenta. Band 4: Register, ed. O. Stählin, Leipzig-Berlin, Akademie Verlag, 1905-1936 (reedição: U. Treu, I, 1972^{3}, II, 1985^{4}).

i) Neoplatónicos

Plotini Opera, ed. P. Henry e H. R. Schwyzer, Oxford, Oxford Classical Texts, 1964--1982.

Plotines, trad. A. H. Amstrong, London, W. Heinemann, 1966-1984.

Plotin. *Ennéades*, ed. É. Bréhier, I-VI, Paris, Belles Lettres, 1960^{3}, 1964^{3}, 1963^{3}, 1964^{3}, 1956^{2}, 1963^{3} (1ª Parte), 1963^{3} (2.ª parte).

Iamblichi De communi mathematica scientia liber, ed. N. Festa, Leipzig, Teubner, 1891 (reedição corrigida e aumentada: ed. U. Klein, Stuttgart, Teubner, 1975).

Iamblichi Protrepticus, ed. E. Pistelli, Leipzig, Teubner, 1888.

Procli in Platonis Cratylum commentaria, ed. G. Pasquali, Leipzig, Teubner, 1908.

Proclo. *Lezioni sul Cratilo di Platone*, introd., trad. e coment. F. Romano, Roma, L'Erma di Bretschneider, 1989 (inclui a edição Pasquali).

Procli in Platonis Rem publicam commentarii, I-II, ed. G. Kroll, Leipzig, Teubner, 1899, 1901.

Proclus. *Commentaire sur la République*, I-III, trad. e notas A. J. Festugière, Paris, Vrin, 1970.

Procli Commentarium in Platonis Parmenidem, *Procli philosophi Platonici opera inedita*, ed. V. Cousin, Paris, A. Durand, 1864, cols. 617-1258.

Proclus' Commentary on Plato's Parmenides, trad. G. R. Morrow e J. M. Dillon, Princeton, Princeton University Press, 1993.

Proclus. *Commentaire sur le Parménide de Platon*, I-II, trad. G. de Moerbecke, ed. C. Steel, Leiden, E. J. Brill, 1982, 1985.

Procli Diadochi in Platonis Timaeum commentaria, I-III, ed. E. Diehl, Leipzig, Teubner, 1903-1906 (reedição: Amsterdam, Hakkert, 1965).

Proclus. *Commentaire sur le Timée*, I-V, trad. e notas A. J. Festugière, Paris, Vrin, 1966, 1967, 1967, 1968, 1968.

Proclus. *Théologie Platonicienne*, I-VI, ed. H. D. Saffrey-L. G. Westerink, Paris, Belles Lettres, 1968, 1974, 1978, 1981, 1987, 1997.

Proclus. *The Elements of Theology*, ed., trad. e comentário E. R. Dodds, Oxford, Clarendon Press, 1992^{2}.

Initia philosophiae ac theologiae ex Platonicis fontibus ducta, sive In Platonis Alcibiadem commentarii. I: Procli successoris in Platonis Alcibiadem priorem commentarii. II: Olympiodori in Platonis Alcibiadem priorem commentarii. III: Procli successoris Platonici institutio theologica. Graece et Latine. IV: Nicolai Methonensis refutatio institutionis theologicae Procli Platonici, ed. G. F. Creuzer e J. T. Voemel, Francofurti ad Moenum, Officina Broenneriana, 1820-1825.

Olympiodorus. Commentary on the First Alcibiades of Plato, trad. L. G. Westerink, Amsterdam, North-Holland, 1956.
Olympiodori in Platonis Gorgiam commentaria, ed. L. G. Westerink, Leipzig, Teubner, 1970.
Olympiodori philosophi in Platonis Phaedonem commentaria, ed. W. Norvin, Leipzig, Teubner, 1913.
The Greek Commentaries on Plato's Phaedo. I: Olympiodorus, trad. L. G. Westerink, Amsterdam-Oxford, North-Holland, 1976.
Philoponus. De aeternitate mundi contra Proclum, ed. H. Rabe, Leipzig, Teubner, 1899 (reedição: Hildesheim, G. Olms, 1963).
Prolégomènes à la philosophie de Platon, ed. L. G. Westerink, trad. J. Trouillard, colab. de A. Ph. Segonds, Paris, Belles Lettres, 1990.

***j*) Outros autores antigos**

Doxographi Graeci, ed. H. Diels, Berlin, W. de Gruyter, 1965[4].
Fragmenta Philosophorum Graecorum. I: Poeseos philosophicæ: cæterorumque ante socratem philosophorum quæ supersunt. II: Pythagoreos, Sophistas, Cynicos et Chalcidii in priorem timaei Platonici partem commentariis continens philosophorum quæ supersunt. III: Platonicus et peripateticos continens, ed. F. G. A. Mullach, Paris, Firmin-Didot, 1860, 1867, 1884.
Greek Philosophy. A Collection of Texts. I: Thales to Plato. II: Aristotle, the Early Peripatetic School and the Early Academy. III: The Hellenistic-Roman Period, C. J. De Vogel, Leiden, E. J. Brill, 1950, 1953, 1959.
Fragmenta historicorum graecorum, I-IV, ed. Ch. Müller, Paris, Firmin-Didot, 1878--1885 (= *FHG*).
Die attische Beredsamkeit. I: Von Gorgias bis zu Lysias. II: Isokrates und Isaios. III. 1. Demosthenes. 2. Demosthenes' Genossen und Gegner, ed. F. Blass, Leipzig, Teubner, 1887-1898[2] (reedição: Hildesheim, G. Olms, 1962).
Elegy and Iambus, Being the Remains of all the Greek Elegiac and Iambic Poets from Callinus to Crates, London, Loeb Classical Library, 1931-1954.
Corpus Medicorum Graecorum, I-XII, Berlin, Akademie der Wissenschaften, 1927--1996 (em curso de edição).
Oeuvres Complètes d'Hippocrate, ed. É. Littré, I-X, Paris, Baillière, 1839-1861 (reedição: Amsterdam, Hakkert, 1961-1982).
Hippocrates, I-VIII, ed. e trad. W. H. S. Jones, E. T. Withington, P. Potter e W. D. Smith, London, Loeb Classical Library, 1923-1995.
Herodotus. The Persian Wars, I-IV, ed. A. D. Godley, London, Loeb Classical Library, 1920, 1921, 1922, 1924.
Herodotus. Historiae, I-II, ed. K. Hude, Oxford, Oxford University Press, 1927.
Herodoti Historiae, I-II, ed. H. B. Rosén, Leipzig, Teubner, 1987, 1997.
Athénée de Naucratis, *Les Deipnosophistes*, ed. A. M. Desrousseaux e Ch. Astruc, Paris, Belles Lettres, 1956.
Athenaei Naucratitae Dipnosophistarvm libri xv, I-III, ed. G. Kaibel, Stuttgart, Teubner, 1961-1962.
The Deipnosophists, I-VII, ed. e trad. Ch. Burton Gulick, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1955-1961.
Diogenes Laertius. Lives of Eminent Philosophers, I-II, ed. R. D. Hicks, London and Cambridge (Mass.), Loeb Classical Library, 1925.

Grammatici Latini, I-VII, ed. H. Keil, Leipzig, Teubner, 1857-1880.
A. Gellii Noctium Atticarum libri xx, ed. C. Hosius, Leipzig, Teubner, 1903.
C. Sollius Apollinaris Sidonius, ed. P. Mohr, Leipzig, Teubner, 1895.
Sidonius. Poems and Letters, ed. e trad. W. B. Andersen, London, Heinemann, 1936.
Sidoine Apollinaire. 1: Poèmes, ed. e trad. A. Loyen, Paris, Belles Lettres, 1961.

2 — *MEDIEVAIS*

a) Patrística

Patrologiae Cursus Completus. Patres Latini, I-CCXVII, ed. J.-P. Migne, Paris, Garnier, 1844-1855 (mais quatro volumes de índices: CCXVIII-CCXXI, 1862-1864) (= *PL*).
Patrologiae Cursus Completus a J.-P. Migne editus. Series Latina. Supplementum, CCXXII-CCXXVI, ed. A. Hamman, Paris, Garnier, 1958-1974 (= *PL-S*).
Patrologiae Cursus Completus. Patres Graeci, I-CLXVIII, ed. J.-P. Migne, Paris, Garnier, 1857-1868 (= *PG*).
Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, I-XCI, Wien, Österreichische Akademie der Wissenschaften, 1866-1998 (em curso de edição) (= *CSEL*).

b) Avicena

Avicenne. La Métaphysique du Shifa. Livres I à V, trad. do árabe, introd., notas e coment. de G. C. Anawayti, Paris, Vrin, 1978.

c) São Tomás de Aquino

Suma Teologica de Santo Tomas de Aquino, texto latino da ed. crítica Leonina, trad. e notas sob a direcção de F. B. Viejo, introd. geral de S. Ramirez, II-III, Madrid, BAC, 1959.
De ente et essentia, Opuscula Omnia necnon Opera Minora. I: Opuscula Philosophica, ed. J. Perrier, Paris, P. Lethielleux, 1949.
O Ente e a Essência. Texto latino e português, introd., trad. e notas D. Odilão Moura, Rio de Janeiro, Presença, 1981.
O Ente e a Essência, trad. e introd. M. Santiago de Carvalho, Porto, Contraponto, 1999.
Opuscules de Saint Thomas d'Aquin: *de Aeternitate Mundi*, *de Principio Individuationis*, *de Principiis Naturae*, *de Natura Materiae et Dimensionibus Interminatis*, Paris, Vrin, 1984.

d) Duns Escoto

Ioannis Duns Scoti Opera Omnia, VII, ed. P. C. Koser, Civitas Vaticana, Typis Polyglottis Vaticanis, 1973.
Le Principe d'Individuation, introd., trad. e notas G. Sondag, Paris, Vrin, 1992.

e) **Pedro Hispano**

Peter of Spain, *Tractatus Syncategorematum and Selected Anonymous Treatises*, ed. J. P. Mullally e R. Houde, Milwaukee (Wisc.), Marquette University Press, 1964.
The Summulae logicales of Peter of Spain, ed. J. P. Mullally, Notre Dame (Ind.), University of Notre Dame Press, 1960.
Peter of Spain (Petrus Hispanus Portugalensis) Tractatus Called Afterwards Summule logicales, ed. L. M. de Rijk, Assen, Van Gorcum, 1972.
Language in Dispute: *an English Translation of Peter of Spain's Tractatus, Called Afterwards Summulae logicales, on the Basis of the Critical Edition established by L. M. de Rijk*, trad. F. P. Dinneen, Amsterdam, Benjamins, 1990.

f) **Guilherme de Occam**

Guillelmi de Ockham Opera philosophica et theologica. Opera philosophica I-VII. Opera theologica I-X, *St. Bonaventure (N. Y.), Editiones Instituti Franciscani Universitatis S. Bonaventure, 1967-1988.*
Philosophical Writings. *A selection*, ed. e trad. P. Boehner, Edinburgh, Nelson, 1957 (reedição: revisão S. F. Brown, Indianapolis, Hackett, 1990).

3 — *MODERNOS*

a) **Zabarella**

Iacobi Zabarellæ Patauni Opera logica. *Editio postrema*, Francofurti, sumptibus Lazari Zetzneri bibliopolæ, 1608.
Jacobi Zabarellae Opera logica. *Reprografischer Nachdruck der Ausgabe Köln 1597*, ed. Von Wilhelm Risse, Hildesheim, Olms, 1966.

b) **Pedro da Fonseca**

Instituições Dialécticas, I-II, ed. bilingue latim/português J. Ferreira Gomes, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1964.
Isagoge Filosófica, ed. bilingue latim/português J. Ferreira Gomes, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1965.

c) **Francisco Suárez**

Disputationes metafísicas, I, Madrid, Biblioteca Hispánica de Filosofía, 1960.
Suarez on Individuation, trad. e notas J. J. E. Gracia, Milwaukee (Wisc.), Marquette University Press, 1982.

d) **Port-Royal**

[A. Arnauld,] *Logique de Port-Royal*, Paris, G. Desprez, 1683[5] (reedição: Lille, Librairie R. Giard, 1964).

[A. Arnauld,] *L'art de penser ou La logique de Port-Royal, Nouvelle impression en facsimile de la première édition de 1662*, I, ed. B. Von Freytag Loringhoff e H. E. Brekle, Stuttgart-Bad Cannstatt, Frommann, 1965.

LÉXICOS, DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

I — LÉXICOS

AST, F., *Lexicon Platonicum sive Vocum Platonicarum Index*, I-III, Bonn, Rudolf Habelt Verlag, 1956 (reedição).

BONITZ, H., *Index Aristotelicus*, *Aristotelis Opera. Editio altera*, ed. I. Bekker, revisão O. Gigon, V, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1961.

BRANDWOOD, L., *A Word Index to Plato*, Leeds, W. S. Maney and Son, 1976.

DES PLACES, E., *Lexique de la langue philosophique et religieuse de Platon. I-II, Platon, Oeuvres Complètes*, XIV, Paris, Belles Lettres, 1970[2].

GIGON, O., ZIMMERMANN, L., *Platon. Lexicon der Namen und Begriffe*, München, Artemis-Verlag, 1976.

KIERNAN, Th. P., *Aristotle Dictionary*, introd. T. E. James, New York, Philosophical Library, 1962.

ORGAN, T. W., *An Index to Aristotle in English Translation*, Princeton, Princeton University Press, 1949.

PAULY, A., *Der Kleine Pauly. Lexikon der Antike auf der Grundlage von Pauly's Realencyclopädie der klassischen Altertumswissenschaft*, I-V, ed. K. Ziegler e W. Sontheimer, Stuttgart, Alfred Druckenmüller, 1964, 1967, 1969, 1972, 1975.

PELLEGRIN, P., *Le vocabulaire d'Aristote*, Paris, Ellipses, 2001.

PETERS, F. E., *Greek Philosophical Terms. A Historical Lexicon*, New York, At the University Press, 1967 (ed. portuguesa: trad. B. R. Barbosa, Lisboa, FCG, 1977).

II — ÍNDICES

BODSON, L., *De partibus animalium. Index verborum. Listes de fréquence*, Liège, Centre Informatique de Philosophie et Lettres, 1990.

COLIN, B., *Physica. Index verborum. Listes de fréquence*, Liège, Centre Informatique de Philosophie et Lettres, 1993.

COLIN, B., RUTTEN, C., *Categoriae. Index verborum. Listes de fréquence*, Liège, Centre Informatique de Philosophie et Lettres, 1993.

DELATTE, L., RUTTEN, C., GOVAERTS, S., DENOOZ, J., *Metaphysica. Index verborum. Listes de fréquence*, Hildesheim-Berlin, G. Olms-Weidmann, 1984.

DENOOZ, J., *Poetica. Index verborum. Listes de fréquence*, Liège, Centre Informatique de Philosophie et Lettres, 1988.

PURNELLE, G., *De anima. Index verborum. Liste de fréquence*, Liège, Centre Informatique de Philosophie et Lettres, 1988.

III — DICIONÁRIOS

AA. VV., *Thesaurus Linguae Latinae*, Leipzig, Teubner, 1900 (em curso de edição).

Bailly, A., *Dictionnaire Grec-Français*, Paris, Hachette, 1950.

Chantraine, P., *Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots*, I-IV, Paris, Ed. Klincksieck, 1968-1980.

Ernout, A., Meillet, A., *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, ed. J. André, Paris, Klincksieck, 1979[4].

Frisk, H., *Griechisches Etymologisches Wörterbuch*, I-II, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1960-1970.

Glare, P. G. W., *Oxford Latin Dictionary*, Oxford, Clarendon Press, 1982.

Liddel, H. G., Scott, R., *Greek-English Lexicon. Ninth Edition with a Revised Supplement*, revis. H. S. Jones, Oxford, Clarendon Press, 1996.

Ureña Prieto, M. H. T. C., Ureña Prieto, J. M. T. C., Nascimento Pena, A., *Índices de Nomes Próprios Gregos e Latinos*, Lisboa, FCG-JNICT, 1995.

IV — ENCICLOPÉDIAS

AA. VV., *Encyclopædia Britannica*, Chicago etc., W. Benton, 1970.

——, *Enciclopedia Filosofica*, I-IV, Venezia-Roma, Istituto per la Collaborazione Culturale, 1957.

Audi, R. (ed.), *The Cambridge Dictionary of Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

Brunschwig, J., Lloyd, G. E. R. (ed.), *Le savoir grec. Dictionnaire critique*, colab. P. Pellegrin, Paris, Flammarion, 1996.

Cabral, R., Gama Caeiro, F., Costa Freitas, M., Morujão, A. F., Bacelar e Oliveira, J. P., Paim, A. (dir.), *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, I-V, Lisboa-São Paulo, Verbo, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993.

Edwards, P. (ed.), *Encyclopedia of Philosophy*, I-VIII, New York-London, MacMillan, 1967.

Ferm, V. (ed.), *A History of Philosophical Systems*, New York, Philosophical Library, 1950.

Gillispie, C. C. (ed.), *Dictionary of Scientific Biography*, I, New York, Charles Scribner's Sons, 1970.

Goulet, R. (dir.), *Dictionnaire des philosophes antiques*, I, Paris, CNRS, 1989.

Hammond, N. G. L., Scullard, H. H., *Oxford Classical Dictionary*, Oxford, Clarendon Press, 1970[2].

Krings, H., Baumgartner, H. M., Wild, C. (ed.), *Handbuch philosophischer Grundbegriffe*, I, München, Kösel-Verlag, 1973.

Padovani, U. A. (dir.), *Grande Antologia Filosofica. I-II: Il Pensiero Classico,* coord. A. M. Moschetti, Milano, Marzorati, sem data.

Ritter, J. (ed.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, I-IX, Basel-Stuttgart, Schwabbe, 1971, 1972, 1974, 1976, 1980, 1984, 1989, 1992, 1996 (em curso de edição).

Sandkühler, H. J. (ed.), *Europäische Enzyklopädie zu Philosophie und Wissenschaften*, I-IV, Hamburg, F. Meiner, 1990.

HISTÓRIAS DA FILOSOFIA GREGA

BRANDIS, C. A., *Handbuch der Geschichte der griechisch-römischen Philosophie*, I, Berlin, G. Reimer, 1835.

CARBONARA, C., *La filosofia greca. Vol. 2: Aristotele*, Napoli, Libreria Scientifica Editrice, 1952.

CHEVALIER, J., *Histoire de la Pensée. I: La Pensée Antique*, Paris, Flammarion, 1955.

——, *Histoire de la Pensée. II: D'Aristote à Plotin*, Paris, Éditions Universitaires, 1991.

GOMPERZ, T., *Griechische Denker. Eine Geschichte der antiken Philosophie*, I-III, Berlin--Leipzig, W. de Gruyter, 1922[4], 1925[4], 1931[4].

GRAESER, A., *Geschichte der Philosophie. II: Die Philosophie der Antike. 2: Sophistik und Sokratik, Plato und Aristoteles,* München, Beck, 1983.

GUTHRIE, W. K. C., *A History of Greek Philosophy. I: The Earlier Presocratics and the Pytagoreans. II: The Presocratic Tradition from Parmenides to Democritus. III: The Fifth-Century Enlightenment. IV: Plato. The Man and His Dialogues. Earlier Period. V: The Later Plato and the Academy. VI: Aristotle, an Encounter,* Cambridge, Cambridge University Press, 1962, 1965, 1969, 1975, 1978, 1981.

MONDOLFO, R., *Il Pensiero Antico. Storia della filosofia greco-romana*, Milano, Dante Alighieri, 1929.

REALE, G., *Storia della filosofia antica*, Milano, Vita e Pensiero, 1975.

ÜBERWEG, F., *Grundriß der Geschichte der Philosophie. Erster Teil: Die Philosophie des Altertums,* revisão K. Praechter, Berlin, E. S. Mittler und Sohn, 1926[12].

——, *Grundriß der Geschichte der Philosophie, völlig neubearbeitete Ausgabe. Erster Teil: Die Philosophie der Antike. Band 3: Ältere Akademie-Aristoteles-Peripatos,* ed. H. Flashar, Basel-Stuttgart, Schwabe, 1983.

ZELLER, E., *Die Philosophie der Griechen in ihrer geschichtlichen Entwicklung. I: Allgemeine Einleitung. Vorsokratische Philosophie, II, 1: Sokrates und die Sokratiker. Plato und die alte Akademie. II, 2: Aristotelen und die alten Peripatetiker. III: Die nacharistotelische Philosophie,* Leipzig, Fue's Verlag, 1879[3].

——, *Grundriß der Geschichte der griechischen Philosophie*, décima terceira edição revista por W. Nestle, Leipzig, 1928 (ed. inglesa: *Outlines of the History of Greek Philosophy*, trad. L. R. Palmer, London, Kegan Paul, 1931).

ZELLER, E., MONDOLFO, R., *La filosofia dei greci nel suo svilupo storico*, I-V, Firenze, La Nuova Italia, 1967-1974.

REPERTÓRIOS E SELECÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

I — REPERTÓRIOS BIBLIOGRÁFICOS

L'Année Philologique. Bibliographie critique et analytique de l'antiquité gréco-latine, Paris, Belles Lettres.

Lustrum. Internationale Forschungsberichte aus dem Bereich des klassischen Altertums, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht.

The Philosopher's Index, Sydney, The University of New South Wales.

Répertoire Bibliographique de la Philosophie, Louvain-La-Neuve, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie de l'Université Catholique de Louvain.

II — SELECÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

BARNES, J., SCHOFIELD, M., SORABJI, R., *Aristotle. A Selective Bibliography*, ed. T. Christodoulou, Oxford, Sub Faculty of Philosophy, 1988[4].

SCHWAB, M., *Bibliographie d'Aristote*, Paris, Librairie H. Welter, 1896 (manuscrito).

III — BIBLIOGRAFIAS PARCELARES

BRINKMANN, K., «Neue Literatur zur *Metaphysik* des Aristoteles», *Allgemeine Zeitschrift für Philosophie*, 14, 1989, pp. 83-1040.

O'BRIEN, D., «Bibliographie annotée des études principales sur les *Catégories* d'Aristote» (1794-1975), *Concepts et catégories dans la pensée antique*, ed. P. Aubenque, Paris, Vrin, 1980, pp. 1-21.

RADICE, R., DAVIES, R., *Aristotle's Metaphysics*: *Annotated Bibliography of the XX*th *Century Literature*, Leiden, E. J. Brill, 1997.

IV — BIBLIOGRAFIAS DE OUTROS AUTORES

BRISSON, L., *Platon 1900-1995*: *Bibliographie*, colab. F. Plin, Paris, Vrin, 2000.

CLASSEN, C. J., «Bibliographie zur Sophistik», *Elenchos*, 6, 1985, pp. 75-140.

LA RUE, R., VINCENT, G., SAINT-ONGE, B., *Clavis scriptorum Graecorum et Latinorum. Répertoire des auteurs grecs et latins*, Québec, Université du Québec, 1985.

LOHR, C. H., *Commentateurs d'Aristote au Moyen Âge latin. Bibliographie de la littérature secondaire récente*, Fribourg-en-Suisse-Paris, Éditions Universitaires--Éd. du Cerf, 1988.

NAVIA, L. E., *The Presocratic Philosophers. An Annotated Bibliography*, New York, Garland, 1993.

PAQUET, L., ROUSSEL, M., LAFRANCE, Y., *Les présocratiques. Bibliographie analytique (1879-1980)*, I-II, Paris, Belles Lettres, 1988, 1989.

COLECTÂNEAS E OBRAS COLECTIVAS

Aktualität der Antike, ed. R. Bubner *et al.*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1979.

The Ancient Historian and His Materials. Essays in Honour of C. E. Stevens, Farnborough, Gregg International, 1975.

Ancient Logic and Its Modern Interpretations, ed. J. Corcoran, Dordrecht, D. Reidel, 1974.

Aristote aujourd'hui, ed. M. A. Sinaceur, Paris-Toulouse, Unesco-Éditions Erès, 1988.

Aristote et Athènes. Aristotle and Athens, ed. M. Piérart, Fribourg & Paris, de Boccard, 1993.

Aristote et la notion de nature: *enjeux épistémologiques et pratiques. Sept études sur Aristote*, ed. P.-M. Morel, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 1997.

Aristote et les problèmes de méthode. Communications présentées au Symposium Aristotelicum, ed. S. Mansion, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain-Éditions Béatrice-Nauwelaerts, 1961.

Aristote et Saint Thomas d'Aquin. Journée d'Études Internationales, ed. P. Moraux, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain-Éditions Béatrice--Nauwelaerts, 1957.

Aristote politique. Études sur la Politique d'Aristote, direc. P. Aubenque, ed. A. Tordesillas, Paris, PUF, 1993.

Aristotele nella critica e negli studi contemporani, Milano, Vita e Pensiero, 1957.

Aristotele. Perché la metafisica? Studi su alcuni concetti-chiave della «filosofia prima» aristotelica e sulla storia dei loro influssi, ed. A. Bausola e G. Reale, Milano, Vita e Pensiero, 1994.

Aristoteles als Wissenschaftstheoriker, ed. J. Irmscher e R. Müller, Berlin, Akademie Verlag, 1983.

Aristoteles in der neueren Forschung, ed. P. Moraux, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968.

Aristoteles. Werk und Wirkung, Paul Moraux gewidmet. I: Aristoteles und seine Schule. II: Kommentierung, Überlieferung, Nachleben, ed. J. Wiesner, Berlin, W. de Gruyter, 1985, 1987.

Aristoteles' Politik. Akten des XI. Symposium Aristotelicum, ed. G. Patzig, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1990.

Aristotelian Political Philosophy, ed. K. I. Boubouris, Athina, Kardamitsa, 1995.

Aristotelica Secunda. Mélanges offerts à Christian Rutten, ed. A. Motte e J. Denooz, Liège, CIPL, 1996.

Aristotelica. Mélanges offerts à Marcel de Corte, Bruxelles-Liège, OUSIA-Presses Universitaires de Liège, 1985.

Aristotelische Biologie: Intentionen, Methoden, Ergebnisse: Akten des Symposions über Aristoteles' Biologie vom 24.-28. Juli 1995 in der Werner-Reimers-Stiftung in Bad Homburg, ed. W. Kullmann, S. Föllinger, Stuttgart, Steiner, 1997.

Die Aristotelische Katharsis: Dokumente ihrer Deutung im 19. und 20. Jahrhundert, ed. M. Luser, Hildesheim, Olms, 1991.

Aristotelismo e platonismo nella cultura del Medioevo, ed. A. A. Rota e M. de Conca, Como, Ibis, 1996.

Aristotle and After, ed. Richard Sorabji, London, Institute of Classical Studies, University of London, 1997.

Aristotle and Contemporary Science. 1, ed. D. Sfendoni-Mentzou, Bern, Frankfurt am Main, Lang, 2000.

Aristotle and Contemporary Science. 2, ed. D. Sfendoni-Mentzou, J. Hattiagandi e D. M. Johnson, Bern, Frankfurt am Main, Lang, 2001.

Aristotle and Moral Realism, ed. R. Heinaman, London, UCL Press, 1995.

Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century. Papers of the First Symposium Aristotelicum, ed. I. Düring e G. E. L. Owen, Göteborg, Almqvist and Wiksell, 1960.

Aristotle and the Later Tradition, ed. H. Blumenthal e H. Robinson, Oxford, Oxford Clarendon Press, 1991.

Aristotle in Late Antiquity, ed. L. P. Schrenk, Washington (D. C.), Catholic University of America Press, 1994.

Aristotle on Dialectic: the Topics. Proceedings of the Third Symposium Aristotelicum, ed. G. E. L. Owen, Oxford, Clarendon Press, 1968.

Aristotle on Mind and the Senses. Proceedings of the Seventh Symposium Aristotelicum, ed. G. E. L. Owen e G. E. R. Lloyd, Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

Aristotle on Nature and Living Things. Philosophical and Historical Studies Presented to David M. Balme on His Seventieth Birthday, ed. A. Gotthelf, Pittsburgh, Mathesis & Bristol Classical Press, 1985.
Aristotle on Science: the Posterior Analytics. Proceedings of the Eighth Symposium Aristotelicum, ed. E. Berti, Padova, Antenore, 1981.
Aristotle: *Substance, Form and Matter*, ed. T. Irwin, New York, Garland Publishing, 1995.
Aristotle Today. *Essays on Aristotle's Ideal of Science*, ed. M. Mothan, Edmonton, Academic Printing and Publishing, 1987.
Aristotle Transformed. *The Ancient Commentators and Their Influence*, ed. R. Sorabji, London, Duckworth, 1990.
Aristotle, *Virtue and the Mean*, Edmonton (Albania), Academic Printing and Publishing, 1995.
Aristotle. *A Collection of Critical Essays*, ed. J. M. E. Moravcsik, Garden City (NY), Doubleday, 1967.
Aristotle's Animals in the Middle Ages and Renaissance, ed. Carlos Steel, Guy Guldentops, Pieter Beullens, Leuven, Leuven University Press, 1999.
Aristotle's De anima in Focus, ed. M. Durrant, London, Routledge & Kegan Paul, 1993.
Aristotle's Ethics, ed. T. D. Roche, Memphis, Southern Journal of Philosophy, 1988.
Aristotle's Methaphysics Lambda: Symposium Aristotelicum, ed. M. Frede e D. Charles, Oxford-New York, Clarendon Press-Oxford University Press, 2000.
Aristotle's Philosophical Development. *Problems and Prospects*, ed. W. Wians, Lanham (Md.), Rowman and Littlefield Publishers, 1996.
Aristotle's Physics. *A Collection of Essays*, ed. L. Judson, Oxford, Clarendon Press, 1991.
Aristotle's Rhetoric. *Philosophical Essays*. *Proceedings of the Twelfth Symposium Aristotelicum*, ed. D. J. Furley e A. Nehamas, Princeton, Princeton University Press, 1994.
Articles on Aristotle. I: Science. 2: Ethics and Politics. 3: Metaphysics. 4: Psychology and Aesthetics, ed. J. Barnes, M. Schofield e R. Sorabji, London-New York, Duckworth-St. Martin's Press, 1975-1979.
L'atto aristotelico e le sue ermeneutiche, ed. M. Sanchéz Sorondo, Roma, Herder & Università Lateranense, 1990.
L'attualità della problematica aristotelica. *Atti del Convegno franco-italiano su Aristotele*, Padova, Antenore, 1970.
Autour d'Aristote. *Recueil d'études de philosophie ancienne et médiévale offerte à Mgr. A. Mansion*, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain-Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1955.
Beiträge zum Satz vom Widerspruch und zur Aristotelischen Prädikationstheorie, ed. N. Öffenberger e M. Skarica, Hildesheim, Olms, 2000.
Biologie, logique et métaphysique chez Aristote. *Actes du Séminaire CNRS-NSF*, ed. D. Devereux e P. Pellegrin, Paris, CNRS, 1990.
The Cambridge Companion to Aristotle, ed. J. Barnes, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
The Cambridge History of Later Medieval Philosophy: from the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism, 1100-1600, ed. N. Kretzmann, A. Kenny, J. Pinborg, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
Companions to Ancient Thought. I: Epistemology. II: Psychology. III: Language, ed. S. Everson, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, 1991, 1994.

A Companion to Aristotle's Politics, ed. D. Keyt e F. Miller Jr., Oxford, Blackwell, 1991.
The Concept of Matter in Greek and Medieval Philosophy, ed. E. McMullin, Notre Dame (Ind.), University of Notre Dame Press, 1963.
Concepts et catégories dans la pensée antique, ed. P. Aubenque, Paris, Vrin, 1980.
Corps et âme. Sur le «De anima» d'Aristote, ed. G. Romeyer Dherbey e C. Viano, Paris, Vrin, 1996.
The Crossroads of Norm and Nature: Essays on Aristotle's Ethics and Metaphysics, ed. M. Sim, Lanham (Md.), Rowman & Littlefield, 1995.
Doubt and Dogmatism. Studies in Hellenistic Philosophy, ed. M. Schofield, M. F. Burnyeat, J. Barnes, Oxford, Clarendon Press, 1980.
Energeia. Études aristotéliciennes offertes à Mgr. Antonio Jannone, Paris, Vrin, 1986.
Ensayos aristotélicos, ed. J. L. Rivera, introd. R. Núñez Juncal, México, Universidad Panamericana, 1996.
Essays in Ancient Greek Philosophy. I, ed. J. P. Anton e G. Kustas, Albany, State University of New York Press, 1971.
Essays in Ancient Greek Philosophy. II, ed. J. P. Anton e A. Preus, Albany, State University of New York Press, 1983.
Essays in Ancient Greek Philosophy. III: Plato, ed. J. P. Anton e A. Preus, Albany, State University of New York Press, 1989.
Essays in Ancient Greek Philosophy. IV: Aristotle's Ethics, ed. J. P. Anton e A. Preus, Albany, State University of New York Press, 1991.
Essays in Ancient Greek Philosophy. V: Aristotle's Ontology, ed. J. P. Anton e A. Preus, Albany, State University of New York Press, 1992.
Essays on Aristotle's De anima, ed. M. C. Nussbaum e A. O. Rorty, Oxford, Clarendon Press, 1992.
Essays on Aristotle's Ethics, ed. A. O. Rorty, Berkeley, University of California Press, 1980.
Essays on Aristotle's Poetics, ed. A. O. Rorty, Princeton, Princeton University Press, 1992.
Essays on Aristotle's Rhetoric, ed. A. O. Rorty, Berkeley, University of California Press, 1996.
Essays on the Foundations of Aristotelian Political Science, ed. C. Lord e D. K. O'Connor, Berkeley, University of California Press, 1991.
Ethik und Politik des Aristoteles, ed. F. P. Hager, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1972.
Etica, politica, retorica. Studi su Aristotele e la sua presenza nell'età moderna, ed. E. Berti, L. M. Napolitano Valditara, Roma, L. U. Japadre, 1989.
Études aristotéliciennes (Métaphysique et Théologie), estudos de P. Aubenque, J. Brunschwig, V. Décarie, A. de Muralt, A. Mansion e J. Moreau, Paris, Vrin, 1985.
Études sur la Métaphysique d'Aristote. Proceedings of the Sixth Symposium Aristotelicum, ed. P. Aubenque, Paris, Vrin, 1979.
Études sur le Sophiste de Platon, direc. P. Aubenque, ed. M. Narcy, Paris, Bibliopolis, 1991.
Études sur Parménide, direc. P. Aubenque. *I: Le Poème de Parménide*, texto, trad. e ensaio crítico de D. O'Brien em colaboração com J. Frère para a trad. francesa. *II: Problèmes d'interprétation*, ensaios de P. Aubenque *et al.*, Paris, Vrin, 1987.
Exegesis and Argument. Studies in Greek Philosophy Presented to Gregory Vlastos, ed. E. N. Lee, A. P. D. Mourelatos, R. M. Rorty, Assen, Van Gorcum, 1973.

Feminist Interpretations of Aristotle, ed. C. A. Freeland, University Park (PA), Pennsylvania State University Press, 1998.
Form, Matter, and Mixture in Aristotle, ed. F. A. Lewis e R. Bolton, Oxford, Blackwell, 1996.
From Puzzles to Principles? Essays on Aristotle's Dialectic, ed. M. Sim., Lanham (Md.), Lexinton Books, 1999.
Frühschriften des Aristoteles, ed. P. Moraux, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975.
Herméneutique et ontologie. Mélanges en hommage à Pierre Aubenque, ed. R. Brague e J.-F. Courtine, Paris, PUF, 1990.
How Things Are. Studies in Predication and the History of Philosophy and Science, ed. J. Bogen, J. E. McGuire, Dordrecht-Boston-Lancaster, D. Reidel, 1985.
Islamic Philosophy and the Classical Tradition. Essays Presented by His Friends and Pupils to Richard Walzer on His Seventieth Birthday, ed. S. M. Stern, A. Hourani e V. Brown, Oxford, Bruno Cassirer, 1972.
Justice, Law and Method in Plato and Aristotle, ed. S. Panagiotou, Edmonton, Academic Printing & Publisher 1987.
Landmark Essays on Aristotelian Rhetoric, ed. R. Leo Enos e L. P. Agnew, Mahwah (N. J.), Hermagoras Press, 1998.
Language and Logos. Studies in Ancient Greek Philosophy Presented to G. E. L Owen, ed. M. Schofield, M. Nussbaum, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
The Logic of Being. Historical Studies, ed. S. Knuuttila e J. Hintikka, Dordrecht--Boston, D. Reidel, 1986.
Logic, Dialectic, and Science in Aristotle, ed. R. Bolton, R. Smith, Pittsburgh (Pa.), Mathesis Publisher, 1994.
Logik und Erkenntnislehre des Aristoteles, ed. F. P. Hager, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1972.
Mathematik und Metaphysik bei Aristoteles. Akten des X. Symposium Aristotelicum, ed. A. Graeser, Bern, Haupt, 1987.
*Metaphysik. Die Substanzbücher (*Z, H, Q*)*, ed. C. Rapp, Berlin, Akademie Verlag, 1996.
Metaphysik und Theologie des Aristoteles, ed. F. P. Hager, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1979^2.
Motion and Time, Space and Matter: Interrelations in the History of Philosophy and Science, ed. P. Machamer, R. Turnbull, Columbus, Ohio State University Press, 1976.
Naturphilosophie bei Aristoteles und Theophrast. Verhandlungen des 4. Symposium Aristotelicum, ed. I. Düring, Heidelberg, Lothar Stiehm, 1969.
Die Naturphilosophie des Aristoteles, ed. G. A. Seeck, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975.
New Essays on Aristotle, ed. F. J. Pelletier e J. A. King-Farlow, Edmonton, University of Alberta, 1984.
New Essays on Plato and Aristotle, ed. R. Bambrough, London-New York, Routledge & Kegan Paul-Humanities Press, 1965.
Newton to Aristotle: Towards a Theory of Models for Living Systems, ed. J. Casti, A. Kerlqvist, Anders, Boston, Birkhäuser, 1989.
Die Nikomachische Ethik, ed. O. Höffe, Berlin, Akademie Verlag, 1995.
Notes on Book Zeta of Aristotle's Metaphysics, Being the Record of a Seminar Held in London, 1975-1979, ed. M. F. Burnyeat, Oxford, Sub Faculty of Philosophy, 1979.

Notes on Eta and Theta of Aristotle's Metaphysics, Being the Record of a Seminar Held in London, 1979-1982, ed. M. F. Burnyeat, Oxford, Sub Faculty of Philosophy, 1984.
Ontologie, théorie, pratique. En hommage à Pierre Aubenque, direc. N. Cordero, Paris, Vrin, 1999.
Ontologie und Theologie. Beiträge zum Problem der Metaphysik bei Aristoteles und Thomas von Aquin, ed. M.-L. Bachmann, Frankfurt am Main, Lang, 1988.
Origini e sviluppi dell'analogia. De Parmenide a S. Tommaso, ed. G. Casetta, Roma, Vallombrosa, 1987.
Paideia: Special Aristotle Issue, ed. G. C. Simmons, Brockport, State University College, 1978.
Penser avec Aristote, direc. M. A. Sinaceur, Toulouse, Érès, 1991.
Philosophical Issues in Aristotle's Biology, ed. A. Gotthelf e J. Lennox, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
Philosophical Logic, ed. P.-F. Strawson, Oxford, University Press, 1967.
La philosophie de l'histoire de la philosophie, ed. E. Castelli, Roma-Paris, Istituto di Studi Filosofici-Vrin, 1956.
La Physique d'Aristote et les conditions d'une science de la nature. Actes du Colloque organisé par le Séminaire d'Épistémologie et d'Histoire des Sciences de Nice, ed. F. de Gandt e P. Souffrin, Paris, Vrin, 1991.
Plato. A Collection of Critical Essays. I: Metaphysics and Epistemology. II: Ethics, Politics, and Philosophy of Art and Religion, ed. G. Vlastos, Garden City (NY), Doubleday, 1970.
La Politique d'Aristote. Sept exposés et discussions, Vandoeuvres-Genève, Fondation Hardt, 1965.
The Presocratics. A Collection of Critical Essays, ed. A. P. D. Mourelatos, Garden City (NY), Anchor Press, 1974.
Les problèmes posés par l'édition critique des textes anciens et médiévaux, ed. J. Hamesse, Louvain-la-Neuve, Institut d'Études Médiévales, 1992.
Proceedings of the World Congress on Aristotle, Thessaloniki, August 7-14, 1978, I-IV, Athens, Ministry of culture and sciences, 1981, 1981, 1982, 1984.
Pseudo-Aristotle in the Middle Ages. The Theology and Other Texts, ed. J. Kraye, W. F. Ryan e C. B. Schmitt, London, Warburg Institute, 1986.
Recherches sur l'Organon, ed. A. Joja, Bucarest, Éditions de l'Académie de la République Socialiste de Roumanie, 1971.
Rereading Aristotle's Rhetoric, ed. A. G. Gross e A. E. Walzer, Carbondale (Ill.), Southern Illinois University Press, 2000.
La «Rhétorique» d'Aristote: traditions et commentaires de l'Antiquité au XVIIe siècle, ed. G. Dahan e I. Rosier-Catach, Paris, Vrin, 1998.
Schriften zu den Politika des Aristoteles, ed. P. Steinmetz, Hildesheim, G. Olms, 1973.
Schriften zur aristotelischen Ethik, ed. C. Müller-Goldingen, Hildesheim, G. Olms, 1988.
Storiografia e dossografia nella filosofia antica, ed. G. Cambiano, Torino, Ed. Tirrenia Stampatori, 1986.
Studies in Aristotle, ed. D. O'Meara, Washington (D.C.), Catholic University of America Press, 1981.
Studies in Plato's Metaphysics, ed. R. E. Allen, London-New York, Routledge & Kegan Paul, 1965.
Studies in Presocratic Philosophy. I: The Beginning of Philosophy. II: The Eleatics and Pluralists, ed. D. J. Furley, R. E. Allen, London-New York, Routledge & Kegan Paul-Humanities Press, 1970, 1975.

Studi su codici e papiri filosofici: *Platone*, *Aristotele*, *Ierocle*, Firenze, Olski, 1992.
Studi sull'etica di Aristotele, ed. A. Alberti, Napoli, Bibliopolis, 1990.
Substances and Things. *Aristotle's Doctrine of Physical Substance in Recent Essays*, ed. M. L. O'Hara, Washington (D.C.), University Press of America, 1982.
Synusia: Festgabe für W. Schadewaldt, ed. H. Flashar e K. Gaisar, Pfüllingen, G. Neske, 1965.
Theophrastean Studies. *On Natural Science*, *Physics and Metaphysics*, *Ethics*, *Religion and Rhetoric*, ed. W. W. Fortenbaugh e R. W. Sharples, New Brunswick, N. J. Transaction Books, 1988.
Theories of Property. *Aristotle to the Present*, ed. A. Parel, J. A. Flanagan, Waterloo, Ont. Wilfred Laurier University Press, 1979.
Traductions et traducteurs au moyen âge. *Actes du Colloque international du CNRS organisé à Paris*, *Institut de recherche et d'histoire des textes*, ed. G. Contamine, Paris, CNRS, 1989.
La traduzione dei testi classici: teoria, prassi, *storia*. *Atti del Convegno di Palermo 6-9 Aprile 1988*, ed. S. Nicosia, Napoli, Auria, 1991.
The Transmission of Greek Texts in Mediaeval Islam and the West. *Proceedings of a Conference Held at the Netherlands Institute for Advanced Study*, ed. P. L. Schoonheim e G. Endress, Wassenaar, Brockmeyer, 1986.
Unity, *Identity*, *and Explanation in Aristotle's Metaphysics*, ed. T. *Scaltsas*, D. Charles e M. L. Gill, Oxford, Clarendon Press, 1994.
Untersuchungen zur Eudemischen Ethik. *Verhandlungen des 5*. *Symposium Aristotelicum*, ed. P. Moraux e D. Harlfinger, Berlin, W. de Gruyter, 1970.
Werner Jaeger Reconsidered. *Proceedings of the Second Oldfather Conference*, ed. W. M. Carlder III, Atlanta (Ga.), Scholars Press, 1992.
The Worlds of Plato and Aristotle, ed. J. B. Wilbur, H. J. Allen, New York, Prometheus Books, 1979.
Zeit, *Bewegung*, *Handlung: Studien zur Zeitabhandlung des Aristoteles*, ed. E. Rudolph, Stuttgart, Klett-Cotta, 1987.
Zur modernen Deutung der aristotelischen Logik. I: Über den Folgerunsbegriff in der aristotelischen Logik. II: Formale und nicht-formale Logik bei Aristoteles. III: Modallogik und Mehrwertigkeit. IV: Zur Vorgeschichte der mehrwertigen Logik der Antike. V: (Jan £ukasiewicz) Über den Satz des Widerspruchs bei Aristoteles, ed. A. Menne e N. Oeffenberger, Hildesheim, G. Olms, 1982, 1985, 1988, 1990, 1993.
Zweifelhaftes im Corpus Aristotelicum. *Studien zu einigen Dubia*. *Akten des 9*. *Symposium Aristotelicum*, ed. P. Moraux e J. Wiesner, Berlin, W. de Gruyter, 1983.

ESTUDOS

I — INTRODUTÓRIOS

1 — *VIDA E OBRA DE ARISTÓTELES*

a) Vida

BERTI, E., *Profilo di Aristotele*, Roma, Studium, 1979.
CHROUST, A.-H., *Aristotle*. *A New Light on His Life and Some of His Lost Works*. *I*: *Some Novel Interpretations of the Man and His life*. *II*: *Observations on Some of*

Aristotle's Lost Works, Notre Dame (Ind.)-London, University of Notre Dame Press-Routledge & Kegan Paul, 1973.
DÜRING, I., *Aristotle in the Ancient Biographical Tradition*, Göteborg-Stockholm, Almqvist & Wiksell, 1957.
LOUIS, P., *Vie d'Aristote (384-322 avant Jésus-Christ)*, Paris, Hermann, 1990.
NATALI, C., *Bios theoretikos. La vita di Aristotele e l'organizzazione della sua scuola*, Bologna, Il Mulino, 1991.

b) Obra

BRANDIS, C. A., *Über die Reihenfolge der Bücher des aristotelischen Organons*, Berlin, Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften, 1833.
MORAUX, P., *D'Aristote à Bessarion: trois études sur l'histoire et la transmission de l'aristotélisme grec*, Québec, Les Presses de l'Université Laval, 1970.
——, *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1951.
SCHMITT, C. B., KNOX, D., *Pseudo-Aristoteles Latinus. A Guide to Latin Works Falsely Attributed to Aristotle Before 1500*, London, Warburg Institute, 1985.
ROSE, V., *De Aristotelis librorum ordine et auctoritate commentatio*, Berolini, Georgii Reimeri, 1854.
SCHAECHER, E. J., *Ist das Corpus Aristotelicum nach-aristotelisch? Zürchers Hypothese und ihre Beurteilung in der gelehrten Forschung. Kritische Würdigung. Ein Beitrag zum Methodenproblem der Corpus-Aristotelicum-Forschung*, München, Pustet, 1963.
SHUTE, R., *On the History of the Process by which the Aristotelian Writings Arrived to Their Present Form*, Oxford, Clarendon Press, 1888.
ZÜRCHER, J., *Aristoteles' Werk und Geist*, Paderborn, F. Schöningh, 1952.

2 — *FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FILOSOFIA ARISTOTÉLICA*

a) Constituição do pensamento aristotélico

BERTI, E., *La filosofia del primo Aristotele*, Padova, CEDAM, 1962.
GRAHAM, D. W., *Aristotle's Two Systems*, Oxford, Oxford University Press, 1987.
JAEGER, W., *Studien zur Entstehungsgeschichte der Metaphysik des Aristoteles*, Berlin, Weidmann, 1912.
——, *Aristoteles. Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*, Berlin, Weidmann, 1923.
LEFÈVRE, C., *Sur l'évolution d'Aristote en psychologie*, Leuven, Editions Peters, 1972.
NUYENS, F. J., *L'évolution de la psychologie d'Aristote*, Louvain-La Haye-Paris, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie-Martinus Nijhoff-Vrin, 1948 (tradução revista de uma dissertação apresentada em 1939 à Universidade Comunal de Amesterdão sob o título: *Ontwiklelingsmomenten in de zielkunde van Aristoteles*).
RIST, J. M., *The Mind of Aristotle. A Study in Philosophical Growth*, Toronto, Toronto University Press, 1989.
SOLMSEN, F., *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, Berlin, Weidmann, 1929.

STROHM, H., *Untersuchungen zur Entwicklungsgeschichte der aristotelischen Meteorologie*, Egelsbach, Hänsel-Hohenhausen 1992[2].
WEHRLE, W. E., *The Myth of Aristotle's Development and the Betrayal of Metaphysics*, Lanham (Md.), Rowman and Littlefield Publishers, 2000.

b) Escritos de juventude de Aristóteles

ADORNO, F., DECLEVA CAIZZI, F., LASSERRE, F., VENDRUSCOLO, F., *Protagora, Antifonte, Posidonio, Aristotele. Saggi su frammenti inediti e nuove testimonianze da papiri*, Firenze, Olschki, 1986.
BERNAYS, J., *Die Dialoge des Aristoteles in ihrem Verhältnisse zu seinen übrige Werken*, Berlin-London, Wilhelm Hertz-Williams and Norgate, 1863.
BERTI, E., *Esortazione alla filosofia (Protreptico)*, Padova, RADAR, 1967.
BIDEZ, J., *Un singulier naufrage littéraire dans l'Antiquité — à la recherche des épreuves de l'Aristote perdu*, Bruxelles, Office de Publicité, 1943.
BIGNONE, E., *L' Aristoteles perduto e la formazione filosofica di Epicuro*, I-II, Firenze, La Nuova Italia, 1936.
BOS, A. P., *Cosmic and Meta-Cosmic Theology in Aristotle's Lost Dialogues*, Leiden, E. J. Brill, 1989 (trad. italiana: *Teologia cosmica e metacosmica: per una nuova interpretazione dei dialoghi perduti di Aristotele*, trad. E. Peroli, intro. G. Reale, Milano, Vita e Pensiero, 1991).
BRACHET, R., *L'âme religieuse du jeune Aristote*, Fribourg, Ed. Saint-Paul. 1990.
BRANDIS, C. A., *De perditis Aristotelis libris de ideis et de bono sive de philosophia*, Bonn, 1823 (dissertação).
CHROUST, A.-H., *Aristotle's Protrepticus. A Reconstruction*, Notre Dame (Ind.), University of Notre Dame Press, 1964.
DUMOULIN, B., *Recherches sur le premier Aristote. Eudème, De la philosophie, Protreptique*, Paris, Vrin, 1981.
DÜRING, I., *Aristotle's Protrepticus. An Attempt at Reconstruction*, Göteborg, Acta Universitatis Gothoburgensis, 1961.
EFFE, B., *Studien zur Kosmologie und Theologie der aristotelischen Schrift Über die Philosophie*, München, Carl H. Beck, 1970.
HEITZ, E., *Die verlorenen Schriften des Aristoteles*, Leipzig, Teubner, 1865.
LESZL, W., *Il «De Ideis» di Aristotele e la teoria platonica delle idee*, Firenze, Olschki, 1975.
MORAUX, P., *À la recherche de l'Aristote perdu. Le dialogue sur la justice*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1957.
RABINOWITZ, W. G., *Aristotle's Protrepticus and the Sources of Its Reconstruction*, Berkeley, University of California Press, 1957.
SCHNEEWEISS, G., *Der Proterpticus des Aristoteles*, Bamberg, Kleinoffstedruckerei, 1966.
UNTERSTEINER, M., *Aristotele. Della filosofia*, Roma, Edizioni di storia e letteratura, 1963.

c) Relação com o Platonismo

BERTI, E., *Le dottrine non scritte «intorno al bene» nelle testimonianze di Aristotele*, Napoli, Istituto Suo Orsola Benincasa, 1991.
CAZAC, H.-P., *Polémique d'Aristote contre la théorie platonicienne des idées*, Tarbes, Émile Croharé, 1889.

CHERNISS, H., *Aristotle's Criticism of Plato and the Academy. I*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1944.

——, *Aristotle's Criticism of Presocratic Philosophy*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1935 (reedição: New York, Octagon Books, 1976[3]).

CLAGHORN, G. S., *Aristotle's criticism of Plato's Timaeus*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1954.

DEMAN, T., *Le témoignage d'Aristote sur Socrate*, Paris, Belles Lettres, 1942.

DOBBS, D. D., *Aristotle's Criticism of Plato's Republic*, New York, University of Rochester, 1983 (dissertação).

FIGUEIREDO, M. J., *O PERI IDEÔN e a Crítica Aristotélica a Platão*, Lisboa, Colibri, 1996.

FINE, G., *On Ideas. Aristotle's Criticism of Plato's Theory of Forms*, Oxford, Clarendon Press, 1993.

FRANK, D. H., *The Arguments «From the Sciences» in Aristotle's Peri Ideon*, New York, Lang, 1984.

GENTILE, M., *La dottrina platonica delle idee numeri e Aristotele*, Pisa, Pacini-Mariotti, 1930.

HAMBRUCH, E., *Logische Regeln der platonischen Schule in der aristotelischen Topik*, Berlin, Weidmann, 1904 (reeditado juntamente com ARPE, *Das* τί ἦν εἶναι *bei Aristoteles*, em: New York, Arno Press, 1976).

KRÄMER, H. J., *Arete bei Platon und Aristoteles Zum Wesen und zur Geschichte der platonischen Ontologie*, Heidelberg, Carl Winter, 1959.

——, *Der Ursprung der Geistmetaphysik. Untersuchungen zur Geschichte des Platonismus zwischen Platon und Plotin*, Amsterdam, Schippers, 1964.

MATHEW, R., *Aristotle's Criticism of Plato's Republic*, Lanham (Md.), Rowman and Littlefield, 1997.

ROBIN, L., *La théorie platonicienne des Idées et des Nombres d'après Aristote. Étude historique et critique*, Paris, Félix Alcan, 1908.

SAFFREY, H. D., *Le* Περὶ φιλοσοφίας *d'Aristote et la théorie platonicienne des idées et des nombres*, Leiden, E. J. Brill, 1955.

SENZ, W., *Über die platonische Dialektik und aristotelische Logik*: *Ein Vergleich zur Notwendigkeit der Konzentration auf das platonische Denken*, Bern, Frankfurt am Main, Lang, 2000.

STENZEL, J., *Zahl und Gestalt bei Platon und Aristoteles*, Leipzig-Berlin, Teubner, 1933[2].

WERNER, C., *Aristote et l'Idéalisme Platonicien*, Paris, Félix Alcan, 1955.

WILPERT, P., *Zwei aristotelischen Frühschriften über die Ideenlehre*, Regensburg, J. Habbel, 1949 (reeditado parcialmente em: *Frühschriften des Aristoteles*, pp. 111-156).

3 — *ARISTOTELISMO E COMENTÁRIO ANTIGO E MEDIEVAL DE ARISTÓTELES*

BADAWI, A., *Histoire de la philosophie en Islam*, Paris, Vrin, 1972.

——, *La transmission de la philosophie grecque au monde arabe*, Paris, Vrin, 1968.

BLUMENTHAL, H. J., *Aristotle and Neoplatonism in Late Antiquity. Interpretations of the De anima*, Ithaca (N. Y.), Cornell University Press, 1996.

BOCHENSKI, I. M., *La logique de Théophraste*, Fribourg-en-Suisse, Librairie de l'Université, 1947.

CONWAY, P., *Metaphysics of Aquinas. A Summary of Aquinas's Exposition of Aristotle's Metaphysics*, Washington (D. C.), University Press of America, 1996.

DE MURALT, A., *Néoplatonisme et aristotélisme dans la métaphysique médiévale. Analogie, causalité, participation*, Paris, Vrin, 1995.

EVANGELIOU, C., *Aristotle's Categories and Porphyry*, Leiden, E. J. Brill, 1988.

GARFAGNINI, G. C., *Aristotelismo e scolastica*, Torino, Loescher, 1979.

GIGANTE, M., *Kepos e Peripatos: contributo alla storia dell'aristotelismo antico*, Napoli, Bibliopolis, 1999.

GRAYEFF, F., *Aristotle and His School. An Inquiry into the History of the Peripatos with a Commentary on Metaphysics* Z, H, *and* Θ, London, Duckworth, 1974.

JOLIVET, R., *Essai sur les rapports entre la pensée grecque et la pensée chrétienne. Aristote et Saint Thomas ou l'idée de création. Plotin et Saint Augustin ou le problème du mal. Hellénisme et christianisme*, Paris, Vrin, 1931.

——, *La notion de substance. Essai historique et critique sur le développement des doctrines d'Aristote à nos jours*, Paris, Beauchesne, 1929.

KAMP, A., *Philosophiehistorie als Rezeptionsgeschichte: die Reaktion auf Aristoteles' De Anima-Noetik. Der frühe Hellenismus,* Amsterdam-Philadelphia, Grüner, 2001.

LUNA, C., *Trois études sur la tradition des commentaires anciens à la Métaphysique d'Aristote*, Leiden, Brill, 2001.

LYNCH, J. P., *Aristotle's School. A Study of a Greek Educational Institution*, Berkeley, University of California Press, 1972.

MINIO-PALUELLO, L., *Opuscula: the Latin Aristotle,* Amsterdam, A. M. Hakkert, 1972.

MORAUX, P., *Alexandre d'Aphrodise: exégète de la noétique d'Aristote,* Liège-Paris, Faculté de Philosophie et Lettres-E. Droz, 1942.

——, *Der Aristotelismus bei den Griechen von Andronikos bis Alexander von Aphrodisias. I: Die Renaissance des Aristotelismus im I. Jahre vor Christi. II: Der Aristotelismus im I. und II. Jahre nach Christi,* Berlin, W. de Gruyter, 1973, 1984.

——, *Le commentaire d'Alexandre d'Aphrodise aux «Secondes Analytiques» d'Aristote*, Berlin, W. de Gruyter, 1979.

PETERS, F. E., *Aristoteles Arabus. The Oriental Translations and Commentaries on the Aristotelian Corpus*, Leiden, E. J. Brill, 1968.

——, *Aristotle and the Arabs. The Aristotelian Tradition in Islam*, New York-London, State University of New York Press-University of London Press, 1968.

SALIS, R., *La pluralità dei cieli e dei motori immobili econdo lo pseudo Alessandro: il commento dello pseudo Alessandro al cap. VIII del libro XII della Metafisica di Aristotele,* Cagliari, AV, 2000.

STEINSCHNEIDER, M., *Die arabischen Übersetzungen aus dem Griechischen*, Leipzig, O. Harrassowitz, 1893 (reedição: Graz, Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1960).

VAN STEENBERGHEN, F., *Aristote en Occident. Les origines de l'aristotélisme parisien*, Louvain, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, 1946.

WIESNER, J., *Der Aristotelismus bei den Griechen, von Andronikos bis Alexander von Aphrodisias. III: Alexander von Aphrodisias,* Berlin-New York, W. de Gruyter, 2001.

4 — *ESTUDOS DE CARÁCTER GERAL OU SOBRE TEMAS ADJUVANTES*

ANDO, T., *Metaphysics. A Critical Survey of Its Meaning*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1963.

APELT, O., *Beitrage zur Geschichte der griechischen Philosophie*, Leipzig, Teubner, 1891.

BEARDSLEY JR., J. W., *The Use of FUSIS in Fifth-Century Greek Literature*, Chicago, The University of Chicago Press, 1918.

BOCHENSKI, I. M., *Ancient Formal Logic*, Amsterdam, North-Holland Publishing Company, 1951.

BRANDWOOD, L., *The Chronology of Plato's Dialogues*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

BREMMER, J., *The Early Greek Concept of the Soul*, Princeton, Princeton University Press, 1983.

BURKERT, W., *Griechische Religion der archaischen und klassischen Epoche*, Stuttgart--Berlin-Köln-Mainz, Kohlhammer, 1977 (trad. portuguesa: M. J. Simões Loureiro, Lisboa, FCG, 1993).

BURY, J. B., MEIGGS, R., *A History of Greece to the Death of Alexander the Great,* London, Macmillan, 1978[4].

CHURCH, A., *Introduction to Mathematical Logic*, Princeton, Princeton University Press, 1956.

COHEN, M. R., NAGEL, E., *An Introduction to Logic and Scientific Method*, New York, Harcourt, Brace and Company, 1934.

COLLINGWOOD, R. G., *An Essay on Metaphysics*, Oxford, Clarendon Press, 1940.

COOK, R., *The Greeks till Alexander*, London, Thames & Hudson, 1961.

CORNFORD, F. M., *Before and After Socrates*, Cambridge, Cambridge University Press, 1932.

——, *From Religion to Philosophy. A Study in the Origins of Western Speculation*, London, Edward Arnold, 1912.

——, *Principium Sapientiæ. The Origins of Greek Philosophical Thought*, Cambridge, Syndics of the Cambridge University Press, 1952 (trad. portuguesa: M. M. Rocheta dos Santos, Lisboa, FCG, 1975).

DODDS, E. R., *The Greeks and the Irrational*, Berkeley, California University Press, 1951.

FINLEY, M. I., *The Ancient Economy*, London, Chatto & Windus, 1973 (ed. actualizada: Berkeley-London, University of California Press, 1999).

——, *The Ancient Greeks*, London, Chatto & Windus, 1963 (trad. portuguesa: A. Mourão, revisão J. Ribeiro Ferreira, Lisboa, Edições 70, s. d. [1988]).

——, *Ancient Slavery and Modern Ideology*, ed. B. D. Shaw, Princeton, Markus Wiener Publishers, 1998.

——, *Democracy Ancient and Modern*, London, Hogarth, 1985[2].

——, *Early Greece: the Bronze and Archaic Ages,* London, Chatto & Windus, 1981[2].

——, *Economy and Society in Ancient Greece*, London, Chatto & Windus, 1981.

——, *Politics in the Ancient World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

FORBES, G., *Modern Logic. A Text in Elementary Symbolic Logic*, Oxford-New York, Oxford University Press, 1994.

GENTZLER, Jyl, *Method in Ancient Philosophy*, Oxford, Clarendon Press, 1998.

GERSHENSON, D. E., GREENBERG, D. A., *Anaxagoras and the Birth of Physics*, New York, Blaisdell Publishing Company, 1964.

GERSON, L. P., *God and Greek Philosophy. Studies in the Early History of Natural Theology*, London-New York, Routledge & Kegan Paul, 1990.

GIGON, O., *Grundprobleme der antiken Philosophie*, Bern, Francke, 1959.

——, *Der Ursprung der griechischen Philosophie von Hesiod bis Parmenides*, Basel, 1968.

GILSON, E., *L'esprit de la philosophie médiévale*, Paris, Vrin, 1948.

GRAYLING, A. C., *An Introduction to Philosophical Logic*, Oxford, Blackwell, 1997[3].

Guéroult, M., *Histoire de l'histoire de la philosophie. I: En Occident, des origines jusqu'à Condillac,* Paris, Aubier, 1984.
——, *Philosophie de l'histoire de la philosophie*, Paris, Aubier, 1979.
Gupt, B., *Dramatic Concepts Greek and Indian: A Study of the Poetics and the Natyasastra,* New Delhi, D. K. Printworld, 1994.
Haack, S., *Philosophy of Logics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978.
Hadot, P., *Qu'est-ce que la philosophie antique?*, Paris, Gallimard, 1995.
Hamilton, W., *Lectures on Metaphysics and Logic*, I-IV, ed. H. L. Mansel e J. Veitch, Edinburgh, Blackwood, 1860-1961[2].
Heath, T. L., *The Thirteen Books of Euclid's Elements*, I-III, Cambridge, The University Press, 1926[2].
Heidegger, M., *Die Grundbegriffe der antiken Philosophie, Gesamtausgabe. Zweite Abteilung: Vorlesungen 1923-1944, Band 22,* ed. F.-K. Blust, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1993.
Heidel, W. A., *The Heroic Age of Science: The Conception, Ideals, and Methods of Science among the Ancient Greeks,* Baltimore, Williams & Wilkins, 1933.
Hintikka, J., Kulas, J., *The Game of Language: Studies in Game-Theoretical Semantics and Its Applications,* Dordrecht-Boston, D. Reidel-Hingham, 1983.
Hughes, G. E., Cresswell, M. J., *An Introduction to Modal Logic*, London-New York, Methuen, 1972[2].
Hurley, P. J., *A Concise Introduction to Logic*, Belmont (Calif.), Wadsworth Publishing Company, 1994[5].
Huxley, G., *On Aristotle and Greek Society*, Belfast, Huxley, 1979.
Jaeger, W., *PAIDEIA*: *Die Formung des griechischen Menschen*, Berlin-Leipzig, W. de Gruyter, 1936 (trad. portuguesa: *Paideia. A Formação do Homem Grego*, trad. A. M. Parreira, São Paulo, Martins Fontes, 1995[3]).
Jeffrey, R., *Formal Logic: Its Scope and Limits,* New York, MacGraw-Hill, 1991[3].
Johnson, W. E., *Logic. Part I. Part II: Demonstrative Inference, Deductive and Inductive. Part III: The Logical Foundations of Science,* Cambridge, Cambridge University Press, 1921, 1922, 1924 (reedição: New York, Dover Publications, 1964).
Joseph, H. W. B., *An Introduction to Logic*, Oxford, At the Clarendon Press, 1916[2].
Kahn, C. H., *The Verb «Be» in Ancient Greek. The Verb «Be» and Its Synonyms. Philosophical and Grammatical Studies,* ed. J. W. M. Verhaar, Part VI, Dordrecht-Boston, D. Reidel, 1973.
Kapp, E., *Greek Foundations of Traditional Logic*, New York, Columbia University Press, 1942.
Keynes, J. N., *Studies and Exercises in Formal Logic, Including a Generalisation of Logical Processes in their Application to Complex Inferences*, London, Macmillan and Co., 1906[4].
Kitto, H. D. F., *The Greeks*, Harmondsworth, Penguin, 1951 (trad. portuguesa: J. M. Coutinho e Castro, revisão M. H. da Rocha Pereira, Coimbra, Arménio Amado, 1990[3]).
Kneale, W. C., Kneale, M., *The Development of Logic*, Oxford, Clarendon Press, 1962 (trad. portuguesa: Lisboa, FCG, 1980).
Ladd-Franklin, C., *On the Algebra of Logic*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1883.
Langer, S. K., *An Introduction to Symbolic Logic*, London, George Allen and Unwin, 1937.
Ledger, G. R., *Re-counting Plato. A Computer Analysis of Plato's Style*, Oxford, Clarendon Press, 1989.

LESKY, A., *Geschichte der griechischen Literatur*, München, K. G. Saur Verlag, 1971[3] (trad. portuguesa: M. Losa, Lisboa, FCG, 1995).

LLOYD, G. E. R., *Magic, Reason and Experience. Studies in the Origins and Development of Greek Science*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

——, *Methods and Problems in Greek Science. Selected Papers*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

——, *The Revolutions of Wisdom. Studies in the Claims and Practice of Ancient Science*, Berkeley-Los Angeles-London, University of California Press, 1987.

——, *Science, Folklore and Ideology. Studies in the Life Sciences in Ancient Greece*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

LONGRIGG, J., *Greek Rational Medicine. Philosophy and Medicine from Alcmeon to the Alexandrians*, London-New York, Routledge & Kegan Paul, 1993.

LOUX, M. J., *Substance and Attribute*, Dordrecht-Boston-London, D. Reidel, 1978.

LYON, J., *Structural Semantics. An Analysis of Part of the Vocabulary of Plato*, Oxford, Blackwell, 1963.

MANSFELD, J., *Studies in the Historiography of Greek Philosophy*, Assen, Van Gorcum, 1990.

MILLER, J. W., *The Structure of Aristotelian Logic*, London, Kegan Paul, 1938.

MOSSÉ, C., *La Grèce archaïque d'Homère à Eschyle: VIIIe-VIe siècles av. J.-C.*, Paris, Seuil, 1984 (trad. portuguesa: E. Lourenço Godinho, revisão J. Ribeiro Ferreira, Lisboa, Edições 70, s. d. [1989]).

NADDAF, G., *L'origine et l'évolution du concept grec de phusis*, Lewiston-New York--Lampeter, Dyfed, Wales Mellen, 1992.

NUSSBAUM, M., *The Fragility of Goodness*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

OSTENFELD, E., *Ancient Greek Psychology and the Modern Mind-Body Debate*, Aarhus, Aarhus University Press, 1987.

OSTWALD, M., *Oligarchia: the Development of a Constitutional Form in Ancient Greece,* Stuttgart, Steiner, 2000.

PIEPENBRINK, K., *Politische Ordnungskonzeptionen in der attischen Demokratie des vierten Jh. v. Chr.: eine vergleichende Untersuchung zum philosophischen und rhetorischen Diskurs,* Stuttgart, Steiner, 2001.

POHLENZ (1923), M., *Staatsgedanken und Staatslehre der Griechen*, Leipzig, Teubner, 1923.

PRANTL, C., *Geschichte der Logik im Abendlande*, I-IV, Leipzig, S. Hirzel, 1855-1870.

REICHENBACH, H., *Elements of Symbolic Logic*, New York, Macmillan, 1947.

RIBEIRO FERREIRA, J., *A Grécia Antiga*, Lisboa, Edições 70, 1992.

ROBIN, L., *La pensée grecque et les origines de l'esprit scientifique*, Paris, La Renaissance du Livre, 1923.

——, *La pensée hellénique des origines à Épicure. Questions de méthode, de critique, et d'histoire*, Paris, PUF, 1967[2].

ROCHA PEREIRA, M. H. da, *Estudos de História da Cultura Clássica. I*, Lisboa, FCG, 1975[4].

ROHDE, E., *Psyche. Seelenkult und Unsterblichkeitsglaube der Griechen*, I-II, Tübingen, J.C B. Mohr, 1890, 1894.

SANTIAGO DE CARVALHO, M., *Roteiro Temático-Bibliográfico de Filosofia Medieval*, Lisboa, Colibi, 1997.

——, *A Síntese Frágil. Uma Introdução à Filosofia (Da Patrística aos Conimbricenses)*, Lisboa, Colibri, 2002.

SCHULZ, D. J., *Das Problem der Materie in Platons Timaios*, Bonn, H. Bouvier, 1966.

SICHIROLLO, L., Διαλέγεσθαι — *Dialektik. Von Homer bis Aristoteles*, Hildesheim, Georg Olms, 1966.
SIDGWICK, A., *Elementary Logic*, Cambridge, At the University Press, 1914.
SINNIGE, Th. G., *Matter and Infinity in the Presocratic Schools and Plato*, Assen, Van Gorcum, s. d. [1968?].
SNELL, B., *Die Entdeckung des Geistes. Studien zur Entstehung des europäischen Denkens bei den Griechen*, Hamburg, Claassen u. Goverts, 1948[2] (trad. inglesa: Oxford, Blackwell, 1953).
STEBBING, L. S., *A Modern Introduction to Logic*, London, Methuen, 1930.
STRAWSON, P., *Introduction to Logical Theory*, London-New York, Methuen-Wiley, 1952.
——, *Individuals. An Essay in Descriptive Metaphysics*, London, Methuen, 1959 (reedição: Garden City [NY], Anchor Press, 1963).
SULLIVAN, S. D., *Psychological Activity in Homer*, Ottawa, Carleton University Press, 1988.
TEODORSSON, S.-T., *Anaxagoras' Theory of Matter*, Göteborg, Acta Universitatis Gothoburgensis, 1982.
THOMPSON, D'A. W., *Science and the Classics*, Oxford, Oxford University Press, 1940.
TRESMONTANT, C., *Les idées maîtresses de la métaphysique chrétienne*, Paris, Éditions du Seuil, 1962.
——, *La métaphysique du christianisme et la crise du XIII[e] siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 1964.
——, *La métaphysique du christianisme et la naissance de la philosophie chrétienne. Problèmes de la création et de l'anthropologie des origines à Saint Augustin*, Paris, Éditions du Seuil, 1961.
ÜBERWEG, F., *System der Logik und Geschichte der logischen Lehren*, ed. J. Bona-Meyer, Bonn, Adolph Marcus, 1882[5].
VAN STEENBERGHEN, F., *La philosophie au XIII[e] siècle*, Louvain-la-Neuve, Institut Supérieur de Philosophie, 1991[2].
VENN, J., *Symbolic Logic*, London-New York, Macmillan, 1894[2].
VLASTOS, G., *Studies in Greek Philosophy. I: The Presocratics. II: Socrates, Plato, and Their Tradition,* ed. D. W. Graham, Princeton, Princeton University Press, 1995.
VERBEKE, G., *D'Aristote à Thomas d'Aquin. Antécédents de la pensée moderne*, Leuven, Leuven University Press, 1990.
WIGGINS, D., *Identity and Spatio-Temporal Continuity*, Oxford, Blackwell, 1967.
——, *Sameness and Substance*, Oxford, Blackwell, 1980.
WILCKEN, U., *Alexander der Grosse*, Leipzig, Quelle u. Meyer, 1931 (ed. inglesa: trad. G. C. Richards, London, Chatto & Windus, 1932; reedição: revisão E. N. Borza, New York-London, W.W. Norton, 1967).
ZIMMERMANN, A., *Ontologie oder Metaphysik? Die Diskussion über den Gegenstand der Metaphysik im 13. und 14. Jahrhundert*, Leiden, E. J. Brill, 1965.

II — GENÉRICOS

1 — *ESTUDOS DE CONJUNTO*

ACKRILL, J. L., *Aristotle the Philosopher*, Oxford, Oxford University Press, 1981.
ALLAN, D. J., *The Philosophy of Aristotle*, Oxford-London-New York, Oxford University Press, 1970[2].

ALSINA CLOTA, J., *Aristóteles*, Barcelona, Montesinos, 1985.
BARNES, J., *Aristotle*, Oxford-New York, Oxford University Press, 1982.
BARREAU, H., *Aristote et l'analyse du savoir*, Paris, Seghers, 1972.
BERTI, E., *L'unità del sapere in Aristotele*, Padova, CEDAM, 1965.
——, *La raggioni di Aristotele*, Bari, Laterza, 1989.
BRENTANO, F., *Aristoteles und seine Weltanschauung*, Leipzig, Quelle u. Meyer, 1911 (trad. castelhana: *Aristoteles*, trad. M. S. Barrado, Barcelona-Madrid-Buenos Aires-Rio de Janeiro, Editorial Labor, 1943[2]).
——, *Über Aristoteles. Nachgelassene Aufsätze*, Hamburg, F. Meiner, 1986.
BRÖCKER, W., *Aristoteles*, Franckfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1935.
BRUN, J., *Aristote et le Lycée*, Paris, PUF, 1961.
BUCHHEIM, T., *Aristoteles*, Freiburg im Breisgau, Herder Verlag, 1999.
CALVO MARTÍNEZ, T., *Aristóteles y el aristotelismo*, Torrejón de Ardoz, Akal, 1996.
CAUQUELIN, A., *Aristote*, Paris, Éd. du Seuil, 1994.
CHAPA, U., *Aristoteles*, Frankfurt am Main, Campus-Verlag, 1991.
CRESSON, A., *Aristote. Sa vie, son oeuvre, sa philosophie*, Paris, PUF, 1958[4].
DONINI, P., *La filosofia di Aristotele*, Torino, Loescher, 1982.
DÜRING, I., *Aristoteles. Darstellung und Interpretation seines Denkens*, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1966 (trad. espanhola: *Aristoteles: exposición e interpretación de su pensamiento,* trad. B. Navarro, México, UNAM, 1987).
EDEL, A., *Aristotle and His Philosophy*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1982.
——, *Aristotle*, New York, Dell Publishing Co., 1967.
EVANS, J. D. G., *Aristotle*, Sussex-New York, The Harvester Press-St. Martin's Press, 1987.
GÓMEZ PIN, V., *El orden aristotélico*, Barcelona, Ariel, 1984.
GRENE, M., *A Portrait of Aristotle*, London, Faber and Faber, 1963.
GROTE, G., *Aristotle*, I-II, ed. A. Bain e G. C. Robertson, London, John Murray, 1872.
HAMELIN, O., *Le système d'Aristote*, ed. L. Robin, Paris, Félix Alcan, 1920.
HEIDEGGER, M., *Grundbegriffe der aristotelischen Philosophie, Gesamtausgabe. Zweite Abteilung: Vorlesungen 1923-1944, Band 18,* ed. Mark Michalski, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 2002.
HÖFFE, O., *Aristoteles*, München, Beck, 1999[2].
JUERSS, F., EHLERS, D., *Aristoteles*, Leipzig, Teubner, 1982.
LEAR, J., *Aristotle. The Desire to Understand*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
LLOYD, G. E. R., *Aristotle: The Growth and Structure of His Thought,* Cambridge, At the University Press, 1968.
MILLET, L., *Aristote*, Paris, Bordas, 1987.
MOREAU, J., *Aristote et son École*, Paris, PUF, 1962.
MURE, G. R., *Aristotle*, Oxford, Oxford University Press, 1964[2].
NATALI, C., *La saggezza di Aristotele*, Napoli, Bibliopolis, 1989.
PHILIPPE, M. D., *Initiation à la philosophie d'Aristote*, Paris, La Colombe, 1956 (reedição: Paris, Éditions Universitaires, 1991).
POLITIS, V., *Routledge Philosophy Guidebook to Aristotle and the Metaphysics*, London--New York, Routledge, 2004.
RANDALL JR., J. H., *Aristotle*, New York, Columbia University Press, 1962.
RAPP, C., *Aristoteles zur Einführung*, Hamburg, Junius, 2001.
REALE, G., *Introduzione a Aristotele*, Roma-Bari, Laterza, 1974.
REIDEMEISTER, K., *Das System des Aristoteles*, Leipzig, Teubner, 1943.

ROBIN, L., *Aristote*, Paris, PUF, 1944.
ROBINSON, T. D., *Aristotle in Outline*, Indianapolis, Hackett, 1995.
ROLAND-GOSSELIN, M.-D., *Aristote*, Paris, Flammarion, 1928.
ROSS, W. D., *Aristotle*, London, Methuen, 1949[5].
SANDVOSS, E. R., *Aristoteles*, Stuttgart, Kohlhammer, 1981.
SCHULTE, H. K., *Philosophieren mit Aristoteles*, Hamburg, M. Schulte, 1995.
STIGEN, A., *Structure of Aristotle's Thought*: *An Introduction To The Study of Aristotle's Writings*, Oslo, Institutt fur filosof, 1974.
STOCKS, J. L., *Aristotelianism*, New York, Cooper Square Publishers, 1963.
TAYLOR, A. E., *Aristotle*, New York, Dover Publications, 1955[2].
VEATCH, H. B., *Aristotle. A Contemporary Appreciation*, Bloomington Ind., Indiana University Press, 1974.
VON WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U., *Aristoteles und Athen*, I-II, Berlin, Weidmann, 1893.

2 — *OBRAS SOBRE VÁRIOS AUTORES E RECOLHAS DE ARTIGOS SOBRE ARISTÓTELES*

ACKRILL, J. L., *Essays on Plato and Aristotle*, Oxford, Clarendon Press, 1997.
ANSCOMBE, G. E. M., GEACH, P. T., *Three Philosophers*, Oxford, Blackwell, 1961.
BARATA-MOURA, J., *EPISTEME. Perspectivas Gregas sobre o Saber: Heraclito-Platão--Aristóteles,* Lisboa, edição do autor, 1979.
BERTI, E., *Studi Aristotelici*, L'Aquila, L. U. Japadre, 1975.
BEUCHOT, M., *Ensayos marginales sobre Aristóteles*, Mexico, Universidad Nacional Autónoma, 1985.
BOUTROUX, E., *Leçons sur Aristote*, éd. J. Gramont, Paris, Éd. Universitaires, 1990.
BROCHARD, V., *Études de Philosophie Ancienne et de Philosophie Moderne*, introd. e ed. V. Delbos, Paris, Félix Alcan, 1912.
CHERNISS, H., *Selected Papers*, ed. L. Tarán, Leiden, E. J. Brill, 1977.
CROISSANT, J., *Études de Philosophie Ancienne*, Bruxelles, OUSIA, 1986.
DELLA VOLPE, G., *Opere*, III-IV, ed. I. Ambrogio, Roma, Editori Riuniti, 1973.
DIELS, H., *Kleine Schriften zur Geschichte der antiken Philosophie*, ed. W. Burkert, Hildesheim, G. Olms, 1969.
ENGLEBRETSEN, G., *Three Logicians. Aristotle, Leibniz and Sommers and the Syllogistic*, Assen, Van Gorcum, 1981.
FREDE, M., *Essays in Ancient Philosophy*, Minneapolis, Minneapolis University Press, 1987.
GIANNINI IÑÍGUEZ, H., *Tiempo y espacio en Aristoteles y Kant*, Santiago de Chile, Ed. Andrés Bello, 1982.
HARE, R. M., BARNES, J., CHADWICK, H., *Founders of Thought. Plato. Aristotle. Augustine*, Oxford, Oxford University Press, 1991.
HUSIK, I., *Philosophical Essays. Ancient, Mediaeval and Modern*, ed. M. C. Nahm e L. Strauss, Oxford, Blackwell, 1952.
LLOYD, G. E. R., *Aristotelian Explorations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
——, *Early Greek Science: Thales to Aristotle,* London-New York, Chatto & Windus--W. W. Norton, 1970.
LU, M., *Critical Theoretical Inquiry on the Notion of Act in the Metaphysics of Aristotle and Saint Thomas Aquinas*, New York-Bern, Lang, 1992.

LYONS, L. F., *Material and Formal Causality in the Philosophy of Aristotle and St. Thomas*, Washington, The Catholic University of America Press, 1958.
MACCADDEN, C. J., *El principio de contradicción en Leibniz y Aristóteles*, Fribourg, Thèse Lettres Fribourg, 1988.
MANSION, S., *Études aristotéliciennes. Recueil d'articles*, Louvain-la-Neuve, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, 1984.
MERLAN, P., *Kleine philosophischer Schriften*, ed. F. Merlan, New York, G. Olms, 1976.
MESQUITA, A. P., *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
OEHLER, K., *Antike Philosophie und Byzantinisches Mittelalter. Aufsätze zur Geschichte des griechischen Denkens*, München, Beck, 1969.
OWEN, G. E. L., *Logic, Science and Dialectic. Collected Papers in Greek Philosophy*, ed. M. Nussbaum, Ithaca, Cornell University Press, 1986.
OWENS, J., *Aristotle. The Collected Papers of J. Owens*, ed. J. R. Catan, Albany, State University of New York Press, 1981.
PHILONENKO, A., *Leçons Aristotéliciennes*, Paris, Belles Lettres, 2002.
ROBINSON, R., *Essays in Greek Philosophy*, Oxford, Clarendon Press, 1969.
RODIER, G., *Études de Philosophie Grecque*, Paris, Vrin, 1926.
SEIDEL, H., *Aristoteles und der Ausgang der antiken Philosophie. Vorlesungen zur Geschichte der Philosophie*, Berlin, Dietz, 1984.
SELLARS, W., *Philosophical Perspectives: History of Philosophy,* Atascadero (Calif.), Ridgeview Publishing Company, 1977.
SHOREY, P., *The Roosevelt Lectures of Paul Shorey (1913-1914)*, trad. E. Reinke, ed. W. W. Briggs e E. C. Kopff, introd. E. C. Kopff, Hildesheim, Olms, 1995.
SICHIROLLO, *Aristotelica*, Urbino, Pubblicazioni dell'Università Urbino, 1961.
SOLMSEN, F., *Kleine Schriften*, I-II, Hildesheim, G. Olms, 1968.
TALANGA, J., *Zukunftsurteile und Fatum. Eine Untersuchung über Aristoteles' De interpretatione 9 und Ciceros De fato, mit einem Überblick über die spätantiken Heimarmene-Lehren*, Bonn, Habelt, 1986.
VON FRITZ, K., *Beiträge zu Aritoteles*, Berlin, de Gruyter, 1983.
VUILLEMIN, J., *De la logique à la théologie. Cinq études sur Aristote*, Paris, Flammarion, 1967.
WAGNER, H., *Kritische Philosophie. Systematische und historische Abhandlungen*, ed. K. Baerthlein e W. Flach, Würzburg, Königshausen & Neumann, 1980.
WEIL, E., *Essais et conférences*, I, Paris, Plon, 1970.

III — TEMÁTICOS

1 — *MÉTODO, TEORIA DA CIÊNCIA E DIALÉCTICA*

ANTWEILER, A., *Der Begriff der Wissenschaft bei Aristoteles*, Bonn, Hanstein, 1956.
BÄCK, A. T., *Aristotle's Theory of Predication*, Leiden, Brill, 2000.
BALME, D. M., *Aristotle's Use of the Teleological Explanation. Inaugural Lecture at Queen Mary College, University of London, on 1st June 1965*, London, University of London, 1965.
BAYER, G. D., *Definition in Aristotle*, Austin, University of Texas, 1995 (dissertação).
BELARDI, W., *Il linguaggio nella filosofia di Aristotele*, Roma, Università degli studi di Roma, 1975.

BERIGER, A., *Die aristotelische Dialektik. Ihre Darstellung in der Topik und in den Sophistischen Widerlegungen und ihre Anwendung in der Metaphysik M1-3*, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1989.

BIONDI, P. C., *Admiring Intuition*: *An Examination of Nous in Aristotle's Posterior Analytics II. 19.*, Université Laval, Québec, 1999 (dissertação).

BOURGEY, L., *Observation et expérience chez Aristote*, Paris, Vrin, 1955.

BOYLAN, M., *Method and Practice in Aristotle's Biology*, Washington (D. C.), University Press of America, 1983.

BUTLER, T. L., *Signification and Science in Aristotle*, Ithaca (N. Y.), Cornell University, 1999 (dissertação).

BYRNE, P. H., *Analysis and Science in Aristotle*, Albany (N. Y.), State University of New York Press, 1997.

CASSIN, B., *Aristote et le logos: contes de la phénoménologie ordinaire,* Paris, Presses Universitaires de France, 1997.

CAUQUELIN, A., *Aristote: le langage,* Paris, PUF, 1990.

CAZZULO, A., *Il problema del linguaggio e della scienza in Aristotele*, Milano, Unicopli, 1984.

CHEN, C.-H., *Sophia. The Science Aristotle Sought*, Hildesheim, G. Olms, 1976.

CHIBA, K., *Aristotle on Explanation: Demonstrative Science and Scientific Inquiry,* Oxford, University of Oxford, 1989 (dissertação).

DE PATER, W. A., *Les Topiques d'Aristote et la dialectique platonicienne. La méthodologie de la définition*, Fribourg-en-Suisse, Éditions St. Paul, 1965.

DRECHSLER, J., *Die erkenntnistheoretischen Grundlagen und Prinzipien der aristotelischen Dialektik*, Berlin, Junker und Dünnhaupt, 1935.

DUMONT, J. P., *Introduction à la méthode d'Aristote*, Paris, Vrin, 1986.

EVANS, J. D. G., *Aristotle's Concept of Dialectic*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

FEREJOHN, M., *The Origins of Aristotelian Science*, New Haven-London, Yale University Press, 1991.

FIEDLER, W., *Analogiemodelle bei Aristoteles-Untersuchungen zu den Vergleichen zwischen den einzelnen Wissenschaften und Künsten*, Amsterdam, B. R. Grüner, 1978.

GOLDIN, O., *Explaining an Eclipse*: *Aristotle's Posterior Analytics 2.1-10*, Ann Arbor (Mich.), University of Michigan Press, 1996.

GRANGER, G.-G., *La théorie aristotélicienne de la science*, Paris, Aubier-Montaigne, 1976 (2.ª ed.: Paris, Aubier-Montaigne, 2000).

GRUBER, B., *Topographie des Ähnlichen*: *Aristoteles und gegenwärtige Kritik an «Repräsentation»*, München, Fink, 2001.

HORSTSCHÄFER, T., M., *Über Prinzipien*: *Eine Untersuchung zur methodischen und inhaltlichen Geschlossenheit des ersten Buches der Physik des Aristoteles*, Berlin, de Gruyter, 1998.

IRWIN, T. H., *Aristotle's First Principles*, Oxford, Clarendon Press, 1988.

KULLMANN, W., *Aristoteles und die moderne Wissenschaft*, Stuttgart, Steiner, 1998.

——, *Wissenschaft und Methode. Interpretationen zur aristotelischen Theorie der Naturwissenschaft*, Berlin-New York, W. de Gruyer, 1974.

LARKIN, M. T., *Language in the Philosophy of Aristotle*, Den Haag, Mouton, 1971.

LE BLOND, J.-M., *Eulogos et l'argument de convenance chez Aristote*, Paris, Belles Lettres, 1938.

——, *Logique et méthode chez Aristote. Études sur la recherche des principes dans la physique aristotélicienne*, Paris, Vrin, 1973³.

LLOYD, G. E. R., *Polarity and Analogy. Two Types of Argumentation in Early Greek Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1966.

MANSION, S., *Le jugement d'existence chez Aristote*, Louvain-Paris, Institut Supérieur de Philosophie-Desclée de Brouwer, 1946.

——, *Le rôle de la connaissance de l'existence dans la science aristotélicienne*, Louvain, E. Warny, 1941 (reeditado em: *Études aristotéliciennes*, pp. 183-203).

MCKIRAHAN, R. D., *Principles and Proofs. Aristotle's Theory of Demonstrative Science*, Princeton, Princeton University Press, 1992.

MIGNUCCI, M., *L'argomentazione dimonstrativa in Aristotele. Commento agli Analitici Secondi*, I, Padova, Antenore, 1975.

——, *La teoria aristotelica della scienza*, Firenze, Sansoni, 1965.

MONAN, J. D., *Moral Knowledge and Its Methodology in Aristotle*, Oxford, Clarendon Press, 1968.

MOSER, S., *Zur Lehre von der Definition bei Aristoteles. Organon und Metaphysik*, Innsbruck, Rauch, 1935.

NEGRO, C., *La sillogistica de Aristotele come metodo della conoscenza scientifica*, Milano, Vita e Pensiero, 1968.

NGUEMMING, A., *Untersuchungen zur «Topik» des Aristoteles mit besonderer Berücksichtigung der Regeln, Verfahren und Ratschläge zur Bildung von Definitionen*, Frankfurt am Main, Lang, 1990.

PELLETIER, Y., *La dialectique aristotélicienne. Les principes clés des Topiques*, Montréal, Bellarmin, 1991.

PIETSCH, C., *Prinzipienfindung bei Aristoteles: Methoden und erkenntnis-theoretische Grundlagen*, Stuttgart, Teubner, 1992.

PRIMAVESI, O., *Die Aristotelische Topik: ein Interpretationsmodell und seine Erprobung am Beispiel von Topik B*, München, Beck, 1996.

RÉGIS, L.-M., *L'opinion selon Aristote*, Paris-Ottawa, Vrin, 1935.

REINHARDT, T., *Das Buch E der Aristotelischen Topik: Untersuchungen zur Echtheitsfrage*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 2000.

ROBINSON, R., *Definition*, Oxford, Clarendon Press, 1950.

SADUN BORDONI, G., *Linguaggio e realtà in Aristoteles*, Roma, Laterza, 1994.

SCHMIDT, W., *Theorie der Induktion. Die prinzipielle Bedeutung der Epagoge bei Aristoteles*, München, Wilhelm Fink Verlag, 1974.

SCHUESSLER, I., *Aristoteles. Philosophie und Wissenschaft; das Problem der Verselbstständigung der Wissenschaft*, Frankfurt am Main, Klostermann, 1982.

SLOMKOWSKI, P., *Aristotle's Topics*, Leiden-New York, Brill, 1997.

SPANU, H., *Methodologische Untersuchungen zur aristotelischen Wissenschaftstheorie*, München, Verlag UNI-Druck, 1976.

THOMPSON, W. N., *Aristotle's Deduction and Induction: Introductory Analysis and Synthesis*, Amsterdam, Rodopi, 1975.

VON FRITZ, K., *Aristotle's Contribution to the Practice and Theory of Historiography*, Berkeley, University of California Press, 1958.

——, *Die Epagoge bei Aristoteles*, München, Beck, 1964.

WHITAKER, C. W. A., *Aristotle's De interpretatione. Contradiction and Dialectic*, Oxford, Clarendon Press, 1996.

WILSON, M., *Aristotle's Theory of the Unity of Science*, Toronto, University of Toronto Press, 2000.

ZUMSTEG, G., *Wahrheit und Volksmeinung: zur Entstehung und Bedeutung der aristotelischen Topik. Grundmodell des Denkens und Handelns in der Demokratie*, Bern & Stuttgart, Haupt, 1989.

ALBRECHT, W., HANISCH, *Aristoteles assertorische Syllogistik*, Berlim, Duncker und Humblot, 1970.

ANTON, J. P., *Aristotle's Theory of Contrariety*, London, Routledge and Kegan Paul, 1957 (reedição: Lanham, America University Press, 1987).

BABIN, E., *The Theory of Opposition in Aristotle*, Notre Dame, Notre Dame University Press, 1940.

BECKER, A., *Die aristotelische Theorie der Möglichkeitsschlüsse. Eine logisch-philologische Untersuchung der Kap. 13-22 von Aristoteles Analytica priora I*, Berlin, Junker u. Dünnhaupt, 1933.

BECKER, O., *Zwei Untersuchungen zur antiken Logik*, Göttigen, O. Harrassowitz, 1965.

BERTI, E., *Logica aristotelica e dialettica*, Bologna, Cappeli, 1983.

BOSLEY, R., *Aspects of Aristotle's Logic*, Assen, Van Gorcum, 1975.

BRANDT, R., *Die aristolische Urteilslehre*, Marburg, 1965 (dissertação).

BUDDENSIEK, F., *Die Modallogik des Aristoteles in den Analytica Priora A.*, Hildesheim, Olms-Wiedmann, 1994.

CALOGERO, G., *I fondamenti della logica aristotelica*, Firenze, Le Monier, 1927.

CELLUPRICA, V., *Il capitolo 9 del De interpretatione di Aristotele. Rassegna di Studi: 1930--1973*, Bologna, Società Editrice il Mulino, 1977.

CONWAY, P., *Aristotelian Formal and Material Logic*, Lanham (Md.), University Press of America, 1995.

EBBINGHAUS, K., *Ein formales Modell der Syllogistik des Aristoteles*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1964.

FREDE, D., *Aristotle und die Seeschlacht*, Göttingen, Vandenhoeck and Ruprecht, 1970.

GASKIN, R., *The Sea Battle and the Master Argument*: *Aristotle and Diodorus Cronus on the Metaphysics of the Future*, Berlin, De Gruyter, 1996.

GOHLKE, *Die Entstehung der aristotelischen Logik*, Berlin, Weidmann, 1936.

GUARIGLIA, O. N., *Quellenkritische und logische Untersuchungen zur Gegensatzlehre des Aristoteles*, Hildesheim, Georg Olms, 1978.

HINTIKKA, J., *Aristotle on Modality and Determinism*, Helsinki, Societas Philosophica Fennica-North-Holland Publishing Company, 1977.

——, *Time and Necessity. Studies in Aristotle's Theory of Modality*, Oxford, Oxford University Press, 1973.

LEAR, J., *Aristotle and Logical Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

LUKASIEWICZ, J., *Aristotle's Syllogistic from the Standpoint of Modern Formal Logic*, Oxford, Oxford University Press, 1957[2] (ed. francesa: trad. F. Caujolle--Zaslawsky, Paris, Librairie Armand Collin, 1972).

——, *Über den Satz des Widerspruchs bei Aristoteles*, trad. J. Barski, Hildesheim Olms, 1993 (1.ª ed.: Kraków, 1910. Outras edições alemãs: *Zur modernen Deutung der aristotelischen Logik*, I, pp. 5-28; traduções inglesas: *Review of Metaphysics*, 95, 1971, pp. 485-509; *Articles on Aristotle*, III, pp. 50-62; traduções francesas: *Sur le principe de contradiction chez Aristote*, trad. D. Sikora Combas, Combas, L'Éclat, 2000; *Rue Descartes*, 1991, pp. 9-32).

MAIER, H., *Die Syllogistik des Aristoteles. I: Die logische Theorie des Urteils bei Aristoteles. II: Die logische Theorie des Syllogismus und die Entstehung der aristotelischen Logik. 1: Formenlehre und Technik des Syllogismus. 2: Die Entstehung der aristotelischen Logik,* Tübingen, Laupp, 1896, 1900.

MCCALL, S., *Aristotle's Modal Syllogisms*, Amsterdam, North-Holland Publishing Company, 1963.

MONTANARI, E., *I — La sezione linguistica del Peri hermeneias di Aristotele; II — Il commento*, Firenze, Licosa, 1988.

MORALES, F., *Antikeimena. Untersuchungen zur aristotelischem Auffassung der Gegensätze*, Frankfurt am Main, Lang, 1991.

NORTMANN, U., *Modale Syllogismen, mögliche Welten, Essentialismus. Eine Analyse der Aristotelischen Modallogik*, Berlin, W. de Gruyter, 1996.

PARRY, W. T., HACKER, E. A., *Aristotelian Logic*, Albany, State University of New York Press, 1991.

PATTERSON, R., *Aristotle's Modal Logic. Essence and Entailment in the Organon*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

PATZIG, G., *Die aristotelische Syllogistik. Logisch-philologische Untersuchung über das Buch A der Ersten Analytiken*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1959 (ed. inglesa: *Aristotle's Theory of the Syllogism. A Logico-Philological Study of Book A of the Prior Analytics*, trad. J. Barnes, Dordrecht, D. Reidel, 1968).

RIGAMONTI, G., *L'origine del sillogismo in Aritotele*, Palermo, Manfredi, 1980.

RIJKSBARON, A., *Aristotle, Verb Meaning and Functional Grammar. Towards a New Typology of States of Affairs, with an Appendix on Aristotle's Distinction Between Kinesis and Energeia*, Amsterdam, Gieben, 1989.

RIONDATO, E., *La teoria aristotelica dell'enunciazione*, Padova, Antenore, 1957.

ROSE, L. E., *Aristotle's Syllogistic*, Springfield, Charles C. Thomas, 1968.

SAINATI, V., *Storia dell'Organon aristotelico. I: Dai Topici al De interpretatione. II: La crisi epistemologica della topica,* Firenze, Le Monnier, 1968, 1973.

SCHMIDT, K. J., *Die modale Syllogistik des Aristotele: Eine modalprädikatenlogische Interpretation*, Paderborn, Mentis, 2000.

SEEL, G., *Die aristotelische Modaltheorie*, Berlin, W. de Gruyter, 1982.

SINNOTT, A. E., *Untersuchungen zu Kommunikation und Bedeutung bei Aristoteles*, Münster, Nodus-Publ., 1989.

SORBI, L., *Aristotele: la logica comparativa,* Firenze, Olschki, 1999.

THOM, P., *The Logic of Essentialism. An Interpretation of Aristotle's Modal Syllogistic*, Dordrecht-Boston-London, Kluwer, 1996.

——, *The Syllogism*, München, Philosophia Verlag, 1981.

TRENDELENBURG, F. A., *Elementa Logicae aristotelicae*, Berlin, G. Bethge, 1845[3].

VAN RIJEN, J. B. M., *Aristotle's Logic of Necessity*, Alblasserdam, Offsetdrukkerij Kanters, 1986.

——, *Aspects of Aristotle's Logic of Modalities*, Dordrecht, Kluwer, 1989.

VIANO, C. A., *La logica di Aristotele*, Torino, Taylor, 1955.

VON FREYTAG LÖRINGHOFF, B., *Neues System der Logik. Symbolisch-symmetrische Rekonstruktion und operative Anwendung des aristotelischen Ansatzes*, Hamburg, Meiner, 1985.

WATERLOW, S., *Passage and Possibility. A Study of Aristotle's Modal Concepts*, Oxford, Clarendon Press, 1982.

WOLF, U., *Möglichkeit und Notwendigkeit bei Aristoteles und heute*, München, Wilhelm Fink Verlag, 1979.

3 — *FILOSOFIA DA MATEMÁTICA*

APOSTLE, H. G., *Aristotle's Philosophy of Mathematics*, Chicago, University of Chicago Press, 1952.

CLEARY, J. J., *Aristotle and Mathematics: Aporetic Method in Cosmology and Metaphysics*, Leiden, E. J. Brill, 1995.

——, *Aristotle's Theory of Abstraction. A Problem about the Mode of Being in Mathematical Objects*, Boston University, 1986 (dissertação).

HEATH, T. L., *Mathematics in Aristotle*, Oxford, Oxford University Press, 1949.

LUCCHETTA, G. A., *Una Fisica Senza Matematica: Democrito, Aristotele, Filopono*, Trento, Pubblicazioni di Verifiche, 1978.

KOUREMENOS, T., *Aristotle on Mathematical Infinity*, Stuttgart, Steiner, 1995.

MENDELL, H. R., *Aristotle and the Mathematicians. Some Cross-currents in the Fourth Century*, Stanford University, 1986 (dissertação).

MOUKANOS, D. D., *Ontologie der Mathematika in der Metaphysic von Aristoteles*, Athen, Athener Abhandl. zur antike Philosophie, 1981.

TÓTH, I., *Aristotele e i fondamenti assiomatici della geometria: prolegomeni alla comprensione dei frammenti non-euclidei nel Corpus Aristotelicum nel loro contesto matematico e filosofico*, introd. G. Reale, trad. E. Cattanei, Milano, Vita e Pensiero, 1997.

4 — *FÍSICA*

BOLOTIN, D., *An Approach to Aristotle's Physics: with Particular Attention to the Role of his Manner of Writing*, Albany (N. Y.), State University of New York Press, 1998.

BOS, A. P., *On the Elements. Aristotle's Early Cosmology*, Assen, Van Gorcum, 73.

BRAGUE, R., *Aristote et la question du monde. Essai sur le contenu cosmologique et anthropologique de l'ontologie*, Paris, PUF, 1988.

CAPECCI, A., *Struttura e fine. La logica della teleologia aristotelica*, L'Aquila, L. U. Japadre, 1978.

CARTERON, H., *La notion de force dans le système d'Aristote*, Paris, Vrin, 1923.

CONEN, P. F., *Die Zeittheorie des Aristoteles*, München, Carl H. Beck, 1964.

CONILL SANCHO, J., *El tiempo en la filosofía de Aristóteles*, Valencia, Faculdad de Teología de San Vice, 1981.

COOPE, U. C. M., *Time as a Number of Change: Aristotle's Physics IV, 10-14*, Berkeley, University of California, 1999 (dissertação).

COULOUBARITSIS, L., *L'avènement de la science physique. Essai sur la physique d'Aristote*, Bruxelles, OUSIA, 1980 (segunda edição revista e aumentada: *La Physique d'Aristote*, Bruxelles, OUSIA, 1997).

DECAEN, C. A., *The Existence of Aether and the Refutation of Void in Aristotle: a Critical Evaluation of the Arguments*, Washington (D. C.), The Catholic University of America, 1999 (dissertação).

DUBOIS, J. M., *Le temps et l'instant selon Aristote*, Desclée de Brouwer, Paris, 1967.

DUDLEY, J., *The Evolution of the Concept of Chance in the Physics and Ethics of Aristotle: A Commentary on Phys. II, IV-VI*, Acco, Amersfoort, 1997.

EDEL, A., *Aristotle's Theory of the Infinite*, New York, ed. do autor, 1934.

EVANS, M. G., *The Physical Philosophy of Aristotle: A Modern Interpretation*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 1964.

FALCON, A., *Corpi e movimenti: il De caelo di Aristotele e la sua fortuna nel mondo antico*, Napoli, Bibliopolis, 2001.

FRITSCHE, J., *Methode und Beweisziel im ersten Buch der «Physikvorlesung» des Aristoteles*, Frankfurt am Main, Hain, 1986.

GIORDANI, A., *Tempo e struttura dell'essere: il concetto di tempo in Aristotele e suoi fondamenti ontologici*, introd. G. Reale, Milano, Vita e Pensiero, 1995.

GOLDSMITH, V., *Temps physique et temps tragique chez Aristote: Commentaire sur le quatrième livre de la Physique (10-14) et sur la Poétique*, Paris, Vrin, 1982.

HINTENLANG, H., *Untersuchungen zu den Homer-Aporien des Aristoteles*, Egelsbach, Hänsel-Hohenhausen, 1994.

LANG, H. S., *Aristotle's Physics and its Medieval Varieties*, New York, State University of New York Press, 1992.

——, *The Order of Nature in Aristotle's Physics*: *Place and the Elements*, Cambridge, New York, Cambridge University Press, 1998.

LERNER, M.-P., *Recherches sur la notion de finalité chez Aristote*, Paris, PUF, 1969.

MANSION, A., *Introduction à la Physique aristotélicienne*, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain-Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1945[2].

MANUWALD, B., *Das Buch H der aristotelischen Physik-Eine Untersuchung zur Einheit und Echtheit*, Meisenheim a. G., A. Hain, 1971.

MARGEL, S., *Le concept de temps: étude sur la détermination temporelle de l'être chez Aristote*, Bruxelles, Ousia, 1999.

MARQUARDT, U., *Die Einheit der Zeit bei Aristoteles*, Würzburg, Königshausen & Neumann, 1993.

MAUL, H. J., *Kontinuum und Sein bei Aristoteles*, Frankfurt am Main, Lang, 1992.

MILLER, A. E., *Physis and Physics. Aristotle's Descriptive Phenomenology of Nature as the Metaphysical Foundation and Critique of Modern Science*, Hamburg, 1969 (dissertação).

MOREAU, J., *L'espace et le temps selon Aristote*, Padova, Editrice Antenore, 1965.

PREVOSTI MONCLÚS, A., *Teoría del infinito en Aristóteles*, Barcelona, PPU, 1985.

QUERALTÓ MORENO, R., *Naturaleza y finalidad en Aristóteles*, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1983.

RAIBLE, W., *Aristoteles und der Raum. Untersuchung des aristotelischen Toposbegriffes*, Kiel, 1965 (dissertação).

RASHED, M., *Die Überlieferungsgeschichte der aristotelischen Schrift «De generatione et corruptione»*, Wiesbaden, Reichert, 2001.

RENZI, V. R., *Parts, Elements, and the Concept of Mixture in Aristotle's De generatione et corruptione*, New York, Columbia University, 1997 (dissertação).

RIGAU CANARDO, M., *Lugar y espacio*, Barcelona, Promociones Publicas Universitarias, 1986.

RIVAUD, A., *Le problème du Devenir et la notion de Matière dans la Philosophie grecque, depuis les origines jusqu'à Théophraste*, Paris, Félix Alcan, 1926.

ROARK, A. P., *Time in Physics 4: Aristotle's Reductionistic Vision in Four Movements*, Seattle, University of Washington, 1999 (dissertação).

SACHS, J. *Aristotle's Physics: A Guided Study*, New Brunswick (N. J.), Rutgers University Press, 1995.

SEIDL, H., *Beiträge zu Aristoteles' Naturphilosophie*, Amsterdam, Rodolpi, 1995.

SOLMSEN, F., *Aristotle's System of the Physical World. A Comparison with His Predecessors*, Ithaca, Cornell University Press, 1960.

SORABJI, R., *Matter, Space and Motion. Theories in Antiquity and Their Sequel*, London, Duckworth, 1988.

——, *Necessity, Cause and Blame. Perspectives on Aristotle's Theory*, Ithaca, Cornell University Press, 1980.

——, *Time, Creation, and the Continuum*, London, Duckworth, 1983.

STEKLA, H., *Der regressus in infinitum in der aristotelischen Philosophie*, Egelsbach, Hänsel-Hohenhausen, 1994.

TELFORD, K. A., *Commentary on Aristotle's Physics or the* Φυσικῆς ἀκροασέως, Binghamton (N. Y.), Institute of Global Cultural Studies, Binghamton University, 1999.

THEILER, W., *Zur Geschichte der teleologischen Naturbetrachtung bis auf Aristoteles*, Zürich, K. Hoenn, 1924.

WARDY, R., *The Chain of Change. A Study of Aristotle's Physics VII*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

WATERLOW, S., *Nature, Change and Agency in Aristotle's Physics. A Philosophical Study*, Oxford, Clarendon Press, 1982.

WEISS, H., *Kausalität und Zufall in der Philosophie des Aristoteles*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967[2].

WIELAND, W., *Die Aristotelische Physik. Untersuchungen über die Grundlagen der Naturwissenschaft und die sachlichen Bedingungen der Prinzipienforschung bei Aristoteles*, Göttingen, Vandenhoek und Ruprecht, 1970[2].

ZEKL, H. G., *Topos: Die aristotelische Lehre von Raum. Eine Interpretation von Physik D 1-5,* Hamburg, Meiner, 1990.

ZIMMERMANN, A., *Ein Kommentar zur Physik des Aristoteles*, Berlin, W. de Gruyter, 1968.

5 — *METAFÍSICA*

a) Estudos de carácter sistemático

AUBENQUE, P., *Le problème de l'Être chez Aristote. Essai sur la problématique aristotélicienne*, Paris, PUF, 1991.

BOEHM, R., *Das Grundlegende und das Wesentliche. Zu Aristoteles' Abhandlung «Über das Sein und das Seiende» (Metaphysik Z)*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1965 (ed. francesa: *La Métaphysique d'Aristote. Le Fondamental et l'Essentiel,* trad. E. Martineau, revisão e pref. do Autor, Paris, Gallimard, 1976).

BUCHANAN, E., *Aristotle's Theory of Being*, Cambridge (Mass.), Mississippi University Press, 1962.

DONINI, P., *La Metafísica di Aristotele: introduzione alla lettura,* Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1995.

DUMOULIN, B., *Analyse génétique de la Métaphysique d'Aristote*, Paris, Belles-Lettres, 1986.

FURTH, M., *Substance, Form and Psyche: An Aristotelian Metaphysics,* Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

GILL, M. L., *Aristotle on Substance. The Paradox of Unity*, Princeton, Princeton University Press, 1989.

HALPER, E. C., *One and Many in Aristotle's Metaphysics. The Central Books*, Columbus, Ohio State University Press, 1989.

HEIDEGGER, M., *Phänomenologische Interpretationen zu Aristoteles (1921-1922). Einführung in die phänomenologische Forschung, Gesamtausgabe. Zweite Abteilung: Vorlesungen 1923-1944, Band 61,* Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1985 (ed. bilingue alemão/francês: *Interprétations phénoménologiques d'Aristote,* trad. J.-F. Courtine, Mauvezin, Trans-Europ-Repress, 1992).

JAULIN, A., *Aristote, La Métaphysique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

LEWIS, F. A., *Substance and Predication in Aristotle*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

MANNO, A., *Valore e limiti della metafisica aristotelica*, Napoli, S. Chiara, 1957.
MARX, W., *Einführung in Aristoteles' Theorie vom Seienden*, Freiburg, Verlag Rombach, 1972 (ed. inglesa: *Introduction to Aristotle's Theory of Being as Being*, trad. R. S. Shine, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1977).
——, *The Meaning of Aristotle's Ontology*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1954.
MICHELET, Ch.-L., *Examen critique de l'ouvrage d'Aristote intitulé Métaphysique*, Paris, A. Mercklein, 1836.
NOGALES, S. G., *Horizonte de la metafisica aristotélica*, Madrid, Ediciones Fax, 1955.
OWENS, J., *The Doctrine of Being in the Aristotelian Metaphysics. A Study in the Greek Background of Mediaeval Thought*, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1951.
RAVAISSON, F., *Essai sur la Métaphysique d'Aristote*, I-II, Paris, Vrin, 1837, 1846.
REALE, G., *Guida alla lettura della Metafisica di Aristoteles*, Roma, Laterza, 1997.
REEVE, C. D. C., *Substantial Knowledge: Aristotle's Metaphysics,* Indianapolis (Ind.), Hackett, 2000.
RICOEUR, P., *Être, essence et substance chez Platon et Aristote. Cours professé à l'Université de Strasbourg en 1953-1954*, Paris, Centre de documentation universitaire, 1960.
ROMEYER-DHERBEY, G., *Les choses mêmes. La pensée du réel chez Aristote*, Lausanne, L'âge d'homme, 1983.
SCHMITZ, H., *Die Ideenlehre des Aristoteles. I. Aristoteles, 1: Kommentar zum 7. Buch der Metaphysik, 2: Ontologie, Noologie, Theologie. II: Platon und Aristoteles,* Bonn, Bouvier, 1985.
SONDEREGGER, E., *Aristoteles, Metaphysik Z 1-12: philosophische und philologische Erwägungen zum Text,* Bern-Stuttgart-Wien, Verlag Paul Haupt, 1993.
SPELLMAN, L., *Substance and Separation in Aristotle*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
STEGMAIER, W., *Substanz Grundbegriff der Metaphysik*, Stuttgart-Bad Cannstatt, Frommann-Holzboog, 1977.
STEINFATH, H., *Selbständigkeit und Einfachheit. Zur Substanztheorie des Aristoteles*, Frankfurt am Main, Hain, 1991.
STEVENS, A., *L'ontologie d'Aristote au carrefour du logique et du réel*, Paris, Vrin, 2000.
TRINDADE, F. C., *O Sentido da Ontologia em Aristóteles*, Porto Alegre, Lima, 1972.
TUGENDHAT, E., ΤΙ ΚΑΤΑ ΤΙΝΟΣ. *Eine Untersuchung zur Struktur und Ursprung aristotelischer Grundbegriffe*, Freiburg-München, Alber, 1988[4].
VIERTEL, W., *Der Begriff der Substanz bei Aristoteles*, Königstein, Athenäum, 1982.
VOLGELBACHER, J., *Begriff und Erkenntnis der Substanz bei Aristoteles*, Limburg, Limburgvereinsdruckerei, 1932.
VOLKMANN-SCHLUCK, K. H., *Die Metaphysik des Aristoteles*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1979.
WITT, C., *Substance and Essence in Aristotle. An interpretation of Metaphysics VII-IX*, Ithaca-London, Cornell University Press, 1989.
WUNDT, M., *Untersuchungen zur Metaphysik des Aristoteles*, Stuttgart, Kohlhammer, 1953.

b) Estudos sobre a natureza da metafísica

AMBÜHL, H., *Das Objekt der Metaphysik bei Aristoteles*, Freiburg in der Schweiz, 1958 (dissertação).

ANTICH, X., *Introducción a la metafísica de Aristóteles. El problema del objeto en la Filosofía primera*, Barcelona, PPU, 1990.

BALMÈS, M., *Peri Hermeneias. Essai de réflexion du point de vue de la philosophie première sur le problème de l'interprétation*, Fribourg-en-Suisse, Éditions Universitaires, 1984.

BERTI, E., *Aristotele: della dialettica alla filosofia prima,* Padova, CEDAM, 1977.

BRINKMANN, K., *Aristoteles' allgemeine und spezielle Metaphysik*, Berlin, W. de Gruyter, 1979.

DÉCARIE, V., *L'objet de la Métaphysique selon Aristote*, Montréal-Paris, Institut d'Études Médiévales-Vrin, 1961.

DE MURALT, A., *Comment dire l'être? L'invention du discours métaphysique chez Aristote*, Paris, Vrin, 1985.

HAFEMANN, B., *Aristoteles' transzendentaler Realismus: Inhalt und Umfang erster Prinzipien in der Metaphysik,* Berlin, W. de Gruyter, 1998.

HENN, M. J., *From Ontology to Theology: a Study in Aristotle's Metaphysics of Being,* Lawrence (Kan.), University of Kansas, 1999 (dissertação).

JAULIN, A., *Eidos et ousia: De l'unité théorique de la Métaphysique d'Aristote,* Paris, Klincksieck, 1999.

KAMITZ, R., *Ein Betrag zum Problem der Metaphysik*, Meisenheim am Glan, Hain, 1964.

KÖNIGSHAUSEN, J.-H., *Ursprung und Thema von erster Wissenschaft. Die aristotelische Entwicklung des Problems*, Amsterdam, Rodopi, 1989.

LESZL, W., *Aristotle's Conception of Ontology*, Padova, Antenore, 1975.

——, *Logic and Metaphysics in Aristotle. Aristotle's Treatment of Types of Equivocity and Its Relevance to His Metaphysical Theories*, Padova, Antenore, 1970.

LORITE MENA, J., *Pourquoi la métaphysique? La voix de la sagesse selon Aristote,* Paris, Téqui, 1977.

LUGARINI, L., *Aristotele e l'idea della filosofia*, Firenze, La Nuova Italia, 1962.

MESCH, W., *Ontologie und Dialektik bei Aristoteles*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1994.

OGGIONI, E., *La «filosofia prima» di Aristotele. Saggi di ricostruzione e di interpretazione,* Milano, Vita e Pensiero, 1939.

REALE, G., *Il concetto di «filosofia prima» e l'unità della metafisica di Aristotele con due saggi sui concetti di potenza-atto e di essere,* Milano, Vita e Pensiero, 1961 (trad. inglesa: J. R. Catan, Albany, State University of New York Press, 1980).

RIONDATO, E., *Storia e metafisica nel pensiero di Aristotele*, Padova, Editrice Antenore, 1961.

ROUTILA, L., *Die aristotelische Idee der ersten Philosophie. Untersuchungen zur onto--theologischen Verfassung der Metaphysik der Aristoteles*, Amsterdam, North Holland Publishing Co., 1969.

YU, J., *Aristotle's Dual Metaphysics: An Interpretation of Metaphysics* Z, H, Θ, Ontario, University of Guelph, 1995 (dissertação).

ZWERGEL, H. A., *Principium contradictionis. Die aristotelische Begründung des Prinzips vom zu vermeidenden Widerspruch und der Einheit der ersten Philosophie*, Meisenheim am Glan, Hain, 1972.

c) Estudos sobre conceitos centrais

ARNOLD, U., *Die Entelechie. Systematik bei Platon und Aristoteles*, München-Wien, R. Oldenbourg, 1965.

ARPE, C., *Das τί ἦν εἶναι bei Aristoteles*, Hamburg, W. de Gruyter, 1938 (reeditado juntamente com Hambruch, *Logische Regeln der platonischen Schule in der aristotelischen Topik*, em: New York, Arno Press, 1976).

BADAREU, D., *L'individuel chez Aristote*, Paris, Boivin, 1937.

BAEUMKER, C., *Das Problem der Materie in der griechischen Philosophie*, Munster, 1890 (reedição: Frankfurt am Main, Minerva, 1963).

BASTIT, M., *Les quatre causes de l'être selon la Philosophie Premiere d'Aristote*, Louvain--la Neuve, Peeters, 2002.

BECHLER, Z., *Aristotle's Theory of Actuality*, Albany, State University of New York Press, 1995.

BECK, H., *Möglichkeit und Notwendigkeit. Eine Entfaltung der ontologische Modalitätenlehre im Ausgang von N. Hartmann*, Pullach, Pullacher philos. Forsch., 1961.

BLAIR, G. A., *Energeia and Entelecheia*: *«Act» in Aristotle*, Ottawa, University of Ottawa Press, 1992.

BOON, W. B., *A Reading of Chapters VII-IX of Aristotle's Metaphysic*, Austin, University of Texas, 1991 (dissertação).

BRADSHAW, D. H., *Activity, Actuality and Energy: Energeia in Aristotle and Later Greek Philosophy,* Austin, University of Texas, 1996 (dissertação).

BRAKAS, G., *Aristotle's Concept of the Universal*, Hildesheim, G. Olms, 1988.

BRANDNER, R., *Aristoteles, Sein und Wissen. Phänomenologische Untersuchungen zur Grundlegung wesenslogischen Seinsverständnisses*, Würzburg, Königshausen und Neumann, 1997.

CASPAR, P., *L'individuation des êtres. Aristote, Leibniz et l'immunologie contemporaine*, Paris, Lethielleux, 1985.

——, *La saisie du zygote humain par l'esprit. Destin de l'ontogenèse aristotélicienne*, Paris-Namur, Lethielleux-Culture et Vérité, 1987.

CENCILLO, L., *HYLE. Orígen, concepto y funciones de la materia en el Corpus Aristotelicum*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto «Luis Vives», 1958.

CHARLES, D., *Aristotle on Meaning and Essence*, Oxford, Clarendon Press, 2000.

CHEN, C.-H., *Das chorismos-Problem bei Aristoteles*, Berlin, Limbach, 1940.

DE GARAY, J., *Los sentidos de la forma en Aristóteles*, Pamplona, Ediciones de la Universidad de Navarra, 1987.

DE RIJK, L. M., *The Place of the Categories of Being in Aristotle's Philosophy*, Assen, Van Gorcum, 1952.

DILLENS, A. M., *À la naissance du discours ontologique. Étude de la notion d'en soi dans l'oeuvre d'Aristote*, Paris, Vrin, 1982.

ERMANO, A., *Substanz als Existenz: eine philosophische Auslegung der prwvth oujsiva: mit Text, Übersetzung und Diskussion von Aristoteles, Categoriae 1-15,* Hildesheim, Olms, 2000.

GOMÉZ-LOBO, A., Συμβεβηκώς *in der Metaphysik des Aristoteles*, München, C. Schön, 1966.

HAPP, H., *Hyle. Studien zum aristotelischen Materie-Begriff*, Berlin-New York, W. de Gruyer, 1971.

HARTMANN, N., *Aristoteles und das Problem des Begriffs*, Berlin, Akademie der Wissenschaften, 1939 (trad. castelhana: *Aristóteles y el problema del concepto, sobre la doctrina del eidos en Platón y Aristóteles*, México, UNAM, Centro de Estudios filosóficos, 1965).

HEIDEGGER, M., *Aristoteles, Metaphysik Θ, 1-3 von Wesen und Wirklichkeit der Kraft, Gesamtausgabe. Zweite Abteilung: Vorlesungen 1923-1944, Band 33,* Frankfurt

am Main, Vittorio Klostermann, 1981 (trad. inglesa: *Aristotle's Metaphysics θ 1-3: on the Essence and Actuality of Force,* trad. W. Brogan e P. Warnek, Bloomington (Ind.), Indiana University Press, 1995).

——, *Die Physis bei Aristoteles*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1967.

HOUSER, S. F., *Substantial Form as a Universal in the Central Books of Aristotle's Metaphysics*, Charlottesville, University of Virginia, 1990.

HUSIK, I., *Matter and Form in Aristotle: A Rejoinder,* Berlin, L. Simion, 1912.

KIM, H.-K., *Aristotle's Theory of Substance in Methaphysics Zeta-Eta*, Milwaukee (Wis.), Marquette University, 1999 (dissertação).

LISKE, M. T., *Aristoteles und der aristotelische Essentialismus. Individuum, Art, Gattung*, Freiburg-München, Alber, 1985.

LLOYD, A. C., *Form and Universal in Aristotle*, Liverpool, Francis Cairns, 1981.

LOUX, M. J., *Primary Ousia. An Essay on Aristotle's Metaphysics Z and H*, Ithaca, Cornell University Press, 1991.

LUGARINI, L., *Il problema delle categorie in Aristotele*, Milano, Nuvolepi, 1955.

MANN, W.-R., *The Discovery of Things. Aristotle's Categories and Their Context*, Princeton, Princeton University Press, 2000.

MORRISON, D. R., *Three Criteria of Substance in Aristotle's Metaphysics. Unity, Definability and Separation*, Princeton University, 1983 (dissertação).

NORTMANN, U., *Allgemeinheit und Individualität. Die Verschiedenartigkeit der Formen in «Metaphysik» Z*, Paderborn-München-Wien-Zürich, Schöningh, 1997.

PADRÓN, H. J., *Materia y Materiales en Aristóteles*, Rosario (Argentina), Fundación Ross, 1987.

PÉREZ DE LABORDA, M., *Predicación esencial y accidental en Aristóteles*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1991 (dissertação).

PREISWERK, A., *Das Einzelne bei Platon und Aristoteles*, Leipzig, Dietrich, 1939.

QUEVEDO, A., *Ens per accidens. Contingencia y determinación en Aristóteles*, Pamplona, EUNSA, 1989.

RAMOS, P. F., *La doctrina aristotélica de la materia prima*, Quito, Editorial Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1964.

RAPP, C., *Identität, Persistenz und Substantialität: Untersuchung zum Verhältnis von sortalen Termen und aristotelischer Substanz,* Freiburg, Alber, 1995.

SCALTSAS, T., *Substances and Universals in Aristotle's Metaphysics*, Ithaca, Cornell University Press, 1994.

SCHÜTZE, *Die Categorien des Aristoteles und der Logos*, Stuttgart, Verlag Urachhaus, 1972.

SHARTIN, D. C., *Aristotle's Theory of Substance and Essence in the Categories and Book Zeta of the Metaphysics*, University of California, 1984 (dissertação).

SIM, M. H., *Aristotle's Understanding of Form and Universals*, Nashville, Vanderbilt University, 1989 (dissertação).

STALLMACH, J., *Dynamis und Energeia. Untersuchungen am Werk des Aristoteles zur Problemgeschichte von Möglichkeit und Wirklichkeit*, Meisenheim am Glan, Hain, 1959.

STARR, M. L., *The Scientific Realism in Aristotle's Theory of Kinds in the Categories*, San Diego, University of San Diego, 1989 (dissertação).

TRENDELENBURG, F. A., *La dottrina delle categorie in Aristotele. Con in appendice la prolusione accademica del 1833 «De Aristotelis categoriis»*, pref. G. Reale, Milano, Vita e Pensiero, 1994.

——, *Historische Beiträge zur Philosophie. I: Geschichte der Kategorienlehre,* Berlin, G. Bethge, 1846.

URBANAS, A., *La notion d'accident chez Aristote. Logique et métaphysique*, Montréal--Paris, Bellarmin-Belles Lettres, 1988.

VOLLRATH, E., *Studien zur Kategorienlehre des Aristoteles*, Ratingen bei Düsseldorf, Henn, 1969.

WEDIN, M. V., *Aristotle's Theory of Substance: the Categories and Metaphysics Zeta*, Oxford, Clarendon Press, 2000.

WEHRLE, W. W., *The Old Academic Dichotomy in Aristotle. Essence and Accidental, Existence, Form and Universal*, Tallahassee, The Florida State University (dissertação).

WHITING, J. E., *Individual Forms in Aristotle*, New York, Cornell University of Ithaca, 1984.

WITT, C., *Ways of Being: Potentiality and Actuality in Aristotle's Metaphysics,* Ithaca, Cornell University Press, 2003.

YEPES STORK, R., *La doctrina del acto en Aristóteles*, Pamplona, Eunsa, 1993.

_d_) Estudos sobre problemas específicos

ANDERSON, J. F., *Reflections on the Analogy of Being*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1967.

BORELLA, J., *Penser l'analogie*, Genève, Éd. Ad Solem, 2000.

BRENTANO, F., *Von der mannigfachen Bedeutung des Seienden nach Aristoteles*, Freiburg im Breisgau, Herder, 1862 (trad. inglesa: *On the Several Senses of Being in Aristotle*, ed. R. George, Berkeley-Los Angeles-London, University of California Press, 1975; trad. francesa: *De la diversité des acceptions de l'être d'après Aristote*, trad. D. Pascal, Paris, Vrin, 1992).

BRONFENBRENNER, K., *The Derivation of Sensible Being in Aristotle's Metaphysics*, New York, New School for Social Research, 1999 (dissertação).

CHEVALIER, J., *La notion du Nécessaire chez Aristote et chez ses prédécesseurs, particulièrement chez Platon*, Lyon-Paris, Félix Alcan, 1915.

CLEARY, J. J., *Aristotle on the Many Senses of Priority*, Carbondale, Southern Ilinois University Press, 1988.

COHEN, S. M., *Aristotle on Nature and Incomplete Substance*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

DANCY, R. M., *Sense and Contradiction. A Study in Aristotle*, Dordrecht, D. Reidel, 1975.

DEGNAN, M. J., *Aristotle's Defense of the Principle of Noncontradiction*, Minneapolis, University of Minnesota, 1990 (dissertação).

DEHNINGER, J. G., *«Wahres sein» in der Philosophie des Aristoteles*, Meisenheim-Glan, Anton Hain, 1961.

ELDERS, L., *Aristotle's Theory of the One: A Commentary on Book 10 of the Metaphysics*, Assen, Van Gorcum, 1961.

FREUDENTHAL, G., *Aristotle's Theory of Material Substance. Heat and Pneuma, Form and Soul*, Oxford, Clarendon Press, 1995.

GAUTHIER-MUZELLEC, M.-H., *L'âme dans la Métaphisique d'Aristote*, Paris, Kimé, 1996.

GIACON, C., *Il Divenire in Aristotele: Dottrina e Testi*, Padova, Cedam-Casa Editrice, 1947.

HÜBNER, J., *Aristoteles über Getrenntheit und Ursächlichkeit: der Begriff des* εἶδος χωριστόν, Hamburg, Meiner, 2000.

KATAYAMA, E. G., *Aristotle on Artifacts: A Metaphysical Puzzle,* Albany (N. Y.), State University of New York Press, 1999.

——, *The Substantial Status of Artefacts in Aristotle's Metaphysics*, Toronto, University of Toronto, 1996 (dissertação).

LESSLER, M., *Aristoteles' Lehre von der Einheit der Definition*, München, Berchams, 1976.

MASI, G., *L'uni-equivocità dell'essere in Aristotele*, Genova, Tilgher, 1989.

MUSKENS, G. L., *De vocis* ἀναλογίας *significatione ac usu apud Aristotelem*, Gröningen, Wolters, 1943.

RODRIGO, P., *Aristote, l'éidétique et la phénoménologie*, Grenoble, Millon, 1995.

RYAN, E. E., *The Notion of Good in Books A, B, Γ, Δ of the Metaphysics of Aristotle*, Kopenhagen, Munksgaard, 1961.

SEDDON, F. A., *The Principle of Contradiction in Metaphysics Gamma*, Pittsburgh, Duquesne University, 1988 (dissertação).

SHIELDS, C., *Order in Multiplicity. Homonymy in the Philosophy of Aristotle*, Oxford, Clarendon Press, 1999.

TAYLOR, K., *A Contemporary Defence of the Aristotelian Distinction between Essential and Non-Essential Attributes*, Stony Brook, University of New York, 1982 (dissertação).

TREPTOW, E., *Der Zusammenhang zwischen der Metaphysik und der Zweiten Analytic des Aristoteles*, München, Pustet, 1966.

UÑA JUÁREZ, A., *Así nació la filosofía: sobre el texto de Aristóteles (Metafísica, 1, 3) en torno a Tales de Mileto,* Madrid, Agustín Uña Juárez, 2000.

WENZEL, U., *Vom Ursprung zum Prozess: Zur Rekonstruktion des Aristotelischen Kausalitätsverständnisses und seiner Wandlungen bis zur Neuzeit,* Opladen, Lesjen und Budrich, 2000.

WINNER, K. H., *Die dualistische Interpretation des Seienden, aufgezeigt am aristotelischen Verständnis der* πρώτη ὕλη, München, 1967 (dissertação).

e) Estudos sobre a teologia aristotélica

BLYTH, D. J., *Aristotle's Metaphysics Book L: Translation and Commentary,* Evanston, Northwestern University, 1990 (dissertação).

BODÉÜS, R., *Aristote et la théologie des vivants immortels*, Paris, Les Belles-Lettres, 1992 (trad. inglesa: *Aristotle and the Theology of the Living Immortals*, trad. J. E. Garrett, Albany, State University of New York Press, 2000).

DE FILIPPO, J. G., *Theology and First Philosophy in Aristotle's Metaphysics*, Princeton, Princeton University, 1989 (dissertação).

ELDERS, L., *Aristotle's Theology: A Commentary on Book XII of the Metaphysics,* New York, Humanities Press, 1972.

MANUWALD, B., *Studien zum Unbewegten Beweger in der Naturphilosophie des Aristoteles*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 1989.

MARIN, M., *Il fascinio del «divino»: dal Motore Immobile in Aristotele e dintorni,* Roma, LAS, 2000.

MUGNIER, R., *La théorie du premier moteur et l'évolution de la pensée aristotélicienne*, Paris, Vrin, 1930.

NATALI, C., *Cosmo e divinità. La struttura logica della teologia aristotelica,* L'Aquila, L. U. Japadre, 1974.

OEHLER, K., *Der Unbewegte Beweger des Aristoteles*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1984.

PÖTSCHER, W., *Strukturprobleme der aristotelischen und theophrastischen Gottesvorstellung*, Leiden, J. Brill, 1970.

RUDOLPH, E., *Zeit und Gott bei Aristoteles aus der Perspektive der protestantischen Wirkungsgeschichte*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1986.

STEAD, C., *Divine Substance*, Oxford, Clarendon Press, 1977.

VON ARNIM, H., *Die Entstehung der aristotelischen Gotteslehre*, Wien, Holder-Pichler--Tempsky, 1931.

6 — *PSICOLOGIA*

BARBOTIN, E., *La théorie aristotélicienne de l'intellect d'après Théophraste*, Louvain-Paris, Publications Universitaires de Louvain-Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1954.

BRENTANO, F., *Aristoteles Lehre vom Ursprung des menschlichen Geistes*, Leipzig, Veit, 1911 (reedição: Hamburg, F. Meiner, 1980).

——, *Die Psychologie des Aristoteles insbesondere seine Lehre vom Noûs poietikós*, Mainz, F. Kirchheim, 1867 (reedição: Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967).

BUSCHE, H., *Die Seele als System: Aristoteles' Wissenschaft von der Psyche*, Hamburg, Meiner, 2001.

CAPPELLETTI, A. J., *La teoría aristotélica de la visión*, Caracas, Sociedad Venezolana de Ciencias Humanas, 1977.

CASSIRER, H., *Aristoteles' Schrift Von der Seele und ihre Stellung innerhalb der aristotelischen Philosophie*, Tübingen, J. C. B. Mohr, 1976[3].

DE CORTE, M., *La doctrine de l'intelligence chez Aristote*, Paris, Vrin, 1934.

DES CHENE, D., *Life's Form: Late Aristotelian Conceptions of the Soul*, Ithaca (N. Y.), Cornell University Press, 2000.

EBERLE, S., *Wahrnehmung und Bewegung bei Aristoteles: Grundlegung einer Untersuchung der Zeitstruktur kognitiver Prozesse*, Essen, Die Blaue Eule Verlag, 1997.

ENDERS, H., *Schlaf und Traum bei Aristoteles*, Würzburg, 1924 (dissertação).

EVERSON, S., *Aristotle on Perception*, Oxford, Clarendon Press, 1997.

FORTENBAUGH, W. W., *Aristotle on Emotion. A Contribution to Philosophical Psychology, Rhetoric, Poetics, Politics and Ethics*, New York, Barnes and Noble, 1975.

GOLLUBER, M. S., *On the Primary Place of Touch in Aristotle's Primary Inquiry into Soul: An Interpretation of Aristotle's De anima*, New Orleans (La.), Tulane University, 1998 (dissertação).

GOODIN, P. L., *On Aristotle's Intention in the De anima: An Analysis of the Definition of Soul*, New York., New Scholl for Social Research, 1996 (dissertação).

GRANGER, H., *Aristotle's Idea of the Soul*, Dordrecht-Boston, Kluwer, 1996.

HAMELIN, O., *La théorie de l'intellect d'après Aristote et ses commentateurs*, ed. E. Barbotin, Paris, Vrin, 1953.

HARTMAN, E., *Substance, Body and Soul: Aristotelian Investigations*, Princeton, Princeton University Press, 1978.

HORN, H.-J., *Studien zum dritten Buch der aristotelischen Schrift De anima*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1994.

HÜNI, H., *Wahrnehmungswirklichkeit nach Aristoteles*, Würzburg, Königshausen & Neumann, 1992.

JOHANSEN, T. K., *Aristotle on the Sense-Organs*, Cambridge, New York, Cambridge University Press, 1997.

KAL, V., *On Intuition and Discursive Reasoning in Aristotle*, Leiden, E. J. Brill, 1988.

MODRAK, D., *Aristotle-The Power of Perception*, Chicago, University of Chicago Press, 1987.

NOTHSTEIN, R.-R., *Seele und Wahrehmung: eine Einführung in das zweite Buch des aristotelischen Werkes De anima*, Regensburg, Roderer, 1998.

OEHLER, K., *Die lehre vom noetischen und dianoetischen Denken bei Platon und Aristoteles. Ein Beitrag zur Erforschung der Geschichte des Bewusstseinsproblems in der Antike*, München, Beck, 1962 (reedição: Hamburg, F. Meiner, 1985).

PICHT, G., *Aristoteles' De anima*, intro. E. Rudolph, Stuttgart, Klett-Cotta, 1987.

PRITLZ, K., *The Unity of Knower and Known in Aristotle's De anima*, University of Toronto, 1982 (dissertação).

RANKIN, K., *The Recovery of the Soul: An Aristotelian Essay on Self-fulfilment*, Montreal, McGill-Queen's University Press, 1991.

ROBINSON, D. N., *Aristotle's Psychology*, New York, Columbia University Press, 1989.

SANSA, M. N. L., *A Study of Aristotle's De anima. Perception as an Epistemological Concept*, University of North Dakota Grand Forks, 1982 (dissertação).

SEIDL, H., *Der Begriff des Intellekts* (νοῦς) *bei Aristoteles im philosophischen Zusammenhang seiner Hauptschriften*, Meisenheim am Glan, Hain, 1971.

SHIELDS, C. J., *Aristotle's Philosophy of Mind*, Cornell University Ithaca, 1986 (dissertação).

SHUTE, C. W., *The Psychology of Aristotle. An Analysis of the Living Being*, New York, Russell & Russell, 1964².

SIMPSON, W. A., *Perception and Thought in Aristotle's De anima*, Boulder, University of Colorado, 1995 (dissertação).

SOLERI, G., *L'immortalità dell'anima in Aristotele*, Torino, Società Editrice Internazionale, 1952.

SPICER, E. E., *Aristotle's Conception of the Soul*, London, University of London Press, 1934.

THEOBALD, W., *Hypolepsis. Mythische Spuren bei Aristoteles*, Sankt Augustin, Academia Verlag, 1999.

WARDOUGH, M. B., *The Roles of Sensation and Intellection in Aristotle's De Anima*, University of Toronto, 1984 (dissertação).

WEDIN, M. V., *Mind and Imagination in Aristotle*, New Haven, Yale University Press, 1988.

WELSCH, W., *Aisthesis. Grundzüge und Perspektiven der Aristotelischen Sinneslehre*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1987.

7 — *BIOLOGIA*

ALTHOFF, J., *Warm, kalt, flüssig und fest bei Aristoteles: die Elementarqualitäten in den zoologischen Schriften*, Stuttgart, Steiner, 1992.

BARTELS, K., *Das Techne-Modell in der Biologie des Aristoteles*, Tübingen, 1966 (dissertação).

BYL, S., *Recherches sur les Grandes Traités Biologiques d'Aristote. Sources écrites et préjugés*, Bruxelles, Palais des Académies, 1980.

CAPPELLETTI, A. J., *La teoría aristotélica de la vida y del calor vital*, Asunción, Paraguay 1987.
COLE, E. J., *A History of Comparative Anatomy from Aristotle to the 18th century*, London, Dover Publications, 1944.
CRAEMER-RUEGENBERG, I., *Die Naturphilosophie des Aristoteles*, Freiburg, Alber, 1980.
DIERAUER, U., *Tier und Mensch im Denken der Antike*, Amsterdam, Grüner, 1977.
GIOVANNELLI, L., *Aristotle's Theory of Sexual Reproduction as it Emerges in On the Generation of Animals*, Evanston (Ill.), Northwestern University, 2000 (dissertação).
GREENBLATT, J. A., *Division and Proportion in Aristotle's Theory of Animal Differences*, Philadelphia (Pa.), Temple University, 1999 (dissertação).
KALTHOFF, P., *Das Gesundheitswesen bei Aristoteles*, Berlin, Dümmler, 1934.
KROLL, P., *Zur Geschichte der aristotelischen Zoologie*, Wien, Hölder-Pichler-Tempsky, 1940.
KULLMANN, W., *Die Teleologie in der aristotelischen Biologie. Aristoteles als Zoologe, Embryologe und Genetiker*, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1979.
LENNOX, J. G., *Aristotle's Philosophy of Biology. Studies in the Origins of Life Science*, Cambridge-New York, Cambridge University Press, 2001.
LEWES, G. M., *Aristotle: A Chapter from the History of Science Including Analyses of Aristotle's Scientific Writings,* London, Smith, Elder and Co., 1864.
LIATSI, M., *Aristoteles, De generatione animalium, Buch V: Einleitung und Kommentar*, Trier, Wissenschaftlicher Verlag, 2000.
LONES, T. E., *Aristotle's Researches in Natural Science*, London, West, Newman & Co., 1912.
LOUIS, P., *La découverte de la vie: Aristote,* Paris, Hermann, 1975.
MANQUAT, M., *Aristote naturaliste*, Paris, Vrin, 1932.
MARCOS, A., *Aristóteles y outros animales: una lectura filosófica de la biología aristotélica,* pref. G. E. R. Lloyd, Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, 1996.
MEYER, J. B., *Aristoteles Tierkunde. Ein Beitrag zur Geschichte der Zoologie, Physiologie und alten Philosophie*, Berlin, 1855.
MORSINK, J., *Aristotle on the Generation of Animals: A Philosophical Study,* Washington, University Press of America, 1982.
PELLEGRIN, P., *La classification des animaux chez Aristote. Statut de la Biologie et unité de l'aristotélisme*, Paris, Belles Lettres, 1982 (trad. inglesa: *Aristotle's Classification of Animals. Biology and the Conceptual Unity of the Aristotelian Corpus*, trad. A. Preus, Berkeley, University of California Press, 1986).
POUCHET, G., *La biologie aristotélique*, Paris, Félix Alcan, 1885.
PREUS, A. A., *Problems in Explanation in Aristotle's Biology*, Baltimore, 1968 (dissertação).
——, *Science and Philosophy in Aristotle's Biological Works*, Hildesheim-New York, G. Olms, 1975.
QUEEN, J. M., *The Nature of Substantial Being: An Examination of Aristotle's View of Living Substance,* Ontario, University of Guelph, 1990 (dissertação).
SCHARFENBERG, L. N., *Die Cephalopoden des Aristoteles im Lichte der modernen Biologie,* Trier, Wissenschaftlichter Verlag Trier, 2001.
SEIDL, H., *Das Verhältnis der causa efficiens zur causa finalis in Aristotele' Schrift De generatione animalium*, München, 1965 (dissertação).
THOMPSON, D'A. W., *On Aristotle as a Biologist*, Oxford, Clarendon Press, 1913.

TORRACA, L., *Il I libro del De partibus animantium di Aristotele,* Napoli, Rendiconti dell'Accademia di Archeologia, Lettere e Belle Arti di Napoli, 1958.
WIANS, W. R., *Aristotle's Method in Biology,* University of Notre Dame, Indiana (dissertação).

8 — *ÉTICA E POLÍTICA*

a) Estudos de carácter geral

BODÉÜS, R., *Le philosophie et la cité. Recherches sur les rapports entre morale et politique dans la pensée d'Aristote*, Paris, Belles Lettres, 1982 (trad. inglesa: *The Political Dimensions of Aristotle's Ethics*, trad. J. E. Garrett, N. Y., State University of New York Press, 1993).
GOBRY, I., *La Philosophie Pratique d'Aristote*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1995.
GUARIGLIA, O., *Ética y política según Aristóteles.* I — *Acción y argumentación*; II — *El bien, las virtudes y la polis*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1992.
HINMAN, W. S., *Literary Quotation and Allusion in the Rhetoric, Poetics and Nicomachean Ethics of Aristotle*, New York, Wagner College, 1935.
HÖFFE, O., *Ethik und Politik. Grundmodelle und-probleme der praktischen Philosophie*, Frankfurt am Main, Suhr Kamp, 1979.
——, *Praktische Philosophie. Das Modell des Aristoteles*, Berlin, Epimeleia, 1971. (reedição: Berlin, Akademie Verlag, 1996).
MICHELAKIS, E., *Aristotle's Theory of Practical Principles*, Athen, Cleisiounis Press, 1961.
NOULAS, *Ethik und Politik bei Aristoteles. Ein Beitrag zur Rehabilitierung der aristotelischen politischen Philosophie*, Lollar bei Giessen, Achenbach, 1977.
SCHWEIZER, H., *Zur Logik der Praxis. Die geschichtlichen Implikationen und die hermeneutische Reichweite der praktischen Philosophie des Aristoteles*, Freiburg i. Br., K. Alber, 1971.
VERGNIÈRES, S., *Éthique et politique chez Aristote:* φύσις, ἦθος, νόμος, Paris, PUF, 1995.
WALD, B., *Genetrix Virtutum. Zum Wandel des aristotelischen Begriffs praktischer Vernunft*, Münster, Lit, 1986.

b) Ética

ADKINS, A. W. H., *Merit and Responsibility. A Study in Greek Values*, Oxford, Clarendon Press, 1960.
ANAGNOSTOPOULOS, G., *Aristotle on the Goals and Exactness of Ethics*, Berkeley, University of California Press, 1994.
ANDO, T., *Aristotle's Theory of Practical Cognition*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1971[3].
ANNAS, J., *The Morality of Happiness*, New York-Oxford, Oxford University Press, 1993.
ASSELIN, D., *Human Nature and Eudaimonia in Aristotle*, Bern, Lang, 1989.
AUBENQUE, P., *La prudence chez Aristote*, Paris, PUF, 1993[3].
BARLOW, D. W., *Seeing and Hitting the Target: Aristotle's Aims in the Ethics,* Riverside, University of California, 1990 (dissertação).

BERWARI, A., *Die Theorie der Freundschaft bei Aristoteles*, Marburg, Tectum, 1997.
BOSTOCK, D., *Aristotle's Ethics*, Oxford-New York, Oxford University Press, 2000.
BRINK, K. O., *Stil und Form der pseudaristotelisches Magna Moralia*, Ohlau, Eschenhagen, 1933.
BROADIE, S., *Ethics with Aristotle*, New York, Oxford University Press, 1991.
BRZOSKA, K., *Die Formen des aristotelisches Denkens und die Ethica Eudemica*, Frankfurt am Main, Klostermann, 1943.
BUDDENSIECK, F., *Die Theorie des Glüks in Aristoteles' Eudemischer Ethik*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1999.
BYNUM, T. W., *Aristotle's Theory of Human Action*, New York, City University of New York, 1986 (dissertação).
CALHOUN, D. H., *Friendship and Self-love in Aristotle's Ethics*, Evanston, Northwestern University, 1989 (dissertação).
CHARLES, D., *Aristotle's Philosophy of Action*, Ithaca, Cornell University Press, 1984.
CLARK, S. R. L., *Aristotle's Man. Speculations upon Aristotelian Anthropology*, Oxford, Clarendon Press, 1975.
COE, J. H., *Aristotle and Standards of Evaluation in an Ethics of Virtue*, Irvine, University of California, 1992 (dissertação).
CONNELLY, B. J., *Ethical Pleasure. Aristotle's Two Treatments of Pleasure in the Nicomachean Ethics*, Pittsburgh, Duquesne University, 1987 (dissertação).
COOPER, J. M., *Reason and Human Good in Aristotle*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1975.
CURZER, H. J., *Aristotle and the Characteristics of Happiness*, Austin, University of Texas at Austin, 1985 (dissertação).
D'AVENIA, M., *L'aporia del bene apparente: le dimensioni cognitive delle virtù morali in Aristotele*, Milano, Vita e Pensiero, 1998.
DAHL, N. O., *Practical Reason, Aristotle, and Weakness of the Will*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1984.
DI MUZIO, G., *The Voluntary in Aristotle's Philosophy: Action, Character, Responsability*, Charlottesville (Va.), University of Virginia, 2000 (dissertação).
DONINI, P. L., *Ethos. Aristotele e il determinismo*, Alessandria, Ed. dell'Orso, 1989.
DUCEY, M. K., *Aristotle on Pleasure: Reconciling Three Different Accounts*, Washington (D. C.), The Catholic University of America, 1992 (dissertação).
DUDLEY, J., *Gott und Theoria bei Aristoteles; die metaphysiche Grundlage der Nikomachischen Ethik*, Frankfurt am Main, Lang, 1982.
ENGBERG-PEDERSEN, T., *Aristotle's Theory of Moral Insight*, Oxford, Clarendon Press, 1983.
ERIKSEN, T. B., *Bios Theoretikos. Notes on Aristotle's Ethica Nicomachea X, 6-8*, New York, Columbia University Press, 1977.
FAHNENSCHMIDT, G., *Das Echtheitsproblem der Magna Moralia des Corpus Aristotelicum*, Marburg, 1968 (dissertação).
FARWELL, P. W., *Ethics and Aristotle's Perfectionism*, Stony Brook, State University of New York, 1994 (dissertação).
FLYNN, J. J., *Aristotle's Relationship to Moral Realism and Natural Law*, New York, Fordham University, 1995 (dissertação).
GANTER, M., *Mittel und Ziel in der praktischen Philosophie des Aristoteles*, Freiburg i. Br., Karl Alber, 1972.
GASTALDI, S., *Le immagini della virtù: le strategie metaforiche nelle Etiche di Aristotele*, Alessandria, Ed. dell'Orso, 1994.
GAUTHIER, R. A., *La morale d'Aristote*, Paris, P. U. F., 1963.

GAUTHIER-MUZELLEC, M.-H., *Aristote et la juste mesure*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

GIULIANI, A., *La definizione aristotelica della giustizia. Metodo dialettico e analisi del linguaggio normativo*, Perugia, G. L. B., 1985.

GUARIGLIA, O., *La ética en Aristóteles o La moral de la virtud*, Buenos Aires, Eudeba, 1997.

HARDIE, W. F. R., *Aristotle's Ethical Theory*, Oxford, Clarendon Press, 1968.

HUTCHINSON, D. S., *The Virtues of Aristotle*, London, Routledge & Kegan Paul, 1986.

JEDAN, C., *Willensfreiheit bei Aristoteles?*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 2000.

KAPP, E., *Das Verhältnis der Eudemischen zur Nikomachischen Ethik*, Berlin, Walter de Gruyter, 1912.

KENNY, A. J. P., *Aristotle on the Perfect Life*, Oxford, Clarendon Press, 1996.

——, *Aristotle's Theory of the Will*, London, Duckworth, 1979.

——, *The Aristotelian Ethics*, Oxford, Oxford University Press, 1978.

KRAUT, R., *Aristotle on the Human Good*, Princeton, Princeton University Press, 1989.

LÉONARD, J., *Le bonheur chez Aristote*, Brüssel, Palais des Académies, 1948.

LIBRIZZI, C., *La morale di Aristotele*, Padova, Cedam, 1960.

LIEBERG, *Die Lehre von der Lust in den Ethiken des Aristoteles*, München, Carl H. Beck, 1958.

LLEDÓ, E., *Memoria de la Ética: Una reflexión sobre los orígenes de la «theoria» moral en Aristóteles*, Madrid, Taurus, 1994.

LORIES, D., *Le sens commun et le jugement du phronimos: Aristote et les Stoïciens*, Louvain-la-Neuve, Peeters, 1998.

MASUGI, K., *The Enduring Significance of Friendship for Politics. Aristotle's Reply to Modernity*, New York, New School for Social Research (dissertação).

MCINERNY, D. J., *The Place of Luck in Ethics. An Aristotelian Approach*, Washington (D. C.), The Catholic University of America, 1994 (dissertação).

MESSNER, A. R., *Aristotle's Theory of Moral Weakness. A New Look*, Columbia, University of Missouri, 1988 (dissertação).

MEYER, S. S., *Aristotle on Moral Responsibility. Character and Cause*, Oxford, Blackwell, 1993.

MILES, K. T., *Razing Ethical Stakes. Tragic Transgression in Aristotle's Equitable Action*, Chicago, DePaul University, 1998 (dissertação).

MONTOYA SAENZ, J., CONILL SANCHO, J., *Aristóteles, sabiduría y felicidad*, Madrid, Cincel, 1985.

NISTERS, T., *Aristotle on Courage*, Bern, Frankfurt am Main, Lang, 2000.

OATES, W. J., *Aristotle and the Problem of Value*, Princeton, Princeton University Press, 1980[2].

PAKALUK, M., *Aristotle's Theory of Friendship*, Cambridge (Mass.), Harvard University, 1988 (dissertação).

PALMOUR, J., *On Moral Character. A Practical Guide to Aristotle's Virtues and Vices Based on a Psychoanalytic Perspective and the Theory of the Four Causes, Cross-referenced to Both Nicomachean Ethics and the Art of Rhetoric*, Washington, Archon Press, 1987.

REEVE, C. D. C., *Practices of Reason: Aristotle's Nicomachean Ethics*, Oxford, Clarendon Press, 1992.

RIEDENAUER, M., *Orexis und Eupraxia: Ethikbegründung im Streben bei Aristoteles*, Würzburg, Königshausen und Neumann, 2000.

RITTER, R., *Die aristoteliche Freundschaftsphilosophie nach der Ethica Nicomacheia*, München, 1963 (dissertação).
ROCHE, T. D., *Aristotle on the Good for Man*, University of California, 1984 (dissertação).
ROGERS, K., *Altruism in Aristotle's Ethics*, New York, Columbia University, 1993 (dissertação).
RONALD, D. M., *Aristotle on Practical Knowledge and Weakness of Will*, Gravenhage, Mouton, 1966.
ROTHMAN, J. C., *Aristotle's Eudaemonia, Terminal Illness, and the Question of Life Support*, New York & Bern, Lang, 1993.
SCALTSAS, T., *The Golden Age of Virtue: Aristotle's Ethics*, Athina, Ed. Alexandreia, 1993.
SCHÄCHER, E. J., *Studien zu den Ethiken des Corpus Aristotelicum. I: Die drei ethischen Pragmatien des aristotelischen Korpus in der gelehrten Forschung seit Beginn des 19. Jahrhunderts. II: Quellen-und problemgeschichtliche Untersuchungen zur Grundlegung der philia-Theorie bei Aristoteles und im frühen Peripatos*, New York, Johnson, 1968.
SCHELLENS, M. S., *Das sittliche Verhalten zum Mitmenschen im Anschluss an Aristoteles*, Hamburg, F. Meiner, 1958.
SCHILLING, H., *Das Ethos der Mesotes: Eine Studie zur Nikomachischen Ethik des Aristoteles*, Tübingen, J. C. B. Mohr, 1930.
SCHNEIDER, W., Οὐσία *und* Εὐδαιμονία: *die Verflechtung von Metaphysik und Ethik bei Aristoteles*, Berlin, de Gruyter, 2001.
SCHOLLMEIER, P., *Other Selves: Aristotle on Personal and Political Friendship*, Albany, State University of New York Press, 1994.
SCHULZ, P., *Freundschaft und Selbstliebe bei Platon und Aristoteles: semantische Studien zur Subjektivität und Intersubjektivität*, München, Alber, 2000.
SHERMAN, N., *The Fabric of Character. Aristotle's Theory of Virtue*, Oxford, Clarendon Press, 1989.
SPARSHOTT, F., *Taking Life Seriously. A Study of the Argument of the Nicomachean Ethics*, Toronto, University of Toronto Press, 1994.
STERN-GILLET, S., *Aristotle's Philosophy of Friendship*, Albany (N. Y.), State University of New York Press, 1995.
STEWART, J. A., *Notes on the Nicomachean Ethics of Aristotle*, I- II, Oxford, Clarendon Press, 1892 (reedição: New York, Arno Press, 1974).
STOCKS, J. L., *Aristotle's Definition of the Human Good*, Oxford, Blackwell, 1919.
STONE, M. A., *An Interpretation of Aristotle's Notion of Happiness in the Nicomachean Ethics*, Nashville, Vanderbilt University, 1982 (dissertação).
TESSITORE, A., *Reading Aristotle's Ethics: Virtue, Rhetoric, and Political Philosophy*, Albany (N. Y.), State University of New York Press, 1996.
URMSON, J. O., *Aristotle's Ethics*, Oxford, Oxford University Press, 1987.
VAN CLEEMPUT, G., *Aristotle on Happiness in the Nicomachean Ethics and the Politics*, Chicago, The University of Chicago, 1999 (dissertação).
VAN RIEL, G., *Pleasure and the Good Life: Plato, Aristotle, and the Neoplatonists*, Leiden, Brill, 2000.
VANIER, J., *Le bonheur, principe et fin de la morale aristotélique*, Paris, Desclée de Brouwer, 1965.
VEATCH, H. B., *Rational Man. A Modern Interpretation of Aristotelic Ethics*, Bloomington Ind., Indiana University Press, 1965^2.

VON ARNIM, H., *Das Ethische in Aristoteles Topica*, Wien, Holder-Pichler-Tempsky, 1927.
——, *Die drei aristotelischen Ethiken*, Wien-Leipzig, Akademie der Wissenschaften in Wien, 1924.
——, *Nochmals die Aristotelischen Ethiken (gegen W. Jaeger. Zur Abwehr)*, Wien, Hölder-Pichler-Tempsky, 1929.
VON FRAGSTEIN, A., *Studien zur Ethik des Aristoteles*, Amsterdam, B. R. Grüner, 1974.
VON KRACHT, H., *Ansätze zu einer situations-ethischen Betrachtungsweise in der Nikomachischen Ethik des Aristoteles*, Köln, 1961 (dissertação).
WAGNER, D., *Das Problem einer theonomen Ethik bei Aristoteles*, Bamberg, 1970 (dissertação).
WALSH, J. J., *Aristotle's Conception of Moral Weakness*, New York, Columbia University Press, 1963.
WALSH, J. J., SHAPIRO, H. L., *Aristotle's Ethics: Issues and Interpretations,* Belmont, Wadsworth Publishing Company, 1967.
WALZER, R., *Magna moralia und aristotelische Ethik*, Berlin, Weidmann, 1929.
WHITE, S. A., *Sovereign Virtue: Aristotle on the Relation Between Happiness and Prosperity,* Stanford (California), Stanford University Press, 1992.
WIDMANN, G., *Autarkie und Philia in den aristotelichen Ethiken*, Stuttgart, 1967 (dissertação).
ZAGAL ARREGUIN, H., AGUILAR ÁLVAREZ, S., *Límites de la argumentación ética en Aristóteles: logos, physis y ethos,* Mexico, Publicaciones Cruz, 1996.
ZANETTI, G., *La nozione di giustizia in Aristotele. Un percorso interpretativo*, Bologna, Il Mulino, 1993.

c) Filosofia da educação

BAUMAN, R. W., *Aristotle's Logic of Education*, Bern-Frankfurt am Main, Lang, 1998.
DONNINI MACCIÒ, M. C., *Educazione e filosofia in Aristotele*, Torino, Loescher, 1979.
DOW, L. R., *Growing up Happy: Aristotle's Theory of Moral Education,* Toronto, University of Toronto, 1998 (dissertação).
HOURDAKIS, A., *Aristote et l'éducation*, Paris, PUF, 1998.
LOMBARD, J., *Aristote: politique et éducation,* Paris, L'Harmattan, 1994.
LORD, C., *Education and Culture in the Political Thought of Aristotle*, Ithaca, Cornell University Press, 1982.
SHERMAN, N., *Aristotle's Theory of Moral Education*, Cambridge (Mass.), Harvard University, 1982 (dissertação).
VERBEKE, G., *Moral Education in Aristotle*, Washington D. C., Catholic University of America Press, 1990.

d) Economia

AMZALAK, M. B., *O Pensamento Económico de Aristóteles*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1951.
BERTHOUD, A., *Aristote et l'argent: Intervention on économique politique,* Paris, Maspero, 1981.
MEIKLE, S., *Aristotle's Economic Thought*, Oxford-New York, Clarendon Press-Oxford University Press, 1995.

MURPHY, J. B., *The Moral Economy of Labor: Aristotelian Themes in Economic Theory*, New Haven & London, Yale University Press, 1993.
WILLERS, *Die Ökonomie des Aristoteles*, Breslau, Breslauer Genossenschafts Buchdruckerei, 1931.

e) Política e filosofia do direito

AALDERS, G. J. D., *Die Theorie der gemischten Verfassung im Altertum*, Amsterdam, A. M. Hakkert, 1968.
ACCATTINO, P., *L'anatomia della città nella Politica di Aristotele*, Torino, Tirrena Stampatori, 1986.
ARNHART, L., *Aristotle on Political Reasoning*, DeKalb, Northern Illinois University Press, 1981.
BARKER, E., *The Political Thought of Plato and Aristotle*, London, Methuen, 1906 (reedição: New York, Dover Publications, 1959).
BATES, C. A., *Popular Rule, Political Excellence, Wisdom, and the Rule of the Law: Democracy as Aristotle's Best Regime in Politics 3*, DeKalb (Ill.), Northern Illinois University, 1995 (dissertação).
BEINER, R., *Political Judgment*, Chicago, University of Chicago Press, 1983.
BIEN, G., *Die Grundlegung der politischen Philosophie bei Aristoteles*, Freiburg i. Br., Karl Alber, 1985[2].
——, *La filosofia politica di Aristotele*, Bologna, Il Mulino, 1985.
BLASUCCI, S., *Il pensiero politico di Aristotele*, Bari, 1977.
BODÉÜS, R., *Aristote: la justice et la cité*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996.
——, *Politique et philosophie chez Aristote: recueil d'études*, Namur, Société des Études Classiques, 1991.
BORDES, J., *Politeia dans la pensée grecque jusqu'à Aristote*, Paris, Belles Lettres, 1982.
BRAUN, E., *Aristoteles über Bürger- und Menschentugend. Zu Politik III 4 und 5*, Wien, H. Böhlau, 1961.
——, *Das dritte Buch der aristotelischen Politik*, Wien, Böhlau, 1965.
——, *Die Kritik der lakedaimonischen Verfassung in den Politik des Aristoteles*, Klagenfurt, Museumsschr, 1956.
CARVALHO, J. M., *Authority and Aristotle. The Politics of Deliberation in Ancient Athens*, Pittsburgh, Duquesne University, 1987 (dissertação).
DAVIS, M., *The Politics and Philosophy. A Commentary on Aristotle's Politics*, Lanham (Md.), Rowman and Littlefield, 1996.
DAY, J., CHAMBERS, M., *Aristotle's History of Athenian Democracy*, Millwood, New York, Kraus Reprint, 1980[2].
DEFOURNY, M., *Études sur la Politique*, Paris, Éditions Gabriel Beauchesne, 1932.
DESPOTOPOULOS, R., *Aristote. Sur la famille et la justice*, Bruxelles, Éd. Ousia, 1983.
DREIZEHNTER, A., *Untersuchungen zur Textgeschichte der aristotelischen Politik*, Leiden, E. J. Brill, 1962.
FRANK, M., *Untersuchungen zu den Politika des Aristoteles*, Bern, Frankfurt am Main, Lang, 1999.
FRUTO MEJÍAS, E., *Leyenda y poder en torno a Aristóteles*, Zaragoza, Libros Pórtico, 1982.
GOLDBERG, R. A., *Democracy and Justice in Aristotle's Politics*, Ontario, University of Toronto, 1990 (dissertação).

GUALTIERI, P., *L'uomo come macchina: note sul pensiero di Platone e di Aristotele sulla schiavitù*, Palermo, Epos, 1983.
HAVELOCK, *The Liberal Temper in Greek Politics*, New Haven, Connecticut, Yale University Press, 1964.
HOMMEL, H., *Helilaia. Untersuchungen zur Verfassung und Prozessordnung des athenischen Volksgerichts, insbersondere zum Schlussteil der Athenaion Politeia*, Leipzig, Dieterich'sche Verlagsbuchhhandlung, 1927.
HOVÁTH, B., *Die Gerechtigkeitslehre des Aristoteles*, Szeged, Szeged Varos. Ny 1931.
HUBIG, H., *Die aristotelische Lehre von der Bewahrung der Verfassungen*, Saarbrücken, 1960 (dissertação).
JOHNSON, C. N., *Aristotle's Theory of the State*, New York, St. Martin's Press, 1990.
KALIMTZIS, K., *Aristotle on Political Enmity and Disease. An Inquiry into Stasis*, Albany (N. Y.), State University of New York Press, 2000.
KAMP, A., *Aristoteles' Theorie der Polis: Voraussetzungen und Zentralthemen,* Bern, Lang, 1990 (trad. italiana: *La teoria politica di Aristotele: presupposti e temi principali,* Napoli, Valentino, 1993.).
——, *Die politische Philosophie des Aristoteles und ihre metaphysischen Grundlagen. Wessenstheorie und Polisordnung*, München, Alber, 1985.
KEANEY, J. J., *The Composition of Aristotle's Athenaion Politeia. Observation and Explanation*, New York & Oxford, Oxford University Press, 1992.
KOSLOWSKI, P., *Politik und Ökonomie bei Aristoteles*, Tübingen, Mohr, 1993.
KULLMANN, W., *Il pensiero politico di Aristotele,* Milano, Guerini, 1992.
LAURENTI, R., *Genesi e formazione della Politica di Aristotele*, Padova, Cedam, 1965.
——, *Introduzione alla Politica di Aristotele*, Roma, L'Officina Tipografica, 1992.
LEHMANN, G. A., *Ansätze zu einer Theorie des griechischen Bundesstaates bei Aristoteles und Polybios*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 2001.
MADDOLI, G., *Cronologia e storia. Studi comparati sull'Athenaion Politeia*, Perugia, Pubbl. Ist. di Storia Fac. di Lett. e Filos., 1975.
MARTIN FERRERO, F., *El libro II de la Política de Aristóteles. La autenticidad del capítulo 12*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1984.
MEINEL, M., *Die Rechtfertigung des Staates bei Aristoteles*, Mainz, 1975 (dissertação).
MILLER, F. D., *Nature, Justice, and Rights in Aristotle's Politics*, Oxford-New York, Clarendon Press-Oxford University Press, 1995.
MOORE, J. M., *Aristotle and Xenophon on Democracy and Oligarchy*, London, Chatto & Windus, 1983.
MOULAKIS, A., *Hominoia. Eintracht und die Entwicklung eines politischen Bewusstseins*, München, P. List, 1973.
MULGAN, R. G., *Aristotle's Political Theory. An Introduction for Students of Political Theory*, Oxford, Oxford University Press, 1978.
NESCHKE-HENTSCHKE, A. B., *Politik und Philosophie bei Plato und Aristoteles. Die Stellung der «Nomoi» im platonischen Gesamtwerk und die politische Theorie des Aristoteles*, Frankfurt a. M., Vittorio Klostermann, 1971.
NICHOLS, M. P., *Citizens and Statesmen: A Study of Aristotle's Politics,* Savage (Md.), Rowman & Littlefield, 1992.
PLICKAT, B., *Aristoteles' Begründung des politisch Guten: die politische Aufgabenstellung der mittleren Bücher der «Politik» und ihre Interpretation in der gegenwärtigen und mittealterlichen Diskussion*, Frankfurt am Main, Fischer, 1989.
RHODES, P. J., *A Commentary on the Aristotelian Athenian Politeia*, New York, Oxford University Press, 1981 (reedição revista: Oxford, Clarendon Press, 1993).

RYFFEL, H., Μεταβολὴ πολιτειῶν. *Der Wandel der Staatenverfassungen*, Bern, 1949 (dissertação).
SALKEVER, S. G., *Finding the Mean: Theory and Practice in Aristotelian Political Philosophy*, Princeton, Princeton University Press, 1990.
SALOMON, M., *Der Begriff der Gerechtigkeit bei Aristoteles nebst einem Anhang über den Begriff des Tauschgeschäftes*, New York, Arno Press 1979².
SCHUETRUMPF, E., *Die Analyse der Polis durch Aristoteles*, Amsterdam, B. R. Grüner, 1980.
SHULSKY, A., *The «infrastructure» of Aristotle's Politics*, Chicago, 1972 (dissertação).
SIEGFRIED, W., *Der Rechtsdanke bei Aristoteles*, Zürich, Schülthess, 1947.
SIMPSON, P. L. P., *A Philosophical Commentary on the Politics of Aristotle*, Chapel Hill (N. C.), University of North Carolina Press, 1998.
STERN, S. M., *Aristotle on the World-State*, Columbia, South Carolina, University of South Carolina Press, 1970.
STERNBERGER, D., *Der Staat des Aristoteles und der moderne Verfassungsstaat*, Bamberg, Buchner, 1985.
——, *Drei Wurzeln der Politik 1/2*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984².
STRAUSS, L., *The City and Man*, Chicago, University of Chicago Press, 1978².
SWANSON, J. A., *The Public and the Private in Aristotle's Political Philosophy*, Ithaca (N. Y.), Cornell University Press, 1992.
TOMBERG, F., *Polis und Nationalstaat. Eine vergleichende Überbauanalyse im Anschluss an Aristoteles*, Neuwied, Neuwied Lucherhand, 1973.
TOULOUMAKOS, J., *Die theoretische Begründung der Demokratie in der klassischen Zeit Griechenlands. Die demokratische Argumentation in der Politik des Aristoteles*, Bonn, Habelt, 1985.
TRUDE, P., *Der Begriff der Gerechtigkeit in des aristotelischen Rechts- und Staatsphilosophie*, Berlin, Walter de Gruyter, 1955.
VANNIER, G., *L'esclave dans la cité: Aristote, éthique et politique*, La Ferté Saint-Aubin, Atelier de l'archer, 1999.
VILATTE, S., *Espace et temps. La cité aristotélicienne de la Politique*, Paris, Belles Lettres, 1995.
VON ARNIM, H., *Zur Entstehungsgeschichte des aristotelischen Politik*, Wien, Holder Pchler Tempsky, 1924.
VON IVÁNKA, E., *Die aristotelische Politik und die Städtegründungen Alexanders des Großen. Wege des Verkehrs und der kulturellen Berührung mit dem Orient in der Antike: Zwei Studien zur antiken Geschichte,* Budapest, Pázmány, 1938.
VON LEYDEN, W., *Aristotle on Equality and Justice. His Political Argument*, London, Macmillan & School of Economics, 1985.
WEIL, R., *Aristote et l'histoire: essai sur la «Politique»,* Paris, Klincksieck, 1960.
WOLFF, F., *Aristote et la politique*, Paris, PUF, 1991.
YACK, B., *The problems of a Political Animal: Community, Justice, and Conflict in Aristotelian Political Thought,* Berkeley, University of California Press, 1993.

9 — *RETÓRICA*

ASMAR AMADOR, M. P., *La demonstración retórica en Aristóteles*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1992 (dissertação).
ATWILL, J. M., *Refiguring Rhetoric as Art: Aristotle's Concept of Techne and the Humanist Paradigm,* Lafayette (Ind.), Purdue University, 1990 (dissertação).

——, *Rhetoric Reclaimed*: *Aristotle and the Liberal Arts Tradition*, Ithaca (N. Y.), Cornell University Press, 1998.

BOUTON, T. C. D., *Aristotle's Theory of Controverting the Enthymeme: Rhetoric II.24--25,* Evanston (Ill.), Northwestern University, 1995 (dissertação).

BRANDES, P. D., *A History of Aristotle's Rhetoric. With a Bibliography of Early Printing*, Metuchen (New Jersey), Scarecrow Press, 1989.

BUCHHEIT, V., *Untersuchungen zur Theorie des Genos Epideiktikon von Gorgias bis Aristoteles*, München, Max Hueber Verlag, 1960.

CLARK, D. L., *Rhetoric in Greco-Roman Education*, New York, Columbia University Press, 1957.

COPE, E. M., *Introduction to Aristotle's Rhetoric*, London, Macmillan, 1867.

EGGS, E., *Die Rhetorik des Aristoteles. Ein Beitrag zur Theorie der Alltagsargumentation und zur Syntax von komplexen Sätzen*, Frankfurt am Main, Lang, 1984.

EISENHUT, W., *Einführung in die antike Rhetorik und ihre Geschichte*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft Die Alterurnswissenschaft, 1990[2].

GARVER, E., *Aristotle's Rhetoric. An Art of Character*, Chicago (Ill.), University of Chicago Press, 1994.

GRAFF, R. J., *Practical Oratory and the Art of Prose*: *Aristotle's Theory of Rhetorical Style and its Antecedents*, Evanston (Ill.), Northwestern University, 2000 (dissertação).

GRIMALDI, W. M. A., *Studies in the Philosophy of Aristotle's Rhetoric*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1972 [reedição: Mahwah (N. J.), Lawrence Erlbaum Associates, 1998[2]].

HAVET, E., *Étude sur la rhetorique d'Aristote*, Paris, Vrin, 1983.

HELLWIG, A., *Untersuchungen zur Theorie der Rhetorik bei Platon und Aristoteles*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1973.

KENNEDY, G. A., *Aristotle On Rhetoric: A Theory of Civic Discourse,* New York & Oxford, Oxford University Press, 1991.

——, *The Art of Persuasion in Greece*, Princeton, Princeton University Press, 1963.

LOSSAU, M. J., Πρὸς κρίσιν τινα πολιτικήν. *Untersuchungen zur aristotelischen Rhetorik*, Wiesbaden, Harrasowitz, 1981.

LUCCHETTA, G. A., *Scienza e retorica in Aristotele: sulle radici omeriche delle metafore aristoteliche,* Bologna, Il Mulino, 1990.

MARTIN, J., *Antike Rhetorik: Technik und Methode,* München, Beck, 1974.

PALMER, G.P., *The* Τόποι *of Aristotle's Rhetoric as Exemplified in the Orators*, Chicago, 1934 (dissertação).

PAPADIMITRIOU, E., *Ethische und psychologische Grundlagen der Aristotelischen Rhetorik*, Bern, Peter Lang Publishing, 1979.

PIERETTI, A., *I quadri socio-culturali della Rhetorica di Aristotele*, Roma, Abete, 1972.

RAINOLDS, J., *John Rainolds's Oxford Lectures on Aristotle's Rhetoric*, ed. com trad. de L. Green, Newark, University of Delaware Press, 1986.

RUSSO, A., *La filosofia della retorica in Aristotele*, Napoli, Soc. Arte ed. Libraria 1962.

RYAN, E. E., *Aristotle's Theory of Rhetorical Argumentation*, Montreal, Bellarmin, 1984.

SPRUTE, J., *Die Enthymemtheorie der aristotelischen Rhetorik*, Göttingen, Vandenhoek and Ruprecht, 1982.

——, *Die Enthymemtheorie der aristotelischen Rhetorik*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1982.

TESSMER, R., *Untersuchungen zur aristotelischen Rhetorik*, Berlin, 1957 (dissertação).

VON WILAMOWITZ-MOELLENDORF, U., *Rhetorica: Schriften zur aristotelischen und hellenistischen Rhetorik,* Hildesheim, Olms, 1968.

WILLARD, C. A., *The Conception of the Auditor in Aristotle's Rhetorical Theory*, Urbana, 1972 (dissertação).

WOERNER, M. H., *Das Ethische in der Rhetorik des Aristoteles*, Freiburg, Alber, 1990.

YATROMANOLAKI, J., *Sympheron, Dikaion and Nomoi in Deliberative Rhetoric: Studies in Aristotle's Rhetoric and Demosthenes' Deliberative Speeches*, Athina, Kardamitsa, 1997.

10 — *POÉTICA*

ASPE ARMELLA, V., *Techne y mimesis en Aristóteles*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1991 (dissertação).

BELFIORE, E. S., *Tragic Pleasures: Aristotle on Plot and Emotion*, Princeton, Princeton University Press, 1992.

BELO, F., *Leituras de Aristóteles e de Nietzsche. A Poética sobre a Verdade e a Mentira*, Lisboa, FCG, 1994.

BERNAYS, J., *Grundzüge der verlorenen Abhandlung des Aristoteles über Wirkung der Tragödie* (reedição: Hildesheim, Georg Olms, 1970).

——, *Zwei Abhandlungen über die aristotelische Theorie des Dramai*, Berlin (reedição Darmstadt, s/ ed., 1968).

BIGNAMI, E., *La poetica di Aristotele e il concetto dell'arte presso gli antichi*, Firenze, F. Le Monnier, 1932.

BREMER, J. M., *Hamartia: Tragic error in the Poetics of Aristotle and in Greek Tragedy*, Amsterdam, Adolf M. Hakkert, 1969.

BRESCIA, G., *Sul testo e la fortuna della Poetica. Note di critica aristotelica*, Milazzo, SPES, 1984.

BRUENING, S. M., *The Aristotelian Tragic Hero: Vision, Voice and the Solitary Self*, West Lafayette (Ind.), Purdue University, 1997 (dissertação).

CAVE, T., *Recognitions. A Study in Poetics*, Oxford, Clarendon Press, 1988.

CAZZULO, A., *La verità della parola. Ricerca sui fondamenti filosofici della metafora in Aristotele e nei contemporanei*, Milano, Jaca Book, 1987.

CESSI, V., *Erkennen und Handeln in der Theorie des Tragischen bei Aristoteles*, Frankfurt am Main, Athenäum, 1987.

COOPER, L., *An Aristotelian Theory of Comedy with an Adaptation of the Poetics and a Translation of the «Tractatus Coislinianus»*, New York, Harcourt, Brace & Co., 1922.

——, *The Poetics of Aristotle, Its Meaning and Influence*, Boston (Mass.), Marshall Jones Company, 1923 (reedição: Westport, Conn., Greenwood Press, 1972).

CORCORAN, C. D., *Aristotle's Theory of Comic Plot Reversal and Aristophanic Peripety*, Atlanta, Emory University, 1991 (dissertação).

DAVIS, M., *Aristotle's Poetics: the Poetry of Philosophy*, Lanham, Md. Rowman & Littefield, 1992.

DIETZ, R., *Tragödie und Komödie bei Aristoteles: zwei psychodramatische Prozesse?*, Herzogenrath, Murken-Altrogge, 1996.

DOLEZEL, L., *Geschichte der strukturalen Poetik: von Aristoteles bis zur Prager Schule*, Dresden, Dresden University Press, 1999.

EDEN, K., *Poetic and Legal Fiction in the Aristotelian Tradition*, Princeton, Princeton University Press, 1986.

ELSE, C. F., *Plato and Aristotle on Poetry*, introd. P. Burian, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1986.

FUHRMANN, M., *Einführung in die antike Dichtungstheorie*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1990².

GOLDEN, L., *Aristotle on Tragic and Comic Mimesis*, Atlanta, Scholars Press, 1992.

HALLIWELL, S., *Aristotle's Poetics*, Chapel Hill-London, University of North Carolina Press-Duckworth, 1986.

HELD, G. F., *Aristotle's Teleological Theory of Tragedy and Epic*, Heidelberg, Winter, 1995.

HOLZHAUSEN, J., *Paideía oder Paidiá? Aristoteles und Aristophanes zur Wirkung der griechischen Tragödie*, Stuttgart, Steiner, 2000.

HOUSE, H., *Aristotle's Poetics. A Course of Eight Lectures*, London, Rupert Hart-Davies, 1956.

JANKO, R., *Aristotle on Comedy. Towards a Reconstruction of Poetics II*, Berkeley, University of California Press, 1984.

JONES, J., *On Aristotle and Greek Tragedy*, Stanford, Stanford University Press, 1980².

KLIMIS, S., *Le statut du mythe dans la «Poétique» d'Aristote: les fondements philosophiques de la tragédie,* Bruxelles, Éd. Ousia, 1997.

KOZIAK, B., *Retrieving Political Emotion: Thumos, Aristotle, and Gender,* University Park (Pa.), Pennsylvania State University Press, 2000.

KYRKOS, B. A., *Die Dichtung als Wissensproblem bei Aristoteles*, Athen, Gesellschaft für Thessalische Forschungen, 1972.

LAIZÉ, H., *Aristote. Poétique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

LEONARDT, J., *Phalloslied und Dithyrambos: Aristoteles über den Ursprung des griechischen Dramas,* Heidelberg, Winter, 1991.

LIENHARD, M. K., *Zur Entstehung und Geschichte von Aristoteles Poetik*, Zürich, 1950 (dissertação).

LINDEN, D., *Aristoteles und die Sprache des Epos: Untersuchungen zur Unterscheidung der Logoi,* Bern, Lang, 1993.

MADIGAN, P., *Aristotle and his Modern Critics. The Use of Tragedy in the Nontragic Vision*, Scranton (Pa.), University of Scranton Press, 1992.

MCLEISH, K., *Aristotle's Poetics*, London, Phoenix, 1998.

MONTMOLLIN, D. de, *La Poétique d'Aristote: Texte primitif et additions ultérieures,* Neuchâtel, H. Messeiller, 1951.

MORAITOU, D., *Die Äusserungen des Aristoteles über Dichter und Dichtung ausserhalb der Poetik*, Stuttgart, Teubner, 1994.

NESCHKE, A. B., *Die Poetik des Aristoteles. Textstruktur und Textbedeutung. I: Interpretationen. II: Analysen,* Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 1980.

NEWMAN, S. J., *Aristotle and Metaphor: His Teory and Practice,* Minneapolis (Minn.), University of Minnesota, 1998 (dissertação).

NIÈEV, A., *La catharsis tragique d'Aristote. Nouvelles contributions*, Sofia, ed. de l'Université, 1982.

SANTORO, F., *Poesia e Verdade. Interpretação do Problema do Realismo a partir de Aristóteles*, Rio de Janeiro, Sete Letras, 1994.

SANZ MORALES, M., *El Homero de Aristóteles*, Amsterdam, Hakkert, 1994.

SCHMITT, A., *Mimesis und Simulation*, ed. A. Kablitz e G. Neumann, Freiburg, Rombach, 1998.

SCHÜTRUMPF, E., *Die Bedeutung des Wortes Ethos in der Poetik des Aristoteles*, München, Carl H. Beck, 1970.

SCOTT, G. L., *Unearthing Aristotle's Dramatics. Why there is no Theory of Literature in the Poetics*, Toronto, University of Toronto, 1992 (dissertação).

WHITE, D. E., *A Sourcebook on the Catharsis Controversy*, Tallahassee, Florida State University, 1984 (dissertação).

ZANATTA, M., *La ragione verisimile: saggio sulla Poetica di Aristotele*, Cosenza, Pellegrini, 2001.

ZIERL, A., *Affekte in der Tragödie: Orestie, Oidipus Tyrannos und die Poetik des Aristoteles*, Berlin, Akademie-Verlag, 1994.

ÍNDICES

NOTA DE CONSULTA

1. Os índices remissivos dividem-se nos seguintes pontos:

   I — Índice de passagens de Aristóteles.
   II — Índice de passagens de outros autores.
   III — Índice de pessoas e autores antigos.
   IV — Índice de autores modernos mencionados nos textos.
   V — Índice de locais.
   VI — Índice dos principais termos e expressões gregas.

2. São usadas nos índices as seguintes siglas:

Exemplo 1:

Categoriae	*Categorias*

228(n), 237, 248, 264, 267(n), 272(n), 296(n), 315, 327, 329(n), 356, 375(n), 378, 391, 406, 414(n), 420, 427, 430, 437(n), 445(n), 453, 490(n), 491(n), 492(n), 529(n), 530(n), 543(n), 552(q), 562(r), 575(d) • *na tese de D. Graham:* 408-412 • δευτερὰ οὐσία: 482--487

(q) — A referência surge em quadro no apêndice I aos Estudos (Conspecto Geral da Obra de Aristóteles).

(r) — A referência surge no apêndice III aos Estudos (Relação Global).

(d) — A referência surge no apêndice IV aos Estudos (Quadro Ilustrativo de Algumas Datações Propostas).

Exemplo 2:

negro — De especial importância para o nome ou termo em questão.

(n) — A referência surge em nota de rodapé.

Teofrasto de Ereso, 70, 83, 83(n), 84, 94(n), 102, 103, 105, 111, 113, 114, 115, 131(n), 136, 141, 148, 149, **153**, 160, 168, 173, 178(g), 181, 182, 183(f), 186(c), 187(c), 190(c), 191(c), 209, 211, 213, 214, 216(n), 217, 220, 221(n), 234, 259, 303(n), 559

(g) — A referência surge numa árvore genealógica, constante dos apêndices à Introdução Geral.

(f) — A referência surge em figura ou quadro, constante dos apêndices à Introdução Geral.

(c) — A referência surge numa cronologia, constante dos apêndices à Introdução Geral.

ÍNDICE DE PASSAGENS DE ARISTÓTELES

Este índice divide-se nas seguintes partes:

1. Colecção Aristotélica (ordem canónica);
2. *Juvenilia* (ordem canónica);
3. *Aristoteles Latinus;*
4. Referência a outros escritos constantes nos catálogos antigos, ou apócrifos tardios (ordem alfabética).

1. COLECÇÃO ARISTOTÉLICA

Analytica posteriora	*Segundos Analíticos*

Atheniensium respublica	*Constituição dos Atenienses*

De audibilibus	*Sobre Aquilo que se Ouve*

De caelo	*Sobre o Céu*

PASSAGENS:

De generatione animalium	*Sobre a Geração dos Animais*

PASSAGENS:

De interpretatione — *Sobre a Interpretação*

De Juventute — *Sobre a Juventude*

De lineis insecabilibus — *Sobre as Linhas Indivisíveis*

De longaevitate et brevitate vitae — *Sobre a Longevidade*

De motu animalium — *Movimento dos Animais*

Meterologica — *Meteorológicos*

PASSAGENS:

De mirabilibus auscultationibus — *Sobre os Prodígios Escutados*

Parva naturalia

Physica — *Física*

PASSAGENS:

De sensu et sensibilibus	*Sobre a sensação*

PASSAGENS:

De somno et vigilia	*Sobre o Sono e a Vigília*

PASSAGENS:

De spiritu	*Sobre o Espírito*

Topica	*Tópicos*

PASSAGENS:

De virtutibus et vitiis — *Virtudes e Vícios*

Ventorum situs et cognomina — *Sobre os Lugares e Nomes dos Ventos*

2. *JUVENILIA* [1]

[1] Para um catálogo dos fragmentos, sua divisão e correspondência entre edições, cf. apêndice III (pp. 570-574). Para uma discussão sobre os fragmentos, cf. pp. 305-310.

3. *ARISTOTELES LATINUS*

4. REFERÊNCIA A OUTROS ESCRITOS CONSTANTES NOS CATÁLOGOS ANTIGOS, OU A APÓCRIFOS TARDIOS

ÍNDICE DE PASSAGENS DE OUTROS AUTORES

1. *VITAE ARISTOTELIS* [1]

[1] Para uma lista das abreviaturas das *Vitae Aristotelis*, cf. pp. 43-44.

2. OUTROS AUTORES

ÍNDICE DE PESSOAS E AUTORES ANTIGOS

D

E

ÍNDICE DE AUTORES MODERNOS MENCIONADOS NOS TEXTOS

ÍNDICE DE LOCAIS

ÍNDICE DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES GREGAS

ÍNDICE DE FIGURAS

ÍNDICE GERAL

APÊNDICES

ESTUDOS SOBRE O TEXTO E A LÍNGUA FILOSÓFICA DE ARISTÓTELES

APÊNDICES

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

ÍNDICES

Acabou de imprimir-se
em Fevereiro de dois mil e cinco.

Edição n.º 1011022

www.incm.pt
E-mail: dco@incm.pt
E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br